

ANAIS do



IV Congresso Internacional de Políticas Públicas para América Latina:

Direito, Saúde, Educação,
Meio Ambiente e Cultura

6 a 8 de novembro de 2024
Universidade do Vale do Itajaí - Campus Edison Villela (Itajaí)
Santa Catarina - Brasil

realização



apoio



organização dos anais

Graziela Breitenbauch de Moura
Albertina Xavier da Rosa Corrêa
Carlos Roberto Praxedes

Fabiane Fisch
Graziela Liebel
Joaquim Olinto Branco
Larissa Fernanda Dittrich

revisão textual

Andreia Dalla Colletta

diagramação

Virgínia Kuhnen Zunino

FICHA CATALOGRÁFICA

Congresso Internacional de Políticas Públicas para América Latina (4 : 2024 : Itajaí, SC).

Anais do Congresso Internacional de Políticas Públicas para América Latina [recurso eletrônico] : direito, saúde, educação, meio ambiente e cultura / organização Graziela Breitenbauch de Moura ...[et al.] – Itajaí, SC: Ed. da Univali, 2024.

Vários autores.

IV Congresso Internacional de Políticas Públicas para a América Latina: direito, saúde, educação, meio ambiente e cultura, Itajaí, 6 a 8 de novembro de 2024.

Modo de acesso : World Wide Web

ISSN 2965-2502

1. Políticas Públicas - Eventos. 2. Educação. 3. Meio Ambiente. 4. Saúde. 5. Cultura. 7. Direito. I. Moura, Graziela Breitenbauch de. II. Universidade do Vale do Itajaí. III. Título.

CDU 321

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Univali – Campus Professor Edison (Villete Itajaí)

realização

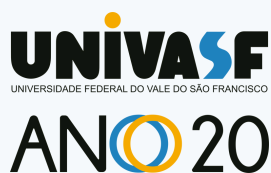


apoio



fapescc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

instituições parceiras



realização



apoio



Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Vice-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão de Políticas Públicas

Programa de Pós-Graduação Profissional em Psicologia

Programa de Pós-Graduação Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho

Escola de Ciências da Saúde

Escola de Ciências Jurídicas e Sociais

Escola Politécnica

Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão de Políticas Públicas

docentes

Albertina Xavier da Rosa Correa
Anita Maria da Rocha Fernandes
Carlos Golembiewski
Carlos Roberto Praxedes dos Santos
Fabiane Fisch
Fernando Cezar Lenzi
Graziela Breitenbauch de Moura
Graziela Liebel
Joaquim Olinto Branco
Larissa Fernanda Dittrich
Marcos Vinícius Viana da Silva
Maria Glória Dittrich
Rafael Burlani Neves
Ricardo Stanziola Vieira
Vanderléa Ana Meller

discentes

Annelise Simon Ovelar dos Santos
Diézica Vargas
Edneia da Silva João de Ávila
Erlen Karla Lopes Voss
Helen Francine Marin Thives
Jorge Roberto Alves dos Santos
Lira Jamili Duarte Terra
Marcio Alessandro Silvero Aquino
Monique Cabral de Oliveira
Nathane Cristine Maia dos Reis Brasil
Pamela Bandeira Gerber
Paola Fava Saikoski
Ricardo Freire Collyer Cavalcante
Stephanie Rodrigues Molina
Tainara Jordana Prestes Bertoldo

egressos

César Henrique Barzotto Antunes
Elieser Partissi
Maria Eduarda Gasperi

comissões

organizadora

Graziela Breitenbauch de Moura

Albertina Xavier da Rosa Correa
Angélica Garcia Couto
Anita Maria da Rocha Fernandes
Carina Nunes Bossardi
Carlos Golembiewsky
Carlos Roberto Praxedes dos Santos
Fabiane Fisch
Fernando Cesar Lenzi
Graziela Liebel
Joaquim Olinto Branco
Larissa Fernanda Dittrich
Marcos Vinícius Viana da Silva
Maria Glória Dittrich
Maurício de Campos
Priscila de Souza
Rafael Burlani Neves
Ricardo Stanzola Vieira
Stella Maris Brum Lopes
Vanderléa Ana Meller

científica

Adilson Felicio Feiler
Albertina Xavier da Rosa Correa
Ana Elisa de Oliveira
Angélica Garcia Couto
Anita Maria da Rocha Fernandes
Anna Carolina Bornhausen Nunes
Annelise Simon Ovelar dos Santos
Antonio Jose Aledo Tur
Bibiana Salea Antunes Brum
Carina Gabrich Fernandes de Souza
Carina Nunes Bossardi
Carlos Golembiewski
Carlos Roberto Praxedes dos Santos
Clarice Aparecida Munaro
Debora Frizzo Pagnossin
Eneida Patrícia Teixeira
Fabiane Fisch

Fabiola Hermes Chesani
Fernando Cesar Lenzi
Francisco Humberto Cunha Filho
Gabriel Serpa Jacinto
George Saliba Manske
Graciela de Oliveira
Graziela Breitenbauch de Moura
Graziela Liebel
Gustavo Machado
Heitor Luiz Furtado
Jamir João Sardá Júnior
João Fillipe Horr
Joaquim Melgarejo Moreno
Joaquim Olinto Branco
Juan Miguel Gonzalez Velasco
Kallyne Bezerra Costa
Katia Christina Leandro
Larissa Fernanda Dittrich
Larissa Silva
Lucas de Boni
Lucas Debatin
Marcelo Okamura Arasaki
Márcia Bento Moreira
Marcos Vinicius da Costa Meireles
Marcos Vinícius Viana da Silva
Maria Eduarda Gasperi
Maria Glória Dittrich
Maria José de Pinho
Marla Surdi
Marta Rosa Borin
Maurício de Campos
Maurício Pasetto de Freitas
Maurizio Oliviero
Mayara Ana da Cunha Kersten
Monique Carina Caliri Schmidt
Nicole Muriel Filipini
Priscila de Souza
Rafael Burlani Neves
Rafaela Silveira
Regina Célia Linhares Hostins
Ricardo Stanzola Vieira
Rita de Cássia Teixeira Rangel
Roberta Borghetti Alves
Roberto Carlos Imme Junior
Rodrigo Massaroli
Saturnino de La Torre
Stella Maris Brum Lopes
Tainara Jordana Prestes Bertoldo
Tarcisio Vilton Meneghetti
Taren Beatriz Ferreira Leite de Oliveira
Vanderléa Ana Meller
Vinicius Almada Mozetic

apresentação



Reunimos, em mais uma edição, conferencistas, pesquisadores, docentes, gestores, estudantes de diferentes temas, visões teóricas e campos de conhecimento que compõem um conjunto de reflexões, pensamentos e provocações, colocando em pauta debates atuais no que se refere às políticas públicas.

Em um contexto global marcado por incertezas e transformações, é fundamental discutir e refletir sobre a complexidade que caracteriza nossa sociedade contemporânea. Vivemos um verdadeiro tsunami de ideias e informações, em que o desenvolvimento acelerado não se limita apenas à tecnologia industrial. O renomado economista Oded Galor destaca que “a ciência também avançou em grande velocidade”, sublinhando que o progresso permeia todos os campos do conhecimento e da prática social.

Assim, o IV Congresso Internacional de Políticas Públicas representa uma oportunidade única para conectar instituições e indivíduos comprometidos com a produção de conhecimento que serve ao desenvolvimento social e humano. Afinal, como ressaltou Harold Lasswell, a política pública é, em sua essência, uma questão de comunicação e significados. Ele nos ensina que “a política é uma luta pela definição do que é desejável”. Esse aspecto é crucial, pois a política pública resulta de inúmeros constructos sociais, e seu significado é tão distinto quanto os valores, ideologias e contextos que a cercam. O conceito de políticas públicas não surge isoladamente; é moldado por múltiplas possibilidades de conexão entre ações que buscam equilibrar forças sociais diversas.

O chamado global, em suas várias dimensões, revela transformações que nos desafiam e nos incentivam a repensar nossas agendas de pesquisa, reflexões teóricas e empíricas, e a promover o contínuo aprimoramento dos métodos e das técnicas de investigação. Edgar Morin, ao falar sobre a complexidade, nos lembra que “o conhecimento é o que nos permite enfrentar a complexidade do real”, reforçando a necessidade de abordagens interdisciplinares que reconheçam a interconexão entre diferentes áreas do saber.

Além disso, a defesa do pluralismo e da diversidade ilumina as dinâmicas de poder que permeiam nossas sociedades. Como nos lembra Hannah Arendt, “a política é o espaço onde a liberdade é realizada”. Essa realização da liberdade é um convite à ação coletiva e ao engajamento na esfera pública e é fundamental para entendermos como as políticas públicas podem se tornar ferramentas de inclusão, promoção da cidadania e transformação social.

Estudar políticas públicas é, portanto, um ato de construção de perspectivas processuais e de desenvolvimento de olhares que reconheçam as interdependências e as redes sociais. É um compromisso com a busca de (re)significações, que se traduz em ações concretas e na avaliação de programas que redefinem conceitos e interpretações. A implementação de políticas direciona nossa atenção para a missão e os valores que abraçamos, instigando-nos a questionar constantemente: o que realmente desejamos alcançar?

Diante da complexidade do real vivido em nossa sociedade, as experiências de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, meio ambiente e cultura na América Latina têm impulsionado a criação de campos interdisciplinares de conhecimento. Como evidencia Celina Souza, a política pública deve “colocar o governo em ação” e analisar ações construídas e compartilhadas socialmente, com um foco no bem comum e na qualidade de vida. Essa visão nos convida a um engajamento mais profundo, no qual as políticas públicas não são meras ferramentas, mas sim práticas que refletem as aspirações e necessidades da sociedade.

Os tempos desafiadores que enfrentamos nos levam a refletir sobre os eventos sociais, as decisões e os debates políticos necessários para alcançarmos um equilíbrio social que garanta direitos e deveres a todos os cidadãos. A gestão pública, em seus múltiplos níveis e setores, exige que discutamos, de maneira aberta e crítica, os problemas públicos, considerando a amplitude das áreas do conhecimento para explorar a compreensão do universo das políticas públicas.

Nessa visão política, o direito à saúde, à educação e a construção de um meio ambiente saudável são instâncias fundamentais de implicação política nos processos de governança. Promover a cidadania solidária e o respeito à diversidade cultural não é apenas um objetivo, mas um imperativo ético que reconhece o ser humano como multidimensional e transcultural, inserido em uma realidade complexa de intercomunicação e troca.

A Universidade do Vale do Itajaí, por meio de seu Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, cuja missão busca, numa visão interdisciplinar e proativa, gerar conhecimentos e informações para a formação do gestor público – profissional capaz de relacionar e aplicar teoria e prática, atendendo às demandas sociais e influenciando o futuro das pessoas, na produção de produtos e serviços junto às instituições públicas e privadas –, tem o orgulho de ser parte desse processo de internacionalização e de integração de saberes e práticas

Por isso, é importante participar ativamente das discussões, trazendo experiências e conhecimentos para enriquecer o diálogo aqui proposto. Que congressos como este nos inspirem a agir em prol de políticas públicas que não apenas façam a diferença, mas que realmente transformem a sociedade em espaço mais justo, inclusivo e sustentável.

Nossa gratidão e reconhecimento às autoridades e a todos os participantes, agradecendo, de modo particular, aos senhores conferencistas, palestrantes, mediadores, e às agências de fomento para a realização de eventos: da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). Agradecemos, de modo especial, à equipe organizadora do evento, a Vice-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão; ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão de Políticas Públicas – cuja área de concentração está estruturada em “Gestão de Políticas Públicas: instituições, cultura e sustentabilidade” e nas linhas de pesquisa Dinâmicas Institucionais das Políticas Públicas e Aspectos Socioambientais e Culturais das Políticas Públicas –; aos programas de mestrado e doutorado que nos apoiaram; e às instituições parceiras.

Muito obrigada!

”

Prof.^a Dra. Graziela Breitenbauch de Moura
Coordenadora Geral do IV CIPPAL

Itajaí, Santa Catarina - Brasil.
2024

sumário

1 cultura

Amanda Natália Schmitt; Charles Alexandre Souza Armada; Julia Turossi Ferro SOMÁLIA: DE SALVADORES DO MAR A PIRATAS.....	33
Ellen Prim Campos; Maria Gloria Dittrich O SER HUMANO E AS DIMENSÕES CONSTITUTIVAS DO SER: UMA VISÃO ANTROPOLÓGICA PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL	34
Giorgio Gilwan da Silva; Eduardo Napoleão; Anita Maria da Rocha Fernandes; Alice Demaria Silva POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÕES SOCIAIS COMO OBJETO DE <i>DESIGN</i> ..	35
Giorgio Gilwan da Silva; Eduardo Napoleão; Anita Maria da Rocha Fernandes; Guilherme Sauthier APLICAÇÃO <i>EMPLOYER BRANDING</i> PARA A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.....	36
Julia Aguiar Machado; Geni Beatriz Lazo; Ana Júlia de Borba Nunes; Ana Júlia da Silva Tomio; Nathalia Piacentini AUTOIMAGEM EM BAILARINOS CONTEMPORÂNEOS: UM CONVITE PARA SER	37
Laura Brand Canci; Marcos Vinícius Viana da Silva A CRIAÇÃO DE MARCAS COMO MECANISMOS FORTALECEDORES DA IDENTIDADE UNIVERSITÁRIA	38
Marina Bertolli Fontana; Carlos Golembiewski RÁDIO LEGISLATIVA DE ITAPEMA: UM PROJETO DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA	40
Nicole Montañó; Patrícia Nunes; Gustavo da Silva Machado OLHARES ENTRELAÇADOS: CAPTURANDO A POESIA DO COTIDIANO	41
Pedro Henrique de Toledo Menezes; Eduardo Napoleão; Alice Demaria Silva <i>ATELIER</i> SOLIDÁRIO: INTEGRAÇÃO ENTRE OS SABERES DA ACADEMIA E A CULTURA DO ARTESANATO NO BAIRRO EDUCADOR.....	43
Raquel Sander; Carlos Golembiewski FAKE NEWS, PÓS-VERDADE E O PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT	44
Tatiana Godinho Martins; Marta Rosa Borin RELIGIOSIDADE ATRAVÉS DA CULTURA VISUAL	45

2 direito

AmáBILE Boccassius Watzko; Marcos Vinícius Viana da Silva A FILOSOFIA KANTIANA NA FORMAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA	47
Ana Beatriz Fruet; Kátiuska Waleska Burgos General; Márcio Ricardo Staffen	

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INCONSTITUCIONALIDADE DA IMPLANTAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO ENVOLVENDO O JULGAMENTO SOBRE O MARCO TEMPORAL.....	48
Ana Luiza Messias; Vitória Schindwein Gomes; Camila Monteiro Santos A (IN)VISIBILIDADE DO DESLOCAMENTO AMBIENTAL NA CONTEMPORANEIDADE PERANTE AS ENCHENTES DO RIO GRANDE DO SUL	49
Ananda Zimmermann Simões Pires; Isabelle Godoy Teles dos Santos; Nicole Paroul Cansian A ATUAÇÃO DO BRASIL NA DISPUTA TERRITORIAL DE VENEZUELA E GUIANA POR ESSEQUIBO	50
Anna Luiza Kretzer; Camila Monteiro Santos A (IN)EFETIVIDADE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PRATICADA PELO DETENTOR DO PODER FAMILIAR	51
Arthur Ogliari Lana; Júlia Schauffert Portela Gonçalves; Pedro Augusto Silva Costa; Rafael Burlani Neves JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM MATÉRIA AMBIENTAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ADI N. 4.029 E DA ADPF N. 760	52
Bruno Veadrigo de Lima; João Lucas Ramos Escher; Maria Helena Novakoski Pessoli; Maria Luiza do Amaral Lopes; Pillar Serpa Melzi; Mell Mota Cardoso Conte A VULNERABILIDADE INFANTIL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL: O CRAS COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO E FORTALECIMENTO DOS ODS.....	53
Carlos Roberto Praxedes dos Santos; Camila Maurer OUVIDORIA COMO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO DE OUVIDORIA DE ITAJAÍ/SC.....	54
César Henrique Barzotto Antunes; Maria Glória Dittrich; Joaquim Olinto Branco O MÉTODO DA HERMENÊUTICA: CAMINHO PARA A COMPREENSÃO DAS FINALIDADES DA BR-470 COMO POLÍTICA PÚBLICA DE TRANSPORTE	55
Clovis Demarchi; Elaine Cristina Maieski INDICADORES EDUCACIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: RESULTADOS DA PESQUISA NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MUNICÍPIOS COM ATÉ DEZ MIL HABITANTES NO ESTADO DE SANTA CATARINA	57
Eduarda Sant'Anna; Roberto Wohlke AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PENITENCIÁRIA NO PRESÍDIO REGIONAL DE TIJUCAS/SC	59
Emerson Roberto Duarte; Orlando Luiz Zanon Junior A DIGNIDADE COMO FERRAMENTA DE RECUPERAÇÃO DO PRESO: PRECEITO DE COGESTÃO NO SISTEMA PRISIONAL E A PRELEÇÃO DO MÉTODO APAC	60
Estela Scarelli Mendes; Maria Eugênia Furtado A ALTERAÇÃO DE GÊNERO E A PREVIDÊNCIA SOCIAL: OS IMPACTOS DO BINARISMO DE GÊNERO NA APOSENTADORIA DE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS	61

Evandro Reinaldo de Melo	
A INFLUÊNCIA DAS FILOSOFIAS POLÍTICAS DE PLATÃO E ARISTÓTELES NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E NA ESTRUTURAÇÃO DE GOVERNOS CONTEMPORÂNEOS.....	62
Evandro Reinaldo de Melo; Rafael Burlani Neves	
A POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COM ÊNFASE NA LEI DE REURB, FRENTE ÀS LIMITAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI FEDERAL 6766/79 E O PLANO DIRETOR DE BOMBINHAS	63
Fernanda Souza Tomé da Silva; Rita de Cássia Gabrielli de Souza Lima	
REFLEXÕES SOBRE A CONDIÇÃO DE SUBALTERNIDADE DE MULHERES MORALMENTE VULNERADAS, BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	64
Filipe Augusto Senff; Marcos Vinícius Viana da Silva	
A NECESSÁRIA COMPREENSÃO DA <i>ACCOUNTABILITY</i> NA ERA DAS <i>FAKE NEWS</i>	65
Josias Ramão Machado; Natânia Linhares Moraes; Maria Eduarda Giacomossi da Silva; Fabio Garcia Cantagessi Rodrigues Gonçalves; Charles Alexandre Souza Armada	
CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE E TECNOLOGIA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL	66
Laryssa Furtado Pedroso; Mell Mota Cardoso Conte	
O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO COMO OBSTÁCULO PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES – E ODS 3 – SAÚDE E BEM-ESTAR.....	67
Laryssa Furtado Pedroso; Marilene Saramento; Mell Mota Cardoso Conte	
DA NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PLENO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	68
Lorena Victória de Freitas Pereira; Luana Schneider Fernandes; Victória de Oliveira da Rosa; Marcos Vinícius Viana da Silva	
O MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO: RESISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO FEMININA NO BRASIL.....	69
Lorena Victória de Freitas Pereira; Nicole Paroul Cansian	
MULHERES NA ECONOMIA GLOBAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA EPI E SUAS IMPLICAÇÕES DE GÊNERO	70
Lorena Victória de Freitas Pereira; Victória de Oliveira da Rosa; Marcos Vinícius Viana da Silva	
A NÃO REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE INTERNACIONALISTA E SEUS IMPACTOS NA EMPREGABILIDADE DO PROFISSIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	71
Lorena Victória de Freitas Pereira; Victória de Oliveira da Rosa; Marcos Vinícius Viana da Silva	

QUEIMADAS NA AMAZÔNIA: O PAPEL DO AGRONEGÓCIO E OS DESAFIOS DO DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL NA PROTEÇÃO DA FLORESTA TROPICAL.....	72
Luana Schneider Fernandes; Marcos Viana da Silva A NATURALIZAÇÃO DOS APÁTRIDAS NO BRASIL FRENTE À LEI 13.445/2017	73
Lucas Lima dos Anjos Virtuoso; Jonathan Cardoso Régis; Sérgio Lima dos Anjos Virtuoso; Jaqueline Decoud dos Santos; Ricardo Stanziola Vieira HOUSING FIRST E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: ANÁLISE DA APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL....	74
Marcel Gonçalves Cararo; Anita Maria da Rocha Fernandes A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO PODER PÚBLICO POR MEIO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E <i>BIG DATA</i>	75
Marcel Gonçalves Cararo; Anita Maria da Rocha Fernandes POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL.....	76
Márcia Sarubbi Lippmann; Newton Cesar Pilau JUSTIÇA RESTAURATIVA E <i>DESIGN THINKING</i> NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE ITAPEMA: UMA PARCERIA PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	77
Márcio Alessandro Silvero Aquino; Maria Glória Dittrich O BAIRRO DO MATADOURO EM ITAJAÍ/SC E O TRIÂNGULO DO CRIME	80
Marcos Vinícius Viana da Silva; Lorena Victória de Freitas Pereira; Nicole Paroul Cansian RÚSSIA DOS ANOS 90 AOS DIAS ATUAIS: DA LIBERALIZAÇÃO À AFIRMATIVA DO EXCEPCIONALISMO RUSSO	81
Mariana Alves Ilezyszyn; Joice Pacheco MAPEAMENTO DA ARQUITETURA HOSTIL NA REGIÃO CENTRAL DE JOINVILLE/SC: UM ENFOQUE NO SEU IMPACTO PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA POR MEIO DA LEI 14.489/2022	82
Paola Fava Saikoski; Fabiane Fisch O ICMS-E COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA NA CONSERVAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL DE GUARAQUEÇABA/PR...	83
Rafael Ramos Albanez AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR: UMA ANÁLISE DO PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES CIVIS COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES – A ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO FORO METROPOLITANO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ-AÇU	84
Ricardo Freire Collyer Cavalcante BREVE HISTÓRICO DO TRABALHO HUMANO E A FORMAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS NO BRASIL	85
Ricardo Freire Collyer Cavalcante; Wanderley Godoy Júnior DIREITO DO TRABALHO E LIBERDADE INDIVIDUAL: A OBRIGATORIEDADE DA VACINAÇÃO EXPERIMENTAL CONTRA O SARS-COV II EM EMPRESAS PRIVADAS.....	86

Tainara Jordana Prestes Bertoldo; Maria Glória Dittrich REFLEXÕES POLÍTICAS: UMA RELAÇÃO FILOSÓFICA SOBRE POLÍTICA EM PLATÃO E ARISTÓTELES	87
Victória de Oliveira da Rosa; Lorena Victória de Freitas Pereira A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A SUSTENTABILIDADE .	88
Victória de Oliveira da Rosa; Thaiany Gabriel Sagaz; Lorena Victoria de Freitas Pereira; Marcos Vinícius Viana da Silva O TRÁFICO DE MULHERES NA AMAZÔNIA: DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS E ROTAS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL	89
Victoria Marques da Rosa; Graziela Breitenbauch de Moura ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO DE ITAJAÍ: O PROPULSOR PARA UMA CIDADE INTELIGENTE	90
Vitória Matos Rodrigues; Roberto Wohlke ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO: ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE CÔMPUTO EM DOBRO DA PENA À LUZ DA RESOLUÇÃO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH).....	91

3 educação

Ana Beatriz Weiguert; Maíra Naman ANÁLISE DA POLÍTICA DE ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O FUTEBOL FEMININO	93
Andrey Felipe Cé Soares GESTÃO ESCOLAR, COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ÓRGÃOS COLEGIADOS E DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR	94
Angelo Nascimento Carrasco; Ilisabet Pradi Krames; Gustavo Becker Krummenauer; Rafael Borini Martins Costa Borini; Tatiane Natalino Sant'Ana MEDIÇÃO E SUPERCOMPENSAÇÃO NO ENSINO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL: UM OLHAR PARA A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	96
Bernardo José Corrêa; Gilberto Capitani de Souza de Abreu; Cristhian da Silva O BENEFÍCIO DO IOGA PARA AUTISTAS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL	97
Betina Pezzini da Veiga; Samara Santos Nunes; Cristhian da Silva CORPO EM MOVIMENTO, MENTE EM DESENVOLVIMENTO: A PSICOMOTRICIDADE EM CRIANÇAS DO CEMESPI	98
Bruna Henning Pereira; Julia de Paula Ballmann; Laura Cargnelutti Pires; Letícia Souza Mangrich Pereira O INCENTIVO NO BRASIL ÀS MULHERES NA TECNOLOGIA	100
Claudio da Silva; Magali Rogge; Marcely Vardanga GESTÃO COMPARTILHADA: CAMINHOS PARA UMA RELAÇÃO SAUDÁVEL NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	102

Claudio da Silva; Vanderléa Ana Meller POLÍTICAS PÚBLICAS DE CUIDADO À PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	103
Denise de Castro Insaurriaga Silva; Igor de Insaurriaga Silva; Eduardo Augusto Werneck Ribeiro QUALIDADE DE VIDA ENTRE ADOLESCENTES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO OMNILATERAL.....	104
Eduardo Napoleão, Alice Demaria Silva, Giorgio Gilwan da Silva <i>DESIGN</i> DE JOGOS E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A PRODUÇÃO DE PROTÓTIPOS DE JOGOS NO CONTEXTO ACADÊMICO	105
Elisangela Roloff Mendez A CATARSE DO CONHECIMENTO ATRAVÉS DO TEATRO NA ESCOLA.....	107
Evandro Reinaldo de Melo PERSPECTIVAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A SAÚDE E EDUCAÇÃO	108
Gabriel de Oliveira; João Rodrigo Maciel Portes; Larissa Paraventi; Maria Gabriela Neves; Raquel Ghizoni Argenta INFÂNCIAS E RACISMO: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DE VYGOTSKY.....	109
Gabriela Aurich Barramacher Steil; Helen Francine Marin Thives; Vanderléa Ana Meller; Carlos Roberto Praxedes dos Santos PROPOSTA POLÍTICO-EDUCATIVA DO PROGRAMA CÂMARA MIRIM DE ITAPEMA/SC	110
Gabriela Bocalon Spindola; Mayara da Cunha Weege; Sofia Ostrowski Schulz; Daniela Valcarenghi; Ednéia Casagrande Bueno; Natália Muller Jenichen Perboni PROJETO DE EXTENSÃO DISCUTINDO A RELAÇÃO EM DIÁLOGO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	111
Ilisabet Pradi Krames; Rafael Borini Martins Costa Borini; Tatiane Natalino Sant Ana; Angelo Nascimento Carrasco; Gustavo Becker Krummenauer; Cintia Metzner de Souza A LEI 11.645/08 NOS CURSOS DE LICENCIATURA DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DE SANTA CATARINA.....	113
João Gabriel Gaspar Ballestero; Morgana de Almeida Trintin; Sandra Regina Leal A PROBLEMÁTICA DA AUTONOMIA INTELECTUAL DO ALUNO SECUNDARISTA, A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO O GOLPE SOB A LUPA DA ARTE	114
Juciane Pereira da Conceição Vieira; Claudio da Silva; Vanderléa Ana Meller SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC: O FLUXO DE INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	116
Juliana da Silva; Luana Oliveira de Souza; Maria Eduarda Costa; Sabryna Bezerra Batista; Ilisabet Pradi Krames	

CULTURA INDÍGENA E GRAFISMO: PRÁTICAS FORMATIVAS NO ENSINO FUNDAMENTAL	117
Juliana Guérios; Vanderléa Ana Meller PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DOCENTE.....	119
Letícia Ribeiro Noble; Daniele Soares Lima ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	121
Liliane Geisler ENUNCIADOS SILENCIADOS QUE FALAM: O NOVO ENSINO MÉDIO E AS FUNÇÕES DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA.....	122
Liliane Geisler; Maíra Naman A MERCADOLOGIZAÇÃO NO CURRÍCULO ESCOLAR	123
Lívia de Melo Schmitt; Roberto Wöhlke DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR: UMA ANÁLISE DAS DIFICULDADES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM TIJUCAS	124
Luana Gabriele Nilson; Daniela Maysa de Souza; Keila Zaniboni Siqueira Batista; Rárica Isidório Sampaio Feitosa de Matos Vieira FORMAÇÃO DOCENTE EM METODOLOGIAS ATIVAS E O POTENCIAL PARA QUALIFICAR PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA GRADUAÇÃO EM MEDICINA	125
Magali Rogge; Graziela Breitenbauch de Moura AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS PÚBLICAS BRASILEIRAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	126
Magali Rogge; Graziela Breitenbauch de Moura HUMANIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM INTEGRADA NO ESPAÇO ESCOLAR ...	127
Maria José da Silva Morais; Maria José de Pinho FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E EPISTEMOLOGIA TRANSDISCIPLINAR NA REGIÃO NORTE: APROXIMAÇÕES E DIÁLOGOS.....	128
Marilei Alves; Josiane da Silva Delvan da Silva POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS PARA O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	129
Marinei Tatiana Jimenez Garcia; Vanderléa Ana Meller EDUCAÇÃO INFANTIL: O DIREITO AO BRINCAR COMO EXPRESSÃO DA VIDA	130
Marjoriê Kleis Fuchs; Maria Eduarda Gasperi POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL: UMA PRÁTICA EDUCATIVA PARA A O ENSINO DA LINGUAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA	132
Milena Novack; Manuela Felix Furlanetto; Ariane Pereira Antunes; Maria Eduarda Wrubel; Gabriela Vitória Felisberto; Ana Júlia da Silva Tomio; Franciny Luiza Fernandes Mosson; Maria Vitória Schizzi Tiepo DISCUTINDO A(S) RELAÇÃO(S): TEORIA E PRÁTICA DO ESTÁGIO EM PSICOLOGIA NO PROGRAMA #DR	133

Rafael Borini Martins Costa Borini; Ilisabet Pradi Krames; Tatiane Natalino Sant Ana; Angelo Nascimento Carrasco; Gustavo Becker Krummenauer UM OLHAR PARA O IDEB DOS ANOS FINAIS NOS CONTEXTOS PRÉ E PÓS- PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC	135
Scharlene Pereira Rota A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: IMPACTOS DO USO PROLONGADO DAS TELAS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL	136
Simone Weschenfelder; Daniel Vicente Bonho; Renata Fratton Noronha; Luciene Eberle; Carla Helena Schilling; Ana Carolina Kayser; Luis Henrique Rauber RELATO DE EXPERIÊNCIA: PROJETO GESTÃO E EMPREENDEDORISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	137
Vanderléa Ana Meller; Guilherme Everson de Freitas; Samuel Carlos Caetano; Maria Luíza Rocha Vicentin; Claudio Augusto Muchalowski Ribeiro IMPACTOS SOCIAIS DA ESCOLINHA DE FUTEBOL PARA CRIANÇAS E JOVENS DO LAR PADRE JACÓ.....	139

4 meio ambiente

Annelise Simon Ovelar dos Santos; Joaquim Olinto Branco; Larissa Fernanda Dittrich INUNDAÇÕES NO RIO ITAJAÍ-MIRIM E POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO ANFÍBIA.....	141
Carolina Júlia da Cruz Silva AS SACOLAS PLÁSTICAS E A PROTEÇÃO JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE: O CASO DO TEMA 970 DO STF	142
Erlen Karla Lopes Voss; Joaquim Olinto Branco ECONOMIA CIRCULAR HÍDRICA NAS INDÚSTRIAS: UMA ESTRATÉGIA DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	143
Erlen Karla Lopes Voss; Joaquim Olinto Branco; Patricia Fernádes Aracil PARQUE INUNDÁVEL LA MARJAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ALICANTE, ESPANHA	144
Filipe Augusto Senff; Liara Jamili Duarte Terra; Rafael Burlani Neves A METODOLOGIA DA PEGADA ECOLÓGICA E SUA RELEVÂNCIA NA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	145
Larissa Fernanda Dittrich; Joaquim Olinto Branco; Albertina Xavier da Rosa Corrêa O USO DE AGROQUÍMICOS NA ÁGUA PARA O CULTIVO DE ALIMENTOS AO LONGO DO RIO ITAJAÍ-MIRIM: IMPACTOS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO DA REGIÃO	146
Ricardo Stanziola Vieira; Jaqueline Decoud dos Santos Sergio Lima dos Anjos Virtuoso; Lucas Lima dos Anjos Virtuoso A LITIGÂNCIA CLIMÁTICA COMO SOLUÇÃO DE CONFLITOS CLIMÁTICOS..	147

5 saúde

- Adriana Grabner; Vitória Nathalia Nascimento; Adriana Castro de Souza; Angelita Gabriela Nascimento
TRANSFORMANDO EXPERIÊNCIAS EM APRENDIZADO: O IMPACTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO APOIO A MIGRANTES E REFUGIADOS149
- Adriane Andrea Fernandes; Caroline Fernandes Iokilevitc; Danrley Mauricio Vieira de Souza; Edson Mendonça de Oliveira; Gustavo da Silva Machado; Oraide de Oliveira; Thaysa da Silveira Fortes
GRUPO ACOLHER E REFLETIR: PRODUÇÃO DE CUIDADO MÚTUO E CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS EM UM CENTRO COMUNITÁRIO DE FLORIANÓPOLIS.....150
- Alessandra Souza do Nascimento; Daniela Silva; Guilherme da Silva; Noemia Liege Maria Bernardo de Almeida; Kessy Gabrielly Pegoraro
EDUCAÇÃO AFETIVA BASEADA EM EXPERIÊNCIAS, TROCAS E INTERAÇÃO PARA FORTALECER A SAÚDE E O PROTAGONISMO DO ADOLESCENTE151
- Alessandra Souza do Nascimento; Daniela Silva; Guilherme da Silva; Noemia Liege Maria Bernardo de Almeida; Kessy Gabrielly Pegoraro
PROBLEMAS RELACIONADOS COM MEDICAMENTOS: IMPACTO NO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS.....153
- Aline Cristina Silva; Anderson José Adami; Giulia de Carvalho Novelleto; Isabella Pereira Martins; Maria Rita da Cunha Farias; Daniela Cristina Rático de Quadros; Edna dos Santos Carvalho Laverde; Stella Maris Brum Lopes
PET-SAÚDE EQUIDADE, CUIDADO INTEGRAL ÀS TRABALHADORAS DE SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA155
- Aline Freitas Alexandre Soares; Rita de Cássia Teixeira Rangel; Eneida Patrícia Teixeira; Larissa da Silva; Daniela Cristina Ratico de Quadros
CONSULTORIA EM AMAMENTAÇÃO POR ENFERMEIRO156
- Aline Yohana da Silva; Ana Carolina Peters Fischer; Marina Corbetta Benedet
POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A ATUAÇÃO DO PROGRAMA REENCONTRO157
- Amanda Queiroga Tonet; Fernanda Melchiorretto Ferreira; Izabelle Coelho de Souza; João Fillipe Horr; Júlia Melchiorretto Ferreira
DEMANDAS DE MULHERES SOBREVIVENTES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ATENDIMENTOS DO COLETIVO DE MULHERES BRASIL EM AÇÃO, EM PENHA/SC159
- Ana Carolina Peters Fischer; Ana Paula da Silva Capeleto; Elaine Watanabe; Eloysa Nezello; Laís Helena Tomio; Laura Emanuellyn Seidel; Sofia Lyra Castro; Yuri Eller Verzola
AÇÃO DO PROJETO PRÁTICA A MENTE: *DIABETES MELLITUS*.....160
- Ana Carolina Peters Fischer; Ana Paula da Silva Capeleto; Elaine Watanabe; Eloysa Nezello; Laís Helena Tomio; Laura Emanuellyn Seidel; Sofia Lyra Castro; Yuri Eller Verzola

AÇÃO DO PROJETO PRÁTICA A MENTE: ESTRESSE E SUAS REPERCUSSÕES NO TRATO GASTROINTESTINAL	162
Ana Carolina Peters Fischer; Beatriz Mirante; Eloisa Candido Garcia; Isabela Dávila Resgalla; Milena Batista dos Santos Pedroso; Clarice Aparecida Munaro; Eloysa Nezello; Ana Luiza Reis Vasques	
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	164
Ana Carolina Peters Fischer; João Fillipe Horr; Laura Schneiders Irigoyen; Maria Alice Bruno; Maria Antonia Ferreira; Michele Emanuele da Silva; Sofia Ostrowski Schulz; Vitoria Nathalia do Nascimento	
RELATO DE EXPERIÊNCIA: A VIVÊNCIA EM UMA LIGA ACADÊMICA DE SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (LASMAP)	165
Ana Clara Luz Loureiro; Bruna Roberta Caron; João Fillipe Horr	
CENÁRIOS PSICOSSOCIAIS VIVENCIADOS POR MULHERES QUE SOBREVIVERAM À UMA TENTATIVA DE FEMINICÍDIO CONJUGAL	167
Ana Flávia de Cezaro; Andressa Vitoria Marconi Bueno; Henrique Costacurta Zuchi; Ednéia Casagrande Bueno	
VIVÊNCIAS QUE SE ENTRECruzAM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PROJETO RONDON	168
Ana Luísa TiegS; Bianca Cecília Vieira Sagaz; Teresa Maria Figueiredo de Campos; Camila Santos do Couto; Bibiana Sales Antunes Brum; Daniela Cristina Ratico de Quadros; Rita de Cássia Teixeira Rangel	
A CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: REVISÃO NARRATIVA.....	170
Ana Luíza Ramos dos Santos; Mayara Ana da Cunha Kersten	
REPORT OF EXPERIENCE: COLLECTIVE HEALTH IN BRAZIL VS. NORWAY ...	171
Ana Paula dos Reis; Ana Beatriz Bruns Camacho; Graziela Breitenbauch de Moura	
ESTRATÉGIA PARA O ENFRENTAMENTO DA EPIDEMIA DE DENGUE: IMPLANTAÇÃO PRECOCE DO CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM UM MUNICÍPIO CATARINENSE.....	172
Ana Paula dos Reis; Ana Beatriz Bruns Camacho; Graziela Breitenbauch de Moura	
O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS NA PREVENÇÃO DA DENGUE EM ARAQUARI/SC.....	173
Ana Paula dos Reis; Graziela Breitenbauch de Moura	
A POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE NO BRASIL E OS DESAFIOS DOS ATORES PÚBLICOS INTERSETORIAIS	174
Ana Paula dos Reis; Tainara Jordana Prestes Bertoldo	
BIOPIRATARIA: UMA RELAÇÃO ENTRE A BIODIVERSIDADE E A SAÚDE PÚBLICA	175
Ana Paula dos Santos Rodrigues; Camila Gois Nicolini; Maria Vitória Schizzi Tiepo	
A RELAÇÃO ENTRE ESTUDOS E MATERNIDADE: UMA PESQUISA SOBRE ALUNAS PUÉRPERAS NA GRADUAÇÃO	176

Ana Regina Coldebella; Camila Monteiro Santos; Carolina Machado; Danielly Fontoura Franz Hafthór Sigurdhsson Guimarães; Leonardo Düngersleber; Raphael Nunes Bueno; Victoria Pedrosa Ribeiro PET EQUIDADE ANTONIETA DE BARROS: PROMOVENDO O RESPEITO À DIVERSIDADE ATRAVÉS DA ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E TRABALHO	177
Ana Regina Coldebella; Camila Monteiro Santos; Carolina Machado; Gustavo Becker Krummenauer; Isadora Klabunde Pereira; Luana Freire de Sousa Michiles; Marieli Portella Glowczynski; Raphael Nunes Bueno PET EQUIDADE ANTONIETA DE BARROS: CARTOGRAFIA INICIAL	178
Ana Sara dos Santos; Rita de Cássia Teixeira Rangel; Eneida Patrícia Teixeira; Pollyana Bortholazzi Gouvea VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO PROCESSO DE PARTO: REVISÃO INTEGRATIVA	180
Andressa Pinto Michael; Ana Maria de Souza Melo; Clarissa Formigheri Moretto; Isadora Pereira da Costa Cruz; Naej Carla Lamim Steil; Natália Pilan; Letícia Ziggionti de Oliveira DESAFIOS E PROGRESSOS NO COMBATE À HEPATITE C: PERSPECTIVAS RUMO À ERRADICAÇÃO	181
Andressa Vitoria Marconi Bueno; David Tiago Cardoso TESTEMUNHANDO O PRÓPRIO ENLOUQUECER: REFLEXÕES EM “O PAPEL DE PAREDE AMARELO”	182
Andressa Vitoria Marconi Bueno; Edneia Casagrande Bueno DANDO VOZ À RAMONA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	183
Andressa Vitoria Marconi Bueno; Isabela dos Santos Pinheiro; David Tiago Cardoso; Maria Vitória Schizzi Tiepo LINHAS DE FUGA NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	184
Andressa Vitoria Marconi Bueno; João Fillipe Horr MORTAS POR FEMINICÍDIO: A LITERATURA COMO MEMÓRIA E RESISTÊNCIA EM “MULHERES EMPILHADAS”	185
Andrieli de Freitas Corrêa Palhano; Bibiana Sales Antunes Brum; Camila Santos do Couto; Larissa da Silva; Maria Eduarda Tavares; Valdir da Silva Junior; Yasmin Achutti PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: ESTRATÉGIA UTILIZADA COMO POLÍTICA PÚBLICA NA REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL NO BRASIL	186
Ane Karoline da Rocha Ferreira Gomes; Matheus Felipe Oliveira dos Santos; Líbia Daniele Oliveira Jatý; Geísa Cordeiro dos Santos; Flávia Garcez da Silva; Elaine Cristiny Evangelista dos Reis POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CONTROLE DO CÂNCER DE MAMA NO CONTEXTO AMAZÔNICO	187
Anna Carolina Bornhausen Nunes; Arielle Priscila de Souza Ramos; Catarina Luiza Dalmarco; Luana Guimarães Kilipper; Rafaela de Andrade da Costa	

VIVÊNCIAS DE CUIDADO: ENCONTRO PRÁTICO DE ESTUDANTES DE ENFERMAGEM COM GESTANTES SOBRE AMAMENTAÇÃO E CUIDADOS COM O RECÉM-NASCIDO	188
Beatriz Lopes Sassaki; Renan Vinícius Aninhaia; Graziela Liebel PANORAMA DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO BRASIL NOS ÚLTIMOS TREZE ANOS	190
Beatriz Patrícia Pereira; Catarina Macagnan Heusi; Clarice Aparecida Munaro; João Pedro Gerlach Dotta; Nicole Moreira de Souza; Samuel dos Santos Espindola DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS PALIATIVOS E NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE	191
Beatriz Patrícia Pereira; Catarina Macagnan Heusi; João Pedro Gerlach Dotta; Nicole Moreira de Souza; Samuel dos Santos Espindola; Wellington Sanchez Abdou DESAFIOS NA CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DE LGBT: REFLEXÕES SOBRE DISCRIMINAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	192
Beatriz Rovassine Rocha; Rita de Cássia Teixeira Rangel; Eneida Patrícia Teixeira; Larissa da Silva ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO CICLO GRAVÍDICO-PUERPERAL PARA O SUCESSO DO ALEITAMENTO MATERNO: REVISÃO INTEGRATIVA	193
Bianca Tourinho; Ricardo Castello; Guilherme Shimocomaqui; Valmir Gomes; Jamile Figueiredo; Thais Vaughan A ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA NAS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE: O PRINCÍPIO DA SUFICIÊNCIA.....	194
Bianca Tourinho; Ricardo Castello; Guilherme Shimocomaqui; Valmir Gomes; Jamile Figueiredo; Thais Vaughan A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE: INOVAÇÕES E IMPACTOS NA QUALIDADE DA ASSISTÊNCIA	195
Bianca Tourinho; Ricardo Castello; Guilherme Shimocomaqui; Valmir Gomes; Jamile Figueiredo; Thais Vaughan SAÚDE BASEADA EM VALOR: UM NOVO PARADIGMA PARA A ATENÇÃO À SAÚDE	196
Bianca Tourinho; Ricardo Castello; Guilherme Shimocomaqui; Valmir Gomes; Jamile Figueiredo; Thais Vaughan; Leila Almeida Gomes A CONTRIBUIÇÃO DA REDE ALYNE PARA O FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO BRASIL	197
Bianca Tourinho; Ricardo Castello; Guilherme Shimocomaqui; Valmir Gomes; Jamile Figueiredo; Thais Vaughan; Leila Almeida Gomes REGIONALIZAÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA NO SUS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA PNAES	198
Bianca Tourinho; Ricardo Castello; Guilherme Shimocomaqui; Valmir Gomes; Jamile Figueiredo; Thais Vaughan; Rita de Cassia Matos Bitencourt Navarro INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA: O IMPACTO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE (PNAES)	199

Bibiana Sales Antunes; Valdir da Silva Junior, Andrieli Corrêa Palhano; Gabryela Borges Souza PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: UMA AÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS	200
Bruna Aparecida Miranda da Paz; Taiane Cintia da Silva Sampaio Robusto; Fabiola Hermes Chesani; Juliana Vieira de Araújo Sandri CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UMA TECNOLOGIA DE SEGURANÇA TÓRAX-PÉLVICO PARA PACIENTES NEUROLÓGICOS, DURANTE A SEDESTAÇÃO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA	202
Bruna Jacqueline de Souza; Carina Raquel Podiatsky; Gisele Vitoria Santos Alvares; Valéria Oliveira Silva; Yasmim Djala Paula da Costa; Aline Bertoli da Cunha; Angélica Garcia Couto; Mariajosé Louise Caro Schulz VIVÊNCIAS DE UM GRUPO DE FUTURAS TRABALHADORAS DA SAÚDE, COM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES, COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO PARA INTERVENÇÃO COM O PÚBLICO-ALVO DO PET-SAÚDE EQUIDADE.....	203
Bruna Moretoni; Debora Calita Bento; Eduardo Venâncio; Kamila Peixoto de Souza; Maria Vitoria Schizzi Tiepo RELATO DE EXPERIÊNCIA DA PALESTRA DO PROJETO DE EXTENSÃO #DR: PROMOÇÃO DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DE ADOLESCENTES NO CONTEXTO ESCOLAR.....	205
Bruna Moretoni; Murilo Schiefler Moura; Sueli Terezinha Bobato; Claiza Barretta; Everson Fernando Malluta; Munique Kurtz de Mello; Polyanna Borges A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR NA ASSISTÊNCIA INTEGRAL NO AMBULATÓRIO DE DOENÇAS INFLAMATÓRIAS INTESTINAIS DA UNIVALI: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	206
Caio Araújo Fiates; Clarice Munaro; Davi Loss dos Santos; Lucas Calgaro Mendonça; Marcelo Alexandre Tessarolo Filho; Pedro Henrique Guasque Cavina; Pedro Piazza Schmidt; Rafael Padrão Serra de Araújo CIRURGIA PALIATIVA: ESTRATÉGIA PARA ALÍVIO DE SINTOMAS E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NOS PACIENTES EM CUIDADO PALIATIVO.....	208
Camila Santos do Couto; Isadora Christine de Azevedo; Mariana Duarte Neves A LASERTERAPIA COMO RECURSO TERAPÊUTICO COADJUVANTE NO TRATAMENTO DE LESÕES MAMÁRIAS DECORRENTES DA AMAMENTAÇÃO	209
Camila Santos do Couto; Valdir da Silva Junior, Andrieli Corrêa Palhano PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: SITUAÇÃO VACINAL EM UNIDADES ESCOLARES	210
Camila Santos do Couto; Valdir da Silva Junior, Andrieli Corrêa Palhano; Milene Negri Reiser IMPACTO DO ABSENTEÍSMO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	211
Carolina Campos Camilo Gonçalves; Giulia de Campos de Souza; Silvana Marchiori de Araújo; Henrique Costacurta Zuchi	

EXPECTATIVA PROFISSIONAL DE ACADÊMICOS INGRESSANTES E CONCLUINTE DE UM CURSO DE ODONTOLOGIA	212
Carolina Otto; Ana Paula dos Reis PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS NOTIFICAÇÕES DE SÍFILIS EM GESTANTES EM UM MUNICÍPIO DA REGIÃO NORTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	213
Caroline Sugiura; Clarice Aparecida Munaro; Guilherme Ribeiro; Lisliê Nepomuceno; Henrique Albuquerque Mazzetto; Rafaela Martins Narciso; Sara Maysa Araújo Muller CUIDADOS PALIATIVOS NO CONTEXTO DAS DOENÇAS AMEAÇADORAS DA CONTINUIDADE DE VIDA SOB O OLHAR DA POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS PALIATIVOS.....	214
Catarina Luiza Dalmarco; Angélica Garcia Couto; Renê Artur Ferreira SAÚDE DO TRABALHADOR: PROMOÇÃO DA INFORMAÇÃO ACERCA DO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E CHÁS.....	215
Catarina Luiza Dalmarco; Juliana Vitória Diniz de Carvalho; Angélica Garcia Couto; Renê Artur Ferreira PROGRAMA DE EXTENSÃO “PLANTE SAÚDE” COM PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS (PANC) NA ESCOLA	217
Catarina Luiza Dalmarco; Yasmin Achutti; Cleodiane da Silva Castro; Eneida Patrícia Teixeira; Rita de Cássia Teixeira Rangel; Rodrigo Massaroli; Larissa da Silva A IMPORTÂNCIA DA ESCALA DE DEPRESSÃO PÓS-PARTO NOS PROTOCOLOS DE ATENDIMENTO PUERPERAL: ESTUDO DE REVISÃO	218
Charles Alexandre Armada; Edilson Rosa da Rosa; Victória de Oliveira da Rosa O PAPEL DA RELIGIÃO EM TRATAMENTOS PSICOLÓGICOS: UMA ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS E DESAFIOS	219
Clarice Aparecida Munaro; Débora Wainstein Paiva; Isadora Granemann; Julia Thais de Córdova; Liara Bordin; Maria Eduarda Camargo de Rocco; Marina Bertoldi Borges ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA CRIANÇA EM CUIDADO PALIATIVO	220
Clarice Aparecida Munaro; Henrique Costacurta Zuchi; Jessica Gomes da Silva; Maria Fernanda de Zorzo; Nathan Junqueira da Conceição; Yasmin Achutti EXPANSÃO DE COBERTURA VACINAL CONTRA HPV COMO MEDIDA DE AMPLIAÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA.....	221
Clarice Aparecida Munaro; Henrique Costacurta Zuchi; Maria Fernanda de Zorzo; Nathan Junqueira da Conceição; Yasmin Achutti TUBERCULOSE: DOENÇA AINDA CONDICIONADA PELA VULNERABILIDADE SOCIAL	222
Daiana Marcomini; Isabelli Eccher Dionisio; Clara Tereza Machado Schramm; Clarice Aparecida Munaro; Eloyza Nezello; Ana Carolina Peters Fischer; Ana Luiza Reis Vasques PANORAMA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL ...	223
Daiane Deise Pereira Massaroli; Eliane Kachuski; Eneida Patrícia Teixeira; Rita de Cássia Teixeira Rangel; Maria Luiza Machado; Rodrigo Massaroli	

PERFIL DOS USUÁRIOS ACAMADOS OU DOMICILIADOS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.....	224
Danieli Martins; Erika Mauch Vaz; Fabio Martino Otero Ávila; Rafaela Lopes Doria; Rosana Gama Pereira Martins; Sheila das Neves Martins; Thaisi da Cunha; Thayse Rosa	
CAPACITAÇÃO SOBRE PRÉ-NATAL AOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	225
Denise de Castro Insaurriaga Silva; Júlia Graciela de Souza; Fernanda Souza Tomé da Silva; Eduardo Augusto Werneck Ribeiro	
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: FORMAÇÃO DOCENTE	227
Diego Fernandes de Sousa; Carina Nunes Bossardi; Larissa Paraventi	
COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA E A PARENTALIDADE POSITIVA NA RELAÇÃO PAIS-FILHOS ADOLESCENTES: ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DE SAÚDE E DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	228
Dora Carolina Diedrich Saldanha; Fernanda Melchiorretto Ferreira; Izabelle Coelho de Souza; Júlia Melchiorretto Ferreira	
POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O MANEJO DA FIBROMIALGIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, BRASIL	229
Dora Carolina Diedrich Saldanha; Isabela de Souza Simões; Jennifer Diaz Skibinski; Laura Lucas Beneduzi; Lucas da Silva Cardoso; Nicole Panacioni Mazocato	
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DO MOVIMENTO ANTIPSIQUIATRIA.....	230
Eduarda Rodrigues Bihir; Eloiza Menegussi de Barros; João Fillipe Horr	
TIKTOK E DIAGNÓSTICO PSICOPATOLÓGICO: NOMES DO ADOECER OU PERTENCER?.....	231
Eduarda Silveira de Abreu; Gabriel de Oliveira; Carina Nunes Bossardi; Fabíola Hermes Chesani	
TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE E A ADOLESCÊNCIA, DESAFIOS E NECESSIDADES DE ORGANIZAÇÃO DE ATIVIDADES DA VIDA DIÁRIA.....	232
Ellen Campos Navarro Storino; Eneida Patrícia Teixeira; Henrique Costacurta Zuchi; Jessica Gomes da Silva; Maria Fernanda de Zorzo; Nathan Junqueira da Conceição; Yasmin Achutti	
RASTREAMENTO DE CÂNCER DE MAMA: RESULTADOS BI-RADS E DESAFIOS DE SAÚDE PÚBLICA	233
Ellen Prim Campos; Maria Glória Dittrich	
A ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UM OLHAR SOBRE A ESFERA SOCIAL E ESFERA DA SAÚDE PÚBLICA	234
Eloisa Cristina Pereira; Letícia Ziggotti de Oliveira; Luciane Peter Grillo; Tatiana Mezadri	
CONSUMO DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS ANTES, DURANTE E APÓS A PANDEMIA DE COVID-19, DE ACORDO COM FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO BRASIL.....	235

Erika Ferreira Santos, Dhamela da Silva Cavalcante, Adriel Ferreira da Silva, Raquel de Fátima Oliveira Fortes, Mayara Ana da Cunha Kersten, Odisséia Fátima Perão RELATO DE EXPERIÊNCIA: VIVÊNCIA DE ACADÊMICAS DE ENFERMAGEM EM PROGRAMA DE EXTENSÃO DESTINADO A MULHERES NA TERCEIRA IDADE	236
Erika Ferreira Santos; Dhamela da Silva Cavalcante; Adriel Ferreira da Silva; Raquel de Fátima Oliveira Fortes; Mayara Ana da Cunha Kersten; Odisséia Fátima Perão PROGRAMA INSTITUCIONAL UNIVIDA: ESPAÇO DE INSERÇÃO PARA O ENVELHECIMENTO ATIVO	237
Erika Ferreira Santos; Dhamela da Silva Cavalcante; Mayara Ana da Cunha Kersten; Gustavo D'Avila Silva; Odisséia Fátima Perão; Adriel Ferreira da Silva O IMPACTO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO PARA ENVELHECIMENTO: INTERAÇÃO SOCIAL E AUTONOMIA, SEGUNDO O ESTATUTO DO IDOSO ...	238
Erika Ferreira Santos; Dhamela da Silva Cavalcante; Mayara Ana da Cunha Kersten; Thayanny do Nascimento Ferreira; Odisséia Fátima Perão; Raquel de Fátima Oliveira Fortes A IMPORTÂNCIA DO USO DO INSTRUMENTO IVCF-20 NA SAÚDE PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DA FRAGILIDADE EM IDOSOS.....	239
Erika Ferreira Santos; Iury Viana Freitas; Adriano da Silva Acosta; Pollyana Bortholazzi Gouvea; Silmara da Costa Maia; Maria Fernanda Zorzo de Castro; Luis Eduardo Veran; Maria Izabel de Col Jorge Rebelo DESAFIOS NA ADESÃO AO PREENCHIMENTO DO <i>CHECKLIST</i> DE CIRURGIA SEGURA PELA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA....	240
Erika Ferreira Santos; Rodrigo Massaroli; Iury Viana de Freitas Silva; Rita de Cassia Teixeira Rangel; Eneida Patrícia Teixeira; Larissa Silva; Pollyana Bortholazzi Gouvêa GESTÃO DE RISCO E SEGURANÇA DO PACIENTE EM AMBULATÓRIO UNIVERSITÁRIO	241
Fabiola Hermes Chesani; Camila Cristine Tavares; Marigleice Stolben; Raiane Henriques; Laura Gai ESTIGMATIZAÇÃO SOCIAL E SEU IMPACTO EM USUÁRIOS DE CADEIRAS DE RODAS MANUAIS: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA CIF	243
Fabiola Hermes Chesani; Carina Nunes Bossardi; Pollyana Bortholazzi Gouvea; Juliana Vieira de Araujo Sandri; Camila Cristine Tavares COMPOSTO COLETIVO ENTRE BRASIL (GEVAS) E BÉLGICA (NEUROEPIGENETHICS).....	244
Fabiola Hermes Chessani, Camila Cristine Tavares, Marigleice Stolben, Raiane Henriques; Laura Gai ANÁLISE DO IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM USUÁRIOS DE CADEIRAS DE RODAS MANUAIS COM BASE NA CIF	245
Fernanda Souza Tomé da Silva; Ana Clara Creplive Vieira; Clarissa Fonseca Vollrath Possmoser; Isabela Souza Alves; Isabela Antonio Pereira; Júlia Graciela de Souza; Regiane da Silva Macuch; Aliny de Lima Santos ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: CAMINHOS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE	246

Fernanda Souza Tomé da Silva; Isabela Antonio Pereira DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DO TABAGISMO	247
Fernanda Souza Tomé da Silva; Júlia Graciela de Souza; Denise de Castro Insaurriaga Silva; Rita de Cássia; Gabrielli de Souza Lima FITOTERAPIA E PRÁTICAS INTEGRATIVAS: SABERES ANCESTRAIS E POLÍTICAS DE SAÚDE NO SUS.....	248
Fernanda Veiga; Beatriz de Oliveira Lavezzo; Matheus Braciak; Samara Aparecida Pereira Gonçalves; Giovani Tesser; Márcia Gisela Lima APRESENTAÇÃO E RESULTADOS PARCIAIS DE UM PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL UNIVERSITÁRIO	249
Filipe Luis Souza; Sueli Terezinha Bobato HIPNOTERAPIA COGNITIVA COMO UMA INTERVENÇÃO INOVADORA PARA ADOLESCENTES DIAGNOSTICADOS COM DOENÇA DE CROHN E COMORBIDADES PSICOLÓGICAS: UM ESTUDO DE CASO	250
Francine Schmitz; Maria Júlia de Faria; Bibiana Sales Antunes Brum BRINQUEDO TERAPÊUTICO NA INTERNAÇÃO HOSPITALAR PEDIÁTRICA ...	252
Gabriel Fagundes da Rocha; Giovanna André Cardoso; Lucas Castagnotto Pasuch; Lucas Leite Pieri; Luís Eduardo da Costa Busato; Thiago Andreon Ramos; Clarice Aparecida Munaro AS DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE NOS CUIDADOS PALIATIVOS...	253
Gabriel Henrique Ventura Medeiros; Valdir da Silva Junior; Ana Laura T. Guerreiro; Bruna Jacqueline de Souza; Kelly Mara Oenning; Aline Bertoli da Cunha; Mariajosé Louise Caro Schulz; Angélica Garcia Couto PET-SAÚDE EQUIDADE: VIVÊNCIAS DOS ESTUDANTES DOS CURSOS DA ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE PARA FORMAÇÃO EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES.....	254
Gabriel Henrique Vieira; Gustavo da Silva Machado; Vinicius Siegel Batista CONCEITO DE SAÚDE NA PERSPECTIVA DOS IMIGRANTES QUE TRABALHAM NA CONSTRUÇÃO CIVIL NA REGIÃO DO VALE DO ITAJAÍ	256
Gabriel Weber Schneider; Maria Fernanda da Silva; Eneida Patrícia Teixeira; Rita de Cássia Teixeira Rangel; Rodrigo Massaroli PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA: REVISÃO DE PROTOCOLOS E BOAS PRÁTICAS EM REANIMAÇÃO CARDIOPULMONAR.....	257
Gabriela Bocalon Spindola; Maria Vitória Schizzi Tiepo; Ednéia Casagrande Bueno; Natália Mueller Jenichen Perboni EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: PROMOÇÃO DE SAÚDE EM UMA ESCOLA BÁSICA DA REDE PÚBLICA	258
Gabriela Bocalon Spindola; Marina Corbetta Benedet; Aline Yohana da Silva PROGRAMA REENCONTRO: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E EQUIDADE DE GÊNERO EM DIÁLOGO COM POLÍTICA PÚBLICA.....	260
Gabriela dos Santos Silva; Gabrieli Jacinto; Gustavo D'Avila Silva; Daniela Cristina Ratico de Quadros; Rita de Cassia Teixeira Rangel; Eneida Patricia Teixeira	

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE NASCIMENTOS DE RECÉM-NASCIDOS DE GESTANTES ATENDIDAS EM UM AMBULATÓRIO DE GESTAÇÃO DE ALTO RISCO NO ANO DE 2023	262
Gabriela dos Santos Silva; Gabrieli Jacinto; Larissa da Silva; Stéfani dos Santos Silva; Pollyana Bortholazzi Gouvea; Rita de Cassia Teixeira Rangel; Rodrigo Massaroli “MEDICALIZAÇÃO CONSCIENTE” E O USO DE MÉTODOS NÃO FARMACOLÓGICOS PARA GUIAR O PROCESSO DE PARTURIÇÃO: UMA REVISÃO DE ESCOPO	263
Gabrieli Jacinto; Ana Luísa Tieg; Thuane da Silva Santos; Cleodiane da Silva Castro; Rodrigo Massaroli; Rita de Cássia Teixeira Rangel; Eneida Patrícia Teixeira; Larissa da Silva DESENVOLVIMENTO DE PROTOCOLOS PARA ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EM SERVIÇOS OBSTÉTRICOS AMBULATORIAIS	264
Gabrieli Jacinto; Gabriela dos Santos Silva; Marina Uriarte Francisco Schauffert PERCEPÇÃO DAS ACADÊMICAS DE ENFERMAGEM SOBRE A DIFICULDADE DE ADESÃO AO GRUPO HIPERDIA	266
Graciela de Oliveira; Isabel Cristina Maria; Júlia Waldrich de Oliveira CUIDADO PALIATIVO COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	268
Gustavo Becker Krummenauer TRABALHANDO O CONCEITO DE EQUIDADE NA PRÁTICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE.....	269
Gustavo D’Avila Silva; Teresa Maria Figueiredo de Campos; Maria Fernanda Zorzo de Castro; Rita de Cássia Teixeira Rangel AÇÕES CONTRA A DENGUE NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	270
Heloisa Lopes Leal; Graziela Liebel ESTUDO DE VIABILIZAÇÃO DE UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS I) NA CIDADE DE BOMBINHAS/SC.....	272
Henrique Costacurta Zuchi; Pollyana Bortholazzi Gouvea; Yasmin Achutti; Claudia Yoshime Fukushigue Sato; Raphael Nunes Bueno; Maria Fernanda Zorzo de Castro; Carolina Covolan Malburg TAXA DE MORTALIDADE RELACIONADA AO CÂNCER DE CABEÇA E PESCOÇO NO ESTADO DE SANTA CATARINA E NA REGIÃO DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ, NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS	273
Henrique Costacurta Zuchi; Yasmin Achutti; Raphael Nunes Bueno; Wellington Sanchez Abdou; Maria Fernanda Zorzo de Castro; Clarice Aparecida Munaro ALTERAÇÕES BUCAIS EM PACIENTES TRANS EM PROCESSO TRANSEXUALIZADOR E A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS A ESSA POPULAÇÃO	274
Iury Freitas Viana; Erika Ferreira Santos; Daniela Cristina Ratico de Quadros; Maria Julia Bernardi Rufino; Gabriel Weber Schneider; Maria Fernanda da Silva; Maria Luiza Lima Morelli	

ESTRATÉGIAS INTEGRADAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE: MOBILIZANDO COMUNIDADES EM ESCOLAS PÚBLICA E PRIVADA PARA ELIMINAÇÃO DE FOCOS E PROMOÇÃO DA SAÚDE	275
Iury Viana de Freitas Silva; Erika Ferreira Santos; Daniela Cristina Ratico de Quadros; Tassia Maria Souza Santos	
HUMANIZAÇÃO DE ENFERMAGEM NO CUIDADO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA)	276
Iury Viana de Freitas Silva; Victória Chiquetti Zambon Flores; Ana Lúcia Ramos de Miranda; Erika Ferreira Santos; Rodrigo Massaroli; Larissa da Silva; Pollyana Bortholazzi Gouvêa	
PERFIL DOS PACIENTES ATENDIDOS EM UM CENTRO CIRÚRGICO AMBULATORIAL UNIVERSITÁRIO.....	277
Iury Viana Freitas; Erika Ferreira Santos; Adriano da Silva Acosta; Pollyana Bortholazzi Gouvea; Silmara da Costa Maia; Maria Fernanda Zorzo de Castro; Luis Eduardo Veran; Maria Izabel de Col Jorge Rebelo	
A COMPLEXIDADE DAS CIRURGIAS CARDÍACAS E SUA RELAÇÃO COM A SEGURANÇA DO PACIENTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA	278
Jefferson de Lima Martini; Charles Henrique Soares Costa	
LUTA ANTIMANICOMIAL E ATENÇÃO ÀS PESSOAS DEPENDENTES DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS	280
Jeniffer Jardim Chaves; Mayara Ana da Cunha Kersten; Cleodiane da Silva Castro; Carmen Adriana Franchini Cechin; Rubia Mara Giacchini Kessler	
LIGA ACADÊMICA LA PALLIUM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	281
Joice Catarina Sabatke; David Tiago Cardoso	
CULTIVANDO BIOGRAFIAS: PESQUISA-AÇÃO SOBRE HISTÓRIAS DE VIDA E SAÚDE MENTAL	282
Júlia Neuberger Galvan; Mayara Ana da Cunha Kersten; Odisséia Fatima Perão; Erika Ferreira Santos; Dhamela da Silva Cavalcante; Gustavo D'Avila Silva	
ADESÃO DE PESSOAS IDOSAS AO PROGRAMA DE INSULINOTERAPIA EM MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA.....	283
Julia Woiciechovski; Rayssa Tarcilia Marchiorato; Maria Fernanda Zorzo de Castro; Clarice Aparecida Munaro	
VIVÊNCIA ACADÊMICA NUM PROJETO TRANSFORMADOR DE REALIDADE .	284
Júnior Düngersleber; Leonardo Düngersleber; Heitor Luiz Furtado	
APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE A LEI GERAL DO ESPORTE E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO DO COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL	286
Kariani de Almeida Leite; George Saliba Manske	
PRÁTICAS CORPORAIS: SAÚDE E EDUCAÇÃO EM TERRITÓRIOS.....	287
Karine Rodrigues de Souza; Gustavo da Silva Machado	
A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES EM GRUPO NA PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA: HORTA COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	288

Keila M. Lupepsa; Rene A. Ferreira; Leila A. Costa; Eloysa Nezello HORTA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICA DE SUSTENTABILIDADE E PROMOÇÃO DA NUTRIÇÃO	290
Larissa Cristina Aliberti Santos; Rita de Cássia Teixeira Rangel; Eneida Patrícia Teixeira; Larissa da Silva; Daniela Cristina Ratico de Quadros PROMOÇÃO E MANUTENÇÃO DA AMAMENTAÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE: PAPEL DA ENFERMEIRA	291
Laura Bernardina de Oliveira Correa; David Tiago Cardoso HISTORICIDADES DE UMA MULHER EM SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL.....	292
Laura Cristina Gai; Fabiola Hermes Chesani; Camila Cristine Tavares; Marigleice Pauline Stolben; Raiane Henriques da Silva ATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS DE CADEIRAS DE RODAS MANUAIS SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE: MUDANÇAS NAS RELAÇÕES SOCIAIS APÓS A LESÃO	293
Laura Cristina Gai; Thais Tamanini; Angelise Mozerle; Saimon Henrique de Melo; Alexsandra Marinho Dias GRUPO DE SAÚDE PARA GESTANTES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DE UM <i>FOLDER</i> EDUCATIVO SOBRE EXERCÍCIOS TERAPÊUTICOS PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DOS 11 MUNICÍPIOS DA FOZ DO RIO ITAJAÍ.....	294
Letícia Ziggotti de Oliveira; Luciane Peter Grillo; Tatiana Mezdari; Ana Tereza Canziani Pereira Boschi; Andressa Pinto Michael A IMPLEMENTAÇÃO DA PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO AO HIV COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA	295
Luana Gabriele Nilson; Luciana Bisio Mattos; Ernani Tiaraju de Santa Helena; Andrea Sousa Soares; Laís Sabrine de Oliveira; Joélia Silva de Mesquita; José Francisco Gontan Albiero FORMAÇÃO SOBRE DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO: ACOLHIMENTO E HUMANIZAÇÃO DA ATENÇÃO A POPULAÇÕES VULNERABILIZADAS E INVISIBILIZADAS	296
Luís Eduardo da Costa Busato; Guilherme Ribeiro; Gabriel Fagundes da Rocha; Lucas Castagnotto Pasuch; Henrique Albuquerque Mazzetto; Lisliê Nepomuceno; Clarice Aparecida Munaro DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL À POPULAÇÃO NEGRA (PNSIPN) NO BRASIL	298
Manoela Fontelles Ternes Padilha; Aline Zabel; Weliton da Silva; Leandro dos Santos da Fontoura; Marina Corbetta Benedet A SAÚDE COMO UM DISPOSITIVO CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA ASSEMBLEIA DE USUÁRIOS DO SERVIÇO-ESCOLA DE PSICOLOGIA DA UNIVALI	299
Manoela Fontelles Ternes Padilha; Natalia Minatti de Souza; João Vitor Girardi Turqueti da Rocha; Weliton da Silva; Marina Corbetta Benedet; Natália Muller Jenichen Perboni	

A CLÍNICA ESCOLA DE PSICOLOGIA COMO UM DISPOSITIVO DE SAÚDE MENTAL PARA A COMUNIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	300
Mara Keli Christmann; Carine Baptista; Amanda Daiane dos Santos PERFIL DE FONOAUDIÓLOGOS BRASILEIROS ATUANTES COM A VOZ CANTADA	302
Marcella Borges Bottaro; Maria Antonia dos Santos Gazzana; Gustavo da Silva Machado LACUNAS NA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: “CLÍNICAS SOCIAIS” NA PERSPECTIVA DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA E SUA RELAÇÃO COM A JUSTIÇA SOCIAL	303
Maria Aparecida Alves de Andrade; Rita de Cássia Teixeira Rangel; Eneida Patrícia Teixeira; Larissa da Silva UTILIZAÇÃO DO PLANO DE PARTO POR MULHERES INTERNADAS EM UMA MATERNIDADE DA MACRORREGIÃO DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ.....	304
Maria Eduarda Gonçalves Coelho; Giovana Vechi RELATO DE EXPERIÊNCIA DE AÇÃO COM OS JOGADORES DO TIME DE HANDEBOL SUB-16 E SUB-18 DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ	305
Maria Eduarda Gonçalves Coelho; Laura Luiza Maestri da Silva; Karoline Fernandes Basquerote RELAÇÃO ENTRE CONSUMO ALIMENTAR E ESTADO NUTRICIONAL PRÉ-GESTACIONAL DE GESTANTES DE ALTO RISCO DE UM AMBULATÓRIO REGIONAL DO VALE DO ITAJAÍ.....	306
Maria Eduarda Gonçalves Coelho; Taren Beatriz Ferreira Leite de Oliveira RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM AMBULATÓRIO DE NUTRIÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC	307
Maria Eduarda Sagás; Cibelli Cristini Conrado; Daniela Cristina Ratico de Quadros; Maria Izabel Rebelo; Ivanda Senger de Macedo; Luise Yokoyama Almeida RELATO DE EXPERIÊNCIA: AÇÃO EM SAÚDE SOBRE IMPORTÂNCIA DO OUTUBRO ROSA REALIZADA EM EMPRESA NA CIDADE DE ITAJAÍ.....	309
Maria Eduarda Sagás; Cibelli Cristini Conrado; Daniela Cristina Ratico de Quadros; Mayara Ana da Cunha Kersten RELATO DE EXPERIÊNCIA: VISITA TÉCNICA REALIZADA EM RESIDENCIAL GERIÁTRICO E CENTRO-DIA NA CIDADE DE ITAJAÍ	310
Maria Eduarda Tavares; Graciela de Oliveira O USO DA TELECARDIOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE QUALIFICAÇÃO ASSISTENCIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA	311
Maria Eduarda Tavares; Valdir da Silva Junior; Andrieli de Freitas Corrêa Palhano; Teresa Maria Figueiredo de Campos; Bibiana Sales Antunes Brum; Daniela Cristina Ratico de Quadros; Camila Santos do Couto; Larissa da Silva CAPACITAÇÃO REFERENTE À LEI LUCAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA	313
Maria Fernanda Zorzo de Castro; Adriano da Silva Acosta; Laura Martins; Pollyana Bortholazzi Gouvea; Silmara da Costa Maia; Iury Viana Freitas Erika Ferreira Santos; Luis Eduardo Veran	

	PROTOCOLO DE ORIENTAÇÕES DE ALTA PARA PACIENTES SUBMETIDOS À CIRURGIA CARDÍACA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	315
Maria Fernanda Zorzo de Castro; Adriano da Silva Acosta; Pollyana Bortholazzi Gouvea; Silmara da Costa Maia; Iury Viana Freitas; Erika Ferreira Santos; Luis Eduardo Veran; Maria Izabel de Col Jorge Rebelo	APLICAÇÃO DA SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM PERIOPERATÓRIA EM PACIENTES SUBMETIDOS À CIRURGIA CARDÍACA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	317
Maria Fernanda Zorzo de Castro; Clarice Aparecida Munaro; Dora Carolina Diedrich Saldanha; Guilherme Ribeiro; Clara Tereza Machado Schramm; Daiana Marcomini; Laura Giulia Munchen; Isadora Tomio	VIVÊNCIA DA EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL NO PROJETO DE EXTENSÃO SÉRGIO AROUCA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	318
Maria Fernanda Zorzo de Castro; Milene Negri Reiser; Thuane da Silva Santos Lúcio; Laura Martins; Yasmin Achutti; Henrique Costacurta Zuchi	A ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO DE MANEJO DA DENGUE EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NA FOZ DO RIO ITAJAÍ: RELATO DE EXPERIÊNCIA	320
Maria Gabriela Neves; Josiane da Silva Delvan da Silva; Ana Claudia Delfini	ADOÇÃO INTER-RACIAL: POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO E PREPARO DE PRETENDENTES À ADOÇÃO	322
Mariana Garbin Moura; Clarice Aparecida Munaro; Kate Adriany Santos, Wellington Sanchez Abdou; Henrique Costacurta Zuchi; Yasmin Achutti; Maria Fernanda Zorzo de Castro	A COMPREENSÃO DA PESSOA IDOSA EM RELAÇÃO À CONSULTA MÉDICA NOS ATENDIMENTOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	323
Mariana Vieceli de Carvalho; Camila Schons; Emerson da Silveira; Wellington Sanchez Abdou; Carolina Machado	ESCALA DE COELHO E SAVASSI: APLICAÇÃO NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE NA CIDADE DE ITAJAÍ/SC	324
Marla de Paula Lemos; Grazielle Effting; Vanderléa Ana Meller	PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE (PICS) E NUTRIÇÃO INTEGRATIVA DESTINADAS ÀS MULHERES EM TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA.....	325
Milena Novack; Isabela; Luisa Mauricio; Ana Júlia da Silva Tomio; Maria Clara de Lucena; Carina Nunes Bossardi	AMIZADE ALÉM DO TEMPO: ARISTÓTELES, EXPERIÊNCIAS DE HOMENS IDOSOS E A PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL	327
Nathalia Cabral Souza; Anna Izabel Mendes Ferreira; Pablo Henrique dos Santos; Sueli Terezinha Bobato	AÇÕES INTERDISCIPLINARES NA DETECÇÃO PRECOCE DO CÂNCER DE MAMA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM AMBULATÓRIO DE MASTOLOGIA NO SUL DO BRASIL.....	328
Raiane Henriques da Silva; Fabiola Hermes Chesani; Laura Cristina Gai; Camila Cristine Tavares; Marigleice Pauline Stolben		

ATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS DE CADEIRA DE RODAS MANUAIS SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE: VIDA PROFISSIONAL E EDUCACIONAL APÓS A LESÃO	330
Raquel de Fatima Oliveira Fortes; Mayara Ana da Cunha Kersten; Odisséia Fatima Perão; Erika Ferreira Santos; Dhamela da Silva Cavalcante; Júlia Waldrich de Oliveira	
QUEDAS EM PESSOAS IDOSAS: UMA REVISÃO NARRATIVA	331
Raquel de Fatima Oliveira Fortes; Mayara Ana da Cunha Kersten; Odisséia Fatima Perão; Erika Ferreira Santos; Dhamela da Silva Cavalcante; Júlia Waldrich de Oliveira	
TRATAMENTO ONCOLÓGICO NA PESSOA IDOSA: UMA EXPERIÊNCIA HUMANIZADA.....	332
Renan Cavalcanti Filgueiras de Souza; Ana Beatriz Bruns Camacho	
CARACTERIZAÇÃO DOS TIPOS DE DENGUE ATRAVÉS DOS SINTOMAS MAIS FREQUENTES, POR MEIO DE REGRAS DE ASSOCIAÇÃO.....	333
Renan Cavalcanti Filgueiras de Souza; Maclóvia Fountoura	
VISUALIZAÇÃO E CRUZAMENTO DE DADOS DE RECEITAS E DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ATRAVÉS DE BUSINESS INTELLIGENCE	335
Ricardo Castello; Bianca Tourinho; Thais Vaughan; Alexandre Vasconcelos de Freitas Santos; Rita De Cassia Matos Bitencourt Navarro	
A TELEMEDICINA COMO FERRAMENTA PARA O FORTALECIMENTO DO MODELO DE ATENÇÃO ÀS CONDIÇÕES CRÔNICAS: EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA TELENORDESTE E PLANIFICASUS	336
Ricardo Castello; Bianca Tourinho; Thais Vaughan; Rita De Cassia Matos Bitencourt Navarro; Valmir Gomes; Guilherme Shimocomaqui; Jamile Figueiredo	
TAXA DE MORTALIDADE NEONATAL EM SERGIPE (2013-2023): CAUSAS, EVITABILIDADE E FATORES ASSOCIADOS	337
Rita de Cassia Teixeira Rangel; Leonardo Perão; Karoline Fernandes Basquerote; Angelise Mozerle	
O AMBULATÓRIO DE GESTAÇÃO DE ALTO RISCO REGIONAL COMO AGENTE DE EDUCAÇÃO PERMANENTE	338
Rita de Cássia Teixeira Rangel; Rodrigo Massaroli; Eneida Patrícia Teixeira	
AMBULATÓRIO DE GESTAÇÃO DE ALTO RISCO – IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO PASA	339
Rosane Gomes Alves Lopes; Bernardete Ferraz Spisso; Samela Ribeiro Barbosa; Silvana do Couto Jacob	
UM OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO TÉCNICA DO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A SAÚDE DA POPULAÇÃO	341
Silmara da Costa Maia; Valdir da Silva Junior; Gian Carlos Provin	
IMPLANTAÇÃO DO PROTOCOLO DE DOR TORÁCICA EM UMA UNIDADE DE SUPORTE BÁSICO DO SAMU: EXPERIÊNCIA ACADÊMICA	342

Silmara da Costa Maia; Valdir da Silva Junior; Gian Carlos Provin RELATO DE EXPERIÊNCIA: REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	343
Silvia Evers; Cleverton Schafhauser; Kauã Victor Bolfe; Adriana Lima de Mesquita; Alan de Jesus Pires de Moraes FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO PARA A INATIVIDADE FÍSICA EM HIPERTENSOS: ANÁLISE DAS CAPITALS BRASILEIRAS	344
Stella Maris Brum Lopes; Nádia Tiepo; Natália Minatti de Souza; Saloá Andresa Horstmann CINE CLUBE DA MORTE DE ITAJAÍ: CONVERSAS SINCERAS SOBRE O VIVER E O MORRER	345
Sueli Terezinha Bobato; Eduardo José Legal; Maria Teresa Duarte Pereira da Cruz Lourenço; Everson Fernando Malluta AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO SUICIDA DE ADULTOS EM SEGUIMENTO AMBULATORIAL ÀS DOENÇAS INFLAMATÓRIAS INTESTINAIS NO LITORAL NORTE DE SANTA CATARINA, BRASIL.....	346
Tainara Jordana Prestes Bertoldo; Maria Glória Dittrich AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA.....	347
Tainara Jordana Prestes Bertoldo; Maria Glória Dittrich OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO SUS: A DEFESA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	348
Tatiane Cristofolini; Tiago dos Santos; Frederico Pittella; Tânia Beatriz Creczynski Pasa ESTUDO COMPARATIVO DE SÍNTESE, CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE CITOTOXICIDADE <i>IN VITRO</i> DE NANOPARTÍCULAS PARA O TRATAMENTO DO CÂNCER DE MAMA HER-2 POSITIVO	349
Teresa Maria Figueiredo de Campos; Gustavo D'Avila Silva; Maria Fernanda Zorzo de Castro; Rita de Cássia Teixeira Rangel; Eneida Patrícia Teixeira; Rodrigo Massaroli GESTAÇÃO DE ALTO RISCO: FATORES DE RISCO GESTACIONAIS EM GESTANTES ACOMPANHADAS NO AGAR-R NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024	350
Teresa Maria Figueiredo de Campos; Gustavo D'Avila Silva; Marina Uriarte Francisco Schauffert MANEJO DA DENGUE EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	351
Teresa Maria Figueiredo de Campos; Pollyana Bortholazzi Gouvea A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NAVEGADOR EM UMA CLÍNICA DE ONCOLOGIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	353
Thais Jessica Sarmiento Bonfim Vaughan A REDE ALYNE E A MORTALIDADE MATERNA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS	354
Thais Jessica Sarmiento Bonfim Vaughan; Karen Barbosa Amarante VIGILÂNCIA SANITÁRIA: AÇÕES E DESAFIOS NO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA	355

Thais Jessica Sarmento Bonfim Vaughan; Leila Almeida Gomes; Sandra Rafaela Oliveira Lapa Rafaela Prado dos Santos; Fabrício Luiz Barreto Santos; Ane Caroline de Jesus Santos; Marcia Cunha dos Santos Araújo; Jessica Góis Santos	
EDUCAÇÃO EM SAÚDE PROMOVEDO O ALEITAMENTO MATERNO E FORTALECENDO A TRANSDISCIPLINARIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM AMBULATÓRIO DE GESTAÇÃO DE ALTO RISCO	356
Thais Jessica Sarmento Bonfim Vaughan; Ricardo Castello	
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: A IMPORTÂNCIA DOS DADOS E INFORMAÇÕES DAS UNIDADES DE SAÚDE..	358
Thais Jessica Sarmento Bonfim Vaughan; Tiago Lopes	
ANÁLISE DA MORTALIDADE FETAL EM SANTA CATARINA: UM ESTUDO INTERDISCIPLINAR SOBRE CAUSAS E FATORES DE RISCO (2012-2022)	359
Thais Jessica Sarmento Bonfim Vaughan; Tiago Lopes	
EVITABILIDADE DA MORTALIDADE FETAL EM SANTA CATARINA: PERSPECTIVAS PARA A GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE	360
Thiago Bernardes Nunes; Viviane Matias; Pedro Paulo Bertemes; Isadora Seganfredo; Ana Clara Pereira Gonçalves; Daniela Antunes Guerra	
O ESTÁGIO NO SUS COMO FACILITADOR PARA A COMPREENSÃO DE CATEGORIAS DA SAÚDE COLETIVA.....	361
Valdir Aniceto Pereira Junior; Alessandra Marjorie de Oliveira; Diogo Luiz Lopes	
PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CONSUMIDOR POR MEIO DA INTERVENÇÃO FISCALIZATÓRIA EM EMPRESA FABRICANTE DE SANEANTES NO MUNICÍPIO DE ARAQUARI	363
Victória Chiquetti Zambon Flores; Gustavo D'Avila Silva; Larissa da Silva; Phelipe dos Santos Souza; Rita de Cássia Teixeira Rangel	
CAPACITAÇÃO EM TESTES RÁPIDOS PARA COLABORADORES DA UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR E COMUNITÁRIA E ACADÊMICOS DA ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – UNIVALI: RELATO DE EXPERIÊNCIA	365



7

cultura



SOMÁLIA: DE SALVADORES DO MAR A PIRATAS

Amanda Natália Schmitt; Charles Alexandre Souza Armada; Julia Turossi Ferro.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Desde o golpe de Estado de 1969, que levou o Major-General Muhammed Siad Barre ao poder, a Somália não realiza eleições democráticas diretas. A ditadura do Major teve fim em 1991, o que consolidou o poder dos clãs e culminou na formação de milícias e no início de uma guerra civil, levando o país a um cenário de anarquia. Esse contexto fez com que as Nações Unidas estabelecessem uma missão para regular o cessar-fogo, anteriormente acordado com os clãs, e proteger os recursos humanitários enviados ao país. A operação, que foi chamada de United Nations Operation in Somalia (UNOSOM), não obteve êxito e logo foi substituída pela United Task Force (UNITAF), que assentia uma intervenção humanitária militar estadunidense sufocando a identidade somali. Mesmo que essa missão tenha alcançado seu objetivo, posteriormente desviou-se de seu propósito inicial, sendo substituída pela UNOSOM II. Por sua vez, essa última tinha como intento assegurar a estabilidade da região com a permissão para utilizar a força, se necessário. Contudo, o contingente de soldados enviados não foi suficiente para cobrir a área total do território somali, o que resultou na retirada das tropas, no início de 1995. Após o fracasso dessas intervenções humanitárias, houve várias conferências em prol da unificação da Somália, porém nenhuma delas obteve êxito e, até hoje, o país aguarda por eleições democráticas diretas. No que se refere à economia, o país tem sua base na atividade pesqueira de subsistência, porém, com o início da guerra civil, o governo parou de patrulhar suas águas, deixando-as vulneráveis a navios pesqueiros internacionais, que invadiram a costa somali, acabando com os peixes, poluindo a água e destruindo os equipamentos de pesca dos locais. Assim sendo, os pescadores e moradores da costa começaram a atacar esses navios pesqueiros como uma tentativa de amedrontá-los e, conseqüentemente, expulsá-los das águas da Somália. Eles consideram pejorativo chamá-los de piratas, já que essa palavra carrega uma conotação negativa, então, se autointitulam Badaadinta Badah, ou salvadores do mar. Todavia, a elite somali viu uma forma de ganhar dinheiro fácil sequestrando e saqueando navios, deixando de lado a ideia de proteger o mar e dando origem aos piratas da Somália. Apesar de toda a usurpação, é possível perceber que o país não tem avançado, nem economicamente, nem como sociedade, como é apresentado no relatório da United Nations Development Programme (UNDP) de 2023/24, no qual a Somália aparece como país mais pobre do mundo. Dessa maneira, pode-se inferir que a falta de uma base sólida e unificada na Somália, reflete em um país à beira de um colapso, que está sempre urgindo por ajuda humanitária internacional.

Palavras-chave: Pirataria; Somália; Intervenções Humanitárias; Pesca.



O SER HUMANO E AS DIMENSÕES CONSTITUTIVAS DO SER: UMA VISÃO ANTROPOLÓGICA PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ellen Prim Campos; Maria Gloria Dittrich.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A pesquisa, do tipo qualitativa, aborda o tema das dimensões constitutivas do ser humano dentro de uma visão antropológica e interdisciplinar na assistência social. O objetivo foi investigar as dimensões constitutivas do ser humano, relacionando com a política pública de assistência social brasileira. A compreensão da política pública de assistência social implica na necessidade da apresentação de uma antropologia que considere o ser humano nas suas múltiplas dimensões: dimensão social, dimensão cultural, dimensão econômica, dimensão política e dimensão ambiental. Dentro de uma visão fenomenológica, esta pesquisa aborda, na política da assistência social, os modos de ser e de conviver do ser humano na sua existência. A política pública de assistência social prevê, na sua centralidade regulatória e normativa, um atendimento integral ao ser humano, considerando o meio social no qual está imergido, na medida em que compreende cada pessoa como um ser integral, cujas experiências e lutas são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A diversidade das experiências humanas na sociedade brasileira mostra que cada ser humano tem a sua narrativa, conforme o meio em que vive e se desenvolve. Essa diversidade revela que a condição humana é uma construção coletiva, influenciada por contextos históricos, político-culturais, econômicos, ambientais e pela luta por reconhecimento e direitos no exercício da cidadania. A essência do ser humano está diretamente ligada à sua condição social e cultural, que molda sua identidade e experiência no meio onde vive. Cada ser humano traz na sua existência representações pessoais de um contexto histórico e social que influencia suas relações e percepções de mundo, de sociedade, de conhecimento e de natureza. O ser humano também é um ser compreendido pelas esferas econômicas e políticas, cuja dignidade está entrelaçada com as estruturas de poder que regem a sociedade. A metodologia para a investigação bibliográfica e documental foi desenvolvida dentro da hermenêutica fenomenológica, usando três procedimentos: a intencionalidade, a percepção e a compreensão sobre os conteúdos conceituais (categorias) pertinentes ao objeto temático investigado. Os resultados alcançados foram: a política pública de assistência social apresenta uma antropologia que compreende o ser humano um ser relacional e adaptável ao meio no qual está inserido, na sua forma de ser e de conviver historicamente, na sua cultura social, política, econômica e ambiental. Dentro da assistência social, o direito à dignidade da pessoa humana deve ser respeitado, e as ações de acolhimento implicam nas dinâmicas de convivência, nas lutas por direitos e nas maneiras como se dá sentido de vida do ser humano em diferentes contextos. Além disso, na gestão pública, compreender a essência do ser humano implica reconhecer sua capacidade de resistir e reivindicar direitos, nas suas adversidades em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Ser Humano; Dimensões do Ser; Assistência Social.



POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÕES SOCIAIS COMO OBJETO DE DESIGN

Giorgio Gilwan da Silva; Eduardo Napoleão; Anita Maria da Rocha Fernandes; Alice Demaria Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Os *designers* identificam problemas, demandas de consumo de objetos, serviços, processos e experiências para se tornarem práticas sociais. As políticas públicas constituem-se um conjunto de conhecimentos que busca resolver ou analisar problemas concretos na política. O campo de políticas públicas é marcado pela multidisciplinariedade e pela sua evolução no âmbito acadêmico e nas práticas governamentais, que torna a área de estudo bastante vasta, englobando diferentes disciplinas que abordam as ações públicas sob diferentes escopos e preocupações teóricas. No entanto, é nas ciências sociais, sobretudo na ciência política e na administração pública, que os modelos de políticas públicas se constituem como campo particular de análise científica e aplicada. Nesse contexto, o *design* exerce papel importante nas transformações da sociedade, no que se refere também, à elaboração de políticas públicas. O campo de atuação do *design* expande-se, não focando somente nas necessidades e desejos individuais, mas impulsionando mudanças em termos de saúde, ecologia, segurança e igualdade de direitos. Trata-se de *design* social, que traz uma abordagem participativa para pesquisar, gerar e realizar novas maneiras de transformar a sociedade, com propósitos de bem-estar coletivo, em vez de objetivos predominantemente comerciais. No campo da inovação social, o *design* tem uma visão abrangente de desenvolvimento, cujos objetivos não são pautados apenas por resultados econômicos; pelo contrário, é orientado pela busca: da justiça, da equidade, da solidariedade, da inclusão de grupos marginalizados, da expressão de individualidades, entre outros fatores sociais críticos. As políticas públicas se deparam com uma variedade de problemas interconectados e demandas que precisam de soluções claras para a inovação social. O presente artigo visa a explorar as possibilidades de atuação do *design* como ferramenta de políticas públicas para a inovação social. Destaca-se a relevância da pesquisa por considerar que a política só se torna real quando interage com o mundo real. As ferramentas e métodos usados pelos *designers* vão colaborar com os gestores públicos a criarem espaços seguros para compartilharem e testarem políticas em ambientes da vida real. Essas não podem ser elaboradas de “cima para baixo”, têm que compartilhar ideias e contar com o esforço das múltiplas partes interessadas. No entanto, requer uma mudança de mentalidade dos gestores, pois precisam estar abertos a novas ideias e formatos inovadores para as políticas públicas. Classifica-se a pesquisa como sendo: (I) pesquisa básica, (II), pesquisa qualitativa em relação ao problema, (III) pesquisa descritiva de acordo com seu objetivo. Como procedimento para a coleta de dados, aplicou-se a pesquisa bibliográfica, com a análise qualitativa dos dados. A fundamentação teórica aborda: Políticas Públicas; Inovação Social; Ferramentas de *Design* para as Políticas Públicas.

Palavras-chave: *Design*; Políticas; Inovação Social.



APLICAÇÃO *EMPLOYER BRANDING* PARA A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Giorgio Gilwan da Silva; Eduardo Napoleão; Anita Maria da Rocha Fernandes; Guilherme Sauthier.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Os conceitos de sustentabilidade envolvem aspectos não apenas ambientais, mas também econômicos e sociais. Este tripé da sustentabilidade produz a indução de um espírito de responsabilidade, direcionado para uma mudança positiva, na qual os investimentos financeiros, a exploração dos recursos do meio ambiente, o desenvolvimento tecnológico e as práticas de responsabilidade social serão valores compartilhados pela empresa, e deverão estar em equilíbrio. Nesse contexto, o conceito de responsabilidade social é o compromisso que uma organização deve assumir perante a sociedade, evidenciada por posturas, ações e desempenho, que contribuem na melhoria das condições de vida das pessoas. Práticas de responsabilidade social podem contribuir para a divulgação e promoção da marca perante o consumidor como sendo sustentável. Por isso, os gestores das marcas têm de manter suas ações e comunicação alinhadas aos valores dos pilares da sustentabilidade. Nesse contexto, as marcas podem se apoiar no conceito de *Employer Branding*, que trabalha com um conjunto de estratégias que demonstram o valor da empresa, seus diferenciais, e benefícios do ponto de vista dos profissionais a serem contratados, ou seja, caracteriza o empenho de uma empresa em oferecer, dentro e fora, uma ideia clara do que a faz ser diferente e desejável como empregadora. O *Employer Branding* como detentor de uma personalidade única, passou a ser aplicado e estudado como parte da estratégia de atração e retenção de talentos, com vista ao desenvolvimento das organizações. O objetivo deste artigo é mostrar a contribuição do conceito do *Employer Branding* para a responsabilidade social empresarial. Justifica-se a relevância da pesquisa, por compreender que uma empresa que se denomina como sendo sustentável, deve também, promover a sua marca enquanto empregadora, atraindo e retraindo bons profissionais. A responsabilidade social percebida pelo empregado influencia sua satisfação no trabalho, reduz o absenteísmo, aumentando a dedicação às metas organizacionais, o desempenho e a produtividade. Pretende-se entender de que forma o *employer branding* contribui para a responsabilidade social, na gestão dos colaboradores e com o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, mostrar as mudanças nas empresas e como contemplam ações internas e externas para melhorar a imagem da empresa no mercado, potencializando a percepção de valor da marca. Classifica-se a pesquisa como sendo de natureza básica; pesquisa qualitativa e descritiva. A coleta de dados apoiou-se na pesquisa bibliográfica. Os resultados da pesquisa indicam: que o processo de construção de uma identidade única e reconhecível do empregador diferencia a marca de seus concorrentes; que investir em capital humano pode resultar em vantagem competitiva; as ações que promovem a marca enquanto empregadora é escolhida pelos profissionais que deseja atrair e reter; que o *employer branding* mostra a imagem da empresa enquanto excelente lugar para se trabalhar para o público interno e externo.

Palavras-chave: Sustentabilidade; *Employer Branding*; Responsabilidade Social.



AUTOIMAGEM EM BAILARINOS CONTEMPORÂNEOS: UM CONVITE PARA SER

Julia Aguiar Machado; Geni Beatriz Lazo; Ana Júlia de Borba Nunes; Ana Júlia da Silva Tomio; Nathalia Piacentini.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre a dança contemporânea e a autoimagem de bailarinos adultos. O objetivo geral foi investigar como essa modalidade artística influencia a autoimagem dos bailarinos desde o início de sua prática, além de explorar as diferenças individuais. Foram realizados quatro objetivos específicos: conceituar autoestima, autoimagem e dança contemporânea; revisar estudos anteriores sobre a autoimagem de bailarinos; aplicar entrevistas qualitativas com bailarinos contemporâneos; e investigar as respostas individuais sobre a autoimagem a partir da prática da dança. A pesquisa justifica-se pela escassez de estudos sobre a relação entre a autoimagem e a dança contemporânea, embora exista material sobre outras modalidades, como o balé e o jazz. A fundamentação teórica abrange os conceitos de autoimagem, autoestima e dança contemporânea, compreendendo-a como uma forma de expressão que desconstrói padrões estéticos e valoriza a singularidade do corpo em movimento. A investigação buscou explorar como a prática da dança influenciou a percepção corporal e o bem-estar dos dançarinos, considerando as particularidades dessa modalidade artística, caracterizada pela desconstrução de padrões estéticos e pela ênfase na expressão individual. A metodologia empregada foi qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas com seis bailarinos contemporâneos, sendo quatro mulheres e dois homens, com idades entre 19 e 31 anos, todos vinculados a um estúdio de dança em Balneário Camboriú/SC. Os participantes relataram sentimentos de liberdade e aceitação do próprio corpo ao se envolverem com a dança contemporânea, destacando que a modalidade oferecia um espaço de autoconhecimento e subversão dos padrões estéticos dominantes, especialmente em relação à dança clássica. A pesquisa evidenciou que a dança contemporânea contribuiu para a reconstrução da autoimagem dos bailarinos, favorecendo uma maior aceitação de suas características físicas e uma valorização do corpo em sua singularidade. Concluiu-se que, ao proporcionar um ambiente de liberdade criativa e expressão pessoal, a dança contemporânea atuou como um poderoso agente de transformação da autoimagem e autoestima dos praticantes. Este estudo contribui para políticas públicas voltadas ao bem-estar e à saúde mental ao destacar a relevância de práticas artísticas como a dança contemporânea no fortalecimento da autoimagem e autoestima, podendo fundamentar a implementação de programas de incentivo à arte nas comunidades, de forma coerente com os princípios dos ODS 3 – Saúde e Bem-Estar.

Palavras-chave: Dança Contemporânea; Dançarinos Contemporâneos; Autoimagem; Expressão Artística.



A CRIAÇÃO DE MARCAS COMO MECANISMOS FORTALECEDORES DA IDENTIDADE UNIVERSITÁRIA

Laura Brand Canci; Marcos Vinícius Viana da Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A construção de uma identidade de nicho é crucial em um mundo onde as especificidades culturais e sociais estão em constante transformação. Esse conceito se aplica especialmente ao fortalecimento da identidade de tribos sociais, como grupos de jovens, que enfrentam uma crise de identidade exacerbada pela fragilidade trazida pela era contemporânea. O papel das marcas torna-se essencial nesse contexto, pois podem atuar como elementos catalisadores que ajudam a consolidar e expressar a identidade desses grupos, dos quais os estudantes, mesmo da pós-graduação, são inseridos. Isto claro, é válido informar que nos últimos anos, o sistema educacional tem enfrentado desafios significativos, como a desvalorização do conhecimento e a falta de engajamento dos alunos. Isso contribui para um sentimento de insegurança, já que buscam referências e uma definição clara de quem são. A crise de identidade resultante, muitas vezes, leva a comportamentos de pertencimento a grupos que oferecem uma sensação de segurança e um espaço para autoexpressão. Nesse cenário, as marcas se tornam importantes, não apenas como símbolos de status, mas como instrumentos que podem reforçar valores e promover a coesão social dentro dessas comunidades. A criação de marcas fortes para universidades, ou mesmo para cursos ou programas de pós-graduação, por exemplo, pode ser uma estratégia eficaz para revitalizar a identidade dos estudantes. Universidades que desenvolvem uma marca sólida podem não apenas atrair novos alunos, mas também fomentar um sentido de pertencimento e orgulho entre os atuais estudantes. Isso pode ser alcançado através de iniciativas que conectem a instituição aos interesses e aspirações dos jovens, destacando valores como inovação, inclusão e desenvolvimento pessoal. Quando os estudantes se sentem representados e valorizados pela marca da universidade, isso fortalece sua identidade como membros de uma tribo acadêmica, reduzindo a sensação de alienação. Além disso, marcas bem definidas podem contribuir para a resiliência das identidades de nicho, oferecendo um espaço seguro onde os jovens possam explorar e afirmar suas individualidades. Marcas que incorporam os anseios e as culturas dos grupos sociais podem servir como um ponto de referência, permitindo que os jovens encontrem seu lugar no mundo. Isso é especialmente relevante em contextos, nos quais a educação formal não atende às suas necessidades ou expectativas, reforçando a importância de criar ambientes que celebrem a diversidade e a singularidade. Por outro lado, o enfraquecimento da educação e a crise de identidade que muitos jovens enfrentam podem levar a um ciclo vicioso, no qual a falta de apoio institucional resulta em marcas fracas e sem significado. Para evitar esse cenário, é fundamental que as instituições de ensino, empresas e comunidades se unam para desenvolver estratégias que promovam marcas que realmente ressoem com os jovens. Isso implica ouvir suas vozes, entender suas realidades e criar narrativas que sejam autênticas e relevantes. Em conclusão, a identidade de nicho e o fortalecimento da identidade de tribos sociais por meio de marcas são fundamentais para ajudar os jovens a navegarem em um mundo em mudança. A criação de marcas fortes, especialmente no contexto universitário, pode proporcionar um sentido de pertencimento e uma plataforma para a autoexpressão. À medida que enfrentam uma educação fragilizada e uma crise de identidade, os jovens precisam de marcas que representem suas realidades, aspirando a um futuro mais coeso e significativo. Essa sinergia



entre identidade e marcas pode ser uma poderosa ferramenta para transformar a experiência juvenil, promovendo tanto o crescimento pessoal quanto o social.

Palavras-chave: Marcas; Universidades; Identidade de Grupo.



RÁDIO LEGISLATIVA DE ITAPEMA: UM PROJETO DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Marina Bertolli Fontana; Carlos Golembiewski.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A comunicação pública tem um papel crucial na consolidação da democracia e na promoção da cidadania. No âmbito municipal, o projeto de pesquisa “Rádio Legislativa como Política Pública de Comunicação: uma proposta de formato e programação para o município de Itapema” propõe a implantação de uma emissora de rádio que visa a democratizar o acesso à informação, aumentar a transparência das ações legislativas, incentivar o debate e a participação pública. A partir dessa proposta, poderemos explorar a interseção entre a comunicação pública, as políticas públicas, a educação e a formação cidadã. Uma rádio legislativa, enquanto política pública de comunicação, tem o potencial de atuar como ferramenta educativa, fortalecendo o conhecimento sobre processos democráticos e incentivando a participação ativa da sociedade na administração pública municipal. A comunicação pública, ao servir como um instrumento que fortalece a transparência e a participação cidadã, se coloca como um ator estratégico no desenvolvimento das políticas públicas. Ela vai além de uma função meramente informativa para atuar como um facilitador de diálogo e transformação social. Autores aqui estudados revelam que ela pode ser um instrumento vital para garantir que as políticas sejam inclusivas, transparentes e orientadas para o bem comum. Ao promover o envolvimento ativo da população, a comunicação pública transforma a relação entre o Estado e a sociedade, consolidando um ciclo de políticas mais participativo, legítimo e eficaz. Quando se trata da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, a comunicação pública surge como um elo fundamental entre o governo e a sociedade, capaz de mediar, informar e engajar os cidadãos em decisões que impactam suas vidas cotidianas. Ela desempenha um papel central no processo das políticas públicas, sendo um ator essencial para garantir a transparência, a prestação de contas e a participação cidadã nos processos democráticos. De forma prática, isso se traduz em canais de comunicação acessíveis, como rádios legislativas, programas comunitários, redes sociais e portais de transparência, que tornam o governo mais próximo e responsivo às demandas da população. A democratização da comunicação é um passo crucial para que as políticas públicas possam ter impacto positivo e equitativo, conforme os princípios de uma governança democrática. Para tanto, o projeto de Rádio Legislativa no município de Itapema, ao se posicionar como uma política pública de comunicação, tem o potencial de contribuir significativamente para o fortalecimento da democracia local, transformando essa iniciativa em um instrumento de formação cidadã e um meio para o engajamento social. É de suma importância entender que uma comunicação pública transparente, participativa e educativa deve fortalecer os valores democráticos e contribuir para o exercício pleno da cidadania. Dessa forma, a rádio legislativa não apenas amplia o acesso à informação e dá transparência aos atos públicos, mas também se configura como uma aliada estratégica na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-chave: Rádio Legislativa; Comunicação Pública; Políticas Públicas; Itapema.



OLHARES ENTRELAÇADOS: CAPTURANDO A POESIA DO COTIDIANO

Nicole Montaña; Patrícia Nunes; Gustavo da Silva Machado.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Como parte integrante de um Estágio Específico em Organizações e Comunidades do último ano do curso de Psicologia, iniciou-se o projeto “Olhares Entrelaçados: Capturando a Poesia do Cotidiano”, no Conselho Comunitário do Monte Verde (CCMV). Fundado em 1981, o CCMV desempenha um papel importante na promoção do bem-estar e na articulação de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida dos moradores da região. O envolvimento neste território permitiu aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso, além de desenvolver habilidades práticas essenciais para a atuação profissional em Psicologia, partindo do olhar da Psicologia Social e Comunitária e da Psicanálise. Como ponto de partida, foi adotado um compromisso com a realidade social do território, buscando compreender como seria possível fazer parte e caber naquele lugar. Ao evitar uma lógica colonial no trabalho comunitário, buscou-se garantir que a presença não reproduzisse práticas de dominação-submissão. Dessa forma, evitou-se adotar posturas que sugerissem saber o que era melhor para a comunidade, partindo sempre da pergunta “o que podemos aprender nesse contexto?”. Partindo-se da premissa que deve haver respeito pelo saber do outro e se inserir na comunidade, o papel das mediadoras, portanto, não foi oferecer respostas ou apontar direções, mas sim promover perguntas que incentivassem reflexões sobre si mesmos e sua realidade, levando, dessa forma, à tomada de consciência. Isso possibilita que o sujeito, de maneira autônoma, identifique o que é mais adequado para si, estimulando, assim, a liberdade e o potencial de escolha. Sendo assim, ao criar um olhar para aquele contexto, através das abordagens já citadas, o horizonte do projeto foi o de promover a conscientização, possibilitando um espaço para uma transformação subjetiva dentro do coletivo. Incentivar o florescimento de uma consciência crítica que possibilite a compreensão das raízes objetivas e subjetivas da alienação social, permitindo um olhar para a realidade, através de uma identidade pessoal e coletiva que permita a criticidade sobre o contexto em que vivem, e a tomada de ação. A Oficina de Fotografia “Olhares Entrelaçados: Capturando a Poesia do Cotidiano”, é um projeto de grupo aberto, que ocorre nas dependências do Centro Comunitário do Monte Verde, em uma sala que tem sido utilizada por essa e outras atividades do curso de Psicologia. O grupo é composto por moradores do bairro, formando um coletivo heterogêneo, com participantes que variam entre 17 e 67 anos, de ambos os sexos, predominantemente brasileiros, e um haitiano. Até o momento, o grupo realizou nove encontros de 1h30min cada. O primeiro dedicado à recepção e às apresentações, enquanto o segundo focado em uma aula introdutória sobre a história da fotografia e as principais técnicas. Nos sete encontros subsequentes, seguiu-se a seguinte estrutura: um momento inicial para conversar sobre a semana e como as pessoas estão se sentindo, seguido do sorteio do tema. Depois, cada um compartilha sua perspectiva sobre o significado do tema escolhido, saem juntos para fotografar nos entornos do Centro Comunitário e, ao retornarem, apresentam suas fotos para discussão. Nesse último momento, cada um tem a oportunidade de compartilhar os sentimentos e significados por trás de suas imagens. Assim, a oficina se propõe a explorar e registrar as sutilezas do território, incentivando uma nova perspectiva sobre o ambiente em que se vive. Ao convidá-los a trazer um olhar atento para os detalhes do seu entorno, busca-se promover uma reflexão profunda sobre sua identidade pessoal e social, permitindo que se conheçam e se reconheçam nesse espaço, através de novos olhares. Ao se depararem com as próprias percepções sobre o ambiente em que vivem, os participantes são incentivados a desenvolver uma sensibilidade mais aguçada para os



detalhes do cotidiano, passando por um processo de estranhamento com aquela realidade já conhecida. Esse movimento pode revelar outros significados, individuais e coletivos, que contribuem para a construção e revisão da forma como percebem o mundo e a si mesmos, enriquecendo sua compreensão da realidade. As fotografias, cada uma representada por um tema, traziam associações de suas vidas. Uma adolescente que precisou amadurecer muito cedo para cuidar dos irmãos. Um jovem rapaz que preferia não usar redes sociais para não se comparar com os outros. Um haitiano, agora brasileiro naturalizado, que ao compartilhar sua origem, foi convidado a escrever uma palavra em francês e escolheu “*foi*”, fé. Uma senhora que, no primeiro encontro, expressou não querer falar sobre luto, porém, no sétimo encontro, com o tema Melancolia, desabafou sobre a dor de não ter mais a sua mãe. Mudanças vivenciadas no espaço, como Ipês amarelos que traziam cor e que foram cortados. Os relatos de uma reforma tão aguardada, que culminaram na revelação da casa pronta, após uma caminhada. O contraste entre uma jovem de 17 anos que se sente presa, e uma senhora de 67 que desfruta da liberdade que a maturidade lhe trouxe. As amizades e as redes de apoio que cada um traz. A pressão e a culpa que a sociedade coloca em todos nós. A emoção ao descrever uma foto e ser invadido por lembranças. E, por fim, a singularidade de cada olhar, revelando a riqueza de um grupo nas diferentes formas de ler a mesma realidade. Para finalizar, a potência de uma atividade comunitária está no fortalecimento das relações humanas e na construção de redes de apoio. Junto a isso, é essencial que cada um se reconheça como protagonista, uma vez que, como observou Marx, uma comunidade é um espaço “onde todos são chamados pelo nome”. Portanto, como conclusão do estágio, pretende-se destacar o olhar de cada participante, reconhecendo-os como autores de suas próprias histórias. Para isso, será organizada uma curadoria das fotografias capturadas ao longo dos encontros, com uma exposição final na Universidade. Relevando, assim, a força do olhar de cada um, que, quando entrelaçados, se potencializam e se transformam.

Palavras-chave: Psicologia Social Comunitária; Escuta Territorial; Psicanálise; Relações Comunitárias; Fotografia.



ATELIER SOLIDÁRIO: INTEGRAÇÃO ENTRE OS SABERES DA ACADEMIA E A CULTURA DO ARTESANATO NO BAIRRO EDUCADOR

Pedro Henrique de Toledo Menezes; Eduardo Napoleão; Alice Demaria Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Entre 2022 e 2023, durante a primeira aplicação do projeto de extensão *Atelier Solidário*, os alunos dos cursos de *Design Gráfico*, *Design de Jogos* e *Arquitetura e Urbanismo* da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) campus Florianópolis, tiveram a oportunidade de integrar os saberes de seus cursos aos produtos desenvolvidos pelas mulheres da oficina de Corte e Costura do programa Bairro Educador, localizado no bairro do Monte Verde, Florianópolis. A proposta foi de aproximar os produtos artesanais da oficina às áreas de especialização de cada curso, além de inserir os alunos em uma experiência na comunidade. Esta iniciativa promoveu a troca de conhecimentos entre o mundo acadêmico e a realidade local. A partir da interação entre os alunos com a comunidade artesã, ficou evidente a necessidade que o projeto tinha em promover a cultura e a produção local, enquanto, ao mesmo tempo, traria a inovação e a transformação necessária, utilizando os saberes de cada curso para expandir o horizonte do trabalho artesanal das artesãs. Foi durante uma visita ao Bairro Educador, que as participantes da oficina de Corte e Costura apresentaram para os alunos e professores da Univali, suas criações e artesanatos. Nessa mesma visita, foi apresentada a “Boneca Maria”, uma boneca de pano criada na oficina, que tinha um significado especial, pois era um símbolo que representava uma pessoa muito querida para a comunidade. A partir deste ícone, os estudantes passaram a desenvolver ideias que integrassem o conceito da Maria, símbolo da comunidade do Monte Verde para uma “Persona”. A partir da interação com a comunidade artesã, ficou evidente para os alunos envolvidos no projeto a necessidade de promover a cultura e a produção local, enquanto, ao mesmo tempo, traria a inovação e a transformação através dos saberes de cada curso. O projeto usou da área de atuação de cada curso, para então planejar produtos, como: *e-books*, propostas de jogos virtuais e físicos que refletissem a identidade da “Persona Maria” e a história da comunidade artesã da oficina de Corte e Costura. Nesse contexto, a boneca Maria serviu como pilar para o desenvolvimento das ideias para o projeto e conectou as habilidades criativas dos estudantes com as demandas e expectativas das artesãs. Tais produtos não só serviram para apoiar a sustentabilidade da produção artesanal, mas também promoveram a inclusão social e cultural das mulheres envolvidas no projeto, uma vez que se destacou a importância de seus trabalhos aumentando o alcance para além de sua comunidade. Por fim, o projeto Maria, desenvolvido para o *Atelier Solidário* destaca-se por sua abordagem humana, integrando os valores da comunidade aos saberes da academia, em que áreas como a comunicação e *design* foram utilizadas para contar uma história de colaboração entre a cultura e a arte local. A narrativa criada durante o projeto não só promove o desenvolvimento de novos produtos e ideias, mas também fortalece o vínculo da universidade e a sociedade, demonstrando o papel transformador do *design* e da arquitetura na construção de soluções criativas e inclusivas.

Palavras-chave: Artesanato; Design e Cultura; Integração Social; Transmídia; Políticas Públicas.

Apoio: Edital 04/PESQUISA/2024 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PIBITI/CNPq – Univali, e Projeto de Pesquisa CNPq/MCTI N 10/2023 - Faixa A - Grupos Emergentes (Processo 408891/2023-8).



FAKE NEWS, PÓS-VERDADE E O PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT

Raquel Sander; Carlos Golembiewski.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Buscou-se relacionar o pensamento de Hannah Arendt sobre a verdade e a mentira na política, contido no ensaio “Verdade e Política”, com o cenário atual de produção e disseminação de informações falsas através da internet e das redes sociais. Por meio de levantamento bibliográfico, apresentamos os conceitos de *fake news*, desordem informacional e pós-verdade, e as principais ideias que a filósofa alemã desenvolve em seu ensaio, relativas à fragilidade de fatos e eventos frente à mentira do poder político, à confusão que se pode fazer entre fatos e opiniões, às tentativas do poder político de apagamento da verdade histórica ou da verdade fatural atual, às diferenças entre a mentira política tradicional e a mentira política moderna, e à importância da verdade fatural para a liberdade de opinião dos cidadãos. Ao relacionarmos as contribuições de Arendt, e de outros autores que delas beberam, com o contexto da produção e propagação de informações enganosas pelas plataformas digitais, objetivou-se refletir sobre esse fenômeno contemporâneo e suas consequências para a sociedade.

Palavras-chave: *Fake News*; Mentira; Verdade; Política; Internet.



RELIGIOSIDADE ATRAVÉS DA CULTURA VISUAL

Tatiana Godinho Martins; Marta Rosa Borin.

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

As representações visuais permitem a abertura para compreensão da cultura de uma determinada comunidade, visto que as fotografias possuem como conteúdo vestígios da construção social. Partindo disso, temos como uma das fontes desta pesquisa o acervo do Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha, localizado em Faxinal do Soturno, município integrante da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, Geoparque Mundial da UNESCO. O acervo fotográfico retrata a vida social da região, nas celebrações, nas bênçãos, nas festas religiosas e nos momentos cotidianos da vida comunitária. Desse modo, a cultura visual, mediada pelas imagens do museu, assume uma característica basilar na percepção de como a fé pode moldar tradições, rituais e interações sociais, bem como influenciar a construção de significados. A representação da devoção nas fotografias contribui para a formação de uma identidade coletiva que está intimamente relacionada às tradições católicas que refletem heranças ancestrais. Logo, a potencialidade presente nesses documentos perpassa questões relacionadas com as ideologias, simbolismo e cultura, classificados como forma de expressão, comunicação e registro documental. O aspecto religioso é fundamental para compreender a história e a cultura da região, pois a devoção contribui para entendermos a formação daquela comunidade. Portanto, os registros históricos, como detentores de simbolismos, proporcionam um estudo das características da estruturação social da comunidade faxinalense e a influência do catolicismo na construção cultural e social da região.

Palavras-chave: Cultura Visual; Identidade; Religiosidade.

Apoio: Programa CAPES-DS.



2

direito



A FILOSOFIA KANTIANA NA FORMAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

Amábil Bocassius Watzko; Marcos Vinícius Viana da Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O tema da pesquisa diz respeito à influência da filosofia kantiana nas bases da formação da União Europeia como paradigma para outras instituições. A problemática está em descrever essas influências teóricas e seu funcionamento na prática, tanto em sua formação histórica quanto em seu funcionamento atual. A hipótese levantada é de que a União Europeia como uma instituição de integração regional com fins de cooperação transnacional tem, em sua formação teórica, uma matriz idealista de relações internacionais, que tem como influência a filosofia de Kant e seu projeto de paz perpétua. Kant argumentava que a paz duradoura só poderia ser alcançada por meio da cooperação entre estados livres, respeitando princípios universais de moralidade e justiça. A União Europeia, formada após a Segunda Guerra Mundial, foi construída com o objetivo de evitar novos conflitos no continente, um conceito que ecoa as ideias de Kant sobre a necessidade de um pacto entre as nações para garantir a paz. A motivação do estudo reside na busca de compreender como os conceitos filosóficos kantianos, como a federação de estados livres e o direito cosmopolita, podem ter influenciado o processo de formação da União Europeia e, ao mesmo tempo, servir de base para enfrentar desafios contemporâneos do bloco, como migrações, saídas voluntárias de países e a manutenção da paz. A pesquisa questiona se os princípios de Kant podem fornecer *insights* para lidar com essas questões atuais. O estudo foi realizado com base em uma análise histórica e filosófica da obra de Kant e na comparação com os eventos que levaram à formação da União Europeia, como o Plano Schuman, que propôs a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Embora não existam evidências diretas de que os idealizadores da União Europeia, como Jean Monnet, tenham sido diretamente influenciados por Kant, a pesquisa destaca semelhanças importantes entre os dois pensamentos. Ambos defendem a cooperação entre estados como forma de evitar guerras, e Kant sugere uma federação de estados livres, conceito que se assemelha à ideia de uma Europa unida. A metodologia adotada foi dedutiva, partindo de conceitos filosóficos gerais para sua aplicação ao caso da União Europeia. A pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica e análise documental, examinando as diretrizes e tratados da União Europeia em paralelo com os escritos de Kant e de teóricos da integração regional. Os resultados indicam que a filosofia de Kant, embora não tenha influenciado diretamente a criação da União Europeia, criou um ambiente intelectual e político que favoreceu o desenvolvimento da cooperação europeia. Sua defesa de uma constituição cosmopolita e da paz perpétua se reflete nos princípios de democracia e direito internacional que regem a União Europeia. A filosofia kantiana oferece uma base teórica importante para a construção de instituições de paz e cooperação internacional, as quais podem ser replicados em outros espaços. O estudo sugere que suas ideias podem ser aplicadas não apenas à União Europeia, mas também a outros organismos internacionais, ajudando a promover a paz em outras regiões do mundo.

Palavras-chave: Immanuel Kant; União Europeia; Bloco Regional.



CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INCONSTITUCIONALIDADE DA IMPLANTAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO ENVOLVENDO O JULGAMENTO SOBRE O MARCO TEMPORAL

Ana Beatriz Fruet; Kátiuska Waleska Burgos General; Márcio Ricardo Staffen.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O presente estudo apresenta eventuais inconstitucionalidades, quando do agendamento de audiências conciliatórias entre povos originários brasileiros, no que tange à análise jurídico-constitucional das relações possessórias em áreas de ocupação, à luz da carta magna. A recente implementação de audiências de conciliação para resolver conflitos levantados pelas ADI 7582, ADI 7583, ADI 7586 e a ADO 86 sobre a tese do Marco Temporal – a partir de uma anterior disputa territorial movida contra o povo Xokleng em Santa Catarina, que deu origem à tentativa de firmar a validade dessa tese mediante o RE-RG 1.017.365 e à posterior publicação da Lei 14.701, hodiernamente acompanhada pela ADC 87 – levantam-se preocupações sobre uma possível flexibilização de direitos territoriais constitucionais que se observam indisponíveis e que não admitiriam, portanto, conciliação ou renúncia. Esta pesquisa busca analisar as problemáticas envolvendo os processos de tramitação acima mencionados na Suprema Corte brasileira, no que concerne aos potenciais conflitos entre a promoção da conciliação e a efetivação dos direitos fundamentais, entre eles os direitos originários territoriais reconhecidos pela CRFB/88 aos diversos povos indígenas, bem como avaliar as consequências dessa abordagem para a justiça social e a proteção dos direitos indígenas. Além disso, pretende-se discutir alternativas que promovam um diálogo justo e equitativo entre as partes envolvidas, que respeitem preceitos jurídicos, processuais e constitucionais previamente fixados. Os dados foram apurados por intermédio de pesquisas bibliográficas com material pertinente ao entendimento da problemática arguida utilizando-se o método indutivo, por meio de abordagem qualitativa de objetivos descritivos, explicativos e exploratórios.

Palavras-chave: Conciliação; Direitos Originários; Grupos Vulneráveis; Povos Originários, Marco Temporal.

Apoio: Pesquisa realizada com fomento da CAPES/MEC.



A (IN)VISIBILIDADE DO DESLOCAMENTO AMBIENTAL NA CONTEMPORANEIDADE PERANTE AS ENCHENTES DO RIO GRANDE DO SUL

Ana Luiza Messias; Vitória Schlindwein Gomes; Camila Monteiro Santos.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A presente pesquisa, em desenvolvimento, tem como objetivo discutir a falta de políticas públicas de acolhimento no que tange aos deslocados ambientais, especialmente pelas vítimas do desastre natural do Rio Grande do Sul, em maio de 2024. Diante disso, é necessário demonstrar como as injustiças sociais estão diretamente ligadas à litigância de direitos humanos e ambientais, as quais contribuem para a falta de uma proteção legal sólida. Sendo assim, como problema de pesquisa destaca-se: O ordenamento jurídico brasileiro possibilita a tutela dos deslocados ambientais oriundos das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 por intermédio de políticas públicas de acolhimento? E no que diz respeito à litigância climática nacional, é viável a criação de um Fundo Nacional de Assistência e Acolhimento às vítimas de desastres ambientais? Quanto à metodologia empregada, registra-se que, na Fase de Investigação foi utilizado o Método Indutivo, na Fase de Tratamento de Dados o Método Cartesiano, e o relatório dos resultados é composto na base lógica indutiva. Por conseguinte, é notório que a contemporaneidade é afetada pelos problemas ambientais, os quais estão cada vez mais complexos e recorrentes. Em vista disso, determinadas pessoas veem-se forçadas a se deslocarem, internamente ou internacionalmente, do seu local de origem, caracterizando o chamado “deslocamento ambiental”. Esse novo fluxo migratório é marcado pela urgência de evadir-se, decorrente da falta de condições de persistir em um ambiente devastado pelas degradações do meio ambiente. Em maio de 2024, como muito veiculado nos canais midiáticos, o estado do Rio Grande do Sul foi alvo de uma catástrofe ambiental e humanitária, resultado de chuvas intensas. Após quatro meses das enchentes, foram confirmadas 183 mortes e 2,4 mil pessoas fora de casa. As consequências desse cenário refletem a vulnerabilidade e o desamparo social causados pela crise de mudança climática, conjuntamente com a flexibilização de leis ambientais no estado e a falta de investimento em infraestrutura. Ante o exposto, é evidente que os desastres naturais escancaram a violação dos direitos, não só ambientais, como os humanos, na medida que, a falta de políticas estatais corrobora para a perpetuação de desigualdades sociais no país. Nesse sentido, é importante destacar o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e deixar de lado o vazio normativo existente no que concerne aos deslocados ambientais. Como resposta legislativa emergente, originou-se o Projeto de Lei n. 1.594/2024, estabelecendo uma Política Nacional dos Deslocados Ambientais e Climáticos. Uma das principais atribuições do projeto é o financiamento, promovido pelo Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção da Defesa Civil - Funcap (Lei 12.608/2012) e do Fundo Nacional sobre Mudanças Climáticas (Lei 12.114/2009). Acerca dos resultados, é, sim, possível a implementação de proteção legal por meio de políticas públicas de acolhimento aos deslocados ambientais em decorrência das enchentes do Rio Grande do Sul, fazendo-se temática urgente a ser regularizada, perante a realidade, ainda, vivenciada pela população do estado. Outrossim, é viável a criação (e manutenção) de Fundos de Assistência.

Palavras-chave: Deslocamento Ambiental; Desastres Ambientais; Políticas Públicas.



A ATUAÇÃO DO BRASIL NA DISPUTA TERRITORIAL DE VENEZUELA E GUIANA POR ESSEQUIBO

Ananda Zimmermann Simões Pires; Isabelle Godoy Teles dos Santos; Nicole Paroul Cansian.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A disputa territorial entre Venezuela e Guiana pelo Essequibo é um exemplo emblemático de como a atuação de potências regionais, como o Brasil e os Estados Unidos (EUA), reflete suas doutrinas de política externa. O resumo objetiva explorar a postura da política externa brasileira mediante o conflito. A metodologia possui abordagem qualitativa-exploratória, subsidiada por técnicas de pesquisa bibliográficas e documentais. O Brasil tem mantido sua postura histórica de neutralidade e mediação, enquanto os EUA demonstram sua influência na América Latina, evocando aspectos da Doutrina Monroe, especialmente em contextos estratégicos como o controle de recursos naturais e a estabilidade regional. O território de Essequibo, rico em recursos naturais como ouro, bauxita, urânio e petróleo, está no centro de uma disputa que remonta ao século XIX. A região, que hoje faz parte da Guiana, foi inicialmente uma colônia holandesa, posteriormente unificada como Guiana Inglesa. A fronteira entre Venezuela e Guiana foi definida pelo Laudo de Paris (1899), mas a Venezuela nunca aceitou plenamente essa demarcação, reiniciando a reivindicação em 1962, e suspendendo-a temporariamente com o Protocolo de Porto de Espanha (1982). Nos últimos anos, a disputa ganhou nova relevância com a descoberta de petróleo no bloco Stabroek, na costa de Essequibo, pela Exxon Mobil. A Guiana concedeu à empresa norte-americana direitos de exploração, o que intensificou as tensões com a Venezuela. Em 2023, a situação se agravou com um referendo na Venezuela, no qual 95% dos eleitores apoiaram a anexação de Essequibo. A Guiana, por sua vez, reafirmou sua soberania sobre a região e recorreu ao Tribunal de Haia para impedir ações venezuelanas. Os EUA têm mantido um interesse histórico na região, influenciados por questões geopolíticas e econômicas. A Doutrina Monroe, formulada no século XIX, orientou a política externa dos EUA, promovendo a ideia de que as Américas deveriam ser protegidas de influências externas. Mais recentemente, os EUA fortaleceram sua presença na Guiana, especialmente com a descoberta de petróleo, enquanto as relações com a Venezuela foram marcadas por tensões políticas, incluindo tentativas de desestabilização do governo de Nicolás Maduro. Enquanto isso, o Brasil, com sua tradição de neutralidade e mediação na América do Sul, desempenha um papel crucial na tentativa de resolução pacífica da disputa. O país tem defendido o diálogo diplomático entre Venezuela e Guiana, buscando soluções que respeitem o direito internacional. Os resultados da pesquisa expõem que a posição brasileira também está ligada a preocupações com a segurança regional, dado que o aumento de tensões ou um conflito armado poderia resultar em fluxos migratórios desestabilizadores para a fronteira norte do Brasil, particularmente em Roraima. A mediação brasileira tem sido vista como uma tentativa de manter a estabilidade regional e evitar uma escalada militar, especialmente considerando o contexto geopolítico atual, no qual crises em outras partes do mundo, como a Ucrânia e o Oriente Médio, já consomem recursos e atenções das grandes potências, incluindo os EUA. Embora a disputa pelo Essequibo continue, a expectativa é que prevaleça a via diplomática, com o Brasil mantendo sua posição ativa e buscando fortalecer sua liderança regional.

Palavras-chave: Política Externa; Brasil; América Latina; Essequibo; Relações Internacionais.



A (IN)EFETIVIDADE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PRATICADA PELO DETENTOR DO PODER FAMILIAR

Anna Luiza Kretzer; Camila Monteiro Santos.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O trabalho tem como objetivo específico explicar a ocorrência da violência doméstica no Brasil, o princípio da proteção integral da criança e do adolescente e a legislação que protege os infantes, de modo a verificar se é efetiva a legislação vigente atinente a proteção da criança e do adolescente. O presente trabalho utiliza a metodologia da lógica indutiva. Ao analisar a violência doméstica e familiar, pode-se conceituá-la como “conjunto de formas de ação ou omissão que se exerce no lar, que causam lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, qualquer que seja a pessoa que a exerça ou sofra”. Ao analisar o conceito é possível verificar que a violência doméstica manifesta-se por diferentes maneiras. Os direitos dos infantes são resguardados na Constituição de 1988, que prevê a proteção integral da criança e do adolescente, os quais estão em condição de pessoas humanas em desenvolvimento, de forma que os infantes se encontram em situação especial e de maior vulnerabilidade. O direito dos infantes também é regulado pelo Estatuto da Criança e Adolescente, que assim como na Carta Magna, elenca e busca efetivar os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes e regula outros processos e procedimentos. Ao tratar da legislação protetiva para os infantes vítimas de violência doméstica, é possível verificar que a Lei n. 13.010/2014 ou “Lei da Palmada” busca prevenir a violência ao conceituar o castigo físico e tratamento cruel ou degradante. A Lei n. 13.431/2017 ou “Lei do Depoimento ou Escuta Especial” estabelece um sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de uma manifestação de violência e alterou em partes o ECA. A Lei n. 14.344/2022 ou “Lei Henry Borel” trata da violência doméstica contra a criança e o adolescente, criando um sistema de proteção para a vítima de violência doméstica, com objetivo de prevenir e enfrentar as suas formas. Para verificar a efetividade da legislação vigente, realizou-se o levantamento de dados, como o da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, referente ao primeiro semestre de 2021, que aponta que 81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorreram no âmbito familiar, dentro de suas residências. Ademais, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023 analisa os registros de lesão corporal contra os infantes no contexto da violência doméstica, na qual se verificou, em 2022, o aumento no número de casos, ocorrendo variação total de 15.370 casos, não incluindo os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, considerando o valor levantado como subestimado. Após o levantamento de dados, concluiu-se que a legislação vigente não é efetiva, tendo em vista que independentemente da tutela jurídica criada para a proteção de crianças e adolescentes, não é suficiente para que a violência doméstica seja cessada. O levantamento de dados demonstra que a problemática está presente dentro da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Criança e Adolescente; Legislação Protetiva; Violência Doméstica.



JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM MATÉRIA AMBIENTAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ADI N. 4.029 E DA ADPF N. 760

Arthur Ogliari Lana; Júlia Schauffert Portela Gonçalves; Pedro Augusto Silva Costa; Rafael Burlani Neves.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O Artigo 225 da Constituição, acima citado, consagra o Princípio da Sustentabilidade, estabelecendo a coletividade o dever de proteção do meio ambiente. Ao destacar a tarefa constitucional do Poder Público, impõe também ao judiciário essa importante responsabilidade. Entretanto, há muito se discute o papel deste poder na promoção deste direito, em especial na interferência nas políticas públicas, típicas do Poder Executivo. Por esta razão, muitas vezes, esses debates são levados ao próprio judiciário, cabendo ao órgão guardião da Constituição, a “palavra final” sobre o tema. A partir desta discussão e, usando como paradigma, em razão de sua essência, a Ação Direta de Inconstitucional n. 4029, e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 760, este trabalho buscou analisar possíveis contrastes no entendimento do Supremo Tribunal Federal, relacionado à interferência do judiciário nas políticas públicas de matéria ambiental. Para tanto, o estudo consistiu em uma pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, optando-se pela análise de caráter qualitativo e quantitativo, de metodologia indutiva. O primeiro acórdão, proferido no ano de 2012, teve por essência o julgamento da inconstitucionalidade da Lei n. 11.516/07, que criava o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), objetivando conferir maior celeridade aos procedimentos de licenciamento ambiental. Na oportunidade, o tribunal entendeu ser incabível a discussão sobre a implementação de políticas públicas pela magistratura. Em suas palavras, o judiciário não dispõe de conhecimento preciso para especificar a engenharia administrativa necessária para o sucesso de um modelo de gestão ambiental, bem como não é este o espaço idealizado pela Constituição para o debate em torno desse assunto. Noutra senda, o segundo julgamento, realizado em 2024, teve por objeto controvertidas omissões na execução de políticas públicas da União e dos órgãos federais, no que se refere ao combate ao desmatamento na Amazônia Legal. Requeria-se, portanto, a adoção de medidas para o equacionamento das lesões causadas. Em seus argumentos, alicerces da decisão, a corte entendeu a necessidade de que o Governo tenha um “compromisso significativo” (*meaningful engagement*) para o combate ao desmatamento. Dessarte, decidiu ser inconstitucional a adoção da postura estatal omissiva ou insuficiente na temática. Assim, em oposição ao ditado no julgado anterior, determinou, de pronto modo, medidas próprias da política pública para garantia do cumprimento do dever, dentre as quais a elaboração do PPCDAm (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal) e execução de metas para diminuição da prática. Isso posto, como resultado, observou-se que subsiste um nítido contraste nas jurisprudências citadas. Isso se deve ao fato de que, enquanto uma trata de ações do executivo, na segunda, observa-se a omissão nas políticas públicas. Por essa razão, é possível observar a passagem de uma política de “não interferência” na esfera executiva, para um papel mais ativo do judiciário, inclusive, com decisões estruturantes no tema.

Palavras-chave: Direito Ambiental; Políticas Públicas; Supremo Tribunal Federal; Judicialização.



A VULNERABILIDADE INFANTIL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL: O CRAS COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO E FORTALECIMENTO DOS ODS

Bruno Veadrigo de Lima; João Lucas Ramos Escher; Maria Helena Novakoski Pessoli; Maria Luiza do Amaral Lopes; Pillar Serpa Melzi; Mell Mota Cardoso Conte.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A vulnerabilidade infantil representa um dos mais graves desafios enfrentados pela sociedade contemporânea, sendo diretamente relacionada à exclusão social e à precarização das condições de vida das crianças e dos adolescentes. Nesse contexto, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) emerge como uma instituição fundamental para a proteção e promoção dos direitos infantojuvenis, atuando de forma articulada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), que visam, entre outros, à erradicação da pobreza, a promoção da igualdade e o bem-estar social, tema esse, objeto de pesquisa do presente artigo. O presente estudo tem como objetivo verificar a atuação do CRAS na proteção de crianças e adolescentes, analisando como suas ações convergem para o cumprimento dos ODS estabelecidos pela Agenda 2030. Os objetivos específicos se expressam em [1] Identificar situações de vulnerabilidade em contextos que crianças e adolescentes estão expostos; [2] Discorrer sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial examinar como o trabalho desenvolvido pela Assistência Social colabora para a erradicação da pobreza (ODS 1), promoção da saúde e bem-estar (ODS 3), e redução das desigualdades (ODS 10); e [3] Evidenciar a importância do Centro de Referência Social como instituição fundamental na promoção de direitos e garantias, bem como, na concretização dos ODS. A partir dessa análise, pretende-se compreender como o CRAS contribui para a promoção da inclusão social, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e o acompanhamento contínuo de famílias em situação de vulnerabilidade. Quanto à metodologia, adota-se o método indutivo em todas as fases da pesquisa, operacionalizado por meio das técnicas do referente, da categoria e da pesquisa bibliográfica. Além disso, a metodologia aplicada envolve a realização de pesquisa de campo no CRAS do município de Tijucas/SC, analisando relatórios de atendimentos e programas voltados para o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade, com foco especial em crianças e adolescentes. Os resultados da pesquisa evidenciam que o CRAS desempenha papel essencial na inclusão social e na proteção de crianças e adolescentes. Em especial, a atuação do CRAS no município de Tijucas/SC tem permitido a identificação precoce de situações de vulnerabilidade e o acompanhamento contínuo das famílias atendidas, assegurando que sejam oferecidos serviços que visam à proteção social e à inclusão dessas famílias na rede de serviços públicos. Além disso, o trabalho do CRAS tem se mostrado fundamental para a implementação de ações que contribuem diretamente para o cumprimento dos ODS, especialmente no que tange à promoção de equidade e à erradicação da pobreza [ODS 1, ODS 3 e ODS 10]. Assim, ao promover ações que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários, o CRAS contribui para a redução da vulnerabilidade social e reforça o compromisso com os objetivos de desenvolvimento sustentável, demonstrando a relevância de sua atuação na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Infantil; Assistência Social; CRAS; ODS.



OUVIDORIA COMO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO DE OUVIDORIA DE ITAJAÍ/SC

Carlos Roberto Praxedes dos Santos; Camila Maurer.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A instituição das ouvidorias nos municípios brasileiros, determinada pela Lei 13.460, de 2017, objetiva contribuir para a materialização dos princípios de participação e controle social manifestos na Constituição Federal de 1988. A publicação de relatórios anuais de gestão de ouvidoria é uma das exigências impostas pela referida legislação, que também estabelece os requisitos mínimos a serem contemplados por tais documentos. A presente pesquisa adota como objeto as manifestações encaminhadas à ouvidoria do município de Itajaí ao longo de 2023. Realiza-se uma análise quantitativa dos dados que constam nos relatórios de gestão de ouvidoria publicados pela administração pública municipal ao longo de 2023 e disponibilizados *online*. A análise permite identificar dois aspectos centrais: a prevalência de reclamações sobre outras formas de manifestação e o predomínio de manifestações relacionadas aos serviços de saúde na maior parte dos meses analisados. Em 2023, a ouvidoria do município de Itajaí recebeu 8.492 manifestações. Destas, 7.679 eram reclamações, o que corresponde a mais de 90% do total de manifestações. A prevalência de reclamações sobre outras formas de manifestação (denúncias, sugestões e elogios, por exemplo) sugere que o cidadão compreenda a Ouvidoria como recurso a ser acionado quando considera que seus direitos como usuário dos serviços públicos estão sendo desrespeitados ou sob ameaça, o que evidencia uma postura ativa do cidadão, enquanto sujeito de direitos. A Secretaria Municipal de Saúde foi alvo da maior parte das manifestações direcionadas à Ouvidoria em nove dos 12 meses analisados. Reclamações relacionadas ao atendimento nas Unidades Básicas de Saúde destacam-se nesse contexto e evidenciam o papel da ouvidoria como recurso para a garantia de direitos fundamentais, bem como a percepção, por parte do cidadão, de que a administração pública tem o dever de prestar serviços públicos de qualidade. Nos meses de fevereiro, outubro e dezembro de 2023, manifestações direcionadas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação superaram as relacionadas aos serviços de saúde. Reclamações acerca do transporte público, obras irregulares e terrenos baldios com acúmulo de lixo foram frequentes, de acordo com os relatórios. Sobre esse aspecto, destaca-se que a preocupação dos cidadãos com problemas públicos que afetam a coletividade, como obras irregulares e acúmulo de lixo, evidencia engajamento cívico e comunitário. A análise realizada, ainda que exploratória, permite concluir que as ouvidorias constituem instrumentos de comunicação pública relevantes para a materialização da participação e controle social idealizados pela Constituição Federal de 1988, ao posicionar o cidadão como fiscalizador da qualidade dos serviços públicos e protagonista do exercício de seus direitos. Adicionalmente, aspectos apontados pelos cidadãos constituem fontes de recursos para elaboradores e executores de políticas públicas em nível municipal. Sugere-se o aprofundamento do estudo por meio da análise qualitativa das manifestações dos cidadãos, bem como análises comparativas que permitam identificar ações da administração pública municipal para resposta às demandas dos cidadãos.

Palavras-chave: Ouvidoria; Comunicação Pública; Políticas Públicas.



O MÉTODO DA HERMENÊUTICA: CAMINHO PARA A COMPREENSÃO DAS FINALIDADES DA BR-470 COMO POLÍTICA PÚBLICA DE TRANSPORTE

César Henrique Barzotto Antunes; Maria Glória Dittrich; Joaquim Olinto Branco.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Este estudo trata-se de um relato de experiência, referente à pesquisa bibliográfica documental, realizada no Mestrado de Gestão de Políticas Públicas da Univali, sobre o histórico de implementação da BR-470 como política pública de transporte em Santa Catarina. O objetivo implicou em compreender historicamente como a referida rodovia atendeu às suas finalidades como instrumento de transporte rodoviário federal. O cumprimento delas perpassa pelo gerenciamento da infraestrutura e observância dos princípios instituídos pelo art. 11 da Lei n. 10.233/01, que prevê que as políticas públicas rodoviárias federais devem preservar o desenvolvimento econômico, conservar energia com a redução do consumo de combustíveis e poluentes, reduzir os danos econômicos decorrentes dos congestionamentos de tráfego, entre outros, sendo esses os objetos analisados na história da BR-470/SC. Dentro de Santa Catarina, a referida rodovia inicia-se no município de Navegantes, localizado no litoral catarinense, e possui extensão até a cidade de Campos Novos, no Planalto Sul do Estado. Com uma área de extensão total de 358,9 km dentro do território catarinense, a BR-470/SC interliga diversas regiões, e possui grande importância econômica para todo o Estado, considerando que dispõe de vias de acessos aos grandes portos dos catarinenses, e ainda, ao aeroporto localizado na cidade de Navegantes/SC. A BR-470/SC é instrumento vital no transporte de cargas, sendo que nela passam 70% das exportações catarinenses, conforme levantamento da Fetranesc. Soma-se isso ao transporte de passageiros, já que a rodovia pesquisada é a principal conexão do oeste catarinense com o litoral norte do Estado. No contexto econômico, a BR-470/SC é fundamental para o desenvolvimento de Santa Catarina, pois conecta diversas cidades e regiões produtivas do estado. Ela é uma rota vital de escoamento das produções agrícola, industrial e via turística, além de facilitar o acesso a portos e aeroportos, impulsionando o comércio e o turismo na região. Dos pontos de vista social e econômico, o entorno da rodovia apresenta números relevantes, que denotam a pujança da rodovia como política pública. No seu entorno, do município de Campos Novos até Navegantes, estima-se uma população de 1,9 milhões de habitantes. O Produto Interno Bruto (PIB) acumulado no entorno é de R\$ 91,9 bilhões. A fomentação de exportação e importação é estimada em US\$ 14 bilhões. Já a arrecadação de tributos federais para o tesouro da União, gira em torno de R\$ 26,6 bilhões (2021), o que é um número relevante se levar em conta que o Estado de Santa Catarina inteiro recebeu o montante de R\$ 11 bilhões de repasse de recursos advindos da União no mesmo período. Destacada a sua importância social e econômica, a pesquisa utilizou o método da hermenêutica de Friedrich Schleiermacher, com aportes da hermenêutica jurídica de Carlos Maximiliano, visando a entender como a BR-470/SC atendeu suas finalidades como Política Pública através de dados documentais, jornalísticos e bibliográficos, cruzando os princípios previstos no art. 11 da Lei n. 10.233/01, com os fatos históricos narrados sobre a rodovia. Com toda a história da BR-470/SC colocada em ordem cronológica, buscou-se, com a compreensão das palavras e seu contexto, com método indutivo e explicativo, entender antes “o todo” da história da rodovia, para, depois, partir para análise sintética do texto que nos oferece um resultado. Esse sentido inicia da ótica do que o autor quer nos dizer em determinado transcrito, para, posteriormente, partir para análise dos resultados da discussão. A fim de exemplificar esse pensamento, por meio da matéria abordada nesta pesquisa, na reconstituição dos recortes jornalísticos, se nota que determinado trecho da BR-



470/SC ficou sem manutenção de 1975 até 1995. O mesmo segmento foi apontado pelos jornais em 1998, como precário e intransitável. Dois anos depois, a maior tragédia da BR-470/SC ocorre no mesmo local, que ainda é alvo de reclamações por acidentes e falta de manutenção em outras matérias entre 2001 e 2022, incluindo a interdição de uma ponte, que atingiu a precariedade de preservação e necessitou ser demolida, o que, por consequência, fechou o trecho por completo. Essas matérias destacam que o referido segmento, ao longo de três décadas, foi palco de muitas mortes. Ao comparar essas informações com os dados da Polícia Rodoviária Federal, entre os anos de 2013 e 2021, nota-se que esse trecho, nos últimos anos, ainda é o percurso da rodovia onde há mais vítimas fatais. Logo, se a narrativa nos indica uma sequência de problemas, que se somatizam ao número elevado de mortes, pode-se afirmar, hermeneuticamente, que o(s) autor(es) das matérias nos denunciaram que aquele trecho é propenso a acidentes e é vítima do descaso da gestão pública, por repetidas vezes, em anos diferentes. Ou seja, através da ótica hermenêutica de compreensão de dados, contextualizou-se que determinada localidade tem um alto índice de problemas públicos, sendo que estes não foram resolvidos de forma concreta pela gestão, uma vez que os dados indicam que as mesmas situações negativas se repetem no mesmo trecho. Nesse sentido, assevera Schleiermacher que a análise objetiva (gramatical) de um discurso consiste na reativação da sua significância, a partir do conjunto de regras sintático-semânticas da língua. Ou seja, a obtenção dos resultados por meio da hermenêutica parte da análise contextual das palavras que o autor utiliza para nos indicar seus pensamentos, ou para narrar a ocorrência de fatos, que só terão um sentido através da seleção gramatical correta. Schleiermacher classifica essa lógica como dar sentido a uma palavra em uma passagem específica, determinando-a a partir do contexto em que ela ocorre. O pressuposto aqui é que cada parte do discurso, material ou formal, é indeterminada entre si, e que a determinação do sentido preciso de uma narrativa depende da sua correlação com as outras partes concomitantes.

Palavras-chave: Hermenêutica; Política Pública de Transporte; Rodovia Federal.

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC.



INDICADORES EDUCACIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: RESULTADOS DA PESQUISA NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MUNICÍPIOS COM ATÉ DEZ MIL HABITANTES NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Clovis Demarchi; Elaine Cristina Maieski.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O objeto da pesquisa ficou delimitado às políticas públicas que estavam implantadas visando a atender ao Plano Nacional de Educação e à utilização de indicadores educacionais como instrumentos condutores para qualidade do ensino e a redução da desigualdade, melhorando a resposta do Estado às demandas da educação básica, a fim de atingir as metas do PNE e dos ODS, especialmente o ODS 4 – Educação de qualidade. O objetivo geral foi o de demonstrar a importância da utilização dos indicadores educacionais na implementação de políticas públicas para a educação básica. A pesquisa utilizou como recorte com municípios formados por menos de 10 mil habitantes (192 municípios catarinenses de um total de 295). Foi motivada pela necessidade de aprimorar as políticas públicas na educação básica em municípios menores, que enfrentam desafios específicos em relação à oferta de ensino de qualidade e à garantia do acesso à educação para todos. A pesquisa esteve relacionada ao seguinte problema: As políticas públicas para a educação básica podem ser implantadas da mesma maneira em todos os municípios de Santa Catarina? A hipótese levantada e confirmada ao final da pesquisa foi de que não é possível a implementação das mesmas políticas públicas para educação básica em todos os municípios de forma comum, porque cada município possui suas peculiaridades e, portanto, são necessários indicadores educacionais que detalhem e espelhem as demandas dos estudantes em cada município. Os problemas devem ser resolvidos em nível municipal, pois não dá para tratar os problemas sociais – a educação em especial – a nível nacional. Respeitam-se as condições gerais, previstas no artigo 206 da Constituição Federal, entretanto, cada município possui peculiaridades. Constatou-se, por exemplo, a seguinte realidade: 35,5% dos municípios pesquisados não possuem indicadores locais de educação; em 51,5% das escolas participantes, a capacitação dos professores acontece mais de duas vezes ao ano; 25,8% dos municípios não tem acesso gratuito ao transporte escolar; 48,5% das escolas não possuem laboratório com equipamentos para alunos e professores; 32,4% das escolas não possuem biblioteca; na pandemia, os principais problemas encontrados foram: 87,1% tiveram dificuldade de acesso à internet; 45,2% não possuíam plataformas específicas para as atividades *online*; 35,5% apresentaram a falta de equipamento para acesso à internet; 96,8% dos gestores municipais perceberam que houve menos aprendizagem durante a pandemia. Destaca-se a importância da análise constante dos indicadores educacionais e a identificação de demandas e desafios para a definição de estratégias para a melhoria da educação, redução das desigualdades, cumprimento do Plano Nacional de Educação e a concretização dos ODS em municípios do Estado de Santa Catarina com menos de dez mil habitantes. A pesquisa demonstrou que a utilização de indicadores como ferramenta para a implementação de políticas públicas na área da educação pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e para a garantia do acesso à educação. A metodologia empregada na pesquisa teve como base a abordagem qualitativa e quantitativa e o método de investigação utilizado foi o indutivo. As técnicas de pesquisa adotadas foram a da análise documental doutrinária, dados públicos oficiais e pesquisa de campo.



Palavras-chave: Direito à Educação; Políticas Públicas; Indicadores Educacionais.

Apoio: Pesquisa realizada entre os anos de 2021 e 2023, com o fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), por meio da Chamada Pública FAPESC n. 12/2020 – Programa de Pesquisa Universal.



AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PENITENCIÁRIA NO PRESÍDIO REGIONAL DE TIJUCAS/SC

Eduarda Sant'Anna; Roberto Wohlke.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O presente estudo pretende avaliar a educação penitenciária realizada no Presídio Regional de Tijucas para diagnosticar o processo de ressocialização dos detentos, identificar os limites e potencialidades da experiência. A educação penitenciária nos presídios é um tema que reflete e reitera a importância da ressocialização e reintegração de detentos na sociedade. Conforme entende-se, o sistema prisional brasileiro é marcado por condições precárias e tem buscado, nos últimos anos, implementar medidas que visem e ajudem à recuperação dos presos, sendo a educação uma das principais estratégias dentro dos complexos penitenciários. O objetivo da pesquisa será avaliar os limites e potencialidades da educação em Tijucas, analisando como esta prática contribui para a ressocialização dos reeducandos, com isso, pretende-se diagnosticar os desafios apresentados nesta utilidade diante da Política Penitenciária vigente. O estudo utilizará a pesquisa bibliográfica para construção do estado da arte da educação penitenciária e a análise dos dados registrados na Secretaria Nacional de Políticas Penais para analisar o perfil dos reeducandos na penitenciária de Tijucas, além das visitas técnicas no espaço destinado à realização das aulas. A Educação Penitenciária no país é regida pela Lei de Execução Penal, que estabelece a educação como um direito dos apenados e defende que todos tenham este direito, priorizando sempre a educação como forma de recuperação ao apenado contribuindo, assim, para sua reintegração social. No entanto, a realidade nas instituições prisionais, muitas vezes, destoa desse ideal, pois, frequentemente, as unidades frequentam desafios como a falta de recursos e a falta de profissionais e ambiente propício ao aprendizado. A superlotação e as condições precárias das instalações carcerárias, além dos incentivos público e condições operacionais de trabalho para garantir acesso à educação. Perceber e avaliar a implementação e os programas de acesso e incentivo à educação e quais são os fatores que concorrem para o sucesso ou fracasso da experiência se tornam uma ferramenta vital para a ressocialização dos detentos e a redução da reincidência no mundo do crime, pois, embora enfrente desafios, as iniciativas possíveis são diversas, e representam um passo importante em direção a um sistema prisional mais humano e eficaz.

Palavras-chave: Educação Penitenciária; Direitos Humanos, Política Criminal.



A DIGNIDADE COMO FERRAMENTA DE RECUPERAÇÃO DO PRESO: PRECEITO DE COGESTÃO NO SISTEMA PRISIONAL E A PRELEÇÃO DO MÉTODO APAC

Emerson Roberto Duarte; Orlando Luiz Zanon Junior.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Em busca de respostas para perguntas que não se calam, sobre os direitos e princípios que regem o sistema carcerário, arcabouço comparativo para se entender como as leis no Brasil são bem elaboradas como a participação maciça da comunidade; no entanto, ainda existem sequelas da sua não aplicabilidade. Assim, surgiu o tema: Alternativa ao modelo tradicional de cumprimento de penas privativas de liberdade: a APAC de Barracão/PR. E, desse tema a seguinte pergunta: Os princípios que regem o sistema carcerário estão de acordo com a aplicação desse método inovador? No caminho de encontrar respostas, propõem-se estudar: o art. 41 da Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984; o direito à vida, correspondendo à obrigação da administração de efetivar a assistência material, assistência à saúde, assistência jurídica e religiosa. Poder-se-ia dizer que a preocupação com marco para atingir o conhecimento, o verdadeiro saber é o princípio do pensamento natural, analisando-se como propõe o fundador do Método APAC, Mário Ottoboni. Feitas tais considerações, pretende-se verificar o sistema prisional brasileiro e as garantias de segurança à sociedade, ou seja, uma ampla revisão no modelo penitenciário adotado no Brasil se faz necessária para que o Estado evidentemente cumpra com suas obrigações junto à sociedade, no sentido de oferecer um sistema de ressocialização, que não autorize a violação dos direitos humanos e, sobretudo, fundado na observância do princípio da dignidade da pessoa humana. Considerando o alto índice de reincidência, em sua maioria de maior potencial ofensivo, o método APAC que transpõe a Lei n. 7.210/84 dispõe que a execução penal tem por objetivo, além do cumprimento efetivo das disposições da sentença ou decisão criminal, proporcionar condições por meio das quais os apenados e os submetidos às medidas de segurança venham a ser harmonicamente (re)integrados na sociedade. Ao verificar o sistema prisional brasileiro e as garantias de segurança à sociedade, uma ampla revisão no modelo penitenciário adotado no Brasil se faz necessária para que o Estado evidentemente cumpra com suas obrigações junto à sociedade, no sentido de oferecer um sistema de ressocialização, que não autorize a violação dos direitos humanos e, sobretudo, fundado na observância do princípio da dignidade da pessoa humana. As APAC's atuam na qualidade de órgão auxiliar da justiça na execução da pena, uma vez que o método é implantado em penitenciárias, que passam a ser chamadas de Centros de Reintegração Social. Diante da problemática, objetiva-se demonstrar os pontos falhos no cumprimento da pena, apresentado na Lei n. 7.210/84, identificando os pontos que não respeitam a dignidade do preso, prejudicando o real cumprimento da pena; estudando o índice de ressocialização do sistema penal convencional; apontando os números de não reincidência à criminalidade dos apenados que cumprem sua pena no Sistema APAC; demonstrando que a reincidência tem maior potencial ofensivo do sistema convencional; e realçando os pontos que o método APAC aprimora no cumprimento da Pena.

Palavras-chave: Sistema Carcerário; Vida Digna; Estado; Lei de Execução Penal.



A ALTERAÇÃO DE GÊNERO E A PREVIDÊNCIA SOCIAL: OS IMPACTOS DO BINARISMO DE GÊNERO NA APOSENTADORIA DE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS

Estela Scarelli Mendes; Maria Eugênia Furtado.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Este resumo contempla um trabalho de conclusão de curso que foi desenvolvido no ano de 2023, vinculado ao curso de Direito, da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). O objetivo geral foi analisar o tratamento jurídico a ser conferido à população transexual e travesti em matéria previdenciária. Em conjunto, os objetivos específicos foram: demonstrar as formas que o binarismo de gênero e a heteronormatividade impactam na garantia de direitos de pessoas transexuais e travestis, a partir de uma reflexão do binômio socialmente conhecido de “feminino” e “masculino” e do estigma social acerca dessa população. Ressalta-se que esta pesquisa abordou o binarismo de gênero e os impactos e consequências nessa comunidade. Para tanto, enquanto percurso metodológico, foi necessário fazer uma incursão histórica para tensionar as dificuldades jurídicas e sociais que a população LGBTQIAP+ enfrenta no Brasil. Apesar de serem indivíduos dotados de direitos constitucionais, ainda sofrem violências cotidianas que reverberam nas políticas legislativas do Estado. Dessa forma, a pesquisa analisou os direitos da pessoa transexual no tocante à aposentadoria e seus critérios. Para isso, fez-se necessário o prévio entendimento da legislação atual da Previdência Social no Brasil, regulamentada também pela Emenda Constitucional 103/19 e o entendimento acerca da ADI 4.275 julgada procedente pelo Supremo Tribunal Federal em 2019. Foram realizadas pesquisas acerca da história da Previdência Social e seus marcos temporais, bem como estudos acerca da construção do gênero e o fenômeno da transexualidade e travestilidade. Analisou-se propostas de leis que possuem como tema a aposentadoria de transexuais e travestis, à luz dos direitos fundamentais, assim como, as Leis que regulam a Previdência Social, sendo a Lei 8.212/91 e a Emenda Constitucional n. 103/2019. Juntamente, abordou-se o julgamento da ADI 4.275, decisão que autoriza a alteração nominal feita em registro civil sem a necessidade de autorização legal ou demonstração de realização de cirurgia de redesignação sexual, priorizando a honra e a dignidade dos indivíduos, além de debater se o Projeto de Lei n. 684/2022 ofende o princípio da dignidade humana. Infere-se que esta pesquisa evidenciou a existência da lacuna na legislação previdenciária brasileira, frente à aposentadoria de pessoas transexuais e travestis, sendo a ADI 4.275 um dos mais importantes avanços na garantia de direitos dessa população. Em conclusão, o estudo destacou que o Instituto Nacional do Seguro Social utiliza desse entendimento para proceder com as aposentadorias e deve, a fim de garantir direitos fundamentais e assegurar o princípio da vedação ao retrocesso, manter esse procedimento. Entretanto, ainda não se considera suficiente, devendo a legislação brasileira efetivar a inclusão da população transexual e travesti na construção de uma sociedade democrática e efetivamente igualitária.

Palavras-chave: Previdência Social; Aposentadoria; Transexualidade.



A INFLUÊNCIA DAS FILOSOFIAS POLÍTICAS DE PLATÃO E ARISTÓTELES NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E NA ESTRUTURAÇÃO DE GOVERNOS CONTEMPORÂNEOS

Evandro Reinaldo de Melo.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Este estudo objetivou analisar como as filosofias políticas de Platão e Aristóteles influenciam a organização de regimes contemporâneos, destacando o reflexo do idealismo platônico e do empirismo aristotélico em governos autoritários e sistemas positivistas. Platão, em “A República”, defende a ideia de uma sociedade governada por filósofos-reis, capazes de acessar o mundo das ideias perfeitas, distante de interesses materiais. Sua crítica à democracia ateniense focava na participação de cidadãos sem a devida capacidade de julgamento. Embora Platão defendesse uma liderança de sábios, sua utopia foi interpretada ao longo da história para justificar regimes que concentram poder em uma elite autointitulada superior. Aristóteles, por sua vez, adota uma visão pragmática e empírica da política, rejeitando a existência de formas ideais. Para ele, o ser humano é um “animal político”, destinado a viver em sociedade e participar da vida pública. Diferente de Platão, Aristóteles não sugere um modelo único de governo, mas reconhece que diferentes formas, como monarquia, aristocracia e república, podem ser adequadas, dependendo das particularidades sociais, defendendo a república como a forma mais estável e justa, baseada em uma classe média forte. A divergência entre Platão e Aristóteles ainda influencia os debates políticos atuais, uma vez que o idealismo platônico, com sua busca por um governo perfeito, tem sido usado para justificar regimes autoritários que concentram poder em líderes considerados superiores, como ocorre na Coreia do Norte. Embora o regime norte-coreano não siga estritamente os princípios de Platão, seu culto à personalidade do líder reflete uma distorção das ideias platônicas, justificando a centralização de poder. Já o empirismo aristotélico inspira governos pragmáticos, especialmente aqueles influenciados pelo positivismo, que valorizam a ciência e a observação empírica como base para a política, rejeitando idealismos abstratos. O positivismo, originado no pensamento de Auguste Comte, propõe que o progresso social deve se basear em dados e pesquisas científicas, como observado nos governos tecnocráticos da Primeira República do Brasil. Esses sistemas refletem a visão de Aristóteles de que a política deve se adaptar às realidades sociais, promovendo o bem comum com base na razão e observação. Por outro lado, há resultados, que demonstram que, enquanto o idealismo platônico pode ser deturpado para justificar regimes autoritários, o empirismo aristotélico favorece sistemas de governança baseados em ciência e dados, proporcionando soluções práticas para os desafios sociais.

Palavras-chave: Filosofias Políticas; Regimes Autoritários; Idealismo Platônico; Empirismo Aristotélico.



A POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COM ÊNFASE NA LEI DE REURB, FRENTE ÀS LIMITAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI FEDERAL 6766/79 E O PLANO DIRETOR DE BOMBINHAS

Evandro Reinaldo de Melo; Rafael Burlani Neves.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A regularização fundiária tornou-se uma questão relevante nas políticas públicas municipais, especialmente no município de Bombinhas/SC, em que o crescimento urbano e as demandas por moradia desafiam as estruturas existentes. Nesse contexto, a pesquisa proposta visou a aprofundar a compreensão da Política de Regularização Fundiária, com ênfase na Lei de Reurb (Lei Federal 13.465/2017), e explorar as limitações impostas pela Lei Federal 6766/79 e o Plano Diretor local. Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo mapear a perspectiva de gestores públicos acerca da aplicação e hierarquia entre as leis anteriormente existentes (Lei Federal 6766/79 e o Plano Diretor local) e a Lei de Reurb (13.465/2017), trazendo segurança nas regularizações de núcleos consolidados frente ao novo diploma legal e se justifica devido ao acompanhamento dos processos de regularização propostos com base na lei de Reurb. Juntamente com a comissão formada com os técnicos de planejamento urbano, observou-se a necessidade de enfrentamento do tema, objetivando a necessária e segura aplicação da nova lei hierarquicamente superior às leis anteriores através do positivismo jurídico, que conforme Marconi e Lakatos (2004) é uma abordagem que enfatiza a análise objetiva e empírica do direito. A regularização fundiária não apenas assegura a legalidade das transações imobiliárias, mas também contribui para a construção de uma base sólida para o crescimento ordenado da cidade. Na tentativa da aplicação da nova Lei, criou-se dificuldades de entendimento e resistência no momento de aplicá-la por parte dos gestores, perante as novas normativas de orientação urbana, uma vez que a nova norma se sobrepõe ao ordenamento jurídico local de urbanização, bem como frente a Lei Federal 6766/79 que, há mais de 40 anos, regulamenta a implantação de núcleos urbanos através dos loteamentos. Contudo, é essencial analisar como essa legislação interage com as determinações da Lei Federal 6766/79, que estabelece as diretrizes gerais para o parcelamento do solo urbano. A compreensão das interações entre essas leis é necessária para desenvolver meios eficazes de regularização fundiária, sendo o desenvolvimento realizado com base em estudos já feitos sobre a presente temática, bem como as normas legais já mencionadas e o plano diretor do município de Bombinhas.

Palavras-chave: Regularização Fundiária; REURB; Plano Diretor de Bombinhas.



REFLEXÕES SOBRE A CONDIÇÃO DE SUBALTERNIDADE DE MULHERES MORALMENTE VULNERADAS, BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Fernanda Souza Tomé da Silva; Rita de Cássia Gabrielli de Souza Lima.

Universidade Cesumar; Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Ao longo da história, mulheres desempenharam papéis secundários, sendo economicamente dependentes e subjugadas. Hoje, apesar dos avanços, múltiplos grupos sociais femininos ainda vivenciam, especialmente em países em desenvolvimento, situações de vulnerabilidade moral. Este trabalho analisa a condição de subalternidade de mulheres moralmente vulneradas, nativas e migrantes beneficiárias do Programa Bolsa Família e residentes em uma cidade do litoral Norte de Santa Catarina. Foram entrevistadas quinze mulheres selecionadas por sorteio, das quais seis são migrantes do Nordeste. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e diário de campo. A análise foi conduzida pelo modelo hermenêutico-dialético. As participantes expressaram a dialética realidade/sonho, sobre a qual emergiu a categoria “Escravidão Moral”. Maria Emília relata experiências vexatórias desde sua chegada a Santa Catarina, onde foi recusada em empregos devido à sua origem nordestina e por ser mulher. Isso levou a buscar empregos informais. Um dos momentos mais difíceis foi em uma entrevista em uma empresa de pescados, onde lhe disseram: *“quando aparecer alguma coisa pra limpar o chão, pode ser que a gente lhe chame”*. Ela afirma: *“foi a pior coisa que já escutei aqui [...] por ser nordestina”*. Carol compartilha suas experiências, mencionando que seu cabelo enrolado atrai olhares preconceituosos: *“as pessoas ficam olhando pra mim assim, com outros olhos”*. De maneira semelhante, Mirian conta como foi julgada pela sua aparência ao procurar emprego: *“você não tem aparência bonita”*. A realidade enfrentada pelas mulheres é marcada pela incerteza econômica, como no relato de Maria Emília sobre a dificuldade de sustentar sua família: *“você pode olhar meus armários que eu não tô mentindo pra você. Eu tenho duas crianças e ainda tô grávida dessa outra”*. A fome e a má nutrição perpetuam um ciclo de subdesenvolvimento e baixas remunerações, intensificados pelo neoliberalismo. Alguns autores estudados sugerem que a libertação feminina está ligada à ruptura com o trabalho alienado e à organização das classes subalternas para reescrever suas histórias. A análise das experiências das participantes reforça que a verdade é provisória (sempre histórica) e que futuros estudos devem explorar formas de mobilização para mulheres que não percebem sua autonomia e estão condicionadas por comportamentos impostos socialmente. A relação entre texto e contexto revela que a subalternidade submete essas mulheres a um sistema de julgamento baseado em padrões sociais. Essas mulheres são criticadas por serem beneficiárias de programas sociais e por liderarem suas famílias, sem serem vistas como parte de uma classe moldada por contextos injustos e marcados por desigualdades. Como subalternas, elas são invisíveis ao poder público e à sociedade, lutando diariamente contra a fome de direitos, igualdade e alimentos. Essa situação as preserva vulneráveis, sem consciência histórica. Para que a práxis da emancipação ocorra, é necessário que essas mulheres se fortaleçam, o que pode se concretizar com o reconhecimento de sua condição e com o atravessamento de intelectuais orgânicos.

Palavras-chave: Subalternidade; Mulheres; Bioética.



A NECESSÁRIA COMPREENSÃO DA ACCOUNTABILITY NA ERA DAS FAKE NEWS

Filipe Augusto Senff; Marcos Vinícius Viana da Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A *accountability* representa a responsabilidade e capacidade de fiscalização dos atos praticados, em especial em relação às ações promovidas pelos servidores públicos. Especialmente a partir da revolução tecnológica, advinda da internet, imaginou-se que o acesso universal à informação e comunicação instantânea poderia culminar em uma maior participação e legitimidade popular, porém, com as *fake news* tal pressuposto pode não ser verdadeiro. Se esta for verdadeira, torna-se questionável a crença subjacente de boa parte da literatura acadêmica sobre *accountability* de que mais participação cidadã significa maior legitimidade e eficácia às políticas públicas. Argumenta-se que o gestor de políticas públicas deve procurar compreender melhor o problema da internet e das *fake News*, de modo a se aproveitar das ferramentas de comunicação e informações disponíveis e evitar as frequentes distorções oriundas do seu uso fraudulento. O problema central desta investigação reside na relação oposta entre maior inserção da sociedade no universo *online*, especialmente com maior acesso a informações, e por consequência, com maior capacidade de exigir uma *accountability* dos gestores públicos, mas tendo como oposição a inserção de *fake News*, que contribuem negativamente para que a *accountability* ocorra de forma adequada. O objetivo do estudo é compreender quais as ações e medidas podem ser promovidas pelo gestor público para promover uma *accountability* adequada e que não esbarre nas *fake news*. Na fase de investigação, valeu-se do método indutivo. Coletaram-se dados qualitativos por meio de um levantamento bibliográfico e documental. O tratamento desses dados foi feito por meio do método cartesiano, e no relatório dos resultados foi empregada a base lógica indutiva. Para a produção dos resultados foram promovidas quatro seções de desenvolvimento na pesquisa, que trataram de conceituar os temas, e apresentar seu desenvolvimento histórico. A partir disso, uma das conclusões principais da pesquisa é de que a relevância e pertinência dos estudos em *accountability* são hoje ainda maiores do que ao início dos anos 1990, mas que certas reformulações sobre como se observam esses mecanismos devem ser feitas levando em consideração o novo pano de fundo tecnológico e social, para que superemos o atual imbróglio porque vivem todas as grandes democracias do mundo, reforçando as instituições republicanas e democráticas existentes.

Palavras-chave: *Accountability; Fake News; Gestor de Políticas Públicas.*



CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE E TECNOLOGIA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL

Josias Ramão Machado; Natânia Linhares Moraes; Maria Eduarda Giacomossi da Silva; Fabio Garcia Cantagessi Rodrigues Gonçalves; Charles Alexandre Souza Armada.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O presente estudo tem como objetivo apresentar a relevância da Contabilidade e da Tecnologia no desenvolvimento de uma Gestão Sustentável, considerando os horizontes de curto, médio e longo prazo. Na elaboração de práticas empresariais, além de estudo de caso para a viabilidade da proposta. Dentro dessa temática, no que tange ao consumo desnecessário e demais que fere o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, a gestão empresarial assume um papel fundamental. Ademais, gestão nas empresas é um processo contínuo e dinâmico, englobando a tomada de decisões, a implementação de políticas e estratégias, bem como a alocação de recursos necessários para alcançar os objetivos organizacionais. Esse processo exige competências, conhecimentos e o uso de ferramentas específicas para que as empresas sejam eficientes e competitivas no mercado. No entanto, poucas organizações conseguem reconhecer todas as dimensões envolvidas na gestão empresarial. Vale ratificar, que a sociedade está profundamente envolvida em discussões e mobilizações sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos para serem alcançados até 2030. Entre os 17 objetivos, aqui, se abordará o 12º, que trata de “Consumo e produção responsáveis”. Esse objetivo busca garantir padrões sustentáveis de consumo e produção, reconhecendo que o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável dependem de uma relação equilibrada com os recursos naturais. Fomentar o uso eficiente dos recursos e a redução de resíduos são medidas centrais para atingir esse objetivo. Os resultados dessa revisão indicam que a gestão sustentável é, em essência, um processo contínuo e dinâmico. Para que seja eficaz, ela exige a adoção de práticas internas dentro das organizações, podendo-se citar o POP (Procedimento Operacional Padrão) documento criado nos meados da década de 40, que serve para padronizar e facilitar a execução de processos e pode ser utilizado dentro das micro e grandes empresas. A Contabilidade, por sua vez, fornece uma base sólida para a tomada de decisões, permitindo que as empresas avaliem o impacto financeiro e sustentável de suas operações. Já a Tecnologia oferece as ferramentas necessárias para monitorar, analisar e otimizar esses processos, contribuindo para a eficiência e a inovação contínua. Dessa forma, a integração entre Contabilidade, Sustentabilidade e Tecnologia é vital para que as empresas consigam desenvolver uma gestão empresarial que seja não apenas economicamente viável, mas também ambiental e socialmente responsável. Por fim, os ODS são uma súplica global para que todos os países alcancem a meta de um mundo mais sustentável e inclusivo até 2030. Assim sendo, uma boa gestão empresarial integrada com a tecnologia, contabilidade e sustentabilidade direciona-se em prol desses objetivos alcançando um bem-estar social e disponibilizam um meio ambiente equilibrado para essa e para as futuras gerações.

Palavras-chave: Gestão; Sustentabilidade; Tecnologias; Contabilidade; ODS.



O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO COMO OBSTÁCULO PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES – E ODS 3 – SAÚDE E BEM-ESTAR

Laryssa Furtado Pedroso; Mell Mota Cardoso Conte.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O Estado de Coisas Inconstitucional (ECI), baseado em tese desenvolvida na Corte Constitucional Colombiana na Sentencia de Unificación 559/1997, caracteriza-se pela violação massiva e sistêmica dos direitos fundamentais, bem como a omissão do Estado, diante de falhas estruturais que proporcionam sua perpetuação. No Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 347/DF de 2015, reconheceu o ECI do sistema carcerário brasileiro, afirmando sua incompatibilidade com os preceitos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em razão da situação de superlotação e precariedade nas suas instalações. Assim, visando à superação do ECI e a garantia dos direitos fundamentais, o STF impôs ao Poder Público a adoção de medidas voltadas à promoção da melhoria da situação carcerária, todavia, hodiernamente, observa-se ainda a carência de ferramentas que viabilizem a superação do ECI dentro do contexto penitenciário brasileiro. Ademais, o atual cenário se apresenta como obstáculo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), em especial os ODS 16 e 3, os quais tratam, respectivamente, sobre paz, justiça e instituições eficazes e saúde e bem-estar. Diante desse quadro, evidente a necessidade de desenvolvimento e implementação de políticas públicas que visem à melhoria do sistema prisional brasileiro, a fim de garantir os direitos fundamentais da população carcerária, bem como a concretização dos ODS, tema este objeto de pesquisa do presente trabalho. Nesse sentido, o objetivo geral é evidenciar a importância da criação de mecanismos que visem à superação do Estado de Coisas Inconstitucional no sistema carcerário brasileiro. Os objetivos específicos são [1] Discorrer sobre o Estado de Coisas Inconstitucional; [2] Abordar sobre os ODS; e [3] Evidenciar a urgência da criação de ferramentas que possibilitem a concretização dos ODS 3 e 16 e a superação do ECI no contexto prisional brasileiro. Quanto à metodologia, adota-se o método indutivo em todas as fases da pesquisa, operacionalizado por meio das técnicas do referente, da categoria e da pesquisa bibliográfica. Por fim, quanto aos resultados, busca-se evidenciar a importância da criação de mecanismos eficazes que atendam às exigências mínimas para a segregação digna dos reeducandos no sistema prisional brasileiro. De modo que as prisões, não continuem sendo cenário da violação de direitos mínimos, bem como o total descaso com os direitos humanos. Nesse contexto, busca-se demonstrar que os ODS, em especial ODS 3 e 16, sobre paz, justiça e instituições eficazes e saúde e bem-estar, só poderão ser concretizados no cenário global, com ações internas e executadas pelos Estados que deverão zelar e fazer cumprir os preceitos constitucionais.

Palavras-chave: Estado de Coisas Inconstitucional; Segregação; Dignidade.



DA NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PLENO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Laryssa Furtado Pedroso; Marilene Saramento; Mell Mota Cardoso Conte.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Hodiernamente, o debate e conscientização sobre Transtorno do Espectro Autista (TEA) vem ganhando maior visibilidade. O Ministério da Saúde conceitua o TEA como “distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados”. No Brasil, o diagnóstico e tratamento do TEA têm evoluído ao longo dos anos. Todavia, observa-se ainda uma escassez referente à disponibilidade e ao acesso a serviços especializados para pessoas diagnosticadas com TEA, dificultando seu pleno desenvolvimento de forma digna. Nesse contexto, notória a violação ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a qual também estabelece, em seu artigo 196, que saúde “é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Oportunizar acesso a terapias, serviços especializados e atendimento de qualidade é fundamental para o desenvolvimento pleno de pessoas autistas. Isso se deve ao fato de que, na maioria dos casos, indivíduos com TEA precisam de intervenções específicas e individuais, como a análise do comportamento aplicada, fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicoterapia, que são fundamentais para o desenvolvimento de suas habilidades e para uma melhoria significativa de sua qualidade de vida. Nesse sentido, elenca-se, aqui, como objetivo geral evidenciar a importância da criação de políticas públicas que objetivem a acessibilidade de serviços especializados e atendimento de qualidade para pessoas autistas. Os objetivos específicos são: [1] Discorrer sobre o Transtorno do Espectro Autista; [2] Abordar sobre direito a saúde e serviços especializados e atendimento de qualidade voltadas ao TEA; e [3] Evidenciar a urgência da criação de ferramentas que possibilitem efetivação do direito a saúde de pessoas autistas. Quanto à metodologia, adota-se o método indutivo em todas as fases da pesquisa, operacionalizado por meio das técnicas do referente, da categoria e da pesquisa bibliográfica. Por fim, quanto aos resultados, busca-se evidenciar a importância da criação de políticas públicas que proporcionem a conscientização e o acesso de qualidade de pessoas com TEA a serviços especializados e atendimento de qualidade, a fim de garantir seu desenvolvimento pleno e digno, além de combater atos e políticas discriminatórias.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Políticas Públicas; Dignidade.



O MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO: RESISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO FEMININA NO BRASIL

Lorena Victória de Freitas Pereira; Luana Schneider Fernandes; Victória de Oliveira da Rosa; Marcos Vinícius Viana da Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O Movimento de Mulheres Olga Benário é uma organização brasileira de caráter feminista e socialista, fundada em 2011, cujo objetivo central é a luta contra a opressão e exploração das mulheres no contexto de uma sociedade capitalista e patriarcal. Inspirado pela figura revolucionária de Olga Benário, o movimento surgiu da necessidade de criar uma plataforma de ação e resistência para mulheres trabalhadoras, indígenas e estudantes, sobretudo aquelas que enfrentam a tripla opressão de gênero, classe e raça. Ao longo dos anos, o movimento tem se consolidado como uma força ativa na defesa dos direitos das mulheres e na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Esta pesquisa busca analisar de que forma o Movimento de Mulheres Olga Benário, ao articular a luta contra o patriarcado e o capitalismo, contribui para a emancipação política e social das mulheres trabalhadoras no Brasil, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, e quais são os desafios enfrentados na busca por mudanças estruturais dentro de uma sociedade capitalista. Este estudo tem como objetivo investigar de que forma o Movimento de Mulheres Olga Benário articula suas lutas contra o patriarcado e o capitalismo, com o intuito de promover a emancipação política e social das mulheres trabalhadoras no Brasil. A pesquisa ainda busca identificar os principais desafios enfrentados pelo movimento na promoção de mudanças estruturais em uma sociedade caracterizada por desigualdades de gênero, classe e raça, com especial atenção às mulheres em situação de vulnerabilidade. A pesquisa foi conduzida com base em uma abordagem indutiva, fundamentada em um levantamento bibliográfico. Foram analisados, principalmente, materiais produzidos pelo próprio Movimento de Mulheres Olga Benário, como cartilhas, artigos e comunicados. Observou-se que, ao longo dos anos, o Movimento de Mulheres Olga Benário tem exercido um papel central na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. Um de seus principais impactos reside na organização de mulheres marginalizadas, particularmente trabalhadoras, estudantes e indígenas, possibilitando a reivindicação de seus direitos de maneira estruturada e assertiva. O movimento tem contribuído para a criação de redes de apoio mútuo e solidariedade entre as mulheres, promovendo espaços de acolhimento para vítimas de violência e fortalecendo o empoderamento político e social dessas mulheres. Ademais, o Movimento Olga Benário destaca-se como uma voz ativa na defesa do socialismo como caminho para a emancipação das mulheres e da classe trabalhadora. Por meio de sua atuação em âmbito nacional, o movimento posiciona-se contra o sistema capitalista, argumentando que este intensifica as desigualdades de gênero e classe. Segundo o movimento, a superação dessas opressões exige uma transformação radical da sociedade, que só seria alcançada por meio de mudanças estruturais que desafiem o capitalismo e o patriarcado.

Palavras-chave: Movimento de Mulheres Olga Benário; Feminismo; Desigualdade de Gênero.



MULHERES NA ECONOMIA GLOBAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA EPI E SUAS IMPLICAÇÕES DE GÊNERO

Lorena Victória de Freitas Pereira; Nicole Paroul Cansian.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

As interações entre a Economia Política Internacional (EPI) e os Estudos de Gênero revelam as dinâmicas de poder que permeiam o sistema econômico global. Tradicionalmente, a EPI se concentra nas relações de poder entre os atores internacionais, e suas influências no cenário internacional. No entanto, ao incluir a perspectiva de gênero, é possível aprofundar a análise e revelar como essas estruturas perpetuam desigualdades entre homens e mulheres. As economias globais refletem relações de gênero desiguais, especialmente em setores como o trabalho informal, sub-remunerado e precário, em que as mulheres são desproporcionalmente representadas. Os efeitos das políticas econômicas globais, como os acordos comerciais e as reformas impulsionadas por instituições financeiras internacionais, também exacerbam as desigualdades, limitando o acesso das mulheres a recursos e oportunidades econômicas. Além disso, a falta de participação feminina nos processos de governança econômica global e nas negociações comerciais reforça o desequilíbrio, perpetuando um sistema que prioriza interesses econômicos masculinizados. Assim, a inclusão de uma abordagem de gênero na análise das dinâmicas econômicas internacionais não apenas expõe as disparidades existentes, mas também abre caminhos para a formulação de políticas mais justas. Essa pesquisa busca entender de que maneira as estruturas econômicas globais contribuem para a manutenção das desigualdades de gênero e como a inserção dessa dimensão pode fomentar mudanças em direção à equidade, resultando em políticas econômicas mais inclusivas. A presente pesquisa busca responder ao seguinte problema: “Como a inclusão da perspectiva de gênero na análise da Economia Política Internacional revela a perpetuação das desigualdades de gênero nas estruturas econômicas globais?”. O objetivo principal da pesquisa é compreender como as estruturas econômicas globais, a partir da perspectiva da Economia Política Internacional (EPI), reproduzem e perpetuam desigualdades de gênero. A pesquisa utilizou dados quantitativos e qualitativos, para estabelecer um diálogo entre os objetivos delimitados e as fontes consultadas. Existem disparidades significativas na participação feminina em processos de governança econômica global e negociações comerciais. As mulheres continuam sub-representadas em posições de liderança. Apenas 12% das mulheres ocupam cargos relacionados à defesa e governança local, e 11% nas áreas de energia e recursos naturais. Globalmente, apenas 26,5% dos parlamentares são mulheres, com grandes variações regionais, sendo que o Oriente Médio e o Norte da África apresentam os índices mais baixos. Além disso, as mulheres tendem a se concentrar em áreas como proteção social e direitos humanos, enquanto sua participação em governança econômica e comércio é limitada. Essa desigualdade estrutural nas esferas de decisão econômica global impede a criação de políticas mais inclusivas e justas, que poderiam promover um crescimento econômico mais equitativo. A sub-representação nas posições de liderança perpetua desigualdades estruturais, que prejudicam a formulação de políticas mais justas e equitativas. Para alcançar um crescimento econômico inclusivo, é fundamental implementar estratégias que visem à participação feminina em áreas de decisão.

Palavras-chave: Economia Política Internacional; Gênero; Desigualdade.



A NÃO REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE INTERNACIONALISTA E SEUS IMPACTOS NA EMPREGABILIDADE DO PROFISSIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Lorena Victória de Freitas Pereira; Victória de Oliveira da Rosa; Marcos Vinícius Viana da Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O estudo busca estabelecer a ligação entre a falta de regulamentação da atividade do profissional de Relações Internacionais e a dificuldade enfrentada por estudantes e graduados em atuar na área no mercado de trabalho. A ausência de uma regulamentação formal cria um obstáculo prático significativo; sem o reconhecimento legal da profissão, muitos internacionalistas não têm a devida proteção para exercer suas funções, além de não contarem com a divulgação adequada de suas competências e áreas de atuação. Isso limita o potencial desses profissionais em um mercado que desconhece sua abrangência e especialização. Diversas tentativas de criar uma regulação específica para os internacionalistas foram realizadas. A primeira delas foi a PL 2796/2000, seguida por propostas, em 2017, pelo Deputado Assis Melo; em 2018, pelo Deputado Heuler Cruvinel; em 2019, pela Deputada Magda Mofatto; e em 2020, pelo Deputado Alexandre Padilha. Os dois últimos projetos de lei foram apensados e aguardam o parecer do relator na Comissão de Trabalho (CTRAB). Como citado nos projetos de lei, o profissional de Relações Internacionais é capacitado para planejar, coordenar, orientar e executar trabalhos técnicos, estudos, pesquisas e projetos em instituições, empresas, órgãos públicos e privados, bem como em organismos internacionais. A regulamentação seria crucial para garantir que os internacionalistas atuem em diversos setores com segurança jurídica e reconhecimento, potencializando a divulgação da profissão e promovendo seu crescimento e valorização no mercado. O estudo investiga de que maneira a falta de regulamentação impacta a empregabilidade do profissional de Relações Internacionais e como essa ausência de reconhecimento formal afeta o aproveitamento pleno de suas competências no mercado de trabalho. O objetivo principal é analisar a relação entre a falta de regulamentação do exercício profissional do internacionalista e as dificuldades enfrentadas na empregabilidade dos profissionais de Relações Internacionais. A pesquisa foi desenvolvida utilizando uma abordagem indutiva, baseada em um levantamento bibliográfico de Projetos de Lei e de dados relativos às possibilidades no mercado de trabalho para internacionalistas. Uma pesquisa desenvolvida pela CNN, que entrevistou 5.681 graduados, indicou que a segunda graduação com maior índice de desemprego e profissionais atuando em áreas diferentes daquelas em que se formaram é Relações Internacionais. Apesar da diversidade de campos de atuação e da crescente necessidade de profissionais multidisciplinares capazes de interpretar as mudanças geopolíticas globais, que impactam tanto o setor público quanto o privado, os profissionais de Relações Internacionais, muitas vezes, são desconhecidos ou desvalorizados. Os empregadores, frequentemente, não compreendem a função do internacionalista ou não conseguem identificar as lacunas em suas empresas que poderiam ser preenchidas por esses profissionais, como em diplomacia corporativa ou relações governamentais. A regulamentação da profissão está diretamente relacionada à profissionalização do internacionalista e possui o potencial de melhorar os dados sobre sua empregabilidade. Essa regulamentação pode facilitar o reconhecimento da profissão e a definição clara das atribuições do internacionalista, contribuindo para uma maior valorização no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Mercado de Trabalho; Internacionalista.



QUEIMADAS NA AMAZÔNIA: O PAPEL DO AGRONEGÓCIO E OS DESAFIOS DO DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL NA PROTEÇÃO DA FLORESTA TROPICAL

Lorena Victória de Freitas Pereira; Victória de Oliveira da Rosa; Marcos Vinícius Viana da Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Este estudo apresenta a inter-relação entre o agronegócio e o desmatamento na Amazônia, além dos desafios que o direito internacional ambiental enfrenta na proteção desta floresta tropical. No Brasil, as queimadas no meio rural estão intimamente ligadas ao modelo de produção agrícola, o uso do fogo, técnica amplamente adotada pela rapidez e baixo custo, é empregado para expandir áreas destinadas à agricultura, especialmente para pecuária e monocultivo de soja. O manejo indiscriminado do fogo agrava a vulnerabilidade ambiental, tanto em termos climáticos quanto de degradação humana, por sua vez a expansão do cultivo de soja, que teve início no sul do Brasil, avançou gradualmente para as regiões centrais e norte do país, configurando um dos principais vetores do desmatamento na Amazônia. Informações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) destacam uma alarmante taxa de destruição florestal, com mais de mil quilômetros quadrados de área desmatada em apenas um mês. A crescente pressão internacional por redução das emissões de carbono sugere que o controle do uso do fogo pode ser uma estratégia eficaz para conter tanto o desmatamento quanto as emissões resultantes. Este estudo investiga de que forma o agronegócio, em especial a expansão da pecuária e do monocultivo de soja, contribui para o aumento das queimadas e do desmatamento na Amazônia, mesmo frente à existência do direito ambiental internacional. O objetivo geral é analisar a contribuição do agronegócio, focando na pecuária e no monocultivo de soja, para o aumento das queimadas e do desmatamento na Amazônia, mesmo com as normativas oriundas do direito internacional ambiental. A pesquisa foi desenvolvida utilizando uma abordagem indutiva, baseada em um levantamento bibliográfico de artigos científicos, livros e dados fornecidos por organizações relevantes no contexto do agronegócio, desmatamento e direito ambiental. Concluiu-se que a preservação da Amazônia tem sido motivo de divergências diplomáticas, sobretudo entre o Brasil e países como França, Alemanha e Noruega, que, em 2019, suspenderam investimentos voltados à proteção da floresta. O direito internacional encontra dificuldades em assegurar a proteção ambiental da Amazônia, uma vez que a implementação de tratados, como o Acordo de Paris, frequentemente, é prejudicada por interesses econômicos locais e pela carência de fiscalização adequada. No Brasil, o Código Florestal exige que 80% das propriedades rurais localizadas na Amazônia sejam mantidas como reserva legal, no entanto, a efetividade dessa norma é comprometida pela insuficiência de recursos e de pessoal nos órgãos ambientais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Iniciativas de conservação, como o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais, demonstram que a colaboração entre governo, sociedade civil e a comunidade internacional é fundamental para a preservação da floresta. A proteção da Amazônia requer uma abordagem integrada, combinando esforços nacionais e internacionais, além de políticas públicas que considerem a multiplicidade de sujeitos envolvidos. Logo, a cooperação entre os países que compartilham a região amazônica, formalizada pelo Tratado de Cooperação Amazônica, desempenha um papel crucial na gestão de questões ambientais.

Palavras-chave: Amazônia; Queimadas; Direito Internacional Ambiental.



A NATURALIZAÇÃO DOS APÁTRIDAS NO BRASIL FRENTE À LEI 13.445/2017

Luana Schneider Fernandes; Marcos Viana da Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O termo “apatridia” descreve a situação de indivíduos que não têm nacionalidade reconhecida por nenhum país. Essa condição pode surgir por várias razões, incluindo a ausência de registro de nascimento ou alterações nas fronteiras nacionais. Pessoas apátridas têm seus direitos fundamentais privados, como o acesso à educação, à saúde e ao trabalho. Quando naturalizadas, passam a ter uma identidade legalmente reconhecida, o que permite sua participação na sociedade, o direito de voto e o acesso a serviços públicos. Esse processo é crucial para assegurar que os direitos básicos e as oportunidades sejam garantidos, promovendo a integração e o exercício pleno da cidadania. No contexto internacional, a conscientização sobre a apatridia aumentou consideravelmente após a Segunda Guerra Mundial. Esse crescimento levou à formulação de tratados e convenções destinados a enfrentar o problema e proteger os direitos das pessoas apátridas. Com o aumento da participação dos indivíduos no sistema internacional e o crescimento da migração e da globalização, a naturalização de apátridas tornou-se uma questão ainda mais relevante, tendo em vista a necessidade de garantir a inclusão social e a proteção dos direitos humanos a qualquer indivíduo. Assim, é preciso compreender como o Brasil tutelou o tema, em especial a partir de sua legislação de migrações, de 2017. O objetivo do estudo é compreender se a Lei 13.445/2017 (Lei da Migração) tutelou a naturalização dos apátridas em respeito às diretrizes internacionais do tema. Este trabalho, por meio de revisões bibliográficas e do método investigativo dedutivo, teve como objetivo analisar o desenvolvimento dos tratados internacionais relacionados à apatridia e avaliar o alinhamento das políticas de nacionalização brasileiras com os padrões internacionais. O foco recaiu sobre a mudança na legislação brasileira em 2017, que resultou na Nova Lei de Migração. A pesquisa incluiu a análise das definições de apatridia e dos tratados internacionais pertinentes. Em seguida, examinou-se a modificação na legislação nacional brasileira e sua adequação às demandas internacionais, com o objetivo de avaliar a política pública de naturalização de apátridas no Brasil. Constatou-se que a Nova Lei de Migração representou um avanço significativo em relação ao antigo Estatuto do Estrangeiro, ao reconhecer estrangeiros e apátridas como sujeitos de direitos, independentemente de sua nacionalidade. A nova legislação também visa a combater a xenofobia, reforçar os direitos dos apátridas, facilitar sua naturalização e combater a discriminação em diversas áreas. A Nova Lei de Migração é fundamentada nos princípios dos direitos humanos e busca reduzir a apatridia no país, oferecendo uma regulamentação mais justa e inclusiva para esses indivíduos. No entanto, apesar dos avanços proporcionados pela jurídica, é necessário avaliar se o Estado brasileiro consegue efetivar plenamente os direitos fundamentais previstos.

Palavras-chave: Naturalização; Apátridas; Lei 13.445/2017.



HOUSING FIRST E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: ANÁLISE DA APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Lucas Lima dos Anjos Virtuoso; Jonathan Cardoso Régis; Sérgio Lima dos Anjos Virtuoso; Jaqueline Decoud dos Santos; Ricardo Stanziola Vieira.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O presente trabalho analisa a implementação do modelo Housing First no Brasil, uma abordagem inovadora para enfrentar a complexa questão da situação de rua. A crescente população em situação de rua no país, que se tornou um desafio significativo nas últimas décadas, demanda de políticas públicas mais estruturadas e integradas, superando a visão assistencialista predominante até o final do Século XX. O modelo Housing First, propõe que o acesso à moradia deve ser garantido como um direito fundamental, sem condicionantes que dificultem a inclusão social. Tal abordagem visa não apenas a proporcionar um teto, mas a promover a dignidade humana, saúde, educação e segurança pública, integrando esses direitos em uma perspectiva de sustentabilidade social. A análise revela que, embora o modelo tenha demonstrado eficácia em contextos internacionais, sua implementação no Brasil enfrenta desafios relacionados à integração de serviços e ao financiamento sustentável. Estudos preliminares indicam que, apesar do sucesso em manter indivíduos em moradia estável, a falta de recursos financeiros e a necessidade de serviços de suporte contínuo são barreiras significativas. A eficácia a longo prazo do Housing First pode ser aprimorada, por meio da ampliação de investimentos destinados ao programa e à criação de uma plataforma de coordenação entre diferentes agências governamentais e organizações não governamentais. Essa coordenação se faz essencial para garantir uma oferta centralizada de serviços, promovendo uma abordagem mais coesa e eficiente. Assim, a adaptação do modelo Housing First às realidades brasileiras é fundamental, considerando as desigualdades regionais e as particularidades de cada comunidade. A promoção da educação e da capacitação profissional é uma estratégia crucial para facilitar a reintegração no mercado de trabalho e a promoção da independência a longo prazo dos beneficiados. A integração de programas de treinamento profissional e educação continuada com os serviços oferecidos pelo Housing First é uma proposta que possibilita contribuir para a sustentabilidade da política. Além disso, a implementação de um sistema de avaliação contínua é recomendada para monitorar a eficácia do programa, identificando pontos de sucesso e áreas que necessitam de aprimoramento. O *feedback* dos usuários deve ser considerado para adaptar as estratégias conforme necessário, contribuindo para a tomada de decisão dos gestores públicos e aprimorando as estratégias de expansão do Housing First no Brasil. A pesquisa utiliza um método indutivo para investigação e um método cartesiano para o tratamento dos dados, com uma abordagem bibliográfica baseada em estudos doutrinários e legislativos. O compromisso político e social contínuo, aliado ao financiamento adequado e à adaptação cultural dos serviços, é essencial para o sucesso do modelo. A implementação do Housing First representa uma oportunidade significativa para melhorar a qualidade de vida das pessoas em situação de rua e construir uma sociedade mais equitativa. A proposta deste trabalho visa a contribuir para o debate sobre políticas públicas, oferecendo uma análise crítica e fundamentada sobre a viabilidade e os desafios da implementação do Housing First no Brasil, objetivando a promoção de uma abordagem mais integrada e humanizada para a questão da moradia.

Palavras-chave: Housing First; Sustentabilidade Social; Situação de Rua; Políticas Públicas; Reintegração Social.



A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO PODER PÚBLICO POR MEIO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E *BIG DATA*

Marcel Gonçalves Cararo; Anita Maria da Rocha Fernandes.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A Quarta Revolução Industrial trouxe mudanças profundas no processo produtivo, por meio da integração de tecnologias digitais. A transformação digital desempenha um papel central nesse cenário. Ela não apenas altera estruturas e processos, mas também cria novas formas de interação e modelos de negócios. A Inteligência Artificial (IA) desempenha um papel essencial nesse processo, estando presente em diversos aspectos do cotidiano, de forma direta ou indireta. Na prática, a IA influencia uma ampla gama de atividades diárias e está começando a moldar a forma como as tarefas cotidianas são realizadas. Essa presença constante reflete a capacidade da IA de realizar tarefas que normalmente requerem inteligência humana, como reconhecimento de padrões e tomada de decisões. Com o avanço das tecnologias, a IA tem evoluído para se integrar de maneira mais eficaz em diversas áreas, impulsionada pelo aprendizado de máquina e pela análise de grandes volumes de dados, conhecidos como *Big Data*. Essa integração promete transformar significativamente as ações do poder público, oferecendo novas oportunidades para inovação e eficiência, enquanto também levanta questões sobre ética, qualidade dos dados e impacto social. A compreensão e a adaptação a essas mudanças são fundamentais para a evolução contínua da transformação digital. A União Europeia lidera com a regulamentação da IA, promovendo um quadro legal uniforme, a chamada “Década Digital”, que estabelece metas para a transformação digital até 2030, com foco em inovação e IA. No Brasil, embora ainda não haja uma lei específica, o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) e outras regulamentações, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), fornecem diretrizes importantes para o uso ético e eficiente da IA no setor público. Essas iniciativas refletem a importância crescente da transformação digital no avanço econômico e social global. A transformação digital deve ser inclusiva, universal e participativa, sendo um imperativo derivado dos princípios da dignidade humana e da estrutura democrática do Estado. Essa transformação representa uma oportunidade para o Poder Público melhorar qualitativamente seus serviços, utilizando tecnologias digitais para superar desafios e modernizar processos, o que inclui o uso da IA. A IA pode aprimorar o atendimento ao cidadão, facilitar a gestão pública e permitir a análise avançada de grandes volumes de dados, como observado nos sistemas de IA implementados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Dessa forma, o conceito de *big data* emerge como central para a gestão pública, possibilitando uma melhor compreensão e utilização dos dados para formular políticas eficazes. A integração da IA com *big data* potencializa a análise e processamento de grandes volumes de dados em tempo real. Isso não só aprimora a eficiência das operações cotidianas, como também permite uma personalização e automação mais precisas, transformando a maneira como decisões são tomadas em diversas esferas.

Palavras-chave: Transformação Digital; Inteligência Artificial; Big Data; Poder Público.



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Marcel Gonçalves Cararo; Anita Maria da Rocha Fernandes.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

As políticas públicas de Inteligência Artificial (IA) no Brasil começaram a ganhar forma a partir de 2018, com discussões estruturadas, impulsionadas por fóruns internacionais como o G20 e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nesse período, o Brasil passou a observar diretrizes de países como Estados Unidos, China e membros da União Europeia, que já estavam mais avançados na regulamentação da IA. Em abril de 2019, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) lançou a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA), um documento preliminar que buscava nortear ações governamentais para o desenvolvimento e uso da IA no país. Após um processo de consulta pública, a versão final da EBIA foi lançada em 2021, organizada em quatro eixos principais: fomento à pesquisa e inovação; formação de profissionais especializados; promoção da inovação; e uso ético da IA. Os quatro eixos refletem a intenção do governo de garantir o desenvolvimento de competências tecnológicas em IA, de forma ética e alinhada aos valores democráticos. Além disso, a EBIA reconhece a necessidade de fomentar a pesquisa e a inovação em setores estratégicos, como saúde e educação. Entretanto, a implementação da EBIA enfrenta desafios significativos. Um dos principais é a falta de infraestrutura tecnológica, que limita a capacidade de avanço em IA no Brasil. Além disso, o investimento insuficiente em pesquisa e desenvolvimento (P&D) compromete a competitividade do país no cenário global, especialmente quando comparado a países líderes como EUA e China. A formação de mão de obra especializada também se apresenta como um gargalo, uma vez que a demanda por profissionais capacitados supera a oferta. Em 2024, o governo federal lançou o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) durante a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. O plano prevê investimentos de R\$ 23 bilhões, entre 2024 e 2028, para promover o desenvolvimento e uso de IA no Brasil. Ele se divide em ações de impacto imediato e estruturantes, com destaque para áreas como saúde, agricultura, educação e gestão do serviço público. Entre as iniciativas previstas, estão o uso de IA para diagnóstico médico no SUS e quantificação do estoque florestal da Amazônia. As ações estruturantes abrangem cinco eixos, incluindo infraestrutura e desenvolvimento de IA, formação de talentos, IA para melhoria dos serviços públicos, inovação empresarial e apoio à governança da IA. Esses eixos incluem, por exemplo, a aquisição de um supercomputador e a criação de um fundo para *startups* de IA. Apesar do avanço representado pelo PBIA, os desafios em infraestrutura, formação profissional e regulação permanecem centrais. A falta de profissionais qualificados, baixo investimento e carências tecnológicas são obstáculos que ainda precisam ser superados para que o Brasil possa aproveitar plenamente o potencial transformador da IA. Além disso, a regulação da IA no Brasil ainda está em fase inicial, e é necessário um esforço contínuo para garantir que as normas sejam eficazes na proteção dos direitos dos cidadãos e na promoção de uma IA justa e inclusiva.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Políticas Públicas; Poder Público; EBIA; PBIA.



JUSTIÇA RESTAURATIVA E *DESIGN THINKING* NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE ITAPEMA: UMA PARCERIA PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Márcia Sarubbi Lippmann; Newton Cesar Pilau.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Este relato de experiência surge no contexto do Projeto Smart Cities Restaurativas de Itapema, uma iniciativa de cooperação entre a Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e a Prefeitura de Itapema, com o apoio do Centro de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica (CAVV), vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, e a Vara Criminal do Fórum de Itapema, uma estrutura do Poder Judiciário de Santa Catarina. O projeto visa a combater a violência doméstica por meio de práticas de Justiça Restaurativa, aplicando o *design thinking* como ferramenta central para promover responsabilidade e transformação positiva dos agressores, ao mesmo tempo em que os alunos de Direito são envolvidos em um ambiente prático, vivenciando a Justiça Restaurativa e criando materiais informativos educacionais, por meio de Legal Design e Visual Law. Ao longo das atividades, homens que cometeram violência doméstica participam de sessões de círculos restaurativos, nos quais são incentivados a refletir sobre suas ações, o impacto sobre suas vítimas e a sociedade, além de explorar caminhos para a reparação dos danos causados. Os alunos que participam dessas dinâmicas têm a oportunidade de vivenciar na prática os princípios da Justiça Restaurativa, atuando sob supervisão de facilitadores experientes, ao mesmo tempo em que criam materiais informativos claros e acessíveis, que traduzem os princípios restaurativos para um público mais amplo. Assim, o projeto conecta diretamente teoria e prática, promovendo uma transformação social significativa. Este projeto está alinhado a três Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) prioritários: o ODS 5 (Igualdade de Gênero), o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). A iniciativa busca, não apenas tratar as consequências imediatas da violência doméstica, mas também contribuir para uma mudança de paradigma, promovendo a paz e a justiça em uma sociedade que visa à inclusão e à igualdade de gênero, por meio da responsabilização dos atores de atos de violência. O principal objetivo do projeto é promover a responsabilização e a transformação positiva dos homens, que praticaram atos de violência doméstica. Através das dinâmicas de Justiça Restaurativa e do *design thinking*, o projeto visa a proporcionar um espaço, no qual os indivíduos possam refletir, reconhecer e compreender o impacto de suas ações, permitindo repensar suas atitudes e modificar seus comportamentos. Um segundo objetivo é envolver os alunos do Curso de Direito de Balneário Camboriú em práticas restaurativas reais, fornecendo-lhes uma experiência prática em resolução de conflitos, mediação e empatia, fundamentais para sua formação profissional. Outro objetivo é a criação de materiais informativos educacionais que utilizem os princípios de Legal Design e Visual Law para transmitir conceitos complexos, de maneira simples, visual e acessível. Esses materiais são direcionados tanto aos participantes das dinâmicas quanto à comunidade em geral, com o intuito de sensibilizar e educar sobre os princípios da Justiça Restaurativa. A metodologia utilizada no projeto é baseada na combinação das práticas de Justiça Restaurativa com as ferramentas de *design thinking*. As sessões de círculo de diálogo são organizadas para que os participantes tenham a oportunidade de expressar seus sentimentos, compartilhar experiências, refletindo sobre os impactos da violência. Cada sessão segue as fases do *design thinking*, começando com a empatia, na qual os facilitadores incentivam os participantes a se colocarem no lugar das vítimas e compreenderem o impacto de suas ações. Em seguida, na fase de definição, os participantes identificam os principais



problemas que surgem de seus atos de violência e como isso afeta suas vidas e a vida de suas vítimas. A partir daí, entram na fase de ideação, em que são discutidas possíveis soluções para reparar os danos causados e evitar comportamentos futuros de violência. As soluções são prototipadas na prática, através de compromissos e ações que os participantes se propõem a adotar em suas vidas. Por fim, os alunos, que acompanham todo o processo, criam materiais informativos utilizando técnicas de Legal Design e Visual Law, simplificando e visualizando os conceitos de Justiça Restaurativa para garantir maior clareza e impacto. As dinâmicas seguem a estrutura de círculos restaurativos, em que facilitadores treinados criam um ambiente seguro e acolhedor para que os ofensores possam reconhecer a dimensão dos danos causados pelas suas condutas e trabalhar em processos de reparação. O uso de *design thinking* permite uma abordagem inovadora e colaborativa, ajudando os participantes a refletirem sobre suas ações e a encontrarem soluções práticas para suas vidas. Os alunos envolvidos nas dinâmicas não apenas observam, mas participam ativamente, liderando grupos menores e contribuindo com a criação de materiais informativos baseados em princípios restaurativos. O uso de Legal Design e Visual Law facilita a compreensão dos conceitos e garante que a comunicação seja clara e acessível para todos os envolvidos, impactando diretamente os participantes e a comunidade, de maneira mais ampla. Os resultados parciais alcançados pelo projeto são promissores:

- **Conscientização e Responsabilização:** as dinâmicas realizadas demonstraram eficácia ao conscientizar e responsabilizar os participantes, que assumiram compromissos de mudança de comportamento, o que resultou na redução da reincidência de violência doméstica.
- **Desenvolvimento de Profissionais Conscientes:** a experiência prática proporcionada aos alunos de Direito tem sido fundamental para sua formação profissional. Eles saem do projeto com uma compreensão mais profunda dos princípios restaurativos e com habilidades aprimoradas em mediação, empatia e resolução de conflitos.
- **Criação de Materiais Educativos Impactantes:** os materiais produzidos pelos alunos, utilizando Legal Design e Visual Law, têm desempenhado um papel crucial na disseminação dos conceitos de Justiça Restaurativa. Folhetos, vídeos e cartazes foram distribuídos para educar tanto os participantes quanto a comunidade sobre a importância da justiça, empatia e reparação.
- **Fortalecimento da Coesão Social:** ao reintegrar os participantes ao convívio comunitário de maneira mais consciente e responsável, o projeto tem promovido uma maior coesão social e um fortalecimento dos laços entre os membros da comunidade.

Este relato de experiência demonstra que a integração de práticas de Justiça Restaurativa com *design thinking* pode gerar impactos significativos tanto na redução da reincidência de violência doméstica quanto na formação de profissionais mais conscientes e capacitados. O projeto Smart Cities Restaurativas de Itapema, realizado em parceria com a Univali, a Prefeitura de Itapema, o Centro de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica (CAVV) e a Vara Criminal do Fórum de Itapema, tem mostrado resultados promissores, promovendo uma transformação positiva nas vidas dos participantes e contribuindo para a criação de uma



sociedade mais justa, pacífica e inclusiva. A continuidade e expansão do projeto são altamente recomendadas, especialmente à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pois abordagens como essa têm o potencial de contribuir significativamente para a igualdade de gênero, a redução de desigualdades e o fortalecimento da paz e justiça em nível comunitário.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa; *Design Thinking*; Violência Doméstica; Responsabilidade; Transformação Social.



O BAIRRO DO MATADOURO EM ITAJAÍ/SC E O TRIÂNGULO DO CRIME

Márcio Alessandro Silvero Aquino; Maria Glória Dittrich.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Esta pesquisa, em andamento no Mestrado Profissional de Gestão de Políticas Públicas da Univali, investiga o bairro Nossa Senhora das Graças, conhecido como Matadouro, em Itajaí/SC, sob o enfoque da criminologia ambiental. A criminologia ambiental, fundamentada por autores como Marcus Felson, Ronald V. Clarke e Patricia Brantingham, propõe que o crime ocorre em função da convergência de três fatores principais, conhecidos como o triângulo de análise do crime: o autor disposto do delito, a vítima vulnerável e a ausência de um guardião eficiente no ambiente. O estudo tem como objetivo perceber como o triângulo (fatores de convergência) interage no contexto do bairro Matadouro, onde se apresentam fragilidades estruturais, como: falta de saneamento básico, iluminação pública deficiente, ocupação desordenada de espaços por migrantes, ausência de policiamento ostensivo, o que facilita o surgimento de oportunidades para o cometimento do crime. A metodologia adotada é baseada em uma abordagem fenomenológica, combinando o método indutivo-dedutivo para compreender sobre o triângulo do crime no bairro Matadouro, na combinação de condições ambientais precárias e a falta de vigilância eficiente, tanto por parte da segurança pública, quanto da comunidade, e que se torna um terreno fértil para delitos, como tráfico de drogas, furtos e roubos. A ausência de guardiões efetivos (polícia ou infraestrutura de segurança urbana) é um aspecto central, permitindo que o espaço público se torne vulnerável a ações criminosas. Além disso, a urbanização limitada e a irregularidade das ocupações dificultam o acesso e a mobilidade dos órgãos de segurança, agravando o problema. Os resultados parciais indicam que o bairro Matadouro representa um ambiente típico para o estudo da criminologia ambiental, em que a convergência do autor disposto, da vítima vulnerável e do ambiente desestruturado facilita o comportamento criminoso. Este estudo destaca a necessidade de intervenções públicas voltadas para a melhoria da infraestrutura urbana e um policiamento mais eficaz para reduzir as oportunidades de crimes.

Palavras-chave: Criminologia Ambiental; Bairro do Matadouro; Triângulo do crime; Gestão Pública.



RÚSSIA DOS ANOS 90 AOS DIAS ATUAIS: DA LIBERALIZAÇÃO À AFIRMATIVA DO EXCEPCIONALISMO RUSSO

Marcos Vinícius Viana da Silva; Lorena Victória de Freitas Pereira; Nicole Paroul Cansian.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Os anos 1990 foram um período profundamente traumático para a política russa. A queda da União Soviética desencadeou uma grave crise econômica que afetou não apenas a Rússia, mas também os demais países que compunham a antiga URSS. Em resposta a essa crise, a Rússia passou por um processo de liberalização econômica e uma tentativa de ocidentalização de suas instituições políticas. Essa transformação, no entanto, foi marcada por incertezas e instabilidade. Em 2001, Vladimir Putin foi eleito presidente, emergindo como uma figura de esperança em meio à estagnação russa. Sua visão política, na época, defendia uma certa orientação ocidental, mas com a premissa de que os interesses nacionais deveriam sempre prevalecer. Nesse contexto, a estratégia russa buscava alinhar os interesses convergentes ao Ocidente, tentando encontrar um equilíbrio. Entretanto, essa tendência de aproximação com o Ocidente sofreu uma reviravolta a partir da crise financeira de 2008. O Kremlin realizou eleições fraudulentas naquele ano, o que resultou na perda de apoio entre as elites liberais de Moscou e São Petersburgo. Diante dessa desilusão, Putin direcionou seu foco para novas bases de apoio: elites conservadoras, Igreja Ortodoxa e setores da sociedade que se mostravam mais céticos em relação ao Ocidente. Essa mudança de paradigma levou a um distanciamento ideológico progressivo em relação às potências ocidentais. A partir desse ponto, os discursos de Putin passaram a enfatizar um conceito de “excepcionalismo” russo, caracterizando o Ocidente como decadente e moralmente corrompido. Nesse cenário, o Kremlin lançou um projeto voltado à defesa de “valores tradicionais”, apresentando os “valores ocidentais” como uma espécie de “cavalo de Tróia”, uma invasão sutil da ideologia ocidental nas esferas da vida russa. Essa defesa do excepcionalismo russo foi acompanhada pelo desenvolvimento de uma teoria geopolítica conhecida como Eurasianismo, que propõe que a Rússia deve assegurar uma estabilidade entre o Ocidente e o Oriente, buscando uma influência maior no continente euroasiático. Para a implementação dessa política eurasiânica, os Estados Unidos emergiram como o principal adversário. Historicamente, os EUA foram vistos como inimigos da Rússia, especialmente desde a Guerra Fria. Para os norte-americanos, o sucesso da Rússia em consolidar uma política verdadeiramente eurasiânica representaria uma significativa perda de zonas de influência e uma derrota geopolítica. Os Estados Unidos, por sua vez, almejam ser os defensores da visão ocidental do mundo. Nesse contexto, a Rússia emprega diversas estratégias para se distinguir do Ocidente e dos EUA, apresentando-se como uma alternativa geopolítica. Essa diferenciação se reflete claramente nos discursos de Putin, que é conhecido por sua cautela ao escolher as palavras, ciente do impacto que elas têm. A Europa Ocidental, em particular, tornou-se um símbolo de decadência aos olhos da política russa, enquanto a Rússia é apresentada como a última bastião da civilização. Essa retórica não apenas busca justificar ações de possível agressão contra o Ocidente, mas também visa a fortalecer a coesão interna e o nacionalismo entre a população russa. Assim, o panorama político da Rússia contemporânea é marcado por uma complexa dança entre a busca de influência, a reafirmação da identidade nacional e a confrontação com o Ocidente.

Palavras-chave: Rússia; Putin; Estratégia; Diferenciação; Relações Internacionais.



MAPEAMENTO DA ARQUITETURA HOSTIL NA REGIÃO CENTRAL DE JOINVILLE/SC: UM ENFOQUE NO SEU IMPACTO PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA POR MEIO DA LEI 14.489/2022

Mariana Alves Ilezyszyn; Joice Pacheco.

Centro Universitário Católica de Santa Catarina

A introdução de intervenções hostis à população em situação de rua é um fenômeno que vêm se intensificando com o passar dos anos nas metrópoles, e é responsável por acentuar a estigmatização e a exclusão dessa população, fruto de desigualdades sociais estruturantes. Para segregar esse grupo minoritário, muitas vezes, são utilizadas técnicas de controle social praticadas por meio da arquitetura e do desenho de mobiliário, as quais ameaçam a integridade física de seus usuários e atuam como moderadores da interface do espaço público e do espaço privado. Dessa forma, esse fenômeno da arquitetura hostil tem se tornado “marca registrada” em muitas cidades brasileiras, principalmente nas regiões mais centrais dos municípios, as quais, conseqüentemente, possuem um número maior de pessoas em situação de rua circulando em comparação com outras áreas. Assim, a partir do entendimento que esse grupo populacional se caracteriza por estar em estado de extrema pobreza e utiliza espaços públicos e centros de acolhimento para moradia e permanência, promulgou-se em 2022 a Lei n. 14.489/2022, denominada Lei Padre Júlio Lancellotti, com o intuito de coibir e fiscalizar tais práticas hostis; sobretudo por meio da atuação dos municípios a partir do final do ano de 2024. Sendo assim, apesar da temática ter ganhado relevância nacional nos últimos anos, as pesquisas e análises com relação aos impactos da Arquitetura Hostil relacionados à população em situação de rua ainda são incipientes. Nesse sentido, pretende-se empreender um mapeamento e registro coletivo dessas ações coercitivas na região central da cidade de Joinville/SC, à luz da Lei 14.489 de 2022; uma vez que a localidade abriga o maior número de equipamentos públicos que atendem essa população e concentra um maior fluxo de pessoas. Por fim, por meio deste trabalho procura-se ampliar o estudo da problemática com referência à cidade de Joinville; sobretudo, em relação à maneira como esse território abriga diferentes tipologias de arquitetura hostil, como obstáculos postos em vitrines de lojas e grandes vasos ou canteiros, por exemplo, os quais são posicionados para coibir a permanência dessas pessoas de maneira sutil e possuindo baixa manutenção.

Palavras-chave: Arquitetura Hostil; População em Situação de Rua; Lei 14.489/2022; Mapeamento.



O ICMS-E COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA NA CONSERVAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL DE GUARAQUEÇABA/PR

Paola Fava Saikoski; Fabiane Fisch.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O meio ambiente enfrenta desafio global: exige consciência coletiva para preservar o meio ambiente; afinal, ações em uma região podem impactar outras. A conservação da biodiversidade é crucial, e as áreas protegidas são essenciais para combater a desertificação. A pesquisa almeja reconhecer o ICMS-E (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços Ecológico) como um instrumento eficaz de política pública na conservação da Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual de Guaraqueçaba, Paraná. O objetivo é justificar o ICMS-E como instrumento de política pública na conservação da Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaraqueçaba/PR e como objetivos específicos, destaca-se o primeiro em descrever as condicionantes legais para o recebimento do ICMS-E, obtido através do método hipotético-dedutivo pela abordagem qualitativa, levantamentos bibliográfico e documental disponibilizados em plataformas digitais de instituições governamentais e não governamentais. Além disso, em relação ao segundo objetivo específico, realizou-se o levantamento dos valores arrecadados e da sua destinação à APA no período de 2015 a 2024, pela abordagem metodológica qualitativa, conforme disponibilizado no banco de dados governamental estadual paranaense – IAT/PR, dos quais foram coletadas as informações e tabulados os dados por meio dos valores repassados para a Área de Proteção Ambiental Estadual. Atualmente, encontra-se na fase de análise sobre os valores repassados e a sua correlação com a preservação ambiental na APA, considerando que a destinação e gestão adequada desses valores é crucial para garantir a manutenção e a efetividade das iniciativas voltadas à preservação ambiental nas unidades de conservação. Já o terceiro objetivo específico será identificar as potencialidades e os desafios, a partir da implementação do ICMS-E aplicada na APA Estadual de Guaraqueçaba/PR. Observa-se, até o momento, com levantamento bibliográfico e documental, que as potencialidades e os desafios do ICMS-E revelam que, apesar dos avanços, ainda existem barreiras a serem superadas, como a necessidade de maior engajamento da comunidade local e a efetividade das ações de conservação. E, ao final, visa-se a propor estratégias que potencializem seu uso como incentivo à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável na região que implica na criação de ações integradas que promovam a educação ambiental e a conscientização da população sobre a importância da biodiversidade. Diante desse contexto, indaga-se “*Como o repasse do ICMS-E tem sido efetivo para a conservação da Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaraqueçaba/PR?*” A pesquisa está sendo conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, pelo método hipotético-dedutivo, através do procedimento técnico estudo de caso localizado na APA de Guaraqueçaba, considerando a significativa parcela de recursos do ICMS Ecológico destinada ao município. Para completar esta pesquisa, serão feitas entrevistas *in loco* por meio da análise exploratória. Nesse contexto, a pesquisa encaminha-se no sentido de revelar a efetividade do repasse do referido imposto na conservação ambiental da APA de Guaraqueçaba. Ao final, pretende-se contribuir pela continuidade desse instrumento através do ICMS-E que possa se tornar um incentivo ainda mais forte para a conservação da APA de Guaraqueçaba que respeite a riqueza natural da região, além da importância da gestão financeira ambiental e o seu papel na preservação de ecossistemas.

Palavras-chave: Políticas Públicas; ICMS Ecológico; Unidade de Conservação.



AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR: UMA ANÁLISE DO PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES CIVIS COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES – A ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO FORO METROPOLITANO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ-AÇU

Rafael Ramos Albanez.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O objetivo da pesquisa será contextualizar o papel das associações civis no desenvolvimento de políticas públicas de direitos difusos e coletivos, bem como compreender a importância do associativismo na formulação de políticas públicas nos municípios. O estudo irá analisar o papel da Associação Foro Metropolitano da Foz do Rio Itajaí-Açu, em especial a sua atuação no caso das pontes-marginais da Rodovia BR-101 sobre os rios Itajaí-Mirim e Camboriú, nos sentidos Norte e Sul. A pesquisa visa a elevar a percepção sobre o papel das associações civis como instrumento auxiliar para o desenvolvimento de políticas públicas nas cidades. Além disso, pretende-se propor formas de incentivar a participação popular na criação de políticas públicas nos municípios de Balneário Camboriú/SC e Itajaí/SC. Ao compreender melhor a relação entre a sociedade civil e o poder público, será possível identificar maneiras de fortalecer a atuação das associações civis no desenvolvimento da comunidade. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e caráter teórico-prático, bem como usa de fontes primárias e secundárias para o seu desenvolvimento. Utiliza o método indutivo com base na hermenêutica fenomenológica para a coleta e compreensão dos dados. Espera-se que os resultados da pesquisa contribuam para uma maior aproximação entre a população e as instâncias decisórias, promovendo uma gestão mais participativa e democrática nos municípios estudados.

Palavras-chave: Associativismo; Desenvolvimento; Participação Popular; Políticas Públicas; Sociedade Civil Organizada.



BREVE HISTÓRICO DO TRABALHO HUMANO E A FORMAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS NO BRASIL

Ricardo Freire Collyer Cavalcante.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A pesquisa, do tipo qualitativa, bibliográfica, trata sobre o tema do trabalho humano e a formação das leis trabalhistas no Brasil. O objetivo implicou em investigar historicamente como se deu a formação das leis trabalhistas e os modos reguladores do trabalho humano no Brasil. O trabalho humano se remonta desde os tempos dos primeiros registros de organização social. As comunidades eram formadas em torno de clãs familiares onde as mulheres cuidavam das crianças e da habitação, preparando comida e outros serviços coletivos para os moradores desses arranjos primitivos. Já os homens, caçavam presas para alimentação e defendiam a comunidade contra-ataques externos. O desenvolvimento da história do trabalho passa por ciclos de organização e estruturação dos modos de produção e as leis reguladoras de direitos e deveres do trabalhador. A metodologia foi desenvolvida dentro do método da indução. Para este estudo, foram organizados procedimentos indutivos, a partir leituras e fichamentos de conteúdos referentes a documentos, livros e relatórios que pudessem trazer dados significativos sobre a história do direito do trabalho, na constituição das leis trabalhistas e os modos de produção no trabalho humano, na sociedade brasileira. Observa-se nas primeiras relações de trabalho o esforço entre marido e mulher, filhos e familiares cooperando na proteção e desenvolvimento da estruturação do lar. Percorrendo na história humana, a nefasta prática da escravidão que se expandiu, lamentavelmente, pelo Brasil colonial, atravessando o Império. Sequencialmente, originando-se uma exploração desumana, ocorre a servidão, modelo pós-escravatura. Personifica-se o senhor feudal, proprietário dos meios de produção, alimentos e moradias. O servo não se diferenciava muito do escravo, dada a falta de oportunidades para ascender. Durante o Império, as leis de 13 de setembro de 1830, 11 de outubro de 1837 e 15 de março de 1842 reservaram tratamento especial às demandas de prestação de serviços, apreciadas segundo o rito sumaríssimo pelos juízes comuns. O Decreto n. 2.827, de 15 de março de 1879, no entanto, veio a restringir tal procedimento às demandas de prestação de serviços no âmbito rural, atribuindo sua solução aos juízes de paz. As demais demandas relativas a contratos de trabalho, de acordo com o Regulamento n. 737, de 25 de novembro de 1850, seriam apreciadas pelos juízes comuns no rito sumário. Em 1903, foi instituído no Brasil, pelo Decreto 979, o primeiro sindicato de trabalhadores. Este tinha suas atribuições mais voltadas para a área econômica e não jurídica, como conhecemos atualmente. Em 1943, um conjunto de leis é apresentado pelo então presidente ditador Getúlio Vargas: Estreia a Consolidação das Leis Trabalhistas do Brasil, mas comumente conhecida como CLT.

Palavras-chave: Leis Trabalhistas; Trabalhador; Princípio da Legalidade.



DIREITO DO TRABALHO E LIBERDADE INDIVIDUAL: A OBRIGATORIEDADE DA VACINAÇÃO EXPERIMENTAL CONTRA O SARS-COV II EM EMPRESAS PRIVADAS

Ricardo Freire Collyer Cavalcante; Wanderley Godoy Júnior.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A pesquisa, de ordem qualitativa e bibliográfica, investiga o equilíbrio entre o Direito do Trabalho e a Liberdade Individual, especialmente no contexto da exigência de vacinação experimental contra SARS-COV-II por empresas privadas. O objetivo foi analisar as garantias fundamentais e os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal de 1988 (CRFB/88) e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT/43). Consideram-se questões imperativas sobre a obrigatoriedade do trabalhador de se vacinar com imunizante em fase de pesquisa e desenvolvimento. Na crise da pandemia, encontrou-se registros de que o empregado, por vezes, foi compelido pelo empregador a vacinar-se (obrigação) sem prévia lei. Os pressupostos propostos sustentaram que a imposição de vacinas experimentais colidia com direitos fundamentais da pessoa humana, e que a legalidade deve prevalecer, e que crises globais não justificam a transgressão de direitos fundamentais, contidos na Constituição Federal do Brasil. Entendeu-se que as vacinas são instrumentos inequivocamente necessários e extremamente capazes de colaborar com a saúde pública e coletiva. Historicamente, existem dois tipos de preparo das vacinas: o uso do vírus atenuado e com partes do vírus inativo. Na vacina com vírus atenuado, o paciente é injetado com o vírus causador da enfermidade, laboratorialmente alterado para diminuir a agressividade no corpo humano, desenvolvendo, assim, a desejada memória defensiva. Nas vacinas produzidas com o vírus inativado, o paciente recebe uma parte do vírus, um pedaço deste organismo biológico, o qual estimula o sistema imunológico e, assim, produz a proteção contra a doença pandêmica. Nesses experimentos, as vacinas contra a covid-19, empregaram, em sua técnica de elaboração, a manipulação do RNA mensageiro. Tal modo de preparação é inédito para o uso em humanos. A metodologia foi desenvolvida dentro do método da indução. Portanto, organizaram-se, para este estudo, procedimentos indutivos, a partir leituras e fichamentos de conteúdos referentes a documentos, livros e relatórios que pudessem trazer dados significativos sobre o objeto de estudo: o direito do trabalho e liberdade individual em tempo de pandemia. Percebeu-se que impedir qualquer cidadão do direito ao trabalho por serem céticos a esta inovação, a luz do direito, foi uma discriminação contra a dignidade da pessoa humana na sua liberdade de ser e de conviver no mundo. Aqueles empregados que foram demitidos por não apresentarem declaração de imunização à empresa podem receber todos os direitos contidos na Consolidação das Leis do Trabalho. Uma empresa é livre para decidir sobre suas relações laborais. Exigir que funcionários sejam vacinados pode ser legítimo, mas demissão por justa causa é arbitrário, nesse caso. Não existe Estado Democrático de Direito se não houver respeito às normas previamente estabelecidas pelos representantes do povo, os quais são eleitos democraticamente, pela vontade da maioria popular, através de inconteste processo eleitoral. É através do voto que se escolhem os legisladores, dos quais, deseja-se que aprovelem as leis que refletem a cultura e as demandas da nação.

Palavras-chave: Direito do Trabalho; Pandemia; Princípio da Legalidade; Vacinação Obrigatória.



REFLEXÕES POLÍTICAS: UMA RELAÇÃO FILOSÓFICA SOBRE POLÍTICA EM PLATÃO E ARISTÓTELES

Tainara Jordana Prestes Bertoldo; Maria Glória Dittrich.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O presente trabalho é um ensaio teórico, qualitativo, que busca trazer uma reflexão acerca das concepções filosóficas de Platão e Aristóteles sobre política. Como referencial teórico, utiliza-se de fontes primárias, através de escritos de autoria dos filósofos ora estudados. Dentro do método indutivo utilizado, percebe-se que as primeiras concepções de política surgiram na Grécia antiga, onde Platão a definiu como a arte e ciência de governo, revelando-a como a arte de dirigir os homens, arte que se ocupa da *pólis* e a ciência que cuida dos homens que vivem em comunidade. Possuía uma visão política idealista, em que o real se distingue do mundo sensível, superior, portanto, a forma de governo deveria refletir essa grandeza. Discorria sobre a divisão dos cidadãos em três categorias, pontuando que, dessa forma, a sociedade seria livre de vícios e suficiente para si mesma, garantindo a justiça. O governante/magistrado seria aquele que dedicou sua vida ao conhecimento e ao saber, dotado de justiça absoluta; os guerreiros seriam aqueles imbuídos de sentimento patriótico, promovendo à cidade aquilo que lhe fosse útil para a segurança; e os lavradores e artesãos forneceriam os meios para subsistência da cidade e dos cidadãos. Essa categorização dos indivíduos era compreendida de acordo com a virtude (sabedoria) de cada um, e, por consequência, atribuía a dignidade de cada um conforme sua virtuosidade. Em contrapartida, ainda que fosse discípulo de Platão, Aristóteles tinha uma visão de política diferente de seu mestre. Partindo de um pressuposto empirista, Aristóteles não buscava um sistema político perfeito, compreendia que a política deveria determinar a melhor forma de governo, de acordo com as circunstâncias que cada cidade apresenta. Para o filósofo, o homem é um animal político, destinado a viver em sociedade, mas quando separado da lei e da justiça é o pior dos animais. Seu entendimento era de que a política é a ciência maior, que se utiliza das demais ciências e define aquilo que demanda ação, buscando o bem supremo (felicidade) já que é o objeto final de desejo do ser humano. E tendo em vista que o bem buscado pelo indivíduo é da mesma forma procurado pela cidade, entendia ser melhor contentar uma cidade a uma única pessoa. No entanto, assim como para Platão, a concepção de dignidade para Aristóteles também não se percebia universal, de modo que a virtuosidade e o *status* de cada indivíduo ainda eram requisitos de garantia à dignidade, já que alguns nasciam para ser escravos e outros para serem senhores. Conclui-se que, ao se comparar essas duas visões de política, percebe-se o dualismo entre o idealismo de Platão e o empirismo de Aristóteles. Enquanto Platão estabelece sua visão de modelo político de forma abstrata e utópica, Aristóteles reflete sobre observações da política prática. O estudo dessas duas vertentes de entendimento oferece base à compreensão de governança, justiça e poder no pensamento político contemporâneo, diante da evidente influência que apresenta.

Palavras-chave: Política; Idealismo; Empirismo; Virtude; Justiça.

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC



A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A SUSTENTABILIDADE

Victória de Oliveira da Rosa; Lorena Victória de Freitas Pereira.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O conceito de desenvolvimento sustentável foi formalizado no Relatório Brundtland, sendo descrito como um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro para atender às necessidades e aspirações humanas. Embora a sustentabilidade não se limite ao aspecto ambiental, é nesse contexto que surgem os recursos necessários para a manutenção de sua presença social e econômica. Isso destaca a importância do debate contínuo e da implementação de políticas e práticas que garantam um futuro equilibrado. A produção agrícola brasileira enfrenta dificuldades na adoção de sistemas sustentáveis, devido à elevada demanda de exportação de *commodities* agrícolas. Em muitos casos, prioriza-se a adoção de tecnologias mais agressivas que garantem resultados a curto prazo, resultando em degradação do solo, desmatamento e redução de ecossistemas naturais. A agricultura familiar desempenha um papel essencial na produção de alimentos para o consumo nacional, apresentando meios produtivos menos danosos ao meio ambiente e uma grande influência social e econômica nas regiões onde atua, apesar dos desafios impostos pelo avanço do agronegócio. A presente pesquisa busca responder à seguinte questão: “Qual a importância da agricultura familiar para a sustentabilidade ambiental?” O objetivo principal da pesquisa é demonstrar os benefícios da prática da agricultura familiar para a sustentabilidade ambiental. A pesquisa utilizou métodos qualitativos e técnicas de pesquisa documental e bibliográfica para estabelecer um diálogo entre os objetivos delimitados e as análises obtidas das fontes consultadas. Concluiu-se que a agricultura familiar e os monopólios rurais representam modelos opostos de produção agrícola. A agricultura familiar é caracterizada por pequenas propriedades, com trabalho majoritariamente familiar e foco na subsistência, preservando o meio ambiente e promovendo a segurança alimentar. Esse modelo, historicamente marginalizado e ocupante de terras menos férteis, enfrenta desafios políticos e econômicos, especialmente após o desmonte de políticas públicas entre 2019 e 2022. Por outro lado, os monopólios rurais concentram vastas áreas de terra e priorizam a produção em larga escala, visando ao mercado externo. Esse modelo, que utiliza intensivamente maquinário e insumos químicos, possui grande poder econômico e político, influenciando políticas públicas e causando danos ambientais, como o desmatamento da Amazônia e o uso excessivo de agrotóxicos. A agricultura familiar, por sua vez, oferece uma alternativa mais sustentável, com práticas diversificadas, menos dependentes de químicos e voltadas para a conservação ambiental. Esse modelo é fundamental para a segurança alimentar e a biodiversidade. No Brasil, a agricultura familiar é responsável por mais de 70% dos alimentos consumidos, contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais, além de gerar milhões de empregos e garantir alimentos de qualidade, enquanto preserva ecossistemas e promove a agrobiodiversidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Agricultura Familiar; Agronegócio.



O TRÁFICO DE MULHERES NA AMAZÔNIA: DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS E ROTAS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Victória de Oliveira da Rosa; Thaiani Gabriel Sagaz; Lorena Victoria de Freitas Pereira; Marcos Vinícius Viana da Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O tráfico de mulheres configura-se como um dos crimes mais graves relacionados aos direitos humanos e à exploração sexual. Na região amazônica, essa prática é acentuada pelas características socioeconômicas locais e pela ausência de políticas públicas eficazes. A vulnerabilidade social, a pobreza e o isolamento geográfico da Amazônia contribuem significativamente para o aliciamento e deslocamento de mulheres, que são frequentemente levadas para outros estados ou países vizinhos, onde são submetidas à exploração sexual. Este estudo propõe uma análise aprofundada sobre a ocorrência do tráfico de mulheres na Amazônia, suas principais causas e consequências, bem como as falhas nas ações preventivas e no combate a esse crime. A investigação explora os fatores que tornam a região suscetível a essa prática criminosa, com ênfase nas condições de vulnerabilidade social que afetam as vítimas. Além disso, o trabalho examina a atuação de redes criminosas que se beneficiam das lacunas na fiscalização e na aplicação da lei, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais robustas e articuladas. O objetivo é contribuir para o debate sobre a importância de estratégias integradas que possam reduzir a incidência desse crime na Amazônia e proteger as populações mais vulneráveis. O problema central desta investigação é compreender de que maneira as características socioculturais e econômicas da região amazônica contribuem para o favorecimento do tráfico de mulheres, além de identificar os desafios enfrentados pelas autoridades no combate a essa prática criminosa. A pesquisa busca responder como as rotas e dinâmicas desse tráfico são estruturadas, além de analisar os impactos da exploração sexual nas vítimas, frequentemente sujeitas a condições desumanas e violentas. O objetivo geral da pesquisa é analisar as dinâmicas do tráfico de mulheres na Amazônia, com ênfase na exploração sexual comercial. A metodologia combina abordagens qualitativas e quantitativas, com ênfase na revisão bibliográfica e análise de dados documentais. Fontes relevantes, como o relatório da Pesquisa Nacional sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial (Pestraf), além de estudos regionais, foram examinadas. A análise desses documentos permite uma compreensão das dinâmicas do tráfico de mulheres na Amazônia, contribuindo para a investigação das causas, impactos e desafios no enfrentamento desse crime. Os resultados indicam que a Amazônia, devido às suas fronteiras permeáveis e isoladas, é uma região estratégica para o tráfico internacional de mulheres. As principais rotas incluem destinos como Venezuela, Guiana, e países europeus, como Espanha e Holanda. O estudo revela alta vulnerabilidade entre mulheres jovens, especialmente menores de 18 anos, aliciadas com falsas promessas de emprego ou casamento no exterior, sendo forçadas à prostituição. Embora políticas de combate tenham sido implementadas, como o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, as ações ainda são insuficientes. A falta de infraestrutura e treinamento especializado das autoridades locais perpetua o problema. A exploração sexual é favorecida pelas condições socioeconômicas precárias, nas quais muitas famílias veem no aliciamento uma oportunidade de ascensão social, desconsiderando os riscos envolvidos.

Palavras-chave: Amazônia; Tráfico Humano; Mulheres.



ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO DE ITAJAÍ: O PROPULSOR PARA UMA CIDADE INTELIGENTE

Victoria Marques da Rosa; Graziela Breitenbauch de Moura.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Os ecossistemas de inovação emergem como fomentadores de inovação e empreendedorismo, aliados de cidades que buscam desenvolvimento inteligente por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e da interação entre os atores da Hélice Quádrupla: universidades, governo, empresas, sociedade civil e mecanismos de inovação. Essa colaboração impulsiona o desenvolvimento conjunto. A cidade de Itajaí, localizada no Estado de Santa Catarina, vem desenvolvendo seu Ecosistema Local de Inovação (ELI), baseado na colaboração desses atores, que promovem a transição da cidade para um modelo inteligente, com estratégias voltadas ao desenvolvimento urbano e econômico e tendo a inovação como pilar central. A pesquisa, de paradigma interpretativista, com abordagem qualitativa, adota entrevistas semiestruturadas como principal técnica de coleta de dados, a serem realizadas com atores-chave do ecossistema, incluindo representantes de organizações públicas e privadas, líderes da sociedade civil e da academia. Além disso, foi realizada uma revisão bibliográfica focada em estudos sobre cidades inteligentes, ecossistemas de inovação, destacando a colaboração entre os atores da Hélice Quádrupla. O ELI de Itajaí tem potencial para impulsionar o desenvolvimento da cidade, promovendo soluções inovadoras que fortalecem a infraestrutura tecnológica e estimulam a economia local ao atrair novos negócios, *startups* e investimentos. A criação de novos empregos e oportunidades de qualificação também impactam diretamente a vida dos cidadãos. O desenvolvimento desse ecossistema tem repercussões no amadurecimento de políticas públicas voltadas à inovação. À medida que a cidade avança em sua transformação digital, surgem demandas por políticas que incentivem pesquisa, desenvolvimento e inclusão tecnológica. Nesse contexto, o ecossistema de inovação desempenha um papel central, colaborando para o desenvolvimento dessas políticas, de forma participativa, envolvendo todos os atores relevantes. A longo prazo, o fortalecimento do ELI pode consolidar Itajaí como um *hub* regional de inovação, atraindo talentos e investimentos e se tornando referência para outras cidades em transição para cidades inteligentes. Isso gera um ciclo virtuoso de inovação tecnológica, crescimento econômico e desenvolvimento urbano, proporcionando benefícios contínuos para a comunidade. O impacto social desse processo é significativo, com potencial para aumentar a eficiência dos serviços públicos, melhorar a qualidade de vida e promover uma gestão urbana mais inteligente e sustentável. Apesar de seu relativo estágio de amadurecimento, o ELI de Itajaí ainda enfrenta desafios. Entre eles, a desconexão entre programas de empreendedorismo promovidos por diferentes atores, que acabam sendo pontuais e insuficientes para gerar uma alta taxa de empreendimentos inovadores. Esses programas, muitas vezes, carecem de planejamento conjunto para otimizar recursos e ampliar resultados. O estudo contribui para o fortalecimento das políticas públicas de inovação e tecnologia, além de gerar um modelo de referência para outras cidades que desejam inserir ações de seus ecossistemas de inovação. A proposta de ações integradas busca fomentar a sinergia entre governo, empresas, academia, sociedade civil e mecanismos de inovação, criando um ambiente propício para o empreendedorismo, com impactos diretos no desenvolvimento econômico e social de Itajaí.

Palavras-chave: Ecosistema de Inovação; Cidade Inteligente; Políticas Públicas de PD&I.



ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO: ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE CÔMPUTO EM DOBRO DA PENA À LUZ DA RESOLUÇÃO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH)

Vitória Matos Rodrigues; Roberto Wohlke.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O Estado de coisas inconstitucional no sistema carcerário brasileiro foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal em 4 de outubro de 2023, ante a violação massiva de direitos fundamentais no sistema prisional brasileiro, no qual ficou reconhecido que as pessoas em cumprimento de penas privadas de liberdade são submetidas a tratamento desumano e inconstitucional que ferem diretamente os direitos básicos e humanos – reconhecimento advindo do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347. Na mesma linha, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em 22 de novembro de 2018, apresentou uma resolução como resultado de diversas inspeções realizadas ao Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho (IPPSC), ocorridas após denúncia feita pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro acerca da situação degradante e completamente desumana vivenciada pelos presos – principalmente, tendo em vista à situação de superlotação, de mortes recentes à época e as condições de detenção e infraestrutura. Por tais razões, a Resolução da CIDH proibiu o ingresso de novos presos na unidade e determinou o cômputo em dobro de cada dia de privação de liberdade cumprido dentro da unidade prisional – exceto os casos de crimes contra a vida, contra a integridade física e os crimes sexuais. Isso posto, o objetivo dessa pesquisa é analisar de que modo a Resolução da CIDH pode ser utilizada de parâmetro jurisprudencial quando da análise do sistema carcerário brasileiro, considerando as violações massivas aos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Especificamente, objetiva-se analisar a potencialidade de implementação do cômputo em dobro das penas como resposta jurídica e humanitária às condições degradantes vivenciadas pelos presos brasileiros dentro do sistema carcerário – reconhecidamente um Estado de coisas inconstitucional. Com vistas a isso, a metodologia utilizada é de natureza dedutiva, incluindo uma revisão bibliográfica das normas pertinentes, artigos, decisões sobre a proposta. Ademais, muito embora não exista previsão normativa expressa acerca dessa medida na legislação brasileira, deve-se recordar que, a partir do Decreto n. 4.463/2003, o Brasil reconheceu a competência da CIDH, no tocante aos casos relacionados à interpretação ou devida aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). Nessa perspectiva, infere-se que o cômputo em dobro das penas pode ser vislumbrado como um mecanismo suficientemente capaz de remediar e compensar as permanentes violações de direitos fundamentais dos presos no sistema carcerário brasileiro.

Palavras-chave: Estado de Coisas Inconstitucional; CIDH; Pena; Direitos Fundamentais.



3

educação



ANÁLISE DA POLÍTICA DE ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O FUTEBOL FEMININO

Ana Beatriz Weiguert; Maíra Naman.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A Estratégia Nacional para o Futebol Feminino, formalizada pelo Decreto n. 11.458, de 30 de março de 2023, visa a promover o desenvolvimento sustentável do futebol feminino no Brasil. A estratégia reconhece os desafios históricos enfrentados pelas mulheres, como a discriminação, a falta de recursos e a pouca visibilidade. O objetivo deste trabalho é analisar a Estratégia Nacional para o Futebol Feminino, por meio do documento formulado em 2023. Trata-se de uma pesquisa documental, com abordagem qualitativa, que procurou significados e características situacionais no documento analisado, o que possibilitou uma leitura institucional acerca da gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte. Com uma abordagem estruturada, o documento busca criar condições adequadas para a prática do esporte, como investimento em infraestrutura, formação de atletas e treinadoras, e a construção de um calendário adequado. O documento é dividido em três grandes partes, sendo elas: diagnóstico, plano de ações e, por fim, o tópico sobre regras, critérios e recomendações da Estratégia. O documento inclui um plano de ações que considera aspectos como a paridade entre homens e mulheres no esporte, mecanismos para aumentar a presença de mulheres em posições de liderança e arbitragem, além de promover mudanças culturais para combater o racismo e o assédio. Quanto às estratégias de implementação, a política visa a estabelecer parcerias com clubes, federações, escolas e organizações não governamentais para a implementação de projetos e ações que favoreçam o futebol feminino; organizar torneios, campeonatos e festivais que estimulem a prática e aumentem a visibilidade do esporte; destinar recursos para a formação de equipes e para o suporte a eventos, além de fomentar o patrocínio e o apoio privado. A formulação do documento, em 2023, também almejava o fortalecimento da candidatura do Brasil para sediar a Copa do Mundo Feminina em 2027. Após isso, em 2024, o Brasil confirmou a sua candidatura e tornou-se sede da Copa do Mundo Feminina de Futebol de 2027. A implementação da Política da Estratégia Nacional do Futebol Feminino busca não apenas aumentar a participação feminina no esporte, mas também promover mudanças culturais que favoreçam a equidade de gênero no Brasil. Espera-se que, por meio dessas ações, haja um cenário mais justo e inclusivo, contribuindo para o desenvolvimento do futebol como um todo. Essa estratégia reflete um compromisso do governo com o fortalecimento do esporte feminino e a promoção da igualdade, reconhecendo o potencial transformador do futebol na vida de muitas mulheres.

Palavras-chave: Futebol; Mulheres; Esporte; Políticas Públicas.



GESTÃO ESCOLAR, COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ÓRGÃOS COLEGIADOS E DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR

Andrey Felipe Cé Soares.

Secretaria Municipal de Educação de Itajaí

Após a atuação em diversos movimentos formativos, nos últimos anos, nos municípios da região de Itajaí/SC e vizinhos, torna-se possível afirmar que a promoção de políticas públicas educacionais, em especial as focadas na formação, têm recebido investimento e mobilização das equipes gestoras das Secretarias Municipais de Educação. Nesse processo, além da escuta ativa, atenta e intencional, utilizou-se do diálogo aberto mediado por técnicas e dinâmicas formativas, assim como foi preciso conhecer a organização dos órgãos colegiados e das redes municipais de ensino. Essa experiência, frente aos grupos de colegiados, de gestores e de profissionais da educação que estiveram em processo de formação sobre gestão democrática e participativa, além de impulsionar a troca de saberes, desencadeou na coleta de informações que nortearam a escrita deste texto. Como resultado desse movimento, é possível compartilhar que há de se reconhecer que um grande desafio, para a gestão e a coordenação pedagógica, na promoção das políticas públicas educacionais, seja a implementação de uma formação integral por meio de um currículo integrado em um ambiente democrático e participativo. Neste pensar, para alcançar a aprendizagem em questão, o sucesso escolar dos alunos e conseqüentemente da política pública; há de se ressignificar os movimentos de democratização nos espaços de decisão da escola, não bastando apenas a promoção do conhecimento técnico e pedagógico, mas também um olhar sensível, inclusivo, humanizado e focado na equidade para a educação. Isso significa que há de se considerar todos os membros da comunidade escolar como cidadãos em pleno exercício da implementação dos processos de democratização. Um olhar profundo, com intuito de superação, melhoria e transcendência, que desencadeia uma postura que convida a pensar a organização da escola coletiva, comprometida com a inovação, com o movimento. E nesse panorama, a gestão e a coordenação pedagógica exercem a função primordial de articulação com a comunidade escolar por meio dos órgãos colegiados que possuem o desafio de ampliar os canais de comunicação e mobilização. Uma vez que educação se constrói em parceria e coletividade, pela constituição de espaços de escuta e fala, pelo diálogo aberto e transparente, bem como por meio de uma postura agregadora de toda comunidade escolar, acredita-se que é possível um trabalho coletivo gerenciado pela direção da escola e organizado em parceria com a coordenação pedagógica, envolvendo, de forma participativa, os órgãos colegiados, ou seja, os Grêmios Estudantis (GE), a Associação de Pais e Professores (APP) e os Conselhos Escolares (CE), na promoção da política pública de democratização do espaço escolar. Sendo assim, aborda-se a estreita relação da gestão com a comunidade escolar, em parceria com a coordenação pedagógica, e por meio dos órgãos colegiados. Órgãos colegiados são fundamentais para o fortalecimento da democracia, da participação da comunidade escolar e que reúnem representantes de todos os segmentos da escola, permitindo que todos participem das decisões pertinentes ao ambiente educacional, bem como contribuem para que as políticas educacionais sejam aplicadas de maneira responsável e que reflitam as necessidades e interesses da comunidade escolar. Dessa monta, após dialogar com os pares nos encontros formativos mediados nos últimos anos, chega-se a consideração de que, para se alcançar a aprendizagem e o sucesso escolar de todos os alunos, é crucial continuar com os processos formativos dos professores, dos gestores e órgãos colegiados, assim como ressignificar os processos de democratização,



promover o conhecimento técnico e pedagógico em parceria com os profissionais da educação, bem como cultivar um ambiente em que a diversidade de vozes e perspectivas seja valorizada e integrada nas decisões educacionais. Esse engajamento coletivo permite um olhar mais atento às necessidades de todos os envolvidos e promove uma educação mais justa e adaptada às realidades dos alunos.

Palavras-chave: Gestão Escolar; Coordenação Pedagógica; Gestão Democrática e Participativa; Órgãos Colegiados; Política Educacional.



MEDIAÇÃO E SUPERCOMPENSAÇÃO NO ENSINO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM OLHAR PARA A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Angelo Nascimento Carrasco; Ilisabet Pradi Krames; Gustavo Becker Krummenauer; Rafael Borini Martins Costa Borini; Tatiane Natalino Sant'Ana.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Embora a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) esteja há dezesseis anos em vigência, ainda é notória a dificuldade de promover uma eficaz inclusão educacional, sobretudo no que se refere a estudantes com Deficiência Intelectual (DI). Nessa perspectiva, este relato nasce de uma experiência vivenciada no Estágio Curricular Obrigatório do curso de Licenciatura em História pela Univali: o estagiário percebeu que, a depender do caso, os estudantes com DI tinham pouca ou nenhuma atividade adaptada que trabalhasse os estímulos compensatórios necessários para impulsionar a aprendizagem. Tal situação é recorrente na educação brasileira e pode se agravar, a depender do contexto em que esse estudante está inserido. Partindo de um estudo qualitativo que se baseia na concepção histórico-cultural de Vigotski, buscou-se compreender o desenvolvimento intelectual das crianças atípicas a partir da mediação pedagógica e da supercompensação vigotskiana, inserida no escopo dos estudos da defectologia. Partindo dessa base teórica, elucubra-se que onde existe algum tipo de deficiência também há um estímulo compensatório equivalente. Para entender o conceito de mediação pedagógica, realizou-se uma pesquisa bibliográfica qualitativa. Foi possível verificar que, a partir da implementação da PNEEPEI, o número de matrículas de estudantes com DI ampliou-se em escolas públicas. Esse aumento positivo requer também uma formação docente inicial que trate da qualificação específica para tais demandas. A defectologia situa-se aqui defendendo que o aprendizado da criança típica e atípica é semelhante, sobretudo ao se tratar da necessidade de socialização e da escola como espaço para a construção dos conhecimentos acumulados pela humanidade. É para reparar o cenário de descrença na educação de crianças com DI que o princípio teórico da mediação pedagógica se faz necessário. Este é pensado por Vigotski como uma tríade, na qual dois elementos precisam da intervenção de um terceiro para se relacionar. Essa relação mediada caracteriza o desenvolvimento humano e a inserção na cultura, onde nos constituímos e formamos saberes. Assim, constata-se, na literatura, a eficácia da mediação pedagógica como principal meio de escolarização de estudantes com DI, no intuito de construir um espaço de ensino e aprendizagem favorável ao crescimento desses sujeitos. A mediação não se limita à relação professor-aluno: ela é mais ampla e tem a ver com a maneira como o profissional planeja e executa a prática docente, podendo esta ser ou não inclusiva. Assim, é evidente a necessidade de que o trabalho pedagógico seja elaborado com intencionalidade, levando em conta sua ampla dimensão. Com isso, infere-se que a implementação da PNEEPEI é valiosa para a progressiva e necessária inclusão educacional das pessoas com DI, sobretudo se pensada a partir da mediação como possibilidade para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, trabalhadas com intencionalidade e sabendo que a deficiência não é apenas fragilidade, mas também força e que, nessa afirmação psicológica, está o princípio e o fim da educação especial.

Palavras-chave: Mediação; Supercompensação; Deficiência Intelectual; Educação Inclusiva.



O BENEFÍCIO DO IOGA PARA AUTISTAS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL

Bernardo José Corrêa; Gilberto Capitani de Souza de Abreu; Cristhian da Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O ioga é uma prática milenar que combina técnicas de respiração, posturas físicas e meditação para promover o bem-estar físico e mental. A educação especial é uma área da educação que visa a atender às necessidades de alunos com deficiências ou outras condições que possam afetar sua aprendizagem. Crianças autistas, muitas vezes, enfrentam desafios relacionados à comunicação, interação social e controle emocional; essas condições podem incluir ainda deficiência física, deficiência intelectual, deficiência visual, deficiência auditiva, dificuldades na aprendizagem, entre outros. Nesse sentido, a sala de recursos multifuncional é um ambiente que oferece suporte e adaptações para atender às necessidades individuais dessas crianças. Os professores que ali atuam trabalham em conjunto com outros profissionais de educação para desenvolver planos de ensino individualizados para cada aluno, com base em suas necessidades e habilidades específicas, incluindo adaptações curriculares, uso de tecnologia assistiva, modificações no ambiente escolar, entre outras estratégias. Em suma os efeitos benéficos da prática regular do ioga na saúde e no bem-estar da população infantil vêm sendo investigados desde a década de 1980, com aceleração das publicações a partir dos anos 2000, dados os resultados promissores. Ioga é uma disciplina milenar de origem indiana e tem por tradução a palavra “união”, que se refere à integração entre corpo, mente e espírito, proporcionada pelos elementos que a compõem: posturas, exercícios respiratórios e de concentração. Os efeitos positivos do ioga praticado por crianças e adolescentes dentro da escola têm sido evidenciados em aspectos, tais como: na melhora nos índices de resiliência emocional, nas relações interpessoais, no bem-estar psicossocial, na performance acadêmica e na redução do estresse. Também já foram demonstradas a melhora na aprendizagem acadêmica, na regulação emocional de criança, na redução do estresse pós-traumático, bem como no desempenho cognitivo. O presente estudo teve como objetivo propor práticas de respiração e posturas do ioga, visando a auxiliar na concentração dos alunos atendidos na Sala de Recursos Multifuncional da Escola Básica Aníbal César. Esta pesquisa é caracterizada como básica, tendo abordagem qualitativa. Quanto ao delineamento, trata-se de uma pesquisa de aproximação e de natureza exploratória. Foram realizados 12 encontros com os alunos que frequentam a sala de recursos multifuncional. Como metodologia de análise, optou-se pela análise de conteúdo. Quanto ao desenvolvimento das vivências relacionadas ao ioga, foram propostos movimentos de respiração, com bolhas mágicas, trabalho de equilíbrio e posturas de animais que envolviam as crianças na imitação de diferentes animais, como a “Postura do Leão”. Essas posturas estimulam a expressão facial e o fortalecimento muscular, ao mesmo tempo que aumentaram a diversão e a interação social. Conclui-se que a intervenção realizada contribuiu para o aumento da satisfação, foco, amenização da ansiedade, respiração, percepção corporal e da felicidade dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Dessa forma, sugere-se a inserção de programas de ioga e de profissionais da educação física atuando dentro de AEE (Atendimento Educacional Especializado) e salas de recursos multifuncionais.

Palavras-chave: ioga; Sala Multifuncional; Crianças Autistas.



CORPO EM MOVIMENTO, MENTE EM DESENVOLVIMENTO: A PSICOMOTRICIDADE EM CRIANÇAS DO CEMESPI

Betina Pezzini da Veiga; Samara Santos Nunes; Cristhian da Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência ocorrido no Centro Municipal de Educação Alternativa de Itajaí (CEMESPI). Os centros especializados desempenham um papel crucial ao oferecer um ambiente especializado e multidisciplinar para o atendimento de crianças com deficiência. Esses centros são equipados com profissionais capacitados e recursos adequados para atender às necessidades específicas de cada criança, promovendo seu desenvolvimento cognitivo, emocional e físico. É de grande transcendência ressaltar a importância de realizar estágio na educação física inclusiva, oferecendo assim oportunidade de desenvolver habilidades práticas e empáticas ao trabalhar com esse público. Além de vivenciar na prática os princípios da diversidade e da igualdade, promovendo a inclusão, entendendo na prática as necessidades e o valor de cada vivência envolvendo a psicomotricidade e, assim, conferindo a satisfação de notar a evolução de cada criança. Portanto, a atividade motora é de suma importância para o desenvolvimento global da criança, pois através da exploração motriz ela desenvolve a consciência de si mesma e do mundo exterior. A educação psicomotora é a educação por meio de seu próprio corpo e do seu movimento, o indivíduo é considerado em sua totalidade. Desta forma, a Educação física e a psicomotricidade complementam-se. Partindo do princípio multidisciplinar, a psicomotricidade juntamente com a educação física, insere dois contextos que, se bem trabalhados dentro das escolas, possibilitam uma melhor aptidão de aprendizagem escolar, facilitando, assim, seu comportamento e transformações no meio social. Isso significa que a educação física e a psicomotricidade devem trabalhar juntas, sendo que, nas aulas de educação física, a criança será estimulada através de brincadeiras recreativas, atividades lúdicas, jogos com regras e pré-desportivos para um desenvolvimento geral de sua integração pessoal e social. Com isso, o presente trabalho teve como principal objetivo compreender o desenvolvimento da psicomotricidade em crianças com deficiência do Centro Municipal de Educação Alternativa de Itajaí (CEMESPI). Conforme os objetivos propostos, esta pesquisa é de natureza exploratória caracterizada como básica de abordagem qualitativa; quanto ao delineamento, trata-se de uma pesquisa de aproximação participante. Foram realizados 12 encontros no primeiro semestre do ano de 2024. Como metodologia de análise, optou-se pela análise de conteúdo. Em relação ao desenvolvimento das atividades, foram aplicadas vivências trazendo a psicomotricidade em prática, sendo possível trabalhar atividades envolvendo coordenação motora fina e grossa, circuitos motores, agilidade, alongamento, relaxamento, posições do ioga, controle do corpo, equilíbrio, noção espacial, sempre adaptando as atividades conforme necessário. A partir das intervenções realizadas no CEMESPI, foram desenvolvidas categorias de análise que versam sobre: **A dificuldade de atender às necessidades específicas de cada criança deficiente**; destacando-se o quão complexo e desafiador é o atendimento para essas crianças, em especial para família, profissionais, espaço, transporte, local, dentre outros. Por conseguinte, na categoria: **Como as repetições de atividades psicomotoras são fundamentais no desenvolvimento progressivo das crianças**, evidencia-se o quanto as repetições das vivências trouxeram resultado positivo para a melhora da psicomotricidade dos alunos. As atividades psicomotoras envolvem a coordenação entre os movimentos físicos e os processos mentais. Elas são fundamentais para o desenvolvimento infantil, pois ajudam as crianças a melhorarem sua coordenação, o equilíbrio, a força, a precisão e a consciência corporal. Além



disso, essas atividades estimulam o desenvolvimento cognitivo e social, promovendo habilidades, como a concentração, a resolução de problemas e a interação com os outros. A repetição de atividades psicomotoras é de extrema importância para o desenvolvimento progressivo das crianças. Quando uma criança repete uma atividade, ela está, na verdade, reforçando os movimentos, que facilitam o aprendizado e a execução daquela tarefa. Esse processo de reforço é essencial para a consolidação de habilidades. Por fim, é destacada a categoria **A importância do profissional de educação física na educação física inclusiva**. O papel do profissional de educação física na educação física inclusiva, e em particular no CEMESPI, é fundamental para a promoção de um ambiente educacional mais justo e empático. Esses profissionais, por meio de práticas inclusivas, contribuem para o desenvolvimento integral de todos os alunos, respeitando suas individualidades e potencialidades. Em suma, podemos concluir que diante do percurso formativo do estágio, pode-se afirmar que a psicomotricidade é de fato crucial no desenvolvimento global das crianças atendidas no CEMESPI, contribuindo para o desenvolvimento físico, motor e cognitivo, por meio de atividades que envolvem movimento e percepção. Ou seja, as habilidades psicomotoras podem ajudar as crianças na melhora da coordenação, do controle do corpo, do equilíbrio e da noção espacial. Além disso, irão contribuir para o desenvolvimento social e emocional, facilitando a aprendizagem, o desenvolvimento da concentração, a autonomia, a autoconfiança e a interação com o ambiente.

Palavras-chave: Crianças; Psicomotricidade; Educação Física.



| O INCENTIVO NO BRASIL ÀS MULHERES NA TECNOLOGIA

Bruna Henning Pereira; Julia de Paula Ballmann; Laura Cargnelutti Pires; Letícia Souza Mangrich Pereira.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A disparidade entre a representação de mulheres e homens na área da Tecnologia é um tema relevante nas discussões que ocorrem nos últimos anos no país. É indiscutível que os avanços nas áreas da Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática (STEAM - *Science, Technology, Engineering, Arts and Maths*) são essenciais para o desenvolvimento socioeconômico e a globalização, porém, o acesso às ciências sempre foi desigual entre os gêneros por conta de múltiplos fatores econômicos, culturais e sociais profundamente enraizados na sociedade. Por muitos anos, mulheres foram proibidas de participar de pesquisas, uma vez que não podiam frequentar instituições de ensino, e somente no fim do século XIX as mulheres obtiveram os direitos de estudar no ensino superior e, mesmo presentemente – apesar de um aumento de 60% entre 2015 a 2022 da participação feminina no setor da Tecnologia, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) –, ainda assim, 83,3% do mercado é composto por homens e somente 12,3% dos cargos são ocupados por mulheres. A partir do contexto supracitado, é possível concluir que, apesar da possibilidade feminina de inclusão no meio tecnológico, por conta da estrutura socioeconômica e política global, sua participação é baixa e acaba tendo pouca relevância. Dessa forma, é necessário incentivar a inclusão feminina na área não apenas como uma conveniência social, mas sim como uma necessidade para manter uma sociedade mais justa e igualitária, como preza a Organização das Nações Unidas (ONU), que considera igualdade de gênero um dos oito grandes objetivos do milênio. Por isso, o presente trabalho propôs uma revisão sistemática dos incentivos às mulheres na área da Tecnologia encontrados no Brasil, visando a destacar a importância feminina no cenário tecnológico. O restante deste projeto está organizado em três seções que descrevem a Solução Proposta, destacam seus pontos relevantes e apresentam as considerações finais. A partir do problema supracitado, as autoras deste trabalho conduziram uma revisão sistemática sobre as ações atuais que incentivam a participação de mulheres na Tecnologia no Brasil. Essa análise abrange iniciativas universitárias, governamentais e do setor privado, que visam a reduzir a desigualdade de gênero nessas áreas. Além disso, busca-se compreender o cenário de desigualdade atual tanto no âmbito federal quanto no internacional. A pesquisa também inclui comparações entre iniciativas realizadas no Brasil e no exterior, a fim de identificar semelhanças e diferenças nas abordagens adotadas. As bases de dados utilizadas para realizar a pesquisa bibliográfica foram *Google Scholar* e *Scopus*. A busca pelos artigos foi realizada por meio das palavras-chave que melhor se adequaram para as seguintes perguntas de pesquisa utilizando os operadores “and” e “or”: “O quanto as mulheres estão inseridas no cenário tecnológico no Brasil?”, “Como as diferenças de gênero impactam a presença de mulheres nas áreas de Tecnologia?” e “Quais incentivos existem para auxiliar mulheres na Tecnologia?”. As palavras-chave citadas foram usadas na língua portuguesa e na língua inglesa e são encontradas no *Google Scholar* e *Scopus*. A revisão de literatura foi realizada seguindo estas etapas: (1) elaboração das perguntas de pesquisa; (2) definição dos critérios de inclusão e exclusão; (3) busca e seleção de artigos; (4) leitura dos artigos selecionados e avaliação das evidências; (5) síntese dos resultados. Os seguintes critérios de inclusão foram definidos: trabalhos em Língua Inglesa e Portuguesa e trabalhos em que o tema seja referente à Tecnologia. Já os critérios de exclusão foram: trabalhos cujos projetos que não estão ativos atualmente, trabalhos com data inferior à 1990 e trabalhos que não contemplem a área da Ciência. A partir dessa sistemática, foram identificados os artigos mais aderentes ao contexto do projeto, os quais são sumarizados a seguir:



Artigo	Incentivos apresentados	Principais campos de atuação	Atuação municipal, estadual, distrital, regional, federal ou internacional?
A divisão digital de gênero no movimento software livre do Brasil	GNOME Women/UBUNTU Women, Mulheres na Tecnologia (MNT) e GarotasCPBR	Enfrentamento das dificuldades das mulheres na tecnologia, facilitando seu ingresso e permanência na comunidade	Federal e internacional
Cultura digital e práticas femininas: LabDebug, relato de uma experiência	LabDebug	Desenvolvimento de um espaço acolhedor que ensina desde montagem e desmonte de computadores até a criação de arte digital	Federal e estadual

Nos artigos destacados, ressalta-se “A divisão digital de gênero no movimento *software* livre do Brasil”, que discute a desvalorização das mulheres no desenvolvimento de *software* livre e apresenta incentivos para maior atuação feminina. Também é relevante o “Cultura digital e práticas femininas: LabDebug, relato de uma experiência”, que promove a inclusão digital e empodera mulheres através do conhecimento em tecnologia. Na mesma via, as autoras tiveram sua participação no evento *Computer on the Beach*, desenvolvido pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e que tem sido palco para a promoção do programa “Meninas Digitais”, chancelado pela Sociedade Brasileira de Computação (SBC), que visa à inclusão de mulheres na Tecnologia desde o ensino médio, impulsionando-as por meio de palestras e eventos em grupo, para que o destaque seja em conjunto e cada vez mais meninas se interessem pela área. Dessa forma, após uma análise aprofundada das questões abordadas, torna-se evidente que a inclusão de mulheres na Tecnologia é uma questão que transcende a mera representação de gênero, refletindo a necessidade de uma transformação estrutural nas instituições educacionais, nas políticas públicas e nas práticas corporativas. As iniciativas analisadas, tanto no Brasil, quanto no exterior, demonstram que a promoção da igualdade de gênero no setor tecnológico é viável e necessária.

Palavras-chave: Mulheres na Tecnologia; Desigualdade de Gênero; Tecnologia; Representação Feminina; Políticas Sociais.



GESTÃO COMPARTILHADA: CAMINHOS PARA UMA RELAÇÃO SAUDÁVEL NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Claudio da Silva; Magali Rogge; Marcelly Vardanga.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

No âmbito da Educação Básica, as unidades de Ensino constituem-se como espaços educativos nos quais diárias e significativas interações entre gestão e órgãos colegiados são estabelecidas e culminam em importantes ações para uma saudável relação de parceria e tomada de decisões que afetam diretamente o andamento das atividades desenvolvidas com estudantes, professores e demais componentes da escola. Pensar no compartilhamento dessas demandas requer, da gestão da escola, comprometimento e coragem para fazer destes espaços destinados ao ensinar e aprender, um lugar propício para a prática da gestão colaborativa. Objetiva-se, com este estudo, identificar as demandas de responsabilidade de cada segmento dos órgãos colegiados, dentro dos espaços educativos. A problemática consiste em responder a seguinte questão: é possível estabelecer parceria entre os órgãos colegiados para uma gestão compartilhada com foco numa relação saudável e colaborativa? Nesse contexto, esta pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo documental, com base fenomenológica busca reconhecer e qualificar o papel de cada um dos órgãos colegiados presentes nas unidades de ensino, direção, Associação de Pais e Professores (APP), Grêmios Estudantis (este, presente nas unidades do Ensino Fundamental) e Conselho Escolar. Por entendermos que uma gestão compartilhada se refere ao processo de descentralização do trabalho executado pela gestão da escola, distribuindo tarefas e reorganizando as demandas internas, esta pesquisa visa, também, a possibilitar momentos de reflexão acerca das atribuições de cada um dos órgãos colegiados na efetivação de um trabalho voltado para o bem comum. Uma gestão compartilhada requer organização e engajamento de toda a equipe para o sucesso da proposta. Importante reconhecer a principal atribuição de cada instituição dos órgãos colegiados. A definição das atribuições de cada órgão colegiado é necessária para uma saudável relação de coparticipação. A direção, por exemplo, tem por atribuição principal gerir a unidade de ensino de maneira imparcial, contribuindo para o bom andamento das atividades desenvolvidas com estudantes, famílias e demais integrantes da comunidade escolar. A Associação de Pais e Professores (cuja existência é obrigatória somente no caso de a escola receber verbas do governo federal do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE) e o Conselho Escolar, (instituído pela Lei 14.644, de 2023, para o estabelecimento e funcionamento dos conselhos escolares e dos fóruns), juntos, colaboram para o processo educacional, elencando as prioridades para melhor aplicação dos recursos recebidos e aplicabilidade de projetos e movimentos que visam à melhoria na qualidade do trabalho desenvolvido na escola. O Grêmios Estudantis (instituído pela Lei n. 7.398, de 4 de novembro de 1985, que dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus), exerce papel importante, participando ativamente e contribuindo com sugestões para implementação de melhorias na escola. Assim, convocar a comunidade escolar para uma gestão compartilhada é, essencialmente, pensar numa escola de todos e para todos.

Palavras-chave: Gestão Compartilhada; Ensino Básico Fundamental; Espaços Educativos; Órgãos Colegiados.



POLÍTICAS PÚBLICAS DE CUIDADO À PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Claudio da Silva; Vanderléa Ana Meller.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Variadas legislações amparam o Atendimento Educacional Especializado às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e figuram importantes Políticas Públicas educacionais na atenção e cuidado na Educação Especial. A realidade atual é de crescentes diagnósticos e necessidades para o atendimento especializado, que, em Itajaí, totalizam 2.001 estudantes matriculados nas unidades de ensino da rede municipal. Diante do visível cenário de crescimento de alunos com laudo de TEA, reconhecemos que é fundamental o amparo legal e cumprimento das legislações vigentes em prol da inclusão. Assim, apresenta-se a questão problema: Quais são as bases legais que amparam o atendimento especializado no cuidado à pessoa com TEA na Rede Municipal de Ensino de Itajaí? Este trabalho tem o objetivo de apresentar as bases legais que amparam o atendimento especializado no cuidado à pessoa com TEA na Rede Municipal de Ensino de Itajaí. A pesquisa é de abordagem qualitativa e do tipo documental, com base fenomenológica; os dados foram coletados nos documentos legais institucionais da Secretaria Municipal de Educação. Entre os voltados à educação especializada em TEA, estão: os marcos legais que amparam a inclusão na escola; os projetos de atendimento ao TEA nas unidades de ensino municipal. As principais bases legais que amparam o direito à educação inclusiva estão expressas no Plano Municipal de Educação e nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Itajaí, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394/96), que garante o direito educacional especializado; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que visa a assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência e transtornos; a [Lei Berenice Piana \(12.764/12\)](#), que cria a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA e determina o direito dos autistas a um diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS); o estatuto da Pessoa com Deficiência (13.146/15), que permitiu abrigar as pessoas com TEA nas leis específicas de pessoas com deficiência; a Lei 13.370/2016, que trata da redução da jornada de trabalho de servidores públicos com filhos autistas; a [Lei 13.977/2020](#), conhecida como [Lei Romeo Mion](#), que cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Na Rede Municipal de Ensino de Itajaí, as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) constituem-se como importante recurso pedagógico e de atenção ao estudante autista, prestando atendimento no contraturno a esse público-alvo da Educação Especial. O cumprimento do que prevê as legislações vigentes para a educação especializada das pessoas com TEA evidencia os direitos previstos na legislação e reforça o comprometimento de uma sociedade que pensa a Educação Inclusiva numa perspectiva de atendimento equitativo e que respeita as singularidades.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Transtorno do Espectro Autista; Educação.



QUALIDADE DE VIDA ENTRE ADOLESCENTES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO OMNILATERAL

Denise de Castro Insaurriaga Silva; Igor de Insaurriaga Silva; Eduardo Augusto Werneck Ribeiro.

Uniasselvi; PROFEPT

O presente trabalho apresenta um produto educacional, desenvolvido como requisito para a conclusão do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), no campus Blumenau/SC. O foco está na educação integral, que visa à formação do estudante em diversas áreas do conhecimento, indo além da qualificação técnica específica. Essa abordagem compreende tanto as dimensões técnicas e tecnológicas quanto as esferas políticas, culturais e sociais, respondendo, assim, às exigências do mundo do trabalho. O produto educacional (PE) tem como objetivo principal desenvolver um *e-book* informativo sobre estilo de vida saudável voltado ao público jovem. Além disso, contempla objetivos específicos, sendo o primeiro a disponibilização de material didático direcionado a professores que atuam com jovens em diferentes modalidades de ensino. O segundo objetivo consiste na criação de um material interativo destinado diretamente aos jovens, incentivando a adoção de hábitos de vida saudáveis. Em consonância com os objetivos supracitados, a metodologia adotada na construção do presente PE está estruturada em dois momentos complementares. Sendo o primeiro destinado aos profissionais da educação, enquanto o segundo momento é voltado diretamente aos jovens. Em ambas as seções, foram trabalhadas cinco dimensões que influenciam a qualidade de vida: alimentação, prática regular de exercícios físicos, comportamento preventivo, relacionamentos interpessoais e controle do estresse. O material para os professores é apresentado sob a forma de planos de aula, enquanto o conteúdo voltado para os jovens adota um formato mais interativo. O produto educacional foi avaliado positivamente pelos educadores que o testaram em sala de aula, demonstrando sua eficácia no processo de sensibilização dos estudantes sobre a importância de hábitos saudáveis para a melhoria da qualidade de vida. O trabalho também foi reconhecido pela banca examinadora e pelo orientador no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional (PROFEPT), sendo considerado uma opção relevante para a promoção de hábitos saudáveis entre os jovens. Assim, concluímos que o PE contribui para que os estudantes possam vivenciar uma vida mais equilibrada e satisfatória, tanto no ambiente escolar quanto nas relações familiares e no contexto do trabalho. Ainda, que a primeira parte se configura como uma opção interessante aos professores que lecionam junto com este público jovem, independente da modalidade de ensino. O presente material encontra-se disponível a todos os interessados no [site](#) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Palavras-chave: Ensino Médio Integrado; Jovens; Estilo de Vida; Promoção da Saúde; Intervenção.

Apoio: Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, através do subsídio de bolsa de estudo UNIEDU/FUMDES - Pós-Graduação.



DESIGN DE JOGOS E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A PRODUÇÃO DE PROTÓTIPOS DE JOGOS NO CONTEXTO ACADÊMICO

Eduardo Napoleão, Alice Demaria Silva, Giorgio Gilwan da Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Os jogos são popularmente reconhecidos como produtos de entretenimento e são desenvolvidos tendo como base os princípios do *design* de jogos, uma especialização do campo do *design*. Entretanto, ao considerar os jogos apenas como uma forma de diversão, ignora-se o potencial mais amplo dessa mídia. Dessa forma, além de entreter, os jogos podem evocar emoções, representar culturas, transmitir valores e costumes, sendo uma ferramenta para representação de diferentes realidades sociais. Nas últimas décadas, com o desenvolvimento da indústria digital de jogos, surgiram categorias de produtos, que vão além do entretenimento. Entre eles, destacam-se os *newsgames*, *serious games* e jogos voltados para a melhoria da qualidade de vida, como os *intergenerational games* e jogos relacionados à área da saúde. Esses tipos de jogos demonstram a capacidade de influenciar e modificar a forma como as pessoas interagem com questões socioculturais e políticas. Os jogos são capazes de gerar empatia e experiências emocionais positivas, influenciando as interações e comportamentos dos jogadores. O potencial dos jogos para resolução de problemas globais, como a fome, a pobreza e as mudanças climáticas é significativo. Diversos jogos demonstram como essa mídia pode abordar questões sociais, culturais e emocionais. Exemplos incluem “Gris”, que trata de autenticidade; “That Dragon – Cancer”, que explora a empatia; “The Migrant Trail”, que representa a vida na fronteira entre Estados Unidos e México, permitindo que o jogador possa vivenciar ambos os lados; “Night in the Woods”, que aborda inclusão; “To the Moon”, que trata de representatividade; “Life is Strange”, que discute diversidade; e “This War of Mine”, que oferece uma reflexão sobre a vida de refugiados em ambientes de guerra. Além disso, “Alpha Beat Cancer” é um jogo que apresenta às crianças como funciona o processo de tratamento contra o câncer. Esses exemplos mostram como os jogos podem proporcionar experiências reflexivas e emocionais, abordando questões do mundo real e incentivando mudanças sociais. Ao integrar os jogos com temas reais e críticos, é possível estimular a conscientização e a ação, levando os jogadores a refletirem sobre questões globais. Nesse contexto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela ONU para 2030, oferecem uma estrutura relevante para essa abordagem. Nesse caso, jogos podem funcionar como uma ferramenta de comunicação e como plataforma de experimentação e de proposição de soluções para os problemas identificados por essa agenda. Assim, o objetivo desta pesquisa, feita por meio de um relato de experiência, é explorar a interseção entre o *design* de jogos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, focando no desenvolvimento de protótipos de jogos em um contexto acadêmico. A investigação busca compreender como o *design* de jogos pode impactar a compreensão de questões globais e contribuir para a busca de soluções locais e globais. A hipótese central sugere que tanto a experiência do jogador quanto o processo de desenvolvimento dos jogos podem colaborar na percepção e disseminação dos ODS. A metodologia de pesquisa adota uma abordagem exploratória, baseada em levantamentos bibliográficos, estudos de caso e entrevistas com especialistas. A metodologia de design aplicada ao desenvolvimento dos protótipos segue uma combinação de *frameworks* de *design* e *design* de jogos, incluindo o Double Diamond, proposto pelo British Design Council (2024), o processo de *design* de Bruno Munari (2008) e as abordagens de Novak, O'Brien e Gish (2012), além das contribuições de Salen e Zimmerman (2012) e Brown e Katz (2011). O desenvolvimento dos protótipos ocorre



em quatro etapas: (1) Imersão, onde os alunos são apresentados ao tema e realizam uma pesquisa preliminar; (2) Análise e Síntese, na qual os dados coletados na primeira etapa são organizados e analisados, buscando gerar *insights* e critérios de avaliação; (3) Ideação, momento em que as ideias são geradas e os documentos de jogo são estruturados; e (4) Prototipação, fase em que os protótipos de jogos são criados e testados. Embora o processo siga uma estrutura linear, as etapas são iterativas, com *feedback* constante, por meio de apresentações em sala de aula e a apresentação em eventos, como TestNight e GameFest, onde os alunos exibem os protótipos para a comunidade. A pesquisa foi implementada no curso de *Design* de Jogos do campus Florianópolis entre os anos de 2023 e 2024, no contexto da curricularização da extensão. A disciplina de Projeto de *Design* de Jogos da terceira fase atuou como eixo principal para o desenvolvimento dos protótipos, com suporte de outras disciplinas e projetos. Houve colaboração com o projeto de extensão *Atelier Solidário* e com um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, que possibilitou a produção de protótipos em ambientes extraclasse, incluindo os laboratórios DesignLab e GameLab, nos contextos de estágio obrigatório e serviço voluntário. Os protótipos desenvolvidos durante o semestre foram apresentados em dois eventos: (1) TestNight, onde os alunos exibiram a primeira versão dos jogos para a comunidade acadêmica e externa, e (2) GameFest, onde apresentaram versões refinadas dos protótipos. Ao todo, aproximadamente 15 projetos foram executados. Esses projetos não apenas incentivaram os alunos a criar jogos com relevância social, mas também contribuíram para a formação de profissionais mais conscientes de seu papel no mercado de jogos. Os resultados obtidos reforçam a hipótese de que o *design* de jogos pode ser uma ferramenta eficaz na promoção dos ODS. Assim, o desenvolvimento de protótipos de jogos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no contexto acadêmico apresentou-se como uma estratégia para sensibilizar alunos e comunidade para questões globais e locais. Os resultados demonstram que o *design* de jogos pode ser uma ferramenta valiosa para estimular a conscientização, o engajamento e a busca por soluções para problemas críticos, além de promover uma formação ética e responsável entre os futuros *designers* de jogos.

Palavras-chave: *Design* de Jogos; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; *Design* de Jogos e Educação; Políticas Públicas.

Apoio: Edital 04/PESQUISA/2024 – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/CNPq – Univali), e Projeto de Pesquisa CNPq/MCTI N 10/2023 – Faixa A – Grupos Emergentes – Processo 408891/2023-8.



A CATARSE DO CONHECIMENTO ATRAVÉS DO TEATRO NA ESCOLA

Elisangela Roloff Mendez.

Escola Básica de Campo Maria do Carmo Vieira

O teatro é um importante instrumento pedagógico que possibilita atividades de expressão corporal, apropriação de saberes e ressignificação de sentimentos e emoções. Através de atividades teatrais, o aluno é capaz de desenvolver o espírito de coletividade, instigar a sua criatividade, despertar o interesse por diversos temas, valorizar o convívio social, superar limites e medos, aprender de forma divertida e dinâmica e entender que o aprendizado é um processo contínuo e repleto de momentos incríveis. Na escola onde o trabalho foi realizado, o aluno é o protagonista de seus saberes e o teatro, nas aulas de língua portuguesa, contribui para que esse protagonismo seja revelado e aguçado. As aulas destinadas ao projeto são desenvolvidas com momentos de escolha de peças teatrais, ensaios, construção de cenários e figurinos, atividades de consciência corporal e apresentação das peças escolhidas. A turma possui cerca de 25 alunos e todos participam de todas as etapas do projeto. As atividades teatrais já estão no segundo ano consecutivo, com sete apresentações, a produção de um curta-metragem e em processo de criação do segundo curta para ser exibido na escola. Desde que o projeto teve início, os alunos ficaram muito animados com as atividades e tiveram uma evolução significativa nos seus resultados de aprendizagem. Além de melhorar as notas da disciplina, houve melhora no comportamento, nas relações interpessoais e, principalmente, refletiu positivamente na autoestima dos alunos. Os estudantes tornaram-se mais participativos e engajados nas ações propostas e desenvolvidas na escola. Dentre as peças apresentadas, é possível destacar as histórias de Monteiro Lobato com a obra Sítio do Picapau Amarelo; Lewis Carrol com a obra Alice no País das Maravilhas; e o Diretor Tim Burton com a obra Noiva Cadáver. Essas peças tornaram-se as mais importantes e trabalhosas durante esses dois anos. Todos os figurinos e cenários foram criados ou comprados pelos alunos, também foi reaproveitado material descartável e o amplo espaço verde e de vivências que a escola possui. A catarse ocorreu quando os alunos se identificaram com suas personagens e histórias, quando tiveram contato com as obras e curiosidades que cada autor e texto trazia. A catarse entendida como limpeza e purificação pessoal é vista no projeto de teatro como a libertação e superação conquistada por cada indivíduo, que participou e atuou para que cada história pudesse ser contada. Os alunos buscaram adquirir obras, conhecer cada autor, pesquisar biografias e desvendar segredos e mistérios de personagens e mentores. A catarse do conhecimento ocorreu com o desenvolvimento do projeto de teatro na escola, não apenas pelos alunos que protagonizaram as histórias, mas também por aqueles que assistiram e aqueles que tiveram contato com todo o trabalho realizado dentro do ambiente escolar. Todos foram impactados e modificados durante e após as apresentações das peças teatrais. O ambiente escolar jamais foi o mesmo para todos os envolvidos.

Palavras-chave: Teatro; Escola; Catarse; Conhecimento; Alunos.



PERSPECTIVAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A SAÚDE E EDUCAÇÃO

Evandro Reinaldo de Melo.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A Lei de Regularização Fundiária Urbana (REURB) tem como principal objetivo trazer áreas irregulares para dentro do sistema urbano formal, o que garante segurança jurídica, melhora a infraestrutura e reforça a implementação de políticas públicas essenciais como saúde e educação. Esse processo não apenas formaliza a posse da terra, mas também facilita o acesso a serviços fundamentais que influenciam diretamente a qualidade de vida. Na área da educação, muitas regiões informais sofrem com a falta de escolas e creches adequadas, sendo comuns infraestruturas precárias e falta de investimento público, de modo que a regularização dessas áreas cria a oportunidade de construir e manter instituições de ensino que oferecem acesso a uma educação de maior qualidade. Além disso, ao aproximar escolas das residências, a regularização ajuda a reduzir a evasão escolar, ao mesmo tempo em que programas governamentais com o fornecimento de material escolar e alimentação favorecem a inclusão educacional. A educação também atua como um meio de conscientização sobre os direitos da população, incentivando sua participação em processos de regularização e ajudando no desenvolvimento socioeconômico local. Quando se trata da saúde, a regularização fundiária contribui para melhorar o acesso a serviços de saúde pública, em que se pode citar a falta de saneamento básico e infraestrutura em áreas informais, que, muitas vezes, agrava problemas de saúde, sendo que a regularização torna possível a criação de postos de saúde, hospitais e centros especializados, o que melhora as condições sanitárias. Em áreas regularizadas, as unidades de saúde ajudam no tratamento de doenças crônicas e aumentam a adesão a programas de vacinação, com benefícios importantes para crianças e idosos, que são mais vulneráveis, bem como ações conjuntas entre saúde e educação, como programas de saúde escolar, mostram como essas áreas devem evoluir juntas, contribuindo com a qualidade de vida da população. Dessa forma, as ações de gestão pública devem ser consideradas, visto que é através de políticas públicas que a alocação de recursos passa a garantir que serviços como saúde, educação e saneamento cheguem às áreas regularizadas. Entender as características demográficas dessas regiões é essencial para ajustar as políticas e direcionar os investimentos de forma mais eficiente. Portanto, a regularização fundiária urbana, quando associada a políticas públicas, vai além da regularização da posse de terra, trazendo melhorias para a qualidade de vida, especialmente nos âmbitos da saúde e da educação, fornecendo melhores condições de acesso à saúde e educação da população.

Palavras-chave: Regularização Fundiária; Saúde; Educação; Políticas Públicas.



INFÂNCIAS E RACISMO: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DE VYGOTSKY

Gabriel de Oliveira; João Rodrigo Maciel Portes; Larissa Paraventi; Maria Gabriela Neves; Raquel Ghizoni Argenta.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Este trabalho investiga a interseção entre racismo e desenvolvimento infantil, utilizando a teoria histórico-cultural de Vygotsky como referencial teórico, o objetivo principal é analisar como o racismo afeta o desenvolvimento das crianças e como a perspectiva vygotskiana pode auxiliar na promoção da equidade racial na educação. O racismo é conceituado, diferenciando preconceito e discriminação racial. Em seguida, a teoria histórico-cultural é apresentada, destacando conceitos-chave como zona de desenvolvimento proximal, mediação, linguagem e cultura, que são fundamentais para compreender a formação da identidade infantil em um contexto racializado. Na seção dedicada a racismo e infância sob a ótica de Vygotsky, discute-se a construção social da identidade racial e o papel da linguagem e da mediação na perpetuação e transformação do racismo. A interseccionalidade é abordada, considerando como o racismo se entrelaça com outras opressões, como gênero e classe social. A escola é identificada como um espaço importante tanto para a reprodução quanto para a transformação das desigualdades raciais, sendo vital para o desenvolvimento de uma educação antirracista. A revisão da literatura analisa estudos recentes em bases de dados relevantes, como Scielo e PubMed. Os principais achados ressaltam o papel da escola na perpetuação do preconceito e a importância da interação social para a construção do conhecimento e das identidades. A pesquisa evidencia a necessidade de práticas educativas que desafiem as narrativas racistas, promovendo a valorização da cultura afro-brasileira e a construção de identidades positivas para crianças negras. Na discussão, os resultados da revisão são examinados, evidenciando implicações para a prática pedagógica. São apresentadas propostas de intervenção que visam a promover a equidade racial na educação infantil, além de limitações da pesquisa que sugerem direções para estudos futuros. A conclusão sintetiza os principais argumentos do trabalho, reforçando a relevância da teoria de Vygotsky na análise do impacto do racismo sobre a infância e destacando a urgência de ações concretas para a promoção da igualdade racial na educação. Este estudo enfatiza a importância da interseccionalidade, do papel da linguagem na perpetuação ou contestação do racismo, e do valor da cultura afro-brasileira como recurso pedagógico. O professor é posicionado como mediador essencial na promoção da equidade racial, e conceitos como a zona de desenvolvimento proximal são utilizados para analisar as oportunidades de desenvolvimento das crianças negras. Além disso, a pesquisa sugere a necessidade de políticas públicas que favoreçam a igualdade racial na educação.

Palavras-chave: Racismo; Infância; Vygotsky; Educação Antirracista; Interseccionalidade.



PROPOSTA POLÍTICO-EDUCATIVA DO PROGRAMA CÂMARA MIRIM DE ITAPEMA/SC

Gabriela Aurich Barramacher Steil; Helen Francine Marin Thives; Vanderléa Ana Meller; Carlos Roberto Praxedes dos Santos.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O Programa Vereador Mirim foi instituído pela Resolução Legislativa n. 010/2021 da Câmara Municipal de Itapema/SC, sendo destinado a estudantes do 5º ao 8º ano do ensino fundamental, das escolas públicas e privadas do município, com idade máxima de 15 anos. Busca proporcionar experiências práticas e reflexivas sobre o funcionamento do Poder Legislativo Municipal e a atuação política e democrática. A importância de como reconhecemos, pensamos e organizamos as necessidades sociais é um passo fundamental para abordá-los e resolvê-los nas políticas públicas. O processo educativo para o Vereador Mirim envolve um aspecto fundamental de formação política que é conseguir refletir criticamente sobre os problemas sociais, encontrando maneiras efetivas de abordá-los. Neste estudo, o objetivo é apresentar o Programa Câmara Mirim de Itapema/SC no contexto formativo dos atores sociais envolvidos. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e documental, com base fenomenológica. A coleta de dados ocorreu a partir da percepção dos documentos institucionais da Câmara de Vereadores de Itapema e dos relatórios com registros das atividades da Câmara Mirim, dos anos de 2021 a 2024. Os dados coletados foram organizados em duas categorias para a compreensão, de acordo com o objetivo do estudo: - a proposta da Câmara Mirim; - funções educativas da Câmara Mirim. O Programa buscou promover a representação e participação política dos alunos das escolas, proporcionando-lhes vivências práticas sobre o funcionamento do Poder Legislativo Municipal; envolveu a educação política participativa e crítica, por meio de atividades que favorecem o desenvolvimento de habilidades de liderança, comunicação e pensamento crítico. Está estruturado de acordo com o manual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc). No período de legislatura os vereadores mirins participam de diversas atividades educativas como palestras, visitas à Alesc, a rádios locais, a outras câmaras de vereadores e minicursos. A eleição para Vereador Mirim ocorre anualmente, as escolas realizam sua inscrição no programa, os alunos interessados se candidatam à eleição e apresentam suas propostas na escola. De forma democrática todos os estudantes votam secretamente. Desde sua constituição, já integrou 39 Vereadores Mirins, com representatividade de cada escola do município. Cada legislatura ocorre por dez meses, sendo realizados encontros mensais. As propostas são apresentadas nas sessões e encaminhadas para a comissão da Câmara de Vereadores de Itapema, se aprovadas são enviadas para análise do Poder Executivo. Os pedidos foram diversos: melhorias na escola, investimento em livros, esportes e criação de olimpíadas municipais, construção de um teatro municipal. O programa tem fortalecido os Vereadores Mirins como multiplicadores de conhecimento e agentes transformadores nas funções legislativas, apresentando projetos de lei, indicações, requerimentos e participando de sessões plenárias mensais. As demandas sociais são integradas nas propostas e apresentam visão construtiva para a resolução dos problemas identificados. Tornam-se necessários a avaliação e o registro dos impactos do programa para cada participante e para a sociedade.

Palavras-chave: Câmara Mirim; Formação; Política; Educação.



PROJETO DE EXTENSÃO DISCUTINDO A RELAÇÃO EM DIÁLOGO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Gabriela Bocalon Spindola; Mayara da Cunha Weege; Sofia Ostrowski Schulz; Daniela Valcarenghi; Ednéia Casagrande Bueno; Natália Muller Jenichen Perboni.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Este relato de experiência origina-se do Projeto de Extensão “Discutindo a Relação” (#DR) da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), o qual trabalha de forma interprofissional e interdisciplinar ao contemplar na equipe os cursos de Psicologia, Farmácia e Biomedicina da referida universidade. Norteador-se nas diretrizes do Programa Saúde na Escola (PSE), o #DR realiza oficinas psicoeducativas voltadas para a promoção da saúde com crianças e adolescentes do 6º ao 9º ano das escolas de ensino básico do município de Itajaí/SC, utilizando a metodologia ativa proposta por Paulo Freire. As atividades de extensão universitária da Univali orientam-se a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma agenda global composta por 17 objetivos estabelecida pela Organização das Nações Unidas. Essa iniciativa visa à promoção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental, buscando a erradicação da pobreza, a proteção do planeta e a garantia de que todas as pessoas tenham paz e prosperidade até 2030. Cada objetivo possui metas específicas que devem ser alcançadas por governos, sociedade civil e outros setores envolvidos no desenvolvimento global. Nesse contexto e por intermédio de suas atividades, o #DR atua nos seguintes ODS: (3) saúde e bem-estar; (4) educação de qualidade; (5) igualdade de gênero; e (16) paz, justiça e instituições eficazes. O ODS 3 dialoga com as oficinas de Puberdade e Adolescência, Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e Métodos Contraceptivos realizadas pelo #DR, na medida em que atende à meta de “garantir o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo os de planejamento familiar, informação e educação”. A oficina objetivou proporcionar aos estudantes informações sobre a puberdade e a adolescência, abordando as mudanças hormonais e físicas, com o intuito de promover a consciência e o discernimento dos jovens em relação às escolhas e transformações relacionadas ao próprio corpo. Além disso, o projeto incluiu a conscientização sobre os métodos contraceptivos, explicando seu papel na prevenção de gravidez indesejada e na proteção contra ISTs. Foram discutidas as diversas formas de contágio, os impactos dessas infecções na saúde humana e as estratégias de prevenção, capacitando os estudantes a tomarem decisões informadas e responsáveis sobre sua sexualidade. A meta que visa a “garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida” do ODS 4 relaciona-se com a oficina de Bullying e Cyberbullying. Essa oficina esclareceu os conceitos de ambos os termos, promovendo a compreensão dos seus impactos físicos, psicológicos e sociais, além da conscientização da responsabilidade digital. Somado a isso, proporcionou-se um espaço de reflexão a partir das atitudes e suas consequências, englobando como a ação virtual impacta na vida real dos sujeitos. Enfatizou-se ainda o encorajamento da denúncia e do suporte, em conjunto com o fortalecimento da autoestima e a construção de uma rede de apoio geradora de suporte mútuo entre os estudantes e também professores, visando à criação de uma cultura escolar segura e inclusiva. O ODS 5 é atendido pela oficina de Desigualdade de Gênero, logo que atende a meta de “garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades de liderança em todos os níveis de decisão na vida política, econômica e pública” e “aprovar e reforçar políticas e leis para promover a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis”. O #DR teve como principais objetivos identificar as desigualdades de gênero



presentes em nossa cultura e promover a reflexão sobre a importância da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Para tanto, os alunos participaram de um *quiz* com temáticas que envolveram: as percepções sobre crenças relacionadas à desigualdade entre os gêneros, abordando tópicos como a diferença salarial, a responsabilidade parental, a construção social do gênero, a exploração da ideia de que gênero não é uma característica inata, mas sim uma construção social imposta pelos padrões culturais e a importância da igualdade de direitos e do respeito às diversidades individuais. As oficinas da Cultura da Paz e Comunicação não Violenta se coadunam com o ODS 16, prezando promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável. O projeto #DR destacou práticas que favorecem a convivência harmônica, relacionando como a promoção da paz e a escuta ativa e empática possibilitam construir relacionamentos seguros. Refletiu-se acerca da identificação e nomeação dos próprios sentimentos envolvidos nas interações sociais, bem como a capacitação para lidar com diálogos ofensivos, substituindo reações impulsivas por respostas ponderadas e respeitadas. Por fim, construiu-se possibilidades de comunicação não violenta para a resolução de conflitos, a fim de promover o entendimento e respeito mútuo entre os sujeitos. A articulação entre Políticas Públicas, ODS e projetos de extensão é crucial na promoção de um desenvolvimento social mais justo, equitativo e sustentável. As políticas públicas, quando formuladas com base nos ODS, garantem que as ações governamentais estejam alinhadas com objetivos globais e locais, abordando de forma integrada desafios como saúde, educação e igualdade de gênero. A extensão universitária, por sua vez, se caracteriza como uma troca contínua de conhecimento entre a instituição e a comunidade, oferecendo tanto aos acadêmicos quanto aos beneficiários dos projetos a oportunidade de compreender e participar ativamente na transformação social. Ao incorporar os ODS nas atividades de extensão, a universidade fortalece o papel do ambiente acadêmico na construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Essa sinergia não apenas amplia o impacto das ações de extensão, mas também alinha o trabalho acadêmico e governamental com as demandas globais, formando profissionais e cidadãos conscientes e comprometidos com a mudança. Assim, a integração entre políticas públicas, ODS e extensão universitária configura-se enquanto uma estratégia eficaz frente às necessidades de desenvolvimento sustentável, promovendo uma abordagem integrada e coordenada no enfrentamento dos desafios sociais, econômicos e ambientais.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Política Pública; Objetivo de Desenvolvimento Sustentável; Psicoeducação.



A LEI 11.645/08 NOS CURSOS DE LICENCIATURA DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DE SANTA CATARINA

Ilisabet Pradi Krames; Rafael Borini Martins Costa Borini; Tatiane Natalino Sant Ana; Angelo Nascimento Carrasco; Gustavo Becker Krummenauer; Cintia Metzner de Souza.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008, inclui, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, o que representa um marco importante da legislação, porque visa a promover uma reparação histórica, à medida que valoriza a história e a cultura dos povos africanos, afrodescendentes e indígenas. A formação inicial de professores, nos cursos de licenciatura, desempenha um papel crucial na efetivação desses objetivos, preparando educadores sensíveis e politicamente ativos com relação às questões da equidade racial. No entanto, existem desafios significativos na implementação efetiva da lei, tornando-se fundamental manter o debate sobre como essa legislação é integrada aos currículos dos cursos de licenciatura. Com o objetivo de analisar em que medida os cursos de licenciatura de uma Instituição de Ensino Superior (IES) comunitária de Santa Catarina (SC) contemplam a referida lei, foi realizada uma pesquisa documental qualitativa e descritiva, analisando os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) da IES. Foi possível verificar que os nove PPCs contemplam a lei, uma vez que a História e a Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena são abordadas por meio de disciplinas específicas, ementas, conteúdos, eventos e projetos. No entanto, as referências bibliográficas e os marcos históricos trabalhados permanecem alicerçados em uma cultura eurocêntrica e hegemonicamente branca. As referências básicas e complementares mencionadas nos PPCs contêm poucas menções a intelectuais, artistas e historiadores negros, evidenciando a invisibilidade desses indivíduos e suas epistemologias. Em um país onde a violência racial continua sendo um desafio significativo, essa lacuna é especialmente preocupante. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por meio do Atlas da Violência no Brasil, revelou que as populações negras e pardas são desproporcionalmente afetadas pela violência e por indicadores sociais desfavoráveis, evidenciando um contexto em que o racismo estrutural perpetua desigualdades. Também ressalta a desigualdade relacionada à distribuição de renda e à precarização do trabalho. Alguns autores da literatura estudada denunciam o racismo como um fenômeno estrutural que permeia todas as esferas da sociedade brasileira e argumentam que o racismo não se restringe a atitudes individuais de discriminação, mas está arraigado nas instituições e nas relações sociais. Esse processo convoca a repensar o currículo e a formação inicial dos professores. Há, também, o alerta que o compromisso da educação escolar com uma educação antirracista envolve a formação de professores para lidar com diversidade étnico-racial, desenvolvimento de currículos inclusivos, políticas institucionais de equidade, promoção de diálogo intercultural e monitoramento contínuo das práticas antirracistas para garantir um ambiente educacional justo e inclusivo para todos os estudantes. Diante da implementação da Lei 11.645/08, torna-se imperativa a atenção permanente sobre a efetiva incorporação da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos. A inclusão dessa legislação nos PPCs dos cursos de licenciatura representa um caminho imprescindível para ajustar as práticas pedagógicas e curriculares, promovendo o avanço do conhecimento acadêmico relacionado à educação antirracista e ao fortalecimento das políticas educacionais no Brasil.

Palavras-chave: Lei 11.645/08; Formação Docente; Currículo.



A PROBLEMÁTICA DA AUTONOMIA INTELECTUAL DO ALUNO SECUNDARISTA, A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO O GOLPE SOB A LUPA DA ARTE

João Gabriel Gaspar Ballestero; Morgana de Almeida Trintin; Sandra Regina Leal.

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

O presente trabalho visa a debater a problemática da autonomia intelectual do aluno secundarista brasileiro, apercebida qual deficiente, *in loco*, quando de intervenções artístico-pedagógicas feitas em salas de aula de 1º, 2º e 3º anos do ensino médio, em escolas públicas da Grande Florianópolis, por intermédio do projeto de extensão O Golpe pela Lupa da Arte (UFSC), de que participam os autores. Nesse sentido, empregando-se como referenciais teóricos Hannah Arendt, Theodor W. Adorno e Jürgen Habermas, far-se-á, a partir de fontes secundárias, sob abordagem qualitativa e método dedutivo, uma pesquisa bibliográfica sobre a temática, ao passo que se relatará brevemente sobre o projeto a partir do qual se identificou a necessidade de tal discussão. Concebido com o intuito de aproximar o fato histórico aos interlocutores, fugindo das simplificações, da despersonalização e, ao fim e ao cabo, da desumanização típicas das práticas pedagógicas vestibular-centradas correntes em nosso país, o projeto de extensão “O Golpe sob a Lupa da Arte” consiste de uma intervenção artístico-pedagógica com duração média de 60 minutos que, valendo-se de formas variadas de expressão – cada qual com um momento próprio na apresentação, quais sejam, divididas em quatro grupos de trabalho (GTs), jornais, filmes e documentários, músicas e testemunhos –, intenta abordar o Regime Militar de forma lúdica e, mais que isso, intersubjetivamente marcante, pelo que os estudantes possam vir a se identificar nas personagens ali presentes e/ou a identificar, no Brasil hodierno, os gérmens daquele execrável período, ainda presentes, em latência, a partir do entendimento de que “(..) a sua figuração livre e autônoma [da arte], que surge precisamente no seio de uma sociedade injusta e totalitária, é capaz de revelar o seu caráter desumano” (Farina, 2016, p. 105). Nesse sentido, antes de iniciado o ciclo de execuções – objetivo almejado desde o início, enquanto projeto de extensão, uma vez se admita, por um lado, que “(...) a práxis política não existe sem pensamento, e o pensamento é desinteressante se não incitar à práxis” (Farina, 2016, p. 37) e, por outro, que “(...) sem ser intrinsecamente política, a educação possui um papel político fundamental” (Arendt, 1999, p. 64) –, os estudantes pertencentes ao projeto, oriundos, em maior número, dos cursos de graduação em Relações Internacionais e em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, passaram por uma série de formações, com psicanalistas, historiadores, musicistas e jornalistas, para que lhes fosse possível o acesso ao recorte histórico sob abordagens inovadoras, pautadas, por exemplo, pelo conceito de interseccionalidade. As primeiras execuções se deram em agosto de 2024, nas escolas Presidente Roosevelt e Aderbal Ramos da Silva, para secundaristas dos 1º, 2º e 3º anos. Posteriormente, foram feitas intervenções noutras escolas públicas da Grande Florianópolis, tais como Professor Benonívio João Martins e Jacó Anderle. De tais experiências, extraiu-se a questão sobre a qual se debruça este escrito, qual seja, da autonomia intelectual do aluno, ao passo que, durante as apresentações, intentou-se dialogar com este público, chamá-lo a opinar, a se colocar, e ao seu pensamento, frente à classe, porém manteve-se, de modo geral, distante, ouvindo apenas, passivamente, fruto, presume-se, duma cultura educacional, ou melhor, pedagógica que, como dito antes, vêm a desumanizar o conhecimento em prol dos fins, ou seja, que é instrucionista, instrumental, e que segrega as esferas do ensino e da aprendizagem. Segundo Habermas, pode-se compreendê-lo à medida que seja “(...) ideal uma situação de fala em que as comunicações não são impedidas por influxos (...) externos contingentes (...) e por



coações decorrentes da própria estrutura da comunicação” (Habermas, 1984, p. 27, *apud* Nogueira, 2006, [n. p.]), ideal, sublinhe-se, e oposto ao encontrado nas generalidades das salas de aula brasileiras. Urge discutir, pois, como fazer do aluno, já no ensino médio, autônomo, em oposição a autômato; e crítico, em oposição a reprodutor; bem como discutir por que se encontra em tal estado de prostração intelectual, motivado, antes de tudo, pelo amor às gerações que hão de vir, para, enfim, impeça-se que a sociedade arranque “(...) de suas próprias mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as [às gerações vindouras] em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum” (Arendt, 2011, p. 247). Nesse viés, é importante que se tenha em mente o caráter social de todo comportamento humano, sobretudo em relação ao conceito de domínio (Farina, 2016, p. 116), para que se possa compreender os processos que vieram a barrar ao aluno a altivez intelectual, socializando-o segundo a lógica mercadológico-teleológico-instrumental centrada antes na sua aprovação nos vestibulares de ingressos ao ensino superior, ou mesmo, na mera obtenção de boas notas nas provas correntes do curso, do que no seu desenvolvimento racional-discursivo. Tal quadro é derivado da colonização do mundo vivido pelo Sistema (Freitag, 1995, p. 145), ou melhor, pela racionalidade técnico-instrumental do Estado e da Economia que o caracteriza, expulsando “(...) dos espaços em que age a razão argumentativa, a racionalidade comunicativa que permitiria a negociação coletiva dos fins, “dos últimos fins” do próprio processo de transformação societária” (Freitag, 1995, p. 144), i. e., ao fim e ao cabo, das possibilidades de emancipação do sujeito enquanto ser imbricado na coletividade. Disso resulta “(...) uma humanidade desconsolada, incapaz já de perceber a própria desumanização, levada a adequar todos os aspectos de si própria ao imperativo do mercado de massas” (Faria, 2016, p. 70). Para que se modifique tal execrável conformação de nosso sistema educacional, sugere-se a atualização da concepção de racionalidade enquanto dimensão emancipatória do sujeito, separando-a, como o fez Habermas, em discursiva, de um lado, e instrumental, de outro, de modo a se retomar o projeto emancipatório iluminista, levando-se em conta as críticas da primeira geração de frankfurtianos (Herrlein Jr., 2007, p. 50), visando a reinstaurar o discurso como padrão do mundo vivido, pelo que “(...) as ‘pretensões de validade’ podem ser postas em questão, suspensas temporariamente e reelaboradas no interior de um processo argumentativo racional” (Freitag, 1995, p. 143), ou seja, que permita ao aluno, sem constrangimentos, a crítica, e não apenas, mas que, também, enfim, o condicione a exercê-la de rotina.

Palavras-chave: Autonomia Intelectual; Emancipação; Razão Instrumental.

Referências:

ARENDR, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 337 pgs.

FARINA, Mario. **Adorno: Teoria crítica e pensamento negativo**. São Paulo: ed. Salvat, 2016. 144 pgs.

FREITAG, Bárbara. Habermas e a Teoria da Modernidade. **Cad. CRH.**, Salvador, n. 22, p. 138-163, jan./jul., 1995.

HERRLEIN JR., Ronaldo. Uma Introdução ao Pensamento de Habermas: Teoria da Ação Comunicativa. **Revista Práxis**, v. 1, p. 49-58, jan./jul., 2007.

NOGUEIRA, Clayton Ritnel. A teoria discursiva de Jürgen Habermas. **DireitoNet**, 30 jun. 2006. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2715/A-teoria-discursiva-de-Jurgen-Habermas>. Acesso em: 27 set. 2024.



SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC: O FLUXO DE INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Juciane Pereira da Conceição Vieira; Claudio da Silva; Vanderléa Ana Meller.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) são os espaços instituídos para a oferta do [Atendimento Educacional Especializado \(AEE\)](#), conforme [Resolução CNE/CEB n. 4, de 02/10/2009 do Ministério da Educação \(MEC\)](#). Atende ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), n. 9.394/96, para a oferta da modalidade de educação especial na escola regular. O atendimento é ofertado aos estudantes matriculados nas unidades de ensino da Rede Municipal de Ensino de Itajaí. Atualmente, a Secretaria Municipal de Educação oferta esse atendimento em 43 Salas de Recursos Multifuncionais, instaladas em unidades de ensino polo (Ensino Fundamental e Educação Infantil e Cemespi). São atendidos nesses espaços estudantes com deficiências, transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação. Como questão problema tem-se: Qual o fluxo de inclusão nas Salas de Recursos Multifuncionais aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista? O objetivo é apresentar o fluxo de inclusão dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista nas Salas de Recursos Multifuncionais da Rede Municipal de Ensino de Itajaí. A pesquisa é de abordagem qualitativa e do tipo documental, com base na hermenêutica fenomenológica, os dados foram percebidos e compreendidos. A coleta ocorreu nos documentos legais e institucionais da Secretaria Municipal de Educação, em registros dos profissionais do Atendimento Educacional Especializado que atendem diretamente nas Salas de Recursos Multifuncionais, do ano de 2024. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) não substitui o ensino regular, pois é ofertado no horário complementar às aulas regulares, evitando a segregação dos estudantes ou exclusão no currículo escolar. A matrícula atende ao estabelecido pela resolução n. 4, de 2009. O processo de Atendimento Educacional Especializado acontece em duas etapas, de acordo com a especificação do laudo médico. A primeira etapa ocorre no ato da matrícula no AEE: é realizada uma anamnese com as famílias e estudantes, com o objetivo de registrar informações importantes para o planejamento e atendimento das necessidades específicas de cada estudante com TEA. A segunda etapa consiste na organização do fluxo de inclusão para o atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais: - Agenda de atendimento: o profissional organiza os horários conforme a disponibilidade dos responsáveis para acompanhar o estudante, com duração média de cinquenta minutos a uma hora. - Plano Individual de Atendimento Especializado: o profissional do AEE planeja o atendimento individualizado. - Termo de desligamento: aceitar ou não o atendimento é um direito da família. Em caso de recusa, os responsáveis assinam um termo de desistência deste atendimento. São etapas importantes que culminam no planejamento e desenvolvimento de estratégias e procedimentos pedagógicos, que favorecem o desenvolvimento dos estudantes com TEA matriculados. A organização desse fluxo de inclusão do estudante com TEA baliza o comprometimento e a efetivação de direitos básicos inclusivos e garantidos por legislações vigentes; fortalece a educação inclusiva, equitativa e justa, na qual a pessoa com TEA tem suas singularidades respeitadas e priorizadas.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Educação; Salas de Recursos Multifuncionais; Fluxo de Inclusão.



CULTURA INDÍGENA E GRAFISMO: PRÁTICAS FORMATIVAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Juliana da Silva; Luana Oliveira de Souza; Maria Eduarda Costa; Sabryna Bezerra Batista; Ilisabet Pradi Krames.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Este relato de experiência refere-se à ação realizada no âmbito do projeto de extensão Práticas Formativas da Escola de Negócios, Educação e Comunicação (Enec) da Univali, com o tema: Cultura Indígena e Grafismo. A atividade ocorreu em uma escola municipal localizada em Itajaí/SC. O objetivo principal foi apresentar às crianças a importância da cultura indígena na formação da identidade brasileira, com ênfase na arte indígena, particularmente no grafismo. A intervenção ocorreu no ensino fundamental, do primeiro ao quinto ano, e foi organizada em duas partes: introdução à cultura indígena e atividade prática de criação de grafismos. A primeira parte da ação iniciou com uma pergunta provocativa: *Quem descobriu o Brasil?*, com o objetivo de estimular a reflexão. A resposta das crianças, que mencionaram Pedro Álvares Cabral, permitiu contextualizar a presença indígena no Brasil muito antes da chegada dos portugueses e enfatizar a relevância dos povos indígenas na preservação da natureza e dos recursos naturais, assim como a contribuição cultural, com destaque para a arte indígena e o grafismo. A leitura do livro *Kabá Darebu*, de Daniel Munduruku (2002), foi utilizada como recurso didático para introduzir a temática do grafismo. O livro aborda, de maneira sensível e envolvente, percepções sobre a vida dos povos indígenas, facilitando a conexão entre as crianças e a cultura. Durante a leitura, o contexto histórico e cultural dos povos indígenas foi explorado, e as crianças foram incentivadas a refletir sobre a relação de si próprias com a cultura indígena. Elementos comuns entre a cultura indígena e o cotidiano das crianças, como o consumo de alimentos tradicionais, foram identificados, gerando surpresa e engajamento. Ao longo da leitura, foram feitas comparações entre a vida da personagem Kabá Darebu e a das crianças da sala, permitindo que percebessem tanto as semelhanças quanto as diferenças culturais. Em determinado momento, uma tempestade se formou, e o som de um trovão foi utilizado como exemplo do que Kabá Darebu ensinava sobre escutar a natureza. Esse episódio foi significativo, pois reforçou a importância de compreender e respeitar a sabedoria indígena sobre o meio ambiente e a relação harmônica que é mantida com a natureza. As crianças demonstraram interesse e compreenderam que há muito a aprender com os povos indígenas sobre a proteção do meio ambiente e o respeito à diversidade cultural. A segunda parte da ação foi dedicada ao grafismo indígena, que foi explicado como uma forma de expressão artística que utiliza padrões geométricos e simbólicos para representar histórias e elementos da natureza. Imagens de grafismos dos povos indígenas Kamayurá, Kaupuna, Guarani, Pataxó e Kayapó foram exibidas e os respectivos significados foram apresentados, com o intuito de promover a valorização da diversidade estética e simbólica dessas culturas. Na atividade prática, as crianças foram convidadas a criar os próprios grafismos, inspirando-se nos exemplos apresentados. Elas foram encorajadas a pensar em elementos da natureza ou aspectos de suas vidas que gostariam de retratar. Durante a atividade, foi reproduzida a música tradicional do Coral Arai Ovy (Céu Azul), da Aldeia Ka'aguy Porã, um canto Mbya Guarani, o que proporcionou um ambiente de imersão e conexão com a cultura indígena. A prática permitiu que as crianças expressassem os sentimentos por meio dos grafismos, o que contribuiu para a valorização da diversidade e para a compreensão de que as diferenças culturais enriquecem as interações humanas. As produções revelaram como as crianças internalizaram as discussões sobre o grafismo e a cultura indígena, traduzindo isso em desenhos que expressavam tanto a natureza



quanto as emoções. Além disso, a leitura de Kabá Darebu possibilitou diálogo sobre questões ambientais, como a poluição dos rios e as queimadas. As crianças compreenderam que a poluição afeta a fauna, a flora e a vida humana, em especial a vida dos povos indígenas, que dependem diretamente dos recursos naturais. Esse momento foi essencial para reforçar a importância do cuidado com o meio ambiente e o papel dos povos indígenas como guardiões da natureza. Ao final da atividade, foi possível observar o engajamento das crianças e a internalização dos conceitos discutidos. Elas demonstraram ter compreendido não apenas a relevância do grafismo como expressão artística, mas também a importância dos povos indígenas na preservação da cultura e do meio ambiente. A ação atingiu o objetivo, ao sensibilizar sobre a diversidade cultural brasileira e a contribuição dos povos indígenas para a construção da identidade nacional, além de promover a conscientização ambiental. Conclui-se que a atividade foi bem-sucedida, ao proporcionar uma experiência educativa significativa para as crianças, combinando aprendizado cultural e artístico com reflexões sobre a sustentabilidade e o respeito à diversidade. O projeto Práticas Formativas demonstrou, por meio dessa ação, a importância de incluir a cultura indígena no currículo escolar e de abordar questões ambientais de maneira integrada ao ensino, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e respeitosos com a diversidade cultural e natural do Brasil.

Palavras-chave: Povos Indígenas; Projeto de Extensão; Grafismo.

Apoio: Escola de Negócios, Educação e Comunicação (ENEC); Universidade do Vale do Itajaí (Univali).



PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DOCENTE

Juliana Guérios; Vanderléa Ana Meller.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A formação inicial docente é uma trajetória que envolve muitos desafios para a qualificação profissional. Os programas de iniciação à docência integram políticas públicas educacionais e constituem elementos importantes no processo formativo dos licenciandos, oferecendo-lhes a oportunidade de inserção na instituição escolar e de aproximação entre as teorias e práticas da área, por meio de articulações pedagógicas. O Programa Residência Pedagógica (PRP), financiado pela CAPES, foi desenvolvido entre os anos de 2022 e 2024, por meio do projeto institucional da Univali e integrou o subprojeto de Educação Física, com conhecimentos e ações educativas da área. A proposta buscou sustentação didática e saberes específicos para uma visão criativa e crítica, superando a redução transmissiva no ensino-aprendizagem da cultura de movimento. Um processo em que os conhecimentos prévios e a influência do mundo vivido dos alunos foram considerados, com docentes que desafiam o diálogo. Consideramos que a reflexão das práticas realizadas envolve a construção de saberes docentes importantes para a futura profissão. As práticas desenvolvidas na Educação Física foram planejadas para favorecer a ampliação da cultura de movimento dos educandos e desenvolvimento pedagógico. Foram revisados e transformados os conhecimentos teórico-práticos, com atitudes críticas e criativas. A formação docente tem mobilizado importantes avanços no cenário científico, acadêmico e político e aponta demandas urgentes no campo educacional, com criação e recriação de conhecimentos que possibilitam práticas problematizadas. Perante as propostas, o presente relato de experiência tem como questão problema: Como se constitui o Programa Residência Pedagógica da Univali no contexto da formação docente e das percepções dos residentes do subprojeto Educação Física? Com isso, objetiva-se compreender o Programa Residência Pedagógica da Univali no contexto da formação docente e das percepções dos residentes do subprojeto Educação Física. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e documental, com base fenomenológica. Foram realizadas aulas semanais nas escolas polo por cinco bolsistas/residentes, totalizando 400 horas. Esse processo ocorreu por meio da ambientação nas aulas de Educação Física, de atividades formativas, planejamento e intervenções, que possibilitaram o desenvolvimento de conhecimentos didático-metodológicos. As práticas pedagógicas foram baseadas na Base Nacional Comum Curricular e envolveram aspectos culturais das diferentes manifestações de movimento, das brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana e os esportes. A coleta de dados ocorreu nos registros dos relatórios dos residentes, fotografias e vídeos. Os dados coletados foram percebidos e organizados em categorias para a compreensão, focadas no objetivo do estudo. Duas categorias temáticas foram definidas: - Residência Pedagógica e formação profissional docente; - Práticas pedagógicas na Educação Física. A Residência Pedagógica integrou a formação docente com perspectiva crítica e criativa voltada à atuação direta nas aulas de Educação Física escolar. Os residentes expressaram percepções de pertencimento à futura profissão, oriundas das vivências, que proporcionaram a elaboração de métodos de ensino-aprendizagem e a capacitação para atuação na área da licenciatura. Ficou evidenciado o aprendizado e o desenvolvimento de competências essenciais para o planejamento de aulas, métodos avaliativos e criação de projetos. A formação integrada entre teoria e prática assegurou uma preparação mais completa e eficaz para enfrentar os desafios da docência. A importância do PRP foi destacada pelo desenvolvimento de planejamentos baseados no projeto político-pedagógico da escola,



visando à criação de recursos didáticos e à apropriação dos conceitos da área. O caráter reflexivo dos residentes se manifestou no reconhecimento dos acertos e equívocos, por meio de reflexões sobre as práticas e abordagens pedagógicas. O processo formativo envolveu reflexões em torno da docência, examinando as teorias implícitas e as atitudes de constante autoavaliação. As práticas educativas foram organizadas com planos integradores e inclusivos, incluindo brincadeiras e esportes como atletismo, handebol, *tchoukball*, voleibol, tênis de mesa, tênis de campo, *badminton*, *beach tennis*, futsal e basquete. A diversidade de práticas e modalidades exigiu conhecimentos didáticos, conceituais e técnicos para a evolução das aprendizagens. A inclusão tornou-se foco de estudos em virtude dos alunos com deficiência, a fim de garantir a acessibilidade e direitos à aprendizagem, com atividades e recursos didáticos adaptados. A ampliação das temáticas nas aulas de Educação Física envolveu os esportes convencionais e não-convencionais, com jogos educativos, que exigiram criatividade e atitude profissional para o ensino-aprendizagem, com desenvolvimento de competências docentes essenciais. A formação prática favoreceu percepções de pertencimento profissional e assegurou preparação mais completa e eficaz para enfrentar os desafios da docência, com imersão no contexto escolar. Tornou-se importante o processo formativo baseado na reflexão dos sujeitos em torno da docência, examinando as teorias implícitas e as atitudes no processo constante de autoavaliação. O caráter reflexivo sobre as abordagens pedagógicas possibilitou uma postura política e crítica na formação do professor-pesquisador. As práticas pedagógicas foram decisivas no enfrentamento dos desafios da profissão e abordam a relevância do PRP nas instituições, na efetividade das políticas públicas de iniciação à docência para potencializar os futuros professores. Esperamos, a partir deste estudo, contribuir para o fortalecimento da formação docente como política educacional, especialmente no campo da Educação Física, ampliando os debates no contexto das políticas públicas.

Palavras-chave: Residência Pedagógica; Formação Docente; Educação Física.

Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Letícia Ribeiro Noble; Daniele Soares Lima.

Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL; Instituto Federal Catarinense – IFC.

A iniciação científica (IC) é um processo educacional que visa introduzir os estudantes ao universo da pesquisa acadêmica, contribuindo com o desenvolvimento de novas habilidades. Assim, ela permite que os alunos participem da produção de conhecimento, proporcionando uma formação mais completa e incentivando a capacidade de interpretar e questionar a realidade ao seu redor. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é identificar a eficiência das políticas públicas de IC no Brasil, avaliando sua ação na formação dos estudantes e no avanço da pesquisa acadêmica. A IC funciona como um instrumento, que aproxima os estudantes da prática científica e oferece uma oportunidade única para participar diretamente na produção de ciência, além de descobrir, por meio deste programa, novos alunos com interesse e capacidade de se desenvolver nesse meio que abrange ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Quando se considera a trajetória histórica das instituições de ensino no país, há que se considerar que a IC surge como parte fundamental das atividades de ensino e extensão, estabelecendo-se como um dos pilares do desenvolvimento acadêmico. No Brasil, as políticas públicas voltadas para a IC têm ganhado cada vez mais importância nas últimas décadas e programas como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), gerido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), têm sido fundamentais para fomentar a cultura de pesquisa nas universidades e escolas. O PIBIC oferece bolsas de estudo para que alunos de graduação possam participar de projetos de pesquisa sob a orientação de professores. A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e o Programa de Apoio à Pesquisa e Inovação nas Instituições de Ensino Superior (PAPIE), são iniciativas que visam a incentivar a participação dos estudantes na pesquisa e aproximar a sociedade, reforçando a importância do conhecimento científico como base para o progresso social e econômico do país. Contudo, essas políticas enfrentam desafios, como a falta de infraestrutura adequada e a escassez de professores para orientar projetos de pesquisa e a falta de uma maior articulação entre as instituições de ensino e as agências de fomento.

Palavras-chave: Ensino e Extensão; Pesquisa; Iniciação Científica; Política Pública; Educação.



ENUNCIADOS SILENCIADOS QUE FALAM: O NOVO ENSINO MÉDIO E AS FUNÇÕES DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA

Liliane Geisler.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O objetivo deste estudo foi compreender as funções da escola contemporânea por meio dos processos e práticas de governo nas reformas do ensino médio. A pesquisa, de natureza qualitativa e documental, analisa os cadernos do ensino médio como artefatos culturais, adotando como base teórica a analítica do discurso e do governo proposta por Michel Foucault. A partir da investigação do material empírico, surgiu o eixo de discussão denominado “Enunciados silenciados que falam”, que se refere à maneira como um currículo pode emergir como orientador de novas funções escolares na educação pública. Observa-se que os discursos que retratam a crise na educação serviram como pilares para a construção do novo currículo, permitindo sua materialização. Além disso, é importante refletir sobre o *status* dos cadernos e as mudanças previstas para o novo ensino médio em 2024. A crise estabelecida como uma verdade na escola pública organiza a instituição escolar de uma forma específica e regulamenta os comportamentos dos jovens do ensino médio. Nesse contexto de governo, tal situação pode ser compreendida como uma analítica do político, em que problemas são enunciados como políticos e as soluções viáveis são formuladas, mesclando interesses públicos e privados que, por sua vez, propagam os efeitos da crise educacional. Um exemplo disso é encontrado no caderno I do novo ensino médio, que menciona o programa APOIA *on-line*. O caderno afirma que, entre 2013 e 2019, a evasão escolar em Santa Catarina foi atribuída à percepção dos estudantes de que a escola era pouco atrativa e útil para suas vidas. Essa abordagem revela que o novo ensino médio contém textos que apontam falhas no sistema, o que permite o desenvolvimento de reformas e políticas públicas para enfrentar esses problemas. Essas práticas estão vinculadas a uma vontade de governar que busca moldar uma escola contemporânea. É relevante problematizar o que significa uma escola “pouco atrativa” e “pouco útil”, a fim de entender a intencionalidade e direção das propostas educacionais. O enunciado de que a escola é pouco útil implica que se espera que ela tenha uma função específica, sugerindo que a estrutura atual “não serve” ou perdeu a funcionalidade. O que é excluído do objeto de estudo também o define. Existem discursos que permitem a expressão de determinadas ideias enquanto silenciam outras. Nesse contexto, são levantadas críticas ao modelo escolar vigente, que refletem questões sobre o público e as características da escola pública. Essas críticas são fundamentais para a concepção das reformas e a materialidade dos cadernos do novo ensino médio. Assim, pode-se afirmar que esses documentos são produtos de práticas de governamentalidade, funcionando como dispositivos de poder que visam a modificar e moldar as funções escolares. A análise desses enunciados e suas implicações revelam um panorama complexo sobre a educação contemporânea e suas diretrizes, permitindo uma compreensão mais ampla das transformações em curso.

Palavras-chave: Educação Escolar; Novo Ensino Médio; Governamentalidade.



A MERCADOLOGIZAÇÃO NO CURRÍCULO ESCOLAR

Liliane Geisler; Maíra Naman.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Este ensaio analisa as políticas educacionais à luz da mercadologização e da reforma curricular, ressaltando como processos sociais e políticos sustentam essa dinâmica. A educação, que antes era um direito social promovido pelo Estado, foi reconfigurada como um serviço regulado e parcialmente financiado, com o Estado atuando como coordenador, em vez de executor. A mercadologização da educação está profundamente enraizada em um governo neoliberal que prioriza lucros econômicos, impactando negativamente os direitos dos cidadãos, especialmente na Educação Básica. Foucault oferece uma análise teórica sobre a lógica econômica dos neoliberais, enfatizando que as decisões em torno de recursos escassos são guiadas por cálculos relacionados a atividades, e não meramente a processos históricos. Embora a privatização não seja imediatamente evidente nas reformas curriculares, ela está presente nas políticas de mercadologização promovidas por grupos neoliberais e neoconservadores. A lógica de governamentalidade de Foucault sugere que o mercado educacional vai além da simples compra e venda; ele envolve uma regulação coletiva influenciada por interesses neoliberais, que moldam estratégias de concorrência. Nesse cenário, as relações humanas são transformadas em mercadorias, e os indivíduos são vistos como “microempresas”. A ênfase recai sobre o empreendedorismo, que valoriza características como inovação e proatividade nas reformas curriculares. Isso se conecta à formação técnico-profissional e a projetos sociais, promovendo uma cultura empreendedora que permeia a educação. A cultura do empreendedorismo não está desvinculada da questão das competências e do conceito de “aprender a aprender”, refletindo a mercadologização na elaboração dos currículos. A educação, assim, é transformada em um espaço que busca preparar indivíduos para um mercado competitivo, em que o foco não é apenas a aquisição de conhecimento, mas também a formação de uma mentalidade voltada para o sucesso econômico. Em resumo, o ensaio expõe como a mercadologização, impulsionada por políticas neoliberais, redefine a educação, transformando-a em um serviço regulado que promove uma cultura empreendedora. Isso impacta tanto as práticas educacionais quanto a subjetividade dos indivíduos na sociedade, moldando a forma como se percebem e se relacionam com o aprendizado e o mercado de trabalho. A educação, portanto, passa a ser vista como um investimento, com a expectativa de retorno econômico, refletindo a lógica mercadológica que permeia as reformas curriculares contemporâneas.

Palavras-chave: Mercadologização; Educação; Empreendedorismo; Currículo Escolar.



DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR: UMA ANÁLISE DAS DIFICULDADES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM TIJUCAS

Lívia de Melo Schmitt; Roberto Wöhlke.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A presente pesquisa parte de um contexto de extensão universitária, mais especificamente a partir do projeto Ciranda, que visa à prevenção à violência infantojuvenil, sobretudo do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes do município de Tijucas/SC, por meio de atividades pedagógicas com a população infantojuvenil. A partir das intervenções do projeto, foi identificado que Tijucas enfrenta dificuldades semelhantes a outros municípios brasileiros, em relação ao tema sexualidade e educação sexual, por meio de falas durante o processo extensional, já que os profissionais da educação não se sentem preparados com a lida do assunto, por diversas circunstâncias. A sexualidade, de forma geral, é frequentemente considerada um tema delicado e pouco discutido na rotina de crianças e jovens, isso resulta na formação de mitos, medos e inseguranças relacionados a esse assunto. A educação sexual não apenas promove uma relação saudável entre o indivíduo e seu próprio corpo, bem como com o corpo do outro, mas também capacita os educandos a agir de maneira crítica, prevenindo e reconhecendo situações de violência, como o abuso sexual. Ao não abordarmos a sexualidade, estamos transmitindo às crianças e aos adolescentes a ideia de que esse tema é negativo e não deve ser falado ou discutido. O trabalho em questão tem o objetivo de identificar as dificuldades enfrentadas por profissionais da educação ao abordar a educação sexual no contexto infantojuvenil. Trata-se de uma metodologia qualitativa, que utiliza o questionário *online* e anônimo como método de coleta de dados, é um instrumento que não necessita da presença do pesquisador e obtém vantagens em relação à abrangência de quantitativos para análise: a questão de liberdade das respostas, já que preserva o anonimato, além da questão de tempo em relação a elaboração de respostas pelos participantes e há menos risco de distorção em relação à análise. A análise de dados será realizada a partir da análise de conteúdo temática, sendo que as categorias de análise levarão em consideração os desafios e as dificuldades enfrentadas pelos profissionais. Os resultados esperados para pesquisa vão em direção ao reconhecimento dos desafios enfrentados pelos educadores, a fim de serem usados para futuras intervenções com os profissionais, garantindo uma educação sexual de qualidade e crítica.

Palavras-chave: Educação Sexual; Sexualidade; Desafios; Profissionais da Educação.



FORMAÇÃO DOCENTE EM METODOLOGIAS ATIVAS E O POTENCIAL PARA QUALIFICAR PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA GRADUAÇÃO EM MEDICINA

Luana Gabriele Nilson; Daniela Maysa de Souza; Keila Zaniboni Siqueira Batista; Rárica Isidório Sampaio Feitosa de Matos Vieira.

Universidade Regional de Blumenau (FURB)

A Universidade Regional de Blumenau (FURB) disponibiliza aos docentes um Programa de Formação Continuada em Metodologias Ativas (PFCMA). Em uma de suas etapas, os docentes participantes constroem planos de aula para disciplinas que ministram, utilizando estratégias metodológicas aprendidas. No que se refere à aplicação das Metodologias Ativas (MA), o curso de Medicina da FURB oferece a disciplina de Interação Comunitária (IC), da primeira à quarta fase, com aulas teóricas e práticas que estimulam a formação crítica, reflexiva e ativa, estudam o Sistema Único de Saúde (SUS) enquanto política pública estruturante e inserem os estudantes em equipes de saúde na Atenção Primária. Este resumo visa a relatar a experiência do planejamento, implementação e avaliação por estudantes, do uso de MA como estratégias de ensino na graduação em Medicina. O trabalho iniciou como atividade avaliativa do PFCMA da FURB. Ocorreu entre agosto de 2022 e dezembro de 2023. Foram construídos quatro planos de aula: 1º plano para aula sobre Território e Territorialização, por meio da Metodologia da Problematização com Arco de Maguerez; 2º plano com tema Planejamento Estratégico Situacional, com a estratégia Painel Integrado; 3º plano para aula sobre Vigilância Epidemiológica e o Preenchimento de Declaração de Óbito, utilizando Grupo de Verbalização e Grupo de Observação (GVGO); e 4º plano com tema Sistemas de Informação em Saúde (SIS) e Telemedicina, usando a estratégia *Team Based Learning (TBL)*. Os planos foram discutidos e avaliados no PFCMA, sendo depois aplicados com 120 estudantes da 1ª, 3ª e 4ª fases e avaliados por eles ao final das aulas. A Aula com o Arco de Maguerez teve avaliação de ser estratégia adequada para o tema, permitir a construção significativa com o caso disparador, ter coesão e precisar de mais referencial teórico para o momento da teorização; A Aula usando Painel Integrado, contou com participação ativa dos estudantes, entretanto, sugeriram a utilização de mais salas de aula para minimizar ruídos das conversas nas discussões em grupos, e a necessidade de ter textos disparadores com a mesma estrutura para estudo dos referenciais; A Aula utilizando GVGO teve indicação de leitura prévia (não realizada, dificultando a execução da estratégia), sendo sugerido o envio de questões disparadoras para estudo da referência indicada; Aula com *TBL* teve participação ativa e envolvimento com a técnica, com avaliação da importância do tema, atual e necessário. Estudantes destacaram que não só ouviram, mas participaram. Percebe-se que a formação de profissionais de saúde, orientados para o SUS, requer currículos estruturados, de forma a garantir a construção de competências que alinhem os saberes técnicos e a capacidade de compreender, gerenciar e implementar o uso de saberes para transformar cenários. Utilizar MA contribui com a formação reflexiva e ativa, para romper com o modelo prescritivo de repasse de conteúdos, fomentando redimensionar o seu lugar como atores do fazer em saúde, futuros profissionais capazes de agir com horizontalidade junto às pessoas que vão cuidar e partilhar o caminho. O PFCMA ajuda a preparar docentes com repertório para transformar o modo de ensino tradicional e contribuir para isso.

Palavras-chave: Educação Continuada; Metodologias Ativas; Docentes; Ensino.



AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS PÚBLICAS BRASILEIRAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

Magali Rogge; Graziela Breitenbauch de Moura.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Este trabalho teve como objetivo compreender as ações e estratégias pedagógicas para a implementação da política pública educacional para o regime de escolas de tempo integral, no ensino fundamental das redes públicas municipais brasileiras. Para isso, apresentam-se as políticas públicas da educação no ensino integral no Brasil, analisando a concepção de Educação Integral presente nos documentos oficiais da educação brasileira, tais como o Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, Plano Nacional de Educação (PNE), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Neste estudo, verificam-se as ações, estratégias, práticas pedagógicas e métodos de ensino utilizados na prática pelas escolas municipais brasileiras de Educação Integral em Tempo Integral. Esta pesquisa se insere na área de concentração “Gestão de Políticas Públicas: instituições, cultura e sustentabilidade” e linha de pesquisa Dinâmicas Institucionais e Políticas Públicas, do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Para a organização da compreensão dos dados, este estudo apresenta o paradigma fenomenológico com a utilização da metodologia de abordagem qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica, documental e descritiva, realizada a partir da categorização delimitada com base na literatura e objetivos da pesquisa. Para este estudo, a unidade de análise foi de cinco escolas públicas brasileiras de ensino fundamental, de diferentes regiões do país. Ao realizar o estudo, foram analisadas a sua funcionalidade e as contribuições para o processo ensino-aprendizagem destacando o aluno em sua integralidade. As informações coletadas foram interpretadas de acordo com as categorias de análise pré-estabelecidas. Os resultados envolveram uma análise e reflexão sobre a implementação da Educação Integral nas Escolas Públicas de diferentes contextos educacionais. Como resultado da pesquisa, percebeu-se que as escolas municipais de tempo integral, do ensino fundamental desenvolvem ações e estratégias pedagógicas com foco na organização do tempo e espaços; na organização curricular; em atividades e metodologia de trabalho; e critérios para a escolha dos alunos participantes, de acordo com a sua realidade e território. Com isso, a implementação dessas ações e estratégias depende das oportunidades e possibilidades oferecidas pelos municípios, pelas secretarias municipais de educação, buscando garantir o desenvolvimento humano em suas dimensões: intelectual, física, afetiva, social e cultural, na sua individualidade. Esta pesquisa contribui para perceber como o contexto de cada escola se relaciona no cumprimento das políticas públicas educacionais, buscando inovar e promover uma educação de qualidade. As escolas analisadas enfrentam dificuldades e desafios, mas desenvolvem o trabalho proposto, buscam com dedicação e eficiência atender às necessidades da comunidade escolar da qual fazem parte. Por fim, se apresenta um conceito de Educação Integral – uma concepção de ensino que atenda o sujeito na sua integralidade, multidimensões, totalidade e singularidade no planejamento de ações e estratégias desenvolvidas na escola.

Palavras-chave: Educação Integral; Processo Ensino-Aprendizagem; Políticas Públicas Educacionais.



HUMANIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM INTEGRADA NO ESPAÇO ESCOLAR

Magali Rogge; Graziela Breitenbauch de Moura.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O estudo tem como objetivo discutir e provocar os educadores por uma prática de educação humanizada, centrada no respeito à diversidade, valorização das relações interpessoais, promovendo um ambiente educacional acolhedor e participativo, que favorece o diálogo, convívio e a construção de cidadãos críticos, responsáveis e comprometidos com a transformação social. Vive-se em um ambiente abarrotado de compromissos e tarefas e, conseqüentemente, as pessoas não encontram tempo para cuidar de si mesmas. A tecnologia aproximou as pessoas que estavam longe, facilitou a vida cotidiana, mas distanciou quem estava por perto. A humanidade se mostra doente, estressada, angustiada, insatisfeita, com medo de gente. Percebe-se que é necessário fazer algo; nossos professores precisam de um olhar cuidadoso, afinal, na escola devemos praticar a humanização, pois é por meio das relações humanas que aprendemos a ser e a conviver. A psicologia do afeto coloca que nossa necessidade é desenvolvida de várias formas em nossa vida, seja por meio do toque, de um estímulo, da atenção do outro e do carinho. São mecanismos significativos de estímulos para o desenvolvimento completo do ser humano e, a carícia não se dá somente pelo toque, mas sim, por meio dos gestos, olhares, atenção e palavras que ajudam a compreender o comportamento humano. Assim, reforça-se a necessidade de tornar os espaços da escola humanizados, acolhedores, inclusivos e empáticos para os alunos, professores e funcionários. Afinal, humanizar é criar relações saudáveis e justas. O termo “humanescer” é uma palavra criada a partir da junção das palavras “humano” e “crescer”; é um fenômeno humano que faz a pessoa sentir o amor incondicional à vida, que se manifesta misteriosamente no ato educativo do encontro com o outro. Compartilhar com educadores, membros da comunidade escolar, práticas simples e eficazes que proporcionam um ambiente educacional mais humanizado, envolvendo professores, alunos e famílias nas ações planejadas é uma tarefa contínua. Este estudo apresenta o paradigma interpretativista com abordagem qualitativa. O estudo utiliza a pesquisa descritiva, como estudo de caso único, descrevendo o modelo de gestão de educação humanizada implantada na Escola Básica de Campo Maria do Carmo Vieira, localizada no bairro Baía, da cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, Brasil. Para a coleta de dados, buscou-se descrever as ações e projetos, desenvolvidos no ambiente escolar no ano de 2023, por meio da observação *in loco*. Os resultados foram analisados e interpretados e apresentados por meio de texto explicativo. Ainda como resultado do projeto, percebeu-se a participação dos professores nas propostas com interesse, comprometimento e criatividade, e seus envoltimentos no processo de humanização do espaço escolar, considerando o apoio na adoção de práticas pedagógicas humanizadas. Nas reuniões pedagógicas, ocorreram apontamentos sobre o processo de humanização e das mudanças que as ações trouxeram para a comunidade local, o envolvimento das famílias e o reconhecimento do trabalho desenvolvido.

Palavras-chave: Humanização; Educação; Gestão Compartilhada.



FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E EPISTEMOLOGIA TRANSDISCIPLINAR NA REGIÃO NORTE: APROXIMAÇÕES E DIÁLOGOS

Maria José da Silva Moraes; Maria José de Pinho.

Universidade Federal do Tocantins - UFT

O presente estudo apresenta os resultados parciais da pesquisa de doutorado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA). Considera-se que a formação continuada de professores é um tema que possibilita o ressignificar das práticas docentes, através do estudo, reflexão, além de constante contato com novas concepções para que ocorra mudança no modo de pensar e fazer pedagógico. Entretanto, ainda há uma visão reducionista, que considera a formação docente apenas como resposta técnica aos problemas educativos, sem reconhecer a dimensão política, social e complexa do ambiente escolar. A partir dessa lacuna, o objetivo consistiu em analisar a epistemologia da transdisciplinaridade e sua relevância aos processos de formação continuada de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental na região Norte, entre 2013 e 2022. O percurso metodológico caracterizou-se como uma pesquisa teórica, documental e bibliográfica, de cunho exploratório, fundamentada em uma abordagem de natureza qualitativa. A coleta de dados foi realizada através do sistema de busca avançada da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a partir do recorte temporal de 2013 a 2022, sendo encontradas 20 produções de tese e dissertações. A análise foi delineada por meio de leitura, análise e sistematização dos dados com apoio do *software* webQDA, seguido dos procedimentos da análise de conteúdo e os princípios da hermenêutica filosófica, para identificar as aproximações e diálogos com a epistemologia transdisciplinar. A literatura aponta que a transdisciplinaridade tem como premissa a compreensão do mundo presente, a unidade do conhecimento e a junção sujeito/objeto, ou seja, concebe o sujeito na sua multidimensionalidade, isto é, em sua inteireza, subjetividade, emoção, espiritualidade, intuição e criatividade. Para isso, faz-se necessária a superação de epistemologias que fragmentam, excluem, polarizam e homogeneizam o processo formativo docente. Os resultados revelam que as concepções formativas compreendem que este processo acontece ao longo da vida docente, a partir das experiências pessoais e coletivas em um movimento reflexivo, emergindo perspectivas epistemológicas abertas, nas quais sujeito/objeto/conhecimento estão tecidos para a transformação e autotransformação, além de aportes teóricos fundamentados em princípios de autonomia, reflexividade e criticidade para os professores. Dessa forma, os processos de formação continuada de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental desvelam perspectivas de uma epistemologia que se pauta no ressignificar do ser e dos contextos, mas que a dimensão disciplinar ainda prepondera nos ambientes formativos. Assim, torna-se indispensável uma formação que promova novas epistemologias, possibilitando a ressignificação das práticas docentes e a contínua integração dos saberes. Dessa forma, fenômenos, eventos, processos, fatos e coisas se mantêm interligados, ampliando a compreensão e a prática dos docentes.

Palavras-chave: Epistemologia Transdisciplinar; Formação Continuada de Professores; Processos Formativos.



POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS PARA O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Marilei Alves; Josiane da Silva Delvan da Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A educação é um direito constitucional, que contempla dentre outros, os princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e garantia de padrão de qualidade. O presente trabalho tem como objetivo analisar políticas públicas inclusivas sobre a organização do ambiente físico na Educação Infantil para o atendimento de crianças com TEA. Como metodologia, utilizou-se uma revisão da literatura para o levantamento das publicações sobre o assunto na base de dados EBSCO. Utilizou-se o período de 2019 a 2024 para buscar publicações com os seguintes descritores em inglês: transtorno do espectro autista, desenvolvimento infantil e ambiente planejado. Os resultados encontrados apontam que movimentos internacionais ocorridos a partir de 1990 em defesa da inclusão e equalização de oportunidades às pessoas com deficiência no sistema educacional foram fundamentais para a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Diante da importância do contexto da Educação Infantil no desenvolvimento das crianças, parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil foram elaborados, a fim de favorecer a implementação de políticas públicas em atenção à primeira infância. A educação é um direito constitucional, que contempla, dentre outros, os princípios de igualdade e equidade para condições de acesso e permanência na escola, bem como garantia de padrão de qualidade, razão pela qual pessoas com deficiências das mais diversas, estão amparadas por leis infraconstitucionais, a fim de se garantir a efetividade dos direitos dessas minorias, como as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica que disciplinam acerca das salas de recursos multifuncionais ou centros de atendimento educacional especializado. Observa-se que a Lei n. 12.764/2012, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, seguida do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a saber, Lei n. 13.146/2015, que asseguram o direito desses indivíduos à inclusão nas escolas regulares, bem como salienta a responsabilidade de todos como fiscais dos serviços prestados. A Lei n. 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação, incorpora tais demandas e documentos como a Base Nacional Comum Curricular e Diretrizes Curriculares, elaborados com o propósito de reduzir as desigualdades educacionais e garantir mais qualidade no sistema de ensino das diferentes regiões brasileiras. As conclusões parciais identificadas neste estudo apontam que é desafio da escola adequar-se à diversidade de seus estudantes e não o contrário. Considerando o crescente número de matrículas de crianças com TEA na Educação Infantil, este ambiente precisa ser funcional, em virtude da rotina que o compreende, uma vez que a sua organização, a disposição de mobiliários e a seleção de materiais são fatores importantes no desenvolvimento de todas as crianças. Logo, a união de esforços entre profissionais da educação, saúde, familiares e comunidade local é fundamental no combate à exclusão velada, a fim de se promover a equidade no processo de ensino e a inclusão real da criança com TEA na Educação Infantil.

Palavras-chave: Desenvolvimento Infantil; Planejamento Ambiental; Transtorno do Espectro Autista.



EDUCAÇÃO INFANTIL: O DIREITO AO BRINCAR COMO EXPRESSÃO DA VIDA

Marinei Tatiana Jimenez Garcia; Vanderléa Ana Meller.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

As políticas públicas e legislações que regem a Educação Infantil estão pautadas no direito social à educação e ao brincar da criança. O Centro Educacional Vida Ativa, de Jaraguá do Sul/SC, busca garantir tais direitos por meio do acesso à instituição e cuidado ampliado da criança. Como expressão do eu e da vida na cultura, as brincadeiras integram vivências com aprendizagens diversas e desenvolvimento humano complexo. O brincar envolve ações cotidianas em diferentes espaços e tempos, como práticas sociais e diversificadas nas produções culturais, conhecimentos e experiências emocionais e físicas. Essa proposta se relaciona com a visão de educação do conhecimento pertinente, que integra a complexidade de elementos diferentes que são inseparáveis constitutivos do todo, de um tecido interdependente e interativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, das partes e do todo. O viver é uma aventura em que, desde a infância até o fim da vida, cada ser humano se depara com o risco do erro e da ilusão, ampliando suas visões de mundo, de forma flexível. Do mesmo modo, o brincar é uma aventura entre o imaginário e o real, o sentir e o pensar, o saber e o fazer, com explorações e descobertas de si, do outro e do ambiente. As finalidades da educação infantil, no âmbito nacional estão amparadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) – Lei 9394/96; nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, em seus princípios e fundamentos e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). São documentos norteadores das instituições. Os direitos fundamentais das crianças na Educação infantil são conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Considerando e ampliando as propostas para a Educação Infantil do Plano Municipal de Educação de Jaraguá do Sul, as ações pedagógicas do Centro Educacional Vida Ativa foram propostas. A questão problema é: Como ocorrem as práticas educativas para favorecer o brincar das crianças como direito e expressão da vida? O objetivo deste estudo é apresentar as práticas educativas que integram o Centro de Educação Infantil para favorecer o brincar das crianças como direito e expressão da vida. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e do tipo documental. A coleta de dados ocorreu nos documentos legais, relatórios institucionais e publicações em mídia do Centro de Educacional Vida Ativa, no ano de 2024. A compreensão dos dados ocorreu na perspectiva da hermenêutica fenomenológica, a partir da percepção dos fenômenos, os dados foram categorizados em unidades temáticas, de acordo com o objetivo do estudo. Entre as categorias elencamos – o brincar como direito; as interdependências nas vivências das brincadeiras. O Centro Educacional Vida Ativa desenvolveu práticas educativas por meio de projetos e, de acordo com os interesses e capacidades das crianças, os temas e ações foram propostos, correlacionados aos objetivos da instituição. O foco institucional é a valorização das infâncias humanizadas, com pedagogia experiencial em conexão com a natureza. Os projetos desenvolvidos no ano de 2024 envolveram temas como “Contos de fadas e a construção da autonomia por meio do imaginário”; “O protagonismo na infância com imaginação e criatividade”; “O curioso e mágico mundo da natureza”. As brincadeiras envolveram muitos recursos não convencionais, como recursos da natureza, utensílios de casa, roupas e acessórios, alimentos, papelões... A autonomia e o protagonismo formam habilidades promovidas que influenciaram capacidade de tomar decisões e agir de acordo com os recursos, os valores coletivos, os desejos compartilhados, respeitando os direitos e os limites. No início do ano, muitas falas sobre guerra foram expressas pelas crianças, reverberadas pelos assuntos que escutavam de seus familiares sobre a guerra na Ucrânia. Nesse contexto, inspiradas pelos



conhecimentos sobre a natureza e a força dela, as crianças desejaram criar um animal poderoso para proteção e extinção da guerra. Tiveram a ideia de unir vários animais com suas partes e poderes e criaram um “dragão protetor”, com corpo de peixe, cauda de baleia, pés de galinha... Descobriram que ele não gostava de ficar em um único lugar, portanto ele percorreu os espaços, protegendo a todos. Na sequência, perceberam que ele teria direito a uma casa e seria um castelo, essa ideia mobilizou todos. Confeccionaram um castelo com diferentes recursos reutilizáveis, com sustentabilidade e proteção da natureza. As crianças recortaram, pintaram, pregaram, colaram, construíram... O “dragão protetor” foi morar no castelo, um território de muitas brincadeiras e, a partir da estrutura, muitas inspirações e ideias criativas deram continuidade ao projeto. Estudos sobre o tempo medieval, os castelos da realeza, os camponeses, os estilos de vida, as conquistas dos direitos para viver em sociedade, as comidas, as vestimentas, as maneiras de viver, as crianças e seu brincar da época, e muitos outros assuntos foram se constituindo em saberes e brincadeiras. A complexidade do pensamento, do agir e das relações foram tecendo uma trama de significados e as crianças foram empregando sentido ao brincar e à vida em sua organização. As capacidades simbólicas possibilitaram a criação de lugares e visões de sociedade que foram evoluindo com dinâmicas sociais, culturais, linguísticas, históricas e ambientais que estimularam o reconhecimento da evolução da condição humana, do respeito e proteção da vida, com aprendizagens inclusivas, reflexivas e criativas. As crianças reconheceram os direitos conquistados na liberdade, na educação, na saúde e ao bem-estar. As brincadeiras foram articuladas em diferentes ambientes, recursos e interações, no viver espontâneo e nos diálogos, as crianças se deparam com o imprevisível, com a possibilidade do erro e de novas descobertas, com o desejo da paz e de viver na coletividade. A complexidade do sentir-pensar-agir possibilitou uma visão mais ampliada da criança para a vida em sociedade e na cultura. A expressão criativa e o brincar se autoinfluenciaram para descobertas, para o saber viver que foi se constituindo nas experiências diversas interpretando o mundo.

Palavras-chave: Educação Infantil; Brincar; Direitos Sociais.



POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL: UMA PRÁTICA EDUCATIVA PARA A O ENSINO DA LINGUAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Marjoriê Kleis Fuchs; Maria Eduarda Gasperi.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

As políticas públicas de inclusão social têm como objetivo principal promover a equidade e assegurar o acesso a oportunidades educacionais de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas diferenças socioculturais, econômicas ou cognitivas. Na Educação Básica, o ensino da linguagem assume um papel fundamental nesse processo, pois é um instrumento de comunicação e de inserção social, crucial para o desenvolvimento pessoal e acadêmico dos alunos. O objetivo deste estudo é facilitar a comunicação de crianças com dificuldades na fala ou na escrita, utilizando a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), proporcionando meios alternativos para que essas crianças expressem suas necessidades, pensamentos e emoções, considerando diversas condições, como autismo, paralisia cerebral, lesões cerebrais e mutismo seletivo. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), instituída pela Lei n. 13.146/2015, estabelece diretrizes que visam a garantir o direito à educação inclusiva, assegurando aos estudantes com deficiência o acesso ao ensino regular, com as adaptações necessárias para o desenvolvimento de suas potencialidades. Além disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) reforçam a importância de uma prática pedagógica que reconheça e valorize a diversidade, promovendo a aprendizagem significativa e contextualizada da linguagem. Com isso, a CAA utiliza uma variedade de estratégias e recursos, incluindo símbolos gráficos, sistemas de comunicação por imagem e dispositivos eletrônicos. A seleção das ferramentas deve levar em conta as habilidades e preferências de cada indivíduo, garantindo que a forma de comunicação escolhida seja a mais adequada. A integração da CAA em contextos pedagógicos é essencial para promover o desenvolvimento cognitivo, linguístico e social de alunos com dificuldades de comunicação. Os profissionais da educação desempenham um papel vital no uso eficaz da CAA e a criação de um ambiente inclusivo, que valorize a diversidade de formas de comunicação, é indispensável para o sucesso da aplicação. Essa colaboração deve incluir o compartilhamento de informações e a definição conjunta de metas de comunicação. Esta pesquisa encontra-se em andamento, e permeia o curso de Pedagogia da Univali, durante o ano de 2024, com o intuito de promover a integração de crianças deficientes ou que possuam o transtorno voltado ao neurodesenvolvimento. É uma revisão bibliográfica, de caráter qualitativo, com a prática da pesquisa participante e que compreende seus resultados através da hermenêutica fenomenológica de pesquisa, com o intuito de perceber a importância da comunicação eficaz para todos. O suporte individualizado através dessa prática educativa e a disponibilização de recursos adequados são fundamentais para garantir que todos os alunos possam se expressar e participar plenamente da vida escolar. A efetiva aplicação contribuirá significativamente para a promoção da inclusão social e para o desenvolvimento das habilidades comunicativas, favorecendo uma aprendizagem mais rica e diversificada.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Inclusão; Comunicação; Prática educativa; Linguagem; Educação Básica.



DISCUTINDO A(S) RELAÇÕES: TEORIA E PRÁTICA DO ESTÁGIO EM PSICOLOGIA NO PROGRAMA #DR

Milena Novack; Manuela Felix Furlanetto; Ariane Pereira Antunes; Maria Eduarda Wrubel; Gabriela Vitória Felisberto; Ana Júlia da Silva Tomio; Franciny Luiza Fernandes Mosson; Maria Vitória Schizzi Tiepo.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Este relato de experiência refere-se à vivência de sete estagiárias no Projeto “Discutindo a Relação” (#DR), um projeto de extensão universitária, voltado para a promoção da saúde e do desenvolvimento integral de adolescentes, realizado no âmbito de uma Escola Pública no Sul do País, para alunos do 6º ao 9º ano, e alicerçado no Programa Saúde na Escola (PSE) do Governo Federal. As ações planejadas são baseadas nas metodologias ativas de Paulo Freire, em que há a troca dialógica entre alunos, estagiários e voluntários do projeto. Com isso, o projeto busca atingir cinco Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo: 3, 4, 5, 8 e 16. Como estagiárias do curso de graduação em Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), tivemos nosso primeiro contato com o campo profissional do Psicólogo durante o programa supracitado. Assim, este estágio permitiu vivenciar a transição da teoria para a prática, enfrentando desafios e reflexões próprias desse momento, que marcaram nossa jornada profissional e acadêmica. Sendo designadas para trabalhar com os 8º e 9º anos, que contavam com aproximadamente 160 adolescentes, o manejo do número de pessoas nas oficinas dentro de uma metodologia ativa se mostrava um desafio, *a priori*, demandando um planejamento assertivo e realista. Na prática, além da dificuldade de adesão em temas já anteriormente trabalhados pelo projeto e pela escola, além do local com acústica precária, o número de alunos por oficina, aproximadamente 80, perante sete estagiárias, foi um empecilho para a aplicação da intervenção. Isso porque verificamos que não foi possível promover, de forma ampliada, a reflexão dos estudantes diante das temáticas abordadas. Ademais, a realização de acolhimentos para alguns adolescentes que se encontram sensibilizados pelas temáticas trabalhadas durante as oficinas, configura outro importante desafio. Afinal, existem diversas interpretações sobre o significado do “acolhimento”, especialmente conforme descrito nas diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH). No entanto, no campo das práticas psicológicas, os sentidos e as particularidades da realização dos acolhimentos ainda são pouco explorados pela literatura. Nesse sentido, o limite de atuação do estudante de Psicologia se encontra nebuloso e, somado à primeira experiência em campo, caracteriza uma lacuna de reflexão pertinente, tanto para outras pesquisas, quanto para o próprio programa “Discutindo a Relação” (#DR). Nesse contexto, um dos maiores desafios enfrentados foi a necessidade de oferecer suporte aos estudantes que careciam de escuta, sem, no entanto, ultrapassar os limites de nossa atuação profissional como estagiárias. No decorrer da primeira intervenção, alguns alunos demandaram acolhimento após serem trabalhados temas como *bullying*, *cyberbullying* e sexualidade, este último, suscitado como temática pelos próprios alunos. A partir dessa demanda, algumas estagiárias se deslocaram para espaços mais reservados, prezando pelo sigilo, como disposto no artigo n. 9 do Código de Ética Profissional do Psicólogo, realizando o acolhimento e encaminhamentos pertinentes. Para além disso e corroborando a questão da dificuldade do manejo com tantos adolescentes, ausentar estagiárias para realizar esse papel tão caro ao profissional ou estudante de Psicologia, no contexto já deficiente de pessoal, trouxe mais dificuldades para a intervenção. Contudo, os desafios da educação no Brasil são inúmeros, sendo a infraestrutura e o número de alunos exemplos disso. É pertinente pontuar que a qualidade do ensino-aprendizagem e, até mesmo a função social da escola, estão em



constante risco, devido à desassistência política dos entes federativos. Diante disso, é preciso situar a crítica ao programa à realidade local e compreender suas possibilidades e potencialidades dentro do território. Apesar do mencionado, estar em campo como estudantes de Psicologia oportuniza uma lapidação da escuta qualificada, além de nos permitir lidar com medos, inseguranças e lacunas de conhecimento. Nesse sentido, o campo oferece um diagnóstico de nossos atravessamentos, faltas, pontos que precisam ser observados e aprimorados. Em contrapartida, também revela qualidades e competências até então não exploradas. Assim, o estágio constitui um momento fundamental para o aperfeiçoamento da prática profissional e do nosso fazer enquanto psicólogas. Além disso, a possibilidade de trabalhar em grupos fornece suporte mútuo, diferentes perspectivas e contribuições inenarráveis para a formação de cada uma de nós.

Palavras-chave: Adolescência; Extensão Universitária; Psicologia; Acolhimento.



UM OLHAR PARA O IDEB DOS ANOS FINAIS NOS CONTEXTOS PRÉ E PÓS-PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC

Rafael Borini Martins Costa Borini; Ilisabet Pradi Krames; Tatiane Natalino Sant Ana; Angelo Nascimento Carrasco; Gustavo Becker Krummenauer.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A importância da educação e da qualidade do ensino para uma sociedade inclusiva é amplamente reconhecida. Como direito garantido pela Constituição Federal de 1988, a educação é um pilar fundamental da cidadania. Nesse contexto, avaliar a qualidade educacional é essencial, e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) se destaca como uma ferramenta para acompanhar as metas da educação básica. Ele combina a taxa de aprovação dos alunos (fluxo) e o desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), servindo como um indicador para municípios, estados e a União na formulação de políticas públicas. No entanto, a utilização dos resultados do Ideb para criar *rankings* de escolas tem desviado o foco da principal função: informar dados para nortear a tomada de decisões. O Ideb mede a proficiência dos alunos em Língua Portuguesa (LP) e Matemática. Essa análise oferece uma visão realista das habilidades desenvolvidas pelos estudantes e ajuda a mitigar distorções comuns em avaliações de larga escala. Com a divulgação dos dados do Ideb de 2023, foi possível analisar os resultados das escolas do município de Itajaí, Santa Catarina (SC) entre 2017 e 2023, abrangendo o período de dois anos antes e dois anos após a pandemia de covid-19. Em 2017, o Ideb foi de 5,3, com proficiência em Matemática de 270,0 e em LP de 266,48. Em 2019, o Ideb caiu para 5,2, mas a proficiência em Matemática aumentou para 272,85 e em LP para 267,36. No primeiro Ideb pós-pandemia, em 2021, o índice voltou a ser 5,3, mas a proficiência em Matemática caiu para 265,02 e em LP para 263,67. Em 2023, o Ideb foi novamente 5,2, com proficiência em Matemática de 264,12 e em LP de 265,22. A análise dos números do Ideb revela que o município de Itajaí manteve certa estabilidade. No entanto, as proficiências apresentaram variações interessantes. Embora tenha havido uma melhora no índice em relação a 2021, tanto a proficiência em Matemática quanto a proficiência em LP mostraram queda. A pandemia de covid-19 e os índices educacionais demonstram uma problemática persistente há muito tempo no Brasil: as questões socioeconômicas que afetam os alunos. O ensino remoto escancarou adversidades, que vão desde alunos que se alimentam quase exclusivamente com o que a escola oferece a desafios com famílias sem recursos tecnológicos e didáticos para aplicar as atividades com crianças e adolescentes. Ao examinar a escala do Saeb nos últimos oito anos, os indicadores estagnaram no nível três, que corresponde ao nível básico de aprendizado. Isso indica que muitos alunos concluem o ensino fundamental com apenas o mínimo de aprendizado necessário. Essa defasagem dificulta a continuidade dos estudos, resultando em repetências, abandono e evasão escolar. Diante desse cenário, é imprescindível que gestores e educadores se unam para implementar políticas públicas eficazes que abordem essas lacunas e promovam um aprendizado mais significativo. Somente assim será possível garantir que todos os alunos tenham acesso à educação de qualidade, capacitando-os a enfrentar os desafios do futuro.

Palavras-chave: Ideb; Políticas Educacionais; Educação Básica.



A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: IMPACTOS DO USO PROLONGADO DAS TELAS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Scharlene Pereira Rota.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Atualmente, as tecnologias são indissociáveis da vida humana. No entanto, o uso excessivo de dispositivos tem evidenciado que, cada vez mais, as crianças substituem brincadeiras saudáveis e interações sociais pelo tempo diante das telas. Motivado por essa questão, este estudo tem como objetivo explorar os avanços tecnológicos aos quais as crianças estão expostas e identificar as possíveis implicações do uso contínuo das telas no desenvolvimento social, cognitivo e motor na primeira infância. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica sistemática de caráter exploratório. Ao propor uma investigação na área da educação, buscou-se, na teoria, subsídios que auxiliassem na construção do conhecimento sobre o tema em discussão. O estudo, de natureza qualitativa, baseou-se em buscas documentais e teóricas, e os resultados obtidos permitiram identificar importantes contribuições de autores sobre a relação entre o brincar e o uso da tecnologia na infância. Nos últimos anos, centenas de estudos têm alertado sobre os impactos da exposição prolongada às telas. Esses estudos revelam que a exposição excessiva pode afetar o desenvolvimento cerebral das crianças, especialmente em áreas relacionadas à atenção, linguagem e controle executivo. Os achados indicam que, de acordo com alguns autores, o desenvolvimento cognitivo das crianças ocorre principalmente na primeira infância, sendo diretamente impactado pela qualidade de vida. Ao analisar as relações entre desenvolvimento cognitivo e a prática de brincar, observou-se a importância de um adulto mediar o controle do uso abusivo das tecnologias e estimular brincadeiras longe das telas. Entre os destaques do estudo, está a contribuição de Michel Desmurget, em sua obra “A Fábrica de Cretinos Digitais”, na qual ele alerta que o uso excessivo de telas pode ter um impacto significativo no desenvolvimento cognitivo infantil. Ele afirma que, quanto mais tempo as crianças passam diante das telas, menos desenvolvem habilidades cruciais, como linguagem, atenção e memória de trabalho. Desmurget ressalta que o desenvolvimento cerebral das crianças na infância é afetado pela superexposição às mídias digitais, comprometendo suas capacidades cognitivas e sociais. Outro dado relevante é o posicionamento da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), que também foi examinado durante o estudo. Reforçando a necessidade de moderação no uso de dispositivos eletrônicos, recomendando que crianças de até dois anos não tenham nenhum contato com telas e que, entre dois e cinco anos, o uso seja limitado a, no máximo, uma hora por dia, com supervisão constante. A SBP alerta que a exposição excessiva a telas pode causar uma série de problemas de saúde, como distúrbios do sono, sedentarismo, transtornos de comportamento e dificuldades de socialização.

Palavras-chave: Tecnologia; Infância; Telas; Desenvolvimento Infantil.



RELATO DE EXPERIÊNCIA: PROJETO GESTÃO E EMPREENDEDORISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Simone Weschenfelder; Daniel Vicente Bonho; Renata Fratton Noronha; Luciene Eberle; Carla Helena Schilling; Ana Carolina Kayser; Luis Henrique Rauber.

Universidade Feevale

Na área do empreendedorismo, por mais que se encontrem profissionais autodidatas, observa-se que o mercado vem expandindo e exigindo cada vez mais qualificação. Tal qualificação torna-se significativa devido ao fato de que a falta de qualidade do produto final, bem como a falta de controles financeiros e análise de custos deixa a desejar e muitos empreendedores não conseguem se consolidar no mercado. A partir disso, a Universidade Feevale desenvolve o projeto de extensão Gestão e empreendedorismo para o desenvolvimento local. O objetivo do projeto é desenvolver competências relacionadas ao empreendedorismo e à gestão sistêmica de um empreendimento nas suas principais áreas que envolvem produção, finanças e *marketing*, visando a colaborar para a formação humana, técnica e tecnológica de pequenos empreendedores ou empreendimentos, associações ou cooperativas de trabalhadores no âmbito de atuação dos três institutos acadêmicos da Universidade. O público-alvo do projeto está constituído por diferentes beneficiados, tais como: a) pessoas interessadas em empreender ou pequenos empreendedores individuais e/ou sócios que produzem e/ou distribuem alimentos ou que trabalham com moda, brechós; c) trabalhadores de associações ou cooperativas de diferentes naturezas, como: cooperativas de reciclagem, associações de artesãos, cooperativas de trabalhadores rurais, etc. d) pequenos empreendedores em geral. Especificamente em relação ao público beneficiado do projeto, percebe-se uma carência no que se refere à qualificação. A metodologia envolve a participação ativa dos beneficiados em todas as fases do projeto: diagnóstico, intervenção e verificação de resultados. A partir disso, pretende-se contribuir para a inovação e a sustentabilidade nos negócios atendidos, com vistas à sua criação, manutenção e/ou ampliação, possibilitando a geração de trabalho, renda e inclusão, tornando-se, ainda, um espaço de integração entre ensino, pesquisa e extensão, visando ao desenvolvimento regional. A Universidade Feevale tem um potencial muito grande para contribuir com essa demanda da sociedade e apresenta longa trajetória de projetos de extensão voltados à geração de renda e qualificação profissional. O projeto gestão e empreendedorismo para o desenvolvimento local foi concebido na modalidade integrado no final de 2020, tendo como público-alvo empreendedores e potenciais empreendedores da área de alimentos, de artesanato, bem como cooperativas de reciclagem. No que se refere à justificativa para o público-alvo, o projeto possui demanda identificada junto a municípios como Novo Hamburgo/RS, São Leopoldo/RS, Ivoti/RS, Portão/RS, Morro Reuter/RS e Estância Velha/RS, nos grupos que se propõe a atender (associações e/ou cooperativas, desempregados e pequenos empreendedores). Desde 2021, o projeto já atendeu cerca de 600 beneficiados, que participaram de atendimentos individuais e/ou coletivos na área de gestão, finanças, boas práticas de manipulação de alimentos e rotulagem. Os atendimentos foram realizados pela equipe do projeto, que conta com docentes e discentes da administração, ciências contábeis, moda, nutrição e gastronomia. Os discentes atuam na modalidade de bolsistas de extensão, bolsistas de iniciação científica e voluntários. A equipe apresentou inúmeros trabalhos em eventos como o Inovamundi e em eventos externos da UFRGS, Unisinos e Instituto Federal. Também viabilizou a realização de atividades de curricularização da extensão e o desenvolvimento de trabalho de conclusão de curso. Promoveu, em parceria com o projeto de Confeitaria e Panificação – Qualificação para o



Mercado de Trabalho –, o V Encontro de Gastronomia: cultura, empreendedorismo e sabor. Contribuiu para a captação de fomento com instituições parceiras, como a Apae. Nesse sentido, merecem destaque as parcerias com instituições externas, o que facilitou a identificação do público potencial do projeto e a realização de ações mais assertivas com empreendedores da região do Vale do Rio dos Sinos/RS. Outro aspecto a destacar, foi a realização de oficinas fora do campus da Feevale, junto aos espaços das instituições parceiras, o que contribuiu significativamente para que mais pessoas tivessem a oportunidade de participar e, ao mesmo tempo, desafiou a equipe do projeto, tendo em vista que nem sempre recursos tecnológicos estavam à disposição. Para garantir a efetividade das ações, estabelecemos metas claras de atendimento aos beneficiados, que possuem ou pretendem constituir empresas, incluindo pessoas físicas. Até o final do projeto, previsto para ocorrer em 2026, estima-se como meta: a realização de 20 atendimentos individuais presenciais (anual), 20 atendimentos coletivos (oficinas *online* ou presenciais), tendo como beneficiados 150 indivíduos (anual). Pretende-se contribuir para o desenvolvimento organizacional de dez empreendimentos, associações ou cooperativas, verificando a adoção de ferramentas de qualidade. Aplicar um questionário elaborado pela equipe do projeto para entender a percepção de, pelo menos, 30% dos atendidos quanto aos benefícios gerados pelas ações realizadas no projeto. Além disso, almeja-se alcançar nível 4 na avaliação de impacto do projeto a partir de formulário padrão institucional da área “Tecnologia e Produção”. Como resultados das ações do projeto junto aos beneficiados, pretende-se contribuir para o desenvolvimento da inovação e da sustentabilidade desses negócios, com vistas à sua criação, manutenção ou ampliação, possibilitando a geração de trabalho e renda, resultando em um impacto social positivo na comunidade onde se encontram. Para assegurar a eficácia e a transparência do processo, estabelecemos metas claras de atendimento individual. Será aplicado um questionário personalizado para mapear as necessidades específicas de cada beneficiado, abrangendo aspectos como fluxo de caixa, cálculo de custos, cálculo de preços, entre outros, alinhados ao escopo do projeto de extensão. A partir desse ponto, serão introduzidas práticas de gestão, empregando ferramentas específicas para atender às necessidades identificadas. Durante o período de acompanhamento, serão avaliados a implementação das ferramentas sugeridas e o impacto percebido nas práticas de gestão adotadas. Essa abordagem sistemática e detalhada permite uma avaliação aprofundada, com resultados tangíveis e mensuráveis.

Palavras-chave: Gestão; Educação Empreendedora; Desenvolvimento Local.

Apoio: Universidade Feevale.



IMPACTOS SOCIAIS DA ESCOLINHA DE FUTEBOL PARA CRIANÇAS E JOVENS DO LAR PADRE JACÓ

Vanderléa Ana Meller; Guilherme Everson de Freitas; Samuel Carlos Caetano; Maria Luíza Rocha Vicentin; Claudio Augusto Muchalowski Ribeiro.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A Associação Pró Menor Lar Padre Jacó tem como missão acolher e educar crianças e jovens, em situação de vulnerabilidade social, visando a uma formação integrada, com base na pedagogia Salesiana. Sua fundação no Município de Itajaí/SC se deu em 02/04/1982, pela Rede Salesiana Brasil de Ação Social. As propostas socioeducativas estão amparadas no Plano Nacional de Ação Social, na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). A escolinha de futebol “FutLar Padre Jacó” integra a proposta institucional e foi organizada pelo projeto de extensão “Mãos de Vida”, da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Visa, por meio da cultura de movimento, a promover o direito ao esporte como prática que auxilia as crianças e jovens na formação integral, no fortalecimento da cidadania e inclusão social. Destacamos o esporte como elemento aglutinador de valores sociais e habilidades corporais. Assim, o objetivo desta pesquisa é compreender os impactos sociais da escolinha de futebol para as crianças e jovens do Lar Padre Jacó. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo teórico-prática realizada na instituição Lar Padre Jacó – Itajaí/SC. As oficinas práticas de futebol foram desenvolvidas semanalmente, de 2022 a 2024, pelos bolsistas do projeto de extensão “Mãos de Vida”, integrando as áreas da Educação Física e Psicologia. Os jogos educativos e interativos foram desenvolvidos por meio de diversos recursos e estratégias, envolveram circuitos, rodas de conversa, brincadeiras adaptadas, jogos cooperativos e torneios. Os dados foram coletados nos relatórios do projeto e vídeos, compreendidos na perspectiva da hermenêutica fenomenológica a partir da percepção e compreensão dos fenômenos. Os dados foram categorizados, de acordo com objetivo do estudo: - o contexto do projeto e seus impactos. Nos dois anos de efetividade da escolinha foram integrados 100 crianças e jovens. Foi possível contribuir com as políticas institucionais de fortalecimento de vínculos e ações socioeducativas para a inclusão, respeitando idades, sexos, habilidades e condições socioeconômicas. As diferentes dinâmicas organizadas possibilitaram o desenvolvimento de capacidades básicas do esporte e sociais, como jogo coletivo. As aprendizagens elevaram o entendimento do esporte como meio de interação e pertencimento na conquista de direitos à educação, à saúde e ao lazer. A cidadania foi um aspecto de alta relevância e instância universal para o exercício social de qualidade, com convívio digno e prevenção da violência. A autoconfiança, autoestima e a responsabilidade foram elevadas por meio das competências no esporte, pois muitos desejam evoluir como jogador de futebol, e pela regulação das emoções que promoveram interações, autocontrole e o respeito no jogo. Ocorreu a formação esportiva nas vivências lúdicas, com fundamentação esportiva e sociocultural. A integração de políticas públicas sociais, educacionais e do esporte são fundamentais para o fortalecimento do esporte no âmbito socioeducativo, a fim de contribuir com a formação humana e cidadã de crianças e jovens que vivenciam e valorizam o esporte.

Palavras-chave: Futebol; Impactos Sociais; Lar Padre Jacó.



4

meio ambiente



INUNDAÇÕES NO RIO ITAJAÍ-MIRIM E POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO ANFÍBIA

Annelise Simon Ovelar dos Santos; Joaquim Olinto Branco; Larissa Fernanda Dittrich.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Tendo em vista as mudanças climáticas e o movimento de expansão da malha urbana de forma desordenada, vários desafios surgem no âmbito das políticas públicas no mundo, visando a garantir o desenvolvimento sustentável dos países. No Brasil, especificamente, as inundações, são as principais causas de danos humanos e materiais em áreas urbanas. Dentro do cenário nacional, é no estado de Santa Catarina que tem sido frequente as ocorrências de desastres causados por inundações. Essa predominância ocorre ainda, especialmente na região do Vale do Itajaí, como é o caso dos municípios ao longo do Rio Itajaí-Mirim, por suas características físicas e geológicas, como a topografia acidentada, geologia frágil, precipitações intensas e duradouras e ocupação desordenada, tornando-a suscetível a desastres naturais. Nesse sentido, entende-se a necessidade da pesquisa, a partir de coleta de dados e estudos específicos ao longo dos municípios de Itajaí, Brusque, Guabiruba, Botuverá, Presidente Nereu e Vidal Ramos, região da qual o Rio Itajaí-mirim faz parte, com o intuito de perceber o processo histórico a partir do panorama dos maiores desastres ali ocorridos, mapeando suas áreas de risco e pensando em políticas públicas de habitação sustentável, propondo, ao final, um modelo de habitação anfíbia para a região. Esta pesquisa, de abordagem qualitativa e quantitativa, de caráter bibliográfico, documental e exploratório, utiliza-se de fontes primárias e secundárias para sua elaboração. Possui paradigma epistemológico na hermenêutica fenomenológica para a coleta e compreensão de dados a partir do método dedutivo-indutivo.

Palavras-chave: Rio Itajaí-Mirim; Inundações; Habitação Anfíbia; Políticas Públicas.

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina – FAPESC.



AS SACOLAS PLÁSTICAS E A PROTEÇÃO JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE: O CASO DO TEMA 970 DO STF

Carolina Júlia da Cruz Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

As sacolas plásticas tornaram-se populares e altamente consumidas em nível global. No entanto, seu descarte inadequado e a má gestão de seus resíduos afetam negativamente o meio ambiente devido à poluição. Diante disso, diversos países instituíram normas dispendo sobre o uso de sacolas plásticas, restringindo ou, até mesmo, proibindo sua distribuição, fabricação e importação. No Brasil, alguns municípios promulgaram leis a respeito dessa política ambiental, a exemplo do município de Marília, no estado de São Paulo, com a Lei Municipal n. 7.281/2011, que dispõe sobre a substituição de sacolas e sacos de lixo feitos de plástico por sacos e sacolas ecológicas, produzidas com material biodegradável, reciclado ou retornável. A constitucionalidade dessa lei foi discutida no Supremo Tribunal Federal (STF) em ação movida pelo Sindicato da Indústria e de Material Plástico do Estado de São Paulo (Sindiplast), dando origem ao Tema 970 do STF. Esta pesquisa objetiva compreender a decisão do STF e seus efeitos sobre a regulamentação no uso de sacolas plásticas e a relação com a proteção do meio ambiente. Para tanto, utilizou-se o método descritivo com levantamento documental e bibliográfico, utilizando-se como fonte primária a decisão do STF sobre o Tema 970, bem como legislações relacionadas e obras bibliográficas selecionadas. Como resultado se evidenciou a resistência do setor produtivo na mudança voltada ao desenvolvimento sustentável, em razão da ética tradicional fundada no antropocentrismo. Por outro lado, identificou-se a importância da pesquisa acadêmica, usada como subsídio para o julgamento do Tema 970.

Palavras-chave: Sacolas Plásticas; Proteção do Meio Ambiente; Tema 970 do STF.



ECONOMIA CIRCULAR HÍDRICA NAS INDÚSTRIAS: UMA ESTRATÉGIA DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Erlen Karla Lopes Voss; Joaquim Olinto Branco.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O termo economia circular remete à reutilização, renovação, reciclagem de materiais; no caso hídrico, há necessidade de reuso da água, tratamento e reutilização nos processos industriais. A economia circular deixa claro a preocupação com os recursos naturais, evitando desperdícios e descartes. Trata-se de uma estratégia para proteção dos recursos hídricos, pois reduz o consumo de água potável e minimiza a produção de efluentes. Torna-se necessário mudar o ciclo tradicional de economia linear de produção, utilização e descarte. Atualmente, não existe no Brasil uma estratégia efetiva de implementação de economia circular, apenas algumas políticas, programas, planos que buscam a sustentabilidade através de práticas circulares. A Política Nacional de Resíduos Sólidos, através da Lei 12.305/2010 é a primeira política que aborda de forma mais abrangente a gestão dos resíduos e dos instrumentos de gestão empregados na economia circular. Com base nesse contexto, objetiva-se, no desenvolvimento da presente pesquisa, dar atenção à finitude dos recursos hídricos, apresentando dados estatísticos sobre a utilização de água potável nas indústrias brasileiras. O desenvolvimento da pesquisa se deu através de pesquisa bibliográfica e documental, com análise de evolução dos usos d'água na indústria, entre 2010 e 2023. Como resultado, em 2010, o índice de utilização apresentou um consumo global de 1.845,00 m³ de água, com o setor industrial utilizando 10,6% (194,8 m³), em 2023, foi de 2.103,6 m³, com o setor representando 9,2% (193,9m³) desse montante. A maior utilização de água pelas indústrias foi em 2013, atingindo 10,7% e 206,1m³ (global 1.843,9 m³) e a menor utilização foi em 2017, com 9,2% e 182,4 m³ (global 2.138,4 m³), conforme informações disponíveis no *site* da Agência Nacional de Águas. Conclui-se o desenvolvimento da pesquisa com a necessidade de ações voltadas a investimentos no reaproveitamento de água em processos produtivos industriais, por meio da recirculação de água, sistemas de captação e armazenamento das águas da chuva. Dessa forma, evita-se a dependência de fontes potáveis, e tratamento de efluentes que permitem a purificação para reutilização da água no sistema produtivo industrial. É necessária atenção contínua no consumo de água potável, criação de estratégias para reutilização e recirculação, nos mais diversos fins e setores.

Palavras-chave: Reutilização; Consumo Industrial; Recursos Hídricos.



PARQUE INUNDÁVEL LA MARJAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ALICANTE, ESPANHA

Erlen Karla Lopes Voss; Joaquim Olinto Branco; Patricia Fernández Aracil.

Universidad de Alicante e Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O mês de maio de 2024 foi dedicado a estudos presenciais de dupla titulação na Universidade de Alicante, Espanha, através de convênio celebrado com o Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Univali, Brasil. Na Universidade, aulas presenciais foram realizadas em salas e laboratórios, já nas atividades de campo, como a realização de visita no Parque Inundável La Marjal, que foi construído em parceria entre a Câmara Municipal e Águas de Alicante. O parque caracteriza-se pelas múltiplas funções, principalmente, por estar situado em área residencial, próximo à praia de San Juan. É utilizado com frequência para lazer e atividades físicas, cumpre sua função hidráulica ao armazenar até 45,000m³ de águas das chuvas em 3,6 hectares e reduzir o risco de inundação nas partes baixas do bairro, além de gerar um estoque de água, regenerado e utilizado na irrigação de zonas verdes da cidade. Nesse quesito, existe uma curiosidade, foi criado um decreto que distingue a cor das mangueiras hidráulicas da cidade, as que conduzem água regenerada para jardins e parques públicos são roxas. No parque existe um circuito de recirculação da água que conta com cascata, lago e pequena corredeira. Com a terra da escavação, foi criada uma colina, que recria a vegetação montanhosa e paisagem da agricultura mediterrânea, funcionando como pulmão verde no centro da cidade. Um exemplo do funcionamento de sistemas naturais que o parque oferece são os coletores nas avenidas, com tendência a inundações. Esses coletores recolhem as águas das cheias e canalizam para duas lagoas do parque que, em tempo seco, mantêm em torno e 6,674 m³ e, a outra, 340 m³. A funcionalidade do parque fica evidente quando se avalia o período de 2015 a 2020, em que armazenou mais de 52.000m³ de águas pluviais, reduzindo os impactos das chuvas torrenciais, que caíram na zona de entorno. Por suas características fisiográficas e localização, o parque também vem atuando como um ponto de descanso para aves migratórias da África e hábitat de espécies residentes. A contribuição do Parque La Marjal de Alicante obteve notoriedade em 2018 com obtenção do prêmio “Cidade Sustentável” do Fórum Ecomed-Ambiental, na categoria ciclo integral da água e gestão sustentável, já em 2019 foi apresentado durante a realização da COP25. O Parque representa uma função sustentável para Alicante, com capacidade de unir a gestão eficiente, bem-estar social e os interesses dos cidadãos, tornando-se uma referência em infraestrutura voltada ao cuidado da biodiversidade e proteção à população.

Palavras-chave: Parque Inundável; Sustentabilidade; Gestão Eficiente.



A METODOLOGIA DA PEGADA ECOLÓGICA E SUA RELEVÂNCIA NA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Filipe Augusto Senff; Liara Jamili Duarte Terra; Rafael Burlani Neves.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A Pegada Ecológica (PE) é o cálculo da capacidade biológica de regeneração de uma determinada localidade em face da quantidade de recursos por ela consumidos, o que dá uma dimensão contábil e cronológica do consumo realizado no local e das possibilidades de mantê-lo dentro de limites estabelecidos. Desde a sua criação pelos pesquisadores William Rees e Mathis Wackernagel, a metodologia adquiriu relevância global, baseando estudos e políticas governamentais, que buscam entender e mitigar o impacto ambiental excessivo oriundo das atividades humanas. Pretende-se, aqui, apresentar criticamente a metodologia da PE com foco na sua relevância e efetividade na promoção de políticas públicas, que reduzam o impacto ambiental das localidades, que a tomam como ponto de partida. Para isso, será evidenciada a forma como o conceito tem sido tratado em documentos que propõem ações públicas e os eventuais resultados empíricos de mudanças realizadas desde que a metodologia da PE entrou para a agenda governamental, tendo por base o caso da Suíça. À luz de análises críticas, ao longo desta pesquisa consideram-se também algumas das possíveis lacunas e efeitos negativos da interpretação e aplicação descuidada da metodologia, em vista da sua simplificação conceitual e foco restrito em certos fenômenos ambientais. Procedeu-se a uma coleta de dados de natureza qualitativa e quantitativa por meio de um levantamento bibliográfico e documental. Em sua maioria, as fontes utilizadas são produções acadêmicas e governamentais. Faz-se, de início, um breve percurso histórico desde a divulgação do conceito e metodologia da PE por Rees e Wackernagel (1996) até a criação da organização *Global Footprint Network* e as primeiras utilizações governamentais da metodologia. Esta foi refinada ao longo dos anos por discussões e revisões, tendo sido, inclusive, alvo de questionamentos pertinentes a respeito da sua validade científica e utilidade prática em informar boas políticas públicas em matéria de sustentabilidade. Na parte mais cara a esta pesquisa, busca-se retirar constatações práticas com base nos dados, planos e ações do governo suíço, haja vista a adesão consolidada do país ao conceito de PE. Desde 2006, a Suíça usa regularmente essa metodologia para produzir relatórios oficiais sobre o impacto ambiental causado por suas atividades, o que possibilita evidenciar resultados de políticas que vêm sendo formuladas e implementadas há quase duas décadas. A conclusão principal da pesquisa é de que a PE aponta pioneiramente para um novo paradigma de desenvolvimento que contemple as inerentes limitações físicas do Planeta para satisfazer as demandas dos seres humanos em cada comunidade. Apesar das importantes ponderações sobre os vários erros interpretativos em que a PE permite que o gestor público incorra, se a considerar isoladamente em sua análise de políticas públicas, entendemos que qualquer crítica e revisão conceitual, em especial no cenário crítico global como o atualmente vivido, deve ser realizada tendo como orientação esse paradigma pioneiro que se opõe ao hegemônico, com o intuito de levar adiante a agenda pública da redução drástica e contínua do impacto ambiental.

Palavras-chave: Pegada Ecológica; Suíça; Políticas Públicas; Sustentabilidade; Desenvolvimento Sustentável.



O USO DE AGROQUÍMICOS NA ÁGUA PARA O CULTIVO DE ALIMENTOS AO LONGO DO RIO ITAJAÍ-MIRIM: IMPACTOS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO DA REGIÃO

Larissa Fernanda Dittrich; Joaquim Olinto Branco; Albertina Xavier da Rosa Corrêa.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A pesquisa do tipo qualitativa/quantitativa aborda o tema do uso de agroquímicos no cultivo de alimentos ao longo do rio Itajaí-Mirim e os impactos na saúde da população. Esta pesquisa tem por objetivo investigar a qualidade da água bruta e tratada ao longo do curso do rio Itajaí-Mirim, utilizada na produção de alimentos destinados ao consumo humano e a relação com doenças mais frequentes nos municípios de Vidal Ramos, Presidente Nereu, Botuverá, Guabiruba, Brusque e Itajaí. Os processos biológicos convencionais nem sempre apresentam resultados satisfatórios, principalmente para o tratamento de efluentes, que contém resíduos de substâncias químicas com moléculas complexas e inorgânicas como, agroquímicos, metais pesados e contaminantes emergentes, uma vez que muitas das substâncias citadas são tóxicas ou resistentes ao tratamento biológico. A metodologia para a investigação bibliográfica e documental foi desenvolvida dentro da hermenêutica fenomenológica, usando três procedimentos: a intencionalidade, a percepção e a compreensão sobre os conteúdos conceituais (categorias) pertinentes ao objeto temático pesquisado. Também serão realizadas coletas bimestrais de água bruta e tratada do rio Itajaí-Mirim. O trabalho será desenvolvido utilizando a pesquisa quantitativa, para análise da água. A unidade de análise é o rio Itajaí-Mirim ao longo dos municípios catarinenses de Vidal Ramos, Presidente Nereu, Botuverá, Guabiruba, Brusque e Itajaí. Os dados obtidos serão analisados usando o programa Statistic 12.0 para Windows. Será utilizada uma análise de variância ANOVA. Os resultados serão comparados em termos de conformidade com a Resolução CONAMA 357/05, que estabelece condições e padrões de qualidade para as concentrações de substâncias nos cursos de água. O resultado parcial alcançado foi: a utilização do glifosato nas lavouras do vale do rio Itajaí-Mirim pode induzir efeitos tóxicos em células-tronco adultas derivadas de tecido adiposo. Além disso, sabe-se que uma grande variedade de doenças humanas e o glifosato possuem relação, como o câncer, o TDAH, o autismo, a doença de Alzheimer e doença de Parkinson.

Palavras-chave: Agroquímicos; Água; Alimentos; Saúde Humana; Rio Itajaí.

Apoio: Bolsa PROSUC-CAPES; Univali.




A LITIGÂNCIA CLIMÁTICA COMO SOLUÇÃO DE CONFLITOS CLIMÁTICOS

Ricardo Stanziola Vieira; Jaqueline Decoud dos Santos Sergio Lima dos Anjos Virtuoso; Lucas Lima dos Anjos Virtuoso.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O objetivo do artigo é estudar o conceito de Litigância Climática e como ela tem sido ferramenta para a solução de conflitos envolvendo crises ambientais. Pouco a pouco tem-se visto as questões climáticas alterando a vida das pessoas e o meio ambiente, como a extinção de espécies, derretimento das geleiras, ondas de calor, aumento do nível do oceano, bem como o aquecimento da terra ano após ano. Todos esses fatores causam impactos em direitos fundamentais, como saúde, moradia, acesso a alimentos, entre outros. A propósito, o cenário de mudanças climáticas pode-se ser bem caracterizado na utopia de Aldous Huxley, em Admirável Mundo Novo: “hoje também não existe mais ninguém que seja capaz de proferir um oráculo para dizer que rumo a nossa civilização há de tomar”. Diante desse cenário, vê-se uma crescente judicialização do tema, a fim de garantir direitos fundamentais assegurados pela Carta Magna de 1988. O objetivo do trabalho é analisar os instrumentos normativos nacionais a exemplo de Ações Cíveis Públicas para promover a chamada Justiça Climática. Não há mais como negar que se vive em um cenário de emergência climática global. As consequências do aquecimento global já se apresentavam com gravidade desde a Eco-92 e o cenário tem piorado. O *International Panel for Climate Change*, em 2021, apontou que os desastres climáticos influenciam no pleno exercício dos direitos humanos, principalmente dos grupos de pessoas vulneráveis, ocasionando mortes, doenças, desnutrição, ferindo o direito à vida, à saúde, colocando em xeque a segurança alimentar e prejudicando a alimentação de qualidade, o acesso à água potável, direito à moradia, realocando forçadamente milhares de pessoas que são obrigadas a deixar territórios, afetando a autodeterminação, entre outros inúmeros direitos violados. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 obriga o Estado Brasileiro a proteger o Meio Ambiente, de forma a mantê-lo ecologicamente equilibrado, tratando o tema como direito humano fundamental. A presente pesquisa utiliza um método indutivo para investigação e um método cartesiano para o tratamento dos dados, com uma abordagem bibliográfica baseada em estudos doutrinários e legislativos. Desse modo, o trabalho exporá de que forma a Litigância Climática pode resolver conflitos e promover direitos humanos no Brasil. O estudo poderá contribuir para a discussão do tema, incentivando a sociedade civil a buscar instrumentos normativos, que garantem os direitos fundamentais violados durante desastres ambientais.

Palavras-chave: Justiça Climática; Direitos; Instrumentos Normativos.



5

saúde



TRANSFORMANDO EXPERIÊNCIAS EM APRENDIZADO: O IMPACTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO APOIO A MIGRANTES E REFUGIADOS

Adriana Grabner; Vitória Nathalia Nascimento; Adriana Castro de Souza; Angelita Gabriela Nascimento.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O estágio supervisionado em Psicologia no Núcleo de Apoio ao Migrante (NAM) desempenha um papel fundamental no acolhimento das demandas psicossociais de migrantes e refugiados em nosso país, que enfrentam barreiras culturais, linguísticas e sociais. Por meio da escuta ativa e do acolhimento psicossocial, o estágio, criado para receber tais demandas, oferece um espaço seguro para que migrantes e refugiados expressem suas emoções, os impactos psicossociais do processo migratório — por vezes permeados por eventos potencialmente traumáticos —, bem como os desafios que se confrontam no país, o que pode contribuir no processo de integração e inclusão no território. Além disso, as estagiárias são orientadas a direcionar os migrantes para serviços comunitários, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e serviços jurídicos, garantindo que recebam o apoio necessário para superar barreiras práticas e legais. Com isso, os serviços de psicologia se tornam aliados na promoção da saúde mental e da inclusão social. O estágio também proporciona uma experiência ampliada, incentivando a participação em eventos, feiras e congressos relacionados à imigração e direitos humanos. Essa vivência permite que as estagiárias aprofundem seu conhecimento e interajam diretamente com a população migrante, enriquecendo suas habilidades profissionais e sua compreensão das políticas públicas voltadas para essa população. Assim, o estágio supervisionado se destaca como uma prática de formação que beneficia tanto os estagiários quanto os migrantes, contribuindo para uma abordagem mais humanizada e inclusiva.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; Acolhimento; Trauma; Apoio Psicológico.



GRUPO ACOLHER E REFLETIR: PRODUÇÃO DE CUIDADO MÚTUO E CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS EM UM CENTRO COMUNITÁRIO DE FLORIANÓPOLIS

Adriane Andrea Fernandes; Caroline Fernandes Iokilevitz; Danrley Mauricio Vieira de Souza; Edson Mendonça de Oliveira; Gustavo da Silva Machado; Oraide de Oliveira; Thaysa da Silveira Fortes.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A partir da proposta teórico-metodológica da Psicologia Social e Comunitária Latino-Americana, lança-se a urgência de aprimorar a formação e a práxis psicológica com as necessidades da comunidade. A intervenção psicossocial na sede do Conselho Comunitário do Monte Verde (CCMV), em Florianópolis, surge desta inquietação. Em uma parceria entre o CCMV e o curso de psicologia da Univali em Florianópolis, desde agosto de 2023, oferece-se um espaço de escuta psicossocial, acolhimento e reflexão com reuniões abertas às pessoas do bairro e frequentadores do conselho comunitário. O grupo tem um funcionamento horizontal e a participação de todos os presentes confere valor equitativo. Os temas dos encontros podem ser escolhidos previamente através de um sorteio – pelo membro da equipe de alunos, que mediam a reunião na ocasião – ou, ainda, com um tema trazido livremente por algum participante. A condução é feita através e a partir do protagonismo dos participantes, que encontram no espaço seguro do grupo reflexivo, a possibilidade de interação, compartilhamento, apoio, acolhida e reflexão sobre suas experiências. Sobretudo, pensa-se na produção de vínculos como uma aposta radical de acolhimento e promoção de saúde mental. Como fechamento, ao final de cada encontro, uma palavra, que representa o sentimento daquele dia, é escolhida. Inicialmente, estas palavras compunham um mural e, inspirado em um outro projeto realizado na disciplina Estágio Básico pela Univali, Campus Florianópolis, no curso de Psicologia, chamado Conversas e Retalhos, desde o segundo semestre de 2024, a palavra escolhida pelo grupo é escrita em um pedaço de retalho de tecido. A ideia é resultar em um painel com grande entrelaçado de palavras representado em forma de colcha de retalhos trazendo a simbologia de tecer a partir do sentir de cada indivíduo, do “eu também me constituo do outro”, unindo arte e valorização do sujeito e sua singularidade no criar dessas memórias através da arte. Compreende-se, a partir disso, que esta intervenção tem a potência de fomentar a aprendizagem e a transformação subjetiva por meio da troca de conhecimentos e reflexões entre os participantes, formando também uma rede de suporte coerente com a Terapia Comunitária, proposta por Adalberto Barreto. Considerando o compromisso de aproximação da Universidade com as necessidades do território e a sua possível vinculação com as políticas públicas, após um ano do projeto, foi ampliada a escuta coletiva também para os trabalhadores do CCMV, frequentadores do posto de saúde do bairro, expandindo intervenções para o atendimento individualizado em caso de necessidade e urgência, além de oficinas coletivas de hortas terapêuticas e de fotografia comunitária. Com isso, conclui-se que iniciativas como essa podem trazer um compromisso social e crítico para a formação em psicologia implicada com as necessidades da comunidade em seu entorno, trazendo um efeito direto de promoção de saúde mental, criação e fortalecimento de vínculos.

Palavras-chave: Psicologia; Comunidade; Vínculos; Acolhida; Reflexão.



EDUCAÇÃO AFETIVA BASEADA EM EXPERIÊNCIAS, TROCAS E INTERAÇÃO PARA FORTALECER A SAÚDE E O PROTAGONISMO DO ADOLESCENTE

Alessandra Souza do Nascimento; Daniela Silva; Guilherme da Silva; Noemia Liege Maria Bernardo de Almeida; Kessy Gabrielly Pegoraro.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A adolescência é uma fase crucial no desenvolvimento humano, marcada por transformações físicas, emocionais e sociais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a adolescência como a faixa etária entre 10 e 19 anos, enquanto no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a delimita entre os 12 e 18 anos. Nesse período, ocorrem diversas mudanças fisiológicas, hormonais e estéticas, com a transição de um corpo infantil para um corpo adulto. Tais mudanças, muitas vezes, são acompanhadas pelo início da vida sexual, que pode ocorrer de maneira precoce, gerando dúvidas, inseguranças e comparações entre os pares. Essa fase também é marcada pela busca de afirmação de identidade, na qual o jovem define como se vê e como deseja ser visto pelos outros. Isso faz com que a adolescência seja uma fase de experimentação, em que o suporte emocional, afetivo e social, tanto da família quanto do estado, se faz necessário. Entretanto, no Brasil, as desigualdades sociais impactam diretamente as vivências dos adolescentes. A vasta extensão territorial do país resulta em realidades diversas, com grande parte dessa população vivendo em condições de extrema vulnerabilidade, especialmente nas periferias de grandes centros urbanos e em regiões de difícil acesso. A pobreza, o baixo nível educacional e de renda familiar, as condições inadequadas de trabalho, o uso abusivo de drogas e a violência são fatores que contribuem para a violação dos direitos garantidos pelo ECA, afetando diretamente o acesso à educação, saúde, lazer e segurança. O Projeto Escolhas surge com o propósito de oferecer transformações sociais por meio da promoção e educação em saúde. O principal objetivo é criar condições que modifiquem fatores de personalidade que predispoem adolescentes a agravos de saúde. O foco do projeto inclui a prevenção do uso e abuso de substâncias psicoativas, como medicamentos e drogas, além de abordar temas como gravidez na adolescência e a transmissão de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). A meta é proporcionar aos adolescentes o desenvolvimento de maior autonomia e liberdade de escolha, sempre com suporte psicológico, emocional e social, estabelecendo um elo entre o adolescente, a família e as instituições. A metodologia do Projeto Escolhas baseia-se em atividades educativas e interativas que visam ao desenvolvimento integral dos adolescentes. Para tanto, são realizadas oficinas, palestras e rodas de conversa em escolas e comunidades, onde temas como sexualidade, prevenção ao uso de drogas, saúde mental e direitos humanos são abordados de maneira acessível e participativa. A abordagem do projeto se pauta no conceito de educação afetiva, em que o aprendizado é mediado por experiências que conectam o adolescente aos aspectos emocionais e sociais de sua realidade. Dessa forma, busca-se promover um ambiente de acolhimento e escuta qualificada, permitindo que os adolescentes expressem suas dúvidas e inseguranças, ao mesmo tempo que desenvolvem competências socioemocionais para lidar com os desafios dessa fase. Além das atividades presenciais, o projeto também utiliza estratégias digitais para alcançar um público mais amplo. Redes sociais, vídeos educativos e conteúdos interativos são ferramentas utilizadas para manter os adolescentes engajados e informados sobre questões de saúde e bem-estar. Essas plataformas permitem que o projeto atinja adolescentes em regiões remotas ou em situação de isolamento, ampliando o impacto da iniciativa. Para garantir a eficácia das ações, o Projeto Escolhas trabalha em parceria com escolas, serviços de saúde e organizações da sociedade civil, promovendo uma rede de apoio



para os adolescentes. A colaboração entre diferentes setores visa a oferecer um suporte integrado, com foco na promoção da saúde e na prevenção de riscos. A equipe do projeto é composta por profissionais da saúde, educação e assistência social, todos capacitados para lidar com as especificidades do público adolescente. Até o momento, o Projeto Escolhas tem obtido resultados positivos em suas intervenções. Um dos principais avanços observados foi a melhoria na comunicação entre os adolescentes e com a própria equipe do projeto sobre temas considerados tabu, como sexualidade e uso de substâncias. A abertura para o diálogo tem sido fundamental para que os adolescentes se sintam mais seguros e informados, resultando em uma maior conscientização sobre os riscos e as consequências de suas escolhas. Por meio de uma abordagem preventiva e educativa, o projeto tem conseguido sensibilizar os adolescentes sobre os riscos do uso e abuso de drogas, assim como ressignificar o uso racional de medicamentos psicoativos e a importância de buscar práticas como comunicação afetiva, autopercepção para lidar com os desafios da adolescência. Além disso, o Projeto Escolhas tem atuado diretamente na prevenção da gravidez precoce, promovendo o uso de métodos contraceptivos e ampliando as crenças sobre a gravidez na adolescência, compreendendo a importância de planejar sua vida sexual e reprodutiva. Ainda que os resultados sejam preliminares, as avaliações realizadas até o momento indicam uma mudança significativa na percepção dos adolescentes em relação à saúde e ao autocuidado, por meio da autopercepção de si, no seu contexto. As atividades propostas pelo projeto têm contribuído para o desenvolvimento de uma maior autonomia por parte dos adolescentes, permitindo que eles façam escolhas mais conscientes e responsáveis. O Projeto Escolhas tem demonstrado ser uma iniciativa relevante para a promoção da saúde e a educação dos adolescentes. Ao atuar diretamente em questões sensíveis e importantes sobre agravos de saúde desse ciclo de vida, como o uso de substâncias psicoativas, a gravidez precoce e a prevenção de ISTs. A metodologia centrada na educação afetiva e na escuta qualificada tem sido eficaz em criar um ambiente acolhedor, onde os adolescentes podem se expressar e aprender de maneira participativa. Os resultados parciais sugerem que o projeto tem um impacto positivo na vida dos adolescentes, promovendo a conscientização e o desenvolvimento de habilidades para lidar com os desafios da adolescência de maneira saudável e responsável.

Palavras-chave: Promoção de Saúde; Educação em Saúde; Adolescência.



PROBLEMAS RELACIONADOS COM MEDICAMENTOS: IMPACTO NO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS

Alessandra Souza do Nascimento; Daniela Silva; Guilherme da Silva; Noemia Liege Maria Bernardo de Almeida; Kessy Gabrielly Pegoraro.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O processo de medicação nas organizações de saúde é complexo e formado por várias sessões, tendo em vista decisões interprofissionais de profissionais da área de saúde, assim como dos pacientes, de seus familiares e dos cuidadores. Nesse cenário, erros com medicamentos podem ocorrer em qualquer etapa do processo, muitos deles causando danos aos pacientes. No entanto, são erros evitáveis em sua maioria, desde que sejam seguidos elementos-chave do sistema de medicação, ligados a processos às pessoas e aos sistemas. Cabe destacar a importância da implementação de programas de prevenção de erros que proporcionem um olhar sistêmico, com a interação de todos os autores envolvidos no processo. A promoção do uso racional de medicamentos (URM) vem sendo um tema bastante discutido entre profissionais da área da saúde. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o uso racional de medicamentos se dá quando os pacientes recebem medicamentos adequados às suas necessidades clínicas, em doses que atendem às suas necessidades individuais por um período de tempo adequado e ao menor custo para ele e sua comunidade reforçando a Política Nacional de Medicamento (PNM), a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) e a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). O Projeto Escolhas, em parceria com a coordenação da assistência farmacêutica de Brusque, desenvolveu um curso em que o objetivo é desenvolver ações de educação em saúde para promover o uso racional de medicamentos e melhorar a qualidade da assistência à saúde. A formação buscou integrar a equipe multidisciplinar (médicos, enfermeiros, farmacêuticos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionistas, agentes comunitários de saúde, técnicos de enfermagem e auxiliares de consultório odontológico) em torno de uma abordagem centrada no paciente e nas políticas nacionais de saúde, como a Política Nacional de Medicamentos (PNM), a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) e a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). O objetivo foi realizar uma formação para os profissionais da APS do município de Brusque para a adoção de práticas seguras e colaborativas no processo de farmacoterapia, com propósito de promover o URM. A metodologia da formação consistiu em uma palestra interativa, com duração de quatro horas, focada nos Problemas Relacionados aos Medicamentos (PRM) e seu impacto no Uso Racional de Medicamentos (URM). A atividade incluiu a discussão de casos reais e a aplicação prática dos conceitos de PRM, promovendo uma abordagem colaborativa e participativa. Após a palestra, foram realizados estudos de caso em grupo e dinâmicas interativas, permitindo que os profissionais trocassem experiências e refletissem sobre o manejo de farmacoterapia em pacientes com baixa adesão, saúde mental, interação medicamentosa e descarte adequado de medicamentos. O debate também abordou a importância do acolhimento e da escuta qualificada no atendimento ao usuário. Como resultado, por meio da análise das avaliações que os participantes preencheram, a formação teve um impacto altamente positivo, destacando a importância de temas como o URM e a humanização no atendimento ao paciente. A interação entre os diferentes profissionais foi apontada como um dos principais pontos fortes da formação, contribuindo para a melhoria do trabalho em equipe e para a visão integrada do cuidado. Comentários como “A importância de olhar nosso usuário como um todo, sobre ouvir e acolhê-lo” e “Podemos fazer a diferença sempre, parabéns à palestrante pelo empenho” refletem o impacto positivo da formação. A criação de materiais educativos,



como uma cartilha sobre interações medicamentosas, foi sugerida pelos profissionais para continuar ampliando o conhecimento no dia a dia do serviço. Além disso, a temática da saúde mental dos profissionais de saúde foi frequentemente mencionada como um tema relevante para futuras capacitações. Como resultado dessa experiência, foi desenvolvido o I Curso de URM voltado para Agentes Comunitários de Saúde e Técnicos de Enfermagem, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre esses temas. A formação proporcionou uma visão mais sistêmica e integrada do processo de farmacoterapia, evidenciando a necessidade de uma abordagem interprofissional para prevenir erros e promover o URM. A alta participação e o envolvimento dos profissionais de diferentes áreas mostram a importância da capacitação contínua para a melhoria dos serviços de saúde. No entanto, foi identificado que a carga horária poderia ser ampliada para aprofundar mais os conteúdos e oferecer mais tempo para discussão e análise de casos clínicos. A integração da saúde mental como tema transversal, tanto para os usuários quanto para os profissionais, também foi destacada como uma área de melhoria no cuidado oferecido pela equipe de APS. A experiência de formação em Brusque demonstrou que a capacitação interprofissional é uma ferramenta poderosa para promover o uso racional de medicamentos e prevenir erros no processo de farmacoterapia. A participação ativa dos profissionais e o *feedback* positivo indicam que essas formações devem ser continuadas e ampliadas, abordando tanto aspectos técnicos quanto psicossociais do cuidado. O foco na humanização e na escuta qualificada, aliado ao conhecimento técnico, reforça o papel da APS na promoção da saúde integral dos usuários. Sugere-se, portanto, a continuidade dessas oficinas com uma periodicidade regular e a ampliação do tempo dedicado a cada tema, especialmente no que se refere à saúde mental e à gestão da farmacoterapia.

Palavras-chave: Uso Racional de Medicamentos; Atenção Primária em Saúde; Educação Permanente; Formação Interprofissional.

Apoio: Projeto de Extensão Escolhas; Secretaria Municipal de Saúde de Brusque, Diretoria de Assistência Farmacêutica de Brusque.



PET-SAÚDE EQUIDADE, CUIDADO INTEGRAL ÀS TRABALHADORAS DE SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Aline Cristina Silva; Anderson José Adami; Giulia de Carvalho Novelleto; Isabella Pereira Martins; Maria Rita da Cunha Farias; Daniela Cristina Rático de Quadros; Edna dos Santos Carvalho Laverde; Stella Maris Brum Lopes.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Este relato de experiência se dedica a compartilhar vivências e aprendizados do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), que na 11ª edição, aborda as temáticas sobre equidade de gênero, identidade de gênero, sexualidade, raça, etnia e deficiências. Este projeto integra acadêmicos das áreas de Fonoaudiologia, Nutrição, Psicologia, Direito e Enfermagem, sob orientação de tutores docentes dos cursos de Fonoaudiologia e Enfermagem. Compreendendo a importância da articulação entre teoria e prática, o programa busca promover a formação integral dos estudantes, fortalecendo a rede de saúde e a valorização das trabalhadoras e futuros trabalhadores no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A atuação dos preceptores e trabalhadoras da rede de saúde é fundamental para a construção de um espaço colaborativo e conhecimento enriquecedor. Nesse contexto, as interações entre diferentes saberes possibilitam aprendizado abrangente e sensível às realidades enfrentadas no SUS, especialmente em questões relacionadas a gênero, raça, e saúde mental. A sensibilização sobre essas temáticas é essencial para o combate à discriminação e para a promoção de um ambiente de trabalho inclusivo. Neste relato, exploraremos as dinâmicas do PET-Saúde Equidade, destacando como a diversidade de formações e perspectivas contribui para o desenvolvimento de práticas de cuidado mais inclusivas e equitativas. Partindo disso, o objetivo deste relato de experiência é compartilhar os encontros do grupo, e como ocorreu essa construção de conhecimento coletivo. Com reuniões semanais embasadas em pesquisas sobre saúde, gênero, raça e interseccionalidades, encontros com especialistas, questionários e grupos focais ajudaram a identificar as necessidades das trabalhadoras da saúde. Cada encontro também contou com momentos de reflexão crítica, fortalecendo a colaboração entre acadêmicos, tutores e preceptores e contribuindo para um ambiente mais inclusivo e equitativo no SUS. Durante o período de preparação, as interações nas reuniões com preceptores, coordenadores, a Diretoria de Vigilância Epidemiológica, Secretaria Municipal de Saúde e o COMUSA (Conselho Municipal de Saúde) proporcionam melhor visibilidade das necessidades das trabalhadoras, permitindo identificar lacunas nas políticas públicas. O fortalecimento da rede entre os participantes criou um ambiente colaborativo, em que discussões sobre saúde mental e autocuidado se tornaram centrais. A elaboração de questionários e a troca de experiências foram fundamentais para enriquecer a caracterização do perfil das trabalhadoras, permitindo um mapeamento preciso das demandas existentes. Esse processo de aprendizado coletivo está estabelecendo as bases para futuras intervenções e reafirma o compromisso com um cuidado horizontal. A participação ativa nas atividades cultiva um senso de pertencimento e responsabilidade entre os envolvidos, preparando o terreno para a efetividade das ações planejadas. Os resultados, até agora, indicam avanço significativo na compreensão das necessidades das trabalhadoras, permitindo a identificação de lacunas nas políticas públicas que impactam diretamente a saúde coletiva. O programa contribui para a formação de profissionais comprometidos com a equidade e a inclusão, e se torna um catalisador para mudanças nas práticas de saúde. A continuidade desses esforços será fundamental para garantir um ambiente de trabalho ético e horizontal, que valorize todas as vozes e promova um cuidado mais justo e solidário para todos os envolvidos.

Palavras-chave: SUS; Saúde; Políticas Públicas.



CONSULTORIA EM AMAMENTAÇÃO POR ENFERMEIRO

Aline Freitas Alexandre Soares; Rita de Cássia Teixeira Rangel; Eneida Patrícia Teixeira; Larissa da Silva; Daniela Cristina Ratico de Quadros.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O aleitamento materno é amplamente reconhecido como o padrão ouro para a nutrição infantil, sendo recomendada a amamentação exclusiva até os seis meses de vida. No entanto, a realidade atual mostra que a média global de amamentação exclusiva é de apenas 56 dias, muito abaixo do ideal preconizado. A amamentação é um processo complexo, influenciado por diversos fatores, e o suporte profissional, especialmente por meio de consultoria em amamentação, tem se mostrado crucial para a manutenção desse processo. O empreendedorismo favorece o trabalho do enfermeiro no cuidado da amamentação. Sendo assim, o objetivo deste estudo é descrever o papel da enfermeira consultora junto ao binômio e famílias atendidas no apoio e manutenção da amamentação. O estudo foi do tipo exploratório, descritivo, com abordagem quantitativa. Foi realizada uma busca no aplicativo Instagram, de enfermeiras que se identificam como “consultora em amamentação” e “amamentação enfermeira”, com amostra de 29 enfermeiras, que se dispuseram a participar. A pesquisa teve aprovação no Comitê de Ética com Parecer n. 5.803.092, em 08 de dezembro de 2022. A amostra foi composta por 29 enfermeiras consultoras em amamentação, na faixa etária de 20 a 40 anos; atuam até cinco anos em consultoria em amamentação, de forma autônoma, sendo 65,7% atuantes na região sul, no estado de Santa Catarina. São especialistas em enfermagem e se declaram totalmente preparadas para atuarem no cuidado a amamentação; 65,5% não tem o trabalho liberal formalizado e atuam individualmente. A procura por consultoria ocorre de forma igual na gestação e no puerpério, através do WhatsApp e Instagram, com até 10 atendimentos de forma presencial. Referem ter outra atividade por não ter um retorno financeiro adequado só com a consultoria. A maioria das puérperas apresentavam muita dificuldade na amamentação no pós-parto, pois receberam pouca orientação sobre a amamentação antes da consultoria, sendo que as orientações iniciais teriam partido de amigos/família e rede social. As queixas mais frequentes que levam as puérperas procurarem pelo atendimento de consultoria são por fissura mamilar/dor, ingurgitamento mamário, diminuição da produção de leite/relactação, ducto obstruído, bebê não estar ganhando peso e retorno ao trabalho/armazenamento de leite. Os produtos mais utilizados são as rosquinhas e a laserterapia. Em relação aos benefícios avaliados pelas consultoras após o acompanhamento elencam-se a melhora do envolvimento da rede de apoio; esclarecimentos e melhorias no manejo do aleitamento; diminuição/ausência da dor ao amamentar; e aleitamento materno exclusivo até os seis meses. Indicam como fatores para o desmame precoce as complicações na amamentação, a desinformação sobre o amamentar, a falta de rede de apoio, retorno ao trabalho, além da decisão de não amamentar pela lactante. A consultoria em amamentação representa uma oportunidade promissora dentro do empreendedorismo na enfermagem, permitindo que os profissionais contribuam com seu conhecimento especializado no cuidado ao binômio e sua rede de apoio. Assim, conclui-se que esse serviço é fundamental para auxiliar e apoiar a manutenção do aleitamento materno, especialmente em momentos críticos, por insuficiência de orientações na assistência do pré-natal, maternidade do puerpério. Além de ser uma importante área de atuação, a consultoria em amamentação abre novas perspectivas para o empreendedorismo, permitindo que o enfermeiro seja protagonista de sua carreira, melhore sua autonomia financeira e contribua para a valorização da profissão.

Palavras-chave: Aleitamento Materno; Enfermagem Materno-infantil; Consultores; Empreendedorismo em Saúde.



POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A ATUAÇÃO DO PROGRAMA REENCONTRO

Aline Yohana da Silva; Ana Carolina Peters Fischer; Marina Corbetta Benedet.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A compreensão de gênero é resultante de processos sócio-históricos, que foram construídos e podem ser modificados. Dessa forma, o que se compreende por mulher também é uma construção social, que sofre influências da cultura, impondo normas comportamentais a esse corpo. A partir disso, é possível perceber as desigualdades impostas nas relações, enquanto o homem está em um lugar de poder, a mulher ocupa o de submissão. Esse movimento, que determina o que é aceitável ao homem e à mulher, corrobora para a manutenção das divisões de gênero e para as relações de poder, que produzem violência e mantêm a lógica machista e patriarcal. Assim, entende-se o gênero como uma construção social posta sobre um corpo, a fim de controlar sua subjetividade e existência no mundo, limitando as particularidades do ser feminino e do ser masculino. A partir dessa compreensão, não é possível pensar nas questões de gênero e violência, além de outras formas de práticas desiguais, como um fenômeno alheio à história, que ocorreria apenas pelas diferenças entre homens e mulheres. É, então, um acontecimento político e social, estruturado e influenciado pela cultura, pelo momento histórico e pelas relações de poder. Esse evento normatiza os modos de viver e define uma hierarquia entre os gêneros. Também influencia na identidade e ações de cada indivíduo e nas formas de existir em sociedade, além de influenciar nas leis e nas políticas públicas. Outros atravessamentos também são marcadores de desigualdades sociais, que perpassam as questões de gênero, como raça, etnia, orientação sexual, questões financeiras, escolaridade, etc. Tais vulnerabilidades contribuem para a forma com que a violência se estrutura na sociedade. Assim, a mulher é vitimizada por processos sociais que a excluem e invisibilizam, mantendo formas de discriminação e violência, marcando diferentes âmbitos de sua vida, seja em ambiente privado, como no lar, nas relações de trabalho e outros. Em muitos casos, a mulher, inserida na lógica patriarcal e machista, não reconhece que passou ou passa por situações de violência, quando é vista e rebelada, interrompe esse padrão machista em que se espera sua submissão. Tal transformação individual pode levar a mudanças sociais, em que a mulher percebe a violência, e o acesso à informação, como leis e políticas públicas que a auxiliem, corrobora para que sejam feitas denúncias e procurem auxílio nessas situações. Nesse sentido, a fim de enfrentar tais injustiças, são implementadas políticas públicas que auxiliem na garantia dos direitos das mulheres. Como exemplo, tem a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, elaborada a partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Em Itajaí, Santa Catarina, é possível mencionar a Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí, o Agosto Lilás, instituído pela Lei n. 6935, de 5 de setembro de 2018, que se dedica a realizar ações em combate à violência contra a mulher. Há também a promulgação da Lei Maria da Penha, de 7 de agosto de 2006, que “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher”. Ademais, há a Lei n. 13.104/2015, que atribui o feminicídio como um crime hediondo, salientando que ocorre em situações em que há um desprezo pela vítima por seu gênero, geralmente ocorrendo em casos de violência doméstica. É sabido que o Brasil figura entre os países mais perigosos para as mulheres, seja em função do alto número de feminicídios, seja na naturalização das violências e assédios vivenciados pelas mulheres cotidianamente. Entretanto, no campo das políticas públicas, entende-se a relevância de destacar que, quando elas funcionam, possibilitam a efetivação e



direitos das mulheres e a garantia de segurança. Essa ressalva é importante, pois, ao atuar no Programa Reencontro, é possível perceber situações em que as políticas públicas asseguraram às mulheres a possibilidade de saírem de relações violentas. O programa, desenvolvido no âmbito do Instituto Entrelaços, trabalha com pessoas que passaram por situações de violência, que cometeram ou foram vitimizadas. Nesse sentido, através de suporte psicológico, busca auxiliar na reestruturação da vida do usuário, de forma a entender os serviços sociais que essa pessoa utiliza, como o CRAS ou CREAS, e a rede de apoio com a qual pode contar, sejam amigos, familiares ou profissionais. Ademais, existe a possibilidade de se trabalhar a forma de compreender e expressar os sentimentos e as emoções, que são diferentes em cada construção social de gênero. Assim, diversos foram os casos trabalhados no programa, dentre esses, ao discutir sobre políticas públicas e violência de gênero, considera-se necessário destacar o caso de uma mulher venezuelana. Ela, sendo migrante no Brasil, conseguiu garantir medida protetiva contra seu companheiro, teve assegurado um lar temporário para abrigamento e pode procurar caminhos – incluindo acolhimento e suporte psicológico – que garantissem a ela possibilidade de outros modos de se relacionar. Por fim, este caso é apresentado a fim de exemplificar a relevância dessa rede articulada que sustenta e garante o acesso às políticas públicas, mesmo a cidadãs não brasileiras. Entende-se a relevância de considerar os pontos falhos e as dificuldades de analisar os empecilhos para a construção de políticas públicas protetivas, entretanto também é importante fortalecer aquelas que se concretizam e garantem condições dignas de existência. Dessa forma, os diferentes suportes por ela encontrados, como o Programa Reencontro, que forneceu suporte psicológico e acolhimento, o abrigo em lar temporário, a garantia da medida protetiva e outras ações, desenvolvidas a partir de políticas públicas instituídas, auxiliaram essa mulher no enfrentamento à violência de gênero e garantia de seus direitos, enquanto migrante no Brasil.

Palavras-chave: Violência; Gênero; Políticas Públicas; Migração.



DEMANDAS DE MULHERES SOBREVIVENTES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ATENDIMENTOS DO COLETIVO DE MULHERES BRASIL EM AÇÃO, EM PENHA/SC

Amanda Queiroga Tonet; Fernanda Melchiorretto Ferreira; Izabelle Coelho de Souza; João Fillipe Horr; Júlia Melchiorretto Ferreira.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A violência de gênero, principalmente vivenciada por mulheres, é reconhecida como uma problemática das políticas públicas há mais de duas décadas e exige enfrentamento intersetorial em diferentes níveis de atenção e prevenção. No contexto internacional e nacional, a violência de gênero pode se expressar nas formas sexual, física e simbólica, sendo consenso seus profundos impactos psicossociais e na saúde das mulheres sobreviventes. Nesse sentido, devido à sua complexidade, diferentes setores sociais, incluindo Organizações Não-Governamentais (ONG), se tornam parte do enfrentamento da violência de gênero. Em Santa Catarina, a implementação do Coletivo Brasil Mulheres em Ação (CMBA), no município de Penha, tem sido reconhecida como uma instituição de apoio e acompanhamento importantes de mulheres vitimizadas pela violência de gênero. A ONG presta atendimento emergencial e de acompanhamento às vítimas, juntamente com a Polícia Militar, a partir do acolhimento e realização de Medidas Protetivas. Considerando isso, esta pesquisa objetiva, a partir de resultados preliminares, explorar o perfil psicossocial e demandas em políticas públicas das mulheres sobreviventes de violência de gênero e atendidas no Coletivo. Trata-se de uma pesquisa documental, por meio de um delineamento quantitativo e qualitativo, que visa a compreender as variáveis demográficas e socioeconômicas e as demandas das mulheres na ONG CMBA, localizada na cidade de Penha, no estado de Santa Catarina, no ano de 2022. Foram analisados os protocolos de atendimento de 80 mulheres acolhidas pela ONG, e as variáveis analisadas neste estudo serão idade, estado civil, filhos, realização de boletim de ocorrência, medida protetiva, objetivo de atendimento na ONG e qual rede protetiva buscou como amparo após a violência. Quanto ao quesito idade, compreendeu-se o intervalo entre 13 e 75 anos, sendo a grande maioria dos casos entre mulheres de 25 e 40 anos de idade. Entre as mulheres solteiras, a porcentagem foi de 27,5%; 18,7% se encontravam em união estável; 17,5% casadas; e 10% divorciadas. A maioria das mulheres possuía filhos, correspondendo a 67,1%, sendo 57,9% deles menores de idade, e 30,1% são filhos do agressor. Das mulheres atendidas, 61,3% já fizeram, pelo menos uma vez, boletim de ocorrência contra o parceiro, e 47,5% possuem medida protetiva. O objetivo principal de busca do atendimento na ONG foi a realização de atendimento jurídico e atendimento psicológico, correspondendo à 32,1% e 23,1% dos casos, respectivamente. A maior parte das mulheres necessitou da prevenção da polícia militar comunitária para sua proteção, sendo 69,2%, enquanto 15,4% necessitaram de acolhimento institucional. Dessa forma, torna-se evidente a importância de intervenções pautadas nas diferentes necessidades das mulheres atendidas, sendo o diálogo intersetorial entre saúde, assistência social e segurança pública fundamental. Por fim, indicam-se estudos qualitativos, junto às mulheres sobreviventes e sua rede de apoio, para compreender e aprofundar suas demandas e necessidades.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Mulheres; Políticas Públicas.



AÇÃO DO PROJETO PRÁTICA A MENTE: *DIABETES MELLITUS*

Ana Carolina Peters Fischer; Ana Paula da Silva Capeleto; Elaine Watanabe; Eloya Nezello; Laís Helena Tomio; Laura Emanuellyn Seidel; Sofia Lyra Castro; Yuri Eller Verzola.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A Diabetes Mellitus é o termo coletivo para distúrbios metabólicos heterogêneos, cuja principal característica é a hiperglicemia crônica. Pode ser causada por uma perturbação na secreção de insulina, um defeito no efeito da insulina ou, geralmente, ambos. Podendo ser classificada em dois principais tipos, Diabetes Mellitus tipo 1 (DM1) e Diabetes Mellitus tipo 2 (DM2). O número de pessoas com diabetes aumenta constantemente, tendo a OMS estimado que em 2014 havia 422 milhões de adultos com diabetes em todo o mundo. A estimativa é que, até 2045, se tenha 629 milhões de pessoas com diabetes. Além disso, a Federação Internacional de Diabetes estimou que, apenas em 2017, as despesas com o tratamento do diabetes foram de mais de 850 milhões de dólares. Dessa forma, enquanto projeto de extensão universitário, o Prática a Mente realiza ações e oficinas temáticas voltadas para saúde física e mental, conta com a integração de bolsistas de diferentes cursos (farmácia, medicina, nutrição e psicologia) da Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Assim, dada a importância do tema e a pedido do público-alvo do projeto – as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) da Unidade Básica de Saúde (UBS) Nossa Senhora das Graças, localizada na cidade de Itajaí, Santa Catarina –, foi realizada uma ação a respeito da Diabetes Mellitus. A ação proposta envolveu uma dinâmica de quebra-gelo, a dinâmica principal e o fechamento, junto com um *coffee break* para as participantes. Em um primeiro momento, ao iniciar a dinâmica quebra-gelo, a fim de aclimatar as ACS, foi entregue a cada integrante uma folha colorida contendo diferentes palavras: liberdade, amor, diálogo, verdade, amizade, dentre outras. Depois de lerem e conversarem sobre os termos entre si, cada pessoa apresentou ao grupo o significado que a palavra tinha para si na sua vida profissional e/ou pessoal. Essa etapa possibilitou ao grupo ser trazido para o momento presente, deixando os problemas, estresses e preocupações de lado, além de integrar as ACS entre si e com as bolsistas, atingindo o objetivo de trazer um momento de descontração e interação ao grupo. A dinâmica principal referiu-se ao jogo chamado “Bingo da Saúde”, no qual cada bolsista desenvolveu questões específicas sobre a sua área acadêmica. Após as ACS completarem uma cartela inteira do jogo, respondiam uma pergunta relacionada ao tema, momento em que foi discutido sobre a importância do estilo de vida, contendo a prática de exercícios e alimentação balanceada, também sobre a notoriedade em fazer exames regularmente e a adesão ao tratamento medicamentoso, se necessário. Além das respostas às questões propostas, as ACS também compartilharam com o grupo as suas experiências obtidas no trabalho e na família, comentando sobre os problemas na cicatrização de feridas, pé diabético, cegueira e problemas cardiovasculares, o que gerou diálogo e trocas entre todos que estavam presentes. Ao final do encontro, foi feita uma recapitulação das atividades trabalhadas e foi um momento para descontração, em que participaram do *coffee break* ofertado pelas bolsistas. Também foi realizada a avaliação do encontro, de maneira virtual, por um formulário com perguntas enviado no grupo de WhatsApp das integrantes. O retorno foi positivo, ressaltando as dinâmicas interativas, as trocas entre o grupo, as experiências compartilhadas e o conhecimento sobre a temática. Sendo assim, percebe-se a importância das ações desenvolvidas no projeto Prática a Mente, que buscam promover a saúde física e mental da comunidade e da universidade. Além de realizar ações voltadas para os docentes, funcionários e universitários da Univali, assim como profissionais de saúde e líderes



comunitários de Itajaí nas temáticas de saúde mental, estratégias de manejo e acolhimento, que visem a contribuir com a cultura e prática do cuidado de si e do outro e colaborar para o aumento do conhecimento sobre as práticas integrativas e complementares. Como conclusão, vale ressaltar que cada bolsista buscou contribuir com conhecimentos da sua área profissional, sendo essas Psicologia, Medicina, Farmácia e Nutrição, contando com a orientação dos professores do projeto. Espera-se, então, que o presente relato contribua com a comunidade científica, por meio das práticas realizadas nessa ação de extensão e das teorias apresentadas.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus; Extensão Universitária; Autocuidado; Saúde.



AÇÃO DO PROJETO PRÁTICA A MENTE: ESTRESSE E SUAS REPERCUSSÕES NO TRATO GASTROINTESTINAL

Ana Carolina Peters Fischer; Ana Paula da Silva Capeleto; Elaine Watanabe; Eloysa Nezello; Laís Helena Tomio; Laura Emanuellyn Seidel; Sofia Lyra Castro; Yuri Eller Verzola.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O estresse é definido como um conjunto de reações psicológicas e físicas, ocorrendo em resposta a um fator que ameaça à homeostase e promove a adaptação. Entretanto, por mais que o estresse possa ser uma ferramenta de adequação, também pode influenciar negativamente a saúde mental, caso os fatores estressantes excedam os recursos para lidar com a situação, o que acarreta desordens físicas e/ou mentais. Sabe-se que diversos mecanismos estão envolvidos na resposta do corpo ao estresse, como hormônios, mediadores neuroendócrinos, peptídeos e neurotransmissores. Esses mecanismos afetam o corpo de forma sistêmica, gerando as mais diversas respostas. Além disso, o funcionamento do trato gastrointestinal é influenciado pela microbiota intestinal e pelo sistema nervoso. O controle neural do trato digestivo se dá por neurônios entéricos intrínsecos unidos para formar o sistema nervoso entérico (SNE) e inervação extrínseca que conecta o intestino à medula espinhal e ao cérebro, componentes do sistema nervoso central (SNC). Essa comunicação bidirecional entre o SNE e SNC é conhecida como eixo cérebro-intestino. Posto isso, o sistema nervoso central influencia o funcionamento do trato gastrointestinal e vice-versa. Concomitantemente, o projeto de extensão universitária Prática a Mente, composto por estudantes e docentes dos cursos de Farmácia, Medicina, Estética, Nutrição e Psicologia, visa a propagar informações e conhecimentos a partir das diferentes áreas do conhecimento, que são adquiridas durante a vida acadêmica das integrantes do projeto e aplicadas em diferentes ações, realizadas de forma dinâmica com as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) da Unidade Básica de Saúde (UBS) Nossa Senhora das Graças, localizada na cidade de Itajaí, em Santa Catarina. Inicialmente, a partir das respostas em uma pesquisa de temas de interesse realizada com as ACS, elas demonstraram desejo em aprender mais sobre o estresse e seus efeitos no trato gastrointestinal. Sendo assim, foi preparada uma ação com o objetivo de promover educação em saúde, referente à temática solicitada, em congruência com as demandas das profissionais, para, assim, agregar em suas vivências na UBS Nossa Senhora das Graças. Em um primeiro momento, fez-se uma dinâmica quebra-gelo com o objetivo de introduzir as ACS e as bolsistas, além de promover integração ao grupo, deixando-as mais à vontade para a ação. Na dinâmica, as participantes formaram duplas e uma apresentou a outra através de três perguntas: “uma curiosidade que ninguém sabe sobre você”, “uma atividade na qual você é boa” e “uma cor que te define”. Depois disso, foi realizada, então, uma atividade sobre mitos e verdades, relacionados ao estresse e seus efeitos no trato gastrointestinal. Nessa atividade, as participantes continuaram em duplas e receberam uma plaquinha com um lado verde e o outro vermelho, para responder se consideravam as afirmações como verdadeiras ou falsas. Cada bolsista apresentou três frases, referentes à sua área. Entre as afirmações, tem-se: “O estresse, se for intenso e prolongado, pode levar a transtornos psicológicos, como a Síndrome de Burnout”; “Os medicamentos como omeprazol, pantoprazol, esomeprazol são os melhores para o tratamento de refluxo”; “As úlceras ocorrem apenas no estômago”. Conforme as afirmações que foram trazidas, as ACS comentavam por que acreditavam ser verdade ou não, gerando um debate estimulante entre todas as pessoas presentes. Após as trocas conjuntas, as bolsistas explicavam sobre as frases propostas e o motivo de serem mitos ou verdades. Ao



final do encontro, houve um café com alimentos saudáveis, como bolos funcionais e chás, no qual as ACS demonstraram satisfação e animação com o momento proposto pelo Projeto Prática a Mente. O que fez com que as bolsistas sentissem o vínculo cada vez mais promissor. Após o encontro, foi enviado no grupo de WhatsApp, em que todos são membros, um *folder* digital com explicações e dicas a respeito do tema trabalhado, bem como um questionário com a avaliação do encontro, a fim de receber críticas, sugestões ou elogios das integrantes. Mediante o tema abordado e os resultados obtidos, os objetivos da atividade proposta foram alcançados e percebeu-se ainda mais a importância de trabalhar o estresse e suas consequências na comunidade. A coadjuvação entre os cursos de Farmácia, Medicina, Estética, Nutrição e Psicologia foi essencial para que a ação acontecesse, cada bolsista e seu respectivo professor, contribuiu com os aprendizados na área de conhecimento. Dado que esse encontro foi inteiramente coordenado pelas bolsistas, percebeu-se o desafio em efetuar as dinâmicas de quebra-gelo e a atividade principal. Conforme o encontro foi acontecendo, a troca entre coordenadoras e as ACS foi ficando cada vez mais dinâmica, o grupo se mostrou muito participativo e engajado com a proposta, o que auxiliou na apresentação e realização do encontro. Assim, é possível afirmar que o principal desafio foi superado por conta da preparação teórica, treinamento e outras experiências que foram possíveis de adquirir com a universidade.

Palavras-chave: Estresse; Trato Gastrointestinal; Extensão Universitária; Autocuidado; Saúde.



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ana Carolina Peters Fischer; Beatriz Mirante; Eloisa Candido Garcia; Isabela Dávila Resgalla; Milena Batista dos Santos Pedroso; Clarice Aparecida Munaro; Eloysa Nezello; Ana Luiza Reis Vasques.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A violência doméstica e familiar contra a mulher é entendida como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”, de acordo com o art. 5º da Lei Maria da Penha, sancionada em 2006. Esta visa a prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Assim como outros instrumentos de proteção às mulheres, a lei foi elaborada com a finalidade de promoção da equidade de gênero e redução das diferentes formas de vulnerabilidade social das mulheres. No entanto, um levantamento nacional realizado em 2023 demonstrou que 68% das brasileiras possuem uma amiga, familiar ou conhecida que já sofreu violência doméstica. Objetiva-se, com este estudo, apresentar Programas e Políticas Públicas como instrumentos de proteção às mulheres no cenário de violência atual do Brasil. Os métodos aqui utilizados estão baseados na revisão de dados disponíveis na 10ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, publicada pelo Instituto DataSenado em 2023 e na Lei Maria da Penha. Após 2003, com a efetivação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), tem-se um maior investimento no enfrentamento à violência contra as mulheres, o que levou à criação de outros serviços, como centros de referência e defensorias da mulher. Contudo, somente em 2004, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foi elaborada, a partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), tendo sua construção baseada na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, buscando a efetivação de ações que visem ao combate à violência contra as mulheres, de forma a envolver diversos setores do Estado. Em 2005, foram realizadas diversas audiências públicas para avaliar o texto da Lei Maria da Penha, que se iniciou com propostas elaboradas por ONGs, e reformulada por um grupo interministerial, coordenado pela SPM, o que resultou na sua aprovação por unanimidade no Congresso Nacional. Apesar da incontestável importância da Lei Maria da Penha, 75% das brasileiras afirmam desconhecer sobre tal política. Entretanto, evidenciou-se um crescimento importante desde 2021 do número de brasileiras que afirmam conhecer os serviços públicos que integram a rede de proteção à mulher, por exemplo, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Defensoria Pública, Casa de Abrigo e Casa da Mulher Brasileira. No que se refere aos dados epidemiológicos de violência contra a mulher, a pesquisa de violência contra a mulher realizada pelo DataSenado, com relação à violência doméstica, apresenta que a percepção da violência doméstica aumentou nos últimos 12 meses em todo o país (74%). Conclui-se, então que, embora a Lei Maria da Penha e os serviços de apoio tenham apresentado avanços importantes, ainda há desafios consideráveis. O desconhecimento sobre esses mecanismos e a crescente percepção da violência doméstica indicam a necessidade de mais investimentos em divulgação e facilidade de acesso. Para que essas políticas sejam realmente eficazes, é crucial que sejam aplicadas de maneira prática e visível, especialmente para as mulheres mais vulneráveis.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Política Pública; Equidade de Gênero; Violência Doméstica.



RELATO DE EXPERIÊNCIA: A VIVÊNCIA EM UMA LIGA ACADÊMICA DE SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (LASMALP)

Ana Carolina Peters Fischer; João Fillipe Horr; Laura Schneiders Irigoyen; Maria Alice Bruno; Maria Antonia Ferreira; Michele Emanuele da Silva; Sofia Ostrowski Schulz; Vitoria Nathalia do Nascimento.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A formação em Psicologia no Brasil vem passando por significativas transformações ao longo dos anos, principalmente quando falamos sobre as últimas décadas e especialmente no que diz respeito à integração entre universidade e comunidade, quanto à atuação junto às redes de atenção psicossocial nos municípios. Dentro desse contexto, as Ligas Acadêmicas surgem como espaços fundamentais para a articulação entre ensino, pesquisa e extensão – tripé fundamental dentro das universidades, de acordo com a legislação brasileira – oferecendo aos estudantes uma experiência prática e crítica que ultrapassa os limites da sala de aula tradicional e contribui para uma formação profissional comprometida com as demandas sociais. Coincidentemente, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) estabelecem que a formação em saúde deve garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo um ensino crítico, reflexivo e criativo que considere a complexidade do processo saúde-doença e incentive a formação de profissionais engajados. No âmbito da Psicologia Social brasileira, observa-se uma trajetória marcada por profundas revisões teóricas e práticas, que relatam uma crise de referência que questionou modelos tradicionais e promoveu reflexões sobre transformações sociais dentro do contexto brasileiro. Influenciada por movimentos políticos e sociais, a Psicologia Social passou a valorizar intervenções preventivas e comunitárias, destacando a relevância da educação popular e da atuação junto a populações vulneráveis. Além disso, não é possível desvincular os movimentos de Saúde Coletiva, principalmente o papel do psicólogo dentro desse cenário, marcado com muitas dificuldades. Tal fenômeno tem como raiz a formação acadêmica nos cursos de Psicologia, especialmente com as faltas de aporte teóricos e práticos voltados à saúde pública, como aponta a psicóloga e pesquisadora Magda Dimenstein. Nesse cenário, a criação de uma Liga Acadêmica de Saúde Mental e Atenção Psicossocial (LASMALP) representa uma iniciativa dirigida aos princípios da formação acadêmica com as demandas da sociedade. Ao promover a aproximação dos acadêmicos da Universidade do Vale do Itajaí com a prática profissional, desde os primeiros semestres da graduação, a LASMALP visa ao desenvolvimento de habilidades essenciais, como o trabalho em equipe multiprofissional, a compreensão das políticas públicas de saúde e a atuação em diferentes contextos socioculturais. Além disso, contribui para a formação de futuros profissionais sensibilizados e comprometidos com a promoção da saúde integral, alinhados aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Denota-se que cada liga possui suas singularidades, mas todas necessitam de docentes e discentes interessados, que criem um espaço de compartilhamento e ampliação de conhecimento sobre determinado tema. Na liga, objetiva-se que os participantes acessem novos saberes, por meio da escuta de um profissional qualificado na área, da discussão do tema durante o encontro e da vivência e trocas com a sociedade pelos processos de pesquisa e extensão. Ademais, através desse relato de experiência, propõe-se abordar os desafios e a relevância da experiência em uma liga acadêmica, destacando sua contribuição para o processo formativo. A função da liga é criar caminhos que não existem na graduação, em sala de aula, para alcançar experiências e debates que têm poder de constituir um profissional com olhar amplo para a comunidade, permeando sua prática e raciocínio quanto à área de estudo e atuação. Em seu início, os



estudantes buscaram propiciar à comunidade acadêmica um espaço para discutir as diferentes formas de se pensar a saúde mental, bem como sua relação com a atenção psicossocial e o funcionamento da RAPS. Conta-se também que na organização curricular do curso, a disciplina de Saúde Mental Coletiva encontra-se no último período de Psicologia e é eletiva para os demais cursos de graduação. Além disso, as disciplinas do Núcleo Integrado de Disciplinas (NID), que trabalham variados aspectos do Sistema Único de Saúde, não aprofundam sobre o assunto. Há também uma falta de articulação da universidade com a comunidade, o que dificulta a construção de um olhar crítico e real sobre as dificuldades e vivências dos demais sujeitos. É nesse cenário que a liga se faz presente, criada por sujeitos comprometidos em ampliar a compreensão do tema com pessoas com o mesmo desejo. Dessa maneira, a liga organizou encontros com contribuições de diferentes áreas da saúde, intencionando uma visão integral da saúde mental e um ensino-aprendizagem por olhares e fazeres diversos. Ao longo do primeiro semestre de atuação, visou-se ao desenvolvimento de noções iniciais da temática, com indicações de artigos, livros e conteúdos audiovisuais, como o documentário sobre o Hospital Colônia de Barbacena e as histórias de mulheres como Estamira e Sueli Rezende – sendo Sueli o logotipo da liga – por sua contribuição à história da psiquiatria brasileira e às noções de saúde mental. No âmbito de ensino, a liga promove rodas de conversas e oficinas práticas com a temática norteadora sobre saúde mental e atenção psicossocial, objetivando o aprofundamento de aspectos escassos na grade curricular. Portanto, o planejamento dos encontros realiza-se por um levantamento dos interesses dos membros da liga, junto a reuniões da direção para entender as possibilidades baseando-se em pesquisas e relevância para o contexto da Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Os encontros acontecem presencialmente nas dependências da Universidade e são organizados para que os convidados especialistas possam mediar a roda de conversa, no entanto, nos encontros de abertura e encerramento do semestre, os protagonistas são os próprios ligantes. Já no eixo de extensão, a liga iniciou a participação em assembleias e reuniões de equipe nos Centros de Atenção Psicossocial de Itajaí. O município conta com três dispositivos: CAPSad, CAPSii e CAPSi, e o acesso a esses locais permite o desenvolvimento de um Programa contínuo para Construir Espaços de Pertencimento. O presente relato evidencia a importância de integrar teoria e prática dentro do contexto acadêmico, como espaços de potencialidade e articulação crítica de ensino, pesquisa e extensão. A LASMAP, além de fortalecer a criação de vínculos entre os acadêmicos e a comunidade, oportuniza aos estudantes a vivência da prática profissional, do trabalho multidisciplinar e da construção de um cuidado mais humanizado na atenção psicossocial. Desse modo, os profissionais se formam com experiências enriquecedoras aos seus fazeres.

Palavras-chave: Saúde Mental; Atenção Psicossocial; CAPS; Extensão.



CENÁRIOS PSICOSSOCIAIS VIVENCIADOS POR MULHERES QUE SOBREVIVERAM À UMA TENTATIVA DE FEMINICÍDIO CONJUGAL

Ana Clara Luz Loureiro; Bruna Roberta Caron; João Fillipe Horr.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Os feminicídios são violências letais gendradas, motivadas pela misoginia estrutural das sociedades patriarcais, sendo que até metade dos crimes notificados ocorrem num contexto íntimo conjugal. No entanto, além da prevenção desses crimes, é necessário compreender os possíveis efeitos psíquicos e as circunstâncias psicossociais vivenciadas por mulheres que sobreviveram a uma tentativa de feminicídio conjugal (TFC). Este estudo está situado numa pesquisa sobre itinerários terapêuticos de mulheres sobreviventes de TFC, aprovada pelo parecer ético 79174224.0.0000.0120. Com objetivo de descrever e refletir sobre as dimensões psicossociais existentes em TFCs ocorridas no ano de 2022 e 2023, foram analisados 30 prontuários de mulheres sobreviventes e atendidas numa organização não governamental, localizada no litoral catarinense. Por meio de uma análise descritiva e exploratória, identificou-se que a maioria das vítimas (53,3%) eram mulheres jovens e adultas, entre 18 e 38 anos, predominantemente da raça branca (66,7%), com ensino fundamental e médio incompletos (43,3%), trabalhadoras informais (46,7%) e do lar não remuneradas (26,7%). Nas variáveis situacionais relacionadas à violência de gênero conjugal, destacou-se a presença de agressões físicas (86,7%), de perseguição (70%) e ciúmes excessivos (70%) por parte dos autores da TFC, permeadas por controle e coerção das vítimas. Os resultados demonstram presença de fatores de risco, como dificuldades socioeconômicas e violências precipitadoras de feminicídio, que vulnerabilizam mulheres vítimas de violência conjugal e a pertinência de avaliações de risco sensíveis em cenários de assistência social, segurança pública e da justiça.

Palavras-chave: Tentativa de Feminicídio Conjugal; Feminicídio Conjugal; Violência Conjugal Situacional.



VIVÊNCIAS QUE SE ENTRECruzAM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PROJETO RONDON

Ana Flávia de Cezaro; Andressa Vitoria Marconi Bueno; Henrique Costacurta Zuchi; Ednéia Casagrande Bueno.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Intenta-se, com este estudo, refletir a experiência de acadêmicos em diferentes operações no Projeto Rondon, realizadas em julho de 2023 e julho de 2024. Considerando que o referido projeto objetiva reunir universitários voluntários em ações que contribuam para o desenvolvimento sustentável nos municípios contemplados, utilizando as habilidades acadêmicas para contribuir de forma significativa com a cidadania e o desenvolvimento nacional, essa experiência, do mesmo modo, oferece aos participantes uma imersão em novas culturas, viabilizando aos acadêmicos vivências e práticas fora do ambiente universitário. Este estudo alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentre eles, o objetivo 3 Saúde e bem-estar, que objetiva assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades; e o objetivo 4 – educação de qualidade – assegurando a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Considerando os objetivos e resultados do Projeto Rondon, trata-se de diferentes operações, cada uma a seu modo e, ainda assim, pode-se encontrar aproximação nos impactos carregados pelos acadêmicos, devido à identificação de vivências parecidas. O conflito é parte natural da vida em sociedade, promovendo divergências de opiniões, estilos e interesses. Embora muitas vezes visto como negativo, pode ter um papel positivo nas relações humanas. A colaboração entre profissionais de psicologia, direito e outras áreas contribui para a mediação de conflitos. A Resolução n. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou a Política Judiciária Nacional no intuito de tratar os conflitos de forma adequada, permitindo a mediação judicial (realizada por um mediador indicado pelo juiz) ou extrajudicial (buscada espontaneamente pelas partes). A Comunicação Não Violenta (CNV), desenvolvida por Marshall Rosenberg em 1963, é uma abordagem eficaz para a mediação, promovendo uma comunicação consciente e compassiva por meio de quatro etapas: observação, expressão de sentimentos, reconhecimento de necessidades e realização de pedidos. Para promover essa abordagem, foi realizada, no município Taquarussu, durante a Operação Guaicurus, em julho de 2023, no estado do Mato Grosso do Sul, uma roda de conversa com a comunidade geral. Inicialmente, foram identificados os métodos utilizados para solucionar conflitos e, na sequência, foi apresentado o método da mediação, acompanhado de vídeos explicativos sobre sua aplicação. Ao final, a utilização da técnica de *role-playing* permitiu que os participantes vivenciassem o método na prática e percebessem sua eficácia na resolução de conflitos de forma mais pacífica e colaborativa. Já em Cacaulândia, em julho de 2024, durante a Operação Sentinelas Avançadas II, no estado de Rondônia, dentre as ações realizadas pelos acadêmicos, destaca-se a feira da saúde. Esta aconteceu com a comunidade do município, sendo ofertados alguns procedimentos de saúde, como aferição da pressão arterial, verificação da acuidade visual, determinação da glicemia capilar, medida de circunferência abdominal, índice de massa corpórea e orientação de higiene oral com reveladores de placa – o que dinamiza e elucida a prática de escovação. Ainda nessa oficina, foram realizadas atividades recreativas em formato de roda de conversa, denominado “papo aberto”, no qual o público consistia em adolescentes. Somada às atividades com foco na saúde, essa ação possibilitou uma significativa aproximação dos acadêmicos com a comunidade em um espaço aberto e descontraído. Portanto, conclui-se que, comumente, as oficinas e ações



realizadas no Projeto Rondon alcançam êxito ao beneficiar, tanto a comunidade contemplada, quanto os estudantes em suas experiências acadêmicas e humanizadas. Essa troca demonstra ser a tônica das vivências propiciadas pelo Projeto Rondon independentemente da operação realizada, um fator característico do Projeto. Neste contexto compreende-se a frequência com que a palavra “transformação” é escolhida para resumir a experiência das vivências realizadas no Projeto Rondon, pois ao longo da jornada, as experiências entrecruzam-se de tal forma que nenhum acadêmico retorna da mesma maneira que partiu, assim como o integrante da comunidade que participou ali permanece, mas com outro olhar sobre si e sobre a própria comunidade.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Projeto Rondon; Relato de Experiência; Universidade.



A CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: REVISÃO NARRATIVA

Ana Luísa Tiegs; Bianca Cecília Vieira Sagaz; Teresa Maria Figueiredo de Campos; Camila Santos do Couto; Bibiana Sales Antunes Brum; Daniela Cristina Ratico de Quadros; Rita de Cássia Teixeira Rangel.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A Caderneta de Saúde da Criança é um instrumento disponibilizado a todos os nascidos vivos no território nacional. Por meio desse instrumento torna-se possível registrar e acompanhar as principais informações relacionadas ao crescimento e desenvolvimento da criança. O seu preenchimento inicia-se ainda na maternidade, com registros sobre o parto, imunizações e alta hospitalar que são de extrema relevância para a continuidade do cuidado dessa criança na Atenção Primária à Saúde. Além disso, a Caderneta de Saúde da Criança também conta com orientações sobre as fases de desenvolvimento infantil, servindo como uma fonte de informação confiável aos pais ou responsáveis pela criança. O objetivo deste estudo é discorrer sobre a relevância da Caderneta de Saúde da Criança e sua importância para promover o desenvolvimento infantil de forma adequada. Trata-se de um estudo do tipo revisão narrativa da literatura acerca do uso da Caderneta de Saúde da Criança para a promoção do desenvolvimento infantil. A Caderneta de Saúde da Criança é uma ferramenta precisa de dados para familiares e profissionais da saúde, contendo registros de identificação, histórico obstétrico, neonatal e desenvolvimento infantil. Conta também com informações referentes à prevenção de agravos, orientações para a promoção da saúde e nutrição, registros de saúde bucal, visual, auditiva e vacinação. Ponderando que, atualmente, são propagadas inúmeras informações falsas nas mídias sociais, a Caderneta de Saúde da Criança torna-se uma importante fonte de informação segura e acessível aos pais e responsáveis, uma vez que é elaborada pelo Ministério da Saúde, considerando as evidências científicas e distribuída de forma gratuita a todos os nascidos vivos do país. Atentando ao exposto, a Caderneta de Saúde da Criança possibilita a promoção da melhoria da qualidade de vida da criança, atuando como instrumento para a avaliação contínua do desenvolvimento infantil e permitindo a prevenção, identificação e soluções para possíveis agravos, sendo uma importante fonte de informação aos pais e responsáveis.

Palavras-chave: Desenvolvimento Infantil; Registros de Saúde Pessoal; Puericultura.



REPORT OF EXPERIENCE: COLLECTIVE HEALTH IN BRAZIL VS. NORWAY

Ana Luíza Ramos dos Santos; Mayara Ana da Cunha Kersten.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Introduction: The Unified Health System (SUS) offers a wide range of services, from primary care and family health to high-risk surgeries, free of charge to the Brazilian population for over 20 years. In Norway, basic health care operates for free, but many specialized services function privately. This difference makes the operation of SUS a topic of curiosity and numerous discussions among students from other countries participating in exchange programs in Brazil. **Objective:** To report the experience of Norwegian students during home visits as part of practical exchange activities with nursing students from the University of Vale do Itajaí. **Methods:** This is a report-type study regarding the exchange program involving nursing students from Norway and the University of Vale do Itajaí, conducting home visits in neighborhoods of Balneário Camboriú during the Adult and Elderly Health course. The visits took place in October 2024. **Results:** During home visits, it was evident that in Brazil, in most cases, the role of caregiver for the elderly is assumed by a family member, while nursing care is provided by a professional from the Basic Health Unit, who conducts periodic consultations to assess health conditions. However, most daily care responsibilities lie with the family caregiver. In cases where a family member cannot assume this role, the elderly person may seek a spot in a Long-Term Care Institution through the Unified Social Assistance System, where they are assisted by caregivers and a minimal nursing team. In contrast, in Norway, home care for the elderly is rarely performed by family members. In cases of comorbidities requiring specific care, elderly individuals are referred to "nursing rooms," which, unlike in Brazil, operate solely with nurses and nursing technicians. When elderly individuals wish to remain in their homes, nurse caregivers make visits to manage the needs of these patients, including bathing, medication administration, wound care, personal hygiene, and others, with up to five daily visits possible from the home nurse to the elderly individual. In rare cases, elderly individuals remain with their families. This type of learning allowed nursing students to understand the operation of home visits for the elderly in different countries. **Conclusion:** The aging pyramid inversion in Brazil is becoming a reality, and as a result, aging has been a topic of discussion in academic circles. In Norway, this subject is addressed more intensively due to the high elderly population and life expectancy (approximately 84 years for women and 80 years for men), with a significant portion of the students' internships in Norway focused on adult and elderly care. There is a need for the expansion of public policies in Brazil regarding social aging. The exchange experience among students of different nationalities in the context of basic health care aimed at elderly care is highly relevant and generates substantial learning, encouraging continuous improvement in care practices.

Palavras-chave: Elderly Health; Public Policies; Elderly Person.



ESTRATÉGIA PARA O ENFRENTAMENTO DA EPIDEMIA DE DENGUE: IMPLANTAÇÃO PRECOCE DO CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM UM MUNICÍPIO CATARINENSE

Ana Paula dos Reis; Ana Beatriz Bruns Camacho; Graziela Breitenbauch de Moura.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O Centro de Operações de Emergência (COE) para Dengue e outras Arboviroses é composto por representantes de diversos órgãos com uma abordagem multidisciplinar. Abrange setores para o enfrentamento de emergências públicas. Seu principal objetivo é fortalecer a capacidade de resposta frente a desafios decorrentes de epidemias que afetam a saúde pública. Dentre as atribuições estão: planejamento, organização, coordenação e controle das medidas a serem adotadas durante emergências no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo deste estudo é analisar as ações e os resultados da formação precoce do COE no Município de Araquari, Santa Catarina, Brasil, no período de janeiro a junho de 2024, no enfrentamento da epidemia de dengue. A metodologia utilizada é um relato de experiência, no qual foram descritas as ações propostas pelo COE durante o referido período e os resultados avaliados após a implementação delas, com foco na eficácia das medidas implementadas para evitar o colapso do sistema de atendimento de saúde. O grupo iniciou seus trabalhos analisando semanalmente o número de casos notificados e confirmados da doença, monitorando seu crescimento e comparando-o com o ano anterior. Diante do início do aumento do número de casos confirmados de dengue no município instituíram-se: medidas de revisão e previsão de insumos; ampliação das equipes assistenciais na Atenção Primária à Saúde (APS) e no Pronto Atendimento (PA); capacitação dos profissionais; ampliação das agendas de atendimento médico e de enfermagem aos usuários com suspeita de dengue na APS; distribuição de repelentes para os casos suspeitos de dengue e para gestantes. Os resultados obtidos com a antecipação da implantação do COE frente à epidemia possibilitou implementar diversas ações de enfrentamento da dengue minimizando os impactos, evitando, assim, uma crise nos serviços de saúde no âmbito do SUS no município. Dessa forma, foi possível canalizar o fluxo de atendimento municipal e evitar o seu colapso. Os resultados revelam uma estratégia eficaz e proativa para lidar com crises, pois permitem a análise das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos na definição de estratégias e ações. Ao adotar uma abordagem integrada e coordenada, o COE possibilitou a antecipação da equipe aos desafios, implementando medidas abrangentes e direcionadas para absorver a demanda gerada pela epidemia. Por fim, a estratégia foi fundamental para mitigar os impactos da epidemia, destacando a importância da articulação intersetorial de gestores e técnicos de saúde e da preparação diante de situações emergenciais.

Palavras-chave: Centro de Operações de Emergência; Epidemia; Emergência Pública; Dengue.



O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS NA PREVENÇÃO DA DENGUE EM ARAQUARI/SC

Ana Paula dos Reis; Ana Beatriz Bruns Camacho; Graziela Breitenbauch de Moura.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A dengue representa um crescente desafio da saúde pública e é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como a arbovirose de maior importância mundial, se expandindo, principalmente, em países de clima temperado. Além dos fatores climáticos, topográficos e sociais, a coleta de resíduos é uma medida sanitária que auxilia na prevenção de doenças. Políticas públicas voltadas à manutenção da limpeza urbana são de fundamental importância para o controle de criadouros para diversos insetos. O objetivo do trabalho é analisar o impacto das políticas públicas de gerenciamento de resíduos na prevenção da dengue no município de Araquari/SC. O Levantamento de Índices Rápidos para *Aedes aegypti* (LIRAA) é um método de amostragem, que tem como objetivo obter indicadores entomológicos de maneira rápida, sendo utilizado nos programas de controle vetorial. Esses dados fornecem ao gestor subsídios para tomada de decisões e implementação de políticas públicas, sendo classificados como grupos de depósitos predominantes. A metodologia utilizada foi o método descritivo com abordagem de análise de dados secundários, disponibilizados no LIRAA de Araquari nos anos de 2022, 2023 e janeiro, fevereiro e março de 2024, realizados pelos agentes de endemias. Os resultados das análises constataram que, de forma unânime, as maiores frequências de criadouros positivos para o *Aedes aegypti* em Araquari, foram depósitos passíveis de remoção, ou seja, lixo (recipientes plásticos, latas, sucatas, entulhos), representados na categoria de classificação D2. Este fato confirma a recomendação da OMS para o controle da dengue, através da eliminação de possíveis criadouros que são encontrados dentro e no entorno dos domicílios. Entende-se que a presença de criadouros em resíduos é evitável e o município desempenha um papel crucial no incentivo e na viabilização do seu descarte adequado. O planejamento das atividades relacionadas ao controle vetorial consiste em viabilizar pessoal capacitado, insumos e equipamentos em tempo hábil para execução das atividades pela equipe. É importante que essas ações sejam planejadas e executadas de forma intersetorial, envolvendo outros setores municipais. Pode-se dizer, ainda, que, além do poder público e dos profissionais do setor saúde, o controle vetorial é de responsabilidade coletiva. Para tanto, a implementação de políticas públicas eficazes de gerenciamento de resíduos, descarte de materiais e saneamento básico é primordial para o controle vetorial e, conseqüentemente, a redução da dengue. É fundamental que as políticas públicas municipais sejam funcionais e de ampla divulgação. As políticas não só mitigam os riscos de proliferação de mosquitos vetores, mas também promovem melhorias na saúde pública, por isso, poderia ser muito melhor explorada. Desenvolver estratégias de conscientização em massa e participação popular são essenciais para o sucesso dessas iniciativas, contribuindo para a redução da incidência das arboviroses e para a promoção da saúde pública.

Palavras-chave: Dengue; Políticas Públicas; Gerenciamento de Resíduos.



A POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE NO BRASIL E OS DESAFIOS DOS ATORES PÚBLICOS INTERSETORIAIS

Ana Paula dos Reis; Graziela Breitenbauch de Moura.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A política pública é um campo de conhecimento holístico que integra várias disciplinas, teorias e modelos analíticos sob diversas óticas; pode ser resumida como um campo de conhecimento que coloca o governo em “ação”, analisa e, se necessário, propõe mudanças no rumo dessas ações. As políticas públicas de saúde desempenham papel fundamental na organização e oferta de serviços para a melhoria das condições de vida da população. O objetivo deste estudo é realizar uma revisão bibliográfica sobre a política pública de saúde no Brasil. A metodologia utilizada é um ensaio teórico qualitativo. A formação de uma política pública se constitui de um método: o ciclo da política pública. As fases desse ciclo são: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Com o rompimento do feudalismo e o surgimento da industrialização houve a necessidade de algum tipo de proteção social para regular as condições de trabalho, saúde e miséria da população brasileira. Assim, surgem os movimentos sociais e a construção de um novo modelo de saúde pública para população brasileira, o Sistema Único de Saúde (SUS), amparado na Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e na Lei 8.080/90 e alterações. O modelo ampara a saúde da população em fatores determinantes e condicionantes, como: alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, atividade física, lazer, e o acesso a bens e serviços essenciais. A relação entre a política pública de saúde e a política social no Brasil é intrínseca e complexa, refletindo a interdependência entre a saúde e outros fatores sociais. Ainda, a relação com as políticas econômicas é tensa em vários momentos da história no país, pois os gestores geralmente percebem as políticas sociais e de saúde como áreas de gasto e não como produção. Em momentos de contenção de gastos, as políticas sociais e de saúde, comumente, têm limitação de orçamento. O desemprego, pobreza e desigualdade social impactam diretamente na saúde da população; por este motivo, manter um equilíbrio entre as necessidades sociais e a capacidade econômica do setor público é fundamental. No Brasil, a política pública de saúde abrange determinantes e condicionantes de saúde, sendo ampla, ultrapassando o setor saúde propriamente dito. Inclusive, a saúde é vista como um direito de todos e dever do Estado. Dessa forma, este ensaio teórico faz refletir que a política pública de saúde no Brasil assume direitos inerentes às condições de cidadania, que são desafios de garantir sem a participação de outros setores e atores públicos intersetorialmente. Nesse sentido, é necessário o avanço de políticas públicas sociais mais abrangentes em outros setores e não apenas no setor saúde. Este ensaio reforça a importância da implementação da política pública de saúde contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. Urge estar na agenda política de gestores públicos não somente no discurso, mas como uma prioridade factível.

Palavras-chave: Política Pública; Política Pública de Saúde; Sistema Público de Saúde.



BIOPIRATARIA: UMA RELAÇÃO ENTRE A BIODIVERSIDADE E A SAÚDE PÚBLICA

Ana Paula dos Reis; Tainara Jordana Prestes Bertoldo.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Trata-se de um ensaio teórico, qualitativo, que, pelo método indutivo, utiliza-se de artigos científicos, legislação e documentos internacionais como referencial teórico. O objetivo desta análise é trazer esclarecimentos acerca da biopirataria, relacionando a biodiversidade às aplicações na saúde pública. A Biopirataria é a apropriação de materiais biológicos, genéticos e/ou dos conhecimentos tradicionais associados a eles, sem consentimento prévio fundamentado das partes interessadas. A biodiversidade é fonte crucial para formulação de medicamentos, cosméticos, vacinas e produtos biotecnológicos, encontrando em plantas, animais e microrganismos as matérias-primas para seu desenvolvimento. Pela biodiversidade brasileira ser considerada uma das maiores do mundo, torna-se alvo das práticas de biopirataria, no que diz respeito ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, podendo acarretar a extinção de espécies da fauna e da flora, e de práticas seculares de povos indígenas. A indústria farmacêutica obteve um crescimento de 400% após a identificação de mais de 120 princípios ativos encontrados em plantas utilizadas para fins medicinais, sendo que 75% foram identificados por povos indígenas. Apesar de a Lei de Biodiversidade (13.123/2015) determinar a repartição de benefícios resultantes da exploração econômica advinda do acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional, com a prática de biopirataria, nem o país e nem os povos indígenas recebem qualquer distribuição sobre os resultados. É evidente que a utilização dos conhecimentos tradicionais desses povos e o material genético da fauna e flora encontrados no Brasil geram interesse à indústria pelo potencial lucrativo associado à exploração comercial desses recursos. A indústria farmacêutica busca meios inovadores para o desenvolvimento de produtos mais eficazes, o que pode levar a uma corrida pela obtenção de patentes sobre estas substâncias e conhecimentos tradicionais associados apropriados. De acordo com um estudo, entre os anos de 2006 e 2016, o Brasil gastou mais de 33 bilhões de reais com a aquisição de medicamentos. Diante disso, é preciso compreender que dentre as 100 melhores companhias farmacêuticas e de saúde a nível mundial, o Brasil não possui nenhuma representante. Compreende-se, portanto, que a biopirataria afeta não somente a biodiversidade, tendo impactos efetivos também na saúde pública, com os elevados gastos com a compra de medicamentos, e pela dependência econômica e social em relação aos países mais desenvolvidos, onde usualmente se localizam as indústrias farmacêuticas. Além disso, diante das possibilidades de extinção, futuramente pode haver prejuízo ao desenvolvimento de novos medicamentos e tratamentos de saúde. Portanto, devem ser criadas políticas públicas efetivas para o combate da prática de biopirataria, enfatizando a fiscalização e criminalização do ato. Essas políticas são fundamentais para garantir que os recursos naturais sejam utilizados de forma ética e sustentável, prevenindo, assim, impactos negativos na saúde humana e no meio ambiente.

Palavras-chave: Biopirataria; Saúde Pública; Indústria Farmacêutica.

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC.



A RELAÇÃO ENTRE ESTUDOS E MATERNIDADE: UMA PESQUISA SOBRE ALUNAS PUÉRPERAS NA GRADUAÇÃO

Ana Paula dos Santos Rodrigues; Camila Gois Nicolini; Maria Vitória Schizzi Tiepo.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O estudo aqui apresentado abordou os desafios enfrentados por alunas-mães no ambiente acadêmico e a insuficiência das políticas públicas destinadas a apoiá-las. A pesquisa foi desenvolvida no período de 2023 a 2024, de caráter qualitativa e exploratória, utilizando-se da revisão bibliográfica como método de busca dos materiais a serem, posteriormente, investigados pela análise de discurso. O objetivo geral teve como intuito compreender os desafios enfrentados pelas alunas puérperas durante a graduação; junto a isso, teve-se como objetivos específicos investigar os desafios que mulheres-alunas puérperas encontram no período da graduação universitária; compreender de que forma a gestação pode ser um fator de interrompimento dos estudos universitários durante a graduação; pesquisar se existem políticas públicas que assistam mulheres puérperas durante seus estudos universitários no período da graduação. A maternidade, conforme revelado no estudo, é um dos principais fatores de evasão escolar entre as alunas da graduação. Embora a Lei n. 6.202/1975 assegure o direito de exercícios domiciliares durante o último trimestre de gravidez e nos três meses subsequentes ao parto, a implementação dessa legislação nas instituições de ensino é limitada e não contempla todas as necessidades das alunas-mães. Destaca-se que, além das dificuldades acadêmicas, as mulheres também enfrentam sobrecarga com os cuidados infantis e as tarefas domésticas, muitas vezes, sem apoio institucional adequado. No que tange às políticas públicas de acesso e permanência na universidade, percebe-se a necessidade da criação de creches universitárias, visto que um dos grandes obstáculos para a continuidade das alunas-mães nos cursos de graduação é a dificuldade de dispositivos que ofertem espaço para as crianças, enquanto as mulheres encontram-se em aula. A implementação de creches proporcionaria um suporte essencial para que essas estudantes pudessem continuar seus estudos sem a preocupação constante com o cuidado dos filhos. Por conseguinte, o estudo reforça a importância de políticas que propiciem maior flexibilidade acadêmica, como prazos estendidos para a entrega de trabalhos e adaptações curriculares que permitiriam uma maior inclusão e menor índice de evasão. A pesquisa também discute a carência de políticas públicas específicas que promovam a igualdade de gênero no ambiente acadêmico. Medidas de suporte, como a oferta de creches, não apenas permitiriam que as alunas-mães continuassem seus estudos, mas também fortaleceriam a luta pela equidade de gênero dentro das universidades. Nesse sentido, a precariedade de legislações que deem respaldo e segurança a este público, favorece a continuidade das desigualdades enfrentadas pelas mulheres no ensino superior, especialmente no que diz respeito à maternidade. Em conclusão, o estudo destacou a necessidade urgente de reformas nas políticas públicas voltadas às alunas puérperas, bem como a criação de novas; em conjunto, a implementação de medidas de flexibilização acadêmica poderia garantir a permanência dessas mulheres nos cursos de graduação, promovendo espaços de construção identitária. Desse modo, pensar em maternidade na universidade é alinhar projetos políticos mais inclusivos e abrangentes que assegurem o direito ao estudo às alunas-mães, sem, necessariamente, ter que se tornar uma escolha de abdicção entre um desejo ou outro.

Palavras-chave: Gestação; Graduação; Maternidade; Políticas Públicas; Puerpério.



PET EQUIDADE ANTONIETA DE BARROS: PROMOVENDO O RESPEITO À DIVERSIDADE ATRAVÉS DA ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E TRABALHO

Ana Regina Coldebella; Camila Monteiro Santos; Carolina Machado; Danielly Fontoura Franz Hafthór Sigurdhsson Guimarães; Leonardo Dünkersleber; Raphael Nunes Bueno; Victoria Pedrosa Ribeiro.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A Universidade do Vale do Itajaí (Univali), juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí (SMS), desde o ano de 2006 tem participado dos Editais do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde que visam à mudança no ensino na área da saúde, buscando atender às demandas das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos da saúde. Em 2023, a Univali submeteu projeto em resposta ao Edital SGTES/MS n. 11, de 16 de setembro de 2023, denominado PET Equidade Antonieta de Barros: um cuidado integral às trabalhadoras de saúde, que propõe contribuir para a formação de futuros profissionais, bem como para a criação e a ampliação das condições necessárias ao exercício da valorização das trabalhadoras e futuras trabalhadoras no âmbito do SUS, considerando a equidade de gênero, identidade de gênero, sexualidade, raça, etnia e deficiências. Em abril de 2024, foi publicado Edital com a aprovação do projeto que teve seu início em maio do mesmo ano, com previsão de término em maio de 2026, contando com a participação de professores de Saúde Coletiva da Escola de Ciências da Saúde da Universidade, Servidores Públicos da Saúde e Bolsistas das Escolas da Saúde, Negócios, Educação e Ciências Jurídicas. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é apresentar a construção do projeto PET Equidade Antonieta de Barros: Grupo 2, no município de Itajaí/SC. Este é um estudo descritivo através da análise de documentos e referencial teórico. Após o lançamento da chamada pública do projeto PET Equidade em 2023, os professores pertencentes ao Núcleo de Saúde Coletiva da Universidade, envolvidos nas edições anteriores do PET Saúde e a Coordenação da Atenção Primária da SMS Itajaí iniciaram o desenho de projeto, tendo como desafio a concepção de ações voltadas às trabalhadoras e futuras trabalhadoras do SUS, pensando nas interseccionalidades que interferem na Equidade, assim como incluir a participação de bolsistas de outras Escolas do Conhecimento, das áreas de ciências sociais e humanas. Submeteram-se cinco grupos tutoriais, cada qual formados por oito bolsistas, sendo seis da área da saúde e dois das áreas sociais e humanas, dois preceptores do serviço de saúde, um tutor, um coordenador por grupo, um Coordenador Geral do Projeto (SMS Itajaí) e um articulador do serviço com a sociedade civil organizada. O Grupo 2 do PET Equidade está inserido no Eixo 01 da Valorização das trabalhadoras e futuras trabalhadoras no âmbito do SUS tendo como objetivo estimular a SMS na definição de estratégias para o reconhecimento de situações e contextos de iniquidade no mundo do trabalho na saúde, promovendo medidas para a transformação da cultura organizacional no âmbito do SUS, através de processos formativos, diagnóstico do público-alvo, revisões de políticas públicas e legislação. Como metas, deverá avaliar as ações que valorizem as trabalhadoras e a equidade nos documentos públicos municipais, identificar os produtos desenvolvidos como projetos de lei, elaboração e revisão de políticas públicas, materiais instrutivos e serviços voltados à valorização das trabalhadoras da saúde e participar da Conferência Municipal de Saúde da Trabalhadora. Conclui-se que o conhecimento e a intersecção de políticas públicas de saúde e educação possibilitam a formação de futuras profissionais socialmente comprometidas e um ambiente de trabalho que garanta dignidade e proteção às trabalhadoras de saúde.

Palavras-chave: Equidade; Profissionais da Saúde; SUS.

Apoio: Ministério da Saúde, SUS.



PET EQUIDADE ANTONIETA DE BARROS: CARTOGRAFIA INICIAL

Ana Regina Coldebella; Camila Monteiro Santos; Carolina Machado; Gustavo Becker Krummenauer; Isadora Klabunde Pereira; Luana Freire de Sousa Michiles; Marieli Portella Glowczynski; Raphael Nunes Bueno.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O PET Equidade Antonieta de Barros é um projeto de parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí (SMS Itajaí) e a Universidade do Vale do Itajaí (Univali) com foco na discussão da promoção da equidade às trabalhadoras e futuras trabalhadoras, explorando a interseccionalidade das questões de gênero, sexualidade, raça, etnia, deficiência, saúde mental e maternagem. A Equipe é composta por cinco grupos tutoriais, cada qual formado por oito bolsistas, sendo seis da área da saúde e dois das áreas sociais e humanas, dois preceptores do serviço de saúde, um tutor, um coordenador por grupo, um Coordenador Geral do Projeto (SMS Itajaí) e um articulador do serviço com a sociedade civil organizada. Existem três Eixos: Eixo 1, responsável pela execução de diagnóstico e promoção da equidade de gênero, raça, deficiências e orientação sexual, composto por dois grupos tutoriais, um dos quais, é aqui apresentado; Eixo 2, composto por dois grupos tutoriais que abordam saúde mental e práticas integrativas e complementares em saúde; e Eixo 3, composto por um grupo que trabalhará a maternagem das profissionais de saúde e dos profissionais que gestam. Em abril de 2024, foi publicado Edital com a aprovação do projeto, que teve seu início em maio do mesmo ano, com previsão de término em maio de 2026. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo compartilhar o desenvolvimento das atividades do grupo 2 do Projeto PET Equidade Antonieta de Barros entre o período de maio a setembro de 2024. Este estudo descritivo aborda as atividades do Grupo 2 do PET-Saúde, iniciadas em março de 2024 com a seleção dos integrantes. As reuniões focaram na definição de conceitos e na elaboração de um questionário *online* para as trabalhadoras do SUS. Em 02/06/2024, ocorreu a primeira reunião, com a apresentação do projeto PET-Saúde Equidade Antonieta de Barros, incluindo dados demográficos e o público-alvo. Em 02/07/2024, uma das preceptoras, da Diretoria de Vigilância Epidemiológica, apresentou o papel da vigilância na prevenção de doenças e a importância dos sistemas de informação e da notificação de doenças relacionadas ao trabalho. Destacou-se a subnotificação e a necessidade de facilitar o acesso à informação sobre notificações. Em 23/08/2024, houve uma capacitação conjunta para os grupos PET Equidade, conduzida pelos professores Marina Corbetta Benedet e João Fillipe Horr, da Univali. A reunião discutiu temas relacionados à saúde mental, destacando que ela está relacionada à produção de sentido para a vida, e que a perda desse sentido pode levar à depressão, caracterizada pela ausência de expectativas e pela sensação de vazio. A importância da rede de apoio foi ressaltada, mas houve o alerta para o perigo da terceirização do cuidado, que pode enfraquecer os vínculos internos nos grupos de trabalho. Discutiram-se, ainda, os estereótipos enfrentados pelas mulheres no ambiente de trabalho e a sobrecarga de tarefas domésticas, que as leva à exaustão física e mental. Além disso, a tese de Pedro Ambra (2018) foi citada para discutir a crise da masculinidade, diante da perda de privilégios. O conceito de interseccionalidade também foi amplamente debatido, ressaltando a combinação de fatores sociais, como gênero, raça e localização geográfica na construção de desafios e privilégios. Ao final, concluiu-se que a interseccionalidade e os recortes de gênero são essenciais para compreender as questões de saúde mental e que é necessário ampliar as discussões sobre o sofrimento coletivo. No encontro de 05/09/2024, o grupo revisou os termos para o questionário, incluindo campos como “mulheres transgênero” e “homens transgênero”, visando a abranger todo o público-alvo, especialmente no campo da



maternagem. Em 12/09/2024, o grupo preparou dois artigos para o IV Congresso Internacional de Políticas Públicas para a América Latina. O primeiro tratou da criação e evolução do PET em Itajaí/SC, enquanto o segundo relatou o trabalho do grupo 2 entre maio e setembro de 2024, destacando estratégias e desafios. Em suma, as intervenções promovidas pelo Grupo 2 do PET Equidade Antonieta de Barros entre maio e setembro de 2024 revelam avanços significativos na promoção do debate quanto à equidade em gênero e saúde e, ainda, fortalecimento do entendimento da interseccionalidade, enquanto peça-chave na compreensão dos desafios enfrentados pelas trabalhadoras do SUS. A estruturação de um questionário abrangente, discussões acerca da saúde mental, além da preparação de artigos científicos revelam o compromisso do grupo com a inclusão, bem como a melhoria nas condições de saúde das mulheres e pessoas em gestação. Além disso, o projeto mostrou, ainda, a importância de articulação, entre áreas do conhecimento e setores da saúde para a criação de soluções integradas e inclusivas. O engajamento de alunos de diferentes entradas nas disciplinas e de um aspecto diverso de preceptores e tutores resulta no aprendizado coletivo, só possível de ser alcançado por políticas públicas mais inclusivas.

Palavras-chave: Equidade; Profissionais da Saúde; Sistema Único de Saúde.

Apoio: Ministério da Saúde, SUS.



VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO PROCESSO DE PARTO: REVISÃO INTEGRATIVA

Ana Sara dos Santos; Rita de Cássia Teixeira Rangel; Eneida Patrícia Teixeira; Pollyana Bortholazzi Gouvea.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A violência obstétrica é o termo usado para enunciar inúmeras ações e situações de violência profissional durante a prática assistencial obstétrica, marcada pelo uso de tecnologias e a adoção de procedimentos inadequados durante o ciclo gravídico-puerperal sem o consentimento explícito e informado da gestante/parturiente, ferindo os princípios dos direitos individuais da mulher. Dessa forma, a atuação do enfermeiro faz diferença na violência obstétrica. Objetiva-se, com este estudo, identificar a atuação do enfermeiro com relação à violência obstétrica no processo de parto em artigos publicados no período de janeiro de 2012 a agosto de 2022. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, construída seguindo suas etapas de elaboração. A coleta de dados para a análise dos artigos foi realizada através da combinação dos descritores, sendo selecionados conforme critérios de inclusão e exclusão, contando com ferramentas *online* (EndNote e Rayyan) no processo de coleta e triagem dos dados. Foram encontrados 2.754 artigos. Desses, foram excluídos 466 artigos por estarem duplicados. Também, 2.151 artigos foram excluídos, porque o título e/ou resumo não apresentaram aderência ao tema e problema de pesquisa. Ficaram 137 artigos, que foram lidos integralmente, buscando satisfazer os critérios estabelecidos na metodologia. Após essas etapas, 37 artigos foram selecionados para revisão. Através da análise dos artigos, foi classificada atuação positiva do enfermeiro frente a violência obstétrica caracterizada pelas boas práticas do parto e a atuação negativa do enfermeiro frente à violência obstétrica, caracterizando procedimentos não pautados nas diretrizes das boas práticas do parto. A atuação da enfermagem obstétrica é, em muitos dos artigos, identificada como negativa, com isso, infere-se que este profissional favorece a prática violenta, através de métodos intervencionistas, invasivos e desrespeitosos, gerando maior mal-estar e insatisfação nas parturientes. A enfermagem obstétrica possui inúmeros desafios no que se diz respeito à assistência ao processo de parturição, iniciando pela autoavaliação e reflexão do conceito de Violência Obstétrica, para que, ao invés de serem um ponto de contribuição favorável a esta prática, sejam um ponto de prevenção da Violência Obstétrica. Já nos artigos caracterizados com uma atuação positiva, foi possível observar que, quando presente na assistência ao parto, a enfermagem obstétrica foi um diferencial, sendo elevada como uma categoria essencial nesse processo, pois reproduziram práticas pautadas na humanização, acolhimento e cuidados não invasivos. Sendo assim, favorecer a prática humanizada é colaborar para que, durante o trabalho de parto, a mulher tenha uma atenção que favoreça um parto fisiológico, isento de práticas desnecessárias, traumas e desrespeito, favorecendo a realização de práticas assistenciais que resultam em desfechos obstétricos e neonatais favoráveis e que promovam o protagonismo e autonomia da mulher. Esta pesquisa evidenciou a dualidade na atuação dos enfermeiros frente à violência obstétrica, destacando a importância da adesão às boas práticas assistenciais. Enquanto alguns profissionais contribuem para práticas humanizadas, promovendo partos respeitosos e acolhedores, outros ainda adotam métodos intervencionistas e invasivos que geram sofrimento às parturientes. A reflexão crítica sobre a violência obstétrica e a capacitação contínua dos enfermeiros são essenciais para prevenir essas práticas. Promover o protagonismo da mulher e garantir uma assistência humanizada durante o parto são fundamentais para melhorar os desfechos obstétricos e neonatais.

Palavras-chave: Enfermagem Obstétrica; Violência Obstétrica; Trabalho de Parto; Parto Humanizado; Puerpério.



DESAFIOS E PROGRESSOS NO COMBATE À HEPATITE C: PERSPECTIVAS RUMO À ERRADICAÇÃO

Andressa Pinto Michael; Ana Maria de Souza Melo; Clarissa Formigheri Moretto; Isadora Pereira da Costa Cruz; Naej Carla Lamim Steil; Natália Pilan; Letícia Ziggliotti de Oliveira.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A infecção pelo vírus da hepatite C (HCV) é um importante problema de saúde pública no mundo, sendo responsável por 221.000 mortes no ano de 2022. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), apenas 36% das pessoas vivendo com hepatite C foram diagnosticadas entre 2015 e 2022, e 20% receberam tratamento. Em 2016, após o advento das drogas de ação direta (DAAs) contra o HCV, associadas a altas taxas de cura, a OMS estabeleceu a meta global de eliminar a infecção pelo vírus até o ano 2030. Há ferramentas disponíveis para que se cumpra o objetivo, mas a resposta global é lenta e pouco coordenada. Ademais, identificar e superar as barreiras referentes ao diagnóstico e tratamento do HCV são desafios, especialmente em países de baixa renda, onde há iniquidades no acesso à saúde, além de obstáculos socioculturais e legais. Há exemplos favoráveis de estratégias para a eliminação do HCV no mundo. O Egito, país que apresentava a maior prevalência mundial desta infecção, foi a primeira nação a implementar um programa bem-sucedido visando à eliminação da hepatite C: mais de 60 milhões de pessoas foram testadas e 4 milhões foram tratadas entre 2014 e 2022, com redução na prevalência de 10% para 0,38% no período. No Brasil, em 2022, foram registradas 535.868 infecções por hepatite C, com uma cobertura diagnóstica de 36% e apenas 24% de tratamento. Esse cenário evidencia a necessidade de investimentos em ações de saúde como estratégia nacional para eliminação da infecção pelo HCV. O país tem avançado em planejamentos neste campo desde 2015, com a incorporação e disponibilização do tratamento do HCV com DAAs pelo SUS e o aumento na disponibilização de testes rápidos para HCV e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST). Atualmente, o tratamento para o HCV está disponível em todas as unidades federativas. Contudo, exames laboratoriais mais complexos, necessários atualmente para o fluxo diagnóstico, são pouco acessíveis em alguns locais. Há dificuldades na efetivação do acesso universal, especialmente em regiões com infraestrutura deficiente e onde os profissionais de saúde não se sentem capacitados para orientar a população. Educação permanente em saúde e o fortalecimento da atenção primária com vistas à ampliação dos diagnósticos e à descentralização dos serviços de saúde de atenção à hepatite C, especialmente em locais com alta prevalência, são medidas imperativas para ampliar o número de pessoas tratadas. Faz-se necessário, portanto, investimentos em infraestrutura para diagnóstico e capacitação da força de trabalho do SUS para que as iniquidades existentes hoje sejam ultrapassadas e o Brasil consiga efetivamente tratar os pacientes que vivem com hepatite C e, conseqüentemente, atingir a meta estabelecida pela OMS.

Palavras-chave: Doenças Transmissíveis; Hepatite C Crônica; Erradicação de Doenças.



TESTEMUNHANDO O PRÓPRIO ENLOUQUECER: REFLEXÕES EM “O PAPEL DE PAREDE AMARELO”

Andressa Vitoria Marconi Bueno; David Tiago Cardoso.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Walter Benjamin critica a noção de progresso, que frequentemente ignora ou destrói as vidas de sujeitos marginalizados. Nesse sentido, este resumo tem por objetivo compreender o testemunho da narradora do conto “O Papel de Parede Amarelo”, publicado em 1892 por Charlotte Perkins Gilman. Por meio de suas experiências insatisfatórias com o tratamento médico, um progresso para a época, inspira-se a escrever o referido conto. A escolha desta narrativa se fez pela intersecção com o tema da desigualdade de gênero na saúde mental e no tratamento dirigido à mulher, sendo direcionado pela política de gênero, alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): 5 - igualdade de gênero; 10 - redução das desigualdades. A personagem, inominada, demonstra a relação estabelecida com seu marido-médico, que toma as rédeas de seu tratamento e de sua vida, em uma relação de poder que a aprisiona, subtraindo sua autonomia e a mergulhando em um estado de crescente desespero. Seu processo de adoecimento intercala-se entre metáforas obscuras e, em determinados momentos, constrói reflexões sobre os gatilhos que influenciam sua mente, além das vulnerabilidades e desigualdades que permeiam sua relação. À medida que os dias passam, sua existência parece ir se desvanecendo, vivendo constantemente à sombra de alguém, que frequentemente assume a faceta de um homem. Enclausurada, não tem outro pano de fundo senão um papel de parede amarelo, que se mostra a fonte de maior perturbação, e junto a todo o contexto, torna suas vivências cada vez mais opressivas. A narrativa parece carregar um caráter confidencial e, ao final, o leitor acaba por tornar-se “confidente” de uma escrita furtiva, em que a narradora está impedida de escrever, no entanto persiste, mesmo que essa forma velada lhe cause tamanha exaustão: “Apesar das opiniões deles, escrevi durante uns tempos, isso acaba sempre por me fatigar bastante, ter que fazê-lo tão veladamente”. Reflete-se, ainda, à lógica de Benjamin, quando pontuou que se deve “escovar a história a contrapelo”, pois este tinha um interesse sedimentado com as vítimas “invisíveis” da marcha da História; esse caminho é viável por meio da narratividade, na qual se ocupa o lugar de quem conta a história, permitindo dar espaço para vozes emudecidas e testemunhos comumente silenciados. Portanto, a narrativa traz à tona e faz refletir quantas mulheres rastejam-se em seus quartos amarelos, escondidas sob estereótipos de “desequilibradas” e “insanas”, alertando que lutar contra as desigualdades deve sempre fazer parte da política de saúde mental. Convida-se a mais estudos sobre essa temática, visando maior reflexão em relação aos itinerários de cuidado, registrando esse ato de contar a própria história, ressoando com o papel que Benjamin atribui ao narrador, como aquele que dá voz aos esquecidos e oprimidos, que neste estudo tem como foco a mulher.

Palavras-chave: Literatura; Desigualdade de Gênero; Adoecimento Psíquico; Narratividade.



DANDO VOZ À RAMONA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andressa Vitoria Marconi Bueno; Edneia Casagrande Bueno.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Intenta-se, com este estudo, trazer à tona a experiência de uma oficina sobre ansiedade, depressão e saúde mental, esquadrinhada por uma acadêmica de Psicologia e realizada no Projeto Rondon, em Rondônia, em julho de 2024. Este relato aproxima-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, em que se pretende garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, uma vez que este relato de experiência considera as questões de saúde, perpassando os sofrimentos psíquicos e a saúde mental. O Projeto Rondon é reconhecido como o maior projeto de extensão do Brasil, ao reunir participantes em uma ação interministerial em colaboração com as Forças Armadas e instituições de ensino superior. Objetiva-se reunir universitários voluntários em ações que contribuam para o desenvolvimento sustentável nos municípios contemplados, por meio do ofício das habilidades universitárias, colaborando significativamente com a cidadania e o Desenvolvimento Nacional. Na Operação Sentinelas Avançadas II, projetou-se uma oficina para profissionais da saúde no município de Cacaulândia/RO, cujo objetivo foi apresentar um estudo de caso que visava a refletir os impactos da realidade social no sofrimento psíquico e traçar uma linha de cuidado humanizada para Ramona, boneca construída no serviço CAPS II de Itajaí/SC, durante o estágio realizado pela acadêmica de Psicologia. Ramona, sendo fruto de uma oficina de economia solidária de usuários do CAPS II, carrega consigo uma trajetória valiosa para iniciar a reflexão acerca da saúde mental. No decorrer da oficina, os profissionais da saúde foram convidados a fazer uma interconsulta com Ramona, visando a descobrir todos os sintomas e considerando suas demandas, além dos marcos sociais que, de alguma maneira, corroborassem com seu sofrimento. A boneca Ramona teve voz através da acadêmica que, enquanto os profissionais faziam as perguntas, interpretava Ramona. A partir dos sintomas e demandas acessados em Ramona, os participantes deveriam traçar um plano de cuidado, de forma a evitar a medicalização imediata, pautado na compreensão de Ana Bock – em que saúde é compreendida na relação, ou melhor, como a “relação com as condições de vida a que os sujeitos estão submetidos”. Os participantes foram instigados a refletir e problematizar de que maneira o sofrimento pode ser reflexo da sociedade ao redor do sujeito, e de que maneira, ocupando o papel de profissional da saúde, poder-se-ia construir algo para melhor atender os usuários. A oficina contou com alguns percalços que tiveram que ser mediados e improvisados pela acadêmica, como pessoas sensibilizadas pela temática, o que possibilitou uma maior autonomia desta frente a situações limites. Por fim, a oficina logrou êxito, considerando que se atingiram os objetivos esquadrinhados ao promover um olhar para a saúde mental e o adoecimento sob uma outra perspectiva, fugindo à lógica manicomial e medicamentosa. A medicação é sempre uma resposta a todos os sintomas, um fator problematizante, se considerado que novos transtornos surgem a cada dia e que a medicalização de condutas classificadas como anormais têm sido estendidas a praticamente todos os domínios da existência humana. Por derradeiro, ao estar em contato com a comunidade e com uma cultura tão diferente, percebeu-se uma riqueza de vivências que permitiram a construção de outras óticas sobre a saúde mental e o sofrimento humano. Enfatiza-se ainda que, para dizer sobre a saúde de alguém, é preciso impreterivelmente conhecer a cultura e o contexto em que o sujeito esteja inserido, e somente através desses atravessamentos poder-se-á chegar a alguma aproximação.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Projeto Rondon; Saúde Mental.



LINHAS DE FUGA NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andressa Vitoria Marconi Bueno; Isabela dos Santos Pinheiro; David Tiago Cardoso; Maria Vitória Schizzi Tiepo.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Este relato de experiência objetiva refletir as linhas de fuga dentro do ambiente universitário, em que se constrói e vivencia a ocupação artística pelos corredores. A Liga Acadêmica de Performatividades, Estética e Subjetividades (LAPES) foi criada em 2023 por acadêmicas e professores do curso de Psicologia, visando a criar espaços de estudo, reflexão e experimentação da arte. Portanto, este estudo alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 – saúde e bem-estar –; e 4 – educação de qualidade. A LAPES permite um espaço de estudo, pesquisa e extensão aos estudantes, a partir da reflexão sobre subjetivações no mundo e performatividades cotidianas; sendo assim, torna-se viável a criação de espaços de existências e resistências, tendo em vista o direito à arte, como ferramenta de saúde, lazer e bem-estar, além de posicionamento político, questionando-se quais os meios possíveis de acessá-la. Os encontros são divididos em: discussões teóricas, nas quais já foram trabalhados autores como Augusto Boal, Jacques Rancière e Gilles Deleuze, além de artigos nacionais que exploram as temáticas propostas; experimentações de corpo, que contam com a realização de exercícios de teatro pelo grupo, visando à consciência corporal e intimidade consigo e com o outro; e rodas de conversas com convidados, nas quais participam artistas para contar sobre as experiências estéticas e performáticas nesse campo. Além disso, todo semestre propõe-se, pelo menos, uma *performance*, a ser realizada no campus universitário, a fim de concretizar as aprendizagens dos encontros e mobilizar a comunidade que permeia os corredores, por meio da arte; como exemplo, destacam-se as *performances* “60 anos – Ditadura Militar no Brasil”, ocorrida em maio de 2024, que contou com a declamação de uma poesia autoral das componentes do grupo, seguida de uma interpretação da censura militar; e “Fernando Pessoa e seus Heterônimos”, ocorrida em junho de 2024, que teve como premissa a distribuição de cartas para a comunidade presente, além da declamação de poesias de autoria de Fernando Pessoa e seus heterônimos Alberto Caeiro e Álvaro de Campos. A LAPES planeja *performances* a partir do conceito de corpo-arte, em que a ação performática é vista como criação de uma situação de encontro, assim como de confronto, do sujeito com o mundo. Logo, por meio da desterritorialização do ambiente acadêmico, sistematizado e institucionalizado, criam-se possíveis linhas de fuga, tanto para os participantes que realizam a *performance*, quanto para a comunidade convocada a assisti-la e, por vezes, adentrá-la.

Palavras-chave: Relato de Experiência; Arte; Liga Acadêmica; Universidade.



MORTAS POR FEMINICÍDIO: A LITERATURA COMO MEMÓRIA E RESISTÊNCIA EM “MULHERES EMPILHADAS”

Andressa Vitoria Marconi Bueno; João Fillipe Horr.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A literatura, desde narrativa íntima à obra ficcional, permite conhecer e questionar a realidade do seu próprio tempo. Com isso, intenta-se, a partir de resultados preliminares, refletir sobre a potência da literatura na construção de narrativas contra-hegemônicas acerca dos feminicídios perpetrados no contexto brasileiro. Enquanto método, apoia-se num delineamento qualitativo crítico-reflexivo, a partir da obra “Mulheres Empilhadas” da escritora brasileira Patrícia Melo, publicada em 2019. Enquanto relevância social e científica, alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 (igualdade de gênero) e 10 (redução das desigualdades). Enquanto objetivo, a pesquisa analisa a obra literária a partir dos conceitos de narrativa, memória e reparação, na acepção benjaminiana e psicanalítica. Sabe-se que os feminicídios, desde 2015, são definidos como violências juridicamente demarcadas, a partir da Lei 13.104. Mas antes disso, notícias de jornais já operavam narrativas dos feminicídios, antes denominado como crime passionai. A obra analisada se diferencia pela perspectiva em primeira pessoa, reconhecendo a perspectiva das mulheres que enfrentam agressões, num mundo hostil. Além disso, a narrativa ficcional entrelaça-se com vidas concretas e casos de feminicídios, produzindo fissuras no binômio vítima-agressor. A trama segue o trajeto de uma advogada que, após ser agredida pelo namorado, decide ir para o Acre para contribuir com um projeto do seu escritório, que atua em mutirões de julgamentos de feminicídios pelo Brasil. Mais que uma fuga, a narrativa se constrói em descoberta, introspecção e ressignificação. Ao se posicionar diante da violência, a autora descortina as estruturas desiguais de gênero ao seu leitor, destacando que o ódio contra as mulheres não é uma questão meramente individual, mas um fenômeno intensificado pela cultura e pelo Estado, contando com diversos professores que atravessam essa perpetuação de ódio e violência. Optou-se, neste estudo, por analisar o capítulo 9: “Morta pelo marido em parceria com o Estado”, que denuncia a ineficiência das autoridades em proteger a mulher, mostrando a continuidade entre a violência de gênero privada e do Estado, todos cúmplices da autoria dos feminicídios, ao passo que a narrativa expõe transcrições de gravações telefônicas de oito vizinhos, que denunciavam a agressão e o subsequente assassinato de uma mulher. Apesar de terem acionado a polícia diversas vezes, esta demorou quatro horas para chegar ao local, encontrando, por fim, a mulher morta. Pode-se observar que a obra transcende suas formas expressivas, posicionando-se como ato de denúncia, memória e possibilidade de reparação contra o feminicídio e outras formas de violência contra a mulher. A partir do inanimado, a literatura vai além dos sofrimentos vividos pelas vítimas, retomando a memória dos seus sonhos, alegrias e, acima de tudo, vidas abruptamente interrompidas. Tenciona-se, a partir deste estudo preliminar, a potência da literatura enquanto memória e reparação das vítimas de feminicídio, em crítica aos discursos midiáticos e judicializados da violência.

Palavras-chave: Feminicídio; Literatura; Memória; Gênero.



PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: ESTRATÉGIA UTILIZADA COMO POLÍTICA PÚBLICA NA REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL NO BRASIL

Andrieli de Freitas Corrêa Palhano; Bibiana Sales Antunes Brum; Camila Santos do Couto; Larissa da Silva; Maria Eduarda Tavares; Valdir da Silva Junior; Yasmin Achutti.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Considera-se a mortalidade infantil como uma das principais adversidades nos sistemas de saúde. Hodiernamente, investiga-se a ampliação de políticas públicas que reduzem os indicadores desse problema, com ênfase em ações de imunização, saneamento básico, alimentação saudável e acesso aos cuidados materno-infantis. Em análise, identifica-se a atuação da Atenção Primária à Saúde (APS) na redução dos dados de mortalidade e efetivação do acolhimento das crianças, evidenciando a necessidade da unificação das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e as redes de educação e ensino. Nessa vertente, destaca-se o Programa Saúde na Escola (PSE), criado em 2007 pelo Ministério da Saúde e Ministério da Educação do Brasil, que tem como objetivo a promoção da saúde e prevenção de doenças em crianças, adolescentes e jovens matriculados nas redes públicas de ensino. O PSE incorpora ações da saúde e educação, em que se propõem melhorias de qualidade de vida, assistência à saúde e ações educativas que abordam temas substanciais para o desenvolvimento saudável e seguro das crianças nas escolas. Neste estudo, objetiva-se descrever a implementação das ações do PSE em escolas da rede pública de ensino, ressaltando a importância das políticas públicas na prevenção de doenças e na redução da mortalidade infantil. Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada no mês de agosto de 2024, na qual foram feitas buscas em bases de dados. Foram selecionados artigos publicados nos últimos cinco anos que abordassem os seguintes temas: Saúde Pública; Programa Saúde na Escola; Mortalidade Infantil. Os resultados do programa mostram-se positivos, no que tange à melhoria do acesso das crianças à promoção e prevenção à saúde. Nesse sentido, as atividades educativas propiciam conscientização entre a comunidade escolar sobre a importância de imunização, higiene, hábitos saudáveis e alimentação balanceada. A integração entre saúde e educação evidencia ampliação da perspectiva acerca da saúde da criança, ultrapassando o âmbito escolar, ofertando a continuidade do cuidado e vínculo com a unidade de saúde de referência. O Programa Saúde na Escola, revelou-se eficaz ferramenta na minimização de riscos à saúde da criança, com impacto direto na redução da mortalidade infantil. A cooperação entre UBS e escola mediada pelo PSE, fortalece esta diminuição, proporcionando às crianças não apenas o acesso aos cuidados de saúde, mas também a formação de uma cultura de prevenção desde cedo, especialmente crianças em áreas de maior vulnerabilidade social. Em síntese, infere-se que o Programa Saúde na Escola corresponde a uma amostra da evolução normativa relacionada à saúde da criança e redução da morbimortalidade infantil no contexto brasileiro. Por tratar-se de um programa com múltiplas potencialidades, em especial a de ampliar o acesso à assistência à saúde, é possível salientar o seu poder de transformar o panorama dos indicadores de saúde populacional. O que justifica, dessa forma, a necessidade de fortalecimento do programa frente às políticas públicas voltadas ao bem-estar das crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Saúde Pública; Programa Saúde na Escola; Mortalidade Infantil.



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CONTROLE DO CÂNCER DE MAMA NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Ane Karoline da Rocha Ferreira Gomes; Matheus Felipe Oliveira dos Santos; Líbia Daniele Oliveira Jaty; Geísa Cordeiro dos Santos; Flávia Garcez da Silva; Elaine Cristiny Evangelista dos Reis.

Universidade Federal do Oeste do Pará

As políticas públicas são um conjunto de atribuições, medidas e procedimentos que devem constituir a orientação política do estado e regulamentar as atividades do governo com referências às tarefas de interesse público. A cobertura de ações e serviços para proteção de indivíduos é garantida através das políticas públicas em saúde que contribuem exitosamente em prol da garantia do direito à saúde da sociedade para abranger a promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos e da coletividade. O câncer de mama é uma doença multifatorial, considerado uma das neoplasias mais comuns entre as mulheres, relevante não só em países subdesenvolvidos, como também em países desenvolvidos. No Brasil, o aumento da mortalidade por câncer de mama está relacionado, principalmente, a dois aspectos, sendo eles: a não detecção precoce do câncer e a falta de implementação da terapêutica adequada que se relaciona à progressão da doença e ao mau prognóstico. O objetivo deste estudo é analisar as políticas públicas no Brasil para o controle do câncer de mama entre os anos 2011 a 2022. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa de caráter exploratório descritivo, do tipo revisão bibliográfica. Foi realizada a análise das políticas públicas no Brasil para o controle do câncer de mama nos anos 2011 a 2022, estabelecendo uma relação entre as políticas com a implantação da rede de serviços de saúde da cidade de Santarém, estado do Pará. As políticas públicas para o controle do câncer de mama nos últimos 11 anos foram estruturadas em âmbito nacional de forma generalista, com concepções que pouco consideram os diferentes cenários e grupos distribuídos por uma vasta área territorial como a do Brasil. Em Santarém, região oeste do estado do Pará, existe uma concentração de serviços de saúde na área urbana e uma precariedade de serviços nas áreas do planalto e rural, o que potencializa as dificuldades de acesso aos serviços de saúde, deixando de proporcionar um atendimento com equidade e integralidade às residentes de áreas ribeirinhas e rurais. A garantia de acesso aos serviços para as mulheres acometidas por câncer de mama, em todos os níveis de complexidade da atenção à saúde é um dos grandes desafios em territórios com distribuição desigual dos serviços de saúde entre as áreas urbanas e rurais. E o cuidado de mulheres acometidas com câncer de mama envolve questões para além da estruturação de políticas e se relaciona com aspectos culturais, econômicos, sociais, potencializados por cenários de desigualdade, podendo inviabilizar o cuidado integral. O escopo entre a concepção e a exequibilidade das políticas públicas de saúde ainda precisa de alinhamento para o alcance da integralidade do cuidado. Dessa forma, a discussão sobre as políticas públicas para o controle do câncer de mama pode subsidiar tomadas de decisão nas esferas tripartites e gerar informações coerentes a respeito da saúde de mulheres em diversos cenários.

Palavras-chave: Política de Saúde; Neoplasias da Mama; Assistência Integral à Saúde; Saúde da Mulher.



VIVÊNCIAS DE CUIDADO: ENCONTRO PRÁTICO DE ESTUDANTES DE ENFERMAGEM COM GESTANTES SOBRE AMAMENTAÇÃO E CUIDADOS COM O RECÉM-NASCIDO

Anna Carolina Bornhausen Nunes; Arielle Priscila de Souza Ramos; Catarina Luiza Dalmarco; Luana Guimarães Kilipper; Rafaela de Andrade da Costa.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) funciona como o primeiro ponto de acesso aos serviços de Assistência Social. Localizado, em sua maior parte, em regiões com alta vulnerabilidade social, esse espaço público visa a promover a interação entre as famílias e suas comunidades. Em parceria com a prefeitura e a secretaria de assistência social, o CRAS desenvolve ações voltadas para as gestantes do município, oferecendo um suporte adequado e efetivo. Durante esse acompanhamento, são realizadas rodas de conversa que esclarecem as dúvidas comuns durante a gravidez. Além disso, as gestantes recebem kits que incluem fraldas, lenços umedecidos, entre outros itens. O CRAS também proporciona orientação de uma equipe multidisciplinar da saúde, enfatizando a importância dos cuidados tanto para a mãe quanto para o bebê, durante a gestação. O objetivo principal deste relato de experiência é descrever a compreensão dos discentes em uma iniciativa voltada para gestantes em uma instituição de assistência social. Além disso, o objetivo da ação foi fornecer orientações às gestantes sobre os cuidados necessários com o recém-nascido e a amamentação, oferecendo esclarecimentos durante a atividade e desmitificando tanto mitos quanto verdades relacionadas aos temas abordados. A ação foi realizada na Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI) durante o primeiro semestre de 2024. Para conduzir o trabalho, foi empregada a metodologia da roda de conversa, direcionada a gestantes no terceiro trimestre da gravidez. Durante a ação, foi abordado o tema *cuidados ao recém-nascido e amamentação*, que incluiu a apresentação de materiais relevantes e contou com a presença de um docente e um profissional de enfermagem, especializados em amamentação. Para preparar a apresentação, as discentes realizaram uma revisão de literatura. A dinâmica Mito e Verdade consistiu em questionamentos sobre os principais cuidados a ter com o recém-nascido e o ato de amamentar. Após as gestantes responderem às perguntas, as discentes esclareceram se as afirmações eram mitos ou verdades, fornecendo orientações adicionais sobre os tópicos abordados. Ao término da atividade, foram entregues *folders* com informações sobre os cuidados a serem tomados com o recém-nascido, incluindo cuidados com o coto umbilical, uso apropriado de roupas, troca de fraldas, práticas de sono, manuseio com fontanela, cólicas e triagem neonatal. Durante o estágio na disciplina de Saúde da Mulher e do Adolescente, as discentes tiveram a oportunidade de vivenciar a rotina do CRAS, localizado em um município da AMFRI. No CRAS, são promovidos encontros com gestantes que estão no último trimestre da gravidez. A ação gerou um certo grau de ansiedade, pois essa seria a primeira intervenção do semestre em que as discentes, acompanhadas pela docente, aplicariam os conhecimentos teóricos adquiridos. A receptividade das gestantes em relação às discentes foi marcadamente acolhedora e dinâmica, o que incentivou a realização da atividade. A participação das gestantes foi voluntária, e elas compartilharam suas experiências, seguidas de diversas perguntas, criando um vínculo significativo entre os grupos. Assim, destaca-se a relevância da relação entre enfermeiro e paciente, aliada a uma comunicação eficaz, para oferecer uma assistência integral e apropriada. Os cuidados proporcionados contribuíram para o desenvolvimento do conhecimento teórico-prático, além de fomentar o pensamento crítico e reflexivo nas discentes. Desse modo, conclui-se que as experiências de estágio têm uma importância



fundamental na formação das discentes de enfermagem, pois oferecem a oportunidade de entender, na prática, como é o exercício da profissão. Essa vivência não só possibilitou a promoção da educação em saúde, mas também ajudou a esclarecer as dúvidas das gestantes sobre os cuidados com o recém-nascido e a amamentação.

Palavras-chave: Enfermagem; Gestantes; Recém-Nascido.



PANORAMA DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO BRASIL NOS ÚLTIMOS TREZE ANOS

Beatriz Lopes Sassaki; Renan Vinícius Aninhaia; Graziela Liebel.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 5% da população apresenta alguma deficiência auditiva, essa porcentagem diz respeito a mais de 10 milhões de brasileiros. A deficiência auditiva ocorre em um a três neonatos a cada mil nascidos vivos. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), 60% da perda auditiva infantil é por causas evitáveis. A audição é uma função importante para o desenvolvimento da criança. Dessa forma, a perda auditiva pode ocasionar dificuldade em vários setores da vida como a aquisição da linguagem, sociabilização, desempenho escolar e o entendimento de comandos básicos, problemas na comunicação verbal como um todo. Assim, faz-se pertinente um diagnóstico precoce, levando em consideração que os primeiros anos de vida são primordiais para o desenvolvimento das habilidades auditivas e de linguagem, pois é nessa fase que ocorre o processo de maturação do sistema auditivo e da plasticidade neuronal da via auditiva. Portanto, a criança com deficiência auditiva (DA) pode apresentar comprometimentos em seu desenvolvimento de linguagem, em graus variados, de acordo com a intensidade da perda auditiva e a época de seu aparecimento. Assim, o objetivo desta pesquisa preliminar foi analisar o comportamento do diagnóstico de deficiência auditiva e a oferta de serviços no Brasil, nos últimos treze anos. Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa que avaliou, através do DATASUS, o comportamento da deficiência auditiva entre 2010 e 2023 em crianças de 0 a 3 anos de idade e a oferta de serviços para diagnóstico de deficiência auditiva no Brasil por Região/Unidade da federação. Os dados foram analisados por estatística descritiva, frequência absoluta e relativa. Os resultados preliminares indicam que no Brasil a distribuição dos estabelecimentos de diagnóstico de deficiência auditiva é maior nas regiões com maior população e, conseqüentemente, lugares onde existem maior quantidade de estabelecimentos também realizam maior número de avaliações. O número de avaliações para diagnóstico diferencial de deficiência auditiva ocorre em maior número na região Norte (7.143), seguido da região Sudeste (4.572), e região Norte (2.445). No Sul são 892 e no Centro-Oeste, 528. Em 2023, o número de avaliações para diagnóstico diferencial de deficiência auditiva ocorre em maior número na região Sudeste (4.214), seguido da região Norte (3.293) e região Norte (3.034), Região Sul (1.148) e Centro-Oeste (656). Esse *ranking* é o mesmo na distribuição de estabelecimentos que realizam diagnóstico, os quais são divididos em dois tipos de serviços, Serviço de Atenção à Saúde Auditiva (SASA) e Centro Especializado em Reabilitação (CER).

Palavras-chave: Deficiência Auditiva; Políticas Públicas; Sistemas de Informação em Saúde.



DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS PALIATIVOS E NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Beatriz Patrícia Pereira; Catarina Macagnan Heusi; Clarice Aparecida Munaro; João Pedro Gerlach Dotta; Nicole Moreira de Souza; Samuel dos Santos Espindola.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Os cuidados paliativos (CP) são um conjunto de práticas cujo o intuito é melhorar a qualidade de vida/morte de pacientes com doenças ameaçadoras da vida, promovendo o alívio de sofrimento, seja ele físico, emocional, social ou espiritual. É uma abordagem multiprofissional, que identifica, controla e trata precocemente sintomas decorrentes da doença ou tratamento, priorizando também aspectos psicológicos e espirituais que surgem frente ao luto antecipatório e à iminência da finitude, por meio da naturalização da mortalidade e afirmação da vida. Nesse sentido, são de suma importância políticas públicas que possibilitem e organizem os CP, e, sob esse viés, destaca-se a Política Nacional de Cuidados Paliativos (PNCP), aprovada pela portaria 3.681/2024, que articula as ações do Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE), qualificando e ampliando o acesso aos CP. Contudo, estudos mostram que existem necessidades de financiamento na área e de formação profissional para atuar nas equipes multiprofissionais de CP. Um dos motivos para esse fenômeno é a falta de conteúdo nas matrizes curriculares dos cursos da área de saúde, dessa forma, o assunto torna-se escasso no meio acadêmico, resultando em poucos serviços especializados e qualificados nesta área. Aqui, objetiva-se refletir sobre a formação dos profissionais em CP e apontar os desafios e consequências que isso representa para o desenvolvimento e fortalecimento da PNCP. A metodologia está pautada no método indutivo, fundamentado em pesquisa bibliográfica de artigos científicos em periódicos indexados, seguido de leitura interpretativa e analítica, buscando compreender o desafio do implemento efetivo da PNCP, associado à formação de profissionais de saúde na área de CP, em virtude da escassa abordagem do tema nas graduações. Foi possível identificar que as pesquisas apontam fragilidades na formação profissional acerca da temática dos CP. Apenas 14% dos cursos brasileiros de medicina dispõe da disciplina sobre CP; nessa luz, a ausência na abordagem da temática, de forma efetiva e integrativa nos cursos de graduação da área da saúde, acaba impossibilitando o interesse profissional nesse campo para que no futuro possam atuar de forma eficiente e eficaz no SUS. Ainda, vale ressaltar que atualmente temos a PNCP, portanto, é imprescindível que as instituições de ensino superior valorizem a temática e invistam na formação de profissionais preparados para atuar de maneira integral e humanizada. Concomitantemente, sublinha-se o fato que cerca de 75% dos pacientes que precisam de CP no país não têm acesso a esse tipo de serviço, mesmo com a ascensão da discussão da pauta e criação de políticas públicas, visto o crescente envelhecimento da população e o aumento das doenças crônicas. Esses dados, como falta de acesso aos serviços e escassez de profissional especialista, nos colocam em uma triste realidade como o terceiro pior país do mundo para se morrer. No entanto, a carência de profissionais capacitados, a inadequação da infraestrutura e a escassez de financiamento comprometem a qualidade e a humanização dessa assistência, visto que se faz estritamente necessária, então, a necessidade da abordagem e integração das áreas de saúde a favor da implementação efetiva e eficaz dos cuidados paliativos.

Palavras-chave: Cuidados Paliativos; Políticas Públicas; Formação em Saúde.



DESAFIOS NA CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DE LGBT: REFLEXÕES SOBRE DISCRIMINAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Beatriz Patrícia Pereira; Catarina Macagnan Heusi; João Pedro Gerlach Dotta; Nicole Moreira de Souza; Samuel dos Santos Espindola; Wellington Sanchez Abdou.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Atualmente, o gênero é compreendido como um elemento que orienta as relações sociais, fundamentado em construções históricas a partir de *performances* comuns. Estas surgem inicialmente pautadas no contraste entre o sexo feminino e masculino, criando, assim, uma norma baseada no dimorfismo sexual. Tradicionalmente, as pessoas operam sob a perspectiva da heterocisnormatividade, que pressupõe que todos os indivíduos são heterossexuais, cisgêneros e seguem um padrão homogêneo. Essa abordagem resulta na marginalização das pessoas LGBT+, que enfrentam barreiras significativas no acesso a cuidados de saúde, distanciando-se e dificultando a adesão às propostas de tratamento. Dessa forma, para atender às necessidades dessa população, foi instituída pela Portaria n. 2.836, referente à Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2011), com o objetivo de promover a saúde integral LGBT, eliminar a discriminação institucional e consolidar o Sistema Único de Saúde (SUS). Contudo, mesmo após a implementação dessa política, persiste uma carência de acesso às ações direcionadas a esse grupo. Além disso, atitudes desrespeitosas e marginalizantes por parte de profissionais da saúde na Atenção Primária à Saúde (APS) geram autoexclusão dos serviços, originada por um sentimento de não pertencimento ao SUS. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o despreparo dos profissionais de saúde e as dificuldades em consolidar políticas públicas voltadas à população LGBT no Brasil. Este estudo utiliza um método indutivo, fundamentado em pesquisa bibliográfica de artigos científicos, seguido de uma análise interpretativa, que busca compreender os desafios enfrentados por essa população e as barreiras à efetivação de políticas que assegurem os cuidados necessários. Pesquisas indicam que pessoas trans são alvo de preconceitos e violências, que, somadas aos marcadores de classe, raça e origem, constituem um contexto de vulnerabilidade no campo da saúde. A atenção à saúde para travestis e transexuais no Brasil ainda se mostra excludente, centralizada em cuidados especializados e ações curativas, refletindo o despreparo profissional em relação à diversidade. Esse modelo é semelhante às abordagens anteriores ao SUS, que vêm sendo criticadas desde a década de 1970, a partir do movimento da Reforma Sanitária Brasileira, que destacou a importância de profundas transformações para garantir uma atenção humanizada, equânime e integral, assegurando o acesso universal. A implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT representa um marco em direção à equidade no sistema de saúde. No entanto, é crucial combater a persistente estereotipização do atendimento de transexuais. Dados de 2021 revelam que, aproximadamente, 58,7% das pessoas trans relataram discriminação durante o atendimento, e 43,2% afirmaram evitar serviços de saúde, devido a experiências anteriores de discriminação, sendo o desrespeito ao nome social uma das principais questões enfrentadas. Apesar dos avanços na implementação de ações coletivas, é fundamental compreender a relação intrínseca entre a discriminação e a falta de formação adequada, além da escassez de oportunidades de formação contínua. Assim, torna-se evidente a necessidade de promover uma aprendizagem constante para garantir os direitos dessa população.

Palavras-chave: Transexualidade; Política de Saúde; Políticas Públicas Antidiscriminatórias; Minorias Sexuais e de Gênero.



ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO CICLO GRAVÍDICO-PUERPERAL PARA O SUCESSO DO ALEITAMENTO MATERNO: REVISÃO INTEGRATIVA

Beatriz Rovassine Rocha; Rita de Cássia Teixeira Rangel; Eneida Patrícia Teixeira; Larissa da Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A importância do aleitamento materno está fundamentada nos benefícios que traz para a criança e para mãe. São inúmeras as vantagens para o recém-nascido, além de benefícios nutricionais, imunológicos, emocionais e socioemocionais. Possibilitando o estabelecimento do vínculo afetivo com a mãe e a proteção contra infecções. Com o aleitamento adequado evita-se morbimortalidade infantil. O enfermeiro desempenha um papel fundamental no apoio ao aleitamento materno, desde a gestação até o pós-parto. Suas responsabilidades incluem: orientação pré-natal, apoio pós-parto, promoção do aleitamento exclusivo, avaliação do crescimento e desenvolvimento do bebê e suporte contínuo. A assistência do enfermeiro, no período gravídico-puerperal, contribui para o sucesso do aleitamento materno. O presente estudo é uma revisão integrativa da literatura e tem como objetivo analisar o papel e a importância do enfermeiro no período gravídico-puerperal quanto à promoção do aleitamento materno. A coleta de dados foi realizada através da combinação dos descritores, nas bases de dados BDNF, LILACS e Medline, sendo selecionados conforme critérios de inclusão, sendo eles, artigo científico original, com abordagem quantitativa ou qualitativa, que respondam à pergunta de pesquisa, nos idiomas português, espanhol e inglês e publicações realizadas entre janeiro de 2012 a dezembro de 2022. Foram encontrados 1.180 artigos, sendo que, desses, foram excluídos 28 artigos por estarem publicados em mais de uma base de dados, 1.068 artigos foram excluídos, porque o título e/ou resumo não apresentaram aderência, 21 não estavam disponíveis na rede, 44 foram lidos integralmente, após essas etapas, 11 artigos foram selecionados para revisão. Os artigos que destacaram a atuação e o papel da enfermagem no incentivo do aleitamento no período gravídico-puerperal são: educação em saúde, cuidados assistenciais com a mama, Sistematização da Assistência de Enfermagem para o sucesso da amamentação, cuidado para a prevenção de complicações na amamentação, aleitamento materno ofertado na primeira hora de vida, visita domiciliar no puerpério, consulta pré-natal e inclusão da família e rede de apoio no cuidado da amamentação. As intervenções do enfermeiro enfatizam os benefícios para a qualidade de vida da criança e a proteção ao aleitamento materno. Além disso, o envolvimento do profissional na consulta pré-natal foi indispensável para fortalecer o vínculo que se estende depois do nascimento e para o conhecimento da mãe quanto à amamentação. A análise dos artigos evidenciou que o papel do enfermeiro no ciclo gravídico-puerperal é fundamental para o sucesso do aleitamento materno e a promoção da saúde materno-infantil. A atuação do enfermeiro é indispensável para fortalecer o vínculo entre mãe e bebê, além de envolver a família e a rede de apoio no cuidado à amamentação, garantindo que as mães superem os desafios que possam surgir nesse processo. É essencial reconhecer o enfermeiro como um agente de transformação no contexto do aleitamento materno, com um impacto direto na qualidade de vida da criança e na proteção da amamentação. Portanto, é necessário continuar investindo na formação e capacitação dos profissionais de enfermagem, assegurando que eles estejam preparados para oferecer um cuidado eficaz e promover o aleitamento materno de forma bem-sucedida.

Palavras-chave: Aleitamento Materno; Cuidados de Enfermagem; Período Pós-Parto; Gestação.



A ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA NAS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE: O PRINCÍPIO DA SUFICIÊNCIA

Bianca Tourinho; Ricardo Castello; Guilherme Shimocomaqui; Valmir Gomes; Jamile Figueiredo; Thais Vaughan.

Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein

A atenção ambulatorial especializada é um componente vital das redes de atenção à saúde, que busca proporcionar cuidados adequados e eficientes aos pacientes. Com o aumento da complexidade dos casos clínicos e a necessidade de um atendimento integral, o conceito de suficiência se destaca como um princípio fundamental nas políticas de saúde. Segundo Mendes (2015), a suficiência implica que os serviços de saúde sejam proporcionados de forma adequada, respeitando as necessidades dos usuários e as capacidades do sistema. Assim, objetiva-se explorar a importância da consolidação da operacionalização plena da Rede de Atenção à Saúde (RAS), por meio da implantação metodológica da Planificação da Atenção à Saúde (PASA) e como o princípio da suficiência pode ser aplicado na RAS conforme abordado por Eugênio Mendes Vilaça. Trata-se de uma pesquisa documental e como tal, se propõe à análise dos diversos aspectos acerca da atenção ambulatorial especializada, com ênfase nas obras de Eugenio Vilaça Mendes e em artigos publicados em periódicos da área de saúde. A pesquisa foi realizada em bases de dados acadêmicas, como Scielo e PubMed, e foram selecionados estudos que discutem a implementação de políticas de saúde e o papel da atenção ambulatorial especializada na RAS. A atenção ambulatorial especializada desempenha um papel crucial na promoção da saúde e na redução da demanda por internações hospitalares. Destaca-se que a suficiência nos serviços de saúde pode ser alcançada por meio da articulação entre diferentes níveis de atenção, promovendo uma abordagem integrada e multidisciplinar. A análise revelou que, apesar dos avanços, ainda existem barreiras significativas, como a escassez de profissionais qualificados, a falta de recursos e a fragmentação dos serviços. Os dados indicam que a implementação de um modelo de atenção ambulatorial especializado, que respeite o princípio da suficiência, pode reduzir significativamente as desigualdades no acesso aos serviços de saúde. Ademais, foi possível observar casos de sucesso em municípios que adotaram estratégias de fortalecimento da atenção ambulatorial através da implementação da metodologia da Planificação em Saúde. O modelo do ponto de atenção secundária ambulatorial é essencial para contribuir para o alcance da suficiência nos serviços de saúde. Este modelo é uma forma de organizar a atenção ambulatorial especializada como um ponto de atenção à saúde em redes de atenção, comunicando-se organicamente com a APS, com os sistemas de apoio e com os sistemas logísticos e operando segundo modelos de atenção baseados em evidência, a fim de agregar valor para as pessoas usuárias. Para isso, é fundamental o investimento em formação, infraestrutura e gestão eficiente, além da promoção de ações inter e transdisciplinares que integrem saúde, educação e outras áreas, visando a um atendimento mais humanizado e eficaz.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Saúde; Sistema de Saúde; Atenção Especializada.



A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE: INOVAÇÕES E IMPACTOS NA QUALIDADE DA ASSISTÊNCIA

Bianca Tourinho; Ricardo Castello; Guilherme Shimocomaqui; Valmir Gomes; Jamile Figueiredo; Thais Vaughan.

Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein

A Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES), instituída pela Portaria GM/MS n. 1.604, de 18 de outubro de 2023, surge como uma resposta à necessidade de aprimorar o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, com foco em ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços especializados. A PNAES integra-se às diretrizes da regionalização e articulação interfederativa para fortalecer a integralidade do cuidado. Este artigo busca analisar os principais aspectos da PNAES, destacando as inovações propostas para a melhoria da assistência especializada e a integração com a atenção primária no SUS. Foi realizada uma análise documental da Portaria GM/MS n. 1.604/2023 e de normativas relacionadas ao SUS. A metodologia inclui a revisão de conceitos-chave, como regionalização, integralidade e atenção especializada, assim como o levantamento de dados sobre a implementação da PNAES em diferentes regiões do Brasil. A PNAES traz diretrizes voltadas para a ampliação do acesso à atenção especializada, com ênfase na regionalização dos serviços e na coordenação do cuidado. A política prevê a integração dos serviços especializados com a atenção primária, garantindo maior eficiência no atendimento e redução de desperdícios. Inovações como a adoção de estratégias de saúde digital e a formação continuada dos profissionais de saúde são apontadas como essenciais para a efetividade da PNAES. A PNAES representa um avanço significativo na organização da saúde pública no Brasil. Ao promover uma assistência especializada articulada com a atenção primária, a política fortalece o SUS e melhora a qualidade do cuidado prestado à população. A implementação eficiente da PNAES, com foco na regionalização e na tecnologia, poderá contribuir para a redução das desigualdades no acesso aos serviços de saúde.

Palavras-chave: Política de Saúde; Atenção Especializada; SUS.



SAÚDE BASEADA EM VALOR: UM NOVO PARADIGMA PARA A ATENÇÃO À SAÚDE

Bianca Tourinho; Ricardo Castello; Guilherme Shimocomaqui; Valmir Gomes; Jamile Figueiredo; Thais Vaughan.

Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein

A saúde baseada em valor (SBV) é um conceito que vem ganhando destaque nas discussões sobre melhorias na qualidade dos serviços de saúde. Esse modelo propõe uma abordagem que prioriza os resultados de saúde em relação aos custos, focando na maximização do valor entregue aos pacientes. Nesse contexto, a saúde não é apenas um resultado dos serviços prestados, mas sim um componente que reflete a qualidade de vida e a satisfação dos usuários. O objetivo deste estudo é explorar a implementação da saúde baseada em valor, analisando suas implicações para a política de saúde pública no Brasil e o impacto positivo que pode ter na qualidade do atendimento e na satisfação dos pacientes. Foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica de artigos e documentos oficiais sobre saúde baseada em valor. A adoção da SBV pode levar a melhorias significativas na qualidade dos serviços de saúde e na experiência do paciente. Instituições que implementaram práticas de SBV, como a medição de resultados de saúde e a priorização da experiência do paciente, relataram não apenas uma redução nos custos operacionais, mas também um aumento na satisfação dos usuários. Em países que adotaram o modelo de SBV, observou-se uma tendência a adotar indicadores de desempenho mais abrangentes, que vão além da simples contabilização de procedimentos realizados. Esses indicadores incluem a avaliação dos desfechos de saúde, a experiência do paciente e a gestão eficiente dos recursos. Por exemplo, hospitais que implementaram programas de avaliação contínua dos resultados clínicos foram capazes de identificar áreas de melhoria e otimizar seus processos, resultando em atendimento mais eficaz e satisfatório. A SBV incentiva uma abordagem multidisciplinar, na qual equipes de diferentes especialidades trabalham juntas para planejar e monitorar o cuidado ao paciente. Isso não apenas melhora a qualidade do atendimento, mas também promove um ambiente de trabalho mais integrado e eficiente. Um estudo realizado na Europa mostrou que hospitais que adotaram essa filosofia experimentaram um aumento significativo na comunicação entre as equipes, o que resultou em menos erros clínicos e melhores desfechos para os pacientes. Adicionalmente, a SBV enfatiza a importância do engajamento dos pacientes no seu próprio cuidado. Programas que educam os pacientes sobre suas condições de saúde e envolvem-nos na tomada de decisões têm demonstrado não apenas aumentar a satisfação, mas também melhorar os resultados de saúde, reduzindo hospitalizações e complicações. A SBV representa uma mudança paradigmática na forma como os serviços de saúde são planejados e oferecidos. Ao focar na entrega de resultados de saúde de qualidade e na satisfação dos pacientes, esse modelo pode não apenas melhorar a eficiência dos sistemas de saúde, mas também promover uma cultura de cuidado centrada no paciente. Para o Brasil, a implementação da SBV é um passo fundamental para atender às demandas de uma população em constante crescimento e diversidade. A adoção de práticas de SBV requer compromisso e colaboração entre gestores, profissionais de saúde e pacientes, visando a construir um sistema de saúde mais eficiente e responsável.

Palavras-chave: Cuidados de Saúde Baseados em Valores; Políticas Públicas de Saúde; Sistema de Saúde.



A CONTRIBUIÇÃO DA REDE ALYNE PARA O FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO BRASIL

Bianca Tourinho; Ricardo Castello; Guilherme Shimocomaqui; Valmir Gomes; Jamile Figueiredo; Thais Vaughan; Leila Almeida Gomes.

Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein

A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel fundamental na organização dos sistemas de saúde. A Rede Alyne, estabelecida pela Portaria GM/MS n. 5.350/2024, reforça a importância da APS como pilar central na garantia de cuidados contínuos e preventivos para a população feminina. Busca-se, com esta análise, discutir a importância da Rede Alyne no fortalecimento da atenção primária à saúde, com foco na prevenção e manejo de complicações maternas e neonatais. Este estudo baseia-se em uma revisão de literatura qualitativa, incluindo estudos sobre políticas de APS e documentos da Rede Alyne. Foram analisados artigos publicados entre 2010 e 2024 que abordam a relação entre a APS e a saúde da mulher. A Rede Alyne promove a integração de serviços de APS com níveis secundários e terciários de cuidado, facilitando o encaminhamento adequado e oportuno. Além disso, a política visa a melhorar a cobertura de pré-natal e o acompanhamento contínuo das gestantes, reduzindo complicações graves e mortalidade materna. A Rede Alyne fortalece a APS ao propor uma abordagem abrangente e intersetorial para a saúde da mulher. A valorização do cuidado preventivo e o suporte aos profissionais de saúde são passos fundamentais para melhorar os indicadores de saúde materna no Brasil.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Políticas Públicas; Saúde da Mulher.



REGIONALIZAÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA NO SUS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA PNAES

Bianca Tourinho; Ricardo Castello; Guilherme Shimocomaqui; Valmir Gomes; Jamile Figueiredo; Thais Vaughan; Leila Almeida Gomes.

Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein

A Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES), instituída pela Portaria GM/MS n. 1.604, de 18 de outubro de 2023, surge como uma resposta à necessidade de aprimorar o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, com foco em ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços especializados. A PNAES integra-se às diretrizes da regionalização e articulação interfederativa para fortalecer a integralidade do cuidado. Este artigo busca analisar os principais aspectos da PNAES, destacando as inovações propostas para a melhoria da assistência especializada e a integração com a atenção primária no SUS. Foi realizada uma análise documental da Portaria GM/MS n. 1.604/2023 e de normativas relacionadas ao SUS. A metodologia inclui a revisão de conceitos-chave, como regionalização, integralidade e atenção especializada, assim como o levantamento de dados sobre a implementação da PNAES em diferentes regiões do Brasil. A PNAES traz diretrizes voltadas para a ampliação do acesso à atenção especializada, com ênfase na regionalização dos serviços e na coordenação do cuidado. A política prevê a integração dos serviços especializados com a atenção primária, garantindo maior eficiência no atendimento e redução de desperdícios. Inovações como a adoção de estratégias de saúde digital e a formação continuada dos profissionais de saúde são apontadas como essenciais para a efetividade da PNAES. A PNAES representa um avanço significativo na organização da saúde pública no Brasil. Ao promover uma assistência especializada articulada com a atenção primária, a política fortalece o SUS e melhora a qualidade do cuidado prestado à população. A implementação eficiente da PNAES, com foco na regionalização e na tecnologia, poderá contribuir para a redução das desigualdades no acesso aos serviços de saúde.

Palavras-chave: Política de Saúde; Atenção Especializada; SUS.



INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA: O IMPACTO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE (PNAES)

Bianca Tourinho; Ricardo Castello; Guilherme Shimocomaqui; Valmir Gomes; Jamile Figueiredo; Thais Vaughan; Rita de Cassia Matos Bitencourt Navarro.

Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein

A transformação digital na saúde é uma das grandes inovações trazidas pela Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES), que visa a modernizar a gestão e os processos de cuidado no SUS. A adoção de soluções tecnológicas, como o uso de telessaúde e a informatização dos serviços, é um dos pilares para a melhoria do atendimento especializado. O presente artigo tem como objetivo discutir as inovações tecnológicas propostas pela PNAES e seus impactos na qualidade da assistência especializada, com foco na integração das ferramentas digitais na gestão e no cuidado em saúde. Foi realizada uma análise da Portaria GM/MS n. 1.604/2023, com ênfase nas diretrizes voltadas para a digitalização dos serviços de saúde. A revisão de literatura incluiu estudos sobre telessaúde e saúde digital no contexto do SUS e de políticas públicas de saúde. A PNAES incentiva o uso de ferramentas digitais para melhorar a comunicação entre os serviços de saúde, otimizar a regulação do acesso e promover o compartilhamento de informações clínicas entre os diferentes pontos da rede. A telessaúde é destacada como uma estratégia fundamental para ampliar o acesso e reduzir o tempo de espera para consultas especializadas. Além disso, a digitalização dos prontuários e o uso de inteligência artificial para monitoramento das filas de espera são iniciativas que visam a aumentar a eficiência do sistema. As inovações tecnológicas propostas pela PNAES têm o potencial de transformar o SUS, garantindo maior agilidade e qualidade na atenção especializada. A implementação efetiva dessas ferramentas depende, contudo, da capacitação dos profissionais e do investimento contínuo em infraestrutura tecnológica.

Palavras-chave: Saúde Digital; Telessaúde; Atenção Especializada.



PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: UMA AÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS

Bibiana Sales Antunes; Valdir da Silva Junior, Andrieli Corrêa Palhano; Gabryela Borges Souza.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A alimentação na infância é um dos momentos mais importantes, concomitantes ao desenvolvimento infantil. Desde o nascimento, a criança necessita de aporte nutricional adequado e com alto teor de vitaminas e proteínas. Nesse contexto, o Programa Saúde na Escola desempenha papel importante referente à alimentação saudável, visto que, profissionais de saúde e educadores alicerçam esta prática. Este estudo tem o objetivo de relatar a experiência vivenciada em uma ação educativa acerca de hábitos alimentares saudáveis. Trata-se de um relato de experiência, de uma ação educativa realizada em unidades escolares na região do Vale do Itajaí, por estudantes do quinto período da Graduação de Enfermagem, durante o estágio da disciplina de Saúde da Mulher, Criança e Adolescente Baseada em Evidências. A ação ocorreu no primeiro semestre de 2024, em uma unidade de ensino infantil, com a participação de crianças em idade escolar. Os discentes realizaram uma dinâmica para apresentar o tema proposto aos alunos de uma maneira mais didática, dividindo-se em dois grupos de seis alunos cada. Eles elaboraram uma apresentação em todas as salas de aula com os temas propostos. Um grupo realizou a atividade intitulada “Alimentação Saudável”, enquanto o outro “Leitura dos Rótulos”. Na apresentação sobre leitura dos rótulos, os discentes levaram dois copos plásticos, colocando suco de uva em um copo e detergente de uva no outro. Em seguida, pediram aos alunos que adivinham em qual copo estaria o líquido apropriado para ingerir. Eles explicaram que, ao escolherem entre suco de uva e detergente de uva, a diferença não está apenas no sabor, mas também na finalidade e nos ingredientes. O suco de uva oferece nutrientes benéficos, enquanto o detergente é um produto químico. Essa comparação foi feita para ilustrar a importância de ler os rótulos, mostrando que eles podem alertar sobre o que é realmente seguro e saudável para o consumo. Além disso, foi repassado aos alunos, em forma de historinha, os principais elementos encontrados nos rótulos, como a lista de ingredientes, a tabela nutricional e informações sobre alergênicos, fornecendo uma visão clara sobre a composição dos produtos. Dessa forma, eles aprenderam de maneira ilustrativa a tomar decisões mais conscientes. Já o grupo focado em alimentação saudável mostrou a importância na ingestão de alimentos saudáveis, utilizando um boneco ilustrativo criado a partir de materiais recicláveis. As crianças podiam visualizar os alimentos saudáveis e os alimentos processados e, assim, introduzir esses alimentos para o sistema gastrointestinal. Foram criados alimentos artificiais com folhas de papel, como alface, cenoura, água, x-burguer, pizza e batata frita, entre outros, alertando as crianças sobre a importância dos alimentos ricos em nutrientes, vegetais, grãos integrais e proteínas. Eles enfatizaram que esses alimentos fornecem as vitaminas e minerais necessários para o desenvolvimento adequado do corpo e da mente, o que se observa que atividades de educação em saúde são compreendidas pelos alunos. Ao final das apresentações, os grupos distribuíram desenhos de pratos para que as crianças colocassem o que gostam de comer, com o intuito de colocar em prática o que foi repassado. A dinâmica obteve boa aceitação e ativa participação das crianças. Os alunos da rede de ensino observaram a importância dos hábitos alimentares saudáveis, e como alimentar-se de forma inadequada pode impactar negativamente com a saúde e desenvolvimento de doenças no futuro. É notável a participação dos profissionais de saúde no âmbito escolar, e como estas práticas possuem bons resultados, de modo que as



crianças propaguem a alimentação saudável em seus lares, e minimizem riscos relacionados aos maus hábitos nutricionais.

Palavras-chave: Saúde Pública; Programa Saúde na Escola; Alimentação Saudável.



CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UMA TECNOLOGIA DE SEGURANÇA TÓRAX-PÉLVICO PARA PACIENTES NEUROLÓGICOS, DURANTE A SEDESTAÇÃO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

Bruna Aparecida Miranda da Paz; Taiane Cintia da Silva Sampaio Robusto; Fabiola Hermes Chesani; Juliana Vieira de Araújo Sandri.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Pessoas com doenças neurológicas que sofrem de sequelas decorrentes de condições como Acidente Vascular Encefálico (AVE) e Traumatismo Cranioencefálico (TCE), por exemplo, frequentemente necessitam de cuidados intensivos na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para lidar com as complexidades dessas condições. A agitação psicomotora e o *delirium* em pacientes neurológicos no ambiente hospitalar podem representar um desafio significativo, pois estão associados a um aumento do risco de quedas e devem ser considerados durante a mobilização precoce. O manejo adequado da agitação psicomotora e do *delirium*, juntamente com medidas preventivas de segurança, para reduzir o risco de quedas e garantir a integridade física dos pacientes neurológicos durante a hospitalização é de suma importância. A sedestação beira ou fora do leito, em que o paciente é colocado na posição sentado, quando as quedas podem se tornar mais passíveis de acontecer. A segurança do paciente durante a sedestação é fundamental e requer a implementação de protocolos e dispositivos adequados para garantir a estabilidade e o conforto do paciente durante essa atividade. Equipamentos adequados, como a tecnologia de segurança toráx-pélvica, proposta nesta pesquisa, aumentam a segurança do paciente durante a mobilização. O objetivo geral da pesquisa no Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho (PPSGT) é desenvolver um protótipo de uma tecnologia de segurança tórax-pélvico que ofereça suporte durante a sedestação de pacientes neurológicos internados em UTI adulta. A pesquisadora realizou a construção e o desenvolvimento da tecnologia de segurança. Inicialmente, realizará um levantamento dos modelos de tecnologia de segurança existentes no mercado e desenvolverá uma tecnologia adaptada para o ambiente hospitalar. A proposta de criação da tecnologia de segurança foi baseada, além da observação da prática clínica, também em buscas na internet sobre quais tecnologias de segurança há disponíveis no mercado. Após essa busca, foi possível notar que nenhuma delas são 100% adaptadas à aplicabilidade na sedestação de pessoas internadas em ambiente hospitalar. A maioria dos modelos apresenta tecido indevido (permeável, de difícil higienização), pouco prático para colocação em pessoas com alterações neurológicas em UTI e não adaptável em dispositivos utilizados para sedestação, como a poltrona de leito ou *Bed Chair*. O dispositivo foi criado utilizando o tecido Bagum, que é impermeável, maleável, agradável ao toque, tem textura lisa e foi estofado internamente com manta acrílica. Em relação às medidas, a faixa de contenção de tórax tem comprimento de 100 cm e as faixas dos MMII, 13cm de largura. O desfecho primário esperado desta pesquisa é a redução significativa do risco de quedas e melhoria no posicionamento ergonômico dos participantes com doenças neurológicas, durante a sedestação em uma unidade de terapia intensiva (UTI) adulta.

Palavras-chave: Sedestação; Reabilitação Neurológica; Fisioterapia Intensiva; Tecnologia Assistiva; Prevenção de Quedas.



VIVÊNCIAS DE UM GRUPO DE FUTURAS TRABALHADORAS DA SAÚDE, COM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES, COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO PARA INTERVENÇÃO COM O PÚBLICO-ALVO DO PET-SAÚDE EQUIDADE

Bruna Jacqueline de Souza; Carina Raquel Podiatsky; Gisele Vitoria Santos Alvares; Valéria Oliveira Silva; Yasmim Djala Paula da Costa; Aline Bertoli da Cunha; Angélica Garcia Couto; Mariajosé Louise Caro Schulz.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) é uma iniciativa do Ministério da Saúde, voltada à qualificação de profissionais da saúde, integrando a formação de estudantes de graduação no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). O PET-Saúde promove a educação pelo trabalho, com o intuito de fortalecer a integração ensino-serviço-comunidade, englobando ensino, pesquisa e extensão universitária, em articulação com a participação social. O PET-Saúde Equidade (2024-2026) tem como foco central valorizar a equidade de gênero, identidade de gênero, sexualidade, raça, etnia e deficiência, em conformidade com o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no SUS. Este trabalho consiste em um relato de experiência, cujo objetivo é relatar as vivências acadêmicas de estudantes dos cursos da área da saúde da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), participantes do PET-Saúde Equidade, com ênfase no aprendizado e na implementação das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) no SUS. A produção deste trabalho foi fundamentada em reflexões acerca das experiências adquiridas no PET-Saúde Equidade. A metodologia incluiu vivências práticas no Centro de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (CEPICS) de Itajaí/SC, reflexões sobre as atividades realizadas e o desenvolvimento de práticas formativas com foco na divulgação e instrumentalização das PICS no âmbito do SUS. As PICS envolvem abordagens que estimulam mecanismos naturais do organismo para a prevenção e enfrentamento de doenças. O relato enfatiza as experiências das acadêmicas no CEPICS, com foco no autocuidado de trabalhadoras e futuras profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS). O desenvolvimento da prática de autocuidado foi norteado por quatro pilares fundamentais: físico, emocional, espiritual e social. Além disso, as acadêmicas aprenderam sobre o impacto das PICS na promoção da saúde, especialmente em questões de autocuidado e na socialização dos sujeitos com o ambiente e a sociedade. No PET-Saúde, os grupos formados são compostos por um coordenador, um tutor, dois preceptores e acadêmicos de graduação. Os tutores são docentes da UNIVALI dos cursos de Psicologia e Farmácia, enquanto os preceptores são profissionais de saúde, incluindo uma médica e uma enfermeira. As acadêmicas participantes pertencem aos cursos de Educação Física, Enfermagem, Psicologia e Fisioterapia. A preceptora médica e acupunturista proporcionou às acadêmicas vivências nas áreas de auriculoterapia, fitoterapia, aromaterapia e meditação. Os resultados obtidos são discutidos a partir de reflexões sobre cada uma dessas práticas. A auriculoterapia é uma técnica da medicina tradicional chinesa, sendo uma forma de [medicina alternativa](#) baseada na ideia de que o [pavilhão auditivo](#) da [orelha](#), ou aurícula, é um microssistema em que todo o corpo é representado por um mapa. A preceptora realizou uma avaliação sobre as principais queixas das acadêmicas e, em seguida, foi aplicada a técnica de auriculoterapia com sementes aplicadas na orelha, a fim de estimular pontos específicos, a qual foi repetida depois de uma semana (que é o tempo de troca das sementes). De acordo com o relato das acadêmicas, a prática demonstrou benefícios na melhora da qualidade do sono e diminuição



de sintomas de ansiedade. A fitoterapia é uma terapia, que se dá através do uso de plantas *in natura* ou processadas para o tratamento ou prevenção de doenças. As acadêmicas participam de um grupo de fitoterapia no CEPICS, em que são aprofundados conhecimentos sobre a identificação e uso racional de plantas e fitoterápicos. As acadêmicas também tiveram a oportunidade de fazer uma visita técnica na Granja Campos em Camboriú/SC, onde as acadêmicas aprenderam sobre o manejo do solo, soluções sem agrotóxicos para as plantações, degustaram produtos da granja. Além disso, foram apresentados à mandala dos chás, em que cada horário, correspondia a um sistema do corpo humano e qual o chá indicado para tratá-lo, pois naquele horário, o corpo absorveria melhor os princípios ativos da planta. A aromaterapia é uma prática que utiliza de óleos essenciais extraídos de plantas, sendo um tratamento natural e preventivo, tem como objetivo principal tratar alterações físicas e emocionais, estimula diferentes áreas do cérebro, auxiliando em diversos sintomas, além de promover o bem-estar físico, mental e emocional. As acadêmicas aprenderam sobre três óleos essenciais: o *Citrus bergamia* (bergamota), *Lavandula angustifolia* (lavanda) e *Romarinus officinalis* (alecrim). Por meio dos aromas, foi identificado qual deles remetia a uma lembrança ou sentimento mais agradável de forma individual, para depois compreender a utilização de cada óleo essencial. A lavanda ajuda, em especial, para ansiedade e melhora no sono, a bergamota ajuda na concentração e estresse, e o alecrim auxilia, principalmente, na tensão emocional. Após a identificação de cada óleo essencial, a preceptora realizou uma meditação guiada, utilizando os óleos que cada uma tinha se identificado mais. De acordo com o relato das futuras trabalhadoras, a meditação promoveu um momento de relaxamento e alívio das tensões do dia a dia. A experiência também permitiu conhecer os benefícios da combinação dessas duas práticas utilizadas em conjunto, trazendo uma ampla visão sobre o próprio autocuidado, contribuindo, assim, para a formação profissional. As experiências adquiridas evidenciam que as PICS são ferramentas valiosas na promoção da saúde e do autocuidado. A participação em atividades interprofissionais fortalece a prática colaborativa entre estudantes da área da saúde, promovendo um aprendizado integral e contribuindo para a prestação de cuidados mais abrangentes à população. A articulação entre instituições de ensino, serviços de saúde e a comunidade revelou-se inovadora, desafiadora e fundamental para a formação acadêmica e o fortalecimento da rede de atenção à saúde.

Palavras-chave: Práticas de Saúde Integrativas e Complementares; Atenção Primária; Autocuidado.

Apoio: Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde EQUIDADE); Universidade do Vale do Itajaí; Centro de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (CEPICS-Itajaí).



RELATO DE EXPERIÊNCIA DA PALESTRA DO PROJETO DE EXTENSÃO #DR: PROMOÇÃO DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DE ADOLESCENTES NO CONTEXTO ESCOLAR

Bruna Moretoni; Debora Calita Bento; Eduardo Venâncio; Kamila Peixoto de Souza; Maria Vitoria Schizzi Tiepo.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O projeto de extensão universitário *Discutindo a Relação (#DR)* tem como objetivo promover discussões acerca da saúde e do desenvolvimento de adolescentes, em consonância com o Programa Saúde na Escola (PSE). Desde 2022, o projeto é realizado na Escola Potter, situada no bairro Espinheiros, por meio da realização de três a quatro oficinas semestrais. As atividades utilizam metodologias ativas de aprendizagem, fundamentadas nos princípios de Paulo Freire, que incluem o reconhecimento do contexto escolar, planejamento, execução das oficinas e avaliação da satisfação dos participantes. O projeto abrange os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, 4, 5, 8 e 16. Objetiva-se apresentar o projeto de extensão #DR, destacando suas atividades e impactos na promoção da saúde e desenvolvimento de adolescentes. Buscou-se promover a integração entre teoria e prática na formação acadêmica, capacitar os estudantes para o planejamento de oficinas e estimular discussões sobre temas de saúde relevantes no contexto escolar. Além disso, a palestra visou a reforçar o papel da universidade na promoção da saúde e no desenvolvimento integral dos jovens, contribuindo para a transformação social. A palestra ocorreu no dia 16 de setembro de 2024, durante a aula de Psicologia Educacional I, na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). A estrutura da palestra foi dividida em duas partes: a apresentação do projeto #DR e um treinamento para o planejamento de oficinas voltadas para adolescentes. A apresentação foi conduzida por uma estagiária de extensão, com o apoio da coordenadora do projeto. Esse formato visa não apenas a informar, mas também capacitar os estudantes sobre práticas extensionistas relevantes. A curricularização da extensão, conforme a Resolução CNE/CES n. 1 de 2023, enfatiza a importância da integração entre atividades práticas e formação teórica. O projeto #DR exemplifica essa integração, possibilitando a participação interdisciplinar de estudantes dos cursos de Psicologia, Biomedicina e Farmácia. As oficinas promovem um aprendizado transdisciplinar, conforme previsto no Art. 13 da DCN (2023), reforçando a relevância do trabalho extensionista na formação dos alunos. Os resultados preliminares indicam que as oficinas não apenas aumentaram a conscientização dos adolescentes sobre saúde e bem-estar, mas também proporcionaram aos estudantes universitários a oportunidade de aplicar conhecimentos teóricos em um contexto prático. A experiência prática contribui para o desenvolvimento de habilidades em planejamento e execução de intervenções educativas, essenciais para a formação de profissionais aptos a atuar em comunidades e enfrentar desafios sociais. Sendo assim, a experiência do projeto #DR evidencia a eficácia da curricularização da extensão, ao promover um aprendizado interdisciplinar, integrado às necessidades da comunidade escolar. O projeto ressalta o papel da universidade na promoção da saúde e no desenvolvimento integral dos adolescentes, além de contribuir para a formação prática de estudantes de Psicologia. A palestra e a atividade prática possibilitaram diálogos reflexivos sobre saúde e ampliaram a compreensão acerca do impacto social da extensão, fortalecendo a conexão entre teoria acadêmica e realidades comunitárias.

Palavras-chave: Saúde; Desenvolvimento; Adolescência; Educação; Extensão Universitária.



A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR NA ASSISTÊNCIA INTEGRAL NO AMBULATÓRIO DE DOENÇAS INFLAMATÓRIAS INTESTINAIS DA UNIVALI: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Bruna Moretoni; Murilo Schiefler Moura; Sueli Terezinha Bobato; Claiza Barretta; Everson Fernando Malluta; Munique Kurtz de Mello; Polyanna Borges.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

As Doenças Inflamatórias Intestinais (DII) constituem um importante problema de saúde pública, devido à crescente incidência e prevalência global ao longo das últimas décadas, com distribuição heterogênea. No Brasil, a maior concentração ocorre nas regiões Sudeste e Sul. Os fatores ambientais que influenciam epigeneticamente a ocorrência da DII estão desempenhando um papel cada vez mais crítico no desencadeamento e modulação dos fenótipos da Doença de Crohn e Retocolite Ulcerativa. Tal panorama exige atenção especializada que garanta o acesso ao cuidado integral em consonância aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), abordando não apenas a fisiopatologia, mas também os aspectos psicossociais que afetam os pacientes. Objetiva-se, com este estudo, descrever o processo de integração ensino-serviço na assistência interdisciplinar aos pacientes em seguimento clínico em um Ambulatório de Doenças Inflamatórias Intestinais, em alinhamento aos princípios do SUS. Trata-se de um relato de experiência do estágio específico com ênfase em Saúde e Integralidade do Curso de Psicologia da Univali. As ações foram realizadas entre agosto de 2023 e julho de 2024 em um Ambulatório de Doenças Inflamatórias Intestinais, considerado referência regional na assistência integralizada ao paciente com DII, suporte aos familiares, educação à comunidade e aos profissionais da saúde. As intervenções ocorrem por meio de consultas compartilhadas, em que são realizadas avaliações clínico-médica, avaliação antropométrica, conduta nutricional e psicodiagnóstico interventivo. Também tem parceria com a Organização Brasileira de Doença de Crohn e Colite – GEDIIB. A atuação da Psicologia ocorre com base no modelo transteórico da mudança, entrevista motivacional e psicoeducação, sob o paradigma biopsicossocial. Dentre as 46 consultas compartilhadas evidenciou-se predomínio de pacientes em idade adulta, acima de 30 anos (80%), sexo feminino (74%), casados (57%) e com filhos (67%). Houve leve predomínio de pacientes com Doença de Crohn (50%) em relação à Retocolite Ulcerativa (48%), e a maioria encontrava-se na fase remissiva da DII (57%). Os pacientes referiram manifestações extraintestinais (39%), como artralgia, fístulas e problemas dermatológicos, além de outras condições de saúde como hipertensão arterial sistêmica, hérnia de disco e anemia. Associados à sobrecarga com a DII, foram evidenciados condicionantes psicossociais que interferem na qualidade de vida como conflitos relacionais (43%), com impactos à saúde mental. Evidenciou-se má qualidade do sono (37%), ansiedade (26%), estresse (24%) e humor deprimido (17%), de modo que quase um quarto dos pacientes revelaram uso de psicotrópicos como estratégias para alívio dos sintomas (21%). Diante das demandas, foram realizadas condutas psicoeducativas sob os pilares do autocuidado, incluindo respiração diafragmática, técnicas de relaxamento, higiene do sono, resolução de problemas, mudança de hábitos e estilo de vida em prol de melhor qualidade de vida. As ações realizadas alinharam-se ao Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil, 2021-2030, do Ministério da Saúde. Conclui-se que a prática interdisciplinar de maneira coordenada, incluindo o suporte psicológico no manejo de condições psicossociais, permitiu reconhecer necessidades de promoção à saúde e prevenção das agudizações clínicas e cirúrgicas viabilizadas pelas consultas compartilhadas. A sinergia envolvendo medicina, nutrição e psicologia culminou em benefícios aos pacientes, especialmente no que se refere às condições que impactam a



saúde, visando à remissão dos sintomas da DII e de outras comorbidades. As estratégias utilizadas contribuíram para o manejo de demandas em diferentes níveis de gravidade, bem como para a integração teórico-prática dos estudantes nas atividades de ensino-serviço, viabilizada pela participação dos profissionais envolvidos. Também favoreceram a dinâmica reflexão-ação-reflexão, estimulando o desenvolvimento de competências como trabalho em equipe, liderança, ética profissional, comunicação, verbal e escrita, integradas aos saberes das diferentes áreas de conhecimento. A atuação interdisciplinar no Ambulatório permite a busca de alternativas conjuntas na atenção à saúde, bem como possibilita ao paciente tornar-se um protagonista ativo no processo de cuidado de si em prol de sua qualidade de vida.

Palavras-chave: Consultas Compartilhadas; Doenças Inflamatórias Intestinais; Saúde e Integralidade; Pilares do Autocuidado; Psicoeducação.



CIRURGIA PALIATIVA: ESTRATÉGIA PARA ALÍVIO DE SINTOMAS E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NOS PACIENTES EM CUIDADO PALIATIVO

Caio Araújo Fiates; Clarice Munaro; Davi Loss dos Santos; Lucas Calgaro Mendonça; Marcelo Alexandre Tessarolo Filho; Pedro Henrique Guasque Cavina; Pedro Piazza Schmidt; Rafael Padrão Serra de Araújo.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A cirurgia paliativa é uma estratégia cirúrgica utilizada em casos de pacientes com doenças avançadas, incuráveis e intratáveis, onde o objetivo é tratar sintomas em decorrência da doença ou do percurso do tratamento. Com o aumento da expectativa de vida, o aumento de cânceres e de doenças crônicas há demanda por novos tratamentos e intervenções, logo, o campo tem se beneficiado da integração da equipe de cuidados paliativos, juntamente com a equipe de cirurgia, oferecendo uma abordagem centrada no paciente. Com este estudo, objetiva-se identificar, por meio da literatura, o impacto da cirurgia em pacientes sob cuidados paliativos, destacando o papel dessa abordagem na melhoria dos sintomas e na qualidade de vida. Pautada no método indutivo, fundamentado em pesquisa bibliográfica de artigos científicos em periódicos indexados, seguido de leitura interpretativa e analítica, busca-se, com esta pesquisa, compreender de que maneira a cirurgia pode auxiliar no alívio de sintomas e na qualidade de vida dos pacientes em um contexto paliativo. Atualmente, na literatura, existe um consenso da importância das cirurgias paliativas no manejo de pacientes com doenças avançadas, como obstruções intestinais, câncer gastrointestinal, câncer de mama, entre outros. A drenagem de líquidos e a desobstrução intestinal são exemplos de intervenções, que podem ser realizadas e que melhoram significativamente a qualidade de vida dos pacientes. Simultaneamente, o compartilhamento de informações entre médico, família e paciente, tem se mostrado essencial na tomada de decisão e sucesso das intervenções, além de contribuir na melhor compreensão dos riscos e benefícios. Dessa forma, tanto os sintomas físicos quanto o emocional podem ser melhor manejados quando essas intervenções são aplicadas de maneira criteriosa e correta. Portanto, são indiscutíveis os avanços e o papel da cirurgia paliativa como terapia de pacientes em estados avançados de doença, tanto na melhora da qualidade de vida, quanto no alívio sintomático. Os estudos mais contemporâneos reiteram a eficácia das intervenções cirúrgicas que, quando aplicadas em conjunto com os cuidados paliativos, conseguem manter uma abordagem humana e voltada às necessidades individuais do paciente, fazendo, assim, com que esse processo de enfrentar uma doença seja mais leve e indolor. Contudo, mais estudos são necessários para julgar o melhor momento da abordagem cirúrgica em pacientes paliativos, assim como a avaliação do balanço entre risco e benefício, sempre com o intuito de entregar melhor qualidade de vida e um processo de finitude de vida mais digno.

Palavras-chave: Cuidados Paliativos; Abordagem Cirúrgica; Senilidade.



A LASERTERAPIA COMO RECURSO TERAPÊUTICO COADJUVANTE NO TRATAMENTO DE LESÕES MAMÁRIAS DECORRENTES DA AMAMENTAÇÃO

Camila Santos do Couto; Isadora Christine de Azevedo; Mariana Duarte Neves.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O aleitamento materno exclusivo até os primeiros seis meses do recém-nascido promove o crescimento e desenvolvimento, evitando mortes neonatais, fortalecendo o vínculo, diminuindo o risco de hemorragia pós-parto e câncer de mama. Porém, as altas incidências de lesões mamilares em puérperas fazem com que o desmame precoce seja cada vez mais recorrente. Nesse cenário, a laserterapia é um excelente recurso terapêutico coadjuvante no tratamento dessas lesões por meio da biomodulação, contribuindo para o alívio da dor e redução da inflamação, paralelamente aos processos aprimorados de cicatrização e reparação tecidual. Objetiva-se, aqui, revisar literatura publicada acerca do uso da laserterapia como recurso terapêutico coadjuvante no tratamento de lesões mamárias decorrentes da amamentação. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada em outubro de 2024, utilizando a base de dados LILACS, por meio da estratégia de busca “Aleitamento Materno” AND “Laserterapia”. Os critérios de inclusão foram estudos disponíveis na íntegra, *online*, publicados em português, no período entre 2019 a 2024, sendo encontrados quatro artigos, que foram analisados descritivamente. A literatura demonstrou que as lesões mamárias decorrem de fatores maternos e/ou fatores relacionados ao recém-nascido, já que decorrem desconforto e dor local, podendo ocasionar o desmame precoce. Sendo assim, a laserterapia foi apontada como uma intervenção eficaz quando associada ao manejo da amamentação, com correção da causa primária da lesão, no tratamento das lesões mamárias. Por promover a biomodulação, o laser de baixa potência utilizado de forma adequada promove ação anti-inflamatória, analgésica, cicatrizante, não acarretando danos aos tecidos das mamas e possuindo efeito terapêutico. As evidências apontaram que, após a intervenção da laserterapia em puérperas, foi observada a redução das dores, cicatrização das mamas, corroborando com a manutenção da amamentação em livre demanda e, conseqüentemente, evitando o desmame precoce. A laserterapia apresenta-se como uma abordagem promissora e eficaz no tratamento de lesões mamárias decorrentes da amamentação. Sua capacidade de estimular a cicatrização, reduzir a dor e minimizar a inflamação favorece a manutenção do aleitamento materno. Estudos mostraram que a utilização desse recurso terapêutico não apenas favorece a cicatrização das lesões mamilares, como prolonga o tempo da amamentação em livre demanda.

Palavras-chave: Aleitamento Materno; Terapia a Laser; Ferimentos e Lesões.



PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: SITUAÇÃO VACINAL EM UNIDADES ESCOLARES

Camila Santos do Couto; Valdir da Silva Junior, Andrieli Corrêa Palhano.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Considera-se a vacinação no decorrer da infância como uma das estratégias mais eficazes na prevenção de doenças. Tangencialmente, boas práticas em imunização não apenas protegem o imunizado, mas toda a comunidade inserida ao seu redor, reduzindo riscos e prevenindo aparecimento de patologias que necessitam ser erradicadas, sendo a imunização um dos eixos do Programa Saúde na Escola (PSE). Este estudo pretende relatar a experiência vivenciada em uma ação educativa de conferência de situação vacinal em um Centro de Educação Infantil (CEI) do município de Itajaí/SC. Trata-se de um relato de experiência de uma ação de promoção da saúde, com verificação da situação vacinal de crianças na faixa etária de 1 a 4 anos de idade. A ação foi realizada em um CEI da Rede Municipal de Educação de Itajaí/SC, por estudantes do 5º período da Graduação de Enfermagem da Univali, durante o estágio da disciplina de Saúde da Mulher, Criança e Adolescente Baseada em Evidências, no primeiro semestre de 2024. Os acadêmicos realizaram, sob supervisão, a verificação da situação vacinal das 15 crianças regularmente matriculadas no Centro de Educação Infantil que compareceram no dia da ação, nas turmas de berçário, maternal e jardim, contemplando a faixa etária de 1 a 4 anos. Ressalta-se que foi realizado contato prévio com a coordenação do CEI para solicitar que as cadernetas das crianças fossem enviadas pelos pais no dia da ação. Verificou-se quais crianças possuíam vacinação em dia e quais precisavam atualizar a situação vacinal. Dos dados analisados, obtiveram-se três tipos de situações: vacinação em dia, vacinação em dia com campanha pendente e vacinação atrasada. Cinco crianças (33,3%) foram caracterizadas com situação vacinal em dia e não necessitavam realizar vacinação no momento da análise. Quatro crianças (26,6) apresentaram situação vacinal regular, porém não realizaram imunização de campanha, como a influenza. Por outro lado, seis crianças (40,1%) estavam em situação de atraso vacinal, visto que apresentavam a ausência do imunizante na caderneta da criança previsto para a faixa-etária. Após estas verificações, realizou-se orientações acerca da imunização para os responsáveis das crianças. A ação realizada evidenciou a importância da verificação da situação vacinal das crianças como uma ação do PSE. Ressalta-se a relevância da vacinação das crianças e da promoção de informações de qualidade aos pais e responsáveis. Tocante a isso, identificaram-se lacunas existentes na vigilância em saúde dessas crianças, denotando a importância do fortalecimento das ações intersetoriais entre educação e saúde.

Palavras-chave: Saúde Pública; Programas de Imunização; Vacinação.



IMPACTO DO ABSENTEÍSMO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Camila Santos do Couto; Valdir da Silva Junior, Andrieli Corrêa Palhano; Milene Negri Reiser.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A atenção primária à saúde permite avaliação de qualidade, quanto à identificação e intervenção precoce de riscos e agravamentos à saúde. Apreciando tal relevância, é imprescindível investigar e determinar as razões do absenteísmo, que dificultam a assistência à saúde dos usuários das unidades básicas de saúde. O absenteísmo é um problema crônico, com taxas que habitualmente superam os 25%, comprometendo diferentes tipos de atendimentos, estando acima da taxa média mundial de 23%. Cabe destacar que o absenteísmo ocorre por causas multifatoriais que implicam desde a gestão do sistema de saúde como ao usuário, associadas a tempo de espera, esquecimento, problemas na comunicação entre outros. Este estudo tem por objetivo analisar a prevalência de absenteísmo nas consultas agendadas em uma unidade básica de saúde do município de Camboriú/SC. Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, de abordagem quantitativa. A população de estudo compreendeu pacientes, que agendaram atendimento na unidade básica de saúde no mês de maio no ano de 2024. A coleta de dados foi efetuada através de agenda informatizada utilizada na UBS. Foram incluídos todos os pacientes agendados para consulta e os absenteísmos ocorridos na amostra total. No mês de maio foram totalizados os seguintes atendimentos: 215 consultas odontológicas, 22 consultas de pré-natal com profissional médico, 42 consultas de pré-natal com profissional enfermeiro e 50 exames de preventivo. O número de absenteísmo foi de 30,19% (93 faltas) nas consultas odontológicas, 44,89% (27 faltas) nas consultas de pré-natal com profissional médico, 23,63% (13 faltas) nas consultas de pré-natal com profissional enfermeiro e 49,01% (52 faltas) para exame preventivo, totalizando 185 faltas. A falta às consultas tem se mostrado como desafio nos serviços de saúde, visto que o absenteísmo nos atendimentos atinge altos índices, acarretando problemas na resolutividade da APS. Por conseguinte, as mazelas da ausência são multifatoriais, o que impossibilita os processos de trabalho e precariza o acesso constitucional de saúde. Conclui-se que o alto indicador de ausência nos atendimentos da atenção primária à saúde necessita de estratégias por parte da gestão para minimizar e compreender as causas do absenteísmo, concomitantemente à manutenção do vínculo UBS e à comunidade. Os dados colhidos com o relatado, indicam que a falta às consultas, não só prejudicam a qualidade do atendimento, mas também impactam no agravamento dos casos. Tocante a isso, é de suma importância a mensuração das causas que interferem na assistência à saúde dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), como: idade, escolaridade, tradições familiares, aceitação da doença e fatores alheios, como: desigualdade social, distribuição de renda e dificuldade no acolhimento e escuta ativa.

Palavras-chave: Saúde Pública; Atenção Primária à Saúde; Absenteísmo.



EXPECTATIVA PROFISSIONAL DE ACADÊMICOS INGRESSANTES E CONCLUINTES DE UM CURSO DE ODONTOLOGIA

Carolina Campos Camilo Gonçalves; Giulia de Campos de Souza; Silvana Marchiori de Araújo; Henrique Costacurta Zuchi.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Dado o cenário em constante evolução na área odontológica, em que as necessidades sociais se renovam e há significativo aumento na concorrência profissional, os projetos pedagógicos devem ser construídos para formar profissionais com informações científicas e habilidades práticas. Dessa forma, os cursos de odontologia têm que estar atentos, tanto às perspectivas e percepções do acadêmico, quanto às questões vivenciadas no cenário atual da odontologia. Preparando, assim, o acadêmico de forma condizente com o que o mercado requer e com suas aspirações. O objetivo deste estudo é verificar a expectativa profissional de acadêmicos ingressantes e concluintes do curso de Odontologia da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo transversal, por meio de análise de dados primários, aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisa da Univali - CAAE n. 65205222.0.0000.0120. A população-alvo foram todos os acadêmicos matriculados no curso de Odontologia da Universidade do Vale do Itajaí no primeiro semestre de 2023, do primeiro ao terceiro e do sétimo ao nono período integral. A amostra foi não-probabilística por conveniência, sendo o instrumento de coleta de dados um questionário autoaplicável, com 11 questões para caracterização de perfil socioeconômico dos acadêmicos, além de 10 questões abordando as expectativas profissionais. Participaram do estudo 138 acadêmicos, sendo 66 ingressantes e 72 concluintes. Com predomínio de mulheres (79,7%), solteiros (87,7%). A faixa etária mais incidente foi até 20 anos para os ingressantes (74,3%), e 21 a 25 anos para os concluintes (77,8%). Com relação ao ensino médio, a maioria realizou-o em escola particular (62,9%), apresentando renda familiar de mais de seis salários-mínimos (51,5%). A forma de ingresso predominante ocorreu via processo seletivo institucional (71,8%). Sendo que, a maioria não trabalha e tem a moradia e materiais utilizados no curso custeados pelos pais. Além disso, a intenção, quando formados, de realizar cursos de aperfeiçoamento e especialização (72,5%). A área de atuação de interesse predominante citada pelos iniciantes foi cirurgia (31,8%), e pelos concluintes foi endodontia (30,5%). O maior percentual, tanto dos ingressantes quanto dos concluintes, pretende atuar em consultório particular e no serviço público, e a maioria pretende fazer concurso público. Quanto à renda mensal, após um ano de formado, os ingressantes esperam receber entre quatro e cinco salários-mínimos (33,4%) e os concluintes entre dois e cinco salários-mínimos (61%). Já após cinco anos, a expectativa dos ingressantes ultrapassa os 20 salários-mínimos (28,7%), e dos concluintes entre sete e nove salários-mínimos (26,4%). Sendo que mais de 50% da amostra exerceria a odontologia em zonas rurais, cidades pequenas ou periferias de grandes cidades. Destaca-se, ainda, que um participante não pretende atuar na Odontologia. Dentre os pontos analisados, pode-se observar similaridade nas características socioeconômicas dentro do curso de odontologia da universidade em questão, seja nos concluintes ou ingressantes. Dentre os pontos divergentes, destacam-se a expectativa quanto à renda após formado e a área de escolha em pós-graduação.

Palavras-chave: Odontologia; Educação Superior; Estudantes de Odontologia.



PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS NOTIFICAÇÕES DE SÍFILIS EM GESTANTES EM UM MUNICÍPIO DA REGIÃO NORTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Carolina Otto; Ana Paula dos Reis.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A sífilis é uma doença infecciosa de evolução crônica, frequentemente assintomática, causada pela bactéria *Treponema pallidum*. Sua transmissão ocorre principalmente por meio de relações sexuais desprotegidas, mas também pode ocorrer de forma vertical, ou seja, da mãe para o feto, quando a gestante não recebe o tratamento adequado. A transmissão vertical pode acontecer em qualquer fase da gestação e depende de fatores como a classificação clínica da sífilis na gestante e o tempo de exposição do feto ao agente infeccioso. O objetivo do estudo é analisar o perfil epidemiológico dos casos de sífilis em gestantes notificadas no Município de Araquari/SC. O método utilizado é um estudo epidemiológico transversal, observacional e analítico. Os dados foram coletados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) para o período de 2020 a 2023, na população residente em Araquari/SC. As variáveis analisadas incluíram ano de diagnóstico, faixa etária, escolaridade, raça/cor, período do diagnóstico e tratamento prescrito. Os resultados encontrados durante o período analisado foram: 66 casos notificados de sífilis em gestantes. O ano com maior incidência foi 2022, com uma taxa de 39 casos por 1.000 nascidos vivos. A análise da faixa etária das gestantes revelou que a maioria (60%) tinha entre 20 e 29 anos. Quanto à escolaridade, a maior parte possuía Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Médio Completo. A maioria dos diagnósticos ocorreu tardiamente, principalmente nos segundo e terceiro trimestres da gestação, com alguns casos sendo identificados apenas no quarto trimestre, frequentemente no momento do parto. Em relação ao tratamento, 52 (78,2%) das gestantes receberam o esquema de Penicilina Benzatina (três doses), enquanto 14 (21,2%) receberam apenas uma dose ou não foram tratadas. A detecção tardia da sífilis em gestantes pode acarretar complicações durante o parto e danos ao feto. Para tanto, é fundamental implementar ações estratégicas para a identificação precoce da doença, especialmente em regiões com altos índices de diagnósticos tardios. Essas ações visam a garantir o tratamento adequado e a prevenção de novos casos. Os indicadores epidemiológicos de um município são essenciais para análise, execução e implementação de políticas públicas de saúde mais efetivas no controle dessa doença. Entre as estratégias, incluem-se a capacitação permanente e contínua dos profissionais de saúde, a realização de campanhas de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e a conscientização da população sobre a importância da detecção e o tratamento da sífilis.

Palavras-chave: Sífilis; Atenção Primária à Saúde; Sistema de Informação em Saúde.



CUIDADOS PALIATIVOS NO CONTEXTO DAS DOENÇAS AMEAÇADORAS DA CONTINUIDADE DE VIDA SOB O OLHAR DA POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS PALIATIVOS

Caroline Sugiura; Clarice Aparecida Munaro; Guilherme Ribeiro; Lisliê Nepomuceno; Henrique Albuquerque Mazzetto; Rafaela Martins Narciso; Sara Maysa Araújo Muller.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Os cuidados paliativos emergem como uma abordagem integral e essencial para pacientes com doenças ameaçadoras à vida que não respondem mais ao tratamento modificador da doença, priorizando a assistência no alívio de sofrimento, seja ele físico, emocional, social e espiritual. Segundo recentes dados do Ministério da Saúde, 625 mil pessoas com doenças que ameaçam a qualidade e/ou a continuidade da vida necessitam de tal assistência no país. Assim, com essa crescente demanda e a necessidade de humanização no atendimento à saúde, foi instituída, em maio de 2024, a Política Nacional de Cuidados Paliativos (PNCP), promovida e pactuada pelo Governo Federal, CONASS e CONASEMS. A PNCP tem como uma das diretrizes a ampliação dos cuidados paliativos e acesso universal a eles em todos os pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde, com equidade, integralidade, qualidade assistencial e humanização no atendimento. Este estudo pretende identificar os potenciais benefícios da PNCP para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, que possuem doenças ameaçadoras da vida, bem como de sua rede de apoio, considerando o avanço de tais patologias e o impacto sobre o bem-estar físico, emocional e espiritual do ser humano. A metodologia integra a revisão de literatura científica em bases de dados indexadas, como SciELO, PubMed e Google Scholar, a partir de pesquisas que ponderam se o cuidado paliativo é uma estratégia eficaz no alívio do sofrimento e promoção de um atendimento humanizado, centrado no paciente e sua família, em todas as fases da doença. A importância de se ter uma PNCP institucionalizada no SUS é a garantia de financiamento destinado para ampliação de equipes especializadas para implementar o cuidado com as pessoas com doenças ameaçadoras à vida, para as quais não existe mais tratamento modificador. A PNCP também prevê matriciamento para as equipes na rede de atenção à saúde para que possam implementar a linha de cuidado paliativo, de forma eficaz e humanizada, promovendo uma assistência integral, que leve em consideração o controle de sintomas, o suporte psicossocial e o respeito às preferências e dignidade dos pacientes. A PNCP visa também à integração dos cuidados paliativos em todos os níveis de atenção à saúde, desde a atenção primária até os níveis de alta complexidade, possibilitando um cuidado contínuo e interprofissional. Com uma política bem estruturada, as equipes de saúde recebem capacitação contínua, o que permite uma atuação mais qualificada no manejo de pacientes e na oferta de suporte às famílias. Outro ponto fundamental é que a PNCP contribui para a redução de internações desnecessárias e procedimentos invasivos, focando em melhorar a qualidade de vida dos pacientes e oferecendo suporte adequado para os familiares no processo de luto. Dessa forma, os cuidados paliativos passam a ser vistos como uma parte essencial do sistema de saúde, garantindo que todos tenham acesso a um cuidado digno, mesmo nas fases mais delicadas da vida.

Palavras-chave: Cuidados Paliativos; Doenças Crônicas; Qualidade de Vida; Atendimento Humanizado; Políticas Públicas.



SAÚDE DO TRABALHADOR: PROMOÇÃO DA INFORMAÇÃO ACERCA DO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E CHÁS

Catarina Luiza Dalmarco; Angélica Garcia Couto; Renê Artur Ferreira.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) aprovada pela Portaria GM/MS n. 971, de 3 de maio de 2006, abrange uma grande diversidade de práticas, incluindo a fitoterapia. A fitoterapia é considerada uma prática de saúde que se utiliza de plantas medicinais validadas em diversas preparações farmacêuticas para uso terapêutico, como o chá medicinal. O chá medicinal pode ser preparado por meio da infusão ou decocção. A depender da espécie da planta, são recomendados alguns cuidados na preparação para obter melhores resultados na extração, concentração e preservação dos seus compostos bioativos. Plantas medicinais e aromáticas como melissa, capim-limão, cidreira brasileira e camomila possuem efeitos positivos em sintomas de ansiedade, insônia e agitação nervosa, além do funcho e erva-doce, que também exibem propriedades antioxidantes, antimicrobianas, anti-inflamatórias, antiespasmódicas, auxiliando no equilíbrio do organismo como um todo. Além das aromáticas, cita-se a espinheira-santa, como planta medicinal para a proteção da mucosa gástrica, e uso para a gastrite como alternativa aos medicamentos sintéticos. Ações de educação em saúde para trabalhadores acerca do tema, como palestras, promovem a propagação do conhecimento e “cuidado de si”; consequentemente, ao utilizar corretamente os chás medicinais os profissionais melhoram sua qualidade de vida através da diminuição do estresse e ansiedade implicada pelo próprio trabalho. Este resumo tem como objetivo descrever resultados da percepção da equipe do programa de extensão “Plante saúde” em uma ação de educação em saúde sobre chás e plantas medicinais, a fim de promover informações acerca do uso de plantas em forma de chás. Trata-se de um relato de experiência de uma ação para trabalhadores, realizada em uma instituição de ensino superior, em Santa Catarina, como parte de um evento na programação da CIPA, no ano de 2024. A metodologia para educação em saúde utilizada foi uma roda de conversa, exposição de plantas e acessórios para o preparo de chás com o foco na troca de conhecimentos, no relato sobre as vivências e as experiências, promovendo reflexão sobre a própria prática, constituindo-se também uma ação formativa, uma vez que propõe a reflexão do vivido, criando um espaço de confrontação dos pontos de vista dos participantes com experiência. A roda de conversa foi realizada de forma presencial e coordenada por dois professores e uma acadêmica, extensionistas do Programa de extensão Plante Saúde, durante aproximadamente duas horas. Como fonte de informações para consultas sobre a temática, foi disponibilizado QR CODE de uma cartilha com informações validadas sobre 17 plantas medicinais, intitulada “Fitoterapia no SUS-Itajaí: guia para usuários”. As plantas selecionadas para o diálogo foram: capim-limão, cidrão, funcho, erva-doce, guaco, boldo-nacional, espinheira-santa, incluindo ainda algumas condimentares, como tomilho. Além de como identificar as plantas, e modo de preparo, foram abordadas as diferenças nos modos de uso, conforme a sua finalidade (chá medicinal ou alimentício), e as diferenças entre espécies facilmente confundidas, como o funcho e erva-doce, e que tem diferenças nas quantidades recomendadas para a sua preparação. Modelos de plantio em vasos foram apresentados de forma dialogada com o público, provocando as memórias das suas experiências. Nesta prática, os participantes experimentaram o chá das folhas secas de capim-limão (*Cymbopogum citratus*) e o chá das folhas frescas de cidrão (*Aloysia citriodora*), preparados durante a roda de conversa, a fim de demonstrar os cuidados com o preparo e a identificação sensorial das espécies, pela sua morfologia, cor, odor e textura. Além de



experimentar o chá, foi proposta uma dinâmica de adivinhação, de duas amostras de plantas medicinais secas (erva-doce e funcho) para identificação. A troca foi marcada pela curiosidade, indagações, relatos de uso, aquisição da cartilha digital e solicitação da cartilha impressa, a qual foi presenteada com o único exemplar que foi levado no dia para demonstrar no local. Os dois chás oferecidos foram aceitos por todos os 26 participantes. Todos que responderam ao teste de adivinhação, identificaram a erva-doce de forma correta. No geral, percebeu-se que os participantes se demonstraram atentos e interessados ao longo de toda a prática, considerando as suas dúvidas e curiosidade, aceitabilidade do chá, e experiências de usos pessoais e no trabalho. Em conjunto, a equipe percebeu que a roda de conversa instigou o pensamento reflexivo através do diálogo e troca de informações, impactando positivamente na formação dos participantes acerca dos benefícios e cuidados com o uso de plantas medicinais para a melhoria na qualidade de vida.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Chás Medicinais; Plantas Medicinais.

Apoio: Universidade do Vale do Itajaí – Univali. Horto Medicinal da Univali; Vice-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, Diretoria de Extensão e Responsabilidade Social.



PROGRAMA DE EXTENSÃO “PLANTE SAÚDE” COM PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS (PANC) NA ESCOLA

Catarina Luiza Dalmarco; Juliana Vitória Diniz de Carvalho; Angélica Garcia Couto; Renê Artur Ferreira.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

As Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) são plantas que possuem uma ou mais partes comestíveis, de grande valor nutricional, sendo elas espontâneas ou cultivadas, nativas ou exóticas que não estão incluídas no cardápio cotidiano. Em 2022, uma pesquisa realizada pela Floresta Nacional (FLONA) de Três Barras/SC levantou registro de 29 espécies de PANC. Entre as partes comestíveis destacaram-se os frutos e folhas totalizando a maior parte das espécies registradas. Além dos macronutrientes, as PANC podem apresentar antioxidantes e minerais, tornando essas espécies importantes para a promoção da saúde. Este resumo tem como objetivo descrever resultados da percepção da equipe do programa de extensão “Plante saúde” em uma ação de educação em saúde sobre PANC, em escola. O objetivo da ação foi promover informações acerca do uso das PANC na alimentação do dia a dia. Trata-se de um relato de experiência de uma ação para professores e alunos, realizada em uma instituição de ensino fundamental, em Santa Catarina, no ano de 2024. A metodologia para educação em saúde utilizada foi apresentação, em forma de exposição interativa, de modo presencial, onde foram realizadas apresentações para grupos e de forma individual, utilizando-se de alguns jogos educativos desenvolvidos pela equipe de extensão. As plantas escolhidas para a ação foram: peixinho-da-horta, capuchinha, ora-pro-nóbis, erva-baleeira, almeirão-roxo, hibisco, entre outras. As plantas foram apresentadas a partir de perguntas disparadoras: *Você conhece? Já experimentou? Gostaria de provar?* Para, assim, abordar os assuntos: identificação das plantas, para que serve e como utilizar. Para mais, foram demonstrados os conteúdos impressos e na forma digital, de duas cartilhas: “Fitoterapia no SUS-Itajaí: guia para usuários” e “Fitoterapia no SUS-Itajaí: guia para professores”. Desta ação, participaram cerca de três grupos de 20 crianças e três professoras. Na percepção da equipe que coordenou as atividades, os participantes demonstraram muita curiosidade acerca das plantas, uns mais tímidos e outros mais agitados, independente da apresentação ser em grupo ou individual. As apresentações individuais foram de participantes que vieram espontaneamente buscar saber o que estava sendo apresentado, realizando indagações sobre as plantas. Alguns participantes demonstraram conhecimento a respeito das plantas apresentadas e, inclusive, fazem uso na culinária ou com objetivo terapêutico. Em síntese, abordar o uso das PANC nas instituições de ensino básico demonstrou-se um importante método para a promoção da saúde da criança e do adolescente, além disso o público irá levar o conhecimento adquirido para dentro de casa e sua comunidade, atingindo também o público adulto e idoso, ou seja, a instituição de ensino básico é uma ponte entre diferentes públicos.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Plantas Alimentícias Não Convencionais; Plantas Medicinais.

Apoio: Universidade do Vale do Itajaí – Univali. Horto Medicinal da Univali; Vice-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, Diretoria de Extensão e Responsabilidade Social.



A IMPORTÂNCIA DA ESCALA DE DEPRESSÃO PÓS-PARTO NOS PROTOCOLOS DE ATENDIMENTO PUERPERAL: ESTUDO DE REVISÃO

Catarina Luiza Dalmarco; Yasmin Achutti; Cleodiane da Silva Castro; Eneida Patrícia Teixeira; Rita de Cássia Teixeira Rangel; Rodrigo Massaroli; Larissa da Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A vulnerabilidade das puérperas à depressão pode ser atribuída a alterações hormonais repentinas, mudanças na resposta inflamatória e fatores emocionais que afetam a regulação do humor e a capacidade de enfrentar estressores. Esse contexto caracteriza um período de possível sofrimento psicossocial significativo. A Escala de Depressão Pós-Parto de Edimburgo (EPDS) emerge como uma ferramenta de autoavaliação projetada para detectar sintomas de depressão em mulheres durante o puerpério. Composta por dez itens, a escala explora sentimentos e comportamentos vivenciados nos últimos sete dias, permitindo uma avaliação quantitativa da intensidade de cada sintoma, onde a pontuação varia de 0 a 30; quanto maior a pontuação, mais severos os sintomas depressivos identificados. O presente estudo tem por objetivo analisar a utilização da EPDS em protocolos de atendimento puerperal, discutindo sua importância na identificação precoce de transtornos mentais e na qualificação da assistência às mulheres após a gestação. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, conduzida a partir de busca na base de dados do google acadêmico, como parte de projeto de pesquisa de campo. Foram selecionados artigos e estudos publicados nos últimos cinco anos que abordassem a EPDS, saúde mental materna e protocolos de atendimento pré-natal e puerperal. A EPDS pode ser utilizada a partir do quarto dia do pós-parto, sendo que a sua aplicação em outras fases da vida é considerada limitada. O uso da EPDS foi descrito por vários autores como uma escala válida para rastreio da depressão pós-parto, desde que o instrumento seja complementar à avaliação clínica integrativa. Os estudos destacaram que a EPDS é uma ferramenta eficaz na triagem de sintomas de depressão pós-parto. A prevalência de sintomas depressivos variou entre 19,7% e 39,13%, dependendo do contexto e da população analisada. Fatores como baixa escolaridade, falta de apoio familiar, e história prévia de depressão foram frequentemente associados à maior incidência de depressão nas puérperas. A utilização da EPDS mostrou-se crucial para o diagnóstico precoce e intervenção, sendo fundamental que os profissionais de saúde estejam capacitados para aplicar a escala e interpretar seus resultados no contexto clínico. Considera-se que a aplicação da Escala de Depressão Pós-Parto de Edimburgo (EPDS) é uma estratégia essencial no cuidado à saúde materna, pois contribui para o planejamento de intervenções direcionadas às puérperas. A identificação precoce de sintomas depressivos permite que as equipes de saúde, especialmente enfermeiros, realizem um acompanhamento mais efetivo, minimizando as consequências negativas para a saúde materno-infantil. Ao integrar a EPDS aos protocolos de atendimento, é possível promover um trabalho interprofissional que valorize as dimensões física e emocional do cuidado. Portanto, é fundamental garantir que os profissionais de saúde recebam a capacitação adequada para utilizar a escala de maneira eficaz e sensível, respeitando as particularidades de cada mulher.

Palavras-chave: Escala de Depressão Pós-Parto de Edimburgo; Depressão Pós-Parto; Saúde Mental; Enfermagem.



O PAPEL DA RELIGIÃO EM TRATAMENTOS PSICOLÓGICOS: UMA ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS E DESAFIOS

Charles Alexandre Armada; Edilson Rosa da Rosa; Victória de Oliveira da Rosa.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A relação entre religião e psicologia é amplamente discutida, especialmente no contexto dos tratamentos psicológicos. A influência da fé nos processos terapêuticos é reconhecida por muitos profissionais de saúde mental, que consideram a religião um pilar emocional e espiritual para muitos. Comumente, a religião oferece conforto e sentido de propósito em momentos de crise, sendo crucial em situações de estresse. A crença religiosa pode atuar como uma fonte de resiliência, proporcionando esperança e significado. Estudos indicam que a fé é um recurso positivo no enfrentamento de doenças graves, como o câncer. Uma pesquisa com pacientes oncológicos revelou que a fé melhora a aceitação da doença e a qualidade de vida. Os participantes relataram que a fé trouxe esperança e fortalecimento emocional, ajudando-os a lidar com as dificuldades do tratamento. A religiosidade é frequentemente considerada um recurso para o bem-estar mental. Contudo, a integração da religião nos tratamentos psicológicos apresenta desafios, como a compatibilização entre práticas religiosas e técnicas baseadas em evidências científicas. Compreender o impacto da religião no tratamento é essencial para que os profissionais ofereçam atendimento mais integrado e sensível às necessidades espirituais de seus pacientes. Esta pesquisa busca analisar como a religião influencia os tratamentos psicológicos e os desafios enfrentados pelos profissionais de saúde mental na integração das crenças religiosas no processo terapêutico, considerando tanto os benefícios quanto as limitações. Este estudo visa a investigar o papel da religião nos tratamentos psicológicos, analisando como a fé pode influenciar o bem-estar mental dos pacientes, tanto positiva quanto negativamente. Busca-se compreender como a religião pode ser integrada nas intervenções terapêuticas sem comprometer os princípios éticos da psicologia, e como os profissionais de saúde mental lidam com diferenças religiosas entre eles e os pacientes, visando ao melhor interesse e à recuperação da saúde mental. A pesquisa utilizou uma abordagem indutiva, com levantamento bibliográfico, analisando, principalmente, artigos científicos e monografias de alunos do curso de psicologia. Os resultados indicaram que a religião pode ser um recurso valioso em tratamentos psicológicos, desde que empregada de maneira consciente e ética. A inclusão da fé nas abordagens terapêuticas beneficia a psicoterapia, com profissionais observando que o reconhecimento das crenças dos pacientes aumenta a adesão ao tratamento. A fé, abrangendo algo maior, oferece suporte emocional em momentos de sofrimento. No entanto, a pesquisa ressaltou a necessidade de uma abordagem cautelosa na integração da religião nas práticas terapêuticas. Muitos psicólogos enfrentam o desafio de respeitar as crenças dos pacientes, sem que isso interfira nos métodos terapêuticos. Em alguns casos, crenças religiosas dificultam a aceitação de tratamentos, como o uso de medicamentos ou a terapia cognitiva. Essas dificuldades reforçam a importância de uma formação mais abrangente para os profissionais, que inclua aspectos religiosos e culturais, além de neutralidade e respeito ao lidar com questões espirituais nos atendimentos.

Palavras-chave: Religião; Fé; Psicologia.



ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA CRIANÇA EM CUIDADO PALIATIVO

Clarice Aparecida Munaro; Débora Wainstein Paiva; Isadora Granemann; Julia Thais de Córdova; Liara Bordin; Maria Eduarda Camargo de Rocco; Marina Bertoldi Borges.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Os Cuidados Paliativos (CP) surgiram na década de 1960, no Reino Unido, e hoje são considerados uma especialidade fundamental na área da saúde, sendo uma abordagem multiprofissional para melhorar a qualidade de vida de pacientes e familiares que enfrentam uma doença ameaçadora da vida. Contudo, CP não se limitam ao fim da vida, mas devem ser oferecidos desde o diagnóstico, atuando em conjunto com tratamentos curativos ou modificadores da doença. No contexto da pediatria, a OMS incluiu esses cuidados em 2017, pois os cuidados paliativos pediátricos (CPP) são ligeiramente diferentes do que em adultos, já que, além das crianças possuírem uma percepção distinta das doenças ameaçadoras de vida, é necessário incluir os cuidadores no processo de cuidado, afinal, estes são os responsáveis pelas decisões acerca da saúde dos pacientes pediátricos. Essa abordagem colaborativa é fundamental para garantir um cuidado mais integral e sensível às necessidades emocionais e psicológicas tanto da criança quanto de sua família. Este estudo visa a compreender a importância dos cuidados paliativos em relação ao cuidado da criança, assim como suas especificidades nessa faixa etária. Foi, portanto, pautado no método indutivo, fundamentado em pesquisa bibliográfica de artigos científicos em periódicos indexados, seguido de leitura interpretativa e analítica. Dessa maneira, pode-se perceber que as crianças se diferem dos adultos, ao apresentarem doenças divergentes, com necessidades metabólicas e farmacológicas específicas, além de terem uma dependência afetiva aliada a uma personalidade imatura para enfrentar uma doença grave, apresentando formas diversas de reagir ao sofrimento. Assim, o modo como a criança experimenta uma doença grave, incurável e intratável torna-se complexo e desafiador para ela e todos que estão perto, portanto, o acesso a uma equipe de CPP competente, sensível e que saiba fazer uma abordagem especificamente para criança, é fundamental para atenuar o sofrimento e os sintomas, cabe a essa equipe proporcionar a assistência integral do cuidado e orientar a família, além de atender às demandas urgentes do paciente. Desse modo, a equipe de CPP contribui para tornar confortável todo o processo da doença ameaçadora da vida ao lidar com um prognóstico ruim, aliviando sofrimentos físicos, emocionais, sociais e espirituais, aumentando a qualidade de vida, influenciando, de maneira positiva, o curso da doença. Portanto, pela necessidade de uma assistência específica voltada para crianças, há algumas ferramentas que auxiliam neste cuidado, como a escala analógica visual da dor, com finalidade de avaliar sinal vital dor; Escala de Lansky, avalia desempenho funcional; *Pediatric Palliative Care Symptom Assessment Scale*, avalia sintomas físicos e emocionais pediátricos; *Functional Status Scale (FSS)*, avalia a função física global de crianças gravemente enfermas, entre outras descritas na literatura. Além disso, os CPP precisam ser implementados progressivamente e ajustados às necessidades impostas pela doença, tratamento, evolução e complicações, sendo individualizada àquela criança e à família. Esse cuidado deve ter como princípio melhorar a qualidade de vida do paciente, dos pais e da família, aliviar o sofrimento, comunicação compassiva e honesta e suporte durante a trajetória da doença e no luto.

Palavras-chave: Cuidados Paliativos; Pediatria; Assistência Integral à Saúde; Saúde da Criança.



EXPANSÃO DE COBERTURA VACINAL CONTRA HPV COMO MEDIDA DE AMPLIAÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA

Clarice Aparecida Munaro; Henrique Costacurta Zuchi; Jessica Gomes da Silva; Maria Fernanda de Zorzo; Nathan Junqueira da Conceição; Yasmin Achutti.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O HPV (vírus do papiloma humano) é amplamente reconhecido como o principal precursor do câncer de colo de útero e está associado a outras neoplasias. No entanto, o desconhecimento sobre o HPV é preocupante, especialmente em relação à sua ligação com alterações na citologia oncológica, câncer cervical e verrugas genitais. Estudos no Brasil revelam que a maioria da população tem compreensão limitada sobre o vírus e suas consequências. A baixa aceitabilidade das vacinas contra o HPV é motivo de preocupação para a saúde pública. Embora a imunização seja recomendada antes da exposição ao vírus (início da atividade sexual), essa orientação não é bem recebida pelos adolescentes, pais e profissionais de saúde. Até 2013, as vacinas quadrivalentes (HPV4) e bivalentes estavam disponíveis apenas no setor privado, limitando o acesso. A vacina HPV4 foi incluída em 2014 no Programa Nacional de Imunização, sendo assim, oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O público contemplado para receber a vacina abrange adolescentes de 9 a 14 anos, o resgate de não vacinados até 19 anos e para alguns grupos de pessoas imunodeprimidas, entre esses, pessoas com HIV/AIDS, pacientes oncológicos, portadoras de papilomatose respiratória recorrente (PRR), usuários de Profilaxia Pré-Exposição (PrEP), transplantados e vítimas de violência sexual. O objetivo deste estudo é compreender se a ampliação do público-alvo na cobertura vacinal para o HPV, constitui uma estratégia eficaz para o controle do vírus. Trata-se de estudo teórico-reflexivo, baseado na bibliografia, percepção e vivências dos autores, discutindo a atenção integral à saúde através do Programa Nacional de Imunização. Em outubro de 2023, o Ministério da Saúde ampliou a vacinação de HPV para vítimas de violência sexual entre 9 e 45 anos de idade e para pessoas com PRR, a partir dos dois anos de idade. Já em abril de 2024, a nota técnica n. 41/2024-CGICI/DPNI/SVSA/MS publicada tratava-se da alteração no Calendário Nacional de Vacinação, em que o esquema passou a ser administrado em dose única, substituindo o antigo modelo que correspondia a duas aplicações, também de adolescentes até 19 anos não vacinados e inclusão das pessoas PRR como grupo prioritário. Dessa forma, a capacidade de imunização aumentou, devido à maior disponibilidade do estoque no país. Já em julho de 2024 uma nova estratégia de vacinação contra o HPV, por meio da nota técnica conjunta n. 101/2024-CGICI/DPNI/SVSA/MS, ampliou a população-alvo, incluindo pessoas de 15 a 45 anos que utilizam a PrEP. As estratégias para aumento da cobertura vacinal, realizadas pelo Ministério da Saúde nos últimos 12 meses, podem colaborar para a redução das dificuldades apresentadas, para manter o alcance da cobertura vacinal. Ademais, essas alterações também são alternativas para garantir o acesso ampliado à imunização e diminuir as complicações associadas ao HPV, a exemplo das neoplasias do colo uterino.

Palavras-chave: Cobertura Vacinal; HPV; Câncer de Colo de Útero.



TUBERCULOSE: DOENÇA AINDA CONDICIONADA PELA VULNERABILIDADE SOCIAL

Clarice Aparecida Munaro; Henrique Costacurta Zuchi; Maria Fernanda de Zorzo; Nathan Junqueira da Conceição; Yasmin Achutti.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A tuberculose (TB) configura-se como uma doença infectocontagiosa, cuja manifestação clínica é influenciada por diversos fatores condicionantes, tanto biológicos, como ambientais e sociais. No contexto do sistema prisional brasileiro, essas condições são exacerbadas devido às situações precárias em que as pessoas privadas de liberdade (PPL) se encontram, o que favorece os contágios e dissemina a doença, transformando em um significativo problema de saúde pública. A PPL representa aproximadamente 0,3% do total da população brasileira. Conforme o boletim epidemiológico nacional de 2023, o Brasil registrou 80.012 novos casos de tuberculose, dos quais 7.240 foram diagnosticados em PPL, correspondendo a 9% do total das notificações. Além disso, de acordo com dados do Ministério da Saúde (MS), a população carcerária apresenta um risco 29 vezes maior de desenvolver TB em comparação à população geral. Este estudo busca identificar os principais fatores associados à alta incidência de tuberculose em PPL. Trata-se de um estudo teórico-reflexivo, fundamentado na bibliografia e na reflexão dos autores, que discute os fatores condicionantes da epidemia de TB no sistema penitenciário brasileiro, explorando as complexas inter-relações entre o ambiente prisional, marcado por superlotação e insalubridade, e as vulnerabilidades sociais e de saúde das PPL. No Brasil, a epidemia de TB não é disseminada de forma ampla, mas se concentra em populações vulneráveis, como as pessoas vivendo com HIV (PVHIV) e a população privada de liberdade. A PPL, predominantemente composta por indivíduos jovens, com baixa escolaridade, desempregados ou inseridos em trabalhos precários, residentes de áreas urbanas periféricas e, ocasionalmente, em situação de rua, encontra-se em condições socioeconômicas e de saúde que os predispõem à TB. Esses grupos frequentemente apresentam antecedentes de encarceramento, uso de substâncias psicoativas e taxas elevadas de coinfeção por HIV, quando comparados à população geral. As PVHIV, em particular, enfrentam maior risco de progressão da TB latente para a doença ativa, além de uma tendência a desenvolver formas mais graves e atípicas da infecção. A tuberculose permanece como a principal infecção oportunista causadora de óbitos entre indivíduos com HIV, o que reforça a importância do controle integrado dessas doenças. O contexto prisional brasileiro, marcado pela superlotação e condições ambientais insalubres, acentua a vulnerabilidade à TB entre os detentos. A insalubridade estrutural nos presídios compromete significativamente a saúde das PPL, dificultando a implementação de medidas de controle eficazes. Embora o direito à saúde seja garantido pela Constituição Federal de 1988, incluindo para a população encarcerada, esse direito é sistematicamente violado. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP) busca assegurar o acesso efetivo e contínuo a serviços de saúde para essa população. Segundo as diretrizes da PNAISP, a atenção primária no contexto prisional é responsabilidade do Sistema Único de Saúde, porém a efetivação desse direito depende da cooperação entre o Ministério da Justiça, o sistema penal e as Secretarias de Saúde estaduais e municipais, promovendo uma abordagem intersetorial, conforme preconizado pela política pública.

Palavras-chave: Tuberculose; Pessoa Privada de Liberdade; Vulnerabilidade.



PANORAMA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

Daiana Marcomini; Isabelli Eccher Dionisio; Clara Tereza Machado Schramm; Clarice Aparecida Munaro; Eloysa Nezello; Ana Carolina Peters Fischer; Ana Luiza Reis Vasques.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é assegurado pela Constituição Federal no artigo 6º, que inclui a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população brasileira. O conceito de SAN envolve o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais. Ele está baseado em práticas alimentares que promovem a saúde, respeitam a diversidade cultural e são sustentáveis em termos ambientais, sociais e econômicos. O objetivo deste estudo é apresentar dados sobre insegurança alimentar no Brasil e fatores relacionados. Utilizou-se o método de revisão bibliográfica narrativa a partir da leitura de artigos e pesquisas científicas, assim como leis e políticas públicas existentes. Apesar de seus vastos recursos naturais e uma agricultura diversificada, o Brasil enfrenta uma situação alarmante de insegurança alimentar e nutricional, que afeta milhões de pessoas, estando relacionada a desigualdades sociais históricas e fatores econômicos. Esse problema é mais prevalente em lares chefiados por mulheres, pessoas negras e pardas, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, e em áreas rurais. De acordo com o relatório da *Food and Agriculture Organization* (FAO) sobre SAN, em 2022, cerca de 33 milhões de brasileiros vivem em insegurança alimentar, o que representa 15% da população. Entre os principais fatores que agravam essa situação está o desemprego, que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), girou em torno de 9% em 2023, dificultando o acesso das famílias à aquisição de alimentos em quantidade e qualidade suficientes. A inflação também impacta diretamente o poder de compra da população. Além disso, a desigualdade social agrava a situação de insegurança alimentar em comunidades vulneráveis. No entanto, há avanços, relacionados às políticas públicas de SAN. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), de 2023, mostram que a proporção de domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave foi de 9,4%, uma redução de 3,3 pontos percentuais em relação a anos anteriores. Considerando a complexidade do tema da SAN, percebe-se avanços gradativos, provavelmente relacionados à implementação de políticas públicas intersetoriais e equipamentos de SAN. A partir dos dados analisados, por mais que existam políticas públicas e legislações promotoras da SAN no Brasil, uma parcela significativa da população ainda enfrenta insegurança alimentar. Para que o problema da Insegurança Alimentar e Nutrição seja resolvido, é necessário um olhar amplo e abrangente, envolvendo questões como redução das taxas de desemprego, incentivo à agricultura sustentável de base familiar, redução do desperdício e perda de alimentos, saneamento básico no país, entre outras iniciativas voltadas ao direito humano e à alimentação adequada.

Palavras-chave: Insegurança Alimentar; Políticas Alimentares; Segurança Alimentar.



PERFIL DOS USUÁRIOS ACAMADOS OU DOMICILIADOS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC

Daiane Deise Pereira Massaroli; Eliane Kachuski; Eneida Patrícia Teixeira; Rita de Cássia Teixeira Rangel; Maria Luiza Machado; Rodrigo Massaroli.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Nas últimas décadas, o Brasil tem enfrentado transformações significativas em sua demografia e saúde pública, incluindo o envelhecimento da população e a transição epidemiológica. Em resposta, surgiram diversas estratégias de cuidado em saúde, com destaque para a Atenção Domiciliar (AD), que visa a atender às necessidades de saúde da população em seus lares, promovendo a humanização do atendimento e a autonomia dos pacientes e familiares. Apesar das vantagens da AD, como a redução de infecções hospitalares e a diminuição de custos com internações, essa modalidade enfrenta desafios na articulação com a rede de atenção à saúde e na relação com cuidadores familiares. Portanto, é essencial caracterizar o perfil epidemiológico e clínico dos pacientes atendidos em domicílio, para desenvolver práticas que atendam às suas necessidades específicas. Este projeto visa a caracterizar clínica e epidemiologicamente os pacientes em atendimento domiciliar no município de Penha/SC, contribuindo para a melhoria do cuidado oferecido e para o conhecimento dos profissionais de saúde sobre as condições e necessidades dos pacientes. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência. As atividades incluem o rastreamento de pacientes domiciliados e acamados entre o período de agosto e setembro de 2024. A classificação dos pacientes foi realizada abrangendo variáveis sociodemográficas, condições de saúde, dependência funcional e uso de recursos assistenciais, analisados por estatística descritiva. Entre os 190 pacientes, a maioria dos pacientes atendidos são idosos, com 60 anos ou mais (78,4%), do sexo feminino (72,6%). As condições de saúde Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) (51%), Diabetes Mellitus (DM) (24,2%) e sequelas de AVE (12,63%) são as mais prevalentes. Quanto à dependência de deambulação, 26,32% deambulam sem auxílio, 23,7% são cadeirantes e 14,2% são acamados. A alimentação é predominantemente via oral (96,3%), e 49,5% dos pacientes utilizam fraldas. O atendimento domiciliar é realizado, principalmente, pela fisioterapeuta (14,2%) e enfermeiro e técnica de enfermagem do ambulatório de feridas (5,26%). A caracterização do perfil dos pacientes atendidos em domicílio em Penha não apenas descreve suas condições de saúde, mas também contribui para o aprimoramento do cuidado. Esses dados são fundamentais para o planejamento e a implementação de intervenções adequadas, promovendo uma assistência mais eficaz e humanizada, especialmente para a população idosa.

Palavras-chave: Assistência Domiciliar à Saúde; Perfil de Saúde; Gestão em Saúde.



CAPACITAÇÃO SOBRE PRÉ-NATAL AOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Danieli Martins; Erika Mauch Vaz; Fabio Martino Otero Ávila; Rafaela Lopes Doria; Rosana Gama Pereira Martins; Sheila das Neves Martins; Thaisi da Cunha; Thayse Rosa.

Secretaria Municipal de Saúde de Brusque

A Rede Cegonha é um pacote de ações criado pelo Ministério da Saúde em 2011 para garantir o atendimento de qualidade, seguro e humanizado para todas as mulheres durante o ciclo gravídico puerperal e para todas as crianças desde o nascimento até os 2 anos de vida. Deve ser organizada de maneira a possibilitar o provimento contínuo de ações de atenção à saúde materna e infantil para a população de determinado território, mediante a articulação dos distintos pontos de atenção à saúde, do sistema de apoio, do sistema logístico e da governança da rede de atenção à saúde. É organizada em quatro componentes: pré-natal, parto e nascimento, puerpério e atenção integral à saúde da criança e sistema logístico. Conforme o Plano de Ação Regional, o grupo condutor da Rede Cegonha de Brusque foi criado em 2017 através de uma portaria municipal e é formado por uma equipe multiprofissional cujos participantes estão inseridos nos diferentes níveis de atenção em saúde. Mensalmente, o grupo se reúne para traçar metas e estratégias com o objetivo de melhorar os indicadores de saúde materno-infantil. A estrutura operacional da Rede Cegonha envolve a Atenção Primária à Saúde, a atenção especializada ambulatorial e hospitalar, os sistemas de apoio, os sistemas logísticos e o sistema de governança. A Atenção Primária à Saúde opera como centro de comunicação das redes, que articula os fluxos e contrafluxos de pessoas, os produtos e as informações entre todos os pontos de atenção. Ao longo do ano de 2024 a Secretaria Municipal de Saúde de Brusque ampliou suas equipes de Saúde da Família e novos profissionais foram contratados. Por isso, verifica-se a importância da admissão de novos profissionais na Atenção Primária à Saúde e a necessidade de capacitação sobre acompanhamento pré-natal de risco habitual com o propósito de qualificar a assistência e contribuir para a redução de complicações na atenção ao ciclo gravídico-puerperal. O objetivo do presente estudo é relatar a experiência vivenciada por integrantes do Grupo Condutor da Rede Cegonha de Brusque, frente à atualização do protocolo municipal de assistência ao pré-natal, bem como a capacitação dos profissionais da Atenção Primária em Saúde. Trata-se de uma pesquisa descritiva, do tipo relato de experiência, realizado por integrantes do Grupo Condutor da Rede Cegonha de Brusque. Foram realizadas atividades teóricas de revisão e de capacitação. Após sete reuniões e incontáveis encontros extras, o protocolo municipal de assistência ao pré-natal, cuja última edição era de novembro de 2022, foi revisado e ampliado com auxílio de equipe multiprofissional capacitada. Foi disponibilizado um período de três semanas para a consulta pública para toda a comunidade e aos profissionais da rede municipal. Após aprovação, tanto pela consulta popular, quanto pela Secretaria Municipal de Saúde, [a atualização foi publicada](#). No dia 14/08/2024, foi realizada a capacitação de médicos e enfermeiros da Atenção Primária à Saúde por meio de explanação sobre o tema, e houve um momento para esclarecimento de dúvidas pertinentes ao assunto. Os profissionais foram divididos em duas turmas, uma pela manhã e outra à tarde, totalizando 158 pessoas. Dentre os temas discutidos, foram ressaltados principalmente o manejo de diabetes gestacional e de prevenção de pré-eclâmpsia, duas patologias mais frequentes associadas a maus desfechos ao binômio materno-fetal. Em consonância com a nova Rede Alyne, portaria 5.341 de setembro de 2024, o Ministério da Saúde firmou um compromisso de fortalecer a rede para enfrentar desafios históricos na



assistência à gestante e ao bebê, principalmente entre a população em situação de maior vulnerabilidade social. Acreditamos que através da qualificação da assistência sentiremos os reflexos nos indicadores de saúde e melhora nos índices de mortalidade materna, fetal e infantil.

Palavras-chave: Saúde Materno-Infantil; Assistência Pré-Natal; Atenção Primária à Saúde.

Apoio: Secretaria Municipal de Saúde de Brusque.



EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: FORMAÇÃO DOCENTE

Denise de Castro Insaurriaga Silva; Júlia Graciela de Souza; Fernanda Souza Tomé da Silva; Eduardo Augusto Werneck Ribeiro.

Universidade Cesumar; Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é definida como “um campo de conhecimento e prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa a promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A Lei 11.947/2009, em seu Art. 2º, estabelece que a alimentação escolar deve incluir “a educação alimentar e nutricional (EAN) no processo de ensino e aprendizagem, integrada ao currículo escolar, abordando temas de alimentação, nutrição e o desenvolvimento de práticas de vida saudáveis, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional”. Posteriormente, a Lei 13.666/2018 incluiu a EAN como tema transversal no currículo da educação básica, modificando o Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Diante disso, surge o papel do professor, que muitas vezes não possui o conhecimento ou formação inicial para realizar a EAN de forma eficaz em suas aulas. Assim, este trabalho teve por objetivo desenvolver material didático orientador, em formato de *e-book*, voltado para professores do ensino médio, a fim de facilitar a inclusão do tema alimentação e nutrição em suas práticas pedagógicas, promovendo ações de EAN. Integra o produto educacional desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) de Blumenau, em 2023. Para a elaboração do *e-book*, inicialmente foi realizada uma pesquisa na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), analisando produtos educacionais desenvolvidos por egressos de programas de mestrado profissional no Brasil. Diante da escassez de materiais voltados a esse enfoque, foi planejado e elaborado um plano de aula como material didático. A construção do conteúdo foi embasada em pesquisas recentes sobre alimentação, nutrição e EAN. O produto educacional consistiu em um plano de aula sobre “Alimentação Saudável e Qualidade de Vida”, cujo objetivo foi relacionar esses temas, desenvolvendo o conhecimento nutricional dos alunos. A aula tem duração prevista de 1h30 e é estruturada com base em três questões centrais: “O que comer?”, “Quando comer?” e “Qual a importância de uma alimentação adequada?”. Para discutir tais questionamentos, a aula é organizada da seguinte forma: inicialmente, aplica-se a Aprendizagem Baseada em Problemas com o documentário “Hábitos alimentares – O Perigo Tem Aparência e Sabor” como apoio. No desenvolvimento, ocorre uma aula expositiva dialogada com uma galeria de imagens de alimentos. Na atividade prática, os alunos são divididos em grupos para debate, apoiados por uma cartilha sobre “dietas da moda”. A parte final envolve uma síntese do conteúdo e o compartilhamento de experiências. [O e-book foi disponibilizado gratuitamente no portal da CAPES](#), buscando não apenas capacitar professores, mas contribuir para a efetiva implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida por meio da alimentação saudável. Dessa forma, está em consonância com os princípios estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e a LDB, fortalecendo a articulação entre saúde e educação e o desenvolvimento de hábitos saudáveis desde a educação básica.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional; Educação em Saúde; Educação Básica; Formação Continuada.



COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA E A PARENTALIDADE POSITIVA NA RELAÇÃO PAIS-FILHOS ADOLESCENTES: ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DE SAÚDE E DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Diego Fernandes de Sousa; Carina Nunes Bossardi; Larissa Paraventi.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A principal e mais importante educação de uma criança é obtida dentro de sua própria família, que constitui a base para o desenvolvimento emocional, social e cognitivo do indivíduo. A forma como os pais educam os filhos impacta significativamente a formação do autoconceito das crianças, sendo a parentalidade um conjunto de atitudes e práticas fundamentais nesse processo. No contexto contemporâneo, marcado por rápidas transformações sociais e tecnológicas, a adoção de práticas parentais que promovam o bem-estar emocional e social dos jovens torna-se essencial. A parentalidade positiva, caracterizada por uma relação calorosa e de apoio entre pais e filhos tem sido associada a diversos resultados positivos no desenvolvimento dos adolescentes, incluindo melhorias na saúde mental, desempenho acadêmico e habilidades sociais. Assim, a presente pesquisa se propõe a desenvolver uma *web* série sobre a parentalidade positiva entre pais e filhos adolescentes, para promover práticas parentais que contribuam para o desenvolvimento socioemocional saudável dos jovens. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, com revisão narrativa da literatura e de produtos de comunicação em vídeo. Esta pesquisa faz parte de um projeto de pesquisa maior, que está sendo desenvolvido em parceria com as Instituições de Ensino de Santa Catarina (Univali e UFSC) e uma Instituição do Estado do Espírito Santo (UFES). Esta é, portanto, fruto de pesquisas realizadas no Grupo de Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPPEP): Psicologia da Saúde da Criança e do Adolescente (PSAU). Para fins deste estudo serão apresentados os procedimentos metodológicos para a identificação de produtos de comunicação em vídeo disponíveis em plataformas como o Youtube, bem como o conhecimento aplicado no desenvolvimento da roteirização da *web* série. O desenvolvimento da *web* série envolve a criação de conteúdos específicos sobre estratégias de parentalidade positiva, para fornecer recursos práticos para que os pais possam promover o desenvolvimento saudável de seus filhos. Pretende-se oferecer às famílias oportunidades de aprendizado e aplicação prática, contribuindo para relações familiares mais saudáveis e funcionais. A inovação da *web* série reside na utilização de tecnologias de comunicação digital para alcançar um público amplo e diversificado e oferecer uma abordagem acessível e prática para disseminar conhecimentos sobre a parentalidade positiva. Os resultados esperados incluem o desenvolvimento de recursos educativos inovadores e eficazes, que promovam práticas parentais saudáveis e suportem o desenvolvimento emocional dos adolescentes, contribuindo para a criação de ambientes familiares mais saudáveis e harmoniosos, além de inspirar políticas públicas voltadas à educação parental. Este projeto está atrelado ao Objetivo do desenvolvimento Sustentável 3 (Saúde e Bem-estar) da ONU.

Palavras-chave: Interações Pais-Filhos; Adolescência; Comunicação não Violenta; Parentalidade.

Apoio: Edital de Chamada Pública FAPESC n. 15/2021 – Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação de Apoio aos Grupos de Pesquisa da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE).



POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O MANEJO DA FIBROMIALGIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, BRASIL

Dora Carolina Diedrich Saldanha; Fernanda Melchiorretto Ferreira; Izabelle Coelho de Souza; Júlia Melchiorretto Ferreira.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A fibromialgia é uma síndrome caracterizada por dor crônica e difusa e sofrimento associado. Os principais sintomas são dor crônica generalizada, insônia, distúrbios de humor e incapacidade de realizar atividades diárias. Observa-se que a fibromialgia traz impacto importante na qualidade de vida, uma vez que dor e sofrimento são fatores limitantes importantes. Pacientes com fibromialgia relatam experiências desagradáveis com o sistema de saúde, principalmente pela estigmatização sofrida por parte dos profissionais de saúde, recebendo rótulos como “pacientes poliqueixosas” ou “difíceis”. Por mais que pesquisas sejam realizadas para melhor diagnóstico e tratamento da síndrome, há pouca ênfase em ofertar cuidado integral para essas pessoas. Diante disso, a partir de um entendimento ampliado de saúde, torna-se evidente a necessidade de investimentos em políticas públicas que visem ao cuidado do paciente com fibromialgia, tendo em vista a repercussão da sintomatologia no bem-estar dos pacientes e o impacto do contexto social para a saúde de qualidade. Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo identificar e descrever as políticas públicas existentes voltadas para o cuidado efetivo da fibromialgia no estado de Santa Catarina, Brasil. A presente obra apresenta-se na forma de estudo de revisão, apoiada em pesquisa do tipo bibliográfica de abordagem qualitativa, sendo sua temporalidade compreendida entre o período de 2014 a 2024, em periódicos nacionais, disponíveis nas distintas Plataformas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), tendo como foco de abordagem abrangente a base teórica atinente à categoria políticas públicas. A pesquisa utilizou os descritores “Fibromialgia” AND “Políticas Públicas de Saúde” AND “Santa Catarina”, avaliando publicações no período delimitado entre “data inicial” ano de 2020 e “data final” ano de 2024. A Lei n. 18.162, de 14 de julho de 2021, sancionada no estado de Santa Catarina, estabeleceu importantes diretrizes para a implementação de políticas públicas voltadas ao atendimento de pessoas com fibromialgia, por meio do Programa de Cuidados para Pessoas com Fibromialgia (PCPF/SC). Essa legislação reconhece a fibromialgia como uma condição que demanda atenção especial do sistema de saúde, promovendo medidas que asseguram o acesso a tratamentos adequados, acompanhamento médico especializado e a conscientização da população sobre essa condição crônica. A repercussão dessa lei na qualidade de vida dos pacientes é significativa, pois o PCPF/SC fortalece a rede de apoio e promove o bem-estar daqueles que convivem com a doença. Em junho de 2024, o Estado de Santa Catarina sancionou a Lei n. 18.928, que equipara a pessoa diagnosticada com Fibromialgia à pessoa com deficiência e possibilita ao Poder Executivo a criação da Carteira Estadual de Identificação da Pessoa com Fibromialgia, destinada a facilitar a identificação e garantir atenção integral e prioridade no atendimento aos serviços públicos e privados. Dessa forma, evidencia-se que as políticas públicas são indispensáveis para os cuidados efetivos em saúde, em especial no manejo adequado dos pacientes com fibromialgia, tendo em vista que, por vezes, o cuidado nesses casos pode ser negligenciado.

Palavras-chave: Fibromialgia; Políticas Públicas de Saúde; Qualidade de Vida.



POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DO MOVIMENTO ANTIPSIQUIATRIA

Dora Carolina Diedrich Saldanha; Isabela de Souza Simões; Jennifer Diaz Skibinski; Laura Lucas Beneduzi; Lucas da Silva Cardoso; Nicole Panacioni Mazocato.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

As políticas públicas de saúde mental no Brasil têm evoluído significativamente, influenciadas por diversos movimentos sociais, incluindo o movimento antipsiquiatria. Este trabalho tem como objetivo discorrer sobre os avanços, desafios e perspectivas das políticas públicas de saúde mental no Brasil, destacando as críticas do movimento antipsiquiatria ao modelo médico tradicional em cuidados na saúde mental e os impactos do capitalismo na definição dos transtornos mentais. O movimento antipsiquiatria surgiu na década de 1960 como uma crítica ao modelo médico tradicional da psiquiatria, que se baseia na medicalização e institucionalização dos transtornos mentais. Teóricos como Szasz e Foucault argumentaram que muitos diagnósticos psiquiátricos foram criados sem embasamento científico robusto e que os critérios diagnósticos frequentemente priorizam a produtividade e a conformidade social, refletindo influências do capitalismo. No Brasil, a política de saúde mental é pautada em princípios como a desinstitucionalização, o cuidado em liberdade e os direitos humanos. No entanto, as críticas do movimento antipsiquiatria destacam a necessidade de questionar os fundamentos científicos dos diagnósticos psiquiátricos e os critérios que priorizam a produtividade e a conformidade social. Essas críticas sugerem que as políticas públicas devem focar mais na individualidade e na subjetividade dos pacientes, promovendo um cuidado que vá além da simples medicalização. A influência do capitalismo na definição dos transtornos mentais é outro ponto levantado pelo movimento antipsiquiatria. A pressão para manter a produtividade e a conformidade social pode levar à patologização de comportamentos que, em outros contextos, seriam considerados normais. Isso reforça a importância de políticas públicas que considerem o contexto social e econômico dos indivíduos, evitando a medicalização excessiva e promovendo a inclusão social. Em conclusão, as políticas públicas de saúde mental no Brasil têm avançado significativamente, mas ainda enfrentam desafios complexos. As críticas do movimento antipsiquiatria destacam a importância de questionar os fundamentos científicos dos diagnósticos psiquiátricos e os critérios que priorizam a produtividade e a conformidade social, refletindo influências do capitalismo. A superação desses desafios requer um compromisso contínuo com a equidade, a eficiência e a participação social. Somente através de uma abordagem coletiva, será possível construir um sistema de saúde mental mais justo e transformador, capaz de atender às necessidades de toda a população brasileira.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Saúde Mental; Antipsiquiatria; Desinstitucionalização.



TIKTOK E DIAGNÓSTICO PSICOPATOLÓGICO: NOMES DO ADOECER OU PERTENCER?

Eduarda Rodrigues Bihir; Eloiza Menegussi de Barros; João Fillipe Horr.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

De acordo com o Relatório Mundial sobre Saúde Mental de 2022 feito pela Organização Mundial da Saúde, vivências e busca de conteúdos relacionados à saúde mental estão sendo mais frequentemente abordadas e compartilhadas nos meios de comunicação e nas mídias sociais, especialmente após a pandemia da covid-19. Partindo dessas inquietações e da busca contemporânea de nomeação do sofrimento psíquico por meio de diagnósticos psiquiátricos, este estudo objetivou compreender as interações na mídia social TikTok, considerando os vídeos mais viralizados sobre psicopatologias. Enquanto método, construiu-se um desenho qualitativo, na perspectiva netnográfica, a fim de compreender as crenças, valores e práticas aos conteúdos relacionados aos diagnósticos psiquiátricos mais viralizados. Foram analisados vídeos sobre Transtorno de Déficit de Atenção, Transtorno de Espectro Autista e o Transtorno de Personalidade Borderline. Utilizou-se as *hashtags* transtornos psicológicos; tdah; borderline, espectro autista e autodiagnóstico. Ao todo, dez vídeos foram selecionados, sendo dois de cada *hashtag*, em coleta que aconteceu entre 1º e 20 de março de 2024. Observou-se, que para os usuários, reconhecer-se como portador de uma patologia está ligado ao pertencimento e à identidade social, investida de força performativa significativa. O sofrimento, traduzido em patologia, se transforma num meio de compartilhamento e comunhão, que incorpora regimes específicos de afetos e expectativas em relação aos seus efeitos. Os resultados também demonstram as dificuldades em distinguir sofrer e adoecer, quando mediado pelo diagnóstico médico. Em contrapartida, em determinados quadros clínicos, o diagnóstico pode promover a afirmação de sujeitos de direitos dos usuários em mídias sociais. Há uma redução das modalidades de sofrimento a uma mesma gramática normativa e a uniformização dos sintomas. Destaca-se a importância dos estudos sobre mídias sociais e as motivações subjetivas e coletivas dos usuários, principalmente relacionadas aos conteúdos sobre saúde mental.

Palavras-chave: Diagnóstico Psiquiátrico; Mídias Sociais; Tiktok; Identidade Social.



TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE E A ADOLESCÊNCIA, DESAFIOS E NECESSIDADES DE ORGANIZAÇÃO DE ATIVIDADES DA VIDA DIÁRIA

Eduarda Silveira de Abreu; Gabriel de Oliveira; Carina Nunes Bossardi; Fabíola Hermes Chesani.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Adolescentes com TDAH apresentam impactos significativos, principalmente nos aspectos da comunicação e linguagem oral e escrita, além do processamento auditivo central. Os desafios podem resultar em distúrbios de aprendizagem ocasionando a limitação do desenvolvimento das habilidades cognitivas. Este estudo integra o projeto “Epigenética, experiência e responsabilidade: implicações para distúrbios do neurodesenvolvimento”, vinculado ao grupo de pesquisa NeuroEpigenEthics da Universidade de Antuérpia. Tem-se como objetivo final desenvolver um aplicativo que atenda às necessidades interativas e de organização de atividades e de planejamento da vida diária de jovens com TDAH. Para fins deste trabalho, serão apresentados os resultados encontrados para responder ao objetivo específico: conhecer as necessidades de organização de atividades da vida diária de jovens com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis pessoas jovens com diagnóstico de TDAH e seis mães de jovens com TDAH. A perspectiva adotada para análise das entrevistas foi análise categorial temática. Para fins deste estudo, o conteúdo das entrevistas dará fundamentação para a elaborar uma estratégia de gamificação, a ser utilizada em um aplicativo, que atenda às necessidades de rotina e de vida diária para os indivíduos com TDAH. Os resultados permitiram a criação de personas/dores e estratégias para lidar com as necessidades das pessoas com TDAH, na visão dos jovens e das mães de jovens com diagnóstico. Espera-se que este estudo possa contribuir para o desenvolvimento de intervenções mais integrativas e eficazes para adolescentes com TDAH, considerando não apenas os clínicos do transtorno, mas também suas dimensões sociais e existenciais. Os resultados podem contribuir para melhorar a qualidade de vida dos jovens com TDAH, atender a suas demandas específicas e promover seu bem-estar e desenvolvimento pessoal, através do aplicativo idealizado. Sendo assim, este projeto de pesquisa está alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 – Saúde e Bem-Estar. Através da investigação e do desenvolvimento de ferramentas inovadoras, busca-se contribuir para a criação de uma sociedade mais saudável e inclusiva para todos, com ênfase especial na vida dos adolescentes com TDAH.

Palavras-chave: Gamificação; TDAH; Adolescentes.

Apoio: Chamada Pública 12/2022 - FAPESC ABROAD - Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação e Convênios Bilaterais; European Research Council - (ERC – CONFAP – CNPq Call 2022); Chamada CNPq/MCTI N 10/2023 - Faixa A - Grupos Emergentes: Universal 2023.



RASTREAMENTO DE CÂNCER DE MAMA: RESULTADOS BI-RADS E DESAFIOS DE SAÚDE PÚBLICA

Ellen Campos Navarro Storino; Eneida Patrícia Teixeira; Henrique Costacurta Zuchi; Jessica Gomes da Silva; Maria Fernanda de Zorzo; Nathan Junqueira da Conceição; Yasmin Achutti.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O câncer de mama feminino representa uma das neoplasias mais prevalentes globalmente e é um dos principais problemas de saúde pública. No Brasil, o Instituto Nacional de Câncer (INCA) projetou 73.610 novos casos de CMF em 2023, um aumento alarmante de 30,1% em relação ao ano anterior. Embora países desenvolvidos tenham conseguido reduzir as taxas de incidência e mortalidade por meio de programas eficazes de rastreamento, no Brasil, a mortalidade permanece elevada, evidenciando a urgência de políticas públicas robustas. O rastreamento mamográfico é crucial para o diagnóstico precoce, permitindo intervenções menos invasivas e melhor prognóstico. Este processo é classificado pelo sistema BI-RADS (Breast Imaging Reporting and Data System), que categoriza as lesões de acordo com sua morfologia e densidade mamária, facilitando o manejo clínico e a comunicação entre profissionais de saúde. O objetivo deste estudo é analisar o percentual de mamografias classificadas como BI-RADS, 0 (exame inconclusivo), 4 (achados suspeitos de malignidade) e 5 (achados altamente suspeitos de malignidade) em mulheres na faixa etária preconizada pelo total de mamografias realizadas. Trata-se de um estudo ecológico, utilizando dados secundários do Sistema de Informação do Câncer (SISCAN) de acesso público, disponibilizados no sítio eletrônico do DATASUS, junto à análise do indicador de saúde relativo à proporção de exames mamográficos com resultados classificados como BI-RADS 0, 4 e 5 em mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos no município de Itajaí/SC, no período de cinco anos (2019-2023) comparando com o total de resultados de mamografias realizadas nesse período. A variável de desfecho adotada corresponde ao indicador presente na Ficha Técnica de Indicadores das Ações de Controle do Câncer de Mama, desenvolvida pelo Ministério da Saúde. Como parâmetro foram utilizados critérios de rastreio organizado (Canadá/Austrália), que recomendam <10% de laudos mamográficos que apresentem esses resultados. Entre 2019 e 2023, foram realizados 19.848 exames de mamografia na população-alvo, em Itajaí. Em 2019 registraram-se 4.498 mamografias, com percentual de 22,3% (1.002), de alterações no BI-RADS, apresentando resultado insatisfatório, em relação ao parâmetro de rastreio organizado. Já em 2020, de 2.579 exames, 581 apresentaram resultados alterados, sendo o percentual 21,1%, mantendo o resultado insatisfatório apresentado no ano anterior. Em 2021, das 4.426 mamografias, 987 foram classificadas com alteração de BI-RADS, mantendo o percentual insatisfatório (22,3%) dos anos anteriores. Em 2022, totalizando 3.024 mamografias, 17% (513) apresentaram alterações, apesar da queda expressiva (5%) em relação ao ano anterior, o percentual manteve-se insatisfatório. Em 2023, foram realizadas 5.142 mamografias, com 414 resultados alterados, sendo o único ano a atingir o parâmetro de rastreio organizado. A análise evidencia a inadequação frente ao parâmetro de rastreamento organizado, reforçando a urgência de sua implementação. O rastreamento eficaz colabora para a detecção precoce de lesões, facilitando intervenções menos invasivas, e possibilita melhor prognóstico. Ações preventivas somadas ao acesso equitativo aos exames, são cruciais para a redução da mortalidade por neoplasias mamárias. O monitoramento sistemático desse indicador pode auxiliar no ajuste de políticas públicas de saúde e na alocação adequada de recursos.

Palavras-chave: Mamografia; Neoplasias da Mama; Diagnóstico Precoce; Política Pública.



A ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UM OLHAR SOBRE A ESFERA SOCIAL E ESFERA DA SAÚDE PÚBLICA

Ellen Prim Campos; Maria Glória Dittrich.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A pesquisa, do tipo qualitativa, teve como objetivo investigar os fundamentos legais sobre a política pública de assistência social e sua relação com as pessoas em situação de rua, com ênfase nas esferas sociais e de saúde pública, sob a ótica da dignidade da pessoa humana. A assistência social é aqui entendida como sendo política pública, voltada para a proteção e a garantia de direitos do ser humano em situação de vulnerabilidade. Assistência social é regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que visam a assegurar a dignidade da pessoa humana e a inclusão social. Essa política pública busca proporcionar suporte às pessoas em situação de risco social, visando a garantir a proteção social básica e especial, por meio de serviços, programas e benefícios para minimizar os impactos das desigualdades e das adversidades socioeconômicas. Já as pessoas em situação de rua, de acordo com o Decreto Federal n. 7.053/2009, são entendidas como sendo o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. Nesse cenário, propor políticas públicas de assistência social para as pessoas em situação de rua, significa se preocupar com as esferas sociais e de saúde pública. Na esfera social, a relação se apresenta, à medida em que as pessoas em situação de rua representam um dos grupos mais vulneráveis e marginalizados da sociedade. Isso porque enfrentam inúmeras dificuldades diárias, incluindo falta de moradia, alimentação inadequada e discriminação; e analisar e entender suas necessidades e a eficácia das políticas públicas de assistência social é crucial para promover a inclusão social e garantir que todos os cidadãos tenham acesso a uma vida digna, com ênfase no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Não obstante, do ponto de vista da saúde pública, o cenário das pessoas em situação de rua representa um desafio significativo. A ausência de cuidados médicos e as condições precárias em que vivem aumentam a vulnerabilidade a doenças transmissíveis, problemas de saúde mental e outras condições adversas. A metodologia implicou em uma hermenêutica fenomenológica, sendo uma pesquisa de revisão bibliográfica. O método implicou em três procedimentos metodológicos: a intencionalidade, a percepção e a compreensão dos conteúdos conceituais (categorias) para o desvelamento do objeto investigado. Os resultados parciais alcançados perpassam pela compreensão de que melhorar a política pública de assistência social para população em situação de rua, pessoas com vulnerabilidade existencial, sob a ótica da dignidade da pessoa humana, é essencial para a promoção das esferas sociais e de saúde pública. Está-se diante de um tema de relevância frente à política pública de assistência social, principalmente pós-pandemia, quando se elevou o número de pessoas em situação de rua em todo território nacional.

Palavras-chave: Assistência Social; Pessoa em Situação de Rua; Social; Saúde Pública.



CONSUMO DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS ANTES, DURANTE E APÓS A PANDEMIA DE COVID-19, DE ACORDO COM FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS NO BRASIL

Eloisa Cristina Pereira; Letícia Ziggitti de Oliveira; Luciane Peter Grillo; Tatiana Mezadri.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A transição nutricional da população brasileira vem acompanhada de mudanças no estilo de vida e, principalmente, nos hábitos alimentares, como um maior consumo de alimentos ultraprocessados, substituição de refeições importantes por lanches e um grande aumento na alimentação fora de casa, ocasionando o aumento de doenças crônicas não transmissíveis. A pandemia de covid-19 gerou sentimentos de incerteza, isolamento, medo da infecção e da morte, além de problemas no sono, saúde mental e aumento do sedentarismo. Essas condições dificultaram a manutenção de um estilo de vida saudável e resultaram em escolhas alimentares confortáveis, agravando problemas de saúde pública. O objetivo do presente estudo foi verificar a prevalência do consumo de alimentos ultraprocessados antes, durante e após a pandemia de covid-19 e sua associação com variáveis sociodemográficas na população brasileira. O delineamento do estudo foi ecológico, utilizando dados secundários do inquérito telefônico sobre vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas, de domínio público a partir da Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde. A variável avaliada foi consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil por sexo, escolaridade e faixa etária nos períodos pré-pandêmico (2019) pandêmico (2020/2021) e após a pandemia (2022/2023). No período pré-pandemia a média nacional do consumo de alimentos ultraprocessados foi de 18,2%, sendo 21,8% no sexo masculino e 15,1% no sexo feminino. Na pandemia, tais valores foram de 18,4%, 21,5% e 15,6% e pós-pandemia 17,7%, 22,0% e 14,1%, respectivamente. A faixa etária que mais consumiu esse tipo de alimentos na pré-pandemia e pandemia foi a de 18 a 24 anos (30,5%, 32,3%) e pós-pandemia, de 25 a 34 anos (30,9%). Com relação à escolaridade e ao sexo, observou-se, que o maior consumo de alimentos ultraprocessados foi no sexo masculino com 9 a 11 anos de estudo nos três períodos avaliados, aumentando de 26,1% na pré-pandemia, para 26,2% na pandemia e 26,5% na pós-pandemia. Tendo em vista as evidências que demonstram o efeito danoso do consumo de ultraprocessados sobre a qualidade da dieta e sobre o risco de várias doenças crônicas não transmissíveis, justificam-se políticas públicas que reduzam o consumo desses alimentos, sobretudo na população masculina jovem e nos estratos de menor escolaridade.

Palavras-chave: Consumo Alimentar; Alimentos Ultraprocessados; Pandemia; Covid-19.



RELATO DE EXPERIÊNCIA: VIVÊNCIA DE ACADÊMICAS DE ENFERMAGEM EM PROGRAMA DE EXTENSÃO DESTINADO A MULHERES NA TERCEIRA IDADE

Erika Ferreira Santos, Dhamela da Silva Cavalcante, Adriel Ferreira da Silva, Raquel de Fátima Oliveira Fortes, Mayara Ana da Cunha Kersten, Odisséia Fátima Perão.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O aumento da população idosa tornou-se uma tendência global a partir da década de 1940, trazendo desafios importantes para os sistemas de saúde em todo o mundo. No Brasil, essa realidade é ainda mais evidente, com um crescimento rápido da população idosa, queda nas taxas de fecundidade e aumento da expectativa de vida. Essa mudança demográfica resulta em um acúmulo de condições clínicas e limitações físicas entre os idosos, levando a um estado crescente de vulnerabilidade. Nesse cenário, a fragilidade e o agravamento da saúde dos idosos se tornam mais frequentes, apresentando desafios para a promoção do bem-estar e qualidade de vida dessa parcela da população. A idade avançada não é o único fator de fragilidade, a redução das reservas fisiológicas e capacidade de resistência a estresses também contribuem para tornar os idosos mais suscetíveis à debilitação. As redes de apoio desempenham um papel fundamental para auxiliar os idosos a enfrentar as dificuldades decorrentes dessas transformações. Este trabalho tem como objetivo relatar as experiências vivenciadas durante as práticas desenvolvidas por acadêmicas de Enfermagem inseridas no grupo de mulheres participantes da terceira idade. Este é um relato de experiência de acadêmicas do curso de Graduação em Enfermagem da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), realizado no primeiro semestre de 2024. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva. O relato de experiência é uma ferramenta da pesquisa descritiva que aborda e descreve uma situação ou prática, sempre relacionada a evidências científicas. A abordagem qualitativa foi utilizada para elucidar as atividades desenvolvidas com os idosos do projeto Univida, com base nas aulas ministradas aos alunos. Os encontros para a realização deste estudo ocorreram em formato de aulas expositivas, realizadas na Univali, nos campi de Itajaí e Balneário Camboriú. As aulas contaram com a participação de mulheres residentes desses municípios e regiões vizinhas, todas integrantes do Grupo da Terceira Idade. O grupo se reúne duas vezes por semana, com cada encontro tendo duração aproximada de duas horas e trinta minutos. Diante dos encontros, evidenciamos a participação ativa das idosas, bem como o desenvolvimento de habilidades essenciais e oportunidades de aplicar a teoria na prática. Como acadêmicas, temos a oportunidade de compreender e desenvolver empatia, além de nos sensibilizarmos para o processo de envelhecimento ativo. Assim, trazemos uma perspectiva inovadora e colaborativa para o programa, enriquecendo as atividades e ampliando o impacto positivo na vida das mulheres. Diante das experiências vivenciadas, observou-se que o programa de extensão contribui significativamente para a formação continuada dessas mulheres idosas. A vivência acadêmica nesse espaço demonstra a necessidade de haver programas institucionais voltados para o público da terceira idade, com o objetivo de promover um envelhecimento ativo.

Palavras-chave: Relato de Experiência; Senescência; Educação Continuada; Qualidade de Vida.



PROGRAMA INSTITUCIONAL UNIVIDA: ESPAÇO DE INSERÇÃO PARA O ENVELHECIMENTO ATIVO

Erika Ferreira Santos; Dhamela da Silva Cavalcante; Adriel Ferreira da Silva; Raquel de Fátima Oliveira Fortes; Mayara Ana da Cunha Kersten; Odisséia Fátima Perão.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O Projeto Universidade da Vida (Univida) pretende desenvolver atividades de promoção e educação em saúde para pessoas idosas, devido às alterações provenientes do envelhecimento e à incidência de doenças crônicas nessa população. Visto que a qualidade de vida é um fator determinante nos indicadores sociais relacionados à senilidade, o projeto busca garantir a autonomia dessa população, além de emponderá-la e disseminar conhecimentos sobre seus direitos. Por meio das ações interprofissionais desenvolvidas, o projeto pretende incentivar a participação ativa dos idosos nas decisões relacionadas ao envelhecimento, promovendo um envelhecimento ativo. A educação em saúde é embasada na teoria das representações sociais, o que possibilita a transformação do cotidiano dos idosos, a expansão e a manutenção das redes de apoio, e o fortalecimento dos vínculos entre os pares. Isso contribui para o alcance da longevidade e a manutenção das condições de saúde, integrando uma perspectiva político-educacional voltada para a garantia dos direitos da pessoa idosa. Tem-se como objetivo identificar os efeitos positivos da educação continuada na saúde cognitiva e mental dos idosos. O estudo foi conduzido no âmbito do Projeto Universidade da Vida (Univida), vinculado ao programa de extensão universitária, com foco no desenvolvimento de atividades de promoção e educação em saúde para idosos. A abordagem metodológica adotada foi qualitativa e descritiva, com o objetivo de compreender e avaliar as necessidades específicas dessa população. As atividades foram realizadas com idosos residentes nos municípios de Itajaí e Balneário Camboriú, com idade igual ou superior a 60 anos. O projeto destaca a importância da promoção e da educação em saúde para a população idosa, especialmente diante das alterações fisiológicas e da prevalência de doenças crônicas comuns ao envelhecimento. A implementação de atividades voltadas para essa faixa etária resultou em uma melhoria significativa na qualidade de vida dos participantes, refletida nos indicadores sociais da região. As atividades desenvolvidas incluíram dinâmicas em grupo, oficinas educativas e práticas de estimulação cognitiva e física, voltadas para o empoderamento dos idosos e para a disseminação de informações sobre seus direitos. Além disso, o projeto promoveu a socialização entre os idosos, fortalecendo suas redes de apoio e contribuindo para a prevenção do isolamento social. O Projeto Universidade da Vida vai além de melhorar a educação e a saúde dos idosos, ele promove sua independência e empoderamento. O projeto também favorece mudanças no cotidiano dos idosos, fortalece suas redes de apoio, e contribui para a longevidade e manutenção da saúde por meio de ações interprofissionais e uma abordagem baseada na teoria das representações sociais. Essas ações não apenas garantem a qualidade de vida dos idosos, mas também ampliam suas capacidades cognitivas e sociais, permitindo um envelhecimento mais ativo e saudável.

Palavras-chave: Envelhecimento Ativo; Longevidade; Saúde Cognitiva e Mental.



O IMPACTO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO PARA ENVELHECIMENTO: INTERAÇÃO SOCIAL E AUTONOMIA, SEGUNDO O ESTATUTO DO IDOSO

Erika Ferreira Santos; Dhamela da Silva Cavalcante; Mayara Ana da Cunha Kersten; Gustavo D'Avila Silva; Odisséia Fátima Perão; Adriel Ferreira da Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Nas últimas décadas, o envelhecimento humano tem sido uma grande preocupação da sociedade contemporânea. Esse processo natural e gradual provoca mudanças fisiológicas que afetam funções físicas, psicológicas e sociais. Essas mudanças podem ocorrer precocemente ou em idade avançada, dependendo da genética e do estilo de vida de cada indivíduo. Alterações psicológicas, como deterioração dos processos sensoriais, depressão, perda de memória e ansiedade, também são comuns. Já as alterações sociais estão associadas às diminuições da socialização de indivíduo. A preocupação com a qualidade de vida dos idosos tem aumentado significativamente. Com a elevação da expectativa de vida, a sociedade está cada vez mais dependente das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e das mídias interativas. O uso intensificado da internet facilita a interação entre indivíduos, bem como o acesso a informações e serviços. O Estatuto do Idoso, instituído em 2003, visa a proteger os direitos dos idosos e promover sua participação ativa na sociedade, o que inclui o acesso às TICs como ferramenta essencial para a autonomia e bem-estar. Portanto, é necessário desenvolver estratégias que combatam o idadismo e incentivem a inclusão dos idosos no uso das TICs, como preconizado pela saúde pública. Este estudo observacional, do tipo relato de experiência, visa a compreender o impacto das tecnologias da informação e comunicação no processo de envelhecimento. Foram realizadas três aulas do Univida da Univali com durabilidade de três horas cada encontro, contemplando conteúdos com abordagem de tecnologias e comunicação por meio das redes. Participaram dezoito idosas durante as atividades, que foram: reconhecer *sites* confiáveis e identificar *fake news*, aprofundar os conhecimentos em Instagram, Whatsapp e Facebook e o uso de equipamentos e tecnologias atuais para o mercado de trabalho. Além disso, foram aplicadas atividades estruturadas com as idosas que utilizam regularmente essas tecnologias, buscando avaliar os impactos percebidos em suas vidas. Os resultados indicam que as idosas possuem um conhecimento significativo sobre o uso de tecnologias e suas aplicações, demonstrando autonomia no manejo de redes sociais, como Facebook, Instagram e WhatsApp. Essas plataformas são utilizadas não apenas para socialização e compartilhamento de rotinas, mas também para a estimulação cognitiva por meio de jogos digitais, contribuindo para a manutenção da saúde mental e social. Ademais, as idosas expressaram consciência sobre a disseminação de *fake news* e a importância de saber filtrar informações. Esses achados mostram que o acesso às TICs são fundamentais para a integração dos idosos na sociedade digital, ampliando redes de apoio e combatendo o isolamento social. As aulas do Univida seguem as normativas do estatuto do idoso, baseado no artigo 21, promovendo a discussão sobre este tema e disseminando o conteúdo entre os pares. Conclui-se que as tecnologias da informação e comunicação desempenham um papel fundamental na promoção de um envelhecimento ativo e saudável. As TICs oportunizam acesso do idoso à uma educação adequada, por meio de cursos interativos de fácil compreensão para integração desse idoso à vida tecnológica moderna. Essas ações permitirão que os idosos tenham pleno acesso aos benefícios proporcionados pelas TICs, contribuindo para sua integração na sociedade digital e promovendo um envelhecimento digno e participativo.

Palavras-chave: Idosos; Cognição; Saúde Mental; Tecnologia da Informação.



A IMPORTÂNCIA DO USO DO INSTRUMENTO IVCF-20 NA SAÚDE PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DA FRAGILIDADE EM IDOSOS

Erika Ferreira Santos; Dhamela da Silva Cavalcante; Mayara Ana da Cunha Kersten; Thayanny do Nascimento Ferreira; Odisséia Fátima Perão; Raquel de Fátima Oliveira Fortes.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O envelhecimento está associado ao processo de fragilidade do indivíduo. Contudo, a idade, por si só, é um marcador de fragilidade inadequado, uma vez que o processo de envelhecer baseia-se no padrão heterogêneo. A idade cronológica reflete apenas na aproximação da idade biológica. Assim, a diversidade entre os indivíduos idosos é acentuada e progressiva no processo de envelhecimento. Dessa forma, a saúde do idoso pode ser entendida como a capacidade individual, bem-estar biopsicossocial, apesar da idade ou da presença de patologias. A expressão fragilidade é utilizada para descrever o grau de vulnerabilidade do idoso a diversas situações, como declínio de funcionalidade, iatrogenias, quedas, hospitalização, institucionalização e óbito. O Índice de Vulnerabilidade Clínico Funcional (IVCF-20) pretende distinguir o grau de fragilidade do paciente através das vinte perguntas aplicadas, que compreendem bem-estar biopsicossocial, autonomia e independência do idoso. Esse instrumento é essencial para a triagem em saúde pública, permitindo intervenções precoces para prevenir a progressão da fragilidade. Este estudo pretende correlacionar a importância do uso do IVCF-20 com a saúde pública através da avaliação da fragilidade em idosos. Trata-se de um estudo transversal descritivo, em que a população-alvo foram mulheres idosas com idade igual ou superior a 60 anos. O instrumento utilizado na coleta de dados foi um questionário validado, composto por 20 itens, que avaliaram aspectos clínicos, funcionais e sociais. O questionário foi autoaplicado durante uma aula do programa de extensão Univida da Univali. Para a classificação do resultado, foi utilizada a tabela de Pontuação do IVCF-20 – Baixo risco: 0-6 pontos; Risco moderado: 7-14 pontos; e Alto risco: 15-20 pontos. Pode-se observar, com a aplicação do instrumento IVCF-20, que das 18 participantes da experiência, cuja idade variava de 60 a 87 anos, os dados revelam uma variação significativa nos níveis de vulnerabilidade clínico-funcional entre as participantes. Observa-se que nove participantes estão em baixo risco, indicando um idoso robusto, com condições e funcionais estáveis; entretanto, nota-se que sete participantes em risco de fragilização com pontuação de risco moderado e duas participantes apresentaram alto risco para vulnerabilidade clínico funcional. Portanto, o uso do IVCF-20 revelou a eficácia na detecção de diferentes níveis de fragilidade entre as participantes, destacando-se como uma estratégia de cuidado na saúde pública. As duas idosas classificadas com alto risco de vulnerabilidade são acompanhadas por especialistas. A identificação precoce da vulnerabilidade clínico-funcional em idosos possibilita intervenções preventivas, melhorando o bem-estar e a qualidade de vida desses indivíduos, além de contribuir para a gestão eficiente dos serviços de saúde.

Palavras-chave: Avaliação Geriátrica; Idoso Frágil; Vulnerabilidade.



DESAFIOS NA ADESÃO AO PREENCHIMENTO DO CHECKLIST DE CIRURGIA SEGURA PELA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Erika Ferreira Santos; Iury Viana Freitas; Adriano da Silva Acosta; Pollyana Bortholazzi Gouvea; Silmara da Costa Maia; Maria Fernanda Zorzo de Castro; Luis Eduardo Veran; Maria Izabel de Col Jorge Rebelo.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O número de cirurgias realizadas globalmente tem crescido de forma constante, com uma estimativa de 312,93 milhões de procedimentos realizados anualmente. Nesse cenário, o centro cirúrgico se destaca como um ambiente complexo, onde a colaboração entre os profissionais é essencial para assegurar a qualidade e a segurança no atendimento aos pacientes. O Plano Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), lançado pelo Ministério da Saúde, visa a reduzir os riscos e prevenir eventos adversos nos serviços de saúde. A cirurgia segura tem ganhado importância nos serviços de saúde e vem sendo amplamente discutida entre os profissionais da área. Como parte dessa evolução, instituições de saúde têm implementado o uso de *checklists*, adaptando-os de acordo com a cultura organizacional, o que traz benefícios tanto para os profissionais quanto para a segurança dos pacientes. O *checklist* de cirurgia segura tem sido adotado por mais de uma década, um período suficiente para identificar os desafios e limitações na sua implementação. Apesar disso, estudos continuam a revelar dados preocupantes sobre erros na assistência ao paciente cirúrgico, destacando a necessidade contínua de aprimoramento e adesão a essas práticas de segurança. Ressalta-se que a aplicação do *checklist* nas instituições de saúde reduz o número de complicações pós-operatórias, como infecção de sítio cirúrgico e a reoperação, bem como diminui a mortalidade associada ao procedimento cirúrgico. Neste estudo, objetiva-se identificar os fatores que impactam na adesão ao preenchimento do *checklist* de cirurgia segura. Trata-se de um estudo observacional, do tipo relato de experiência, no centro cirúrgico (CC) de um hospital geral de grande porte da região de saúde da Foz do Rio Itajaí com foco na identificação de itens que comprometem a adesão ao preenchimento do *checklist* de cirurgia segura na sala operatória. A coleta de dados foi realizada por meio de observação direta e a utilização de um instrumento baseado na lista de verificação de cirurgia segura da Organização Mundial de Saúde, embasado nas metas internacionais de segurança do paciente no centro cirúrgico, acompanhando procedimentos de alta complexidade em cirurgias cardíacas. Diante da análise, foi observado que alguns itens das três etapas que compõem o *checklist* – *Sign In* (antes da indução anestésica), “*Time Out*” ou Pausa (antes da incisão cirúrgica) e *Sign out* (antes do paciente deixar a sala cirúrgica) – não eram devidamente preenchidos no momento adequado, o que pode comprometer a prevenção/redução da incidência de eventos adversos, implicando diretamente na garantia de segurança do paciente. Diante desse contexto, destacamos a etapa do *Time Out*, que não vinha sendo preenchida pelos profissionais responsáveis pelo *checklist*, devido à falta de compreensão destes profissionais sobre o momento adequado de execução da etapa e, às vezes, pela pressa dos cirurgiões para início imediato do procedimento, dando a impressão de que a pausa para o *checklist* atrasaria o desenvolvimento do trabalho. Para melhorar a segurança do paciente no centro cirúrgico, concluiu-se que se torna fundamental a realização de treinamentos frequentes para a equipe multiprofissional do setor, quanto ao preenchimento adequado do *checklist* de cirurgia segura, garantindo, assim, as conformidades com as normas institucionais, e levando à eficácia do processo de segurança do paciente.

Palavras-chave: Segurança do Paciente; Lista de Verificação de Cirurgia Segura; Gestão de Risco, Centro Cirúrgico.



GESTÃO DE RISCO E SEGURANÇA DO PACIENTE EM AMBULATÓRIO UNIVERSITÁRIO

Erika Ferreira Santos; Rodrigo Massaroli; Iury Viana de Freitas Silva; Rita de Cassia Teixeira Rangel; Eneida Patrícia Teixeira; Larissa Silva; Pollyana Bortholazzi Gouvêa.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A gestão de riscos consiste na identificação, avaliação e redução dos riscos presentes nos processos assistenciais. A ação de gestão é fundamental para o controle dos riscos, podendo estes serem excluídos ou mitigados. As metas internacionais de segurança dos pacientes estabelecem parâmetros de referência para a qualidade dos serviços em saúde, servindo como base para o gerenciamento dos riscos. No ambulatório universitário, essas ações de gerenciamento das atividades assistenciais, pautadas na segurança do paciente se tornam ainda mais relevantes, pois estão diretamente associadas à formação de futuros profissionais. Objetiva-se, com este estudo, elaborar um *checklist* de verificação de conformidades para metas internacionais de segurança do paciente em um ambulatório universitário. O estudo é do tipo qualitativo e exploratório, visando a identificar os requisitos de referência a serem implementados no ambulatório. Para operacionalizar as práticas de segurança do paciente e a gestão de riscos associados às metas internacionais e segurança dos pacientes, será elaborado um modelo de *checklist* de verificação de conformidades. Após a apresentação do modelo, ocorrerá a validação pela coordenadora e pelo diretor técnico do ambulatório, realizando ajustes até que pesquisadores e gestores do ambulatório entrem em consenso. Após pesquisa bibliográfica, definiu-se os elementos prioritários para o *checklist*. O formulário foi dividido em três partes: elementos de estrutura, elementos de resultados e elementos de processo. A divisão se deu desse modo por tomarmos como base referencial o conceito de qualidade e Donabedian, associado à Política Nacional de Segurança do paciente e metas internacionais de segurança do paciente. Avaliação com os coordenadores do serviço ocorreu de modo presencial. Diante dos elementos estruturados, foi desenvolvido um instrumento de avaliação da qualidade dos serviços prestados em um ambiente ambulatorial de ensino. Ele está dividido em cinco tópicos principais: Boas práticas para gestão organizacional; Boas práticas para qualidade do cuidado e segurança do paciente; Gestão da segurança operacional; Gestão de insumos, materiais, equipamentos e serviços; Gestão da segurança da informação. Cada um desses tópicos foi subdividido em perguntas objetivas, nas quais a resposta pode ser “Sim”, “Não” ou “Não se aplica”, permitindo uma avaliação clara do cumprimento das práticas. Embora o *checklist* ainda não tenha sido aplicado, é possível discutir sua relevância e impacto potencial. Ao concluir a pesquisa, espera-se que o *checklist* de verificação de conformidade seja aplicável e efetivo em diferentes contextos de saúde, garantindo, assim, a qualidade e segurança no atendimento ao paciente. Esses parâmetros simples e efetivos diminuem os riscos e danos nesses serviços, essas medidas realizadas seguramente pelos profissionais de saúde, por meio de instrumentos protocolados específicos, associados às barreiras de segurança nos sistemas, previnem ocorrências desfavoráveis relacionados à assistência à saúde e, consequentemente, têm enfoque em salvar vidas. A implementação do *checklist* é, portanto, uma intervenção social complexa que requer mudanças nos hábitos e, principalmente, o envolvimento de toda a administração e coordenações. Esse processo resulta em modificações repentinas no fluxo de trabalho, no comportamento e na perspectiva dos profissionais envolvidos. A aplicação sistemática do referido *checklist* pode reduzir significativamente os riscos associados aos cuidados de saúde, além de fomentar uma cultura de segurança organizacional. Isso contribui diretamente para a melhoria contínua da



qualidade dos serviços prestados e, em última instância, para a proteção da vida dos pacientes.

Palavras-chave: Segurança do Paciente; Gestão de Risco; Saúde Pública.



ESTIGMATIZAÇÃO SOCIAL E SEU IMPACTO EM USUÁRIOS DE CADEIRAS DE RODAS MANUAIS: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA CIF

Fabíola Hermes Chesani; Camila Cristine Tavares; Marigleice Stolben; Raiane Henriques; Laura Gai.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A Organização Mundial da Saúde estima que 2,5 bilhões de pessoas necessitam de dispositivos de assistência. No Brasil, 17,3 milhões de pessoas têm deficiência, e 3,5 milhões utilizam cadeiras de rodas manuais (CRM). Esses usuários enfrentam desafios físicos e sociais devido, a barreiras ambientais e ao uso da tecnologia assistiva. A Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) adota uma abordagem biopsicossocial para entender a deficiência, considerando aspectos corporais, sociais e ambientais. Essa pesquisa visou a compreender como pessoas com deficiência física que usam CRM percebem o impacto da estigmatização social em seu cotidiano. Métodos: A pesquisa qualitativa e exploratória envolveu pessoas com deficiência física usuárias de CRM, maiores de 18 anos, da região do Vale do Itajaí. Após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, abordando questões relacionadas à CIF, quanto ao domínio de fatores ambientais e os capítulos: Produtos e Tecnologia; Ambiente Natural e Mudanças Feitas pelo Homem no Ambiente; Suporte e Relacionamentos; Atitudes e Serviços, Sistemas e Políticas. As entrevistas ocorreram na Clínica de Fisioterapia de um Centro Especializado em Reabilitação Física e Intelectual II, em 2022, com aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa, parecer número 4.821.295. Os dados foram registrados em áudio, transcritos e analisados com a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin. Resultados: Na categoria “Estigmatização da Sociedade”, os participantes relataram como a percepção externa afeta sua autoimagem. Observou-se capacitismo nas narrativas que desvalorizam ou retratam essas pessoas como “sobre-humanas” ou como “vítimas”. Exemplos das falas incluem: “Ou é como o super-herói de superação, ou é o ‘nossa, que coitadinho está na cadeira’. É desses dois jeitos” (P1). “Eu acho que, de verdade, não. A maioria acha que apoia por não ter preconceito, quanto à deficiência. Eles acham que é só apoiar, ou ter amizade com deficiente. Respeitam, que é o mínimo, mas a maioria não aceita” (P2). “Ainda há preconceito, é nítido” (P6). “Algumas pessoas me olham com curiosidade, outras me olham como se eu fosse um bicho” (P8). “Quando recebi um olhar de nojo, parecia que eu tinha feito alguma coisa para a pessoa” (P9). “Porque eu sou cadeirante, todo mundo vai olhar. Não é porque é ruim, é só porque chama a atenção. Eu perdi essa agonia de todo mundo (me) olhar, quando eu entendi isso” (P10). Discussão: O preconceito é uma constante no cotidiano dessas pessoas, manifestando-se através de olhares e discursos direcionados às suas condições. Caracterizado como capacitismo, indivíduos fora dos modelos estabelecidos enfrentam obstáculos no acesso a locais, serviços e interações sociais. Esse cenário é evidenciado nas interações sociais de pessoas com deficiência, permeadas por preconceito, discriminação e estigmatização. Conclusão: Este estudo explorou as interações entre o ambiente e a funcionalidade de pessoas com deficiência física que utilizam cadeiras de rodas manuais. As barreiras cotidianas enfrentadas por essas pessoas, incluindo a perspectiva da sociedade, restringem a qualidade de vida e evidenciam a necessidade de uma abordagem para promover uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Palavras-chave: Estigmatização; Capacitismo; Pessoas com Deficiência; Cadeira de Rodas Manual.



COMPOSTO COLETIVO ENTRE BRASIL (GEVAS) E BÉLGICA (NEUROEPIGENETHICS)

Fabiola Hermes Chesani; Carina Nunes Bossardi; Pollyana Bortholazzi Gouvea; Juliana Vieira de Araujo Sandri; Camila Cristine Tavares.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Trata-se de um relato de experiência de uma parceria de uma rede de pesquisa internacional entre o Programa de Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho (PPGSGT), Mestrado em Psicologia (PPGP) da Univali e o Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ética da Universidade de Antuérpia/Bélgica. A parceria iniciou em 2019, quando a professora Dra. Fabiola Hermes Chesani (Univali) procurou a Dra. Kristien Hens para concorrerem ao edital n. 17/2020 – European Research Council – ERC – CONFAP – CNPq 2020 e FAPESC ABROAD 09/2019 com o projeto de pesquisa Epigenetics, Experience and Responsibility: Implications for neurodevelopmental disorders, com foco no autismo. Essa aprovação proporcionou a mobilidade da pesquisadora da Univali à Bélgica. A partir disso, o grupo de pesquisa Gevas, agora com a participação das professoras Dra. Carina Nunes Bossardi, Dra. Juliana Vieira de Araújo Sandri e Dra. Pollyana Bortholazzi Gouvea e da bolsista Camila Cristine Tavares aprovaram nos editais CNPq Universal n.18/2021 e Edital FAPESC n. 19/2022. Tais aprovações proporcionaram a mobilidade de mais duas pesquisadoras até a UE/BE. Essas mobilidades objetivaram conhecer o grupo de pesquisa NeuroEpigenEthics, discutir e analisar os dados coletados no Brasil e produzir artigos científicos. A parceria continuou e a Dra. Carina Nunes Bossardi aprovou o projeto intitulado Epigenética, experiência e responsabilidade: implicações para distúrbios do neurodesenvolvimento-TDAH nos editais FAPESC ABROAD 12/2022 e Chamada CNPq/MCTI n. 10/2023. As novas aprovações tiveram foco no Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade e proporcionou a mobilidade de três pesquisadoras a UA/BE para analisar os dados coletados da pesquisa no Brasil, produzir artigos científicos e participar do Seminário More than Human: Non-Western Philosophies and the Environment, evento internacional realizado pelo grupo de NeuroEpigenEthics e com participantes de 11 países. Até esse momento, o projeto proporcionou uma forte parceira internacional que envolve a formação de recursos humanos da graduação e pós-graduação, isto é, a participação de 15 alunos dos Cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Medicina e Psicologia com bolsas de iniciação científica (PIBIC, CNPq e Uniedu), apresentações de trabalhos em eventos científicos, aprovações de artigos científicos, orientações de iniciações científicas e dissertações nos Programas de Mestrados em Saúde (PPGSGT) e Psicologia (PPGP) da Univali. Além disso, essa parceria validou, para três pesquisadoras, o projeto de pesquisa com Estágio Pós-Doutoral da Universidade de Antuérpia.

Palavras-chave: Neuroepigenética; Autismo; Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade; Família.

Apoio: FAPESC ABROAD 09/2019; ERC – CONFAP CNPq 2020 17/2020; CNPq Universal 18/2021; FAPESC 19/2022; FAPESC ABROAD 12/2022; ERC – CONFAP CNPq 19/2022; CNPq/MCTI 10/2023.



ANÁLISE DO IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM USUÁRIOS DE CADEIRAS DE RODAS MANUAIS COM BASE NA CIF

Fabiola Hermes Chessani, Camila Cristine Tavares, Marigleice Stolben, Raiane Henriques; Laura Gai.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

No Brasil, a Pesquisa Nacional de Saúde revelou que 17,3 milhões de pessoas têm deficiência, das quais 3,5 milhões usam cadeiras de rodas manuais (CRM). Esses indivíduos enfrentam barreiras físicas e sociais, resultando em exclusão. Em 2001, a OMS introduziu a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), que adota uma abordagem biopsicossocial para avaliar a funcionalidade e incapacidade, considerando aspectos corporais, sociais, ambientais e pessoais. A CIF diferencia entre deficiência, que são alterações corporais, e incapacidade, que engloba os efeitos da interação com fatores contextuais. O estudo visa a entender como pessoas com deficiência física – que usam CRM – percebem as políticas públicas em seu dia a dia. Métodos: A pesquisa qualitativa e exploratória envolveu pessoas com deficiência física usuárias de CRM, maiores de 18 anos, da região do Vale do Itajaí. Após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, abordando questões relacionadas à CIF, quanto ao domínio de fatores ambientais e os capítulos: Produtos e Tecnologia; Ambiente Natural e Mudanças Feitas pelo Homem no Ambiente; Suporte e Relacionamentos; Atitudes e Serviços, Sistemas e Políticas. As entrevistas ocorreram na Clínica de Fisioterapia de um Centro Especializado em Reabilitação Física e Intelectual II, em 2022, com aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa, parecer número 4.821.295. Os dados foram registrados em áudio, transcritos e analisados com a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin. Resultados: Na categoria “Direitos da Pessoa com Deficiência”, as declarações destacam a burocracia associada aos sistemas públicos para obter cadeiras de rodas manuais. Os participantes relataram que o processo é complicado e demorado, ilustrando o desgaste resultante: “O acesso à cadeira de rodas é muito complicado, tipo muito caro uma cadeira de qualidade. É um processo demorado, com várias etapas e esperas que podem levar até três anos” (P5). “Tive que adquirir minha própria cadeira, devido à dificuldade do sistema” (P6). “Minha mãe teve que se esforçar muito para conseguir a cadeira” (P8). “O processo é demorado e burocrático, levando muitos a comprar a cadeira por conta própria” (P10). Discussão: Os impactos da falta de garantia dos direitos legais das pessoas com deficiência usuárias de cadeiras de rodas tornam-se evidentes na expressiva insatisfação originada no processo de obtenção do equipamento assistivo pelos participantes, tanto devido à demora na entrega, quanto à complexidade envolvida no processo de aquisição. Esses obstáculos prejudicam a acessibilidade aos serviços e retiram o direito de acesso à saúde. Torna-se evidente nas falas apresentadas a negligência dos serviços públicos, que dificultam o acesso, devido à ausência de facilitação no processo de aquisição de cadeiras de rodas manuais. Essa falha é enfatizada por relatos que destacam a urgência na obtenção das cadeiras de rodas, seguida pela demora e pelos entraves burocráticos. Conclusão: As barreiras diárias e a insatisfação com a acessibilidade e os serviços garantidos por políticas públicas comprometem a qualidade de vida, evidenciando a necessidade de tratar questões essenciais para promover uma sociedade mais inclusiva e justa.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Pessoas com Deficiência; Cadeira de Rodas Manual.



ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: CAMINHOS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE

Fernanda Souza Tomé da Silva; Ana Clara Creplive Vieira; Clarissa Fonseca Vollrath Possmoser; Isabela Souza Alves; Isabela Antonio Pereira; Júlia Graciela de Souza; Regiane da Silva Macuch; Aliny de Lima Santos.

Universidade Cesumar

A promoção da saúde (PS) é uma estratégia de suma importância na Atenção Primária à Saúde (APS), especialmente no contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades sociais. Com o crescente aumento da população, é imperativo que as gestões públicas tracem metas de implementação de ações de promoção da saúde, a partir do delineamento do território. Contudo, embora devesse ser relevante, trata-se de uma prática cercada de desafios, que podem por vezes, dificultar sua implementação, mas também há fatores potencializadores, que seguem fortalecendo tais práticas. Este estudo tem como objetivo discutir acerca das ações de promoção da saúde na APS, e os aspectos considerados potencialidades e desafios na sua implementação, nesse cenário. Foram selecionados artigos publicados entre 2014 e 2024. A partir da busca em bases de dados, *National Library of Medicine (Pubmed)*, *Scopus* e Portal de Periódicos CAPES, foram selecionados 13 artigos para análise, com o objetivo de sintetizar os resultados e categorizar as principais práticas desenvolvidas nesse contexto. Os resultados evidenciam que, embora a PS tenha como objetivo promover a equidade e reduzir as disparidades na saúde, ainda há dificuldades em sua implementação plena. A PS reforça o papel transformador do SUS, ao introduzir práticas que vão além da atenção curativa, centrando-se no bem-estar integral dos indivíduos e comunidades. Com diretrizes voltadas para o fortalecimento de comportamentos saudáveis, participação social e intersetorialidade, a política de PS cria um modelo de atenção que envolve múltiplos setores, como educação, meio ambiente, e desenvolvimento social, reafirmando a saúde como um direito inalienável e dever do Estado. A educação em saúde e as práticas intersetoriais são pilares para o sucesso da PS, porém, a falta de capacitação dos profissionais de saúde e a resistência de parte da população comprometem a efetividade dessas ações. As ações voltadas para públicos específicos, tais como pessoas idosas, especialmente nas áreas rurais e regiões vulneráveis, têm o potencial de reduzir agravos e melhorar a qualidade de vida, quando bem implementadas. Portanto, a educação em saúde é uma ferramenta de extrema importância para a promoção da saúde, mas sua plena execução depende de políticas intersetoriais, capacitação contínua dos profissionais e engajamento comunitário.

Palavras-chave: Promoção da Saúde; Atenção Primária à Saúde; Envelhecimento Saudável; Saúde Pública.



DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DO TABAGISMO

Fernanda Souza Tomé da Silva; Isabela Antonio Pereira.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT) do Brasil é uma iniciativa estratégica que visa a reduzir o consumo de tabaco e minimizar seus impactos na saúde pública. Desde sua criação, o PNCT tem implementado ações como campanhas educativas, promoção de ambientes livres de fumo e o apoio a programas de cessação. O programa também enfatiza a importância da legislação, como a Lei Antifumo, que proíbe o uso de tabaco em ambientes fechados. De acordo com o Ministério da Saúde, essas ações têm contribuído para a diminuição da prevalência do tabagismo no país, promovendo uma cultura de saúde e bem-estar entre a população. A abordagem integrada do PNCT destaca-se como um modelo eficaz no combate ao tabagismo, refletindo a importância de políticas públicas na promoção da saúde. A presente pesquisa teve como objetivo realizar um relato de experiência sobre os desafios da implementação do Programa Nacional de Controle do Tabagismo realizado no contexto da Atenção Primária à Saúde de um município do litoral Norte de Santa Catarina. Relatos de experiência são fundamentais para a troca de saberes e práticas em diversos campos, especialmente na educação e na saúde. Eles proporcionam uma visão aprofundada sobre as vivências de profissionais, permitindo a reflexão crítica sobre métodos e abordagens utilizados em situações específicas. Esse tipo de narrativa não só documenta a prática, mas oferece ferramentas que podem ser aplicadas por outros profissionais. A Atenção Primária à Saúde (APS) se concentra tanto no cuidado individual quanto no coletivo, integrando ações de promoção e proteção da saúde, prevenção de doenças, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos e manutenção da saúde. Essa abordagem torna a APS um ambiente propício para a implementação de estratégias de controle do tabagismo. Diante disso, no ano de 2024, a equipe da Atenção Primária à Saúde de Navegantes/SC garantiu o retorno do Programa de Tabagismo, de modo a atuar no combate ao fumo, junto com uma Equipe Multidisciplinar composta por enfermeiro, médico, nutricionista, fisioterapeuta, psicólogo, farmacêutico, cirurgião-dentista e educador físico. No entanto, foram encontrados desafios na implementação do Programa, como falta de insumos, falta de profissionais capacitados/treinados para atuação, que pode limitar a capacidade de execução de campanhas educativas e de suporte para a cessação do uso do tabaco. Além disso, há uma resistência cultural, pois o tabagismo, muitas vezes, está enraizado em hábitos sociais e tradições. Verificou-se que a pressão da indústria do tabaco, que frequentemente utiliza estratégias de *marketing* para atrair novos usuários, dificulta ainda mais a luta contra o consumo desse tipo de produto. Portanto, superar esses desafios requer um esforço da gestão, das equipes de saúde e da sociedade civil.

Palavras-chave: Promoção da Saúde; Atenção Primária à Saúde; Tabagismo; Saúde Pública.



FITOTERAPIA E PRÁTICAS INTEGRATIVAS: SABERES ANCESTRAIS E POLÍTICAS DE SAÚDE NO SUS

Fernanda Souza Tomé da Silva; Júlia Graciela de Souza; Denise de Castro Insaurriaga Silva; Rita de Cássia; Gabrielli de Souza Lima.

Universidade Cesumar; Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A fitoterapia, prática que utiliza plantas medicinais no cuidado à saúde, tem raízes profundas nas tradições populares brasileiras. O estudo teve como objetivo explorar as práticas de fitoterapia entre mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em Navegantes, Santa Catarina, e sua relação com as Práticas Integrativas e Complementares (PICS) no Sistema Único de Saúde (SUS). Com abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, a pesquisa foi conduzida à luz da hermenêutica-dialética de Minayo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 15 mulheres do PBF, focando no uso de plantas medicinais e remédios caseiros. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), parecer número 3.412.679 (CAAE 14229419.8.0000.0120). A fim de preservar a identidade das participantes, os nomes são fictícios e foram escolhidos por elas. Foi possível identificar a continuidade do uso de plantas medicinais e remédios caseiros, saberes transmitidos intergeracionalmente, especialmente em situações de vulnerabilidade econômica e limitado acesso aos serviços de saúde convencionais. Uma das entrevistadas, Maria, relatou: *“Quando meus filhos ficam doentes e eu não tenho dinheiro para remédios, faço chás como minha mãe me ensinou, com poejo, mel e manjerona”*. Esse saber ancestral, muitas vezes ignorado pela medicina tradicional, encontra espaço nas PICS, formalizadas pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC). As PICS visam a promover uma integração entre saberes tradicionais e científicos, garantindo a segurança e eficácia no uso de plantas medicinais e reconhecendo a importância cultural em comunidades vulneráveis. O estudo identificou que o uso de fitoterapia vai além do simples cuidado físico, representando um elo entre as gerações e uma forma de resistência diante das dificuldades financeiras. *“Eu me sinto útil, porque é uma coisa que a minha mãe me ensinou. Ela sempre dizia: ‘Aprende, porque um dia vocês vão precisar’”*, destacou Maria Emília. Falas como essas evidenciam como o uso de plantas medicinais é tanto um recurso de saúde quanto um ato de preservação cultural e identidade familiar. No contexto das PICS, a fitoterapia é reconhecida como uma prática relevante para a promoção da saúde, especialmente em áreas rurais e entre populações de baixa renda. A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, visa a ampliar o acesso a tratamentos complementares, fortalecendo o uso de plantas medicinais seguras e comprovadas. A institucionalização da fitoterapia no SUS representa um importante passo para a valorização dos saberes tradicionais, permitindo que práticas ancestrais sejam validadas e incorporadas em políticas de saúde pública. Entretanto, alguns desafios ainda persistem na implementação dessas políticas, como a falta de profissionais capacitados para orientar o uso correto das plantas medicinais e a resistência de parte da população em aderir a essas práticas integrativas. No entanto, as entrevistadas expressaram um forte desejo de manter esses saberes vivos e compartilhá-los com suas comunidades. As PICS no SUS representam um avanço na promoção de cuidados integrais, garantindo que práticas tradicionais, como a fitoterapia, continuem a desempenhar um papel essencial no cuidado à saúde dos brasileiros.

Palavras-chave: Fitoterapia; Plantas Medicinais; Práticas Integrativas; SUS; Saberes Tradicionais.



APRESENTAÇÃO E RESULTADOS PARCIAIS DE UM PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL UNIVERSITÁRIO

Fernanda Veiga; Beatriz de Oliveira Lavezzo; Matheus Braciak; Samara Aparecida Pereira Gonçalves; Giovani Tesser; Márcia Gisela Lima.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

As dificuldades de adaptação ao ambiente universitário, a separação da família, o uso precoce de álcool e outras drogas, hábitos alimentares inadequados, a dinâmica entre professores e alunos, e o sentimento de desamparo foram identificados como principais causas do adoecimento entre estudantes destacando a necessidade de atenção das Instituições de Ensino Superior. Nesse contexto, este resumo apresenta um Programa de Saúde Mental de uma Instituição Comunitária de Ensino Sul Catarinense, abordando a prevenção do adoecimento e promoção da saúde mental universitária, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Com o objetivo de promover a atenção à saúde mental no ambiente universitário, visando à prevenção do adoecimento e à promoção do bem-estar de estudantes e colaboradores, foi implementado, em 2018, o Programa Acolher, que tem como objetivo prevenir e amenizar o sofrimento psíquico na universidade; promover a saúde mental e o acolhimento aos estudantes, colaboradores e docentes da instituição; e oferecer encaminhamentos adequados nos momentos críticos da vida. O Programa Acolher fundamenta-se nas práticas de acolhimento psicológico e suporte psicossocial. Durante o período compreendido entre 2023 e setembro de 2024, o Programa Acolher contou com uma equipe composta por sete profissionais, dispostos em coordenação, técnico administrativo, médico psiquiatra e psicólogos, além da colaboração de aproximadamente 25 acadêmicos estagiários e monitores dos cursos de Psicologia e Medicina, bem como a atuação de um terapeuta. Entre os suportes oferecidos, destacam-se o acolhimento psicológico e o acolhimento psiquiátrico, que englobam atendimento individualizado, avaliação e encaminhamento. Durante o período, o Programa também promoveu espaços de socialização entre acadêmicos, eventos voltados à saúde mental, grupos de apoio e oficinas temáticas. Foram implementadas trilhas formativas para docentes e colaboradores da instituição, consistindo em atividades educativas em temas relacionados à saúde mental universitária, além de estágio básico e monitoria, permitindo que acadêmicos dos cursos de Psicologia e Medicina realizassem prática supervisionada, visando, assim, à integração entre teoria e prática no cuidado à saúde mental. A atuação do Programa contou com a integração aos serviços internos da instituição e buscou estabelecer fluxos com a rede externa de saúde e assistência, incluindo a Rede de Atenção Psicossocial e o Sistema Único de Assistência Social, visando a assegurar uma estratégia intersetorial e integral de cuidado. Entre 2023 e setembro de 2024, o Programa Acolher registrou um total de 1.577 acolhimentos, com uma predominância de estudantes, representando mais de 27 cursos distintos, entre os quais se destacam Psicologia, Medicina, Direito e Biomedicina. As principais demandas identificadas no atendimento a todo o público acolhido foram: sintomas ansiosos (34,5%), seguidos por sintomas depressivos (22%), ideação e planejamento suicida (7,6%), questões relacionadas ao contexto acadêmico (5,7%) e luto (5,3%). Os encaminhamentos mais frequentes ocorreram para Clínicas Sociais, Serviço Escola de Psicologia, Ambulatório de Psiquiatria e Rede de Atenção Psicossocial.

Palavras-chave: Programa de Saúde Mental; Saúde Mental Universitária; Promoção de Saúde; Acolhimento Psicológico Universitário.

Apoio: Universidade do Vale do Itajaí (Univali).



HIPNOTERAPIA COGNITIVA COMO UMA INTERVENÇÃO INOVADORA PARA ADOLESCENTES DIAGNOSTICADOS COM DOENÇA DE CROHN E COMORBIDADES PSICOLÓGICAS: UM ESTUDO DE CASO

Filipe Luis Souza; Sueli Terezinha Bobato.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A Doença de Crohn (DC) é uma Doença Inflamatória Intestinal (DII), uma doença crônica caracterizada por uma inflamação que pode acometer da boca até o ânus, dor debilitante, sangue nas fezes, perda de peso e é frequentemente acompanhada por comorbidades psicológicas, incluindo sintomas depressivos, ansiosos e maior risco de suicídio, em comparação à população geral. Países latino-americanos em desenvolvimento vivenciam, atualmente, um aumento da incidência de DIIs, o Brasil, especificamente, apresenta um aumento de 12% ao ano dos casos de DIIs. Até o momento, não existem evidências robustas, que demonstrem a eficácia de intervenções psicológicas para o manejo dos sintomas psicológicos em pacientes com DII, deixando uma lacuna de necessidade para o atendimento integral da saúde de pacientes com DIIs. Este estudo de caso relata a experiência de uma intervenção psicológica inovadora aplicada a uma adolescente com DII. O objetivo é explorar a plausibilidade de novos métodos de tratamento psicológico nessa população, buscando abrir um campo de investigação ainda inexplorado. A paciente AC, do sexo feminino, 16 anos, solteira, estudante do primeiro ano do ensino médio, reside com os pais e foi diagnosticada com DC aos 10 anos; apresenta uma história recente de luto após a perda de um familiar próximo. Desde então, manifestou sintomas intensos de ansiedade e depressão, que agravaram sua condição clínica, prejudicaram o desempenho social, desempenho escolar e dificultaram a adesão ao tratamento convencional para a Doença de Crohn, relatando recorrentes crises de pânico em ambiente escolar e domiciliar. No ambulatório universitário, foi realizada uma avaliação multidisciplinar e a paciente foi encaminhada para intervenção psicológica. Com a identificação da idiosincrasia do usuário, o plano terapêutico foi elaborado a partir da Diretriz Clínica para Tratamento de Medo e Ansiedade, desenvolvendo um plano de dessensibilização sistemática personalizado para o usuário, a fim de facilitar o alcance do mecanismo de aprendizagem inibitória. A entrega da intervenção foi baseada em Hipnoterapia Cognitiva (HC), estratégia que mescla a hipnose à Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), pela aparente propensão à fantasia pelo usuário. O plano de intervenção incluiu seis sessões semanais de uma hora. A abordagem foi adaptada de diretrizes clínicas de hipnoterapia para compreender as necessidades específicas da paciente, levando em conta seu contexto familiar e a interação entre sintomas físicos e psicológicos. A paciente relatou não experienciar mais as crises de pânico em ambiente escolar ou domiciliar a partir da terceira sessão, bem como relatou, a partir da quarta sessão, estar conseguindo interagir novamente com os ambientes em que convivia com os familiares que haviam falecido. A paciente apresentou uma melhora significativa dos sintomas, apresentando, inicialmente, sintomas de ansiedade e estresse extremamente graves (32 e 34 pontos, respectivamente) e sintomas depressivos fortes (22 pontos), mensurados a partir da escala DASS-21, para uma classificação normal de sintomas depressivos e de estresse (6 e 14 pontos, respectivamente) e sintomas fortes de ansiedade (18 pontos), não mais experienciados na forma de crises, mas de ruminação de situações sociais no ambiente escolar. Os resultados preliminares deste estudo de caso sugerem que intervenções psicológicas inovadoras podem ser benéficas para adolescentes com DC que apresentam comorbidades psicológicas. Apesar de limitações inerentes a estudos de caso, como a falta de generalização, este caso específico demonstra a necessidade de condução de ensaios



clínicos randomizados, para aferir o efeito de uma possível nova intervenção para sintomas ansiosos e depressivos em pacientes com DII. Este estudo de caso ressalta a importância de considerar intervenções psicológicas no manejo de pacientes com DII, especialmente aqueles com comorbidades psicológicas. A intervenção inovadora demonstrou potencial para melhorar tanto a saúde mental quanto a adesão ao tratamento médico, abrindo novas perspectivas para o campo da saúde pública.

Palavras-chave: Doença de Crohn; Epidemiologia Clínica; Hipnoterapia; Práticas Baseadas em Evidências.



BRINQUEDO TERAPÊUTICO NA INTERNAÇÃO HOSPITALAR PEDIÁTRICA

Francine Schmitz; Maria Júlia de Faria; Bibiana Sales Antunes Brum.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A hospitalização para uma criança pode causar marcas e trazer tristeza, pois ela é inserida em um local desconhecido, que, muitas vezes, não é adaptado às necessidades infantis. Dessa maneira, para trazer um maior bem-estar à criança, diminuir a ansiedade causada pelo processo de internação, os profissionais de enfermagem recorrem ao uso do brinquedo terapêutico (BT) na assistência. Embora sejam inúmeros os benefícios associados ao emprego do BT, ainda se identificam dificuldades da técnica ser colocada em prática. Este estudo tem como objetivo evidenciar as publicações quanto ao uso do brinquedo terapêutico no cuidado de enfermagem, na unidade de internação pediátrica. Quanto à metodologia, trata-se de uma Revisão Integrativa, de artigos científicos disponíveis *online*, nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde, Scielo e Portal Capes de Periódicos, sendo utilizados os descritores de saúde “jogos e brinquedos”, “enfermagem”, “criança hospitalizada” e “saúde da criança”. A coleta de dados foi realizada entre abril e maio de 2024. Elaborou-se a seguinte pergunta, conforme estratégia PICO: Como o brinquedo terapêutico é percebido e utilizado pela equipe de enfermagem na unidade de internação pediátrica? Os dados foram analisados descritivamente. Através dos estudos, observou-se que muitos dos participantes das pesquisas reconhecem o BT como uma técnica facilitadora do cuidado, pois ajuda o paciente a compreender os procedimentos e suas emoções, além de ser uma maneira de criar laços com o paciente. Ainda é possível perceber que, na maioria das situações, o uso do BT é realizado de maneira simplificada, já que os profissionais improvisam, sem utilizar técnicas ou brinquedos adequados. Embora a maioria dos estudos tragam conceitos e percepções aprofundadas da aplicabilidade do BT, ainda temos um número considerável de profissionais que não reconhecem o que é e como pode ser utilizado. Dessa forma, são observados inúmeros desafios para que a técnica se torne presente nas instituições, como a falta de tempo, a desvalorização da sua aplicação, a escassez de funcionários, a falta de capacitação e a ausência da temática durante a formação dos profissionais são os principais empecilhos para o sucesso da prática. A pesquisa demonstrou a importância do BT como uma maneira de humanização do cuidado ao paciente pediátrico, além de ser uma forma de criar vínculo com os profissionais da equipe de enfermagem durante a hospitalização. Assim como, o BT torna o ambiente mais lúdico e alegre, possibilitando a distração dos procedimentos advindos da internação. Foi possível evidenciar que o BT também proporciona benefícios aos profissionais da equipe de enfermagem, deixando-os mais realizados com suas atribuições. Porém, ainda são encontradas dificuldades na implementação da técnica, além da falta de conhecimento teórico dos profissionais sobre o método. Destaca-se que, conforme os estudos, essa prática está atrelada somente aos hospitais pediátricos, pois, durante a pesquisa, não foram encontrados artigos sobre a utilização do BT em unidades de atenção primária, ou, a utilização em consultas de puericultura.

Palavras-chave: Brinquedo Terapêutico; Jogos e Brinquedos; Enfermagem; Saúde da Criança.



AS DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE NOS CUIDADOS PALIATIVOS

Gabriel Fagundes da Rocha; Giovanna André Cardoso; Lucas Castagnotto Pasuch; Lucas Leite Pierj; Luís Eduardo da Costa Busato; Thiago Andreon Ramos; Clarice Aparecida Munaro.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Com a chegada dos séculos XX e XXI, a relação médico-paciente perante o adoecer muda de perspectiva, ao passo que o enfermo se torna mais ativo quanto às decisões sobre intervenções e tratamentos tomadas pela equipe de saúde. Desse modo, as diretivas antecipadas de vontade (DAV) surgem como uma vontade externada pelo paciente em condições de cognição preservada, (isto deve ser evoluído junto ao prontuário), para assegurar a autonomia do paciente em seu adoecer, sobretudo em intervenções médicas agressivas no manejo de condições severas. No contexto dos cuidados paliativos, a autonomia do paciente é um pilar fundamental no cuidado, portanto é lógico estabelecer uma relação entre a utilização das DAV e a boa prática paliativa, já que o documento visa, justamente, a afirmar as vontades do paciente mesmo em um cenário onde não seja mais possível acessá-las pelo diálogo. Por isso, o testamento vital (outra forma de se referir às DAV) tem a capacidade de aprimorar o manejo dos pacientes em cuidados paliativos, além de estabelecer um melhor relacionamento médico-familiar. Contudo, ainda existem fatores dificultadores na utilização das declarações prévias de vontade, os quais vão desde a falta de conhecimento por parte dos profissionais de saúde quanto às diretivas, até a falta de legislação específica que trate do tema. Este estudo tem o objetivo de refletir sobre as formas com que as DAV são utilizadas na prática dos Cuidados Paliativos, e como a utilização desse documento interfere no vínculo e na abordagem dos pacientes com doenças ameaçadoras à vida e de seus familiares. A metodologia foi pautada no método indutivo, fundamentado em pesquisa bibliográfica de artigos científicos em periódicos indexados, seguido de leitura interpretativa e analítica, buscando compreender o uso das DAV dentro dos cuidados paliativos. A análise da aplicação das DAV nos Cuidados Paliativos revelou uma dinâmica mais proativa na relação médico-paciente, ampliação do controle sobre o processo de adoecimento, promoção da autonomia do paciente e do seu desejo por tratamentos menos invasivos, além do auxílio na compreensão familiar das decisões. Dentre as dificuldades ainda enfrentadas, destacam-se a ausência de uma legislação federal específica que aborde as diretivas antecipadas, o entendimento limitado por parte dos profissionais da equipe assistencial sobre a filosofia do cuidado paliativo e a frequente resistência de membros familiares em aceitar e permitir a morte do familiar adoecido, o que pode levar a dificuldades na implementação plena das diretivas. Também vale reforçar que a referida conduta (DAV) é um princípio dos cuidados paliativos, que deveria ser orientado e assegurado em todo o percurso do tratamento, seja ele modificador da doença ou não.

Palavras-chave: Cuidados Paliativos; Diretivas Antecipadas de Vontade; Ética Médica; Autonomia.



PET-SAÚDE EQUIDADE: VIVÊNCIAS DOS ESTUDANTES DOS CURSOS DA ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE PARA FORMAÇÃO EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

Gabriel Henrique Ventura Medeiros; Valdir da Silva Junior; Ana Laura T. Guerreiro; Bruna Jacqueline de Souza; Kelly Mara Oenning; Aline Bertoli da Cunha; Mariajosé Louise Caro Schulz; Angélica Garcia Couto.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) é uma ação do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação que visa a qualificar a integração ensino-serviço-comunidade na área da saúde. Em cumprimento ao edital lançado em 2024, a Universidade do Vale do Itajaí (Univali) aprovou, junto à Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí/SC, o projeto PET-Saúde Equidade (2024-2026), com uma equipe de cinco grupos de oito estudantes, dois profissionais preceptores e dois docentes. Este resumo abrange as experiências dos autores e bolsistas do programa PET-Saúde, acadêmicos de Direito, Enfermagem, Fisioterapia, Publicidade e Propaganda. O plano de trabalho deste grupo envolve atividades, como práticas formativas com divulgação e instrumentalização para utilização das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) do Sistema Único de Saúde (SUS) com ênfase no autocuidado para as trabalhadoras e futuras trabalhadoras da Atenção Primária à Saúde (APS). As PICS são recursos terapêuticos utilizados para promover o bem-estar físico e psicossocial dos indivíduos, assim como reabilitar e prevenir agravamentos nos processos saúde-doença, cujos atendimentos são voltados à escuta ativa, utilizando tecnologias seguras e eficazes, com ênfase na integralidade do cuidado, e autonomia dos indivíduos, por meio do autocuidado, autoconhecimento e ambientação. No Brasil, as PICS foram introduzidas no SUS, por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), aprovada pela Portaria GM/MS n. 971, de 3 de maio de 2006. O objetivo deste resumo é relatar as experiências dos estudantes, no seu estágio de formação para posterior intervenção com as PICS, voltadas ao público-alvo do projeto. As PICS foram introduzidas por meio de vivências, ancoradas em leituras e rodas de conversa, junto às profissionais, uma médica acupunturista e uma enfermeira, ambas especializadas em uma ou mais PICS, que atuam como preceptoras, acompanhadas pelas docentes tutoras do grupo. O plano de trabalho, na fase de preparação, foi proposto para desenvolver um senso crítico, compreender a importância da utilização de PICS na APS e como o processo impacta positivamente na assistência à saúde. As atividades ocorreram por meio de encontros semanais, orientados pela preceptora no Centro de Práticas Integrativas e Complementares (CEPICS) de Itajaí e/ou em Unidades Básicas de Saúde (UBS) que fazem uso dessas práticas. Nos encontros, as práticas de auriculoterapia, aromaterapia, meditação e automassagem (DO-IN) foram introduzidas pela preceptora, seguidas pela prática entre os estudantes do grupo, com um enfoque tanto no aprendizado teórico quanto na implementação prática, contribuindo para um cuidado integral e centrado no indivíduo. Entre as técnicas exploradas, a auriculoterapia destacou-se como uma modalidade respaldada por evidências científicas, especialmente no tratamento de estresse, ansiedade e depressão. A Medicina Tradicional Chinesa explica que a eficácia da auriculoterapia está relacionada à rica inervação e irrigação sanguínea da orelha, onde cada ponto auricular corresponde a um órgão ou víscera. Nos encontros, foram experimentadas duas técnicas: a sangria, em que um furo é feito no ápice da orelha com uma agulha fina, e o uso de sementes de mostarda aplicadas em pontos específicos, conforme a queixa da pessoa. Cada participante experimentou sensações



diferentes com a mesma terapia, o que reforça a individualidade do tratamento. Por exemplo, o ponto do rim foi associado a emoções reprimidas e à ingestão de água, demonstrando a interconexão entre aspectos físicos e emocionais. A prática da aromaterapia foi realizada com óleos essenciais, de diversas formas, como a aplicação tópica, inalatória ou olfatória, conforme a segurança do uso de cada óleo. Os participantes tiveram contato com cinco óleos essenciais, e a seleção do óleo para a terapia foi baseada na sensação individual em relação ao aroma. A prática da meditação foi realizada em um ambiente amplo, com sons relaxantes, em que os participantes puderam se sentar ou deitar no chão, realizando sessões de respiração guiada, em intervalos de sete segundos: inspiração presa por sete segundos, expiração, mantimento do pulmão vazio por mais sete segundos, e, reiniciado este ciclo, repetido por sete vezes. Essa prática proporcionou momentos de calma e foco, sendo recomendada também para episódios de crise de ansiedade, em que seus efeitos podem ser percebidos imediatamente. A prática do *DO-IN*, referida também como automassagem chinesa, trabalha com a relação direta entre determinados pontos distribuídos pelo corpo humano (meridianos/canais) e a energia vital que flui entre eles (*Chi*). A técnica que pode servir de tratamento extensivo de prevenção a problemas ocupacionais por esforços repetitivos ou similaridades, tem por base os meridianos do corpo, promovendo o tratamento das doenças através da massagem feita com os dedos e mãos em pontos determinados. A prática foi realizada em grupo, em ambiente com sons relaxantes, com os participantes sentados em cadeira, e à medida que a preceptora orientava a prática, os participantes realizavam em si mesmos a massagem. Iniciando do trapézio e região da clavícula, a massagem é guiada por toda a extensão do braço até a palma da mão, em um braço de cada vez. Os movimentos realizados podem ser circulares, orientados ou como a pessoa preferir, desde que sempre oriente de cima para baixo (do ombro para as mãos), a fim de estimular a circulação da energia vital, sempre em um sentido único. Após realizar a técnica nos braços, realiza-se a massagem na cabeça, iniciando pela nuca, orelhas, até a região da face e topo do crânio. Após isso, realiza-se a massagem nas pernas, uma de cada vez, até os pés. Foi possível perceber a melhora em pontos de tensão muscular, alívio da rigidez nos ombros e braços, e alívio de dores intracranianas. Diante das experiências, na percepção dos estudantes, as vivências teóricas e práticas das PICS têm proporcionado uma ampliação do conhecimento sobre seus benefícios, bem como suas aplicações no SUS.

Palavras-chave: Formação Profissional em Saúde; Auriculoterapia; Aromaterapia; Meditação; Acupressão.

Apoio: Bolsas do Programa de Educação para o Trabalho (PET/SAÚDE 2024/2026); Universidade do Vale do Itajaí; Centro de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (CEPICS-Itajaí).



CONCEITO DE SAÚDE NA PERSPECTIVA DOS IMIGRANTES QUE TRABALHAM NA CONSTRUÇÃO CIVIL NA REGIÃO DO VALE DO ITAJAÍ

Gabriel Henrique Vieira; Gustavo da Silva Machado; Vinicius Siegel Batista.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Este resumo apresenta uma pesquisa em andamento sobre o tema da saúde da população imigrante na Região do Vale do Itajaí, a qual cresce cada vez mais economicamente e também recebe um número crescente de imigrantes internacionais em busca da melhora na qualidade de vida. Parte desses imigrantes procura na construção civil a oportunidade de crescer e se desenvolver no Brasil, visto que atualmente é a área no mercado de trabalho de maior crescimento na região, tendo em seu território as três cidades com o metro quadrado mais caro do país: Itapema, Balneário Camboriú e Itajaí. Entretanto, esse contexto, ao mesmo tempo que oferta mais vagas de emprego, aumenta o valor dos aluguéis, tornando-se muito difícil para atingir o objetivo de ascender socialmente, ou até mesmo de se manter na região. Com cargas horárias trabalhistas longas, cansativas e remuneração usualmente por dia trabalhado ou proporcional à produção, essa crescente parcela da população, a qual tem poucas políticas públicas pensadas para si, acaba se vendo marginalizada e sem acesso adequado à saúde. Considerando a falta de divulgação das informações e as barreiras encontradas pelos imigrantes no cuidado em saúde – linguísticas e culturais, por exemplo –, nem todos conhecem a totalidade dos dispositivos públicos que promovem a saúde. Pensando na saúde como um conceito fluído e influenciável culturalmente, se vê necessário explorar essa área de conhecimento, a fim de contribuir para a construção de políticas públicas para essa população. O objetivo deste trabalho é compreender a noção de saúde na perspectiva de imigrantes trabalhadores da construção civil e, especificamente, identificar suas condições de acesso à saúde; mapear suas diferenças e similaridades dos diferentes conceitos de saúde; reconhecer a função da culturalidade na conceituação na experiência em saúde; caracterizar a participação popular dos imigrantes dentro das políticas públicas de saúde do SUS. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que pretende usar entrevistas com roteiro semiestruturado, tendo como público-alvo imigrantes trabalhadores da construção civil da região. Para a definição amostral será utilizado o método “Bola de Neve”. Os resultados serão analisados por meio da análise de conteúdo, utilizando a perspectiva dos imigrantes entrevistados. Toda diretriz ética será seguida para realização da pesquisa, respeitando o direito ao sigilo e anonimato. Como resultado prevê-se reflexão sobre o modo de se pensar propondo uma abordagem que trabalhe com a complementaridade e a interculturalidade nas visões e conceitos que constroem as práticas de cuidado nas políticas públicas brasileiras.

Palavras-chave: Saúde; Imigração; Políticas Públicas; Brasil; Construção Civil.



PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA: REVISÃO DE PROTOCOLOS E BOAS PRÁTICAS EM REANIMAÇÃO CARDIOPULMONAR

Gabriel Weber Schneider; Maria Fernanda da Silva; Eneida Patrícia Teixeira; Rita de Cássia Teixeira Rangel; Rodrigo Massaroli.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

As situações de urgência e emergência podem ocorrer em todos os ambientes de saúde, com base nisso, a Parada Cardiorrespiratória é considerada o pior cenário para essas situações, por isso os profissionais de saúde e estudantes da área da saúde devem deter o conhecimento sobre esse quadro clínico e as intervenções realizadas a partir do diagnóstico situacional, realizando-as através dos atuais e mais novos protocolos acerca do tema. O presente estudo tem como objetivo identificar as melhores evidências relacionadas aos protocolos e diretrizes sobre Parada Cardiorrespiratória e Reanimação Cardiopulmonar, focando na eficácia das intervenções recomendadas, como compressões torácicas, administração de medicações e desfibrilação. Trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada em agosto de 2024, na qual foram feitas buscas nas bases de dados Scielo e PubMed utilizando a estratégia de busca “Manual de Referência” AND “Parada Cardíaca” AND “Reanimação Cardiopulmonar”. Os critérios de inclusão compreenderam publicações disponíveis online na íntegra, publicadas em português ou inglês entre os anos de 2019 e 2024. Foram excluídos aqueles que não abordaram no título as palavras relacionadas à estratégia de busca. Os artigos selecionados foram analisados de forma descritiva e destacam a importância da qualidade das compressões torácicas e da correta administração de medicações como fatores cruciais para a reversão eficaz da Parada Cardiorrespiratória em situações de urgência e emergência. Os estudos concordam que o ritmo ideal de compressões deve variar entre 100 e 120 compressões por minuto, com uma profundidade de compressão de pelo menos 5 cm, sendo fundamental aguardar o retorno do tórax à posição original antes de iniciar uma nova compressão. É ressaltada a necessidade de minimizar interrupções durante o ciclo de compressões, com a recomendação de que estas sejam mantidas por um período prolongado para maximizar a eficácia da RCP. Além disso, o consenso aponta para a relevância da desfibrilação precoce em casos de ritmos cardíacos chocáveis, o que está associado a uma maior probabilidade de restabelecimento da circulação espontânea. Também se destaca a eficácia de tecnologias educacionais, como aplicativos móveis e simulações, no aprimoramento da prática de RCP, bem como a necessidade de capacitação contínua dos profissionais de saúde e da população em geral para a realização adequada das manobras de ressuscitação. A efetividade no manejo da Parada Cardiorrespiratória depende de intervenções rápidas e coordenadas, fundamentadas nos protocolos mais recentes da *American Heart Association* e do *European Resuscitation Council*. O treinamento contínuo de profissionais de saúde e a educação da população são essenciais para garantir um atendimento imediato, aumentando, assim, as chances de sobrevivência dos pacientes.

Palavras-chave: Parada Cardiorrespiratória; Reanimação Cardiopulmonar; Protocolos; Diretrizes.



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: PROMOÇÃO DE SAÚDE EM UMA ESCOLA BÁSICA DA REDE PÚBLICA

Gabriela Bocalon Spindola; Maria Vitória Schizzi Tiepo; Ednéia Casagrande Bueno; Natália Mueller Jenichen Perboni.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O Projeto de Extensão Discutindo a Relação (#DR), tem por objetivos desenvolver ações de educação e promoção à saúde com adolescentes do 6º ao 9º ano, considerando seu ciclo vital, buscando propiciar o exercício da cidadania e do autocuidado, desenvolvimento da autonomia e autoestima. Trata-se de uma proposta interprofissional e interdisciplinar, abrangendo os cursos de Psicologia, Farmácia e Biomedicina da Univali, estruturado a partir das diretrizes preconizadas pelo Programa Saúde na Escola (PSE). O projeto está alicerçado no desenvolvimento de oficinas psicoeducativas, construídas a partir de metodologias de aprendizagem embasadas no pensamento de Paulo Freire. Além disso, está ancorado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais compreendem uma ação global que visa à conscientização e à transformação social. O projeto de extensão #DR, por meio de suas atividades, atinge os seguintes objetivos: (3) saúde e bem-estar; (4) educação de qualidade; (5) igualdade de gênero; (8) trabalho decente e crescimento econômico; (16) paz, justiça e instituições eficazes. O PSE, uma política nacional intersetorial de Saúde e Educação, visa à promoção da saúde e à educação integral dos educandos da rede pública de ensino, fortalecendo o enfrentamento às vulnerabilidades que comprometem o seu desenvolvimento, apoiado na cartilha dos direitos humanos. Pautado no componente dois do PSE, denominado promoção da saúde e atividades de prevenção, as temáticas trabalhadas nas oficinas do #DR se constituem a partir das necessidades produzidas na escola-território, sendo algumas delas: *bullying*; comunicação não violenta; cultura da paz; projeto de vida; puberdade e adolescência; métodos contraceptivos; infecções sexualmente transmissíveis; saúde mental, tristeza e depressão; ansiedade; comportamento alimentar; dentre outros. O PSE está articulado à Atenção Primária à Saúde (APS), a qual é a porta de entrada e ordenadora do cuidado no SUS. Composta pela Estratégia da Saúde da Família (ESF), equipe formada por um médico generalista, um enfermeiro, um auxiliar técnico e os agentes comunitários de saúde. Ao iniciar as atividades em 2015, o #DR realizava ações em parceria com as Secretarias Municipais de Educação e Saúde de Itajaí, envolvendo a comunidade escolar e os profissionais da ESF. Logo, os saberes e práticas que compunham o projeto #DR complementavam as ações desenvolvidas pela ESF, elaborando atividades de forma conjunta, voltadas a projetos educativos sobre saúde nas escolas. Nesse sentido, a APS deve ter um olhar que engloba o sujeito e suas idiossincrasias, permitindo com que ele entre em contato com seus direitos e atue como cidadão. Para que isso se efetue, é necessário abandonar o modelo biomédico de compreensão do processo de saúde e doença. Nesse cenário, as ações do #DR – como as oficinas psicoeducativas com adolescentes na forma grupal – permitem a descentralização do atendimento especializado individual como modelo único de cuidado, e, portanto, tradicional. No período da pandemia de covid-19 que assolou abruptamente a população mundial, houve a ruptura do vínculo da ESF com o #DR, dado o momento delicado da saúde no Brasil, o colapso no sistema de saúde, o isolamento e, após o retorno à presencialidade, o redirecionamento das prioridades. Assim, compreendendo a importância da continuidade dessa articulação entre saúde-escola, o projeto retomou suas atividades gradativamente, porém, ainda se é um desafio a reintegração junto a Estratégia de Saúde da Família. Por fim, foi possível perceber que o Projeto #DR, ao elaborar oficinas com temas diversos, desde sexualidade até projeto de vida, possibilita um espaço de



autoconhecimento e promoção de saúde. Logo, nos encontros entre os sujeitos, reflexões são produzidas frente às suas realidades concretas, objetivando a promoção de cidadania, autonomia e participação ativa nos desdobramentos do adolescer.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Programa Saúde na Escola; Promoção de Saúde.



PROGRAMA REENCONTRO: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E EQUIDADE DE GÊNERO EM DIÁLOGO COM POLÍTICA PÚBLICA

Gabriela Bocalon Spindola; Marina Corbetta Benedet; Aline Yohana da Silva.

Instituto Entrelaços

Este trabalho consiste em um relato de experiência no Programa Reencontro – serviço de acolhimento e suporte psicológico no contexto de violência doméstica do Instituto Entrelaços. Mediante medidas protetivas, os homens autores de violência chegam no serviço, por encaminhamento do Fórum do Tribunal de Justiça de Itajaí/SC para um processo que conta com oito sessões, bem como as mulheres são encaminhadas a partir de diferentes instituições de porta de entrada (Delegacia Especializada, Fórum e Casa de abrigo) do mesmo município. Esse programa encontra-se articulado às políticas públicas de construção de redes protetivas e de transformação das realidades de gênero que se vivencia atualmente. As sessões são conduzidas pelas estagiárias de psicologia matriculadas na matéria Estágio Específico da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), bem como por voluntárias do serviço, supervisionadas e orientadas pelas psicólogas do instituto. Os estudos sobre gênero permitem a compreensão dos processos sociais e culturais, como a violência doméstica, pela forma com que os sujeitos são subjetivados na sociedade. Sendo gênero um lugar social culturalmente construído, de acordo com o seu órgão genital, o sujeito recebe diversas características prévias à sua própria existência, enquanto forma de portar-se e ser no mundo. No contexto de violência doméstica, o silenciamento dos homens em relação aos seus afetos nos seus processos de desenvolvimento frente à necessidade de serem fortes, trabalhadores e provedores, atrelado a uma virilidade laboral e sexual, ressoam na expressividade por intermédio da agressividade, ao passo que qualquer outra demonstração de afetos é sinal de fraqueza em sua masculinidade. Já as mulheres, ensinadas desde cedo ao serviço doméstico e à submissão, em que todos os desdobramentos do cuidado são de sua responsabilidade, a família e o homem configuram-se enquanto o sonho cativado desde a infância. A algumas, adiciona-se ainda o cenário pregresso de terem crescido em lares também com experiências de violência, a intersecção da pobreza, e o casamento ou união torna-se a oportunidade de salvação. Dessa forma, a responsabilidade por salvar a relação, em não destruir a família, mesmo sobrevivendo a constantes ameaças e violências, recai sobre o corpo feminino, sob olhares culturais. Essa trama social atrelada ao próprio patriarcado como estrutura social precisa ser entendida quando se pensa em estratégias de enfrentamento ao fenômeno da violência doméstica. O Programa Reencontro se faz assim no caminho de construir parte dessas estratégias de enfrentamento à violência doméstica. No contexto dos atendimentos, visa-se ao acolhimento, à escuta sem julgamentos, à leitura de cenário junto com a mulher, para oferecer instrumentalização para lidar com a nova realidade após medida protetiva, compreendendo e identificando a rede de apoio possível, respeitando qualquer que seja a escolha da mulher. Assim, são trazidas e construídas possibilidades de lidar com esse cenário, em caráter de urgência, compreendendo o funcionamento da rede e elaborando os desdobramentos dos processos vivenciados. Quando necessário, realizam-se encaminhamentos articulando outras redes necessárias de atendimento nesse contexto (assistência, psicoterapia, advocacia). Quanto aos homens, frases como “a autoestima do homem é dinheiro no bolso”, escancaram o processo do trabalho enquanto organização identitária. Comumente, os diálogos relacionam-se ao laboro, em que relatam focar neste como forma também de não sentir. Pretende-se, nos acolhimentos, trabalhar os afetos, cursando um movimento de olhar para si no próprio tempo, produzindo recursos para a construção de uma linguagem afetiva desses homens, tendo em vista como isso configura



algo distante para homens inseridos na masculinidade hegemônica. Proporcionando um espaço de escuta e acolhimento aos sujeitos entrelaçados na violência doméstica, fertiliza-se caminhos outros possíveis na relação. Ademais, o Instituto Entrelaços realiza cursos direcionados a caminhos interventivos no enfrentamento à violência doméstica, bem como aulas gratuitas com temas diversos baseados em diálogos sobre gênero e seus desdobramentos ontogenéticos, filogenéticos e sociogenéticos, considerando a importância do trabalho pedagógico e preventivo na sociedade em geral, e instrumentalizante para profissionais. Logo, no atendimento de mulheres e homens no contexto de violência de gênero, o Instituto preza pela equidade de gênero enquanto caminho de enfrentamento à violência. Ressalta-se a relevância de incentivo a programas dessa ordem, tendo em vista a necessidade de ações de longo prazo com escuta e suporte para que haja efetivamente uma mudança do cenário relativo às questões da violência contra mulher no Brasil, logo que três a cada dez mulheres brasileiras sofreram violência doméstica ou familiar por um homem e o país conta com diversos recordes desses números nos últimos anos.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Gênero; Equidade de Gênero; Psicologia Social; Políticas Públicas.



ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE NASCIMENTOS DE RECÉM-NASCIDOS DE GESTANTES ATENDIDAS EM UM AMBULATÓRIO DE GESTAÇÃO DE ALTO RISCO NO ANO DE 2023

Gabriela dos Santos Silva; Gabrieli Jacinto; Gustavo D'Avila Silva; Daniela Cristina Ratico de Quadros; Rita de Cassia Teixeira Rangel; Eneida Patricia Teixeira.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A gestação de alto risco é caracterizada pela presença de condições clínicas, obstétricas ou fatores adquiridos durante a gravidez que aumentam o risco de complicações graves para a mãe, o feto ou ambos. Diante disso, é essencial monitorar cuidadosamente o nascimento e o desenvolvimento dos recém-nascidos (RN) oriundos dessas gestações, a fim de assegurar um acompanhamento adequado do binômio mãe-bebê e prevenir ou tratar complicações frequentes, como prematuridade, baixo peso ao nascer e desfechos neonatais adversos. Busca-se, com este estudo, analisar as condições de nascimentos de recém-nascidos de puérperas atendidas no Ambulatório de Gestação de Alto Risco Regional no ano de 2023. Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem quantitativa. Esta pesquisa faz parte do Macroprojeto “O Cuidado à Gestante de Alto Risco”, aprovado conforme parecer n. 6.054.693 do Comitê de Ética em Pesquisa da Univali, em 11 de maio de 2023. A partir de variáveis coletadas na ficha da puérpera e do RN os dados foram tabulados para avaliar as condições de nascimento desses bebês, sendo as variáveis analisadas: idade gestacional e peso ao nascer, APGAR, sexo, intercorrências ao nascimento, reanimação neonatal e internação neonatal. E variáveis maternas: tipo de parto, etnia, escolaridade e idade materna. A amostra do estudo foi composta por 76 puérperas e 80 recém-nascidos, que incluiu quatro gestações gemelares e houve um óbito fetal. Quanto aos dados sociodemográficos maternos, houve predominância entre puérperas de etnia branca – 55 (72,36%); 25 com idade entre 25 e 29 anos (32,89%); 33 possuem Ensino Médio Completo (43,42%); quanto ao tipo de parto houve 49 cesáreas (64,47%) e 27 partos vaginais (35,52%). Com relação à idade gestacional, 69 recém-nascidos nasceram a termo entre 37 a 41 semanas (86,25%); 75 tiveram APGAR no 1º minuto ≥ 7 e ≤ 10 (93,75%); 79 tiveram APGAR no 5º minuto ≥ 7 e ≤ 10 (98,75%), 42 recém-nascidos são do sexo feminino (52,5%) e 38 recém-nascidos do sexo masculino (47,5%); 45 recém-nascidos nasceram com peso adequado entre ≤ 3000 g e ≥ 3999 g (56,25%); apenas dois recém-nascidos necessitaram de reanimação neonatal (2%); ocorreram 14 intercorrências (17,5%) e 13 recém-nascidos precisaram de internação neonatal (16,25%), sendo os motivos mais prevalentes a prematuridade (46,15%) e icterícia (30,76%). Conclui-se que as gestantes acompanhadas no Ambulatório de Gestação de Alto Risco Regional receberam atendimento especializado de forma adequada, o que se reflete nos bons desfechos perinatais observados na amostra. A maioria dos recém-nascidos apresentou boas condições ao nascimento, com baixos índices de complicações neonatais e necessidade de reanimação. O estudo ressalta a importância de uma assistência multiprofissional qualificada para gestão do cuidado às gestantes de alto risco, destacando-se o acompanhamento e realização de intervenções oportunas baseadas em evidências científicas. Esses resultados reforçam a relevância de um cuidado contínuo e especializado, visando à prevenção de complicações e à promoção da saúde materno-infantil, contribuindo para a redução da mortalidade e morbidade neonatal e materna.

Palavras-chave: Gravidez de Alto Risco; Cuidado da Criança; Perfil de Saúde; Gestão do Cuidado.



“MEDICALIZAÇÃO CONSCIENTE” E O USO DE MÉTODOS NÃO FARMACOLÓGICOS PARA GUIAR O PROCESSO DE PARTURIÇÃO: UMA REVISÃO DE ESCOPO

Gabriela dos Santos Silva; Gabrieli Jacinto; Larissa da Silva; Stéfani dos Santos Silva; Pollyana Bortholazzi Gouvea; Rita de Cassia Teixeira Rangel; Rodrigo Massaroli.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A Organização Mundial da Saúde (OMS) direciona seus esforços para a implementação de diretrizes que focalizem as boas práticas de atenção ao parto e ao nascimento, sendo elas baseadas em evidências científicas, podendo ser ressaltado a criação do Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento (PHPN) em 2000, e a criação da Rede Cegonha, em 2011. Enfatiza-se a importância da utilização dos métodos não farmacológicos, com o objetivo de reduzir a percepção dolorosa durante o trabalho de parto. Os métodos incluem atividades como caminhar, utilizar o chuveiro ou banheira com água quente, utilizar a aromaterapia e cromoterapia, receber massagens, ouvir músicas, fazer uso da bola de suíça, além de adotar técnicas de respiração. Este estudo tem o objetivo de analisar como os métodos não farmacológicos para alívio da dor contribuem para uma experiência positiva durante o trabalho de parto. Trata-se de uma Revisão *Scoping* (RS), a qual se fundamenta na prática baseada em evidências como uma diferente forma de revisão e que exige o desenvolvimento de novas abordagens como meio para sintetizar as evidências de modo eficaz e rigoroso. A partir da busca de artigos nas bases de dados, obteve-se um total de estudos inicial de 118 artigos, após eliminar os artigos duplicados, artigos que não atendiam ao tema de pesquisa, como pesquisas qualitativas e/ou dissertações, e textos incompletos, foram analisados onze artigos, no total. Através deste estudo, encontramos inúmeros métodos não farmacológicos que podem favorecer uma experiência positiva durante o trabalho de parto. Dentre eles, o método mais utilizado foi o banho de aspersão com destaque para a associação entre a técnica com o exercício perineal, considerando a facilidade de implementação e a sensação de relaxamento e alívio do desconforto lombar, seguido por deambulação, massagem mecânica, Estimulação Elétrica Transcutânea (TENS), óculos de realidade virtual. O estudo evidenciou que a utilização dos métodos não farmacológicos é maior no sistema público de saúde, se comparado com a rede privada. Conclui-se que os métodos não farmacológicos para alívio da dor contribuem para uma experiência positiva durante o trabalho de parto e alívio da dor. Ainda, o desenvolvimento contínuo de pesquisas sobre a temática e a capacitação de profissionais reforçam a autonomia do enfermeiro e devolvem o protagonismo à parturiente, conduzindo de forma segura o trabalho de parto e parto ao respeitar os desejos e direitos da mulher. Ademais, através dos resultados das pesquisas, conclui-se que o uso dos métodos não farmacológicos é eficaz e seguro, na maioria das vezes, exigem poucos recursos para sua implementação e proporcionam benefícios a curto e longo prazo para mulheres, bebês e família. Além disso, reforçam a autonomia do enfermeiro.

Palavras-chave: Métodos não Farmacológicos; Trabalho de Parto; Alívio da Dor.



DESENVOLVIMENTO DE PROTOCOLOS PARA ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EM SERVIÇOS OBSTÉTRICOS AMBULATORIAIS

Gabrieli Jacinto; Ana Luísa Tiegs; Thuane da Silva Santos; Cleodiane da Silva Castro; Rodrigo Massaroli; Rita de Cássia Teixeira Rangel; Eneida Patrícia Teixeira; Larissa da Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

As urgências e emergências obstétricas referem-se a situações que podem colocar em risco a saúde da mãe e do bebê durante a gravidez, parto ou pós-parto. A identificação rápida e o manejo adequado diante dessas situações são fundamentais, pois podem evitar complicações graves e salvar vidas. Além disso, é essencial que a equipe de saúde esteja adequadamente capacitada para reconhecer os sinais de alerta e agir com eficiência, garantindo uma resposta imediata e coordenada. A falta de protocolos padronizados pode levar a atrasos no atendimento, aumentando os riscos para a mãe e o bebê. Visando a uma padronização no atendimento, foi constatada, durante a permanência em estágio no ambulatório de gestação de alto risco, a ausência de um protocolo específico para atender a essa demanda. O protocolo assegura que todas as etapas sejam executadas de forma uniforme, independentemente de quem as realize, o que é essencial para a consistência e qualidade dos serviços de saúde, diminuindo o risco de erros e melhorando a segurança do paciente. Além disso, serve como um recurso de treinamento para novos colaboradores, fornecendo um guia conciso sobre como realizar procedimentos específicos. A implementação de um protocolo consistente facilita a comunicação entre os membros da equipe multidisciplinar, garantindo que todos estejam alinhados quanto às práticas recomendadas. Este estudo tem como objetivo criar um protocolo sobre manejo das gestantes em situações de urgência e emergência para o ambulatório de gestação de alto risco, a fim de melhorar e organizar o serviço, visando a identificar as necessidades do atendimento. Trata-se de um relato de experiência do estágio curricular supervisionado do décimo período, associado ao Macroprojeto “O Cuidado à Gestante de Alto Risco”, aprovado conforme parecer n. 6.054.693 do Comitê de Ética em Pesquisa da Univali, em 11 de maio de 2023. Será elaborado um protocolo sobre manejo em situações de urgência e emergência, desde os atendimentos iniciais dessas gestantes, até a chegada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, se necessário, assim como o transporte das gestantes para um serviço de média ou alta complexidade. Inicialmente, foi realizado diagnóstico situacional do ambulatório e visto que não há um protocolo para o manejo das gestantes em situações de urgência e emergência descrito e adaptado para o local. Identificaram-se quais são as situações de urgência e emergência obstétricas, obtendo as prioridades: crise hipertensiva, descolamento prematuro de placenta, sangramento, hiperglicemia ou hipoglicemia. A atividade seguinte foi de descrição de protocolo de atendimento, incluindo a identificação dos sinais e sintomas prioritários, ações imediatas com gestante e fluxo de encaminhamento para serviço de referência, ou retorno para estratégia de saúde da família de origem. A importância da padronização e organização dos atendimentos e manejo das gestantes em situações de urgência e emergência, mesmo que em serviço ambulatorial, torna-se prioridade na garantia de acesso seguro ao sistema de saúde, exaltando a importância de organização dos serviços, de acordo com as linhas de cuidados. A implementação de um protocolo eficaz não apenas otimiza os fluxos de atendimentos e encaminhamentos, mas também assegura que as condutas sejam seguidas de forma uniforme, minimizando riscos e danos maternos e perinatais. A criação desse protocolo qualifica os serviços e os profissionais vinculados e representa um passo decisivo para a melhoria no cuidado



obstétrico, evidenciando o compromisso do Ambulatório de gestação em alto risco com a saúde e o bem-estar da população atendida. Por tratar-se de atividade realizada junto ao estágio curricular supervisionado, verificou-se a relevância do ambulatório na formação de novos profissionais, permitindo atuação participativa nas atividades de gestão assistencial.

Palavras-chave: Gravidez de Alto Risco; Gestão de Risco; Protocolo.



PERCEPÇÃO DAS ACADÊMICAS DE ENFERMAGEM SOBRE A DIFICULDADE DE ADESÃO AO GRUPO HIPERDIA

Gabrieli Jacinto; Gabriela dos Santos Silva; Marina Uriarte Francisco Schauffert.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e o Diabetes Mellitus (DM) são doenças crônicas não transmissíveis que acometem milhões de pessoas todo os anos e, hoje, são as principais doenças responsáveis por mortes e incapacidade no mundo, de acordo com a OMS. Concomitante a essa dimensão e considerando os indicadores de saúde decidimos retomar o programa Hiperdia na Unidade Básica de Saúde Promorar II no município de Itajaí, Santa Catarina. Tem-se como objetivo a retomada do grupo Hiperdia em uma Unidade Básica de Saúde do município de Itajaí. Trata-se de um relato de experiência do Estágio Curricular Supervisionado do curso de Enfermagem realizado em uma Unidade Básica de Saúde de Itajaí entre os meses de fevereiro a junho de 2024. Inicialmente, foi realizada a identificação dos pacientes que possuem diabetes e/ou hipertensão na faixa etária entre 45 anos e 59 anos; verificou-se quais pacientes possuíam exames de rotina, pressão arterial aferida e consulta médica no período de seis meses. Os pacientes que não possuíam esses requisitos foram elencados como prioritários. Após a coleta de dados foi criada uma planilha que foi fundamental para realizar a estratificação dos pacientes. Durante o projeto elencamos 37 pacientes prioritários, dentre esses conseguimos, através do *Whatsapp* e três semanas de visitas domiciliares, contato com 24 pessoas (64,9% dos pacientes prioritários). Houve dificuldades, como horário comercial, recusa de tratamento, número e endereço desatualizado, e número reduzido de ACS na unidade. Com relação aos exames de rotina, intermediamos a solicitação para 16 pacientes durante as visitas domiciliares. A partir da estratificação dos pacientes, foi elaborado um cronograma de visitas domiciliares, o qual foi organizado juntamente com os ACS, conforme logística e disponibilidade. Os pacientes que não estavam realizando acompanhamento com a equipe foram orientados a agendar uma consulta com o médico da família e, com o auxílio da enfermeira e do médico, realizamos a entrega e solicitação de exames de rotina para esses usuários. No decorrer do semestre, criamos uma pasta no Google Drive para disponibilizar artigos, imagens e informações com os pacientes da unidade, e criamos um grupo de *Whatsapp* para estabelecer uma comunicação mais próxima com os usuários e equipe e, assim, poder conversar e transmitir os recados e convites à população. Finalizadas as fases de identificação, estratificação e visitas domiciliares, começamos a planejar os dois encontros do grupo. O encontro teve participação da enfermeira da unidade, a qual trouxe os conceitos de diabetes e hipertensão, tratamento e qualidade de vida. Já o segundo, teve a presença da nutricionista, a qual abordou estratégias para uma alimentação saudável, quais informações estar atentos ao comprar os alimentos e substituições fáceis para o dia a dia. Nas reuniões do grupo Hiperdia, houve a participação de dez pessoas no primeiro encontro e 12 pessoas no segundo, um número inferior à meta proposta pelas acadêmicas de enfermagem na elaboração do projeto, mas que representou 50% dos usuários sensibilizados. Ao final dos encontros realizamos um questionário de satisfação com os pacientes, aonde todos os participantes classificaram o grupo como “Muito bom”, afirmaram que indicariam o Hiperdia para outras pessoas e, todos responderam que voltariam para o próximo grupo. A retomada do grupo Hiperdia deixou evidente a importância de fortalecer o vínculo entre a unidade e população para promover ações de prevenção, promoção de saúde e controle, uma vez que os usuários demonstraram interesse em aprofundar seus conhecimentos sobre a temática e possuem muitas dúvidas relacionadas a essas doenças e aos serviços disponíveis na Rede de Atenção Primária à



Saúde. Apesar das dificuldades durante a execução do projeto, em apenas dois encontros conseguimos sensibilizar 12 usuários que, inclusive, ansiavam por outros encontros relacionados à temática, o que demonstra que essa população sente necessidade em discutir sobre essas doenças e precisa de auxílio para promoção de sua saúde, bem como que os usuários estão dispostos a participar do grupo.

Palavras-chave: Hiperdia; Prevenção; Diabetes.



CUIDADO PALIATIVO COMO POLÍTICA PÚBLICA

Graciela de Oliveira; Isabel Cristina Maria; Júlia Waldrich de Oliveira.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Em 2002, a OMS definiu cuidados paliativos (CP) como uma forma de melhorar a qualidade de vida de pacientes e familiares, por meio do alívio do sofrimento e sintomas físicos, psicossociais e espirituais, que possam ocorrer em pessoas com doenças que ameacem a vida. Com perspectiva que até 2060 a necessidade de cuidados paliativos duplique, a Assembleia Mundial da Saúde decidiu que os cuidados paliativos são responsabilidade ética dos sistemas de saúde e que a integração dos CP aos sistemas públicos é essencial. No Brasil o tema é discutido desde 1983 e se intensificou nos anos 2000. Assim, objetiva-se, neste estudo, identificar a evolução do cuidado paliativo quanto à política pública. Trata-se de um estudo de pesquisa bibliográfica. O surgimento de origem dos cuidados paliativos está ligado à Cicely Saunders, que em 1960 criou o conceito, entendido como o grave sofrimento do doente em diversos níveis da vida, contexto que se apresenta como a complexidade da compreensão do fim da vida humana. Nas décadas seguintes, países europeus e norte-americanos também começaram a implementação de serviços destinados à assistência paliativa. Em 1983, a expansão das terapias paliativas chega a outros continentes, inclusive na América do Sul. No Brasil, acontece no Rio Grande do Sul, no Hospital das Clínicas, a implementação do serviço; em 1986, a Santa Casa de São Paulo recebe; e, em 1989, o Grupo Especial de Suporte Terapêutico Oncológico do Instituto Nacional de Câncer, no Rio de Janeiro. Nos anos 2000, houve movimentações significativas quanto aos CP no Brasil. No início de 2002, foi publicada a Portaria GM/MS 19, que tinha como uma de suas finalidades criar, no SUS, o Programa Nacional de Assistência à Dor e Cuidados Paliativos. Em 2004, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia criou a Comissão Permanente de Cuidados Paliativos da SBGG, contribuindo ainda mais para a divulgação do tema. A ANCP foi fundada em 2005, com o compromisso de incentivar o acesso aos CP. Em 2009, o órgão realizou a primeira edição do Manual dos Cuidados Paliativos; alguns anos depois, em 2022, publicou o “Atlas dos Cuidados Paliativos no Brasil”, que traz um panorama nacional com dados sobre tipos de serviço, no cenário nacional. Em 2024, a Política Nacional de Cuidados Paliativos foi instituída no âmbito do SUS, por meio de portaria, que altera a Consolidação n. 2 de 2017, das normas e políticas nacionais, que norteia e define a prática no território nacional, destacando, nesse documento, os artigos do inciso II, que definem a morte como um processo natural do ciclo de vida, respeito a valores, crenças, práticas culturais, religiosas e a autonomia do indivíduo, abrange também o cuidador da pessoa em processo de cuidados paliativos, afirmando que as ações e serviços públicos estão destinados aos familiares e cuidadores. Compreende-se a importância dos cuidados paliativos inseridos nas políticas públicas no cenário nacional como ferramenta de melhoria na prestação dos serviços de saúde.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Cuidado Paliativo; Política Nacional.



TRABALHANDO O CONCEITO DE EQUIDADE NA PRÁTICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE

Gustavo Becker Krummenauer.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e a Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí (SMS) desenvolvem o projeto PET Equidade no município de Itajaí/SC, que tem como objetivo valorizar as trabalhadoras do SUS através de socialização, diagnósticos e práticas formativas. O Projeto foi instituído pela Portaria GM/MS n. 230/2023 que instituiu o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e valorização das trabalhadoras no SUS, com objetivo de promover a equidade, enfrentar as violências e promover o acolhimento e a formação das trabalhadoras do SUS, respeitando a interseccionalidade. Durante o desenvolvimento do projeto, constatou-se haver diversas relações jurídicas vinculando as trabalhadoras de saúde do SUS (servidoras públicas, terceirizadas celetistas, terceirizadas através de pessoa jurídica), surgindo dúvidas conceituais sobre equidade em saúde. Com o intuito de refletir sobre o conceito de equidade através de marcos teóricos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica exploratória e qualitativa. Sabe-se que o conceito de equidade vem sendo relacionado com o conceito de justiça desde Aristóteles, remetendo o conceito de desigualdade ao de injustiça. Vários autores que se debruçaram sobre o conceito de equidade não obtiveram êxito em apresentar um conceito pacífico vinculando a equidade com justiça, carecendo de conceitos precisos e vinculados à vida prática. Definir equidade como sinônimo de justiça evidencia a dificuldade em estabelecer o que é justiça num amplo espectro de relações políticas e sociais. Essa dificuldade de definir o que é justiça fez Kelsen e Bobbio tornarem a justiça dispensável em uma teoria normativa do direito. Assim, a igualdade passou a ser interpretada através do individualismo e do formalismo, sob o pretexto de objetividade e imparcialidade do julgador, deixando de considerar a situação social e política dos grupos afetados pela norma jurídica e práticas sociais. Como solução, já se vincula o conceito de equidade a uma justiça prática, utilizando o conceito de Perelman, que “corresponde a um instrumento de justiça concreta concebido para resolver as antinomias ou contradições entre as diversas formas de justiça formal”, e o conceito de Heller, que “substitui a ideia de justiça relacionada com necessidades essenciais: para cada um, aquilo que lhe é devido por ser um membro de um grupo ou categoria essencial”. Dessa forma, tanto a interseccionalidade quanto os determinantes sociais afetam as implementações de políticas públicas, revelando a necessidade de integração do conceito de equidade em saúde. Isso significa que, ao desenvolver e implementar políticas e ações de saúde, é crucial considerar a justiça e a igualdade no acesso e na qualidade dos serviços de saúde. A equidade deve ser um princípio orientador, especialmente em situações concretas em que há interação entre diferentes grupos sociais. Ademais, há necessidade de que essas práticas sejam deliberadas e planejadas com o objetivo de promover a equidade. Ou seja, não basta que as ações sejam bem-intencionadas; elas devem ser estrategicamente direcionadas para reduzir desigualdades e garantir que todos os indivíduos, independentemente de sua posição social, tenham acesso justo e igualitário aos cuidados de saúde.

Palavras-chave: Equidade; Políticas Públicas em Saúde; Justiça Social; SUS.

Apoio: Universidade do Vale do Itajaí, Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí e Ministério da Saúde.



| AÇÕES CONTRA A DENGUE NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Gustavo D'Avila Silva; Teresa Maria Figueiredo de Campos; Maria Fernanda Zorzo de Castro; Rita de Cássia Teixeira Rangel.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

No dia 22 de fevereiro de 2024, o estado de Santa Catarina declarou, por meio do Decreto Estadual n. 478/2024, situação de emergência de saúde pública em todo o território catarinense, juntamente com o Decreto Municipal n. 13.175, de 22 de fevereiro de 2024, que declarou situação de emergência em saúde pública no Município de Itajaí. Devido à epidemia de dengue no município, a Prefeitura de Itajaí lança, semanalmente, um Boletim Epidemiológico com informações sobre os casos da doença. Até o dia 6 de março, Itajaí havia registrado 1.712 casos confirmados e dois óbitos por dengue em 2024. Ao todo, já foram realizadas 4.137 notificações na cidade desde o início do ano. Diante da epidemia de dengue, a Universidade do Vale do Itajaí (Univali), através do Curso de Enfermagem, Escola de Ciências da Saúde, Gerência de Extensão e Responsabilidade Social e em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí, promoveu nos dias 26 de fevereiro de 2024 uma capacitação sobre a dengue no Teatro Adelaide Konder. Ainda, nos dias 27, 28 e 29 de fevereiro, foi realizada uma força-tarefa nos bairros com maior número de casos de dengue, a fim de reforçar a importância dos cuidados de prevenção contra o mosquito *Aedes aegypti*. Devido aos índices elevados de notificações no Município de Itajaí, a ação contra a dengue realizada pelos acadêmicos da Univali, profissionais da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Obras do Município de Itajaí são importantes para o fortalecimento da prevenção de doenças transmitidas por vetores. Este estudo tem por objetivo relatar a experiência da organização e participação de ações contra a dengue no Município de Itajaí, evidenciando a relevância dessas ações para a comunidade e para a formação acadêmica. Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência sobre a atuação dos acadêmicos na ação de controle da dengue no Município de Itajaí após declaração de emergência Municipal e Estadual pela doença. A capacitação sobre a dengue, realizada no dia 26 de fevereiro de 2024 no Teatro Adelaide Konder, contou com a presença de aproximadamente 600 pessoas, entre docentes, discentes, alunos do Colégio de Aplicação Univali, profissionais da saúde, autoridades locais e comunidade. O evento promoveu diferentes palestras com o intuito de instruir os voluntários que participariam da força-tarefa nos dias 27, 28 e 29 de fevereiro de 2024. Inicialmente, o coordenador do Programa de Controle da Dengue discorreu a respeito do ciclo de vida do mosquito *Aedes aegypti* e medidas de prevenção. Após, os médicos do serviço de pronto atendimento apresentaram como se dá o diagnóstico, o manejo e o tratamento da dengue. Por fim, a enfermeira da equipe de Vigilância das Arboviroses de Itajaí apresentou o informativo sobre a situação epidemiologia da dengue no município de Itajaí. Já nos dias 27, 28 e 29 de fevereiro, ocorreu a força-tarefa nos bairros Jardim Esperança, Votorantim, Cordeiros, Costa Cavalcante, Murta, Imaruí, São Vicente, Rio Bonito, Bambuzal, Cidade Nova e Promorar. A ação contou com a presença de cerca de 400 voluntários, além do apoio dos profissionais de saúde de cada Unidade Básica de Saúde contemplada com o mutirão e da Secretária Municipal de Saúde de Itajaí. A força-tarefa promoveu educação em saúde aos moradores das áreas de abrangência das Unidades Básicas de Saúde dos bairros citados, reforçando a importância dos cuidados de prevenção contra o mosquito *Aedes aegypti*. Através das ações para evitar a proliferação do mosquito, a população recebeu orientações, como: evitar água parada em pneus, latas, garrafas vazias e outros objetos que possam acumular água; limpar e manter a caixa d'água fechada com tampa adequada; coletar lixo regularmente; realizar inspeções domiciliares



para verificar se há reprodução de mosquitos; além dos cuidados de prevenção foi orientando os moradores a buscarem atendimento médico nas unidades de saúde no surgimento de sinais e sintomas da dengue. Ademais, durante a ação também foi realizada a fiscalização de acúmulos de lixo e entulho nas calçadas e em terrenos baldios, que são potenciais criadouros do mosquito *Aedes aegypti*. Os voluntários estavam orientados para acionar a Secretaria de Obras, informando o endereço completo para que o Programa Cata-Treco pudesse recolher os entulhos e descartá-los em local adequado. Ao participar da ação para evitar a proliferação da doença nos usuários da comunidade, observou-se a articulação da Universidade, gestores do município, dos profissionais de saúde e dos moradores da comunidade em torno das medidas necessárias para proporcionar melhores condições de saúde para todos. Espera-se que as ações desenvolvidas tenham proporcionado informação e mobilização da população, de maneira a promover maior responsabilização de cada família na manutenção de seu ambiente doméstico, livre de potenciais criadouros do vetor.

Palavras-chave: Dengue; Capacitação; Educação em Saúde; Saúde Pública; Epidemiologia.

Apoio: Gerência de Extensão e Responsabilidade Social e Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Vale do Itajaí, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Obras do Município de Itajaí/SC.



ESTUDO DE VIABILIZAÇÃO DE UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS I) NA CIDADE DE BOMBINHAS/SC

Heloisa Lopes Leal; Graziela Liebel.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Este trabalho tem como objetivo analisar a viabilidade de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I) na cidade de Bombinhas/SC. O município está localizado no norte de Santa Catarina, possui cerca de 25 mil habitantes e vem registrando crescimento populacional a cada ano. Com área de 34,489 km², a cidade é majoritariamente composta por Mata Atlântica, possui 39 praias e extensa área de preservação. Parte da população nativa depende da pesca artesanal, especialmente durante o inverno. No entanto, a economia local é significativamente impulsionada pelo turismo durante a temporada de verão, quando há um aumento na demanda por restaurantes, lojas, pousadas e hotéis, o que gera mais oportunidades de emprego. Fora da temporada, muitos estabelecimentos fecham suas portas, resultando em uma drástica redução nas ofertas de trabalho. Atualmente, Bombinhas não possui nenhuma referência assistencial para o atendimento de pessoas com transtornos mentais, incluindo sofrimento psíquico e dependência química. Diante disso, espera-se que a implantação de um CAPS possa melhorar a qualidade de vida e produtividade da população, contribuindo para o desenvolvimento do município. A pesquisa está sendo realizada por meio de levantamento bibliográfico sobre políticas públicas de saúde e o contexto da saúde mental. Além disso, estão sendo realizadas entrevistas com gestores de saúde, assistentes sociais e psicólogos do município. A análise dos dados está sendo baseada na coleta de informações obtidas durante as entrevistas, complementada pela investigação e fundamentação teórica já levantada. Trata-se de um estudo qualitativo exploratório documental quanto à viabilidade de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I) no município de Bombinhas/SC. A pesquisa investiga, de forma documental, a legislação quanto às estruturas e a organização das políticas públicas relacionadas à saúde mental proposta em âmbito municipal. Assim, foi elaborado um protocolo de coleta documental semiestruturado das informações mais relevantes para o desenvolvimento da pesquisa, e um roteiro de entrevista voltado aos gestores locais de saúde, assistência social e psicólogos do município. Fazem parte da pesquisa cinco participantes. O intuito desta pesquisa é compreender as estruturas e a organização das políticas públicas relacionadas à saúde mental proposta em âmbito municipal, e identificar a necessidade de atendimento em saúde mental no município de Bombinhas. Para isso, estão sendo analisadas as necessidades para implementação de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I) para o município de Bombinhas, considerando infraestrutura, recursos humanos e financeiros. A partir da investigação documental e por meio de entrevista, na qual estão sendo feitas perguntas para os responsáveis pelas secretarias de saúde, assistência social e profissional psicólogo do município. O intuito é de que os profissionais e gestores locais possam fornecer informações acerca do real cenário para implementação de um serviço para atendimento em saúde mental. A coleta está sendo realizada pela acadêmica envolvida; os participantes foram escolhidos devido à relação com o tema e disponibilidade; as perguntas foram elaboradas previamente com a intenção de fornecer informações até então desconhecidas sem comprometer o profissional, o qual assinou um termo de consentimento de que aceita participar e de que a entrevista seja gravada.

Palavras-chave: Políticas Públicas em Saúde; Saúde Mental; Centro de Atendimento Psicossocial; Planejamento em Saúde.



TAXA DE MORTALIDADE RELACIONADA AO CÂNCER DE CABEÇA E PESCOÇO NO ESTADO DE SANTA CATARINA E NA REGIÃO DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ, NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

Henrique Costacurta Zuchi; Pollyana Bortholazzi Gouvea; Yasmin Achutti; Claudia Yoshime Fukushigue Sato; Raphael Nunes Bueno; Maria Fernanda Zorzo de Castro; Carolina Covolan Malburg.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A classificação Câncer de Cabeça e Pescoço (CCP) refere-se às neoplasias malignas das vias aerodigestivas superiores, correspondendo às regiões anatômicas: cavidade oral, laringe, faringe e seios paranasais, esôfago, tireóide e outras glândulas regionais. No Brasil, a neoplasia de tireóide representa a quinta maior incidência em mulheres, e a neoplasia da cavidade oral representa a quinta maior incidência em homens. Sendo assim, os gestores de saúde enfrentam crescente pressão, devido ao aumento dos casos de neoplasias, impulsionado pelo envelhecimento populacional, hábitos de vida inadequados e exposições ambientais e ocupacionais que elevam o risco da doença. Assim, as estimativas de câncer tornam-se essenciais para o planejamento das medidas de controle. Neste estudo, pretende-se analisar as tendências e variações nos óbitos por neoplasias em geral e CCP no estado de Santa Catarina e na região de saúde da Foz do Rio Itajaí, no período de três anos (2021, 2022 e 2023). Trata-se de um estudo descritivo e quantitativo, fundamentado em dados secundários do Sistema de Informações sobre Mortalidade CID-10, disponibilizados publicamente pelo DATASUS. Análise dos óbitos por neoplasias em geral e CCP. Em Santa Catarina, no ano de 2021, registrou-se 9.738 óbitos por neoplasias em geral. Já no ano de 2022, houve 10.329 óbitos, representando um crescimento de 6%. Em 2023, ocorreram 10.804 óbitos, expressando um aumento de 5% em comparação ao ano anterior. Referente aos óbitos por CCP, 486 óbitos ocorreram em 2021, e em 2022 os casos (488) mantiveram-se estáveis comparados a 2021. No ano de 2023, foram relatados 533 óbitos por CCP, evidenciando um crescimento de 9%, correspondendo a 5% do total de óbitos por neoplasias. A região de saúde da Foz do Rio Itajaí registrou 866 óbitos por neoplasias em geral em 2021, no ano seguinte (2022), ocorreu o aumento de 12%, alcançando 967 óbitos. No ano de 2023, a região manteve o mesmo crescimento do ano anterior (12%), registrando 1.087 óbitos. Em relação aos óbitos por CCP na Foz do Rio Itajaí, no ano de 2021 ocorreram 37 casos, representando 5% dos óbitos totais. Em 2022, a elevação de óbitos por CCP chegou a 16% (43), que correspondeu a 4% de óbitos em SC. Já em 2023, foram registrados 48 óbitos, porém expressando uma queda de 4% no crescimento de casos (12%), comparado a 2022, e correspondeu, novamente, a 4% dos óbitos totais por neoplasias. Em relação à mortalidade por neoplasias em geral e a CCP, o estado de Santa Catarina se manteve estável no período avaliado, enquanto na região de saúde da Foz do Rio Itajaí perdurou em perfil de crescimento, retratando aumento acima de 10% em neoplasias em cabeça e pescoço. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de investimentos em políticas públicas que visem a ações integradas, a fim de garantir acesso aos serviços de referência, os quais são fundamentais para a investigação e o diagnóstico precoce, uma vez que possibilita melhor prognóstico, evita tratamento tardio e, conseqüentemente, a mortalidade.

Palavras-chave: Câncer de Cabeça e Pescoço; Santa Catarina; Foz do Rio Itajaí; Epidemiologia.



ALTERAÇÕES BUCAIS EM PACIENTES TRANS EM PROCESSO TRANSEXUALIZADOR E A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS A ESSA POPULAÇÃO

Henrique Costacurta Zuchi; Yasmin Achutti; Raphael Nunes Bueno; Wellington Sanchez Abdou; Maria Fernanda Zorzo de Castro; Clarice Aparecida Munaro.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

No campo da saúde, pessoas trans (indivíduos que não se reconhecem com o gênero que foi atribuído ao nascimento) podem apresentar demandas específicas nos serviços de saúde multiprofissionais, como terapias hormonais e outros procedimentos relacionados à sua transição. No entanto, assim como qualquer pessoa, elas também buscam o pleno acesso aos direitos de saúde, que incluem desde a prevenção e o rastreamento adequado de patologias até tratamentos e ações de reabilitação. Dessa forma, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, instituída pela Portaria n. 2.836 de 1º de dezembro de 2013, busca eliminar discriminação dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir acesso integral aos serviços por parte dessa população, inclusive garantindo acesso ao processo transexualizador na rede do SUS, nos moldes regulamentados. Contudo, quando de sua formulação, havia poucas evidências acerca das alterações bucais que poderiam ocorrer, em decorrência da hormonização e as necessidades odontológicas específicas da referida população. Assim, pretende-se, com esta análise, apresentar as alterações bucais mais comuns na população em processo transexualizador, discutindo as lacunas do plano de cuidado em vigência. Trata-se de um estudo teórico-reflexivo, baseado na bibliografia, discutindo alterações bucais e a necessidade de políticas públicas específicas, a fim de garantir os princípios do SUS aos pacientes transgêneros. No decorrer do processo de hormonização, diversas alterações fisiológicas podem ocorrer, incluindo alterações na cavidade oral, que levam às respostas inflamatórias alteradas no periodonto, redução do fluxo salivar, além da possibilidade de desenvolvimento de condições como Dor Temporomandibular (DTM) e bruxismo. Nesse contexto, está contemplada como responsabilidade e atribuições do SUS na Portaria n. 2.836, de 2013, elaborar protocolos clínicos acerca do uso de hormônios, implante de próteses de silicone para travestis e transexuais que busquem o acesso e a qualidade dos serviços prestados. Entretanto, ao analisar documentos conexos – inclusive a Portaria Nacional n. 2.803/2013 que redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) – não se identificou o cuidado odontológico específico a essa população. A Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT ainda apresenta lacunas significativas no que diz respeito à criação de um plano terapêutico que contemple as especificidades da população trans, especialmente no que se refere à saúde bucal. Dessa forma, as alterações fisiológicas decorrentes da hormonização, na cavidade oral, são evidências claras da necessidade de um acompanhamento especializado, e demonstram a viabilidade da inclusão do odontólogo dentro do serviço de referência destinado a essa população, garantindo que as demandas odontológicas decorrentes do tratamento sejam adequadamente atendidas.

Palavras-chave: População Trans; Cavidade Oral; Sistema Único de Saúde.



ESTRATÉGIAS INTEGRADAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE: MOBILIZANDO COMUNIDADES EM ESCOLAS PÚBLICA E PRIVADA PARA ELIMINAÇÃO DE FOCOS E PROMOÇÃO DA SAÚDE

Iury Freitas Viana; Erika Ferreira Santos; Daniela Cristina Ratico de Quadros; Maria Julia Bernardi Rufino; Gabriel Weber Schneider; Maria Fernanda da Silva; Maria Luiza Lima Morelli.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A dengue é uma doença de notificação compulsória e uma ameaça global à saúde, transmitida principalmente pelo vetor *Aedes aegypti*. A educação em saúde e a participação social são estratégias fundamentais para sua prevenção e controle. Observa-se que a participação de adultos em ações educativas é baixa. Para envolver toda a família, é essencial implementar essas ações na educação infantil. A criança, além de aprender para a vida toda, transmite seu conhecimento aos adultos ao seu redor, tornando-se um elo na promoção da saúde. A educação é um processo constante de construção de conhecimento e transformação da realidade pela ação-reflexão humana. Sob a perspectiva de Paulo Freire, a educação deve ser sustentada pelo diálogo humanista e conscientizador. Práticas como confecção de materiais educativos, apresentações lúdicas e brincadeiras interativas fazem com que as crianças participem ativamente das atividades educativas, num processo de construção coletiva de conhecimento. Este estudo tem por objetivo relatar a experiência dos acadêmicos do 5º período do Curso de Enfermagem da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) em uma atividade de educação em saúde, com uma turma de educação infantil, em uma escola em Itajaí/SC. Trata-se de um relato de experiência de acadêmicos do Curso de Enfermagem da Univali, uma ferramenta da pesquisa descritiva que aborda e descreve uma situação ou prática relacionada com evidências científicas. A pesquisa utilizou a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e a plataforma Google Scholar. A educação em saúde na educação infantil foi realizada de maneira lúdica, com o uso de fantoches e teatro, ensinando sobre os perigos do mosquito *Aedes aegypti*, cuidados para evitar sua proliferação e a importância de manter o ambiente limpo. O teatro, como ferramenta interativa, promoveu o aprendizado, estimulando a imaginação das crianças e reforçando conceitos de saúde pública. Ensinar sobre a dengue nas escolas é fundamental para formar cidadãos conscientes e proativos na luta contra essa doença. As crianças têm grande potencial para se tornarem agentes de mudança em suas comunidades, levando para casa os conhecimentos adquiridos e incentivando seus familiares a adotarem práticas preventivas. Diante dos desafios, é evidente a importância de integrar ações de educação em saúde para crianças em todo o sistema escolar. Atividades lúdicas promovem a conscientização sobre a dengue e seus métodos de prevenção. A criança, ao participar dessas atividades, torna-se um veículo de disseminação de conhecimento dentro de sua família, contribuindo significativamente para o controle da doença em sua comunidade. A parceria entre centros de educação infantil, escolas e instituições de ensino superior, como a Universidade do Vale do Itajaí, mostrou-se eficaz para ampliar o alcance dessas iniciativas. A vulnerabilidade social e a falta de recursos de algumas famílias reforçam a necessidade de políticas públicas robustas e acessíveis para a prevenção da dengue. Portanto, a educação infantil é uma estratégia essencial e transformadora na luta contra a dengue, contribuindo para uma sociedade mais responsável.

Palavras-chave: Dengue; Educação em Saúde; Educação Infantil; Promoção da Saúde.



HUMANIZAÇÃO DE ENFERMAGEM NO CUIDADO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA)

Iury Viana de Freitas Silva; Erika Ferreira Santos; Daniela Cristina Ratico de Quadros; Tassia Maria Souza Santos.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento e está relacionado com certo comprometimento do desenvolvimento motor, linguagem e comportamento. Existem três níveis, de acordo com o suporte que cada criança precisa. O diagnóstico e intervenção precoce são essenciais para o desenvolvimento dessa criança. O enfermeiro é o profissional capacitado que vai atuar dentro de uma equipe multiprofissional e interprofissional, atenderá pacientes com TEA em diferentes locais, como escolas, centros especializados, domicílio, hospitais, entre outros. As características do transtorno são descritas em tríades de comportamentos muito específicos: interações sociais prejudicadas; dificuldades na comunicação verbal e não verbal; podendo apresentar comprometimento de atividades criativas, com a presença de comportamentos repetidos e estereotipados. No Brasil estima-se que existam dois milhões de autistas, desses, 90% ainda não foram diagnosticados. O profissional enfermeiro pode colaborar de forma positiva para a suspeição e acompanhamento do TEA, através da consulta de puericultura, como também podem auxiliar os progenitores dando apoio e informando-os quanto aos desafios e procedimentos assistenciais que eles utilizam no processo de cuidar da criança com autismo. Este estudo visa a analisar a assistência e metodologia ofertada a crianças que possuem o TEA. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de levantamento bibliográfico com consultas em artigos científicos com as palavras-chave Assistência de Enfermagem, Autismo, Enfermagem, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e no site do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). Após a busca com os termos-chave, foram encontrados dois artigos na BVS e um no site do Cofen. Os textos discutem o papel do enfermeiro no TEA, destacando a importância de sua presença para as famílias, atuando como um elo de comunicação eficaz entre a equipe médica e os familiares, um aspecto que nunca deve ser negligenciado. Uma pesquisa revelou que muitos profissionais de enfermagem não se sentem preparados para cuidar de pacientes com autismo, devido à falta de capacitação acadêmica específica sobre o tema. No contexto das relações familiares, o enfermeiro pode capacitar pais, profissionais da educação e a sociedade, atuando como um disseminador de informações sobre o TEA. Devido ao desconhecimento sobre o problema, especialmente suas causas, a maior dificuldade apontada por especialistas é lidar com o comportamento do autista, que, ao contrário do que muitos pensam, não vive isolado em um mundo particular. Diante dos desafios dessa temática, percebe-se a necessidade de qualificação do enfermeiro frente ao cuidado da criança com TEA, visando à eficiência e à eficácia dos cuidados prestados, promovendo o autocuidado, além de melhorar a comunicação da família e das instituições com a criança autista. Dessa forma, será possível assegurar um cuidado com qualidade e humanizado.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Cuidados de Enfermagem; Humanização da Assistência.



PERFIL DOS PACIENTES ATENDIDOS EM UM CENTRO CIRÚRGICO AMBULATORIAL UNIVERSITÁRIO

Iury Viana de Freitas Silva; Victória Chiquetti Zambon Flores; Ana Lúcia Ramos de Miranda; Erika Ferreira Santos; Rodrigo Massaroli Larissa da Silva; Pollyana Bortholazzi Gouvêa.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A cirurgia ambulatorial refere-se a procedimentos cirúrgicos realizados em pacientes, que não necessitam de internação prolongada, permitindo que retornem para casa no mesmo dia. Esse tipo de cirurgia é menos invasivo, promove uma recuperação mais rápida, reduz custos hospitalares e minimiza o risco de infecções hospitalares. O ambulatório do estudo se configura como unidade ambulatorial tipo 1, definida por ser de baixa complexidade, de curta duração e que requerem anestesia local. Para a elaboração deste estudo, utilizou-se uma revisão de literatura e coleta de dados no sistema de um ambulatório universitário. A revisão de literatura abrangeu artigos científicos e diretrizes clínicas sobre cirurgia ambulatorial. A coleta de dados teve como objetivo traçar o perfil dos pacientes atendidos, considerando variáveis como porte cirúrgico, sexo, faixa etária e especialidade cirúrgica. Os dados indicaram que a maioria das cirurgias realizadas no ambulatório são classificadas como unidade ambulatorial 1, confirmando a baixa complexidade dos procedimentos. Em relação ao sexo dos pacientes, foi constatado maior prevalência do sexo masculino (53%), com atendimento prestado a pacientes com idade de 11 a 90 anos. As especialidades cirúrgicas mais frequentes incluíram dermatologia, urologia e cirurgia ambulatorial. Os procedimentos mais demandados foram exérese, com 69 realizados, vasectomia bilateral, com 31 realizados, e crioterapia, com 12 procedimentos realizados. A análise dos dados permitiu traçar um perfil detalhado dos pacientes atendidos no ambulatório universitário, destacando a predominância de cirurgias de baixa complexidade e a diversidade de especialidades cirúrgicas. Este estudo contribui para a compreensão das características dos pacientes que optam por cirurgias ambulatoriais e pode auxiliar na melhoria dos serviços prestados, garantindo um atendimento mais eficiente e personalizado.

Palavras-chave: Procedimentos Cirúrgicos Ambulatoriais; Assistência Ambulatorial; Enfermagem Perioperatória.

A COMPLEXIDADE DAS CIRURGIAS CARDÍACAS E SUA RELAÇÃO COM A SEGURANÇA DO PACIENTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Iury Viana Freitas; Erika Ferreira Santos; Adriano da Silva Acosta; Pollyana Bortholazzi Gouvea; Silmara da Costa Maia; Maria Fernanda Zorzo de Castro; Luis Eduardo Veran; Maria Izabel de Col Jorge Rebelo.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

As cirurgias cardíacas são intervenções complexas e necessitam de um cuidado específico por parte de toda equipe multiprofissional. Estudos evidenciam que os erros nas cirurgias ocorrem devido à comunicação ineficaz, falta de conhecimento, desatenção, déficits de memória, distrações, interrupção no fluxo de trabalho, equipe deficiente, falta de habilidade, fadiga e falhas do sistema. O uso de *checklist* é uma estratégia para a promoção da melhoria do cuidado ao paciente cirúrgico, pois reduz complicações, eventos adversos, além de ser de baixo custo para diversas realidades, inclusive aquelas com recursos limitados. Trata-se de instrumentos para verificações rápidas e objetivas, por isso recomenda-se a sua utilização por todos os profissionais da equipe cirúrgica, uma vez que possibilita práticas de cuidados mais seguros. Objetivou-se, com este estudo, analisar a relação entre a complexidade dos principais procedimentos cirúrgicos em um centro cirúrgico cardíaco e o uso do *checklist* de cirurgia segura, destacando sua importância na segurança do paciente. Como método, empregou-se o estudo observacional, do tipo relato de experiência, no centro cirúrgico de um hospital geral de grande porte da região de saúde da Foz do Rio Itajaí que se baseou na observação direta durante o estágio curricular supervisionado em enfermagem, onde acompanhamos os procedimentos cirúrgicos de alta complexidade em cirurgia cardíaca e quais os protocolos de segurança que foram adotados, com ênfase na aplicabilidade do *checklist* de cirurgia segura. A experiência prática foi comparada com as diretrizes preconizadas no Plano Nacional de segurança do Paciente no que diz respeito à cirurgia segura, focando nos riscos e nas estratégias de mitigação. No centro cirúrgico onde ocorre o estágio, as cirurgias cardíacas de alta complexidade com maior incidência são: revascularização do miocárdio com circulação extracorpórea, troca e plastias valvares e fechamento de comunicação interatrial. Esses procedimentos requerem atenção rigorosa e abordagem sistemática para garantir a segurança do paciente. O perfil dos pacientes, em sua maioria com mais de 50 anos, obesos e com classificação do risco anestésico ASA (American Society of Anesthesiology) III e IV em sua totalidade, demanda protocolos que previnam complicações e melhorem a qualidade da assistência cirúrgica. Os procedimentos de revascularização do miocárdio com circulação extracorpórea, trocas valvares e toracotomias são de alta complexidade, exigindo coordenação entre cirurgiões, anestesiológicos e a equipe de enfermagem. Observou-se que a complexidade dessas cirurgias demanda planejamento cuidadoso desde o período pré-operatório até o encaminhamento desses pacientes à Unidade de Terapia Intensiva para o pós-operatório. Na revascularização, a circulação extracorpórea apresenta riscos consideráveis, devido ao tempo em que o coração é mantido por sistemas artificiais. A troca valvar, tanto aórtica quanto mitral, enfrenta desafios no controle do fluxo sanguíneo e na prevenção de infecções, especialmente em pacientes obesos com função cardiovascular comprometida. A identificação de causas e a elaboração de planos para esses pacientes, aliadas ao uso de listas de verificações mais específicas, podem minimizar ou eliminar os riscos de desenvolver eventos adversos, possibilitando o estabelecimento de um sistema que garanta a segurança do paciente. Isso porque, embora os instrumentos já utilizados incluam fatores gerais de risco, muitas vezes não abrangem as especificidades necessárias para a boa condução nas cirurgias cardíacas,



visto que são utilizados diversos recursos específicos, tais como: a máquina cardiopulmonar para realização da circulação extracorpórea, o uso de desfibrilador intratorácico, o controle de temperatura para indução da hipotermia e uso de solução para proteção do miocárdio, dentre outros. Conclui-se que a complexidade dos procedimentos cirúrgicos cardíacos, como revascularização do miocárdio, troca e plastias valvares e fechamento de comunicação interatrial, exigem coordenação entre os membros da equipe multiprofissional e o uso adequado de ferramentas, como o *checklist* de cirurgia segura. A presença de pacientes com classificação do risco anestésico, de acordo com o estado físico, reforça a necessidade de aplicação rigorosa dessas práticas, com foco na prevenção de complicações e melhora dos desfechos clínicos. O estágio evidenciou a importância de cada etapa do *checklist* nesse processo voltado para a segurança do paciente, destacando a necessidade de educação continuada e colaboração entre os profissionais.

Palavras-chave: Segurança do Paciente; Procedimentos Cirúrgicos Cardíacos; Lista de Verificação de Segurança Cirúrgica.



LUTA ANTIMANICOMIAL E ATENÇÃO ÀS PESSOAS DEPENDENTES DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Jefferson de Lima Martini; Charles Henrique Soares Costa.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A psicologia sempre desempenhou um papel crucial na Reforma Psiquiátrica e na promoção de mudanças no tratamento da saúde mental no Brasil. O percurso breve da saúde mental no Brasil é marcado pela vergonhosa política higienista, que tem como princípio, tornar a sociedade limpa e sem defeitos, o Brasil marginalizava os mais pobres e confinava pessoas com transtornos mentais em grandes manicômios, como o extinto Colônia, na cidade de Barbacena. Em dezembro de 1987, reuniram-se na cidade de Bauru, interior do estado de São Paulo, 350 pessoas que trabalhavam na saúde mental e que iam contra ao modelo higienista e antidemocrático que apenas reforçava o estigma social e, conseqüentemente, a exclusão das pessoas em sofrimento intrapsíquico. O tema do congresso era “Por uma sociedade sem manicômios”, esse movimento foi um ponto de virada na luta antimanicomial e lançou as bases para a Reforma Psiquiátrica brasileira. Ocuparam as ruas da cidade em forma de protesto que ficou conhecido como “Manifesto de Bauru”, criando, assim, um marco em seu histórico. O movimento “Por uma sociedade sem manicômios” ganhou força em 2001, com a adesão de outras movimentações populares e entidades civis, que denunciavam os abusos cometidos nas instituições psiquiátricas, como agressões, estupros, e privações de sono e alimentação. Essas movimentações contribuíram na luta a favor do fim das instituições manicomiais e da violência institucional. Paralelo a isso, a dependência de substâncias psicoativas é um fenômeno multifatorial, que causa perturbações, sofrimentos intrapsíquicos e conseqüências que reverberam na vida do indivíduo, seus familiares e a sociedade como um todo. Com o estabelecimento da Reforma Psiquiátrica através da Lei n. 10.216 de 2001, assegurou-se que pessoas com transtornos mentais, incluindo dependentes de substâncias psicoativas, tivessem direito a atendimento humanizado, em um modelo descentralizado e que respeitasse a dignidade humana. Essa lei foi importante para garantir que os serviços de tratamento, prevenção e acompanhamento fossem baseados no convívio social, no respeito à liberdade religiosa e aos direitos humanos; cabendo a esses serviços atender às necessidades que vão de encontro as conseqüências negativas das substâncias, como a marginalização, estigmatização e falta de oportunidades sociais. O presente resumo visa a sensibilizar a sociedade e acadêmicos para a importância da luta antimanicomial e a atenção aos dependentes de substâncias psicoativas. Através de uma revisão sistemática da literatura, conclui-se que, embora a saúde mental no Brasil tenha avançado, ainda há muito a ser feito. A continuidade da mobilização em defesa dos serviços de saúde pública é essencial para a promoção de um tratamento mais humanizado e eficaz para as pessoas que sofrem de dependência de substâncias psicoativas.

Palavras-chave: Luta Antimanicomial; Psicologia; Manifesto de Bauru; Dependência; Substâncias Psicoativas.



LIGA ACADÊMICA LA PALLIUM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jeniffer Jardim Chaves; Mayara Ana da Cunha Kersten; Cleodiane da Silva Castro; Carmen Adriana Franchini Cechin; Rubia Mara Giacchini Kessler.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

No ano de 2024, foi aprovada a Política Nacional de Cuidados Paliativos que visa a permitir uma assistência humanizada e organizada sobre os cuidados paliativos como uma forma de trazer qualidade de vida a pacientes e familiares. Para ampliar a discussão, acadêmicos da Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) planejaram uma liga acadêmica sobre cuidados paliativos. O objetivo deste estudo é relatar a experiência de ligantes sobre as atividades da liga acadêmica La Pallium, no primeiro semestre de 2024. Os temas foram divididos em cinco encontros, sendo estes voltados à assistência de pessoas que necessitam de cuidados paliativos. O primeiro encontro foi de apresentação dos ligantes e convidados, em que foram levantados os conceitos de cuidados paliativos para os presentes, foi um encontro emocionante em que houve relatos dos envolvidos sobre as experiências com os cuidados paliativos. O segundo encontro, realizado de modo remoto, contou com a presença de enfermeira relatando sobre o tema cuidados paliativos para a pessoa idosa; nesse dia, foi realizada uma discussão com base nos i's da geriatria e a forma de evitá-los. A discussão teve como base as experiências familiares, principalmente a dificuldade em lidar com a dor e as vontades da pessoa idosa. No terceiro encontro também houve a participação de uma enfermeira, que tratou sobre os cuidados paliativos na formação do profissional da área da saúde. Novamente, houve manifestação por parte dos ligantes sobre os diversos cursos da área da saúde e a pequena abordagem sobre o tema. No quarto encontro, sobre a atuação da fisioterapia em pacientes oncológicos na pediatria, uma fisioterapeuta abordou o tema e foi um encontro entre ligas da Escola de Ciências da Saúde. Por fim, houve, no último encontro, o relato de uma acadêmica que teve seu avô em cuidados paliativos durante cinco anos e contou sobre a amplitude do olhar profissional sobre essa formação. Notou-se que, para um bom tratamento paliativo, existem muitos pilares, dentre eles, a formação dos profissionais da saúde. Os ligantes são pessoas que já tiveram algum contato com o tema durante a vida, seja por meio do trabalho ou na vida pessoal, tendo a consciência da necessidade de discussão de temas, como controle dos sintomas e dor, estado ativo de morte e formação profissional. Destaca-se que os ligantes são acadêmicos de cursos diferentes, fato que amplia a discussão sobre um determinado tempo, porém engessa os encontros em pouco tempo, não conseguindo garantir a amplitude que cada tema merece e inviabilizando consultas ou idas *in loco* a clínicas de oncologia ou instituições hospitalares.

Palavras-chave: Cuidado; Longevidade; Paliativo.



CULTIVANDO BIOGRAFIAS: PESQUISA-AÇÃO SOBRE HISTÓRIAS DE VIDA E SAÚDE MENTAL

Joice Catarina Sabatke; David Tiago Cardoso.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O tema deste trabalho trata como o Cultivo de Biografias oportuniza o autoconhecimento de mulheres nas suas histórias de vida. O objetivo desta pesquisa-ação é compreender como as mulheres de uma cidade do litoral norte catarinense constroem protagonismo sobre suas narrativas biográficas, através de processos coletivos. Esta é uma pesquisa prática aplicada, exploratória e descritiva, com foco qualitativo, em desenvolvimento. A metodologia é desenvolvida através da técnica do grupo focal, com mulheres de 40 a 70 anos de idade, em uma cidade do litoral norte catarinense. Os dados são registrados a partir de narrativas que surgirão nos trabalhos dos grupos focais. Cada grupo focal tem, no máximo, 10 pessoas. Para a compreensão dos registros, as análises de conteúdo sobre as narrativas são feitas a partir de Minayo. Dos resultados parciais, percebe-se que as narrativas das mulheres, predominantemente, apresentaram registros psicológicos de descuido nas relações familiares e sociais na infância. Essa descoberta vem ao encontro do objetivo secundário deste trabalho, que é perceber se, após assumirem compromisso sobre as suas narrativas, as mulheres se abrem para uma contribuição social em sua comunidade. Isso porque a pandemia transformou o mundo em um laboratório, em que diferentes processos estão sendo testados: novas formas de sociabilização, trabalho, educação, tratamentos médicos e vacinas. No campo do desenvolvimento humano, no período pós-pandemia, observamos o surgimento de vivências valiosas em apoio ao bem-estar emocional melhorando a qualidade dos relacionamentos, aqui chamado de “Laboratórios de Relacionamento”. Eles proporcionam um espaço onde as pessoas podem aprender e praticar habilidades sociais e emocionais para melhorar seus relacionamentos, bem como desenvolver habilidades de gerenciamento de estresse, para lidar com a ansiedade, o que pode afetar seus relacionamentos. Essas iniciativas serão aqui denominadas como “práticas de cuidados”, que representam uma temática importante para todas as áreas da Saúde. Como o foco aqui é a Psicologia, essas práticas se referem a atividades e intervenções para promover o bem-estar emocional e psicológico das pessoas. Isso pode incluir terapias, aconselhamento, entre outras técnicas terapêuticas, que são adaptadas às necessidades de cada pessoa. Tais vivências podem ser desenvolvidas em diversos locais, como consultórios, clínicas, hospitais, instituições de ensino e empresas. Elas podem ser oferecidas de forma individual ou em grupo, conforme a demanda.

Palavras-chave: Psicologia; Mulheres; Narrativas; Processo Grupal.



ADESÃO DE PESSOAS IDOSAS AO PROGRAMA DE INSULINOTERAPIA EM MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA

Júlia Neuberger Galvan; Mayara Ana da Cunha Kersten; Odisséia Fatima Perão; Erika Ferreira Santos; Dhamela da Silva Cavalcante; Gustavo D'Avila Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O *Diabetes Mellitus* é uma doença crônica de alta incidência, representa um desafio de controle, devido a fatores como estilo de vida inadequado. O tratamento é composto por alimentação saudável, realização de atividades físicas e, em alguns casos, a utilização de medicamentos, dentre eles a insulina. A falta de adesão/utilização da insulina pode resultar em complicações graves, particularmente aos dependentes de insulina. A partir dessas necessidades se tem como principal ponto de apoio e enfrentamento o Programa de Diabetes. O principal objetivo deste estudo é analisar a adesão ao tratamento de pessoas idosas com *Diabetes Mellitus* em uso de insulinoterapia cadastradas no programa de insulinoterapia SUS em um município de médio porte de SC. Trata-se de um estudo de natureza básica, descritiva de abordagem quantitativa, utilizando análise estatística descritiva. A coleta de dados foi realizada no Programa de Diabetes, localizado na Unidade de Assistência Médica Especializada. A pesquisa foi realizada de forma individual com os usuários, sendo utilizada, para a coleta de dados, a aplicação do Diabetes Attitudes Questionnaire e a Escala de Autoeficácia no Controle do Diabetes. Os dados da pesquisa demonstram que parte dos usuários do Programa de Diabetes são homens entre 60 e 70 anos, essa pesquisa atua como forma de apoio de criação de políticas públicas para essa parte da população. Com a realização da pesquisa, foi possível concluir que 92,4% dos idosos cadastrados no Programa de Diabetes têm a capacidade de realizar a manutenção do índice glicêmico com facilidade, reforçando a importância da criação desses programas. A abordagem multidisciplinar e a disponibilidade dos programas de diabetes em auxiliar no tratamento dos usuários da rede pública de saúde são necessárias para o enfrentamento do diabetes. Consideram-se os aspectos fisiológicos, os sociais, econômicos e comportamentais que moldam a forma com que o usuário lida com a doença. Para a formação de políticas públicas, é necessário reconhecer as fragilidades e potencialidades do programa de insulinoterapia.

Palavras-chave: *Diabetes Mellitus*; Idoso; Insulina; Política Pública.



VIVÊNCIA ACADÊMICA NUM PROJETO TRANSFORMADOR DE REALIDADE

Julia Woiciechovski; Rayssa Tarcilia Marchiorato; Maria Fernanda Zorzo de Castro; Clarice Aparecida Munaro.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O Projeto de Extensão Sérgio Arouca (PSA) é um projeto que oportuniza vivências além do muro universitário, integrando ensino-serviço-comunidade no período de férias acadêmicas. As ações são desenvolvidas em município de Santa Catarina, visando ao cuidado integral, considerando contextos culturais e sociais da população, valorizando a aprendizagem significativa através da combinação de conhecimentos e experiências vividas in loco, além de qualificar a Atenção Primária à Saúde do município. Marcado por aprendizados, desafios e crescimento, o PSA seleciona cidades com baixo IDH, no estado de Santa Catarina, para acadêmicos da área da Saúde da Universidade do Vale do Itajaí atuarem com conhecimentos adquiridos ao longo da trajetória estudantil. Dessa forma, buscar transformação social, pessoal e profissional dos que participam como voluntários, e dos indivíduos que recebem a ação é ponto-chave do projeto. Objetiva-se relatar vivências transformadoras dos discentes da Escola de Ciências da Saúde da Univali no Projeto Sérgio Arouca. Trata-se de um estudo descritivo, com formato relato de experiência, sobre experiências dos acadêmicos no Projeto Sérgio Arouca, o qual ocorreu no município de Imaruí/SC. Na edição 2024, o projeto de extensão foi realizado no município de Imaruí, entre os dias 22 e 27 de julho, com 11 preceptores, dez integrantes da comissão organizadora e 60 acadêmicos, sendo dos cursos de medicina, biomedicina, enfermagem, nutrição, educação física, psicologia e fonoaudiologia. O primeiro dia foi de expectativas e insegurança ao sair da zona de conforto, mas também de novas amizades. O grupo começou organizando o alojamento e as atividades, sendo recebidos com um almoço saboroso, seguido de reunião para apresentar os projetos. À noite, houve dinâmicas, jogos e conversas, criando um ambiente familiar. No fim do dia, uma brincadeira coletiva proporcionou apelidos baseados em momentos compartilhados, aqueles codinomes auxiliaram na divisão dos grupos para as atividades do dia seguinte. Da mesma forma, foi realizada a brincadeira todas as noites, para que cada grupo pudesse se conhecer e se preparar para as ações a serem desenvolvidas em seis comunidades de Imaruí. No segundo dia, iniciaram-se as atividades práticas no centro da cidade. O local escolhido foi uma praça, onde oferecemos serviços de saúde para a população, principalmente mulheres. O momento mais marcante ocorreu durante uma conversa com uma mulher que revelou estar em um momento de desespero e por meio de atendimento centrado na pessoa relatou ideação suicida. Através de nossa abordagem, conseguimos ajudá-la a encontrar esperança e apoio, o que trouxe certeza de que estávamos fazendo a diferença. Esse dia pode ser resumido em aprendizado e serviço. No terceiro dia, o mais aguardado, visitamos uma aldeia indígena. Fomos recebidos com carinho pelas crianças. O vice-cacique nos guiou pela região, apresentando a cachoeira e a casa de reza (local sagrado para a comunidade), onde são feitos tratamentos com ervas medicinais e orações. Durante a tarde, realizamos atendimentos e brincadeiras com as crianças e os adolescentes, e também testagens para ISTs. No dia seguinte, reflexões sobre saúde foram os temas abordados. O período da manhã foi marcado por uma discussão sobre o conceito de saúde e como abordá-lo nas consultas. Realizamos uma dinâmica, que envolve sentimentos e frustrações, buscando atender às necessidades da comunidade. À tarde, retornamos à aldeia para novos atendimentos e momentos de convivência, nos aprofundando nas histórias e experiências indígenas. Na sexta-feira, ser útil e espiritualidade nortearam o último dia em campo, designados para atendimento na comunidade de



Cangueri, tivemos uma consulta com um paciente que já havia tentado autoextermínio. O clima tenso se transformou em uma conversa aberta e sincera, o sentimento de segurança ao ser acompanhado por um preceptor humano e inspirador se fez presente. Na segunda consulta, alguns tiveram sua primeira experiência em um atendimento psiquiátrico. A paciente apresentava esquizofrenia e diversos problemas familiares. Durante a consulta, praticamos a escuta ativa e oferecemos alternativas sobre como ela poderia melhorar suas relações familiares. Sentimos uma hesitação em falar sobre Deus e espiritualidade, já que era a primeira vez que enfrentávamos a situação. Com isso, em mente, consultamos o preceptor que prontamente iniciou essa conversa com a paciente. Observamos que isso teve um grande impacto: a paciente expressou o desejo de se conectar mais com sua espiritualidade. Ao longo do dia, discutimos questões de saúde mental e espiritualidade, e percebemos o quanto nosso trabalho estava impactando vidas. À tarde, ajudamos na organização do “Dia da Cidadania”, e à noite, uma confraternização trouxe descontração. O “Dia da Cidadania” foi intenso com a chegada da população, incluindo indígenas que expuseram artesanatos. Um momento emocionante foi reencontrar a mulher que, no início da semana, havia relatado ideação suicida, mas naquele momento estava cheia de esperança e gratidão. Vê-la sorrindo e conversando sobre seus planos para o futuro foi um dos pontos altos da experiência. Ao final do dia, tivemos uma roda de conversa com reflexões sobre a semana e compartilhamos emoções. No último dia, organizamos nossas malas, nos preparamos para voltar para casa, com um sentimento misto de realização e saudade. A experiência no PSA foi marcante, deixando lições profundas que pretendemos levar para nossas vidas pessoal e profissional. Encerramos uma jornada com a certeza de que tudo que vivemos e aprendemos será multiplicado em nossa prática profissional futura. O Projeto Sérgio Arouca nos proporcionou os dias mais intensos e gratificantes da vida acadêmica. Agradecemos a todos que tornaram essa experiência possível e por terem permitido vivenciar momentos tão transformadores. Este resumo capta os principais momentos e emoções vividas durante o PSA 2024, enfatizando o impacto que a experiência teve no atendimento à comunidade e no desenvolvimento pessoal e profissional. Sem fins lucrativos ou conflitos de interesse, o projeto é um ponto de viragem aos indivíduos que se permitem vivenciá-lo.

Palavras-chave: Projeto de Extensão Sérgio Arouca; Vivências Acadêmicas; Cuidado Integral; Atenção Primária à Saúde; Impacto Social.



APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE A LEI GERAL DO ESPORTE E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO DO COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

Júnior Düngersleber; Leonardo Düngersleber; Heitor Luiz Furtado.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Caracterizado como um processo complexo e multifatorial, o desenvolvimento esportivo de um país relaciona-se a construção de um ambiente em que os diferentes agentes esportivos estejam alinhados. O objetivo do presente trabalho foi analisar o Modelo de Desenvolvimento Esportivo proposto pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e suas aproximações e distanciamentos com a Lei Geral do Esporte. Como caminhos metodológicos, a presente pesquisa caracteriza-se do tipo documental, de caráter exploratório, tendo como objeto de análise o documento elaborado pelo COB (2022) e a lei Lei n. 14.597, de 14 de junho de 2023, intitulada Lei Geral do Esporte. Seguindo a tendência mundial, o COB, em parceria com Universidades e pesquisadores, publica o documento intitulado Modelo de Desenvolvimento Esportivo do COB, cujo objetivo foi apresentar as diretrizes, concepções e etapas a serem seguidas para a formação esportiva no país, tendo como premissa conceitual, a formação esportiva em longo prazo e a compreensão do processo de formação esportiva divididas em diferentes etapas. Após menos de um ano da publicação do documento, fruto de longo de longas discussões e debates, foi instituída a Lei Geral do Esporte cuja finalidade foi apresentar todo ordenamento esportivo nacional. Seguindo exemplos de outras áreas, como Saúde e Educação, a referida lei busca criar um sistema nacional do esporte tendo como objetivo o detalhamento das atribuições dos diferentes agentes do processo esportivo. Os resultados do estudo apontam que, em relação ao Modelo de Desenvolvimento do COB, o documento é dividido em duas grandes seções. Na Seção 1 – Desenvolvimento de Atletas em Longo Prazo –, são apresentadas as etapas da carreira esportiva e suas transições, além de detalhar o Caminho de Desenvolvimento de Atletas (CDA), este dividido em sete etapas subsequentes. Já na Seção 2, o documento destina-se a apresentar o desenvolvimento dos treinadores, por meio da análise dos caminhos, processos de formação, conhecimentos e competências inerentes para a atuação profissional. Por sua vez, a Lei Geral do Esporte tem como objetivo apresentar as normativas legais sobre o Sistema Nacional do Esporte (Sinesp) e o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Esportivos (SNIIE), a ordem econômica esportiva, a integridade esportiva e o Plano Nacional pela Cultura de Paz no Esporte. De maneira geral, foi possível perceber certas aproximações entre o modelo proposto e a lei vigente, por exemplo, a defesa das práticas esportivas enquanto direito social de todos os cidadãos brasileiros. Acrescenta-se ainda, o entendimento do fenômeno esportivo, a partir de sua complexidade por meio da presença de diferentes instituições e atores. No que se refere aos distanciamentos, foi possível perceber a definição de dimensões esportivas diferentes entre os documentos. Outro elemento a ser destacado refere-se no modelo de desenvolvimento do COB, uma ênfase a dimensão do rendimento esportivo, notadamente pela sua busca à medalha, comparado a Lei Geral do Esporte, em que se apresenta uma preocupação mais abrangente com o fenômeno esportivo, dissertando, por exemplo, sobre regulamentos legais acerca dos diferentes níveis de prática, torcedores, financiamentos, gestão e eventos esportivos.

Palavras-chave: Desenvolvimento Esportivo; Lei Geral do Esporte; Comitê Olímpico Brasileiro.



PRÁTICAS CORPORAIS: SAÚDE E EDUCAÇÃO EM TERRITÓRIOS

Kariani de Almeida Leite; George Saliba Manske.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Na atualidade, as “Práticas Corporais” e sua intersecção com os conceitos de “Território” e “Clínica Ampliada” constituem um campo fértil para discussões na interface entre a Educação, Educação Física e Saúde Coletiva. Em ambientes onde a Educação Física se insere, discute-se a extensão de seus conteúdos e como podem contribuir para alcançar os objetivos das pessoas que participam das práticas corporais. O termo “práticas corporais” refere-se à promoção de iniciativas que envolvem aconselhamento e divulgação de tais ações, visando a aprimorar os espaços dedicados a essas práticas, levando em conta a cultura de cada contexto. Então, sendo as práticas corporais um termo que vem sendo utilizado também no campo da educação e da saúde pública, carrega consigo uma polissemia que desafia sua delimitação enquanto algo concreto e fundamenta-se por não se tratar apenas de movimentos físicos, mas de expressões culturais que abarcam significados sociais, históricos e políticos e ressignificam-se em cada lugar e contexto. Essa concepção apoia a apropriação dos espaços, no território para a realização das práticas corporais no campo da saúde coletiva, expandindo-se para além do espaço meramente geográfico. Ao problematizar tais pressupostos, partindo das práticas corporais em territórios que valorizam e potencializam os saberes populares, a cultura e os determinantes de saúde, estes podem ser para além de uma construção compartilhada do conhecimento e de movimento meramente físico-corporal, mas que implica em reconhecer o outro em sua cultura, totalidade e diversidade em tais práticas. Assim, a questão norteadora deste estudo é: tais perspectivas podem ser consideradas práticas de clínica ampliada? Nesse ínterim, este estudo tem como objetivo investigar como as práticas corporais podem ser integradas ao conceito de clínica ampliada, através de intervenções em territórios específicos, com base nas culturas e subjetividades locais, e tem como metodologia a pesquisa-ação, cuja coleta de dados está sendo realizada por meio de observações e registros em diários de campo. Os resultados preliminares indicam que as práticas corporais podem ser entendidas como manifestações culturais para além do movimento físico, sendo que essas práticas carregam significados culturais e sociais, surgem como ferramenta para a Educação Física, para a Educação e para a Saúde Coletiva, sendo possível a sua consolidação como um espaço de construção de identidade e promoção de saúde integral. Ademais, ao relacionar as ações territoriais à clínica ampliada, se observa a importância de se considerar o espaço onde ocorrem as práticas, visto que o território não é apenas um local físico, mas um espaço de construção social. Em suma, a intersecção entre clínica ampliada, práticas corporais e território integra as dimensões sociais e culturais e possibilita que as ações de saúde e de educação vislumbrem potencialidades, ao considerar as subjetividades e os contextos de vida dos indivíduos, indo além de transformar e fortalecer determinados territórios.

Palavras-chave: Práticas Corporais; Saúde; Educação; Território.



A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES EM GRUPO NA PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA: HORTA COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Karine Rodrigues de Souza; Gustavo da Silva Machado.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Este relato de experiência aborda a interface entre a psicologia social e comunitária, a promoção da saúde mental e a implementação de hortas comunitárias no Centro Comunitário Monte Verde em Florianópolis/SC. Parte-se da premissa que ao se considerar a práxis proposta pela psicologia social e comunitária latino-americana, a promoção do bem-estar em comunidades transforma dinâmicas sociais e reduz desigualdades. Ao adentrar nesse contexto, as atividades em grupo são fundamentais para fortalecer os laços sociais, a identidade coletiva e o empoderamento dos sujeitos, permitindo a construção de soluções coletivas e uma maior consciência crítica sobre a realidade da comunidade. A Psicologia Comunitária no Brasil surgiu a partir da década de 1960, inspirada na proposta freiriana de transformação da realidade por meio da promoção de autonomia. Além disso, a base materialista histórico-dialética que sustenta teoricamente esta vertente da psicologia, delimita a comunidade como um espaço de produção de subjetividade capaz de reduzir relações de opressão e dinâmicas de alienação. Em certa medida, promove-se uma crítica à proposta individualizante da psicologia, o que se mostrou essencial para atender às necessidades sociais emergentes desse período, buscando, assim, a transformação das dinâmicas sociais e a promoção do bem-estar coletivo e democrático desses indivíduos. Logo, as hortas comunitárias surgem como um exemplo prático da aplicação da Psicologia Social e Comunitária, pois, além de promover a segurança alimentar, atuam também como uma forma de engajamento comunitário e conscientização ambiental, estratégias essas de suma importância para o fortalecimento dos laços sociais, assim como o desenvolvimento de habilidades, que contribuem positivamente para a melhoria da saúde mental e emocional dos participantes. Ademais, o acolhimento psicológico é outro elemento crucial nesse contexto, pois proporciona um ambiente seguro para a expressão das necessidades e sentimentos dos indivíduos, sendo essencial para construção de uma relação de confiança entre o indivíduo e o profissional, facilitando intervenções eficazes e humanizadas. Contudo, para que haja uma melhor compreensão sobre as demandas propostas para essa intervenção social, deve-se trazer um breve histórico sobre o CCMV, assim como as suas solicitações sobre os projetos comunitários. O Centro Comunitário do Monte Verde (CCMV) é uma instituição voltada ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social marcada por ações de apoio e fortalecimento da comunidade. Fundado em 1998, o CCMV oferece diversas atividades, como cursos profissionalizantes, atividades culturais e atendimentos socioassistenciais. A partir da demanda solicitada pelo centro comunitário, após utilizar-se do diagnóstico participativo entre a PMF e estagiárias da Univali, elaborou-se um planejamento conjunto considerando as demandas e expectativas da comunidade, assim como os princípios de sustentabilidade, equidade e autonomia propostos por Martín-Baró. Após a definição de papéis e responsabilidades claras para os diferentes fatores envolvidos no projeto para tornar viável a sua implementação, foi necessário selecionar um local adequado para a horta, com base em critérios como acessibilidade, disponibilidade de água e exposição solar. Em seguida, mobilizou-se a comunidade para a preparação do terreno, realização do plantio das espécies selecionadas, manutenção contínua da horta, gerenciamento de resíduos e compostagem e promoção de atividades de capacitação em técnicas de cultivo sustentável. O método de relato de experiência é uma abordagem



qualitativa amplamente utilizada em diversas áreas das ciências humanas e sociais que permite coletar e analisar dados a partir da vivência dos indivíduos. Nesse caso, apresenta-se reflexões após a implementação das intervenções na Comunidade do Monte Verde. Esta experiência faz parte das práticas de estágio específico em Psicologia Social e Comunitária do curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí, campus Florianópolis/SC, sendo ele um trabalho em andamento que se desenvolve há mais de nove semanas no ano de 2024, tratando-se de uma intervenção junto a um grupo intergeracional com a implementação de uma horta comunitária sediada no Centro Comunitário do Monte Verde (CCMV) com apoio da Secretaria de Agricultura, Pesca e Maricultura da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Este projeto recebeu o nome de Florescer, buscando apresentar uma metáfora sobre o efeito terapêutico que a atividade pode promover para as pessoas participantes. É importante destacar que a metodologia proposta para este projeto, inspira-se na visão de Martín-Baró (1996) utilizando uma abordagem participativa, contextualizada e comprometida com a transformação social e o empoderamento comunitário através da integração entre horta comunitária e psicologia social. A análise das intervenções comunitárias do Projeto Florescer no Centro Comunitário Monte Verde (CCMV) nos mostra que a criação de uma horta comunitária com Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) resultou em significativos benefícios para a comunidade, sendo estes a promoção da segurança alimentar, o fortalecimento dos laços sociais e a conscientização ambiental. É importante destacar que o projeto fomentou a coesão social ao incentivar a interação entre os membros da comunidade através de atividades coletivas, desde o planejamento até a manutenção da horta, contribuindo para o desenvolvimento da identidade coletiva, assim como a promoção de vínculos afetivos e senso de pertencimento comunitário. Finalmente, apesar das iniciativas bem-sucedidas e os aspectos positivos do projeto, apresentaram-se desafios significativos da comunidade, especialmente ao tratar-se dos encontros referentes à horta comunitária, possuindo uma baixa adesão e participação ativa de todos os membros da comunidade, assim como a sustentabilidade financeira e a mobilização contínua dos voluntários. Ressalta-se que há uma maior busca por atendimentos individuais, o que evidencia a problemática de adesão às atividades coletivas e mesmo sem respostas definitivas, nos instiga a refletir sobre estratégias que privilegiam novas formas de cuidado coletivo. Em suma, levanta-se aqui uma reflexão sobre questões importantes: por que encontramos tantas dificuldades na participação comunitária? Por que, atualmente, busca-se atendimento individual ao invés de atividades coletivas? Dessa forma, provocações como esta tornam-se essenciais para desenvolver ações futuras que promovam uma visão integrativa do sujeito e território.

Palavras-chave: Psicologia Social e Comunitária, Atividades em Grupo, Projeto Terapêutico Singular, Horta Comunitária.

Apoio: Prefeitura Municipal de Florianópolis e Centro Comunitário do Monte Verde.



HORTA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICA DE SUSTENTABILIDADE E PROMOÇÃO DA NUTRIÇÃO

Keila M. Lupepsa; Rene A. Ferreira; Leila A. Costa; Eloysa Nezello.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O desenvolvimento de projetos de hortas sustentáveis em caixas configura-se como alternativa à reutilização de materiais que seriam descartados, o melhor uso do espaço e à mobilidade dos participantes. Essa implementação vem de encontro com o desenvolvimento do trabalho em equipe, da percepção de cuidado e da importância da sustentabilidade e interação com a educação nutricional. As experiências realizadas na horta escolar contribuem para a consciência dos alunos na alimentação mais saudável e também contribuem para a conscientização da necessidade de preservação do meio ambiente. Proporciona aproximação com a terra e seu cultivo, já que as crianças e jovens que residem na cidade possuem pouco contato com a natureza. A metodologia para educação em saúde do projeto foi através do contato dentro do espaço do Horto Medicinal da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), campus de Itajaí. O desenvolvimento contou com a participação da Nutricionista do Colégio, com um responsável pelo Horto Medicinal, 13 professoras e 192 crianças matriculadas na Educação Infantil do Colégio de Aplicação (CAU), com idade entre 2 a 6 anos. O material utilizado contou com caixas de madeiras reaproveitadas de entregas de fornecedores, assim como: galhos, papelão, pedras, argila e húmus de minhoca, que serviram de base para drenagem e adubação da horta. O objetivo do projeto é trazer a conscientização sobre reciclagem e materiais orgânicos, reforçar os princípios da importância do cuidado com o meio ambiente e a importância nutricional dos alimentos da horta. As atividades que envolvem a horta, como plantio, rega e colheita, estimulam a percepção de cuidado das crianças para com as plantas, isso aciona o senso da responsabilidade e do entendimento sobre as várias formas de cultivos, que podem ser realizadas. Ademais, há a integração dessa percepção ambiental com a nutricional, através da sequência de atividades, da pesquisa de alimentos, do acompanhamento do crescimento, colheita, conversa nutricional e preparo de receitas. A produção de receitas com plantas da horta promove a curiosidade das crianças em experimentar aquilo que eles participaram do processo, esse retorno do processo de plantio e cuidado é que reforça a base da educação nutricional no aprendizado constante. O conhecimento e a ação participativa na produção e no consumo de plantas derivadas de uma horta despertam nos alunos mudanças em seu comportamento alimentar, chegando, assim, à toda a família. Acerca dos resultados, as crianças demonstraram grande interesse em aprender sobre o plantio e cuidado da horta, assim como o acompanhamento e colheita para elaboração de receitas. Algumas turmas fizeram sugestões de preparos com o que fosse colhido na horta, bem como algumas relataram vivências de horta em suas famílias. Em síntese, abordar o tema de consciência ambiental e nutrição através da horta em caixas trouxe uma experiência muito importante para o desenvolvimento das crianças como seres ativos em todos os processos que envolvem o desenvolvimento das habilidades, sensações, emoções e aprendizado.

Palavras-chave: Horta, Sustentabilidade, Crianças, Educação Nutricional.

Apoio: Universidade do Vale do Itajaí – Univali. Horto Medicinal da Univali; Colégio de Aplicação – CAU; Projeto Plante Saúde.



PROMOÇÃO E MANUTENÇÃO DA AMAMENTAÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE: PAPEL DA ENFERMEIRA

Larissa Cristina Aliberti Santos; Rita de Cássia Teixeira Rangel; Eneida Patrícia Teixeira; Larissa da Silva; Daniela Cristina Ratico de Quadros.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O aleitamento materno é um processo fisiológico e natural que confere conforto, proteção, alimento e oferece múltiplos benefícios para o binômio mãe-filho. A atenção primária é o primeiro contato do usuário com os serviços de saúde, espera-se que efetue a linha de cuidado materno infantil. O enfermeiro tem função importante nas atividades educativas no ciclo gravídico puerperal, especialmente quando se refere ao aleitamento materno exclusivo. Ações da enfermeira na atenção primária para a promoção e manutenção da amamentação junto ao binômio e rede de apoio. O objetivo do presente estudo é descrever o papel da enfermeira da atenção primária à saúde junto ao binômio e rede de apoio na promoção e manutenção da amamentação. O estudo foi do tipo exploratório, descritivo, com abordagem quantitativa. A pesquisa foi realizada em municípios da Macrorregião da Foz do Rio Itajaí; a amostra foi composta por 20 enfermeiras que realizam o pré-natal e se dispuseram a responder a pesquisa. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética, sob o Parecer n. 6.566.412, em 08 de dezembro de 2023. Concluiu-se que as enfermeiras têm idade entre 20 e 40 anos; atuam há mais de 11 anos na atenção primária; são especialistas em enfermagem; adquiriram o preparo para atuação em amamentação em cursos e se declaram totalmente preparadas para realizarem consulta de enfermagem em amamentação. A maioria das enfermeiras dizem que os atendimentos de amamentação são solicitados no puerpério e variam de dois e três, as gestantes e puérperas apresentam poucas dificuldades em relação a amamentação. As queixas mais frequentes que levam as pacientes procurarem a consulta da Enfermeira são: fissura mamilar/dor, diminuição da produção de leite, ingurgitamento mamário e mastite, diminuição do ganho de peso do recém-nascido e história familiar negativa na amamentação. Quando se trata das intervenções mais importantes para a promoção e manutenção do aleitamento materno exclusivo, as enfermeiras referem que passam, no pré-natal, as orientações sobre os cuidados com as mamas, a importância do vínculo para o binômio, posicionamento adequado, estimulam o aleitamento materno exclusivo até o sexto mês, além de orientar as vantagens do aleitamento materno para o binômio. Quanto às orientações importantes durante o puerpério, as enfermeiras referem que são sobre o posicionamento e pega adequada, ingurgitamento mamário e relatam que as puérperas e a rede de apoio se mostram ansiosas pela visita da enfermeira para ajudar a resolver seus problemas. Quanto aos benefícios, as enfermeiras dizem observar melhorias no manejo do aleitamento, envolvimento da rede de apoio, melhora no aleitamento materno exclusivo e diminuição da dor ao amamentar. O principal motivo do desmame precoce é o retorno ao trabalho. O papel da enfermeira da atenção primária na promoção ao aleitamento materno é essencial para garantir o sucesso do aleitamento e prevenir o desmame precoce. A enfermeira atua como facilitadora do processo, fornecendo orientações desde o pré-natal, abordando os benefícios do aleitamento materno exclusivo para o binômio mãe-bebê, esclarecendo dúvidas sobre o manejo e oferecendo apoio técnico e emocional. Recomenda-se que os municípios promovam a capacitação dos enfermeiros para o manejo adequado da amamentação implementando Protocolos para Consulta de enfermagem abordando aleitamento materno na gestação e puerpério, além do monitoramento de indicadores de aleitamento materno na área de abrangência da Unidade de Saúde.

Palavras-chave: Aleitamento Materno; Cuidados de Enfermagem; Gestação; Período Pós-Parto.



HISTORICIDADES DE UMA MULHER EM SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL

Laura Bernardina de Oliveira Correa; David Tiago Cardoso.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A construção social da mulher como produtora de cuidado e, ao mesmo tempo, como sujeito vulnerável ao adoecimento, é um problema de saúde pública que limita o exercício de seus direitos e liberdades fundamentais. Esse cenário exigiu a formulação de políticas públicas de saúde, especialmente de saúde mental, visando a proteger e garantir o acesso das mulheres a esses direitos. Uma das principais estratégias foi a criação de equipamentos como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que oferece acolhimento e apoio, criando um espaço de informação e acolhida para mulheres em situação de vulnerabilidade. O objetivo desta pesquisa foi compreender o percurso de cuidado de uma mulher em acompanhamento no CAPS. Trata-se de uma pesquisa exploratória-descritiva de natureza qualitativa, com estudo de caso, e sem foco no transtorno mental, embora ele faça parte da trajetória. A coleta de dados incluiu uma entrevista semiestruturada com uma mulher acompanhada no CAPS e o acesso aos seus prontuários. A análise dos dados foi realizada por meio de análise de conteúdo temático-categorial. Na categoria “Início do processo de internação”, Nise relata sua trajetória de internações e sofrimento após uma depressão pós-parto não diagnosticada em sua cidade. Sem um diagnóstico adequado, ela foi medicada e sofreu a perda da avó. Somente em Curitiba, foi diagnosticada com depressão pós-parto, mas não conseguiu se vincular à filha. Após um casamento abusivo e crises de pânico, foi diagnosticada com transtorno bipolar. Com o tempo, buscou tratamento, encontrando apoio em um novo parceiro e reconstruindo sua vida, embora ainda enfrente desafios emocionais. Na categoria “Do Hospital-Dia para o CAPS”, Nise descreve sua transição do Hospital-Dia para o CAPS, onde se sentiu acolhida e segura. Ela ressalta a importância das amigas e do ambiente do CAPS no processo de superação de um relacionamento abusivo e outros momentos difíceis. Embora tenha enfrentado dificuldades de adaptação ao novo CAPS de outra cidade durante a gravidez, continuou o tratamento, refletindo sobre os riscos de abandonar a medicação, o que resultou em uma recaída. Na categoria “Acompanhamento atual no CAPS”, Nise compartilha sua experiência desde 2017, expressando estar acolhida e segura. Ela demonstra receio em relação à alta, mas valoriza o vínculo com o CAPS e os profissionais que conhecem sua história. No Grupo de Mulheres, encontrou apoio nas experiências compartilhadas, o que a ajudou a perceber que não estava sozinha em suas lutas. Sua história ilustra a importância do cuidado acolhedor e relacional no CAPS, promovendo segurança e bem-estar. Esta pesquisa contribuiu para o entendimento das interações das mulheres na rede de atendimento psicossocial, ampliando o conhecimento sobre o tema.

Palavras-chave: Psicologia Social; Saúde Mental; Mulheres; Centro de Atenção Psicossocial; Feminismo.



ATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS DE CADEIRAS DE RODAS MANUAIS SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE: MUDANÇAS NAS RELAÇÕES SOCIAIS APÓS A LESÃO

Laura Cristina Gai; Fabiola Hermes Chesani; Camila Cristine Tavares; Marigleice Pauline Stolben; Raiane Henriques da Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Este estudo investiga a atividade e participação de pessoas com deficiência física adquirida que utilizam cadeiras de rodas manuais com base na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). A pesquisa explora como esses indivíduos realizam atividades cotidianas e participam da sociedade, destacando os desafios e necessidades específicas desse grupo. Além disso, o estudo aborda as mudanças nas relações sociais após a lesão, analisando como as interações interpessoais e os vínculos sociais são impactados, bem como as adaptações necessárias para a manutenção e criação de novas redes de apoio. Objetiva-se investigar a atividade e participação de pessoas com deficiência física adquirida que utilizam cadeiras de rodas manuais, com base na CIF, analisando como realizam suas atividades cotidianas e participam da sociedade. Como metodologia, foi realizada uma pesquisa exploratória e qualitativa com dez usuários de cadeiras de rodas manuais. As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas na Clínica de Fisioterapia, no Centro Especializado em Reabilitação II (CER II), com foco no domínio “atividade e participação” da CIF. Além disso, as entrevistas abordaram as mudanças nas relações sociais após a lesão, explorando como as interações interpessoais e como a dinâmica social dos participantes foram afetadas, bem como as adaptações necessárias para manter e fortalecer suas redes de apoio. Resultados: Os resultados indicam que as relações sociais passaram por mudanças significativas após a lesão. Alguns participantes relataram uma diminuição no círculo de amizades, enquanto outros mantiveram laços familiares fortes. Além disso, o impacto emocional dessas transformações foi destacado, influenciando o bem-estar dos indivíduos. O participante P6 relata que “A maioria esqueceu que eu existo, mas tenho aqueles que são fiéis que estão sempre me mandando mensagem e estão do meu lado pro que eu precisar”, o P7: “[...] amizade não tenho muito, depois que eu fiquei doente, amigos não tenho muito. Mas família sim”. Os participantes também enfrentaram desafios substanciais em suas trajetórias profissionais e educacionais. Enquanto alguns precisaram abandonar suas ocupações, outros encontraram dificuldades para lidar com a carga horária e se adaptar ao novo estilo de vida. Essas experiências ressaltam a importância de estratégias de apoio voltadas à reintegração dessas pessoas tanto no mercado de trabalho quanto no ambiente educacional. Para o participante P7: “Estou impossibilitado, sou marceneiro, era a coisa que eu mais gostava de fazer”. Os resultados sugerem a necessidade de abordagens personalizadas, ambientes inclusivos e estratégias de apoio que considerem as necessidades específicas de cada indivíduo. Além disso, os desafios na vida profissional e educacional após a lesão destacam a importância de uma abordagem holística para promover a participação social plena dessas pessoas.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência; Cadeiras de Rodas; Classificação Internacional de Funcionalidade; Incapacidade e Saúde; Participação Social.



GRUPO DE SAÚDE PARA GESTANTES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DE UM FOLDER EDUCATIVO SOBRE EXERCÍCIOS TERAPÊUTICOS PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DOS 11 MUNICÍPIOS DA FOZ DO RIO ITAJAÍ

Laura Cristina Gai; Thais Tamanini; Angelise Mozerle; Saimon Henrique de Melo; Alexsandra Marinho Dias.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A gestação é um período marcado por mudanças fisiológicas, estruturais e emocionais que podem causar desconfortos, como dores lombares e pélvicas, edemas, ansiedade e estresse. Nesse contexto, a prática de exercícios terapêuticos, supervisionada por profissionais capacitados, é uma abordagem eficiente para aliviar esses sintomas e preparar a gestante para o parto e o período de recuperação pós-parto. O fisioterapeuta tem papel crucial nesse processo, integrando equipe multidisciplinar e aplicando conhecimentos sobre fisiologia osteomuscular para utilizar técnicas não farmacológicas no alívio da dor, promovendo conforto e bem-estar à gestante. Este estudo teve como objetivo principal verificar os efeitos de um grupo de exercícios terapêuticos para gestantes, com ênfase em diminuir dor lombar e pélvica e preparar as gestantes durante o período gestacional. Além disso, busca-se preparar fisicamente a gestante para o trabalho de parto, aumentar sua conscientização corporal e promover benefícios emocionais, como a redução da ansiedade e do estresse, essencial para o bem-estar materno durante a gestação. A metodologia incluiu a formação de um grupo de saúde para gestantes de baixo e médio risco, e a elaboração de um *folder* educativo para os profissionais das Unidades Básicas de Saúde envolvendo os 11 municípios da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI). As participantes realizaram sessões semanais de 45 minutos com exercícios supervisionados pelos alunos do nono período do curso de fisioterapia no estágio supervisionado na atenção primária à saúde da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). As gestantes foram acolhidas e realizaram uma avaliação inicial com o intuito de identificar a queixa principal e comorbidades. Durante os atendimentos, os sinais vitais foram monitorados e a Escala Visual Analógica (EVA) foi utilizada para medir a intensidade da dor. As atividades incluíram fortalecimento do assoalho pélvico, alongamentos, mobilizações para alívio de dores lombopélvicas, exercícios para melhorar a circulação e prevenir edemas, além de técnicas de respiração e relaxamento para redução do estresse. Os resultados esperados incluem a melhora na força e no controle da musculatura do assoalho pélvico, que pode auxiliar no controle da continência urinária e reduzir a incidência de complicações no pós-parto. Também é esperado que a facilitação do trabalho de parto ocorra de forma mais eficiente, com músculos pélvicos mais fortes e flexíveis, diminuindo o tempo da fase expulsiva e o risco de lacerações perineais. Espera-se, ainda, que o grupo promova a redução de dores lombares e pélvicas, proporcionando mais conforto às gestantes. Além disso, o grupo deve contribuir para trocas de experiências, formação de vínculos, acolhimento e promoção do bem-estar emocional, diminuindo o estresse e a ansiedade, fatores essenciais durante a gestação. Conclui-se que a prática regular de exercícios terapêuticos para gestantes, com enfoque no assoalho pélvico, dores lombopélvicas e circulação, mostrou-se eficaz no alívio dos sintomas gestacionais e na promoção do bem-estar físico e emocional. A intervenção, aplicada por meio de um *folder* distribuído nos 11 municípios da AMFRI, reforça a importância da promoção de saúde nas unidades de Atenção Primária e destaca o papel do fisioterapeuta nesse processo.

Palavras-chave: Exercícios Terapêuticos; Gestantes; *Folder* Educativo; Grupo de Saúde.



A IMPLEMENTAÇÃO DA PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO AO HIV COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

Letícia Ziggiotti de Oliveira; Luciane Peter Grillo; Tatiana Mezadri; Ana Tereza Canziani Pereira Boschi; Andressa Pinto Michael.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A infecção pelo HIV segue um desafio para a saúde pública global, atingindo milhares de pessoas anualmente. Acabar com a epidemia da Aids até o ano de 2030 é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Para isso, ampliar o acesso a novas estratégias de prevenção é fundamental. A Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) consiste no uso de medicamento antirretroviral por pessoa que não têm o vírus, reduzindo substancialmente seu risco de aquisição do HIV em uma eventual exposição. A PrEP emergiu como ferramenta altamente eficaz na estratégia da contenção do avanço da epidemia pelo vírus causador da Aids. Destaca-se o papel desta modalidade em especial para populações-chave, mais vulneráveis à infecção, como mulheres trans, homens que fazem sexo com homens e trabalhadoras do sexo. O uso dessa ferramenta está em expansão global, atingindo 3.5 milhões de usuários no mundo em 2023, em comparação a 200.000 no ano de 2017. Entretanto, ainda há um grande percurso para que a PrEP atinja aos 21.2 milhões de pessoas em risco de aquisição do HIV até 2025, como propõe a meta do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS. A distribuição desses usuários, globalmente, também ainda é desigual. O Brasil foi o primeiro país a oferecer a PrEP em um sistema público de saúde. O medicamento foi incorporado ao Sistema Único de Saúde (SUS) em 2018 e o número de usuários cresce anualmente. Apesar disso, a distribuição dos usuários de PrEP no território nacional é heterogênea, com a maior parte concentrada em grandes centros urbanos. Em São Paulo, onde se encontra a maioria dos usuários, observa-se redução na ocorrência de novas infecções após longo período de estabilidade na taxa de incidência de HIV. Muitos municípios brasileiros ainda não têm PrEP disponível e grande parte dos profissionais de saúde não se sente apta a orientar os pacientes sobre seu uso. Nota-se também um viés no perfil daqueles que usam a PrEP no Brasil. Das quase cem mil pessoas que recebem PrEP atualmente, 88,6% são homens cisgênero, 55% são brancos, e 71% têm escolaridade maior que 12 anos. Abordar temas referentes ao comportamento sexual, oferecer assistência à saúde afirmativa de gênero e disponibilizar diferentes estratégias de prevenção baseadas nas necessidades individuais do paciente, incluindo a ampla oferta de PrEP, devem ser parte da rotina da força de trabalho no SUS. Esforços mútuos entre profissionais da assistência e da gestão da saúde nos âmbitos municipal, estadual e nacional são necessários para que políticas públicas direcionadas à prevenção do HIV dêem luz à PrEP como estratégia segura e eficaz. Educação permanente direcionada aos profissionais de saúde, veiculação de campanhas informativas à população geral e a ampliação da rede de oferta desse medicamento nos municípios de pequeno e médio porte são medidas essenciais no caminho ao fim da epidemia pelo HIV.

Palavras-chave: Infecções por HIV; Profilaxia Pré-Exposição; Prevenção de Doenças Transmissíveis.



FORMAÇÃO SOBRE DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO: ACOLHIMENTO E HUMANIZAÇÃO DA ATENÇÃO A POPULAÇÕES VULNERABILIZADAS E INVISIBILIZADAS

Luana Gabriele Nilson; Luciana Bisio Mattos; Ernani Tiaraju de Santa Helena; Andrea Sousa Soares; Laís Sabrine de Oliveira; Joélia Silva de Mesquita; José Francisco Gontan Albiero.

Universidade Regional de Blumenau - FURB

O campo da saúde é historicamente marcado por disputas e exige que estejamos atentos para questionar o paradigma hegemônico – que não leva em consideração as pessoas e suas singularidades –, e que tenhamos intenção em superar as iniquidades e os aspectos reducionistas, despolitizantes e não científicos da produção de conhecimento. Na Saúde Coletiva, essa deve ser uma preocupação permanente, dada a importância e complexidade de se pensar a discussão de Políticas Públicas e o papel da formação profissional na área de forma articulada à realidade do cenário em que se está inserido. O Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Regional de Blumenau (PPGSC/FURB), oferta o curso de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva e está atento ao seu lugar de responsável pela entrega que faz aos pós-graduandos e à sua formação para atuação no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Como parte do calendário acadêmico anual, o PPGSC/FURB realiza um Encontro de caráter técnico-científico, organizado por docentes e discentes, para discussão, atualização e aperfeiçoamento em temas da área e que respondam às necessidades do território em que atua. Este resumo relata a experiência do planejamento e realização de um Encontro Técnico-Científico de Saúde Coletiva, com o tema “diversidade e inclusão” de populações vulnerabilizadas e invisibilizadas, pelo PPGSC/FURB, entre agosto de 2023 e abril de 2024. A programação do evento incluiu uma palestra magna sobre Acolhimento e Humanização na implementação de políticas públicas de saúde e cinco mesas temáticas, cada uma contemplando uma população: Saúde de povos originários, Saúde das pessoas com deficiência, Saúde e o debate da questão étnico-racial, Saúde da população LGBTQIAPN+, Saúde de pessoas em situação de rua. A programação foi organizada em três períodos de quatro horas, contando também com programação cultural. As temáticas foram desenvolvidas em mesas-redondas baseadas na troca de experiências e reflexões da perspectiva de usuários das políticas, profissionais e pesquisadores da área, em diálogo com os ouvintes participantes do evento. O evento contou com 87 participantes, sendo maior a adesão ao período noturno, que possibilitou maior participação de mestrandos, profissionais de saúde da rede e ex-mestrandos trabalhadores. Apesar da ampla divulgação – redes sociais do Programa, Universidade, docentes, etc. –, considerou-se baixíssimo o número de inscritos e participantes. Todas as temáticas foram discutidas profundamente por sete pesquisadoras, cinco usuários ou profissionais diretamente ligados à temática da mesa, seguidas de momento de perguntas e respostas. Ao final do evento, os participantes o avaliaram por meio de um QRcode com perguntas sobre: satisfação geral com o evento, importância da temática para a formação em Saúde Coletiva, qualidade da palestra e mesas temáticas, diversidade do encontro e organização geral. Foi construído um registro para a Comissão organizadora do evento seguinte, orientando quanto a novas estratégias de divulgação, articulação com outros cursos, instituições e serviços. Será publicado um *book* com o material das mesas temáticas para compartilhar o conhecimento produzido e ajudar a discutir e desconstruir a realidade da



Saúde Coletiva, atravessada por visão ontológica-teórica-epistemológica-metodológica pautada em referenciais eurocêntricos, excludentes, preconceituosos.

Palavras-chave: Populações Invisibilizadas; Diversidade e Inclusão; Acolhimento; Humanização; Saúde Coletiva.



DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL À POPULAÇÃO NEGRA (PNSIPN) NO BRASIL

Luís Eduardo da Costa Busato; Guilherme Ribeiro; Gabriel Fagundes da Rocha; Lucas Castagnotto Pasuch; Henrique Albuquerque Mazzetto; Lisliê Nepomuceno; Clarice Aparecida Munaro.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A população negra no Brasil, pessoas autodeclaradas pretas e pardas, compõe 57% da população e, historicamente, enfrenta condições de vulnerabilidade social, resultante de séculos de escravidão, racismo estrutural e exclusão econômica. Essa condição, associada à falha de interseccionalidade institucional, reflete um contexto atual de desigualdade que determina as condições do processo de saúde-doença nesta população. Dessa forma, os indivíduos dessa população tornam-se mais suscetíveis a doenças crônicas, mortes prematuras e menor expectativa de vida. Pretende-se, neste estudo, discutir as diretrizes gerais e objetivos específicos que regem a Política Nacional de Saúde Integral à População Negra (PNSIPN), bem como os principais desafios e limitações para implementação da política no território nacional, perspectivas futuras e recomendações para garantir um melhor acesso à saúde. Este estudo tem natureza básica de pesquisa bibliográfica, a partir de uma abordagem descritiva, constatando dados de artigos científicos arbitrariamente selecionados por meio de pesquisa em bases de dados indexadas, como Google Scholar e SciELO, matérias jornalísticas e materiais disponibilizados pelo Ministério da Saúde. Observam-se barreiras que comprometem o acesso adequado à saúde pela população negra. Fatores se estendem por índices de renda média, estrutura familiar e oportunidades à educação básica e superior. Atualmente, apenas 13,2% da população negra na faixa etária de 18 a 24 anos encontra-se matriculada em algum curso de graduação. Quanto ao financeiro, dados do IBGE, de 2021, apontam a população negra como integrante de 54,9% da mão de obra brasileira. O rendimento médio mensal dessa parcela populacional foi de R\$ 1,9 mil contrapondo os R\$ 3,3 mil advindos de trabalhadores brancos. Levando em consideração a totalidade dos assalariados negros, 43,1% receberam até R\$ 1,1 mil mensais nesse mesmo ano. A disparidade existente entre as camadas populacionais auxilia na compreensão das diferenças entre as taxas de incidência de doenças e mortalidade em agravos de saúde pública. Doenças rotineiramente atendidas na atenção primária, como hipertensão arterial sistêmica e *diabetes mellitus* tipo 2, acometem mais essa população, denotando a importância da urgente implantação da medida. Uma pesquisa de 2019 afirma que menos de 30% da totalidade de municípios brasileiros havia colocado em prática aspectos da PNSIPN, sendo que apenas 1% das cidades criaram órgãos para monitorar a instalação da política de forma integral em suas diretrizes. Outros impasses originam da falta de ação orçamentária, alta rotatividade de gestores municipais, não priorização pelo Governo Federal, não reconhecimento pelo CONASS e CONASEMS e falta de um comitê de saúde da população negra para monitorar a efetivação da PNSIPN. Assim, é fundamental promover medidas para o combate desse cenário desfavorável, tais como o aumento da capacitação profissional, realização de pesquisas científicas, financiamento para políticas, programas e projetos públicos e preenchimento dos quesitos raça/cor nos prontuários e documentos oficiais, visando ao reconhecimento da população no processo saúde-doença em todos os níveis de atenção à saúde. Dessa maneira, a adoção de uma abordagem interseccional nas intervenções de saúde mostra-se imprescindível para amenizar desigualdades e promover a equidade entre as populações.

Palavras-chave: População Negra; Saúde; Acesso; Políticas Públicas.



A SAÚDE COMO UM DISPOSITIVO CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA ASSEMBLEIA DE USUÁRIOS DO SERVIÇO-ESCOLA DE PSICOLOGIA DA UNIVALI

Manoela Fontelles Ternes Padilha; Aline Zabel; Weliton da Silva; Leandro dos Santos da Fontoura; Marina Corbetta Benedet.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Este relato de experiência explora as Assembleias como ferramentas terapêuticas essenciais nos serviços de saúde mental, alinhadas à Reforma Psiquiátrica brasileira. Essas Assembleias visam a promover a autonomia, cidadania e inclusão social de indivíduos em sofrimento psíquico, permitindo que os usuários participem ativamente nas discussões e decisões que impactam seu tratamento. No contexto do Serviço-Escola de Psicologia da Univali, o projeto propõe a implementação dessas Assembleias para integrar a formação acadêmica com práticas que priorizam o cuidado centrado no usuário, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Os objetivos do presente relato incluem implementar e avaliar a prática das Assembleias no Serviço-Escola de Psicologia da Univali como um dispositivo de cuidado compartilhado, promovendo a autonomia e a participação ativa dos usuários, contextualizar as Assembleias na reforma psiquiátrica, analisar sua função terapêutica, avaliar a percepção dos usuários e ajustar metodologias para uma implementação contínua. A relevância da presente pesquisa se justifica pela necessidade de criar espaços que promovam a participação ativa dos usuários nas decisões que impactam seu processo terapêutico, favorecendo o desenvolvimento de autonomia e cidadania. Esse dispositivo é especialmente relevante no contexto da formação em Psicologia, pois oferece aos estudantes a oportunidade de vivenciar práticas de cuidado que se alinham aos princípios da Reforma Psiquiátrica e das Diretrizes Curriculares Nacionais, que preconizam a atenção integral e humanizada. Além disso, a experiência com Assembleias pode fortalecer o vínculo entre usuários, estudantes e profissionais, criando um ambiente terapêutico mais inclusivo e participativo.

Palavras-chave: Assembleia; Usuários; Serviço-Escola; Reforma Psiquiátrica Brasileira; Psicologia.



A CLÍNICA ESCOLA DE PSICOLOGIA COMO UM DISPOSITIVO DE SAÚDE MENTAL PARA A COMUNIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Manoela Fontelles Ternes Padilha; Natalia Minatti de Souza; João Vitor Girardi Turqueti da Rocha; Weliton da Silva; Marina Corbetta Benedet; Natália Muller Jenichen Perboni.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A saúde mental pode ser definida como um estado de bem-estar que possibilita ao indivíduo atuar em plenas capacidades para se conectar com os outros; enfrentar as dificuldades cotidianas e crescer a partir delas; trabalhar de forma produtiva; e assim atuar no contexto em que se insere. É multideterminada, sendo possível transitar dentro do espectro a depender dos fatores de proteção e de risco de cada sujeito ou grupo. Ainda que fatores individuais como capacidade de manejo de pensamentos, emoções, comportamentos e interações com o outro sejam importantes, é essencial considerar determinantes sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais para a mediação desse estado; a depender do contexto os riscos para experienciar problemas de saúde mental aumentam significativamente. Na realidade brasileira, os cenários da economia, educação, saúde e política que são marcados por algum crescimento e desenvolvimento, porém, em contrapartida, também por apropriação de bens públicos, desvios de verba e falta de recursos básicos, somam-se às incertezas associadas ao risco financeiro e o aparecimento de doenças graves, produzindo demandas no serviço público de saúde. Tais acontecimentos influenciam o comportamento da sociedade, fazendo parte da construção da saúde mental ou configurando fatores de risco que podem conduzir ao sofrimento humano. Diante desse cenário, é necessário que medidas sejam implementadas para promover, prevenir, tratar e recuperar a saúde mental da população. A psicologia na saúde, em especial na saúde pública, contribui para o atendimento ao paciente e para a relação entre profissionais, com o desenvolvimento de serviços crescente. Ainda que a demanda e a oferta cresçam, as práticas de promoção de saúde, definidas por um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde nos âmbitos individuais e coletivos que objetivam atender às necessidades de saúde e melhorar a qualidade dos indivíduos, tornam-se extremamente relevantes e emergenciais diante dos cenários atuais. Também cabe considerar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Psicologia homologadas em 2023 indicam a importância da formação em psicologia se articular às políticas públicas e, por conseguinte, desenvolver estratégias de aproximação com a Atenção a Saúde como um direito que deve ser assegurado. Nesse sentido, a construção do Serviço Escola de Psicologia da Univali vem direcionando mudanças e perspectivas de construção dessa articulação, de modo que o presente relato de experiência teve por objetivo analisar os caminhos de construção dessa articulação entre a clínica-escola de Psicologia da Univali e a promoção de saúde mental à comunidade. A clínica de Psicologia da Univali exerce atividade desde 1991, fica localizada no Campus de Itajaí. A clínica possui uma infraestrutura completa, com dez salas de atendimento (sendo quatro adaptadas para atendimento infantil), além de espaços dedicados à recepção, coordenação, observação de usuários, espera e apoio administrativo. Ademais, o corpo técnico é composto por uma coordenadora, três psicólogas responsáveis, três técnicas administrativas e duas auxiliares de serviços gerais. O estágio em práticas psicoterapêuticas realizado na clínica-escola tem como objetivo proporcionar aos estagiários a oportunidade de desenvolver competências técnico-científicas para a realização de atividades de orientação, aconselhamento e psicoterapia, sob supervisão. Além disso, também visa a promover a saúde mental e o bem-estar de indivíduos e grupos em diferentes fases da vida, enfatizando a ética profissional, a integralidade do cuidado, a diversidade e a inclusão. Para tal fim, são



ofertados atendimentos psicológicos para casais, e atendimento em grupo e individuais para: crianças, adolescentes, adultos e idosos, residentes prioritariamente em Itajaí, porém a clínica também viabiliza atendimentos a usuários de todos os municípios da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí-Açu (AMFRI). A clínica atende pessoas a partir dos quatro anos de idade, sendo ofertados serviços de acolhimento, psicoterapia individual, de casal e familiar, grupos de convivência e terapêuticos, plantão psicológico e Programa de Aconselhamento de Carreira. A Clínica recebe pessoas por demanda espontânea, mas também encaminhadas principalmente do Ambulatório da Universidade e das Unidades Básicas de Saúde. Após o cadastro inicial, o usuário entra em uma fila de espera na qual será selecionado dinamicamente em decorrência dos critérios de: 1) risco; 2) tempo de espera; 3) disponibilidade de horário. Conforme a necessidade, é possível realizar encaminhamentos dos usuários atendidos na clínica-escola para médicos, fonoaudiólogos, nutricionistas e outros profissionais da área da saúde, por meio da produção da referência/contrarreferência, a qual é disponibilizado no prontuário do usuário. Atualmente, a clínica atende (nas diversas modalidades de atendimento ofertada) cerca de 370 usuários. Há também a organização de reuniões de equipe com os estagiários e discussão de casos com os profissionais de referência e psicólogas da clínica. Embora existam várias compreensões acerca da conceituação de políticas públicas, há consenso na literatura de que políticas públicas são ações governamentais que visam a solucionar problemas e atender às demandas da sociedade. Ademais, trata-se de um campo de conhecimento voltado a transformar os propósitos do governo em programas e ações que promovem mudanças na realidade social. Embora pertença ao ramo da ciência política, também pode ser objeto de estudo da filosofia, psicologia, sociologia, economia e econometria, sendo, assim, um campo interdisciplinar, analisado por diversas áreas do conhecimento. Nesse contexto, a clínica-escola, ao oferecer serviços de saúde mental e contribuir para a formação de profissionais da área, organizando seus processos de trabalho para operarem conforme proposto pelas políticas públicas do SUS, configura-se como um espaço de construção possível de articulação com as políticas públicas que visa a atender a uma demanda crescente da sociedade por cuidado em saúde mental. O estágio no Serviço-Escola configura-se como uma oportunidade para proporcionar o aprendizado de técnicas de intervenção e avaliação, permitindo ao acadêmico vivenciar a prática psicológica. Além disso, pode possibilitar ao usuário do sistema público de saúde maiores oportunidades de atendimento de qualidade, visto que os estagiários atuam sob supervisão de professores experientes. Desse modo, o Serviço-Escola pode contribuir como ferramenta para a promoção de saúde, fornecendo atendimentos em médio e longo prazo e realizando encaminhamentos de situações graves para serviços especializados.

Palavras-chave: Saúde Mental; Clínica Escola; Psicologia; Comunidade; Políticas Públicas.



PERFIL DE FONOAUDIÓLOGOS BRASILEIROS ATUANTES COM A VOZ CANTADA

Mara Keli Christmann; Carine Baptista; Amanda Daiane dos Santos.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O fonoaudiólogo é o profissional capacitado para prevenir e tratar as demandas vocais, principalmente em profissionais da voz como os cantores. O objetivo deste trabalho é compreender o perfil dos fonoaudiólogos brasileiros que atuam na área de voz com cantores. Utilizou-se um formulário via Google Forms, cujo *link* foi enviado para fonoaudiólogos por meio de grupos de Whatsapp, juntamente com um pequeno texto, convidando aqueles que atuavam com a área de voz, a participarem da pesquisa. O questionário foi elaborado com base na literatura e conteve 22 perguntas, com estimativa de cinco a sete minutos para responder a todas elas. A maioria dos profissionais que participaram da pesquisa foram mulheres entre 40 e 50 anos e atuavam como profissionais liberais nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Constatou-se média de um a cinco atendimentos fonoaudiológicos diários e um a três atendimentos por semana na área de voz, com destaque para o uso das seguintes estratégias terapêuticas: Exercício do Trato Vocal Semiocluído, termoterapia e fotobiomodulação. Houve relato de dificuldades relacionadas à baixa adesão dos pacientes ao tratamento. Por fim, o perfil do fonoaudiólogo atuante em voz é 70% feminino, com idade entre 40 e 50 anos, atuando principalmente como profissionais liberais, sendo que a maioria possui especialização em voz, e utilizam recursos e técnicas em suas terapias, sendo o recurso de termoterapia e fotobiomodulação os mais utilizados, além das técnicas frequentes, como percepção auditiva e ETVSO.

Palavras-chave: Voz; Saúde; Fonoaudiologia.



LACUNAS NA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: “CLÍNICAS SOCIAIS” NA PERSPECTIVA DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA E SUA RELAÇÃO COM A JUSTIÇA SOCIAL

Marcella Borges Bottaro; Maria Antonia dos Santos Gazzana; Gustavo da Silva Machado.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Esta pesquisa faz parte de um Trabalho de Iniciação Científica (TIC), que teve início no segundo semestre de 2023, sendo finalizado no segundo semestre de 2024. Buscamos compreender, com este trabalho, a percepção dos profissionais de psicologia de Florianópolis/SC sobre a função das “clínicas sociais” e sua relação com as lacunas na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). A RAPS é um conjunto de serviços e ações integradas para a promoção da saúde mental e o tratamento de transtornos mentais dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente, temos uma RAPS estruturada a partir das diretrizes do Ministério da Saúde, mas é percebida certa distância entre aquilo que se apresenta na normativa e o que é efetivado. A clínica social surge como uma possível solução para os imbrólios do atendimento público. A definição é feita popularmente para classificar os atendimentos com um valor abaixo do sugerido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), com o objetivo de possibilitar a escuta para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A partir desse contexto, utilizando a metodologia qualitativa, foram realizadas entrevistas com um roteiro semiestruturado. A coleta de dados foi conduzida por meio da técnica de amostragem “Bola de Neve”, com 14 profissionais entrevistadas. Os dados foram analisados através da análise de conteúdo e organizados em duas categorias, seis subcategorias e 16 elementos de análise. As categorias apresentadas são: *Compreensão dos profissionais sobre a “clínica social” e RAPS a partir do olhar dos profissionais que atuam em clínicas privadas*. Através da primeira categoria, observa-se uma proposta de democratização do cuidado psicológico, abordando, sobretudo, a relativização dos valores cobrados e a necessidade de uma clínica que esteja implicada com o território. A diversificação da escuta, por sua vez, emerge incorporando questões interseccionais na prática clínica. Ao mesmo tempo, uma parcela dessas profissionais encara a clínica social como uma oportunidade para o início de carreira, relacionando-a ao sentimento de insegurança, devido à falta de experiência, mas também enxergando-a como um espaço para a aquisição de vivências práticas. Paralelamente, as entrevistas apontam novas perspectivas sobre o consultório privado, com o desejo de psicólogos escutarem e intervirem em questões sociais, promovendo uma coletivização da escuta clínica e considerando, inclusive, o financiamento público como uma possibilidade. A análise das percepções das profissionais que atuam em clínicas privadas sobre a RAPS revela limitações significativas na integração entre as esferas privada e pública de cuidado. Embora algumas profissionais reconheçam o potencial da RAPS, destacam ressalvas quanto à sua eficácia na prática. Outras apontam diretamente lacunas importantes no seu funcionamento como: a lentificação dos atendimentos, estruturas não suficientes, sobrecarga e como consequência adoecimentos dos profissionais, distância geográfica dos serviços e dificuldade de articulação. Além disso, há relatos de distanciamento ou desconhecimento da RAPS por parte de alguns profissionais que realizam os atendimentos sociais. E mesmo diante do conhecimento da rede, a percepção das clínicas sociais como parte discursiva, mas não necessariamente prática, da RAPS, sugere uma significativa desconexão que pode impactar diretamente nas possibilidades de cuidado.

Palavras-chave: Clínicas sociais; Psicologia; Psicoterapia; Rede de Atenção Psicossocial; Justiça Social.



UTILIZAÇÃO DO PLANO DE PARTO POR MULHERES INTERNADAS EM UMA MATERNIDADE DA MACRORREGIÃO DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ

Maria Aparecida Alves de Andrade; Rita de Cássia Teixeira Rangel; Eneida Patrícia Teixeira; Larissa da Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O Plano de Parto é um documento escrito, com caráter legal, que permite à gestante registrar, de forma antecipada, suas preferências quanto aos cuidados que deseja receber durante o trabalho de parto e o parto. Seu objetivo principal é facilitar a comunicação entre a gestante e os profissionais de saúde, garantindo que suas escolhas sejam respeitadas. O Plano de Parto é utilizado no pré-natal da região para facilitar a comunicação da gestante com a equipe de parto. Objetiva-se, neste estudo, identificar o uso do plano de parto no processo de parturição por mulheres internadas em uma maternidade da Macrorregião de Saúde da Foz do Rio Itajaí. Trata-se de estudo do tipo exploratório, descritivo, com abordagem quantitativa. A coleta dos dados foi realizada no Hospital da Macrorregião de Saúde da Foz do Rio Itajaí localizado no município de Itajaí/SC. O tamanho da amostra foi estimado de acordo com os dados obtidos no Sistema de Informações de Nascidos Vivos de 2022 com 4.055 partos, e uma amostra estimada de 94 mulheres com um nível de confiança de 95%. A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética, com o Parecer n. 6.159.718, em 3 de julho de 2023. Os resultados apresentados são referentes a 94 puérperas entrevistadas em uma maternidade da Macrorregião de Saúde da Foz do Rio Itajaí de Santa Catarina: 70,20% são residentes no município de Itajaí; 69,10% têm idade entre 20 a 30 anos; 45,70% das puérperas são primíparas; 94,50% dos nascimentos na idade gestacional de 37 a 41 semanas; 100% de gestação do tipo única; 62,80% das puérperas não planejaram a gestação; 85,10% das puérperas não receberam orientação no pré-natal na atenção primária ou atenção especializada para a construção do Plano de Parto; 100% das gestantes permaneceram com os acompanhantes de sua escolha; 73,90% receberam oferta de líquidos durante o trabalho de parto; 70,20% referiram ter sido ofertados para utilização os métodos não farmacológicos de alívio da dor; 70,20% referiram ter sido ofertados pela instituição e apenas 29,80% não fez utilização dos métodos; 77,70% das puérperas conseguiram amamentar na primeira hora; 88,30% foram orientadas sobre o contato pele a pele; 34% das puérperas entrevistadas necessitaram ser submetidas a cesariana. Este estudo revela uma preocupante carência na adoção do Plano de Parto pelas gestantes, evidenciando a necessidade de maior divulgação e capacitação sobre o uso dessa importante ferramenta de comunicação. A falta de orientação adequada durante o pré-natal, tanto na atenção primária, quanto especializada, compromete o empoderamento das mulheres no processo de parturição e impede uma experiência mais humanizada e centrada nas suas preferências. É essencial que os profissionais de saúde estejam engajados em promover o Plano de Parto como parte integrante do cuidado obstétrico, garantindo que as gestantes tenham conhecimento e suporte necessários para elaborar esse documento. Ao incentivar a participação ativa das mulheres nas decisões sobre o seu parto, é possível melhorar a qualidade do cuidado e assegurar que as práticas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde sejam efetivamente implementadas.

Palavras-chave: Parto Humanizado; Saúde da Mulher; Enfermagem Obstétrica.



RELATO DE EXPERIÊNCIA DE AÇÃO COM OS JOGADORES DO TIME DE HANDEBOL SUB-16 E SUB-18 DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

Maria Eduarda Gonçalves Coelho; Giovana Vechi.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A iniciativa de Educação Nutricional direcionada aos atletas de Handebol do time municipal de Itajaí, nas categorias Sub-16 e Sub-18, surgiu a partir de uma consulta nutricional realizada em um ambulatório de Nutrição Esportiva. Essa consulta envolveu um dos atletas do time Sub-18 e foi conduzida pelos estagiários da Clínica de Nutrição da Univali, situada na Unidade Básica de Saúde Nossa Senhora das Graças. Durante o atendimento, foram discutidos os hábitos alimentares e a rotina escolar e de treino dos adolescentes, o que trouxe à tona uma necessidade urgente de uma abordagem diferenciada, que pudesse alcançar toda equipe, e explicasse sobre a alimentação no contexto esportivo. A conversa revelou a importância de fornecer instruções adequadas sobre como a alimentação impacta diretamente o desempenho esportivo dos jovens, pois se observou que muitos desses atletas, apesar de dedicados, desconheciam princípios básicos de nutrição e não compreendiam sua relevância tanto para a *performance* atlética quanto para a saúde em geral. Os estagiários, ao perceberem que muitos atletas não tinham acesso a informações claras e enfrentavam dificuldades financeiras, decidiram tomar a iniciativa de realizar uma palestra mais focada em refeições ao redor da sessão de treinamento e que pudesse não apenas melhorar o rendimento nos treinos e competições, mas também fomentar hábitos saudáveis ao longo de suas vidas. O objetivo deste estudo é relatar a experiência de uma palestra sobre a temática de educação nutricional para atletas do time municipal de handebol masculino, categorias Sub-16 e Sub-18. Trata-se de um estudo descritivo que objetiva relatar a experiência de uma palestra com uma temática de “Nutrição, Saúde e Rendimento” para jovens atletas do time municipal de handebol masculino. Com o suporte da equipe de treinadores do time, dos integrantes da Liga Acadêmica de Nutrição Esportiva (LANE) e da professora responsável pelo Ambulatório de Nutrição Esportiva, foi realizada uma palestra na qual os atletas puderam aprender sobre diversos tópicos importantes da Nutrição, incluindo micronutrientes e macronutrientes, a importância da hidratação, aspectos da suplementação, além do papel crucial de uma alimentação equilibrada, especialmente em relação ao consumo adequado de alimentos durante o pré, pós e intratreno. Houve um excelente retorno acerca da palestra por parte da equipe técnica, que evidenciou uma melhora no desempenho durante as competições, além da conscientização sobre a relação entre alimentação e saúde que se tornou mais evidente dentro da equipe. Além disso, os atletas mostraram-se mais abertos para realizar as estratégias nutricionais passadas nos momentos antes, depois e durante os treinos. Os jovens também relataram uma sensação de maior disposição, uma recuperação mais rápida após as atividades físicas e uma mudança positiva na sua forma de se alimentar. A participação ativa e o engajamento dos atletas na palestra sobre alimentação resultaram em uma transformação significativa em seus hábitos alimentares, sendo que muitos deles começaram a adotar práticas mais saudáveis, como o aumento do consumo de frutas e verduras, além de manter uma hidratação adequada. Essa ação não apenas teve um impacto positivo na *performance* esportiva, mas também promoveu uma cultura de saúde e bem-estar, que, sem dúvida, os beneficiará tanto em suas trajetórias esportivas quanto em suas vidas cotidianas.

Palavras-chave: Estágio Clínico; Ciências da Nutrição e do Esporte; Nutrição do Adolescente; Serviços Públicos de Nutrição e Dietética.



RELAÇÃO ENTRE CONSUMO ALIMENTAR E ESTADO NUTRICIONAL PRÉ-GESTACIONAL DE GESTANTES DE ALTO RISCO DE UM AMBULATÓRIO REGIONAL DO VALE DO ITAJAÍ

Maria Eduarda Gonçalves Coelho; Laura Luiza Maestri da Silva; Karoline Fernandes Basquerote.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Este estudo pretende relacionar o consumo alimentar relatado com o estado nutricional pré-gestacional de gestantes de alto risco de um ambulatório regional especializado. Para isso, foi realizado um estudo transversal retrospectivo com 241 gestantes estratificadas como alto risco, por meio da análise de dados secundários dos registros do Ambulatório de Gestação de Alto Risco Regional (AGAR-R) de Itajaí/SC. O estado nutricional pré-gestacional foi avaliado pelo Índice de Massa Corporal (IMC), com as seguintes categorias: baixo peso (< 18,5), eutrofia (18 < 25) e sobrepeso/obesidade (> 25). Os marcadores de consumo alimentar foram categorizados através da nova classificação do Ministério da Saúde que divide os alimentos em quatro categorias: *in natura*, minimamente processados, processados e ultraprocessados, e considera o consumo de feijão, frutas, verduras e legumes (alimentos *in natura* e minimamente processados) como marcadores de uma alimentação saudável, já o consumo de bebidas adoçadas e alimentos processados e ultraprocessados como marcadores de uma alimentação não-saudável. A coleta de dados ocorreu através dos prontuários da equipe de Nutrição, e foram excluídas as gestantes que não apresentavam patologias e que não possuíam dados completos nos prontuários. Foram produzidas diferentes tabelas com as variáveis de interesse coletadas, como: idade materna, idade gestacional, IMC pré-gestacional, IMC atual, hábito de realizar as refeições, quem cozinha em casa, consumo no dia anterior (feijão, frutas frescas, verduras/legumes, bebidas adoçadas, macarrão instantâneo, salgadinho de pacote ou bolacha salgada, biscoitos recheados, doces e guloseimas, tempero pronto. A análise descritiva foi expressa em frequências e quantitativos, com amostra não-probabilística. As associações estatísticas foram calculadas pelo teste Fischer, considerando o nível de significância $p \leq 0,05$. Encontrou-se maior prevalência de obesidade entre as gestantes a partir do IMC pré-gestacional, maior consumo de bebidas adoçadas e menor consumo de macarrão instantâneo, salgadinhos e bolachas salgadas. Constatou-se maior consumo de doces entre gestantes eutróficas e menor entre as com sobrepeso. A maioria das gestantes relatou uso de temperos prontos. Houve associação estatisticamente significativa em relação ao estado nutricional e o consumo de frutas frescas, legumes e verduras, em que as gestantes com sobrepeso e obesidade foram as que mais consumiram, respectivamente. Já as que apresentaram baixo peso foram as que menos consumiram, em ambas as categorias. Houve relevância ao relacionar o estado nutricional com consumo de lanche da manhã, já que as gestantes com obesidade não possuíam o hábito de realizar essa refeição. Pode-se observar também que a maioria das gestantes consumia o almoço habitualmente, se alimentava devagar, consumia líquidos como refrigerantes e sucos regularmente e elas mesmas cozinhavam os alimentos na residência. Por fim, a maioria das gestantes relatou aumento da fome durante a gravidez e uma mudança de hábitos constante aos finais de semana.

Palavras-chave: Gravidez de Alto Risco; Consumo Alimentar; Saúde Materno-Infantil; Estado Nutricional.



RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM AMBULATÓRIO DE NUTRIÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC

Maria Eduarda Gonçalves Coelho; Taren Beatriz Ferreira Leite de Oliveira.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Conforme a Lei n. 11.788/2008, o Estágio Supervisionado em Nutrição é considerado obrigatório dentro do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação de Nutrição, por ser um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido nas áreas de atuação do cargo em questão que visa a preparar e trazer experiência prática a todos os alunos que estejam frequentando o ensino em educação superior. Atualmente, existem quatro áreas da Nutrição que possuem estágio obrigatório, sendo elas: Nutrição Clínica, Unidade de Alimentação Coletiva, Saúde Coletiva e Nutrição Específica. A área abordada no seguinte trabalho é a área clínica tendo como local de estágio a Clínica de Nutrição, localizada na Unidade Básica de Saúde Nossa Senhora das Graças, dentro da Universidade do Vale do Itajaí, onde são atendidos pacientes através do Sistema Único de Saúde. São feitos oito atendimentos por dia, com quatro em cada período, todos supervisionados por quatro professoras divididas nas sete áreas de ambulatório oferecidas, sendo elas: Esportiva, Pediatria, Doenças Crônicas, Obesidade, Saúde da Mulher, Transtornos Alimentares e Doenças Inflamatórias. No ano de 2023, foram oferecidas 1.052 consultas com 766 atendimentos, realizados com uma média de 105,2 consultas por mês nos dez meses de atendimento. Além dos estagiários do curso de Nutrição durante as consultas, a clínica possui alunos dos cursos de Psicologia e Medicina com o objetivo de realizar atendimentos multiprofissionais, trazendo, assim, uma visão macro para o cuidado do paciente. Objetiva-se, com este estudo, relatar a experiência de estágio obrigatório na Clínica de Nutrição da Univali, evidenciando a relevância desses atendimentos para a comunidade e para a formação acadêmica do aluno. Trata-se de um estudo descritivo que objetiva relatar a experiência de atendimentos em uma Clínica de Nutrição, inserida dentro de uma Unidade Básica de Saúde no período de estágio obrigatório da graduação e a importância das consultas para a população contemplada por esse benefício fornecido pelo Sistema Único de Saúde. Durante o período de estágio, foram atendidas, em média, 180 pacientes em 45 dias, com normalmente quatro consultas por dia, salvo exceções, tendo desde crianças com oito meses até idosos com 90 anos, demonstrando a importância da oferta de consultas de qualidade para a população que frequenta e precisa do atendimento, seja por motivos de saúde, estéticos, ou até melhora da qualidade de vida. Por meio dos atendimentos é possível escutar relatos sobre todas as realidades possíveis, como pacientes que são atletas de alto rendimento, que buscam uma melhora no desempenho, até mães preocupadas por não terem condições de proporcionar uma alimentação de qualidade para os filhos e que vem na consulta com o intuito de entender sobre alimentos com custo baixo, que sejam essenciais para manter uma boa saúde. Aprendizados esses que trazem uma riqueza para a vida profissional dos alunos que atendem os pacientes por nos tirar da bolha de teoria que ficamos inseridos por tanto tempo e trazer para o mundo real, com pessoas reais e problemas reais. Ademais, no momento do retorno, temos a oportunidade de ver que todas aquelas orientações passadas e palavras faladas impactaram a vida daquela pessoa, trazendo benefícios para a sua vida. Além disso, há a oportunidade de colocar todos os conteúdos teóricos absorvidos durante os três anos de aulas em prática, aprendendo e se especializando de perto para, no momento que se formar, saber como lidar com pacientes das mais variadas classes sociais, idades, personalidades e estados de saúde. Na clínica, temos a oportunidade de atender pacientes que possuem comorbidades e doenças raras que



precisam de cardápios super-restritos para uma melhora no quadro de saúde, mas também pacientes saudáveis, que buscam uma orientação básica do que comer.

Palavras-chave: Estágio Clínico; Serviços Públicos de Nutrição e Dietética; Saúde Pública; Programas de Nutrição.



RELATO DE EXPERIÊNCIA: AÇÃO EM SAÚDE SOBRE IMPORTÂNCIA DO OUTUBRO ROSA REALIZADA EM EMPRESA NA CIDADE DE ITAJAÍ

Maria Eduarda Sagás; Cibelli Cristini Conrado; Daniela Cristina Ratico de Quadros; Maria Izabel Rebelo; Ivanda Senger de Macedo; Luise Yokoyama Almeida.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), o câncer de mama é o segundo com maior incidência em território nacional, e a campanha de saúde mundialmente reconhecida: o outubro rosa, que conscientiza a população sobre a importância do diagnóstico precoce da neoplasia. Durante todo o ano, mas especialmente em outubro, são realizadas diversas ações em saúde para a população, visando a sensibilizar as pessoas quanto à importância da realização do exame citopatológico, conhecido como preventivo, bem como o autoexame das mamas (AEM). Este relato de experiência tem como objetivo descrever uma atividade de educação em saúde, realizada por acadêmicos do quarto período do curso de enfermagem em uma empresa na cidade de Itajaí/SC com objetivo de sensibilizar seus colaboradores acerca da importância da realização do autoexame das mamas, e exame citopatológico, exame este que pode detectar o câncer de mama, feminino e masculino, câncer de colo de útero e suas lesões precursoras, e infecções sexualmente transmissíveis. Durante a ação de educação em saúde, ressaltamos a importância do autoexame, assim como sobre o câncer de mama masculino, já que a empresa é majoritariamente constituída por homens. O câncer de mamas masculino, apesar de raro, em 2020 levou 207 homens a óbito devido à patologia. Outro ponto importante a salientar é que muitas mulheres trabalhadoras falaram sobre suas experiências com os exames, e sobre a forma de atendimento que receberam, discutindo sobre as dificuldades de acesso às unidades básicas de saúde, por causa do horário de trabalho que realizam. A atividade de educação em saúde foi enriquecedora em nosso processo de aprendizagem, pois consiste em uma estratégia para ofertar e promover iniciativas educacionais para a formação de profissionais sobre o cuidado em saúde. As visitas técnicas nos fazem aprender a trabalhar em equipe, evidenciar a falta de informação da sociedade e estimulam nossos pensamentos críticos reflexivos, trazendo oportunidade de nos tornarmos profissionais com empatia e responsabilidade social.

Palavras-chave: Câncer; Mama; Autoexame; Saúde dos Trabalhadores.



RELATO DE EXPERIÊNCIA: VISITA TÉCNICA REALIZADA EM RESIDENCIAL GERIÁTRICO E CENTRO-DIA NA CIDADE DE ITAJAÍ

Maria Eduarda Sagás; Cibelli Cristini Conrado; Daniela Cristina Ratico de Quadros; Mayara Ana da Cunha Kersten.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O envelhecimento da população mundial é tema de inúmeros debates sobre o impacto nos setores econômicos, sociais e de saúde para os governos, e no Brasil não é diferente. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) pessoas a partir de 60 anos já podem ser consideradas idosas, mas isso é válido apenas para países desenvolvidos, enquanto no Brasil, que é um país em desenvolvimento, essa idade é aos 65 anos. Sendo assim, muitas famílias que possuem idosos escolhem colocar seus entes em Instituições de longa permanência, seja pelo fato da falta de tempo para cuidar adequadamente daquela pessoa, pela incapacidade de lidar com as mudanças fisiológicas que acontecem durante o envelhecimento, ou por outros fatores. Diante da perspectiva de aumento da população idosa, não se pode mais ignorar o papel das instituições asilares na assistência ao idoso, nem relegá-lo a um lugar menor. O objetivo deste relato de experiência é descrever uma atividade de visita técnica realizada por acadêmicos do quarto período do curso de enfermagem, em um residencial geriátrico e centro-dia da cidade de Itajaí/SC. A visita técnica teve como objetivo conhecer os trabalhos realizados no local com idosos moradores e frequentadores do centro-dia. O residencial geriátrico visitado atende nas modalidades particular e pública, com concessão de vagas ao município, para atendimento de idosos que viviam em situação de vulnerabilidade social e a família não teria condição de arcar com os custos de uma ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idosos), assim como, em regime de centro-dia, realizando o atendimento aos idosos do município de forma gratuita. O centro-dia oferece um serviço que visa a incluir os idosos que não tem nenhum tipo de companhia em seu cotidiano e não estão aptos para uma ILPI. O espaço proporciona para as pessoas atendidas uma inclusão social, que ajuda no combate à solidão e redução dos seus níveis de estresse, por meio de rodas de conversa, recuperando a autoestima, trazendo um espaço em que os idosos tenham possibilidade de autonomia e independência. O serviço também proporciona a estimulação cognitiva e física dos seus usuários, oferecendo atividades, como jogos e leituras, prevenindo o declínio cognitivo do idoso. No local, são oferecidas refeições balanceadas, contribuindo para a manutenção da saúde dos idosos. A visita realizada revelou uma ideia de um lugar onde os idosos são bem acolhidos e tratados dignamente, o que é diferente da ideia de senso comum quando se fala sobre asilos. O espaço desse residencial geriátrico consegue ser prático e ainda acolhedor para aqueles que vivem lá ou apenas passam o dia, e exemplifica os princípios da Política Nacional de Humanização, ao proporcionar uma atenção acolhedora, respeitando a individualidade, as necessidades e autonomia de cada indivíduo e, com isso, humanizando o cuidado.

Palavras-chave: Idosos; Permanência; Residencial.



O USO DA TELECARDIOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE QUALIFICAÇÃO ASSISTENCIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Eduarda Tavares; Graciela de Oliveira.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

As inovações tecnológicas baseiam-se na aplicação de conhecimentos científicos com a finalidade de solucionar ou simplificar demandas cotidianas. Ao refletirmos sobre os desafios vivenciados nos serviços de saúde, em decorrência da variedade de saberes, experiências e circunstâncias, podemos afirmar que esses espaços propulsionam as inovações tecnológicas constantemente, resultando em transformações no tratamento e métodos diagnósticos das doenças. Nesse sentido, é possível afirmar que as doenças cardiovasculares correspondem à principal causa de morte no Brasil, e um grave problema de saúde pública. Com efeito, a utilização de ferramentas capazes de otimizar o tempo resposta dos serviços demonstra-se uma intervenção primordial para a redução da morbimortalidade relacionada a essas doenças. Desse modo, destaca-se a incorporação da telecardiologia no cotidiano dos serviços de saúde como uma estratégia promissora na qualificação do cuidado ao paciente sob suspeita de Infarto Agudo do Miocárdio (IAM), especialmente no que diz respeito à emissão remota de laudos de Eletrocardiograma em tempo real, conforme ofertado pelo Projeto Boas Práticas. No decorrer das atividades práticas executadas numa Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas no município de Balneário Camboriú/SC, os alunos obtiveram contato com o equipamento eletrocardiógrafo vinculado ao Projeto Boas Práticas, promovido pelo Ministério da Saúde e outras sociedades beneficentes. Com a utilização da tecnologia foi possível observar a agilidade da emissão dos laudos e os benefícios relacionados à redução do risco de morte por complicações do IAM. Este estudo tem o objetivo de relatar a experiência vivenciada na realização do exame de eletrocardiograma em pacientes suspeitos de Infarto Agudo do Miocárdio em uma UPA 24 horas do município de Balneário Camboriú. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, vivenciado por acadêmicos do curso de graduação de enfermagem no mês de junho de 2024, durante as atividades práticas desenvolvidas em uma UPA 24 horas no município de Balneário Camboriú. No decorrer das atividades, foi utilizado um dos serviços de telecardiologia ofertados pelo Projeto Boas Práticas para a realização de eletrocardiograma. Durante a execução das atividades no campo de estágio, diversos alunos puderam manusear o eletrocardiógrafo conectado ao computador com o *software* disponibilizado pelo Projeto Boas Práticas durante o atendimento aos pacientes. Através dessa experiência, foi possível observar a agilidade entre o tempo de envio e a resposta contendo o laudo do paciente, a qual leva, em média, cinco minutos. Outro ponto a ser destacado é a assertividade dos resultados, concedidos por cardiologistas que rotineiramente executam esse serviço. Dessa maneira, notou-se que a tecnologia amparou fortemente a tomada de decisão dos profissionais do pronto atendimento por subsidiar o raciocínio clínico, permitindo a eliminação ou consideração de diagnósticos diferenciais frente aos resultados de IAM. Ademais, a ferramenta possibilita a melhoria no processo de estratificação dos usuários, organizando os fluxos de atendimento da equipe diante das demandas assistenciais. Tais processos corroboram para consolidação da segurança do paciente, afinal contribuem para a redução das iatrogenias decorrentes da escassez de informações e das falhas no processo diagnóstico de IAM, o que pode levar à morte. A experiência vivenciada possibilitou o reconhecimento dos benefícios envolvidos na incorporação de inovações tecnológicas no âmbito dos serviços de saúde. No que compete ao Projeto Boas Práticas, podem ser elencados a garantia da agilidade e o aperfeiçoamento



da segurança do paciente como as principais vantagens na adesão à iniciativa, o que permite um impacto direto na redução da morbimortalidade em decorrência do diagnóstico e complicações do IAM.

Palavras-chave: Qualidade da Assistência à Saúde; Segurança do Paciente; Telecardiologia.



CAPACITAÇÃO REFERENTE À LEI LUCAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Eduarda Tavares; Valdir da Silva Junior; Andrieli de Freitas Corrêa Palhano; Teresa Maria Figueiredo de Campos; Bibiana Sales Antunes Brum; Daniela Cristina Ratico de Quadros; Camila Santos do Couto; Larissa da Silva.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A mortalidade na infância é definida como a ocorrência de óbitos em crianças menores de cinco anos de idade e é considerada um importante indicador de saúde. Devido à sua sensibilidade frente aos determinantes sociais envolvidos no processo saúde-doença, a Organização das Nações Unidas estabeleceu no Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 3, a meta 3.2, que se refere à redução da mortalidade de crianças. No que compete à prevalência de óbitos na infância no contexto brasileiro, segundo o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, no período de 2018 a 2022, faleceram 27.581 crianças de um a quatro anos de idade no território nacional, sendo os acidentes os principais responsáveis pelas mortes na respectiva população. Os acidentes são eventos inesperados e que comumente ocorrem em locais onde as pessoas transitam em seu cotidiano, o que no contexto infantil, abrange o ambiente escolar. Ademais, o período de ingresso na escola é marcado pela progressiva aquisição de autonomia e independência das crianças, o que pode provocar maior exposição a riscos. Por consequência do elevado número de ocorrências em escolas e do desconhecimento dos profissionais escolares sobre como proceder diante dos acidentes, foi aprovada no Brasil a Lei 13.722/2018, também conhecida como Lei Lucas. Através desta lei, tornou-se obrigatória a capacitação de profissionais escolares e trabalhadores de espaços de recreação infantil. Nesse sentido, as capacitações devem ser ofertadas anualmente, evidenciando aos funcionários como ofertar os primeiros socorros diante das principais ocorrências com crianças. Por serem consideradas uma estratégia de educação em saúde, ressalta-se as contribuições do papel do enfermeiro frente às capacitações, a qual através de palestras, recursos audiovisuais e simulações realísticas, fomentam uma participação ativa dos profissionais envolvidos. Este estudo tem como objetivo descrever a experiência relacionada à oferta de uma capacitação sobre primeiros socorros pediátricos em uma escola de ensino fundamental. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, vivenciado por acadêmicos do curso de graduação em Enfermagem do quinto período, no primeiro semestre de 2023. No decorrer das atividades práticas da disciplina de Saúde da Mulher, Criança e do Adolescente Baseada em Evidências, os alunos foram convidados para ministrar uma capacitação referente à Lei Lucas em uma escola pública no município de Itajaí/SC, sob supervisão dos professores. A vivência propiciou aos estudantes o aprofundamento do conhecimento voltado aos primeiros socorros pediátricos durante o preparo da apresentação e dinâmicas a serem realizadas com os professores e monitores da escola em questão. Nesse sentido, foi apresentado como identificar e proceder diante da ocorrência de ferimentos, desmaios, febre, crises de ansiedade, crises convulsivas, intoxicação exógena, engasgos e parada cardiorrespiratória. Durante a sua realização, foram demonstradas as principais condutas a serem exercidas por meio de simulações entre os integrantes do grupo e com bonecos, facilitando a compreensão da sequência, organização e ações a serem desenvolvidas nos procedimentos. Ao final de cada tópico, foram realizadas discussões que envolveram o relato dos professores de suas experiências diante das ocorrências mencionadas, o esclarecimento de dúvidas e comentários pertinentes à temática. Através da experiência vivenciada, foi possível estabelecer uma ponte entre os saberes empíricos e científicos sobre os primeiros socorros pediátricos em escolas, o que favoreceu a construção de conhecimento sobre a temática.



Ainda, é possível apontar a constante interação dos profissionais escolares como um fator positivo frente aos conteúdos levantados, o que permitiu o esclarecimento de dúvidas e a mitigação de inseguranças relacionadas aos procedimentos a serem executados em caso de ocorrências. Por fim, infere-se que as capacitações referentes à Lei Lucas são recursos essenciais para a promoção de um ambiente escolar mais seguro, além de permitir maior visibilidade do papel do enfermeiro como educador em saúde.

Palavras-chave: Primeiros Socorros; Saúde da Criança; Educação em Saúde; Cuidados de Enfermagem.



PROTOCOLO DE ORIENTAÇÕES DE ALTA PARA PACIENTES SUBMETIDOS À CIRURGIA CARDÍACA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Fernanda Zorzo de Castro; Adriano da Silva Acosta; Laura Martins; Pollyana Bortholazzi Gouvea; Silmara da Costa Maia; Iury Viana Freitas Erika Ferreira Santos; Luis Eduardo Veran.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

As Doenças Cardiovasculares (DCV) são responsáveis por 31% de todas as mortes em âmbito global, constituindo-se na principal causa de morte nos países em desenvolvimento. As Cirurgias Cardiovasculares fazem parte dos tratamentos previstos em diretrizes e consensos para as DCV, sendo as mais comuns a Cirurgia de Revascularização do Miocárdio e a correção de doenças valvares. Devido ao elevado grau de complexidade, as cirurgias cardiovasculares apresentam altas taxas de readmissão hospitalar, e as complicações pós-cirúrgicas mais prevalentes, como as cardíacas e infecciosas, podem fazer parte do período pós-operatório. Desse modo, a transição dos cuidados do paciente torna-se uma prática essencial, que requer uma articulação entre uma equipe multiprofissional, que deve estabelecer orientações e instruções específicas para garantir a continuidade dos cuidados nas clínicas. Observa-se neste cenário, a ausência de uma sistemática no planejamento da alta hospitalar, baixa qualidade das informações entre os setores de internação e das orientações prestadas aos pacientes, acerca de quais cuidados manter e como desempenhá-los. A falta de organização do preparo para alta pode gerar impacto na qualidade de vida dos pacientes pós-cirúrgicos, pois se trata de um momento crítico de transição e adaptação de suas atividades de vida diárias, impostas pelo procedimento cirúrgico e futuro tratamento clínico de prevenção de eventos cardiovasculares. Pretende-se, com este estudo, construir um instrumento para a orientação de alta do paciente submetido à cirurgia cardíaca, elencando os cuidados e orientações para o período pós-operatório de cirurgia cardíaca ao paciente e equipe de enfermagem na Unidade Clínica. Elaborou-se um estudo descritivo, na forma de relato de experiência, a partir das vivências dos acadêmicos de enfermagem no estágio curricular supervisionado, na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) de um hospital de grande porte da região de saúde da Foz do Rio Itajaí. Considerando o momento de alta do paciente pós-cirúrgico da UTI, observou-se que a passagem de plantão da UTI para a unidade de internação clínica não contemplava todos os critérios essenciais para uma manutenção dos cuidados ao paciente. Um dos desafios para garantir a segurança do paciente no ambiente hospitalar é enfatizar a comunicação efetiva como meta a ser atingida pela equipe, como também proporcionar um ambiente de trabalho harmonioso, com assistência livre de danos. Para o alcance do objetivo deste projeto de atuação, realizou-se, na primeira etapa, uma revisão narrativa da literatura, na qual foram selecionados artigos que se adequavam ao objetivo do estudo. Após esse levantamento acerca dos cuidados e orientações para o período pós-operatório de cirurgia cardíaca à equipe de enfermagem e ao paciente na alta hospitalar, os acadêmicos, em consenso com os docentes da disciplina, estão em processo de finalização de um protocolo de cuidados à equipe de enfermagem da unidade de internação que receberá este paciente após alta da UTI, bem como as orientações aos pacientes e seus cuidadores. Itens relacionados aos preparos na volta para casa, cuidados relacionados à ferida operatória, indicações para reabilitação pós-operatória e atividade física e orientações relacionadas ao sono, conforto, à alimentação, importância do controle de doenças crônicas como o diabetes, vida sexual, anticoagulação e redes de apoio foram alguns dos pontos encontrados na busca de artigos e conteúdos acerca da temática. A elaboração de um protocolo de cuidados para pacientes submetidos à cirurgia cardíaca na



Unidade de Terapia Intensiva destacou a importância de um cuidado sistematizado e contínuo, bem como a importância de uma passagem de plantão qualificada, primando pela comunicação efetiva neste processo. Dessa forma, a padronização na passagem de plantão e das orientações torna-se fundamental para garantir a continuidade adequada do cuidado, resultando em uma assistência mais eficaz ao paciente. Esse processo estruturado contribui para a prevenção de complicações, reduz a possibilidade de reinternações e o prolongamento do tempo de internação, além de impactar positivamente na redução da mortalidade.

Palavras-chave: Segurança do Paciente; Comunicação Efetiva; Procedimentos Cirúrgicos Cardiovasculares; Cuidados Pós-Operatórios; Autocuidado.



APLICAÇÃO DA SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM PERIOPERATÓRIA EM PACIENTES SUBMETIDOS À CIRURGIA CARDÍACA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Fernanda Zorzo de Castro; Adriano da Silva Acosta; Pollyana Bortholazzi Gouvea; Silmara da Costa Maia; Iury Viana Freitas; Erika Ferreira Santos; Luis Eduardo Veran; Maria Izabel de Col Jorge Rebelo.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) é um método que visa a aprimorar o cuidado prestado pelo enfermeiro ao paciente e busca proporcionar uma assistência segura e com qualidade, evidenciando sua importância para os profissionais de enfermagem, para a equipe multidisciplinar e para o paciente. Os enfermeiros que atuam no centro cirúrgico podem utilizar a Sistematização da Assistência de Enfermagem Perioperatória (SAEP), com o propósito de promover assistência de qualidade ao paciente cirúrgico de forma continuada, participativa, individualizada e documentada. Neste estudo, relatou-se a experiência dos acadêmicos de enfermagem durante o estágio curricular supervisionado durante implementação das etapas de visita pré-operatória de enfermagem, planejamento da assistência perioperatória; implementação da assistência, avaliação da assistência (por meio da visita pós-operatória de enfermagem). Trata-se de estudo descritivo, do tipo relato de experiência, e descreve a vivência dos acadêmicos de enfermagem durante o estágio curricular supervisionado em uma unidade de centro cirúrgico de um hospital de grande porte entre os meses de agosto a novembro de 2023. A SAEP divide-se em três momentos do período perioperatório, conforme relatado a seguir. O período pré-operatório se inicia com o internamento hospitalar até o momento da entrada do paciente no centro cirúrgico. Nesse período, ocorre a realização da visita de enfermagem que se dá através da anamnese e exame físico com o paciente, checagem dos exames necessários e coleta de informações individualizadas, a fim de garantir a segurança do paciente. Durante o acompanhamento, as acadêmicas procuravam pesquisar possíveis alergias e doenças associadas, realizar exame físico e fazer orientações relacionadas à proposta cirúrgica, contribuindo para reduzir a ansiedade e o estresse provocado pelo ato cirúrgico. O segundo momento, transoperatório, iniciava-se com a chegada do paciente no centro cirúrgico e tinha como objetivo garantir, além dos cuidados de enfermagem planejados para a sala operatória voltadas à segurança do paciente, o transporte adequado, o posicionamento e a monitorização dos sinais vitais em Sala Operatória e realização do *checklist* de cirurgia segura, com as equipes de anestesia e de cirurgia. O terceiro momento, o pós-operatório, compreendeu a chegada do paciente na unidade de terapia intensiva até sua alta para a enfermaria, quando o paciente recebia orientações de alta pela equipe de enfermagem sobre os principais cuidados a serem realizados após a alta hospitalar. Este relato de experiência reiterou a importância da SAEP e das etapas que a envolvem: identificação de problemas de saúde do paciente, estabelecimento dos diagnósticos de enfermagem, instituição do plano de cuidados, implementação das ações planejadas e avaliação dos resultados assistenciais realizados pelo enfermeiro do centro cirúrgico e unidade de internação clínica, buscando uma assistência de enfermagem efetiva e minimizando o processo de desgaste emocional do paciente submetido ao procedimento cirúrgico. A experiência prática torna-se essencial, ao possibilitar a aplicação dos conhecimentos adquiridos na academia, bem como levanta a discussão e reflexão do papel do enfermeiro dentro do centro cirúrgico.

Palavras-chave: Segurança do Paciente; Assistência Perioperatória; Assistência de Enfermagem; Centro Cirúrgico.



VIVÊNCIA DA EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL NO PROJETO DE EXTENSÃO SÉRGIO AROUCA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Fernanda Zorzo de Castro; Clarice Aparecida Munaro; Dora Carolina Diedrich Saldanha; Guilherme Ribeiro; Clara Tereza Machado Schramm; Daiana Marcomini; Laura Giulia Munchen; Isadora Tomio.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O Projeto Sérgio Arouca (PSA), surge em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's), em um contexto de reorientação na formação em saúde (Pró-Saúde) nos moldes do Projeto Rondon. Observou-se o processo de formação-intervenção enquanto um dispositivo potente para compreensão e transformação da concepção de saúde. Os sujeitos estão envolvidos em uma construção coletiva, reforçando os princípios da Integralidade, Equidade e Universalidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, o PSA tem como objetivo integrar ensino, serviço e comunidade na Atenção Primária à Saúde, oportunizando aos acadêmicos de diferentes áreas, vivências de outras realidades, em municípios com baixo IDH, para uma prática mais humanizada e integral, promovendo o protagonismo e a autonomia dos participantes, priorizando ações em saúde tanto assistenciais como coletivas. As atividades são desenvolvidas sob supervisão de professores, coordenadores e preceptores. O PSA Edição 2024 ocorreu no município de Imaruá/SC, contando com 60 acadêmicos e 11 preceptores, acadêmicos dos cursos de medicina, biomedicina, enfermagem, nutrição, educação física, psicologia e fonoaudiologia. Este trabalho tem como finalidade relatar as vivências dos acadêmicos da Escola de Ciências da Saúde da Univali no Projeto Sérgio Arouca, a partir da interprofissionalidade. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado a partir das vivências dos discentes no Projeto Sérgio Arouca, edição 2024, da Universidade do Vale do Itajaí, no município de Imaruá. O PSA reuniu acadêmicos, preceptores, profissionais de saúde e a população, ofereceu experiências práticas que fortaleceram a compreensão da prática clínica centrada na pessoa. O PSA promoveu sentimentos de solidariedade e altruísmo por parte dos acadêmicos, gerando um impacto positivo na comunidade atendida, percebido nos relatos da população durante o projeto também contribuiu para a qualificação da Atenção Primária nos momentos de matriciamento de algumas demandas trazidas pelos profissionais do município. No que se refere aos atendimentos realizados durante o PSA, seja nas ações coletivas, ou em atendimentos individuais, o trabalho interprofissional teve destaque para um aprendizado compartilhado. A comunidade em Imaruá mostrou-se participativa e constante; dessa forma, houve a necessidade de adaptações das atividades, o que propiciou um aprendizado mais significativo, pois sempre foi priorizada a necessidade da comunidade nos processos grupais. O trabalho interprofissional se põe à prova neste projeto, visto que as intervenções eram conduzidas por cerca de cinco acadêmicos, que alternavam a liderança nas dinâmicas em grupo, trazendo sempre como foco a educação em saúde compartilhando saberes junto à comunidade. Quanto aos atendimentos individuais, esses foram agendados pelos profissionais de saúde do município e realizados em duplas, frequentemente compostas por acadêmicos de áreas distintas da saúde, sob a coordenação de um preceptor. Esses atendimentos eram alternados, garantindo que os acadêmicos tivessem a oportunidade de vivenciar a experiência de um atendimento individualizado. Os diversos conhecimentos trocados e aplicados ao usuário permitem uma abordagem que, na prática, acolhe melhor os princípios do SUS, atendendo e propondo, com e para a pessoa, um plano de cuidado de fato integral, sem excluir ou minimizar determinado aspecto. Ao final de cada ação, os grupos compostos por discentes, docentes e preceptores, reúnem-se para discutir os casos, na



forma de roda, mediados pelos preceptores, com breve introdução do caso. Em seguida, os acadêmicos dos diferentes cursos, envolvidos no cuidado ao paciente, debatem sobre o diagnóstico, a conduta e a experiência do atendimento. O contato interprofissional nessas discussões integra saberes específicos, comuns e colaborativos, oportunizando o desvencilhamento do pensamento uniprofissional e viabilizando o desenvolvimento do raciocínio clínico ampliado, potencializando, assim, o cuidado integral à população atendida. Ademais, a metodologia aplicada no PSA fortalece tanto a assistência prestada quanto o conhecimento técnico dos envolvidos. Além disso, vale ressaltar a importância da integração interprofissional entre os acadêmicos durante o projeto, aprender juntos é fundamental para que, no futuro, possam trabalhar em equipe, uma das premissas da educação interprofissional. A colaboração entre nutricionistas, psicólogos, médicos, enfermeiros, profissionais da educação física e fonoaudiólogos permite a construção coletiva do PSA, na qual cada especialista contribui com sua formação específica, ao encontro do usuário especialista em si, proporcionando uma abordagem mais ampla e eficaz do cuidado. Este trabalho conjunto não apenas promove uma visão mais completa da saúde, mas também facilita a formação de redes profissionais valiosas. A troca de conhecimentos entre diferentes especialistas (acadêmicos de diferentes áreas e paciente especialista no seu processo saúde/doença) enriquece a compreensão sobre a interconexão das práticas de cuidado e aprimora a formação dos envolvidos. Dessa forma, o projeto evidencia a importância da colaboração interprofissional ampliando a perspectiva do conceito de saúde e cuidado, desenvolvendo conexões profissionais significativas e, desse modo, agregando valor na formação profissional dos envolvidos. A oportunidade de realizar um trabalho interprofissional fora do ambiente universitário, em contato com uma comunidade de outra cidade e tendo o apoio técnico de preceptores para orientações, traz aos acadêmicos a chance de desenvolver habilidades que vão além das prescritas na grade curricular ou descritas em livros, essas que são essenciais para a formação de profissionais mais atenciosos e humanos. Apesar de não transformar completamente a formação acadêmica em saúde, o PSA promove reflexão sobre a necessidade de mudanças nas práticas curriculares. Ainda, é importante ressaltar que as conexões feitas entre os acadêmicos durante o projeto são valiosas não só do ponto de vista relacional, mas também como forma de ampliar a rede de contatos com profissionais que compartilham da mesma visão e valores. Dessa forma, podemos concluir que o PSA é uma grande oportunidade de transformar a formação acadêmica dos participantes e, por esse motivo, deve ser amplamente divulgado e apoiado, garantindo sua continuidade e expansão, atingindo um número ainda maior de acadêmicos e formando profissionais mais humanos.

Palavras-chave: Multiprofissional; Interprofissional; Projeto de Extensão; Saúde Coletiva.



A ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO DE MANEJO DA DENGUE EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NA FOZ DO RIO ITAJAÍ: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Fernanda Zorzo de Castro; Milene Negri Reiser; Thuane da Silva Santos Lúcio; Laura Martins; Yasmin Achutti; Henrique Costacurta Zuchi.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O município de Itajaí/SC tem enfrentado desafios significativos relacionados à dengue, com o aumento no número de casos. De acordo com os dados do boletim epidemiológico de Itajaí (2024), observou-se um crescimento preocupante no índice de infestação pelo *Aedes aegypti*, mosquito transmissor da doença. A Unidade Básica de Saúde (UBS) funciona como porta de entrada e acessibilidade da população e, com o cenário atual de elevados índices de diagnósticos de dengue, houve um aumento da procura de atendimento na atenção primária de saúde. Conforme a Diretriz Nacional de Prevenção e Controle da Dengue (2009), o primeiro contato do paciente deve ser preferencialmente na UBS, a qual tem competência para atendimento e manejo do cuidado de pessoas com suspeita de dengue, e se houver necessidade, realizar encaminhamento para o serviço compatível com a complexidade do paciente. Isso tem impactado diretamente a demanda por atendimento na UBS, em Itajaí, que está vivendo uma epidemia, com mais de 30 mil casos confirmados até o dia 30 de setembro de 2024. No primeiro semestre de 2024, a prefeitura de Itajaí ampliou os horários de serviços de determinadas UBS para fazer o atendimento a pacientes com sintomas de dengue, consequentemente aumentando a demanda espontânea e atendimentos de pacientes com diagnóstico e/ou suspeita de dengue. Considerando a epidemia, a proposta da matéria do estágio curricular supervisionado foi criar o protocolo para o manejo da dengue na unidade básica de saúde. Para isso, relatou-se as contribuições e benefícios do estágio curricular supervisionado no processo de criação de um protocolo para manejo da dengue na Unidade Básica de Saúde. Trata-se de um estudo descritivo, tipo relato de experiência, de uma vivência dentro da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado na graduação de Enfermagem. O papel da UBS é crucial na notificação dos casos de dengue, na realização da prova do teste do laço e na orientação dos pacientes para coletar exames de sangue. Ainda, realizam monitoramento diário e acompanhamento rigoroso dos pacientes na unidade de saúde. Durante o funcionamento da unidade são realizadas verificações de pressão arterial e temperatura, além da realização ou repetição de solicitação dos exames laboratoriais. A criação do protocolo é respaldada pela necessidade de aprimorar a assistência ao paciente com dengue, visando não apenas a padronizar as condutas, mas também a garantir uma resposta mais eficaz e ágil diante da crescente incidência e complexidade dos casos de dengue, melhorar o processo do atendimento e orientação no manejo clínico dos pacientes com diagnóstico ou suspeita de dengue, garantindo uma abordagem de atendimento sistemática e padronizada. Portanto, para criar o protocolo, foi necessária uma pesquisa de campo dentro da unidade, acompanhando o fluxo de atendimentos para adequar o protocolo diante das especificidades da unidade. Além desse, as pesquisas bibliográficas foram essenciais na execução do protocolo, com intuito de aprimorar o instrumento com base em evidências científicas. Conforme o protocolo elaborado, as descrições de ações e condutas iniciaram com a triagem e classificação dos grupos, a qual esclarece sobre os sinais e sintomas que devem ser observados para a classificação dos grupos, sendo eles grupo A, B, C e D, incluindo a realização do teste do laço, visou-se a reduzir o tempo de espera no serviço de saúde e melhorar a assistência prestada ao paciente. Em seguida, realizou-se a anamnese do paciente com suspeita de dengue ou diagnóstico de dengue, verificando presença de sintomas, alterações gastrointestinais, alterações neurológicas, diurese, condições pré-



existentes e comorbidade, e sinais de alarme. Destaca-se a importância da notificação em caso de resultado reagente no teste do laço ou teste para identificação da dengue (Igg, Igm, NS1 ou PCR). Por fim, fornecendo orientações claras e acompanhamento adequado ao paciente, considerando as classificações de grupo. Tendo em vista que os grupos atendidos na APS são o A e o B, realizar orientações sobre controle dos sintomas, salientando os sinais de alarme, a necessidade do acompanhamento com a UBS para monitorização dos sintomas por sete dias e solicitar exames complementares. Orientou-se em relação às medidas de eliminação de criadouros do *Aedes aegypti*, reforçando o uso de repelentes. A construção do protocolo resultou em benefícios significativos tanto para o ambiente acadêmico quanto para a unidade básica de saúde e a comunidade, visto que aprimoramos o conhecimento prático e científico, promovendo melhorias pertinentes no fluxo de atendimento. Assim, contribuiu-se, de forma proativa e significativa, para a melhoria dos atendimentos na UBS, especialmente diante dos desafios enfrentados pela comunidade de Itajaí, destacando-se a epidemia de dengue. Ao estabelecer um protocolo de manejo da doença na atenção primária, busca-se não apenas conter os impactos da epidemia, mas também promover uma prestação de cuidados mais eficientes aos pacientes, esperando contribuir para a redução de complicações, agravos e óbitos relacionados à doença.

Palavras-chave: Dengue; Unidade Básica de Saúde; Protocolo; Atenção Primária à Saúde.



ADOÇÃO INTER-RACIAL: POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO E PREPARO DE PRETENDENTES À ADOÇÃO

Maria Gabriela Neves; Josiane da Silva Delvan da Silva; Ana Claudia Delfini.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

As políticas públicas são a integração de iniciativas de grupos organizados e intermediados pelo Estado, a fim de obter planejamento sistêmico que viabilize resolver demandas sociais. O movimento negro desempenhou um papel crucial na construção de políticas afirmativas, evidenciando a importância da mobilização social para a mudança social. No entanto, as políticas públicas ainda podem reproduzir desigualdades, como no caso da adoção. Atualmente, o cenário da adoção no Brasil se configura através de um processo de proteção da criança e adolescente que teve os direitos violados pela família de origem. A Lei da adoção n. 12.010/2009 propôs buscar o cumprimento de órgãos públicos e privados em acolher e realizar o acompanhamento familiar na reintegração ou integração na nova família de forma qualificada. Para tal, foi facilitado o acesso dos interessados em adotar com a implementação do Cadastro Nacional de Adoção e o Sistema Único de Assistência Social, que está envolvido em todo o processo de acolhimento e institucionalização das crianças, bem como o preparo dos pretendentes à adoção e acompanhamento no processo de adoção. Porém, a adoção em nosso país revela as profundas desigualdades presentes na sociedade brasileira. Este estudo contribui para atenção às desigualdades raciais presentes no campo da adoção, haja vista que o racismo e as desigualdades ocorrem de forma estrutural e podem estar presentes em algumas políticas e instituições. Crianças negras são frequentemente preteridas por futuros pais adotivos, havendo uma preferência por determinados perfis de crianças. Esses casos chamam-se adoções tardias ou adoções necessárias. Diante de tal problema, as políticas públicas brasileiras dispõem de incentivo às adoções necessárias, buscando promover proteção a crianças negras, pois diminui as barreiras na escolha do perfil de adoção dos pretendentes. Além de uma questão numérica de avançar nas adoções necessárias, é preciso pensar na qualidade delas e desenvolvimento dessas crianças e adolescentes. Portanto, quais políticas públicas estão envolvidas no preparo das famílias para adoção inter-racial? Este estudo tem como objetivo geral investigar o fenômeno da adoção inter-racial e as políticas públicas brasileiras. O presente trabalho trata-se de um ensaio teórico, pois pretende fomentar uma análise crítica e um debate sobre adoção inter-racial e políticas públicas. Como resultados esperados, apontam-se a falta de espaços de discussão e debates sobre a temática racial em diversas disciplinas para uma contribuição teórica e metodológica, bem como a falta de preparo dos pretendentes à adoção inter-racial diante das ementas oferecidas nos cursos obrigatórios do processo de adoção. Como conclusões preliminares deste estudo, tem-se a aproximação entre estudos de política pública e agenda societária, além de gerar análises que contribuam, de fato, para o processo de política pública atual e a criação de espaços de discussão sobre a adoção inter-racial como um passo fundamental para enfrentar os desafios e promover a igualdade racial. É fundamental que as políticas públicas e os programas de preparação para a adoção considerem a interseccionalidade, a fim de garantir que as necessidades específicas de cada criança sejam atendidas.

Palavras-chave: Adoção Inter-racial; Políticas Públicas; Racismo.



A COMPREENSÃO DA PESSOA IDOSA EM RELAÇÃO À CONSULTA MÉDICA NOS ATENDIMENTOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Mariana Garbin Moura; Clarice Aparecida Munaro; Kate Adriany Santos, Wellington Sanchez Abdou; Henrique Costacurta Zuchi; Yasmin Achutti; Maria Fernanda Zorzo de Castro.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Em todos os países do mundo, o envelhecimento populacional aumenta aceleradamente, e no Brasil, as projeções populacionais demonstram a intensificação dessa ocorrência, chegando a 30% da população em 2050. Durante o processo natural de envelhecimento do organismo, ocorre alteração na fisiologia, o que acarreta um crescimento das doenças crônicas não transmissíveis, aquelas que associadas a certas circunstâncias levam a um declínio funcional gradual. No viés da saúde pública brasileira e da Atenção Primária à Saúde, esse processo exige mudanças e demandas especiais, visto que a pessoa idosa, especialmente aqueles com comorbidades, são um dos maiores usuários do sistema – principalmente, pelo maior número de consultas ambulatoriais, uso de medicamentos e internações hospitalares. Tendo em vista a importância da compreensão da pessoa idosa sobre diagnóstico, tratamento e orientações gerais na condição da sua saúde e as especificidades que eles apresentam, analisar o entendimento sobre o atendimento é de extrema importância. Por isso, objetiva-se, com este estudo, analisar a compreensão da pessoa idosa ao término da consulta médica na Atenção Primária à Saúde, sobre o seu diagnóstico e plano de cuidado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas com perguntas norteadoras, as quais foram realizadas com oito idosos participantes em uma UBS de Itajaí/SC. A coleta de dados foi realizada após aprovação no Comitê de Ética da Univali, com número do parecer 5.227.669. As perguntas norteadoras buscaram compreender as fragilidades e as potencialidades do processo de comunicação clínica após a consulta médica. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas e categorizadas para análise do conteúdo. Os sujeitos do estudo enfatizaram a importância da empatia na comunicação clínica e como isso influencia na adesão ao tratamento e na compreensão das orientações; também reforçaram que o suporte familiar e social é um facilitador para a compreensão e adesão das orientações realizadas no atendimento. As pessoas idosas compreendem seu diagnóstico e plano de cuidado, mas nem sempre seus aspectos relacionados. A comunicação clínica compassiva/afetiva e o suporte familiar e/ou social são fatores significativos para essa compreensão e adesão ao tratamento das orientações. Torna-se evidente a importância de uma boa comunicação com a pessoa idosa, de forma a não olhar apenas para doença, e sim, valorizar esse sujeito como pessoa, que está submetido a fatores sociais, econômicos, culturais, raciais, psicológicos e comportamentais, que influenciam na ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco.

Palavras-chave: Envelhecimento; Atenção Primária à Saúde; Comunicação; Consulta Médica.



ESCALA DE COELHO E SAVASSI: APLICAÇÃO NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE NA CIDADE DE ITAJAÍ/SC

Mariana Vieceli de Carvalho; Camila Schons; Emerson da Silveira; Wellington Sanchez Abdou; Carolina Machado.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A Escala de Risco Familiar de Coelho-Savassi é uma ferramenta de estratificação para estimar riscos sociais e de saúde, organizar demandas e melhorar o trabalho em equipe ao estabelecer prioridades no atendimento domiciliar e na atenção à população adscrita. Este estudo teve como objetivo explorar a Escala de Coelho e Savassi em uma UBS de Itajaí/SC. Trata-se de um estudo qualitativo, que utilizou um grupo focal com dez Agentes Comunitárias de Saúde, coletando informações através de discussões conduzidas por duas pesquisadoras e um coordenador. As Agentes apontam que a escala é inadequada para áreas de alta vulnerabilidade, necessitando ajustes, sendo necessário adaptá-la para refletir melhor a complexidade das situações das famílias e priorizar a equidade nas ações de saúde. A nova escala do Planifica SUS, que inclui variáveis adicionais, ainda depende de capacitação adequada e integração dos dados.

Palavras-chave: Saúde Pública; Serviços de Saúde; Atenção Básica à Saúde.



PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE (PICS) E NUTRIÇÃO INTEGRATIVA DESTINADAS ÀS MULHERES EM TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Marla de Paula Lemos; Grazielle Effting; Vanderléa Ana Meller.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A nutrição adequada é um elemento fundamental na reabilitação de pessoas em tratamento de dependência química, pois promove o fortalecimento e bem-estar corporal. As substâncias psicoativas são capazes de produzir alterações no sistema nervoso central e atuam sobre o cérebro, modificando o seu funcionamento, com influências no humor, na percepção, no comportamento e em estados da consciência. Uma alimentação natural adequada desempenha um papel importante no reestabelecimento do equilíbrio emocional. Nesse contexto, as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) e a nutrição integrativa surgem como estratégias para abordagens eficazes em saúde. Entre as práticas, selecionamos o cultivo de hortaliças e de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) envolvendo o plantio e a alimentação saudável. A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) do SUS integra as diretrizes e recomendações das conferências nacionais de saúde e da Organização Mundial da Saúde (OMS). A problemática envolveu reconhecer quais foram as experiências com as mulheres. Este estudo tem o objetivo de apresentar as experiências desenvolvidas com mulheres em recuperação de dependência química por meio de práticas integrativas de educação em saúde e nutrição integrativa. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo teórico-prática realizada em uma instituição de Itajaí/SC que atende mulheres em recuperação de dependência química. Foram desenvolvidas oficinas temáticas pelos bolsistas e professores do projeto de extensão “Mãos de Vida”, da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), com foco nas práticas transdisciplinares de educação e saúde. As atividades foram conduzidas por meio de diversas estratégias expositivas e dialogadas, rodas de conversa, criação e aplicação de jogos interativos, o cultivo de hortaliças e PANCs e no espaço da horta da instituição. Participaram, em média, 15 mulheres internas da instituição, e foram totalizados 30 encontros semanais ao longo do ano de 2024. Os dados foram coletados nos relatórios diários do projeto e categorizados de acordo com objetivo deste estudo. Entre as categorias elegemos: - as práticas integrativas; - autoestima. As práticas integrativas perpassaram por toda a evolução educativa direcionada às mulheres. Na atividade sensorial *Mindful Eating*, foi explicado o objetivo e passo a passo da técnica de forma expositiva, seguida de uma atividade ao ar livre, na qual as participantes se sentaram em círculo sobre uma colcha no gramado da área externa da instituição. Frutas e chocolates foram oferecidos, e a prática de comer com atenção plena foi aplicada, focando nas escolhas alimentares, sensações emocionais e sinais físicos de saciedade. A atividade foi bem recebida e todas compreenderam o objetivo da técnica. Na oficina de “Nutrição e Atividade Física”, foram discutidos os benefícios da prática de exercícios e como a alimentação influencia na *performance* física. Na exposição sobre PANCs, foram apresentadas plantas comumente vistas como “matos”, mas que são ricas em nutrientes e podem ser encontradas em calçadas e quintais. O tema “Um arco-íris no prato” destacou como as cores dos vegetais estão relacionadas aos nutrientes que oferecem, reforçando que um prato colorido proporciona uma variedade de vitaminas e minerais essenciais à saúde e ao bem-estar. Ao final, as participantes confeccionaram um jogo da memória com desenhos coloridos de frutas e legumes, promovendo interação entre o grupo. Durante a “Análise Quantitativa de Alimentos”, foi aplicado um recordatório de 24 horas para avaliar a ingestão alimentar e identificar excessos. A oficina sobre “Carboidratos e



Proteínas” enfatizou a importância de cada um desses macronutrientes para o funcionamento do organismo, enquanto a abordagem sobre “Manipulação de Alimentos” envolveu as boas práticas na manipulação dos alimentos, essenciais à segurança dos alimentos. Foram apresentados os “Dez passos para uma alimentação saudável”, discutindo a importância da alimentação saudável para a saúde, o bem-estar e as diferenças entre alimentos *in natura*, minimamente processados, processados e ultraprocessados, com exemplos de refeições balanceadas e orientações para conservação e preparo dos alimentos, conforme o Guia de Alimentação Popular Brasileira. A oficina sobre “Água” destacou sua importância para o organismo e o cálculo da necessidade diária de consumo de cada participante. Foram distribuídas garrafinhas, com o objetivo de incentivar a hidratação. Na atividade sobre “Autoimagem”, foi aplicada uma dinâmica por meio da qual cada residente expressou, através de desenhos, como se vê e como gostaria de ser. Esta atividade gerou reflexões positivas e culminou em sessões de fotos individuais, promovendo um resgate da autoestima. As participantes receberam as fotos de recordação e também expuseram algumas fotos em um mural no salão de refeições. O projeto “Nossa Horta” revitalizou uma horta anteriormente abandonada, começando por um levantamento das plantas já existentes. Foram realizadas três aulas expositivas sobre os benefícios dos itens da horta, incentivando o cultivo. As residentes demonstraram grande interesse em obter novas mudas e participaram ativamente da organização e do plantio. Além disso, uma engenheira agrônoma explicou sobre épocas de plantio, manejo e técnicas de cultivo, incluindo práticas de compostagem e controle orgânico de pragas. As aulas práticas incluíram podas, plantio de sementes e manutenção da horta. Na atividade sobre “Micro-organismos Nocivos à saúde abordou-se a origem, transmissão, alimentos envolvidos, sintomas e medidas preventivas, aumentando a conscientização sobre os riscos à saúde. As práticas integrativas e complementares em saúde, juntamente com a nutrição integrativa, mostraram-se fundamentais para o desenvolvimento socioeducacional das mulheres participantes. Essas experiências contribuíram para a mudança de estilo de vida, promovendo a reinserção social e o resgate da autoestima. Ao cultivar uma horta e aprender sobre nutrição, as participantes melhoraram suas condições alimentares e estabeleceram conexões com a natureza, desenvolvendo habilidades práticas, que serão úteis para o cotidiano. Por meio de um ambiente de aprendizado colaborativo e acolhedor, as mulheres fortaleceram a qualidade de vida, demonstrando que a saúde é uma questão de bem-estar integral, focado nas escolhas alimentares, sensações emocionais e sinais físicos de saciedade, os quais contribuíram com a recuperação e superação da dependência química.

Palavras-chave: Mulheres; Práticas Integrativas; Nutrição; Saúde.



AMIZADE ALÉM DO TEMPO: ARISTÓTELES, EXPERIÊNCIAS DE HOMENS IDOSOS E A PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL

Milena Novack; Isabela; Luisa Mauricio; Ana Júlia da Silva Tomio; Maria Clara de Lucena; Carina Nunes Bossardi.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O processo de envelhecimento acarreta profundas mudanças nas relações sociais, especialmente nas amizades. Este estudo, desenvolvido durante a disciplina de Psicologia do Desenvolvimento na Velhice, explora a solidão masculina nessa fase da vida e sua relação com o conceito de amizade na filosofia clássica de Aristóteles. Com base em “Ética a Nicômaco”, o objetivo foi comparar os três tipos de amizade descritos pelo filósofo (útil, prazerosa e virtuosa) com as experiências e percepções de dois homens idosos, ambos com 62 anos, através de entrevistas semiestruturadas. A análise de conteúdo revelou a relevância contemporânea das ideias aristotélicas, com categorias emergentes como: “Retorno e Atualização do Conceito Aristotélico de Amizade Perfeita”, “A Atemporalidade das Amizades por Utilidade e Prazer” e “A Convivência na Contemporaneidade: Desafios e Perspectivas”. Os resultados demonstram que o tempo desempenha um papel essencial na formação de amizades genuínas, refletindo uma adaptação da amizade virtuosa aristotélica às experiências contemporâneas. Ademais, a pesquisa indica que fortalecer vínculos de amizade entre homens idosos pode contribuir significativamente para o bem-estar social e emocional desse grupo. Essas descobertas oferecem importantes reflexões sobre a promoção da saúde mental durante o envelhecimento humano e sugerem estratégias para profissionais de saúde na manutenção de redes de apoio significativas. Portanto, este trabalho se insere na intersecção entre Saúde Mental e Filosofia, contribuindo teoricamente para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à promoção da saúde mental de idosos, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, 10 e 16.

Palavras-chave: Solidão Masculina; Idosos; Amizade; Filosofia; Saúde Mental.



AÇÕES INTERDISCIPLINARES NA DETECÇÃO PRECOCE DO CÂNCER DE MAMA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM AMBULATÓRIO DE MASTOLOGIA NO SUL DO BRASIL

Nathalia Cabral Souza; Anna Izabel Mendes Ferreira; Pablo Henrique dos Santos; Sueli Terezinha Bobato.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O tratamento de todas as mulheres com diagnóstico de lesões precursoras de câncer constitui-se como uma das metas do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil 2021-2030. Essas metas devem-se à tendência global da mortalidade prematura por câncer que vem prejudicando o progresso para o alcance da meta 3.4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que consiste na redução de 1/3 da mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis até 2030. A neoplasia de mama foi responsável pela maior taxa de mortalidade por neoplasia maligna em mulheres entre 2000 e 2019, sendo verificado acréscimo em sua magnitude ao longo dos anos. Assim, a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no SUS visa a reduzir a incidência do câncer, garantir acesso integral ao cuidado, melhorar a qualidade de vida dos pacientes e reduzir a mortalidade e a incapacidade causadas pela doença, além da pactuação das responsabilidades nas linhas de cuidado do câncer. Diante desse contexto, a Psico-Oncologia contribui na abordagem integral diante do diagnóstico e tratamento do câncer, minimizando os impactos ao longo da trajetória do paciente. Almeja-se maior eficiência e efetividade no processo transicional entre o diagnóstico e tratamento por meio do acolhimento e ações psicoeducativas voltadas à saúde integral, qualidade de vida e prevenção de agravos diante da hipótese tumoral. O objetivo é descrever o processo de integração ensino-serviço na assistência multidisciplinar aos pacientes em investigação de processo tumoral e em acompanhamento após procedimento de mastectomia, considerando o paradigma biopsicossocial. Trata-se de um relato de experiência do estágio específico com ênfase em Saúde e Integralidade do Curso de Psicologia. As ações foram realizadas entre março e setembro de 2024 em um Ambulatório de Mastologia que se caracteriza como um serviço de média complexidade em uma universidade comunitária do sul do Brasil. O serviço acompanha, em média, 64 pacientes por mês, incluindo realização de pré-diagnóstico mediante hipótese tumoral ou neoplasia mamária, bem como outras queixas, como mastalgia e trauma. As atividades são realizadas por meio de consultas compartilhadas, envolvendo profissionais e acadêmicos de Medicina e Psicologia. Em casos de neoplasia, é realizado encaminhamento para a Unidade de Alta Complexidade em Oncologia. As intervenções são realizadas por meio de consultas compartilhadas, integrando os conhecimentos da Medicina e Psicologia, com base no modelo transdiagnóstico. A abordagem é realizada sob os moldes da entrevista motivacional e psicoeducação. Durante os meses de março a setembro de 2024 foram realizadas 70 consultas compartilhadas, envolvendo mulheres, com idades entre 18 e 70 anos, majoritariamente casadas (58%), com filhos (87%) e residentes da cidade de Itajaí/SC (77%). O motivo predominante da busca pelo Ambulatório foi o acompanhamento diante da classificação diagnóstica BI-RADS 3 (50%), seguida das classificações BI-RADS 2 (24%) e BI-RADS 4 (10%). Quanto ao estilo de vida, evidenciou-se sedentarismo (74%), alimentação inadequada (31%), insônia (24%) e consumo insuficiente de água (25%), condições crônicas de estresse (24%) e ansiedade (22%). Esses fatores estavam, em sua maioria, associados aos determinantes sociais de saúde, como condição socioeconômica desfavorável, conflitos conjugais e intrafamiliares, além do medo do diagnóstico de câncer, culminando em processos de sofrimento psicológico. Diante das



demandas, foram realizadas ações psicoeducativas com base nos pilares do autocuidado, em especial relaxamento progressivo de Jacobson, *mindfulness*, higiene do sono, resolução de problemas por meio da técnica balança decisional, acompanhadas de entrega de *folders* psicoeducativos. Além disso, 11 pacientes foram encaminhados aos serviços em saúde mental. A atuação interdisciplinar envolvendo a Psicologia nas consultas compartilhadas com as mulheres em processo de investigação tumoral contribuiu para a oferta de suporte emocional, a ressignificação da experiência por meio da problematização das condições estressoras e estratégias de enfrentamento. Dado o impacto psicológico do diagnóstico tumoral e do câncer de mama, a busca por alternativas conjuntas na tomada de decisão permitiu uma melhor compreensão das dimensões que compõem o processo de adoecimento. Possibilitou, ainda, a consolidação das interfaces ensino-serviço-comunidade na formação profissional, promovendo um espaço de diálogo e intervenções interdisciplinares em prol do cuidado integral e atendimento humanizado, em alinhamento às políticas públicas de saúde.

Palavras-chave: Neoplasias de Mama; Programas de Rastreamento; Atenção Secundária à Saúde; Integralidade; Psico-Oncologia.



ATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS DE CADEIRA DE RODAS MANUAIS SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE: VIDA PROFISSIONAL E EDUCACIONAL APÓS A LESÃO

Raiane Henriques da Silva; Fabiola Hermes Chesani; Laura Cristina Gai; Camila Cristine Tavares; Marigleice Pauline Stolben.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O presente estudo explora a atividade e participação de pessoas com deficiência física adquirida que utilizam cadeiras de rodas manuais, fundamentando-se na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Segundo dados do IBGE de 2022, cerca de 18,6 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência, sendo mais de 13 milhões classificados como deficientes físicos. A CIF, adotada em 2001, promove uma abordagem biopsicossocial que considera a funcionalidade e participação social dos indivíduos, reconhecendo os desafios enfrentados por usuários de cadeiras de rodas, como acessibilidade e dependência de assistência. O estudo tem como objetivo analisar a atividade e participação de pessoas com deficiência física adquirida, usuárias de cadeira de rodas manuais, segundo a CIF. Foi realizada uma pesquisa exploratória e qualitativa envolvendo dez participantes, com entrevistas semiestruturadas que foram conduzidas na Clínica de Fisioterapia, no Centro Especializado em Reabilitação II (CER II), com foco no domínio “atividade e participação” da CIF. Os dados foram analisados conforme a metodologia de Bardin, permitindo uma compreensão crítica dos desafios enfrentados. O projeto foi financiado pelo UNIEDU e recebeu aprovação ética, garantindo os direitos dos participantes e o consentimento informado. Os resultados do estudo revelam que a vida profissional e educacional de pessoas com deficiência sofreu mudanças significativas após a lesão, com desafios mais acentuados na esfera profissional. Os participantes relataram dificuldades em encontrar oportunidades de trabalho adequadas, como observado por P3 que, antes da lesão, estava empregado e em formação, mas agora enfrenta barreiras que tornam sua atuação praticamente impossível. O participante também mencionou a dificuldade de se reinserir no mercado de trabalho, enfatizando que a falta de opções na sua cidade limita suas chances de conseguir uma nova profissão. Além disso, a carga horária para equilibrar trabalho e estudos também foi citada como um desafio. O participante P9 destacou a exaustão causada pelo tempo necessário para se deslocar, o que afetou seu desempenho acadêmico. Essas experiências refletem a inadequação das empresas em reconhecer as necessidades e habilidades dessas pessoas, dificultando a inclusão no ambiente profissional. No âmbito educacional, as barreiras arquitetônicas e a escassez de profissionais capacitados são obstáculos significativos. A ausência de recursos assistivos apropriados também contribui para que alguns alunos decidam abandonar os estudos. Assim, adaptações curriculares e estruturais são essenciais para criar ambientes educacionais inclusivos. A conscientização sobre a importância da inclusão é fundamental para superar esses desafios, promovendo uma sociedade que valorize e respeite a diversidade e permita a participação plena de todos. A pesquisa destaca a urgência de estratégias inclusivas que abordem as necessidades específicas de pessoas com deficiência. Promover acessibilidade no trabalho e na educação é fundamental para garantir autonomia e dignidade, além de facilitar a plena participação social desse grupo.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência; Cadeiras de Rodas; Classificação Internacional de Funcionalidade; Incapacidade e Saúde; Participação Social.



QUEDAS EM PESSOAS IDOSAS: UMA REVISÃO NARRATIVA

Raquel de Fatima Oliveira Fortes; Mayara Ana da Cunha Kersten; Odisséia Fatima Perão; Erika Ferreira Santos; Dhamela da Silva Cavalcante; Júlia Waldrich de Oliveira.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A população brasileira ganhou 4,8 milhões de idosos desde 2012, superando a marca dos 30,2 milhões em 2017, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As mulheres representam 56% das pessoas idosas, enquanto os homens idosos estão com 44% dentro da faixa etária. Não só no Brasil, mas no mundo todo vem-se observando essa tendência de envelhecimento da população nos últimos anos. Este fato pode ser decorrente do aumento da expectativa de vida pela melhoria nas condições de saúde, ou pela questão da taxa de fecundidade, com diminuição de número médio de filhos por mulher. Ao verificar esses dados, entendemos que a pessoa idosa se movimentará socialmente e, com isso, aumentará as necessidades de manutenção de vida (saúde, segurança, proteção, mobilidade, entre outros). A avaliação com a equipe multiprofissional para a pessoa idosa sobre a senescência deverá se manter constante, diminuindo o risco de fragilidade, evitando a queda. Objetiva-se, com este estudo, descrever nas publicações nacionais e internacionais, no período de 2012 a 2022 que apresentam a temática quedas em pessoas idosas. Esta pesquisa científica de natureza básica contemplou as etapas da revisão narrativa da literatura com buscas nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System *on-line* (MEDLINE) e Biblioteca Virtual da área de enfermagem (BDENF), por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram analisados 13 artigos, publicados no período de 2018 a 2022. Os fatores encontrados que demonstram o Risco de queda nos idosos foram: baixa escolaridade, medo de cair, dependência funcional, mobilidade e fragilidade do idoso, coordenação motora, falta de exercícios físicos, a importância da visita domiciliar e da equipe multidisciplinar, entre outras. As quedas em idosos são um problema de saúde pública, devido à alta prevalência e graves consequências, como lesões, hospitalizações e mortalidade. Elas resultam em perda de mobilidade, aumento da dependência, declínio funcional, depressão e redução na qualidade de vida. Fatores de risco incluem fraqueza muscular, problemas de equilíbrio, uso de múltiplos medicamentos e condições crônicas. A prevenção eficaz envolve a identificação desses fatores, intervenções multifatoriais, programas de exercícios e adaptações no ambiente doméstico. A educação dos idosos e cuidadores é fundamental, e programas contínuos de prevenção podem melhorar a qualidade de vida e reduzir a sobrecarga nos sistemas de saúde.

Palavras-chave: Idoso; Envelhecimento; Acidentes por Quedas.



TRATAMENTO ONCOLÓGICO NA PESSOA IDOSA: UMA EXPERIÊNCIA HUMANIZADA

Raquel de Fatima Oliveira Fortes; Mayara Ana da Cunha Kersten; Odisséia Fatima Perão; Erika Ferreira Santos; Dhamela da Silva Cavalcante; Júlia Waldrich de Oliveira.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Em 2002, a OMS definiu cuidados paliativos como uma forma de melhorar a qualidade de vida de pacientes e familiares, por meio do alívio do sofrimento e sintomas físicos, psicossociais e espirituais, que possam ocorrer em pessoas com doenças que ameacem a vida. Este ano, foi aprovada a Política Nacional de Cuidados Paliativos que visa a permitir uma assistência humanizada. O objetivo deste estudo é descrever as formas de cuidado com o paciente e com família, a qual considerou o tratamento humanizado e respeitoso. Trata-se de um estudo de caso de um paciente de 74 anos, diagnosticado com mielodisplasia e mielofibrose em novembro de 2020. Após diagnóstico, compreendeu-se a impossibilidade de prognóstico positivo, dessa forma, deu-se início aos cuidados paliativos. Acompanhados pela equipe multiprofissional, desenvolveram-se estratégias de cuidados paliativos para manter a qualidade de vida do paciente que faleceu em 2024. Ao estabelecer tratamento não curativo, a família sentiu-se preocupada, sem compreensão do que era a doença e como lidar com os sintomas. O paciente manteve hábitos de vida considerados saudáveis: como pastorear as vacas e colher frutos. Em seus últimos dias de vida, destacou-se a qualidade do cuidado paliativo pleno prestado pela equipe. Foram fornecidas as melhores medidas de conforto disponíveis, incluindo a escuta de suas vontades e manejo para um quarto onde pudesse desfrutar da presença de seus familiares. Além disso, manter a família acolhida e orientada durante todo o processo fez com que a equipe multiprofissional recebesse palavras de gratidão, devido ao respeito que tiveram durante todo o processo paliativo. Notou-se que, para um bom tratamento paliativo, existem muitos pilares extra-hospitalares, no entanto, este caso destacou a importância dos familiares, da equipe de saúde como suporte e da comunicação entre eles, houve acompanhamento desde o início dos sintomas, direcionaram seus pensamentos e forças para garantir uma vida de qualidade ao paciente. Este caso torna-se único, pela forma de realizar os cuidados paliativos em pacientes oncológicos através de objetivos concretos e com o apoio da equipe e da família. Todavia, este caso, apesar do desfecho natural (óbito do paciente) faz-se original por ter sido um caso em que o respeito às necessidades do paciente foram atendidas e os desejos respeitados. Deve-se promover a conscientização e a educação sobre cuidados paliativos para a sociedade.

Palavras-chave: Cuidado; Longevidade; Paliativo.



CARACTERIZAÇÃO DOS TIPOS DE DENGUE ATRAVÉS DOS SINTOMAS MAIS FREQUENTES, POR MEIO DE REGRAS DE ASSOCIAÇÃO

Renan Cavalcanti Filgueiras de Souza; Ana Beatriz Bruns Camacho.

Universidade Estácio de Sá - UNESA

A dengue, arbovirose urbana, é um dos principais desafios de saúde pública nas Américas, apresentando quatro sorotipos que aumentam sua transmissibilidade e gravidade. O presente trabalho visa a analisar o fenômeno da dengue no município de Araquari, utilizando regras de associação para estabelecer conexões entre os sintomas e os estadiamentos de dengue (A, B, C e D). A motivação para o estudo surge da situação atual da dengue no estado de Santa Catarina, que mostra uma tendência de queda no número de casos, tornando o momento propício para uma análise mais aprofundada dos dados. O trabalho foi realizado em ambiente de programação R, utilizando pacotes livres e gratuitos. Para a análise, foram utilizados dados do Sistema Nacional de Notificação de Agravos (SINAN) entre 2020 e 2024, totalizando 7.998 notificações positivas de dengue. As regras de associação foram extraídas pelo algoritmo Apriori. As regras foram formuladas como uma relação entre um conjunto de sintomas (antecedente da regra, ou LHS) e o tipo de dengue (consequente da regra, ou RHS). A importância das regras foi avaliada por meio de métricas como o suporte, que é a frequência proporcional da ocorrência da regra diante da base de dados, a confiança, descrita como em (1) e o *lift*, que é formulado de acordo como (2). Essas métricas medem a frequência e a relevância das associações.

$$\text{Confiança}(X \Rightarrow Y) = \frac{\text{Suporte}(X \cap Y)}{\text{Suporte}(X)} \quad (1)$$

$$\text{Lift}(X \Rightarrow Y) = \frac{\text{Suporte}(X \cap Y)}{\text{Suporte}(X) \times \text{Suporte}(Y)} \quad (2)$$

Os resultados mostram exemplos das regras de associação para cada tipo de dengue. Apenas o suporte de cada regra foi exibido, uma vez que as demais métricas de análise das regras são calculadas em função do próprio suporte.

Dengue tipo A: as combinações mais frequentes incluíram sintomas como febre, mialgia e cefaleia. Exemplos de regras obtidas são:

1. Febre, Mialgia, Cefaleia, Vômito \Rightarrow Tipo A (Suporte: 0.1101525)
2. Febre, Mialgia, Cefaleia, Artralgia \Rightarrow Tipo A (Suporte: 0.1285321)

Dengue tipo B: as associações para este tipo também destacaram febre e mialgia, incluindo:

1. Febre, Mialgia, Cefaleia, Prova do laço positivo \Rightarrow Tipo B (Suporte: 0.06201550)
2. Febre, Mialgia, Cefaleia, Artralgia \Rightarrow Tipo B (Suporte: 0.05213803)

Dengue tipo C: as regras mostraram uma conexão com leucopenia, apresentando:

1. Mialgia, Vômito, Náusea, Leucopenia \Rightarrow Tipo C (Suporte: 0.001125281)



2. Febre, Mialgia, Vômito, Leucopenia ⇒ Tipo C (Suporte: 0.001000250)

Dengue tipo D: para este tipo, os dados mostraram associações raras, como:

1. Mialgia, Cefaleia, Náusea, Leucopenia ⇒ Tipo D (Suporte: 0.0001250313)
2. Cefaleia, Náusea, Petéquias, Prova do laço positivo ⇒ Tipo D (Suporte: 0.0001250313)

A caracterização dos tipos de dengue pelos sintomas mais frequentes apresenta uma ferramenta valiosa para a gestão pública. Com essas informações, é possível melhorar a alocação de recursos, otimizar insumos e medicações, além de direcionar ações de prevenção e tratamento. A análise realizada oferece um panorama detalhado da dengue em Araquari/SC, possibilitando intervenções mais eficazes no combate a este agravo. O presente trabalho também reforça a importância da utilização de dados e métodos analíticos na formulação de políticas de saúde pública.

Palavras-chave: Dengue; Análise de Dados; *Data Mining*; Regras de Associação; Estatística.



VISUALIZAÇÃO E CRUZAMENTO DE DADOS DE RECEITAS E DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ATRAVÉS DE BUSINESS INTELLIGENCE

Renan Cavalcanti Filgueiras de Souza; Maclóvia Fountoura.

Universidade Estácio de Sá - UNESA

A Secretaria Municipal de Saúde de Araquari enfrenta desafios significativos na alocação de recursos e controle de despesas, exacerbados pelas limitações do sistema Enterprise Resource Planning (ERP). Embora o sistema gere relatórios sobre despesas e receitas, ele não tem a capacidade de integrá-los em um único documento, dificultando decisões ágeis. A análise de dados em planilhas cria morosidade, impedindo uma gestão eficaz. Para superar essas limitações, a Secretaria decidiu implementar ferramentas de Business Intelligence (BI), que oferecem uma visualização mais rica e permitem o cruzamento das informações financeiras. Os dados de receitas e despesas exportados pelo IPM ficam em planilhas separadas, dificultando a análise conjunta. Para conectar essas informações, foi escolhida uma coluna pivô, utilizando ações e seus vínculos. Cada ação representa um tema específico para a aplicação de recursos, como o Gerenciamento da Atenção Primária à Saúde. O vínculo, por sua vez, trata de cada uma das operações contábeis da ação, por exemplo, a sua aplicação direta. Cada vínculo já é dotado de um empenho orçamentário. Foram desenvolvidos dois programas em linguagem R: um para processar despesas e outro para receitas. Cada programa gera um *dataframe* que é lido pela ferramenta de BI, modelando o relacionamento das ações, conforme sua cardinalidade. Essa abordagem permite uma análise integrada das finanças do Fundo Municipal de Saúde. Com os dados na ferramenta de BI a análise da posição financeira do Fundo Municipal de Saúde ficou muito mais interativa e de simples interpretação. Foi criada uma série de painéis, a destacar: porcentagem das receitas e despesas no tempo, em seu montante perante o total, valores arrecadados contra liquidados, suplementados, anulados e pagos no tempo, além de um painel específico para acompanhamento das receitas individualmente. Este último é especialmente útil para o acompanhamento do recebimento de valores, oriundos de emendas parlamentares, incentivos financeiros diversos ao SUS, programas específicos dos governos do estado e federal, etc. A solução foi modelada em esquema estrela, permitindo funcionalidades como *slice and dice*, que possibilitam análises em diferentes escalas temporais. A atualização dos arquivos de receitas e despesas ocorre mensalmente, e os programas R foram projetados para que, ao armazenar um novo arquivo em um diretório específico, todo o processo de atualização aconteça automaticamente, facilitando o trabalho da equipe. Com a implantação da solução, a análise da posição financeira do Fundo Municipal de Saúde ficou muito mais ágil. Foi necessário criar programas R acessórios para realizar a transformação dos dados, porém essa etapa é completamente transparente para quaisquer usuários que venham a analisar os painéis. A facilidade de interpretação que o BI trouxe é significativa, uma vez que as ações relativas à saúde estavam sendo tomadas em planilhas simples e que não possuem uma fácil conexão entre receitas e despesas. Além disso, a capacidade da ferramenta de BI de condensar todos os dados dentro de gráficos auxilia na análise temporal do recebimento e gasto dos recursos públicos.

Palavras-chave: Análise de Dados; Estatística Descritiva; *Business Intelligence*; Estatística Computacional; Gestão Pública.



A TELEMEDICINA COMO FERRAMENTA PARA O FORTALECIMENTO DO MODELO DE ATENÇÃO ÀS CONDIÇÕES CRÔNICAS: EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA TELENORDESTE E PLANIFICASUS

Ricardo Castello; Bianca Tourinho; Thais Vaughan; Alexandre Vasconcelos de Freitas Santos; Rita De Cassia Matos Bitencourt Navarro.

Universidade Estácio de Sá - UNESA

A telemedicina emergiu como uma solução inovadora para enfrentar os desafios da assistência à saúde, especialmente em áreas com limitações no acesso a especialistas. O programa TeleNordeste, financiado pelo Ministério da Saúde e proposto pelo CONASS, busca integrar a Atenção Primária à Saúde (APS) e a Atenção Ambulatorial Especializada (AAE), promovendo a integralidade e a continuidade do cuidado. A Planificação de Atenção à Saúde (PlanificaSUS) se destaca como um modelo de gestão que visa a reorganizar a oferta de serviços, permitindo uma abordagem mais eficaz e resolutiva para as condições crônicas, como as enfrentadas em um ambulatório de gestação de alto risco. Este artigo tem como objetivo discutir a interface entre os programas TeleNordeste e PlanificaSUS, a partir da experiência de um ambulatório de gestação de alto risco que implementou agendamentos para gestantes de alto risco com especialistas disponíveis por meio do TeleNordeste, ampliando a carteira de serviços e melhorando o cuidado às gestantes. Trata-se de um relato de experiência de profissionais da Secretaria Estadual de Saúde, Consultores, Especialistas e Analistas do PlanificaSUS com foco na descrição da interface do TeleNordeste e da Planificação de Atenção à Saúde em um Ambulatório de Gestação de Alto Risco. A experiência do ambulatório demonstrou que a utilização do TeleNordeste permitiu o acesso a especialistas que antes não estavam disponíveis para a população atendida, que contava apenas com uma carteira básica de serviços. As gestantes de alto risco, agora, podem realizar agendamentos com especialistas em cardiologia, endocrinologia e outras áreas críticas diretamente do Ambulatório, o qual possui uma médica capacitada a realizar os agendamentos via telemedicina. Os primeiros agendamentos realizados mostraram um aumento significativo na resolutividade das condições clínicas. Além disso, a coordenação do cuidado foi aprimorada, permitindo que as equipes de saúde da família tivessem acesso a informações e orientações diretamente dos especialistas que, outrora, não estavam disponíveis no local, o que contribuiu para uma melhor tomada de decisão no manejo das condições de saúde. A Planificação de Atenção à Saúde é importante como uma estratégia para organizar e otimizar os serviços de saúde, o que se corroborou na experiência do ambulatório, onde, por meio da integração entre APS e AAE resultou em um fluxo de atendimento mais eficiente e resolutivo. A experiência do ambulatório de gestação de alto risco, ao integrar os programas TeleNordeste e PlanificaSUS, enfatizam a importância da telemedicina como ferramenta para fortalecer o modelo de atenção às condições crônicas. A ampliação da carteira de serviços proporcionou um acesso significativo a especialistas, melhorando a qualidade do atendimento e a resolutividade dos casos. Esse modelo integrado de cuidado é fundamental para promover a saúde das gestantes e pode servir como referência para outras iniciativas que busquem superar barreiras no acesso a serviços de saúde. Assim, a continuidade e a expansão da telemedicina devem ser consideradas como parte integrante das políticas públicas voltadas para a saúde.

Palavras-chave: Políticas de Saúde; Telemedicina; Saúde.



TAXA DE MORTALIDADE NEONATAL EM SERGIPE (2013-2023): CAUSAS, EVITABILIDADE E FATORES ASSOCIADOS

Ricardo Castello; Bianca Tourinho; Thais Vaughan; Rita De Cassia Matos Bitencourt Navarro; Valmir Gomes; Guilherme Shimocomaqui; Jamile Figueiredo.

Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe.

A mortalidade neonatal é um indicador crucial da saúde pública, refletindo a qualidade dos cuidados maternos e neonatal. Em Sergipe, a taxa de mortalidade neonatal apresenta um panorama preocupante, exigindo atenção das políticas públicas voltadas à saúde. Entre 2013 e 2023, diversos fatores contribuíram para essa situação, incluindo condições socioeconômicas, acesso a serviços de saúde e a implementação de políticas públicas. A análise da mortalidade neonatal é essencial para identificar áreas que requerem intervenção e melhorias nos serviços de saúde. Este estudo busca analisar a taxa de mortalidade neonatal em Sergipe entre 2013 e 2023, investigando suas causas, a evitabilidade de tais óbitos e os fatores associados. Além disso, busca-se propor reflexões sobre a importância de políticas públicas inter e transdisciplinares que integrem saúde, educação, direito, meio ambiente e cultura, promovendo ações que melhorem as condições de vida e saúde da população. Trata-se de uma análise quantitativa, com dados coletados do sistema de informações em saúde do Ministério da Saúde e do *site* da Primeira Infância. A taxa de mortalidade neonatal foi calculada por meio da razão entre o número de óbitos neonatais e o total de nascimentos, expressa em mil nascidos vivos. As causas dos óbitos foram categorizadas, conforme a Classificação Internacional de Doenças (CID), e a evitabilidade foi avaliada com base em diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS). Os dados obtidos indicam que a taxa de mortalidade neonatal em Sergipe apresentou uma média de 14,5 óbitos por mil nascidos vivos, entre 2013 e 2023, com picos em anos específicos, principalmente em 2016 e 2020. As principais causas de mortalidade neonatal identificadas foram: síndromes respiratórias, malformações congênitas e complicações do parto. Notou-se que a maioria dos óbitos ocorreu em hospitais, sugerindo a necessidade de aprimoramento dos cuidados neonatais e obstétricos. Em relação à evitabilidade, aproximadamente 60% dos óbitos foram considerados evitáveis com intervenções adequadas, como a assistência pré-natal de qualidade, o acesso a serviços de saúde e a educação em saúde para gestantes. Fatores socioeconômicos, como baixa renda e baixa escolaridade também foram associados a um aumento na mortalidade neonatal. A análise da taxa de mortalidade neonatal em Sergipe entre 2013 e 2023 revela um cenário preocupante que demanda ações efetivas das políticas públicas. É crucial que se implemente uma abordagem inter e transdisciplinar, integrando saúde, educação, direito, para enfrentar os desafios relacionados à mortalidade neonatal. Investimentos em serviços de saúde, educação em saúde e acesso a cuidados adequados são fundamentais para a redução dessa taxa. A colaboração entre diferentes setores é vital para promover inovações e garantir que todos os recém-nascidos tenham acesso a um início de vida saudável, contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Mortalidade Neonatal; Pré-natal; Indicadores de Saúde.



O AMBULATÓRIO DE GESTAÇÃO DE ALTO RISCO REGIONAL COMO AGENTE DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

Rita de Cassia Teixeira Rangel; Leonardo Perão; Karoline Fernandes Basquerote; Angelise Mozerle.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O cuidado interdisciplinar é uma prática na qual os profissionais que assistem o usuário compartilham o cuidado, proporcionando trocas de experiências, enriquecimento profissional, melhorando a qualidade do serviço prestado, proporcionando uma visão integral sobre os processos de saúde do usuário. O Ambulatório de Gestação de Alto Risco Regional (AGAR-R) é um ambulatório multiprofissional de modelo PASA, responsável por ofertar o cuidado e melhorar à assistência às gestantes de alto risco da Macrorregião de Saúde da Foz do Rio Itajaí, com a finalidade de reduzir a morbimortalidade materna e infantil. Uma das responsabilidades atribuída aos Ambulatórios é a de realizar educação permanente para a os profissionais da Atenção Primária, proporcionando aprimoramento profissional, melhora na qualidade dos serviços prestados e aumento na resolubilidade das queixas e riscos apresentados pelas gestantes. Este estudo visa a relatar a oficina realizada pelos profissionais do AGAR-R para profissionais da atenção primária dos municípios da Macrorregião de Saúde da Foz do Rio Itajaí. Trata-se de um relato de experiência sobre educação permanente, realizada pelo Ambulatório de Gestantes de Alto Risco da Macrorregião de Saúde. Realizou-se uma série de formações que envolveram a equipe multiprofissional do ambulatório, como: médicos, nutricionistas e fisioterapeuta. O tema das oficinas realizadas foram: cuidados e complicações puerperais; aleitamento materno e amamentação; a fisioterapia pélvica e obstétrica no ambulatório de gestação de alto risco. A primeira parte da oficina em relação aos cuidados no puerpério foi conduzida pela equipe médica, à amamentação, pela nutrição e a terceira pela fisioterapia. A formação foi dividida entre palestras expositivas-dialogadas. Após a exposição teórica, foi realizado atividades práticas utilizando metodologias ativas. As atividades também têm como foco desenvolver aproximação e criação de vínculo entre os profissionais da atenção especializada e da atenção primária, haja vista a necessidade de comunicação assertiva entre os pontos de prestação de serviços na rede, visando à integralidade do cuidado, além de compreender as demandas e realidades apresentadas pelos profissionais dos municípios. A oficina proporcionou a construção de conhecimento acerca dos temas abordados entre os participantes envolvidos, com a discussão das realidades apresentadas pelos profissionais da atenção primária. Foi possível verificar a necessidade de atualização dos profissionais da atenção primária sobre o fluxo de cuidado e atuação da equipe multidisciplinar do AGAR-R no atendimento das gestantes estratificadas como alto risco. Durante a oficina, foram realizadas atividades simuladas de exercícios de mobilidade e estabilização pélvica e de tronco que auxiliam no alívio dos sintomas da lombalgia gestacional. Também foram demonstrados métodos de tratamento das disfunções da musculatura do assoalho pélvico com técnicas e terapias capazes de reduzir a incidência e gravidade de lesões perineais causadas durante o trabalho de parto. Com a escuta das demandas e dificuldades apresentadas pelos participantes, houve uma série de propostas, como a elaboração de oficinas sobre gestação de alto risco, nos municípios ou agrupando municípios vizinhos, numa tentativa de facilitar o deslocamento e aumentar a adesão dos profissionais na educação permanente oferecida pelo ambulatório.

Palavras-chave: Práticas Interdisciplinares; Serviços Ambulatoriais de Saúde; Educação Permanente; Gestação de Alto Risco.



AMBULATÓRIO DE GESTAÇÃO DE ALTO RISCO – IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO PASA

Rita de Cássia Teixeira Rangel; Rodrigo Massaroli; Eneida Patrícia Teixeira.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Os Ambulatórios de Atenção Especializada estão implantados em sistemas fragmentados de atenção à saúde, sem comunicação e centralizados na consulta médica individual e presencial, não operam com equipes multiprofissionais envolvidas no cuidado especializado interdisciplinar. A proposta de organização do Ambulatório de Gestação de Alto Risco da Univali (AGAR) apresenta-se em novo modelo, construído com base em evidências científicas, para atender e para assegurar um pré-natal de alto risco de qualidade, consolidado por uma parceria entre a Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina e a Universidade do Vale do Itajaí (Univali), para atender às necessidades da região. A Macrorregião de Saúde da Foz do Rio Itajaí é composta por uma população de referência de 744.289 habitantes, divididos em 11 municípios: Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luís Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo. Possui uma área de 1.525,17 km², abrangendo 11 municípios. O AGAR atualmente, realiza consultas de pré-natal e puerperal em alto risco, em média, com 570 agendamentos por mês, os quais são encaminhados via Sistema Nacional de Regulação (SISREG) para agendamento de primeira consulta, e as consultas subsequentes por agenda interna do ambulatório. A implementação do AGAR na Macrorregião de Saúde teve por finalidade reduzir a morbimortalidade materna e perinatal, reestruturação da linha de cuidado materno-infantil a partir do cuidado à gestação de alto risco, fortalecendo o processo de regionalização e qualificando a assistência na linha de cuidado com a elaboração e implementação de protocolos, qualificação de profissionais e definição de fluxos assistenciais. Este estudo objetiva relatar a experiência da implementação do Modelo de atenção PASA no Ambulatório de Gestação de Alto Risco - Regional (AGAR-R). Trata-se de um relato de experiência sobre Gestão e implementação de um Modelo de Atenção denominado PASA para organizar o cuidado de Gestantes de Alto Risco da Macrorregião de Saúde. Para estabelecer o atendimento no AGAR foi importante a organização da Rede de Atenção à Saúde com ações e serviços de saúde, articulados entre si, com objetivos e ação cooperativa e interdependente, que possibilitam oferecer uma atenção contínua e integral à determinada população, ordenada pela Atenção Primária à Saúde, com a finalidade de garantir a integralidade da assistência à saúde, mediante referenciamento do usuário na rede regional e interestadual e atender o usuário no tempo certo, no lugar certo, com o custo certo, com a qualidade certa, humanizada, segura e com equidade, cumprindo os princípios do SUS com responsabilidades sanitária e econômica pela população adscrita e gerando valor para essa população. O modelo PASA desenvolvido no AGAR tem como características a gestão de base populacional, por isso, define-se a Macrorregião da Foz do Rio Itajaí como área de abrangência. Conta com ponto de atenção com comunicação em rede com os outros níveis de atenção, sistema fechado com agenda de acesso regulada pelo SISREG estadual, compartilhando do cuidado com a APS, e tem sua programação ordenada na APS através da estratificação de risco das gestantes para organização das referências. O acesso é regulado diretamente pela equipe de APS, para ofertar a atenção focada no cuidado multiprofissional interdisciplinar, compartilhamento entre o ambulatório e a APS realizado por plano de cuidado construído pela equipe multidisciplinar. As decisões clínicas são articuladas e baseadas em evidências científicas, compartilhadas entre generalistas e especialistas. Esse modelo orienta que, além da função assistencial, o AGAR deve realizar a supervisão do



cuidado partilhado com a APS, realizar educação permanente da equipe e realizar pesquisas. Por conta das características desse modelo, o AGAR inserido na Univali, propicia além da formação de acadêmicos dos diversos cursos da Escola de Ciências da Saúde. Ao longo de um ano e dez meses de atuação, realizou diversos eventos de educação permanente para os profissionais da APS com temas relacionados aos principais agravos apresentados pelas gestantes estratificadas em alto risco, atendidas no ambulatório, além de apresentar os cuidados necessários para a gestante envolvendo a equipe multiprofissional. A organização do Ambulatório de Alto Risco Obstétrico – considera os fatores como a história pessoal da gestante e seu passado obstétrico, a situação sociodemográfica e econômica para antever caminhos do cuidado resolutivo capaz de minimizar os efeitos do risco sob a gravidez. Para atender às premissas do modelo PASA, a forma mais efetiva e eficiente de relação entre a APS e o AGAR, que consiste no cuidado solidário da gestante entre a equipe da APS e os especialistas do Ambulatório, para que a coordenação do cuidado obtenha o patamar almejado, o AGAR compartilha os planos de cuidados com os profissionais da APS através do Telessaúde. O plano de cuidado compartilhado visa a garantir que os profissionais da APS e do AGAR estejam alinhados aos mesmos objetivos de atenção à saúde da gestante. Outro importante fator para o sucesso do modelo é o preparo da APS para exercer a coordenação do cuidado. Por isso, sugere-se que haja, nas unidades da APS, profissionais da equipe que se encarreguem do apoio às gestantes e puérperas que necessitam do atendimento no AGAR, com as funções de identificar e ajudar a resolver barreiras logísticas; ajudar a fazer agendamentos oportunos; assegurar a transferência das informações das gestantes; monitorar a atenção e apoiar as pessoas que apresentam dificuldades. O ambulatório para o adequado emprego do modelo PASA, com base na coordenação do cuidado, oferece uma carteira de serviços para dar conta da complexidade da demanda que lhe chega, conta com uma Equipe multidisciplinar de oito médicos obstetras, três enfermeiras obstetras, duas nutricionistas, um psicólogo, um fisioterapeuta e uma assistente social. Além da equipe multidisciplinar, oferta no espaço serviço de diagnóstico por imagem com ultrassonografias obstétricas, morfológicas, *doppler*, procedimentos como a amniocenteses diagnóstica, exames laboratoriais, além de realizar cardiocografia e eletrocardiograma. Oferta, com apoio do Ambulatório Geral especialidades médicas como: endocrinologistas, cardiologistas, psiquiatras para que possa operar com efetividade e eficiência. A implantação do modelo PASA exige mudanças diárias na estrutura e nos processos, além de influenciar na necessidade de mudanças dos recursos físicos e humanos, pois a assistência à gestante no AGAR deve ser desenvolvida na forma de atenção, por circuitos de atendimentos individuais e sequenciais, para avaliação clínica, e prescrição das condutas e recomendações, sistematizadas no plano de cuidados para a qualificação do cuidado materno infantil.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Saúde; Gravidez de Alto Risco; Gestão da Saúde; Modelos de Assistência à Saúde.



UM OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO TÉCNICA DO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A SAÚDE DA POPULAÇÃO

Rosane Gomes Alves Lopes; Bernardete Ferraz Spisso; Samela Ribeiro Barbosa; Silvana do Couto Jacob.

Fundação Oswaldo Cruz

O curso de Mestrado Profissional (MP) do Programa de Pós-Graduação em Vigilância Sanitária (PPGVS) do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS) da Fundação Oswaldo Cruz tem por objetivo o aprofundamento do conhecimento técnico-científico, e o aprimoramento de habilidades e competências para desenvolver pesquisas operacionais e desenvolver processos, produtos e metodologias em áreas específicas (INCQS, 2024). Reconhecido na área Interdisciplinar da Capes, possui as linhas de pesquisa: i) Desenvolvimento e avaliação interdisciplinares dos produtos, serviços e ambientes vinculados à Vigilância Sanitária e ii) Avaliação de contaminantes, poluentes e resíduos, e seus impactos sobre a saúde da população. Uma das principais potencialidades do MP é a articulação da prática profissional com a teoria, tendo os produtos técnicos origem na pesquisa científica, ou na atualização ou desenvolvimento de processos de trabalho. Na área da saúde, a modalidade MP está relacionada à necessidade de estreitamento das relações entre as instituições de ensino e os serviços, e à possibilidade de fortalecimento e qualificação de quadros técnicos que possam responder às exigências do trabalho em saúde. Compreender para quais temas relacionados à saúde da população essa produção técnica tem contribuído foi uma das motivações para realização desta pesquisa. Trata-se de um estudo descritivo que utiliza como fonte de dados a Plataforma Sucupira. Foi identificada a produção técnica cadastrada entre 2020 e 2023 relacionada às dissertações de egressos do MP do PPGVS. Os produtos foram classificados quanto ao tipo e foram identificados os temas de contribuição para a saúde da população. Os produtos técnicos identificados incluíram: desenvolvimento de material didático e instrucional (cartilha educativa sobre *diabetes mellitus*, manual do usuário de um sistema de gerenciamento de resíduos de serviço de saúde), desenvolvimento de técnica analítica (determinação de metais por espectrometria de absorção atômica e otimização do processo de conjugação do *kit* diagnóstico de leishmaniose visceral canina, produção de nanopartículas de prata seguras para uso biológico, ensaio de irritação ocular, elaboração de painel sorológico de HIV-1), relatório técnico (contribuição para monitoramento analítico-laboratorial de produtos de *cannabis*, gerenciamento de riscos de um sistema de geração, armazenamento e distribuição de água para injetáveis de um instituto produtor de imunobiológicos, boas práticas em serviços de longa permanência para idosos, produção de resíduos de saúde, avaliação de riscos da vacina de febre amarela, surtos em alimentos, monitoramento da qualidade de alimentos, avaliação do limite toxicológico de paracetamol). O estudo demonstrou a diversidade de áreas temáticas para as quais as produções técnicas do PPGVS/INCQS/Fiocruz tem contribuído e reforça a potencialidade da modalidade profissional. Traz ainda à discussão temas atuais como a utilização e o controle da qualidade de produtos de *cannabis*, desenvolvimento de nanopartículas de prata para uso biológico e o gerenciamento da informação em saúde, dentre outros, e a vigilância sanitária como importante política pública no Brasil.

Palavras-chave: Produção Técnica; Mestrado Profissional; Vigilância Sanitária.



IMPLANTAÇÃO DO PROTOCOLO DE DOR TORÁCICA EM UMA UNIDADE DE SUPORTE BÁSICO DO SAMU: EXPERIÊNCIA ACADÊMICA

Silmara da Costa Maia; Valdir da Silva Junior; Gian Carlos Provin.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O Protocolo de Dor torácica, estabelecido pelo Ministério da Saúde, através da Plataforma Sistematizada Linhas do Cuidado, estabelece quais os métodos e recursos materiais e humanos necessários para abordagem do paciente com sinais e sintomas do Infarto Agudo do Miocárdio (IAM). A partir disso, através de literaturas e revisões bibliográficas, se fez necessária a padronização da assistência ao paciente com dor torácica. De acordo com a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), as doenças cardiovasculares são a principal causa de morte no mundo: mais pessoas morrem anualmente por essas enfermidades do que por qualquer outra causa. Este estudo possibilitou o relato da experiência de discente do Curso de Enfermagem da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) acerca da implantação do Protocolo de Dor Torácica em uma Unidade de Suporte Básico do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), quais perspectivas, vantagens/desvantagens e a experiência dos profissionais atuantes. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado por um discente do Curso de Enfermagem em uma Unidade de Suporte Básico do SAMU na região do Vale do Itajaí, em outubro de 2023. De acordo com os dados obtidos através de revisão bibliográfica, estudou-se a necessidade de implantação do protocolo, que, no processo de regulação na Central de Regulação de Urgência (CRU), muitos profissionais médicos realizavam atrás da Telemedicina, a prescrição do protocolo mencionado, entretanto, a unidade não obtinha os recursos necessários. Dessa forma, a abordagem do paciente era realizada de forma específica e sistematizada com a Central de Regulação. Os resultados mostram-se positivos, devido à troca de experiência entre acadêmico, enfermeiros e médicos, tendo em consideração o processo saúde-doença, e se faz necessária a implantação de protocolos, visando ainda mais à assistência de referência e especializada.

Palavras-chave: Políticas de Saúde; Enfermagem em Emergência; Dor Torácica.



RELATO DE EXPERIÊNCIA: REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Silmara da Costa Maia; Valdir da Silva Junior; Gian Carlos Provin.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A Rede de Urgência e Emergência (RUE), estabelecida pelo Ministério da Saúde do Brasil, busca garantir acesso às diversas redes de atenção, viabilizando atendimento adequado e horizontal, às urgências e emergências nas unidades de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS). Os componentes da RUE são caracterizados a partir da promoção e reabilitação, nos contextos da Atenção Primária à Saúde, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU-192), suas respectivas Centrais de Regulação, Unidades de Pronto Atendimento 24h (UPA-24h) e Atenção Hospitalar. Esta pesquisa tem o objetivo de relatar a experiência vivenciada em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) que se atribui da RUE como referência à assistência. Trata-se de um relato de experiência, de uma visita em uma unidade de saúde que é referenciada pela Rede de Urgência e Emergência, na região do vale do Itajaí, por estudantes do 6º período da Graduação de Enfermagem da Univali, na disciplina de Saúde do Adulto e Idoso Baseada em Evidências. A ação ocorreu no segundo semestre de 2024. Os resultados mostram-se negativos, visto que as UBS visitadas não possuem aporte material e humano adequados para atendimentos das urgências e emergências, e estabilização do paciente até a chegada do SAMU-192. Tal experiência evidencia a fragilidade das Unidades Básicas de Saúde em oferecer suporte adequado para situações de urgência e emergência, mesmo sendo consideradas como centralidade das Redes de Atenção à Saúde. Nas UBS, nota-se que, além do desfalque material e orgânico, há ausência de salas de crise específicas ou compartilhadas com os demais serviços, que contenham cilindros de oxigênio específicos para essas situações, cardioversores e desfibriladores, monitor multiparâmetros e drogas com efeito anticoagulante ou antiagregante plaquetários, nitratos e analgésicos (não sedativos), como Sulfato de Morfina ou Cloridrato de Tramadol, que são de suma importância para casos como angina, infarto, síndrome coronariana aguda com ou sem supra de segmento ST, traumas decorrentes de quedas e soluções complexas como Ringer Lactato ou Glicose 5% (250/500ml) para diluição medicamentosa. A insuficiência desses recursos materiais e humanos compromete a estabilização inicial dos pacientes, destacando a necessidade de melhorias estruturais e organizacionais. Em síntese, destaca-se a importância de investimentos contínuos em capacitação profissional e em melhorias das UBS onde se deve desempenhar seu papel integral dentro da RUE, garantindo um atendimento eficaz e seguro ao usuário do SUS.

Palavras-chave: Políticas de Saúde; Enfermagem em Emergência; Referência em Saúde.



FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO PARA A INATIVIDADE FÍSICA EM HIPERTENSOS: ANÁLISE DAS CAPITAIS BRASILEIRAS

Silvia Evers; Cleverton Schafhauser; Kauã Victor Bolfe; Adriana Lima de Mesquita; Alan de Jesus Pires de Moraes.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A inatividade física representa um desafio crítico de saúde pública, particularmente em populações hipertensas, as quais têm agravante do risco de complicações cardiovasculares e metabólicas. Este estudo teve como objetivo identificar os fatores de risco e proteção associados à inatividade física em pessoas hipertensas residentes nas capitais brasileiras. Os dados analisados foram extraídos do sistema VIGITEL, envolvendo 18.309 participantes. A razão de prevalência (RP) foi utilizada para medir a associação entre variáveis sociodemográficas e clínicas com a inatividade física. Os principais fatores de risco identificados foram: sexo feminino (RP=1,13; IC 95%: 1,065-1,19, $p<0,001$), idade avançada (≥ 65 anos, RP=3,98; IC 95%: 2,41-6,57, $p<0,001$), obesidade (RP=1,12; IC 95%: 1,06-1,19, $p<0,001$), diabetes (RP=1,34; IC 95%: 1,20-1,49, $p<0,001$) e depressão (RP=1,12; IC 95%: 1,00-1,25, $p=0,04$). Além disso, o hábito de assistir à televisão por mais de três horas diárias foi um preditor significativo de inatividade física (RP=1,45; IC 95%: 1,38-1,52, $p<0,001$). Entre os fatores de proteção, maior escolaridade (pós-graduação, RP=0,45; IC 95%: 0,39-0,52, $p<0,001$), estar em união estável (RP=0,87; IC 95%: 0,77-0,99, $p=0,04$) e possuir plano de saúde (RP=0,87; IC 95%: 0,82-0,91, $p<0,001$) foram os mais expressivos. As conclusões sugerem que políticas públicas de saúde devem priorizar a promoção da atividade física em hipertensos, especialmente em mulheres, idosos e pessoas com doenças crônicas como obesidade, diabetes e depressão. Incentivar a educação em saúde, a ampliação do acesso aos cuidados médicos e o uso de estratégias que reduzam o tempo de sedentarismo, como campanhas educativas sobre os malefícios do tempo prolongado em frente à TV, são recomendadas para a promoção de um estilo de vida mais ativo.

Palavras-chave: Inatividade Física; Hipertensão; Fatores de Risco; Saúde Pública; Políticas de Saúde.



CINE CLUBE DA MORTE DE ITAJAÍ: CONVERSAS SINCERAS SOBRE O VIVER E O MORRER

Stella Maris Brum Lopes; Nádia Tiepo; Natália Minatti de Souza; Saloá Andresa Horstmann.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O Cineclube da Morte é um projeto com a intenção de propiciar conversas e reflexões sobre morte/luto/finitude. Este projeto foi criado em 2017 por Tom Almeida, fundador do Movimento inFINITO e Dra. Ana Claudia Quintana Arantes, escritora e médica paliativista, em parceria com o Cine Belas Artes, em São Paulo. O Cineclube da Morte nasce com o intuito de ajudar as pessoas a compreenderem e aceitarem, de forma menos dolorosa, o inevitável e, muitas vezes, imprevisível fim da vida. O tema finitude é considerado um tabu, mas a partir da pandemia da covid-19, essa questão trouxe reflexões importantes. Durante ela, a sociedade foi forçada a observar a morte de milhares de pessoas, sejam elas próximas ou não, e precisou lidar com o surgimento de sentimentos de inquietação, melancolia e, muitas vezes, revolta. Diante disso, foi necessário que cada sujeito criasse suas próprias ferramentas de enfrentamento a esses processos. A finitude humana traz sentimentos ambivalentes de perda e fascínio, tristeza e admiração, levando a indagações sobre o cessar da vida e o seu sentido. Portanto, é necessário que haja um olhar especial para o sujeito que passa pelo luto, buscando auxiliá-lo nesse processo descrito como posterior a uma difícil separação ou a perda de um membro significativo, seja por quem são nutridos sentimentos de amor ou mágoa. Em 2022, o Cineclube foi expandido para todo o Brasil, a partir do engajamento de pessoas que foram chamadas embaixadores do cine clube. Em Itajaí/SC, o Cineclube da Morte começou em 2022, sendo uma ação social vinculada ao grupo de pesquisa Estudos e Pesquisas em Estudos Culturais do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Gestão do Trabalho, foi um dos primeiros a ser realizado neste processo de expansão do cine clube. Até setembro de 2024, foram realizadas 18 sessões, tendo, em média, de 10 a 15 participantes por cine. O Cineclube é uma atividade que ocorre mensalmente, e consiste na exibição de um filme que tenha a morte como assunto principal, seguida de uma conversa liderada pelas embaixadoras do projeto, uma delas psicóloga e outra fonoaudióloga e pesquisadora, ambas com formação em acompanhamento de processos de finitude. A mediação através dos filmes cria um espaço favorável a criação de novas perspectivas reavaliando atitudes e crenças. Em entrevistas realizadas com participantes do cine, eles referem que o cine é um espaço de conversa segura, em que se debate sobre a morte e a vida.

Palavras-chave: Saúde; Luto; Cinema.



AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO SUICIDA DE ADULTOS EM SEGUIMENTO AMBULATORIAL ÀS DOENÇAS INFLAMATÓRIAS INTESTINAIS NO LITORAL NORTE DE SANTA CATARINA, BRASIL

Sueli Terezinha Bobato; Eduardo José Legal; Maria Teresa Duarte Pereira da Cruz Lourenço; Everson Fernando Malluta.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O suicídio é um fenômeno social complexo e um grave problema de saúde pública em esfera global, com uma das maiores taxas em números absolutos no Brasil. As pessoas com doença inflamatória intestinal (DII) possuem risco aumentado de comportamento suicida em comparação à população geral, que se manifesta por ideação, tentativa e suicídio de fato. A avaliação dos fatores de risco e proteção tem como finalidade subsidiar o desenvolvimento de intervenções apropriadas nas linhas de cuidado aos pacientes, com foco na promoção à saúde mental, prevenção e controle dos fatores determinantes e condicionantes. Este estudo alinha-se às proposições da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e Suicídio do Ministério da Saúde/Brasil, bem como da Organização Europeia de Crohn e Colite (ECCO), que apoia a construção de critérios de padrões de qualidade nos cuidados à saúde na DII, com necessidade de mensuração de indicadores de comprometimento da qualidade de vida e atividades sociais. Objetiva-se, com este estudo, determinar os fatores de risco e proteção para o comportamento suicida em um ambulatório de referência em doença inflamatória intestinal no sul do Brasil. O estudo é de delineamento descritivo e analítico, transversal, de natureza quantitativa e correlacional. A amostra englobou 52 pacientes, com idade ≥ 18 anos, em seguimento clínico. Os dados foram obtidos por meio de entrevista semiestruturada, Escala de Avaliação de Reajustamento Social (SRRS), Escala de Estresse Percebido (PSS-10) e Questionário de Suporte Social (SSQ6). O tratamento dos dados deu-se por meio de estatística descritiva e inferencial. A média de idade foi 43,6 anos, com predomínio de mulheres e baixo nível socioeconômico. A maioria apresentou Doença de Crohn (63,5%), em remissão (67,3%) há \leq um ano (57,7%) e histórico de ideação suicida (21,2%); destes, 13,5% relataram intenção suicida no presente e 9,6% tentaram suicídio. A comparação dos grupos, em função de características sociodemográficas e clínicas associadas ao comportamento suicida, evidenciou maior prevalência em mulheres, pessoas inativas profissionalmente e em uso de psicofármacos. Participantes com histórico de ideação suicida, manifestações psiquiátricas e em uso de psicofármacos obtiveram maior pontuação na SRRS, associada às dificuldades pessoais, estressores familiares, maior percepção de estresse e impacto da situação estressora na saúde. Em contrapartida, gênero masculino, qualidade do sono e pessoas sem manifestações psiquiátricas obtiveram maiores escores na percepção do impacto do sucesso das estratégias no alívio do estresse, constituindo-se como fatores protetivos ao comportamento suicida na DII. A percepção de impacto de suporte social recebido apresentou correlação positiva de magnitude forte com necessidade de reajustamento social e moderada com estressores pessoais e familiares. Concluiu-se que a DII predispõe os pacientes ao suicídio, no entanto, a percepção do impacto do sucesso das estratégias no alívio do estresse, associada ao senso de autoeficácia no processo adaptativo à doença, culmina em proteção ao suicídio. As variáveis pessoais e familiares revelaram-se como fatores preditivos significativos de adaptação psicossocial entre os pacientes. Os achados apontam a necessidade de suporte psicossocial e cuidados em saúde mental no seguimento clínico, com delineamento de alvos terapêuticos interdisciplinares que guiem comportamentos autorregulatórios e adaptativos.

Palavras-chave: Comportamento Suicida; Doença Inflamatória Intestinal; Estresse Percebido; Reajustamento Social.



AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA

Tainara Jordana Prestes Bertoldo; Maria Glória Dittrich.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O presente trabalho é um ensaio teórico, qualitativo, de método indutivo-dedutivo, acerca das políticas públicas de assistência oncológica no Brasil, e utiliza como referencial teórico legislações e bibliografias de base. Objetiva-se verificar algumas das políticas públicas oncológicas do Brasil, suas utilidades e aplicações em relação ao cuidado dos pacientes. Com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988 o sistema de saúde brasileiro passou a ser universal, integral e equitativo, criando-se o Sistema Único de Saúde (SUS), implementado pela Lei 8.080/1990. Por ser um sistema universal, deve garantir ações e serviços de saúde a todas as pessoas. Pela integralidade, atende às pessoas como um todo, com atenção a todas as suas dimensões e necessidades e, por ser equitativo, busca diminuir as desigualdades, aplicando investimentos onde a carência é maior. O câncer é uma das três doenças não comunicáveis, responsáveis por 70% das mortes no mundo e, até o ano de 2050, são estimados 35 milhões de novos casos. A criação de políticas públicas específicas para o atendimento e cuidado de pacientes com câncer é justificada pelo perfil epidemiológico da doença. No ano de 2005 foi instituída a Política Nacional de Atenção Oncológica pela Portaria 2.439. Essa política pública visava a implementar processos de regulação, avaliação e controle da atenção oncológica no país, a fim de qualificar a gestão pública. No mesmo ano, surgiu a Portaria 741, conceituando os estabelecimentos de assistência oncológica, determinando seus papéis na atenção à saúde, atualizando o sistema de credenciamento, adequando-o à prestação dos procedimentos de alta complexidade, alta tecnologia e alto custo, além de ter auxiliado os gestores na regulação do acesso, controle e avaliação da assistência oncológica nacional. Com essa Portaria, foram definidas as Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia, por exemplo, e estabelecidas suas aptidões e qualidades. Foi implementada, em 2012, a Lei 12.732, que estabeleceu prazo de 60 dias para início do tratamento dos pacientes oncológicos, contados a partir da data em que foi firmado o diagnóstico. Além disso, estabeleceu que havendo hipótese diagnóstica de câncer, os exames necessários para avaliação do caso devem ser realizados em até 30 dias. A Portaria 874 de 2013 revogou a Portaria 2.439/2005, mas deu continuidade aos esforços de redução da mortalidade e da incapacidade causadas pelo câncer, de diminuição da incidência de alguns tipos de neoplasia, e de contribuição para melhoria da qualidade de vida dos pacientes oncológicos. Por fim, a Lei 14.238/2021 instituiu o Estatuto da Pessoa com Câncer, estabelecendo os princípios e objetivos do Estatuto, os direitos fundamentais dos pacientes oncológicos e seus familiares, bem como os deveres da família, da comunidade, da sociedade e do poder público. Compreendeu-se que a instituição de políticas públicas oncológicas é fator imprescindível para que se garanta a assistência do paciente e de seus familiares, em um âmbito integral e multidimensional, garantindo a dignidade daqueles que estão acometidos pelo fenômeno da doença, visando não somente a prestar o atendimento biomédico.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Câncer; Cuidado; Assistência.

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC.



OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO SUS: A DEFESA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Tainara Jordana Prestes Bertoldo; Maria Glória Dittrich.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Trata-se de ensaio teórico, qualitativo, buscando a relação dos princípios fundamentais do SUS e o princípio da dignidade da pessoa humana. O estudo bibliográfico dentro do método indutivo utiliza-se de artigos, legislação, dicionários de filosofia e documentos internacionais como referencial teórico. O princípio da dignidade da pessoa humana determina que o ser humano racional deve ser considerado como um fim em si mesmo. É um valor espiritual e moral que pertence à pessoa, sendo um mínimo invulnerável, que traz a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas. É pela essencialidade da dignidade que o ser humano deve agir usando sua humanidade, e esta é razão pela qual o princípio da dignidade da pessoa humana ampara direitos humanos e fundamentais. A saúde como direito social fundamental estabelecido pela Constituição do Brasil de 1988 demandou a modificação do sistema de saúde. Criou-se, então, pela Lei 8.080/1990, o Sistema Único de Saúde (SUS), que se fundamenta sob três princípios: universalidade, equidade e integralidade. Por universalidade compreende-se a saúde como um direito de todos e dever do Estado, devendo ser subsidiados os meios que garantam o acesso a bens e serviços de saúde a todos. Quanto à equidade, relaciona-se com a compreensão da existência de diferentes necessidades entre distintos grupos sociais, objetivando a diminuição das desigualdades, tratando desigualmente os desiguais, investindo-se mais onde a carência é maior. Em relação à integralidade, as pessoas são consideradas como um todo, enxergando o usuário do SUS como um ser complexo e multidimensional, afastando compreendê-lo apenas como sua doença e seu ser biológico, buscando atender a todas as suas necessidades, através da integração de ações e da articulação da saúde com outras políticas públicas. Tendo em vista a compreensão de saúde como completo bem-estar físico, mental e social da pessoa, considerando todas as suas dimensões, é necessário perceber o ser humano como complexo e integral, a fim de que mantenha sua dignidade. Para tanto, a busca pelas políticas públicas de saúde por parte da população objetiva o cuidado, como forma de acolhimento de sua dimensão biofísica, psicológica/mental, social e espiritual, e a preservação de sua dignidade. Aquele que cuida deve perceber as carências daquele que é cuidado, considerando a integralidade do seu ser. Compreendeu-se que os princípios basilares do SUS definem o percurso inicial para a elaboração de políticas públicas em saúde, que devem buscar a manutenção da vida digna. Logo, a proteção da dignidade da população envolve criar estratégias que abordem as mais diversas questões éticas relacionadas à saúde, baseando-se nos princípios estabelecidos pelo SUS, priorizando o cuidado a todas as dimensões do ser humano, para curar-se e viver com qualidade de felicidade.

Palavras-chave: Universalidade; Integralidade; Equidade; Dignidade da Pessoa Humana.

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC.



ESTUDO COMPARATIVO DE SÍNTESE, CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE CITOTOXICIDADE *IN VITRO* DE NANOPARTÍCULAS PARA O TRATAMENTO DO CÂNCER DE MAMA HER-2 POSITIVO

Tatiane Cristofolini; Tiago dos Santos; Frederico Pittella; Tânia Beatriz Creczynski Pasa.

Instituto de Cardiologia de Santa Catarina

O câncer de mama é o segundo tipo de câncer mais diagnosticado no mundo e a principal causa de mortalidade entre as mulheres. Cerca de 20% dos casos apresentam superexpressão da proteína HER-2, associada à alta agressividade, aumento do potencial metastático, recorrência e baixa sobrevida. Foi identificada resistência às terapias convencionais, evidenciando a necessidade de novas terapias. Nesse contexto, torna-se fundamental o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas para a informação, conscientização, diagnóstico e tratamento. A utilização do efeito de RNA de interferência (RNAi) apresenta-se como uma alternativa, por possibilitar o controle da produção de proteínas através da interferência sequência-específica. Devido às barreiras biológicas e características da molécula de siRNA, a utilização de sistemas nanocarreadores faz-se necessária para proteção e transporte à célula-alvo. Este trabalho descreve uma análise comparativa da síntese e caracterização de um sistema nanocarreador em um instituto de pesquisa em Portugal. O estudo é resultado de um intercâmbio voluntário no Instituto de Investigação e Inovação em Saúde – UPorto (i3s) – de setembro de 2019 a julho de 2020. Foi realizada uma análise comparativa de um nanocarreador previamente desenvolvido em uma pesquisa de mestrado pelo departamento de Farmácia da UFSC. O sistema de nanopartículas (NP+siRNA) foi preparado por um método de coprecipitação e corresponde a um sistema formado por um núcleo magnético recoberto com ácido cafeico, sais inorgânicos, siRNA e bloco de copolímero. Ele foi sintetizado e caracterizado seguindo os processos e as condições descritos anteriormente, porém em momentos e equipamentos diferentes. O núcleo magnético revestido com ácido cafeico, quando analisado por DLS, demonstrou um diâmetro hidrodinâmico médio de 84,43 nm e um índice de polidispersão de 0,184. O núcleo de óxido de ferro tem uma carga superficial de -35,2% confirmando a efetividade do revestimento. O sistema apresentou um tamanho de 165,3 nm e 0,122 de Pdl. Após a caracterização, testes de citotoxicidade em linhagem celular de câncer de mama HER-2 positivo humano SK-BR-3 foram realizados. Tratamentos com o sistema desenvolvido, nanopartículas Mock (sem siRNA) e o siRNA livre nas concentrações de 50, 100 e 200nM durante o período de 24, 48 e 72h não alteraram a viabilidade. Diante dos dados obtidos, o sistema mostrou-se promissor para a entrega de siRNA na terapia de RNAi. As NP+siRNA não alteraram a viabilidade celular, tornando-as promissoras à terapia de RNAi em uma linhagem de celular de câncer de mama HER-2 positivo. A experiência descrita, quando comparada com a original, indicou que o sistema desenvolvido pode ser facilmente reproduzido, possibilitando o seu uso em futuras pesquisas sobre sua aplicabilidade no tratamento do câncer de mama. Além disso, esta pesquisa permitiu uma positiva troca de conhecimento entre os pesquisadores dos países envolvidos.

Palavras-chave: RNA de Interferência; siRNA; Nanopartículas Magnéticas; Câncer de Mama HER-2 positivo.



GESTAÇÃO DE ALTO RISCO: FATORES DE RISCO GESTACIONAIS EM GESTANTES ACOMPANHADAS NO AGAR-R NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024

Teresa Maria Figueiredo de Campos; Gustavo D'Avila Silva; Maria Fernanda Zorzo de Castro; Rita de Cássia Teixeira Rangel; Eneida Patrícia Teixeira; Rodrigo Massaroli.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O Ambulatório de Gestação de Alto Risco - Regional (AGAR-R), em Itajaí/SC, realiza consultas multiprofissionais de pré-natal para gestantes classificadas como alto risco, dos 11 municípios da Macrorregião de Saúde da Foz do Rio Itajaí. A estratificação de risco gestacional deve ser feita durante a primeira consulta de pré-natal na atenção primária, utilizando o Instrumento para Estratificação de Risco Gestacional, estabelecido pela deliberação 198/CIB/2021. Quando a gestante obtém um mínimo de dez pontos, é classificada como alto risco e encaminhada ao AGAR-R. Durante a primeira consulta com a enfermeira, verifica-se a estratificação e, quando necessário, realiza-se a reestratificação do risco gestacional. Este trabalho tem o objetivo de analisar a prevalência dos fatores de risco gestacionais entre gestantes de alto risco atendidas no AGAR-R durante o primeiro semestre de 2024. Este estudo descritivo quantitativo utilizou uma amostra de gestantes atendidas no AGAR-R durante o primeiro semestre de 2024. A pesquisa faz parte do macroprojeto “O Cuidado à Gestante de Alto Risco”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Univali sob o parecer n. 6.054.693. em 11 de maio de 2023. Os dados foram extraídos do Instrumento para Estratificação de Risco Gestacional, que registrou informações sobre os fatores de risco gestacionais das pacientes na primeira consulta. A análise foi realizada com base nas estratificações de risco, permitindo avaliar a prevalência e a distribuição dos fatores de risco gestacionais. Foram analisados os fatores de risco gestacionais de 623 gestantes, que realizaram a primeira consulta no AGAR-R no primeiro semestre de 2024. Os dados obtidos mostraram as seguintes prevalências: 33,38% das gestantes apresentaram obesidade (208 casos), 20,7% foram diagnosticadas com diabetes gestacional (129 pacientes), 19,9% estavam com sobrepeso (124 gestantes), 10,59% apresentaram doenças psiquiátricas graves (66 pacientes) e 9,47% foram diagnosticadas com hipertensão arterial (59 casos). Além dessas condições predominantes, foram identificados 234 casos classificados em outras 16 condições de risco, totalizando 820 casos distribuídos em 21 categorias de fatores de risco gestacionais. A análise revela que a presença de fatores de riscos gestacionais, especialmente doenças crônicas não transmissíveis, é significativa entre as gestantes atendidas no AGAR-R. Destaca-se também o aumento das condições psiquiátricas, que têm se tornado frequentes nas usuárias. Fatores como obesidade e sobrepeso estão diretamente relacionados a distúrbios metabólicos, enquanto a hipertensão arterial é um fator de risco para o desenvolvimento de pré-eclâmpsia e eclâmpsia, além de estar associada à prematuridade infantil. As condições psiquiátricas dificultam a aceitação da gravidez e o processo gestacional, aumentando a probabilidade de episódios de depressão pós-parto e *baby blues*. A presença de fatores de risco gestacionais está associada a desfechos desfavoráveis para mãe e bebê, evidenciando a necessidade de acompanhamento em um Ambulatório de Atenção Especializada, mantendo o vínculo com a Atenção Primária em Saúde, para garantir assistência integral e multidisciplinar.

Palavras-chave: Gravidez de Alto Risco; Comorbidade; Obesidade Materna; Diabetes Gestacional; Hipertensão Arterial.



MANEJO DA DENGUE EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Teresa Maria Figueiredo de Campos; Gustavo D'Avila Silva; Marina Uriarte Francisco Schauffert.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Em fevereiro de 2024, a Prefeitura de Itajaí lançou o Decreto Municipal n. 13.175, que declarava situação de emergência em saúde pública no Município de Itajaí. Considerando o cenário epidemiológico do município, a Prefeitura de Itajaí desenvolveu diversas ações para prevenir novos casos positivos de dengue, bem como prestar uma melhor assistência aos pacientes suspeitos/confirmados para a doença. Dentre essas ações, podem-se citar a criação da Central de Monitoramento de pacientes que positivaram para dengue (que realiza o controle principalmente dos grupos de risco); o horário estendido em seis Unidades Básicas de Saúde (UBSs) do município para atendimento dos casos de dengue até às 22h, de segunda a sexta-feira; a construção da Vila da Saúde (espaço destinado exclusivamente ao atendimento de pacientes com suspeita de dengue, visando a diminuir a sobrecarga causada pela dengue nas duas Unidades de Pronto Atendimento do município); organização de uma força-tarefa para eliminar os focos de dengue e conscientizar a população, entre outras. Apesar dessas ações, o Município de Itajaí não estabeleceu um fluxograma de manejo da dengue voltado às UBS, fator que gera condutas divergentes, encaminhamentos inadequados, superlotação dos serviços, sobrecarga dos profissionais, solicitação de exames inadequados, agravamento do quadro clínico do paciente, aumento da mortalidade, dentre diversos outros problemas. Diante desse cenário, é de extrema importância que seja estabelecido um fluxograma de manejo da dengue que se adeque à realidade de uma Unidade Básica de Saúde, a fim de obter uma melhor organização do serviço e possibilitar uma melhor assistência ao paciente. O problema de pesquisa aqui apontado é a ausência de um fluxograma de manejo da dengue em uma UBS do Município de Itajaí. O objetivo do estudo é relatar a experiência da elaboração de um fluxograma de manejo da dengue voltado para o cenário da Atenção Primária em Saúde de uma UBS do Município de Itajaí. Trata-se de um estudo descritivo que objetiva descrever o processo de criação de um fluxograma de manejo da dengue para uma UBS do Município de Itajaí após o decreto municipal que declara situação de emergência causado pela doença. A criação de um fluxograma para atendimento dos pacientes suspeitos ou confirmados para dengue foi se mostrando necessária, conforme conhecíamos o fluxo interno de atendimento e manejo desses casos na UBS em questão. Notamos que, por não haver uma padronização, os pacientes transitavam pela unidade de maneira desnecessária, além de haver um alto tempo de espera entre as etapas do atendimento. Inicialmente, o paciente era acolhido na recepção, passava pela triagem e, em seguida, pelo consultório (médico ou de enfermagem). Após, o paciente retornava à sala de triagem para realizar a prova do laço e passava novamente pelo consultório para verificar a necessidade de medicações, atestado médico e solicitação de hemograma. Diante dessa situação, foi conversado com os profissionais de saúde da unidade para compreender qual seria o fluxo ideal para otimizar o tempo de atendimento dos pacientes, bem como considerados fluxogramas de manejo da dengue já existentes em âmbito estadual e nacional. A principal mudança realizada foi a alteração na ordem de atendimento, adiantando a realização da prova do laço para o momento da triagem dos pacientes com suspeita de dengue. Esta alteração possibilita que o paciente, ao chegar na consulta, já tenha o resultado da prova do laço, fator que permite com que o profissional médico ou enfermeiro realize a classificação do paciente entre Grupo A, B, C ou D, considerando o resultado da prova do laço



e as manifestações clínicas apresentadas pelo paciente. Por fim, após a elaboração do fluxograma, foram realizadas cinco sessões de educação em serviço, organizadas em pequenos grupos de colaboradores da unidade, com o objetivo de orientá-los sobre o novo fluxograma de manejo da dengue para pacientes suspeitos ou confirmados para dengue na UBS.

Palavras-chave: Dengue; Fluxo de Trabalho; Saúde Coletiva; Epidemiologia.



A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NAVEGADOR EM UMA CLÍNICA DE ONCOLOGIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Teresa Maria Figueiredo de Campos; Pollyana Bortholazzi Gouvea.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Os pacientes oncológicos enfrentam inúmeras dificuldades ao longo do processo de diagnóstico e tratamento do câncer, incluindo a sobrecarga emocional e as barreiras no acesso aos serviços especializados. Em muitos casos, esses desafios resultam em atrasos no diagnóstico, agravamento no quadro clínico e até mesmo a descontinuidade no tratamento, fatores que interferem diretamente na qualidade de vida e na sobrevivência do paciente. Nesse cenário, o enfermeiro navegador exerce o papel de um coordenador e facilitador da navegação do paciente durante todo o processo de diagnóstico, tratamento e reabilitação, garantindo que todas as intervenções necessárias sejam realizadas de maneira adequada e em tempo oportuno. Com isso, objetiva-se, no presente estudo, relatar a importância da atuação de um enfermeiro navegador em uma clínica de oncologia. Trata-se de um relato de experiência a partir das vivências do estágio curricular supervisionado do curso de graduação em enfermagem. Entre os resultados, durante o estágio curricular supervisionado em uma clínica de oncologia, percebeu-se a importância da incorporação de um profissional de saúde responsável por gerenciar e coordenar o cuidado do paciente durante o processo de diagnóstico, tratamento e reabilitação do paciente oncológico. No contexto da enfermagem, temos o enfermeiro navegador, que pode ser uma peça fundamental para garantir a agilidade no diagnóstico e a adesão do paciente ao tratamento. No Brasil, a atuação do enfermeiro navegador é regulamentada pela Resolução COFEN n. 735, de 17 de janeiro de 2024. No que se refere à prevenção e ao diagnóstico, o enfermeiro navegador é capaz de direcionar o paciente com maior risco ou com suspeita de câncer aos serviços especializados. Além da detecção precoce de neoplasias, este profissional também deve atuar reduzindo o intervalo entre o diagnóstico da doença e o início do tratamento. Ademais, também é de sua responsabilidade fornecer apoio e orientações ao paciente e seus familiares, tanto no que se diz respeito ao tratamento do paciente oncológico, quanto sobre os fatores de risco nos casos de neoplasias hereditárias. O enfermeiro navegador também coordena as equipes interdisciplinares, garantindo que o paciente oncológico tenha um plano de cuidado resolutivo e com uma abordagem biopsicossocial. Dentre as habilidades necessárias para que o enfermeiro navegador possa desempenhar o seu papel com excelência, pode-se destacar: comunicação clara e objetiva, atendimento humanizado, resolutividade, domínio na ciência oncológica e suas particularidades, entre outras. Diante do exposto, é notável a importância da atuação de um enfermeiro navegador em clínicas de oncologia, a fim de potencializar a adesão ao tratamento, por meio da promoção de autonomia e empoderamento dos pacientes oncológicos, bem como a transmissão de apoio e segurança para que eles se sintam acolhidos durante todo o processo de diagnóstico, tratamento e reabilitação da doença.

Palavras-chave: Enfermagem Oncológica; Navegação de Pacientes; Instituições de Oncologia.



A REDE ALYNE E A MORTALIDADE MATERNA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Thais Jessica Sarmiento Bonfim Vaughan

Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein

A mortalidade materna continua sendo um grande desafio para o sistema de saúde brasileiro. A criação da Rede Alyne, regulamentada pela Portaria GM/MS n. 5.350/2024, busca reverter esse quadro por meio de políticas específicas voltadas para a atenção à mulher. Busca-se examinar o impacto da Rede Alyne na redução da mortalidade materna no Brasil, com foco nas regiões com maior vulnerabilidade social. Como metodologia, foi realizada uma análise crítica de documentos governamentais e relatórios de organizações internacionais como a OMS e a ONU Mulheres. A pesquisa contemplou dados de mortalidade materna entre 2013 e 2023, com enfoque nas regiões Norte e Nordeste. Os dados revelam que a mortalidade materna no Brasil diminuiu ligeiramente nos últimos anos, mas ainda permanece elevada em regiões pobres. A Rede Alyne, com sua abordagem intersetorial e foco na assistência integral, busca diminuir essa disparidade, promovendo melhorias na qualificação dos serviços de saúde e na cobertura de assistência obstétrica de emergência. A Rede Alyne tem o potencial de promover mudanças estruturais no combate à mortalidade materna, especialmente em áreas com menor acesso a serviços de saúde de qualidade. Entretanto, para maximizar seus efeitos, será necessária uma maior articulação entre os governos federal, estadual e municipal, além de maior envolvimento da sociedade civil.

Palavras-chave: Mortalidade Materna; Saúde Pública; Políticas de Saúde.



VIGILÂNCIA SANITÁRIA: AÇÕES E DESAFIOS NO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

Thais Jessica Sarmiento Bonfim Vaughan; Karen Barbosa Amarante.

Prefeitura Municipal de Saúde de Navegantes

A vigilância sanitária, presente desde a antiguidade, teve seus primeiros registros na Mesopotâmia, onde foram criadas medidas para assegurar a qualidade dos alimentos. Desde então, suas ações tornaram-se fundamentais para a saúde pública, com o objetivo de eliminar, reduzir ou prevenir riscos à saúde e intervir nos problemas sanitários resultantes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e serviços de interesse sanitário. Hoje, essa prática traz consigo o poder de intervenção estatal, sendo responsável por adequar o sistema produtivo de bens e serviços às demandas sociais e às necessidades do sistema de saúde. No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) coordena essas atividades, exercendo papel relevante na promoção e proteção da saúde, por meio de ações de fiscalização, controle e regulação. A ANVISA também estabelece legislações e normas técnicas que regem as práticas sanitárias, promovendo uma atuação articulada com o Sistema Único de Saúde (SUS) e sendo regida pelos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade. Objetiva-se, aqui, demonstrar como o poder de polícia administrativa concedido à vigilância sanitária pode contribuir para uma saúde pública de maior qualidade, refletindo sobre a importância das ações preventivas e regulatórias desse setor. A pesquisa é de caráter documental, com análise de legislação e normas técnicas, além de estudos teóricos que abordam a ética, conduta e o exercício do poder de polícia na vigilância sanitária. Foram utilizadas fontes como publicações científicas, documentos oficiais da ANVISA e do Ministério da Saúde. A criação da Política Nacional de Vigilância em Saúde, em 2018, representou um marco ao estabelecer diretrizes claras para o planejamento das ações de vigilância no Brasil. Esse documento definiu responsabilidades e estratégias, promovendo uma visão articulada e intersetorial das atividades de vigilância. Um dos maiores desafios enfrentados pela vigilância sanitária é a potencial restrição de liberdades individuais durante a intervenção estatal, sendo necessário equilibrar a proteção da saúde pública com o respeito aos direitos constitucionais. O poder de polícia da vigilância sanitária é uma ferramenta crucial para garantir que o sistema produtivo e os serviços de interesse sanitário sejam seguros para a população. Ao limitar ou regular certas atividades, o Estado garante o bem-estar social, seguindo os princípios éticos e legais. As ações preventivas da vigilância sanitária, como a fiscalização de alimentos, medicamentos e ambientes de trabalho, são fundamentais para evitar danos à saúde coletiva e para a manutenção de um ambiente seguro e saudável. A vigilância sanitária desempenha um papel fundamental na promoção e proteção da saúde pública, sendo o exercício do poder de polícia administrativa uma ferramenta essencial para assegurar a qualidade dos bens e serviços de interesse sanitário. Para cumprir sua missão, é necessário que suas ações sejam pautadas na ética, legalidade e eficiência, buscando sempre o bem-estar da sociedade. O fortalecimento da vigilância sanitária é crucial para o desenvolvimento de políticas públicas que garantam a saúde como direito fundamental, em consonância com o que prevê a Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Saúde; Vigilância Sanitária; Ética, Política Nacional de Vigilância Sanitária.



EDUCAÇÃO EM SAÚDE PROMOVEDO O ALEITAMENTO MATERNO E FORTALECENDO A TRANSDISCIPLINARIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM AMBULATÓRIO DE GESTAÇÃO DE ALTO RISCO

Thais Jessica Sarmiento Bonfim Vaughan; Leila Almeida Gomes; Sandra Rafaela Oliveira Lapa Rafaela Prado dos Santos; Fabrício Luiz Barreto Santos; Ane Caroline de Jesus Santos; Marcia Cunha dos Santos Araújo; Jessica Góis Santos.

Prefeitura Municipal de Itabaiana Sergipe

O aleitamento materno é reconhecido globalmente como uma prática essencial para a saúde e o desenvolvimento infantil, sendo recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como exclusiva até os seis meses de vida. No entanto, fatores sociais, culturais e de saúde podem interferir negativamente na adesão ao aleitamento, especialmente em gestações de alto risco. Em muitos casos, mães com gravidez de risco apresentam maior dificuldade em iniciar e manter a amamentação, devido a complicações médicas, estresse psicológico e falta de apoio adequado. Nesse contexto, políticas públicas focadas em educação em saúde têm sido fundamentais para promover o aleitamento materno e proporcionar uma rede de suporte eficaz. Ações transdisciplinares, que integram profissionais de diversas áreas, como enfermeiros, médicos, nutricionistas e psicólogos, têm mostrado eficácia na abordagem de gestantes em situações complexas. Este artigo visa a discutir a implementação de um programa de educação em saúde voltado para o aleitamento materno em um ambulatório de gestação de alto risco, destacando o papel das políticas públicas e da transdisciplinaridade. Trata-se de um relato de experiência de profissionais de um ambulatório especializado em gestação de alto risco em um município do Nordeste brasileiro com altos índices de mortalidade materna e infantil. Por conseguinte, foram revisados documentos de políticas públicas nacionais e locais sobre aleitamento materno e gestação de alto risco para contextualizar as ações implementadas. O aleitamento materno pode ser um desafio em gestações de alto risco, devido a fatores fisiológicos e emocionais. Complicações como partos prematuros e internações prolongadas dos recém-nascidos podem dificultar a amamentação. Além disso, gestantes de alto risco frequentemente necessitam de apoio adicional para lidar com o estresse e a ansiedade, o que pode interferir na produção de leite e na disposição para amamentar. Para essas mulheres, a educação em saúde sobre a importância do aleitamento materno precisa ser reforçada, garantindo que tenham acesso a informações adequadas e apoio constante. A promoção de políticas públicas que favoreçam o aleitamento, como a Lei n. 11.265/2006, é essencial para criar um ambiente de apoio. No ambulatório de gestação de alto risco analisado, a educação em saúde sobre aleitamento materno foi estruturada em uma abordagem transdisciplinar, com a integração de diversos profissionais. O programa envolve consultas individuais e grupos de apoio que oferecem orientações sobre os benefícios do aleitamento materno, técnicas de amamentação e gestão de problemas comuns, como a dor nos mamilos e a baixa produção de leite. A participação de nutricionistas, fisioterapeutas e psicólogos foi crucial para complementar o trabalho dos médicos e enfermeiros obstetras, proporcionando uma abordagem mais holística. Nutricionistas explanavam sobre a dieta da mãe durante o período da amamentação, enquanto os psicólogos abordavam questões emocionais que poderiam dificultar a amamentação. A colaboração entre esses profissionais permitiu que as gestantes recebessem um cuidado mais integral, favorecendo a adesão ao aleitamento. As políticas públicas desempenham um papel central no apoio ao aleitamento materno em gestações de alto risco. O Brasil possui programas como a Estratégia Nacional para Promoção do



Aleitamento Materno, que visa a aumentar a taxa de aleitamento exclusivo e promover ambientes de saúde que favoreçam essa prática. Além disso, a Rede Cegonha, uma política de saúde materno-infantil, também estabelece protocolos para promover o aleitamento em maternidades e ambulatórios. No ambulatório analisado, as políticas públicas foram aplicadas por meio de encontros educativos e da implementação de grupos que priorizavam a amamentação mesmo em casos de complicações médicas. O acesso a essas políticas e sua execução de forma transdisciplinar contribuíram para um maior número de mães conseguirem iniciar e manter o aleitamento, mesmo em condições adversas. A promoção do aleitamento materno em gestações de alto risco requer uma abordagem que vá além das orientações tradicionais de saúde. A educação em saúde, aliada à transdisciplinaridade e às políticas públicas, oferece um suporte essencial para essas mulheres, permitindo que enfrentem os desafios do aleitamento com maior sucesso. O ambulatório de gestação de alto risco estudado demonstrou que a integração de profissionais de diferentes áreas, juntamente com o respaldo de políticas públicas adequadas, pode fortalecer a adesão ao aleitamento materno, contribuindo para a melhoria dos indicadores de saúde materno-infantil. A implementação de programas semelhantes em outros contextos e o fortalecimento de políticas públicas que apoiem a transdisciplinaridade são estratégias fundamentais para garantir que o aleitamento materno seja promovido de forma eficaz, mesmo em contextos complexos de saúde.

Palavras-chave: Aleitamento; Política de Saúde, Gestação.



MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: A IMPORTÂNCIA DOS DADOS E INFORMAÇÕES DAS UNIDADES DE SAÚDE

Thais Jessica Sarmiento Bonfim Vaughan; Ricardo Castello.

Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein

A avaliação e o monitoramento em saúde são fundamentais para garantir a qualidade e a eficiência dos serviços prestados nas unidades de saúde. Os dados e informações utilizados para essas avaliações são, em grande parte, oriundos das atividades rotineiras dessas unidades, que abrangem tanto os processos assistenciais quanto os administrativos. A gestão adequada dessas informações é vital para a construção de indicadores de saúde, que permitem acompanhar e avaliar a efetividade das políticas públicas de saúde no Brasil. Este estudo tem como objetivo analisar a importância dos dados e informações gerados nas unidades de saúde para a avaliação e monitoramento da qualidade do atendimento. Além disso, busca destacar a relevância da qualificação no uso de sistemas de informação, considerando a abordagem SMART e as diretrizes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) para a Planificação da Atenção à Saúde. O referido estudo corresponde a uma pesquisa documental e como tal, se propõe à análise dos diversos aspectos sobre monitoramento e avaliação na Atenção Primária à Saúde. Os resultados revelam que os processos administrativos e assistenciais nas unidades de saúde geram uma vasta quantidade de dados, que, quando inseridos em sistemas de informação oficiais, como os do Ministério da Saúde, permitem a construção de indicadores de saúde confiáveis. A qualificação no uso desses sistemas é essencial, pois garante que os dados sejam utilizados de maneira eficaz para a tomada de decisões e a implementação de políticas de saúde. A abordagem SMART (Específico, Mensurável, Atingível, Relevante e Temporal) é fundamental para orientar o planejamento e a avaliação de ações em saúde, proporcionando maior clareza e assertividade nos objetivos a serem alcançados. O monitoramento e a avaliação em saúde dependem significativamente da qualidade dos dados e informações gerados nas unidades de saúde. A implementação de processos administrativos eficientes e a qualificação no uso de sistemas de informação são essenciais para a construção de indicadores de saúde que reflitam a realidade dos serviços prestados. As diretrizes do Conass e a abordagem SMART podem ser importantes estratégias a serem incorporadas à rotina das unidades de saúde, promovendo uma gestão baseada em evidências e contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas de saúde no Brasil.

Palavras-chave: Monitoramento; Avaliação; Unidades de Saúde.



ANÁLISE DA MORTALIDADE FETAL EM SANTA CATARINA: UM ESTUDO INTERDISCIPLINAR SOBRE CAUSAS E FATORES DE RISCO (2012-2022)

Thais Jessica Sarmiento Bonfim Vaughan; Tiago Lopes.

Secretaria de Saúde de Navegantes

A mortalidade fetal é um indicador crítico da qualidade da assistência materno-infantil e reflete as condições sociais, econômicas e de saúde. Apesar de sua relevância, a mortalidade fetal tem sido negligenciada em políticas públicas globais, especialmente no Brasil. Este artigo tem como objetivo analisar as causas e fatores de risco associados à mortalidade fetal em Santa Catarina, de 2012 a 2022. Este estudo busca investigar o perfil epidemiológico dos óbitos fetais em Santa Catarina, analisando as causas declaradas, critérios de evitabilidade e fatores associados, com vistas à formulação de políticas públicas de saúde. Este estudo observacional transversal e descritivo utilizou dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) entre 2012 e 2022. As análises incluíram variáveis sobre a mãe, o feto, o parto e as causas de morte, classificadas de acordo com a CID-10. Foi utilizada a ferramenta *Epi Info* para análise dos dados. Foram identificados 8.549 óbitos fetais, com aumento de 11% na taxa de mortalidade fetal (TMF) entre 2012 e 2022, alcançando 87 óbitos/1.000 nascidos vivos em 2022. A principal causa de morte foi atribuída a afecções perinatais (90,5%), seguidas de malformações congênitas (8,5%). Cerca de 36,6% dos óbitos foram considerados evitáveis, sugerindo a necessidade de aprimoramento na assistência pré-natal. A mortalidade fetal em Santa Catarina reflete a desigualdade no acesso e na qualidade da atenção à saúde materno-infantil. Políticas públicas voltadas à capacitação dos profissionais de saúde e melhoria das condições de atendimento podem contribuir significativamente para a redução desses óbitos.

Palavras-chave: Mortalidade Fetal; Saúde Materno-Infantil; Políticas Públicas.



EVITABILIDADE DA MORTALIDADE FETAL EM SANTA CATARINA: PERSPECTIVAS PARA A GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE

Thais Jessica Sarmiento Bonfim Vaughan; Tiago Lopes.

Secretaria de Saúde de Navegantes

A alta taxa de mortalidade fetal em Santa Catarina revela falhas no sistema de saúde, especialmente em relação à evitabilidade dos óbitos. Este artigo busca analisar as causas evitáveis de mortalidade fetal e propor ações que possam ser implementadas na gestão pública de saúde. Assim, pretende-se avaliar os óbitos fetais evitáveis em Santa Catarina, de 2012 a 2022, identificando fatores que podem ser melhorados para reduzir as taxas de mortalidade. Foi realizado um estudo transversal, descritivo e retrospectivo, com base nos dados de óbitos fetais do SIM e SINASC. Foram analisadas as causas dos óbitos segundo a classificação CID-10 e os critérios de evitabilidade, conforme o Manual de Vigilância do Óbito Infantil e Fetal do Ministério da Saúde. Dos 8.549 óbitos fetais registrados, 36,6% foram considerados evitáveis, sendo a principal categoria de evitabilidade “mortes reduzíveis por adequada atenção à mulher na gestação”. A falta de classificação de evitabilidade foi observada em 42,6% dos casos, o que sugere subnotificação e fragilidade nos registros. Os óbitos fetais evitáveis poderiam ser significativamente reduzidos com a melhoria da assistência pré-natal e intraparto, além de uma maior integração entre os níveis de atenção à saúde. A qualificação e capacitação das equipes de saúde também se mostram essenciais para a redução dessas mortes.

Palavras-chave: Mortalidade Fetal; Saúde Materno-Infantil; Políticas Públicas.



O ESTÁGIO NO SUS COMO FACILITADOR PARA A COMPREENSÃO DE CATEGORIAS DA SAÚDE COLETIVA

Thiago Bernardes Nunes; Viviane Matias; Pedro Paulo Bertermes; Isadora Seganfredo; Ana Clara Pereira Gonçalves; Daniela Antunes Guerra.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI; Prefeitura de Itajaí

Este trabalho possui como objetivo demonstrar a relevância do Estágio Supervisionado e da Visita Domiciliar como instrumentos que facilitam a compreensão dos estudantes acerca das categorias modo de vida e estilo de vida. Apesar da impressão de semelhança entre as duas categorias, modo e estilo de vida versam sobre duas diferentes dimensões da vida que impactam no processo saúde e doença de populações e indivíduos de maneira distinta: enquanto modo de vida reflete condições estruturantes como produto do domínio geral da sociedade e natureza, como classe social, gênero e etnia; por outro lado, estilo de vida abrange as escolhas pessoais em nível individual e familiar. Tais conceitos têm origem na corrente latino-americana denominada Saúde Coletiva, a qual considera que o processo de cura e adoecimento são determinados socialmente. A disciplina Estágio Supervisionado é o momento em que acadêmicos de Odontologia da Univali realizam atividades fora do ambiente da universidade, sendo alocados em unidades da Rede de Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) durante o semestre, tendo, assim, a oportunidade de praticar odontologia fora dos muros da escola. A Estratégia Saúde da Família (ESF) é um modelo de atenção adotado no país onde uma de suas estratégias se faz através da Visita Domiciliar (VD), que é uma prática profissional investigativa ou de atendimento, efetuada por profissionais junto ao indivíduo, em seu próprio meio social ou familiar, sendo desenvolvidas técnicas de observação, de entrevista e de relato oral. Esta atividade foi realizada em setembro de 2024, quando três acadêmicas de Odontologia, em companhia de enfermeiro, agente comunitário de saúde e cirurgião-dentista, visitaram uma família que ocupa uma habitação em área de invasão no bairro Espinheiros, Itajaí, Santa Catarina. Este contato possibilitou a expansão de horizontes, abrindo caminho para reflexão sobre as diferenças de vida, vulnerabilidades e desigualdade social. A atividade possibilitou aos estudantes compreender que determinados grupos sociais estão mais vulneráveis que outros e encontram maiores obstáculos na luta pela recuperação e reabilitação em saúde em comparação com grupos sociais privilegiados. Portanto, culpabilizar indivíduos e famílias por suas enfermidades é considerar que apenas os estilos de vida (dimensão individual) perpassam o processo saúde-doença. O que não é verdade. Condições de vida, como acesso à água tratada, esgoto, emprego e renda justa, educação, moradia, completa e ilimitada democracia política, filosófica e econômica também impactam na saúde de populações e de famílias. Ou seja, o modo de vida (dimensão particular) atua acima da dimensão individual, produzindo autonomia relativa a esta última, numa espiral de subsunção, conforme exposto na Figura 1. O presente estudo se limitou às duas primeiras dimensões, deixando para outro momento a abordagem da terceira e última dimensão desse modelo explicativo em saúde: a dimensão geral.

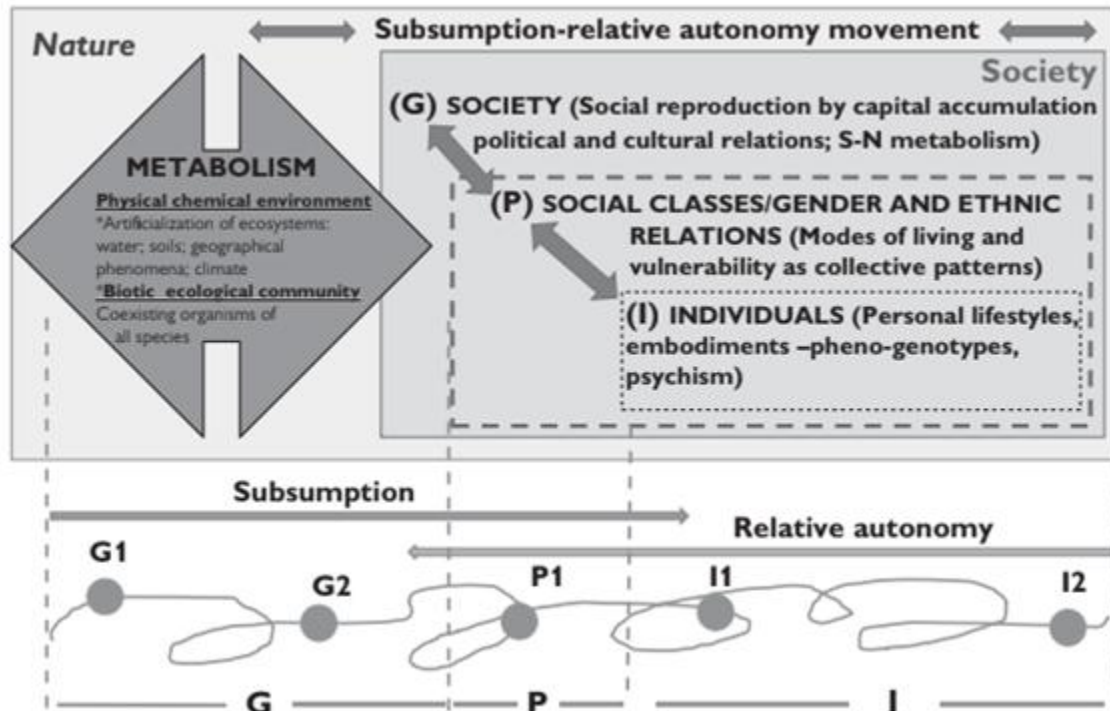


Figura 1: Determinação social da saúde, adaptado de *Critical epidemiology and the people's health*.

Palavras-chave: Estágio; Visita Domiciliar; Modo de Vida; Estilo de Vida; Determinação Social da Saúde.



PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CONSUMIDOR POR MEIO DA INTERVENÇÃO FISCALIZATÓRIA EM EMPRESA FABRICANTE DE SANEANTES NO MUNICÍPIO DE ARAQUARI

Valdir Aniceto Pereira Junior; Alessandra Marjorie de Oliveira; Diogo Luiz Lopes.

Prefeitura Municipal de Araquari

Os saneantes domissanitários se apresentam como produtos de extrema importância para a população, devido à sua finalidade de uso. São substâncias ou preparações destinadas à higienização, desinfecção ou desinfestação de ambientes e superfícies e ao tratamento de água, incluindo água sanitária, hipoclorito de sódio, sabões, limpadores, alvejantes, repelentes, inseticidas, raticidas e detergentes, sendo classificados de acordo com o grau de risco, a destinação/restrição e a finalidade de uso. Esses produtos devem ser formulados e fabricados atendendo aos parâmetros de Boas Práticas de Fabricação, conjuntamente a um Sistema de Garantia da Qualidade robusto, utilizando matérias-primas que não apresentem efeitos comprovadamente mutagênicos, teratogênicos ou carcinogênicos em mamíferos, a fim de não causarem riscos à saúde dos consumidores. Dessa forma, os produtos saneantes são submetidos ao controle e à regulação pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), a fim de que sejam comercializados somente produtos regulares, com eficiência comprovada. Para tanto, a fiscalização sanitária aplica, por meio do poder de polícia administrativo, as legislações acerca da qualidade sanitária desses produtos de forma a gerenciar e a mitigar o seu risco à saúde. Nesse aspecto, o Município de Araquari/SC caracteriza-se como referência na região, devido ao número de empresas fabricantes de produtos desse segmento e, por isso, é frequentemente incluído no PEMS (Programa Estadual de Monitoramento de Saneantes). Esse programa é desenvolvido pela Diretoria de Vigilância Sanitária de Santa Catarina (DIVS) em parceria com o Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN/SC) visando a avaliar a qualidade e segurança dos produtos saneantes fabricados, distribuídos e comercializados em Santa Catarina, por meio de análises laboratoriais, a fim de priorizar ações de fiscalização sanitária, intervindo nas irregularidades relacionadas ao lote do produto, cujo resultado se apresente insatisfatório e, por conseguinte, impróprio para venda e uso dos consumidores. Dentre as empresas catarinenses, que possuem histórico de laudos insatisfatórios no PEMS, pode-se destacar uma araquariense, de médio porte, que desenvolve atividades de fabricação com ênfase em água sanitária e hipoclorito de sódio, apresentando significativa relevância comercial na região. Considerando o impacto que a comercialização desses produtos irregulares pode causar à saúde coletiva e com intuito de coibir a comercialização de produtos que não atendem satisfatoriamente à legislação em vigor, se fez necessário a intervenção da Autoridade Sanitária local na empresa em questão. Nesse aspecto, este trabalho teve como objetivo fomentar a importância das ações em vigilância sanitária como forma de prevenção e de repressão da má qualidade de produtos saneantes, relatando especificamente uma ação exitosa de regulação/monitoramento de uma fabricante de saneantes no município de Araquari/SC. Assim, as ações realizadas na empresa envolveram inspeções a fim de analisar a estrutura física, o fluxo e o processo de produção, as condições ambientais de trabalho, as matérias-primas (insumos) e o produto acabado, bem como a realização de auditoria da qualidade, abrangendo a avaliação documental do manual de Boas Práticas de Fabricação, dos Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs) e das instruções de trabalho, além dos programas, registros, certidões e certificados emitidos pelos órgãos competentes, confrontando-os com as legislações pertinentes, bem como a veracidade do que estava sendo declarado e executado pela empresa. Como resultado, as inspeções desse monitoramento ocorreram desde 2019 até o



presente momento, totalizando sete diligências fiscais, sendo uma de rotina, três de denúncias e três de reinspeções. Ao passo que, em umas das inspeções realizadas no ano de 2023, houve a constatação de possível irregularidade em dois dos produtos fabricados pela empresa e que estavam disponíveis no comércio local. Consequentemente, a Vigilância Sanitária de Araquari procedeu a coleta de amostras (modalidade triplicata fiscal) de água sanitária e de hipoclorito de sódio que, por sua vez, foram enviadas ao Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN/SC) para análise dos parâmetros físico-químicos e de rotulagem. Além disso, restou evidenciado que a fabricante de saneantes localizada em Araquari, objeto de estudo do presente relato, não possuía alvará sanitário vigente. A partir das análises físico-químicas e de rotulagem, realizadas pelo LACEN/SC dos produtos coletados, concluiu-se que os produtos fabricados se apresentavam insatisfatórios. Especificamente em relação à “Água Sanitária”, que estava registrado na ANVISA como Alvejante Concentrado, restou configurada a ilegalidade na rotulagem e no baixo teor de cloro no produto de 1,5% (p/p), abaixo do preconizado pela legislação (4,0 a 6,0% p/p). Quanto ao “Alvejante à base de hipoclorito de sódio”, o seu registro também apresentou ilegalidade, por descrever: “Limpador de uso geral”, e a concentração de cloro encontrada foi de 2,6% (p/p), acima da faixa aceitável na legislação (0,85 a 1,15% p/p). Portanto, ficou evidenciada a quebra das boas práticas de fabricação. Consequentemente, em nível municipal, a empresa foi interditada e intimada a regularizar seu processo produtivo, sendo essa ação divulgada nos meios de comunicação locais (*sites* e rádio). Em paralelo, foi feita, em âmbito estadual, a publicação do recolhimento de todos os lotes desses produtos em Diário Oficial do Estado e, em nível federal, houve a suspensão da Autorização de Funcionamento de Empresa pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Posteriormente, atendendo aos prazos estabelecidos, a empresa promoveu melhorias estruturais e de boas práticas de fabricação, minimizando, assim, o risco à saúde pública que porventura esses produtos pudessem causar, permitindo, assim, a desinterdição da empresa com posterior emissão do alvará sanitário, documento que autoriza a empresa a executar sua atividade comercial após cumprimento da legislação sanitária, ao passo que publiciza aos consumidores que a empresa está apta a fabricar produtos saneantes com qualidade.

Palavras-chave: Vigilância Sanitária; Fabricação; Monitoramento; Irregularidade.

Apoio: Prefeitura Municipal de Araquari e Secretaria Municipal de Saúde de Araquari/SC.



CAPACITAÇÃO EM TESTES RÁPIDOS PARA COLABORADORES DA UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR E COMUNITÁRIA E ACADÊMICOS DA ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – UNIVALI: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Victória Chiquetti Zambon Flores; Gustavo D'Avila Silva; Larissa da Silva; Phelipe dos Santos Souza; Rita de Cássia Teixeira Rangel.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

No Brasil, desde 2010, o Ministério da Saúde (MS) disponibiliza testes rápidos de HIV, sífilis, hepatite B e hepatite C e orienta que todos os serviços da rede especializada em Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) / AIDS, os Centros de Testagem e Aconselhamento, Serviços de Assistência Especializada, Serviços que ofertam Profilaxia Pré-Exposição e Pós-Exposição ao HIV devem realizar testes rápidos de HIV, sífilis, hepatites B e C. O MS recomenda também que sejam realizados os testes rápidos nos atendimentos de gestantes, visando à prevenção da transmissão vertical do HIV e da sífilis, acidentes ocupacionais com materiais perfurocortantes, abortamento espontâneo, violência sexual, atendimento de pessoas diagnosticadas com tuberculose. Além desses serviços, destaca-se que todas as unidades de saúde da Rede de Atenção Primária realizem testes rápidos, como também os CAPS, CAPS AD, unidades prisionais do Sistema de Administração Penitenciária, unidades móveis de saúde, e as unidades de pronto atendimento e de urgência e emergência. Por conta dessa demanda, a capacitação em testes rápidos é imperiosa para preparar os profissionais na abordagem e na realização dos testes. Objetiva-se, com este estudo, relatar a Educação Permanente de acadêmicos e profissionais de saúde, integrando conhecimento teórico-prático e atualizando métodos e práticas voltados para a realização de testes rápidos, desenvolvendo a competência para a realização dos testes e uma abordagem eficaz para o aconselhamento. Trata-se de um relato de experiência sobre curso de capacitação e atualização de testes rápidos voltados para o diagnóstico de IST's. Para tal finalidade, houve a integração entre o serviço da Unidade de Saúde Familiar e Comunitária/USFC - Univali e Vigilância Epidemiológica de Itajaí. A capacitação proporciona o aprendizado e a atualização dos acadêmicos e dos profissionais de saúde. Esses testes, que produzem resultados eficientes, requerem apenas algumas gotas de sangue para a sua realização e permitem a visualização de resultados de IST's, em um prazo de até 30 minutos, como do HIV, Sífilis, Hepatite B e Hepatite C. Essa opção de testagem aumenta a gama de procedimentos realizados para o usuário do sistema de saúde, proporcionando um diagnóstico ágil e a possibilidade de um tratamento precoce. Nessa capacitação, houve 20 participantes, sendo cinco profissionais de enfermagem da Unidade de Saúde Familiar e Comunitária e quinze acadêmicos, dos quais treze eram do curso de enfermagem e dois do curso de fisioterapia. A ação foi conduzida por uma enfermeira e uma psicóloga da Diretoria de Vigilância Epidemiológica do Município de Itajaí, que abordaram o tema sobre testes rápidos, incluindo acolhimento, a prática da realização dos testes e a condução dos resultados junto aos pacientes. Durante a atividade, foi proposta uma dinâmica com os colaboradores e acadêmicos, na qual os participantes puderam realizar os testes em seus colegas, aqueles que não tinham interesse em saber o resultado do teste rápido, este era desprezado antes de sair o resultado final. A capacitação e atualização nas unidades de saúde e universidades devem ser consideradas uma oportunidade de aprendizado, além da possibilidade para esclarecimento de questionamentos e dúvidas dos acadêmicos e profissionais da saúde. Ademais, promovem uma nova perspectiva sobre a importância da aplicação de testes rápidos aos pacientes.

Palavras-chave: Testes Imediatos; Assistência Ambulatorial; Vigilância em Saúde Pública; Educação Profissional em Saúde Pública; Educação em Saúde.

programação

6
novembro

8h às 12h - 14h às 15h

Oficina

Saúde Integrativa com Plantas Medicinais: como cuidar da saúde com chás, lambedores e xaropes

Apresentação

Profa. Dra. Kallyne Bezerra Costa (UFMA e IFES) e Profa. Dra. Angélica Garcia Couto (UNIVALI)

Local: Bloco C2 – sala 106

09h às 10h

Abertura Solene, Apresentação Cultural e coffee break

Coral Univali

Local: Teatro Adelaide Konder

10h às 11h30

Conferência de Abertura

Cidades Inteligentes e a Gestão Sustentável de Recursos Hídricos e Energéticos: O Papel dos Dados na Construção de um Futuro Sustentável

Conferencista: Prof. Dr. Maurício de Campos (UNIVALI)

Moderadores: Profa. Dra. Anita Maria da Rocha Fernandes (UNIVALI)

Local: Teatro Adelaide Konder

14h às 15h

Apresentação de Pôsteres

Pesquisas nos eixos do Congresso

Local: Toldo azul, ao lado do Teatro Adelaide Konder

15h às 18h

Visita Técnica

Plantas Medicinais

Apresentação: Prof. Me. Renê Artur Ferreira (UNIVALI)

Local: Horto de plantas medicinais UNIVALI

15h30 às 17h

Apresentação Oral

Pesquisas nos eixos do Congresso

Local: Salas do Bloco D1

17h30 às 18h30

Abertura de Exposição Fotográfica Artística e Científica

O Brasil na Antártica, por Prof. Dr. Joaquim Olinto Branco (UNIVALI)

Local: Galeria de Artes

19h

Apresentação Cultural

Taiko, por Grupo Hibikidaiko de Itajaí

Local: Teatro Adelaide Konder



19h30 às 20h30

Conferência

A Interdisciplinaridade na Pós-Graduação Brasileira

Conferencista: Profa. Dra. Katia Christina Leandro (Fundação Oswaldo Cruz, INCQS e CAPES)

Moderadora: Profa. Dra. Maria Glória Dittrich (UNIVALI)

Local: Teatro Adelaide Konder

20h30 às 22h

Mesa Redonda

Espiritualidade e o Sentido da Vida: Desafios para o Ser Humano nos Tempos Contemporâneos

Palestrantes: Prof. Dr. Marcos Vinicius da Costa Meireles (IFG), Profa. Dra.

Cleide Jussara Müller Pareja, Profa. Ma. Larissa Fernanda Dittrich (UNIVALI).

Moderadora: Profa. Dra. Maria Glória Dittrich (UNIVALI)

Local: Teatro Adelaide Konder

7

novembro

9h

Apresentação Cultural

Grupo de Dança do Lar Padré Jacó

Local: Teatro Adelaide Konder

9h10 às 10h

Conferência

A Criatividade Polinizadora: Ensino Superior e Políticas Públicas

Conferencista: Prof. Dr. Saturnino de la Torre (Universidad de Barcelona e RIEC)

Moderadora: Profa. Dra. Maria Glória Dittrich (UNIVALI)

Local: Teatro Adelaide Konder

10h

Apresentação Cultural

Violão solo, por Eliezer Patissi

Local: Teatro Adelaide Konder

10h10 às 11h

Conferência

Educação para Povos Originários: Uma Experiência de Sucesso

Conferencista: Profa. Dra. Márcia Bento Moreira (UNIVASP e CAPES)

Moderadora: Profa. Dra. Anita Maria da Rocha Fernandes (UNIVALI)

Local: Teatro Adelaide Konder



11h às 12h

Mesa Redonda

Justiça Restaurativa e Educação Interativa

Palestrantes: Profa. Dra. Maria do Rosário Knechtel (UFPR), Prof. Dr. Ruy Muggiati (UNIFOZ e TJ-PR)

Moderador: Prof. Dr. Marcos Vinícius Viana da Silva (UNIVALI)

Local: Teatro Adelaide Konder

14h às 15h

Apresentação de Pôsteres

Pesquisas nos eixos do Congresso

Local: Toldo azul, ao lado do Teatro Adelaide Konder

15h30 às 17h30

Apresentação Oral

Pesquisas nos eixos do Congresso

Local: Salas do Bloco D1

16h

Apresentação Cultural

Grupo de Dança do Lar Padre Jacó

Local: Bloco D1 - Auditório do PPCJ (Sala 427)

16h10 às 17h30

Mesa Redonda

As Políticas Públicas: Gestão, Comunicação e Perspectivas

Palestrantes: Sra. Maria Teresinha Debatin (Fundação Catarinense de Cultura)

Moderadora: Profa. Dra. Graziela Breitenbauch de Moura (UNIVALI)

Local: Bloco D1 - Auditório do PPCJ (Sala 427)

19h

Apresentação Cultural

Grupo de Dança UNIVALI

Grupo de Dança Jordan

Local: Teatro Adelaide Konder

19h30 às 20h30

Conferência

Proteção dos Direitos Humanos: Contexto e Perspectivas

Conferencista: Prof. Dr. Maurizio Oliviero (Università degli Studi di Perugia)

Moderador: Prof. Dr. Paulo Márcio Cruz (UNIVALI)

Local: Teatro Adelaide Konder

20h30 às 21h30

Mesa Redonda

Análise do Ciclo das Políticas Públicas: A Necessidade da Avaliação Permanente no Modal Rodoviário em Santa Catarina

Palestrantes: Me. César Henrique Barzotto Antunes (Fetrancesc)

Moderador: Profa. Dra. Maria Glória Dittrich (UNIVALI); Prof. Dr. Rafael

Burlani Neves (UNIVALI)

Local: Teatro Adelaide Konder



9h às 9h45

Conferência

Saúde e Educação: Desafios Contemporâneos

Conferencista: Prof. Dr. Juan Miguel Gonzalez Velasco (Universidad Mayor de San Andrés)

Moderador: Prof. Dr. Carlos Golembiewski (UNIVALI)

Local: Teatro Adelaide Konder

9h45

Apresentação Cultural

Local: Teatro Adelaide Konder

9h50 às 11h

Mesa Redonda

A Cultura de Massa e o Vazio Existencial

Palestrantes: Prof. Dr. Adilson Felicio Feiler (FAJE), Profa. Dra. Maria Glória Dittrich (UNIVALI)

Moderadora: Prof. Ma. Larissa Fernanda Dittrich (UNIVALI)

Local: Teatro Adelaide Konder

11h às 12h

Mesa Redonda

Fitoterapia: Saúde e Educação para o Bem Viver

Palestrantes: Profa. Dra. Kallyne Bezerra Costa (UFMA e IFES), Profa. Dra. Angélica Garcia Couto (UNIVALI)

Moderadora: Profa. Dra. Fabiane Fisch (UNIVALI)

Local: Teatro Adelaide Konder

14h

Apresentação Cultural

Ritual das Cordas, por Ricardo Pauletti

Local: Teatro Adelaide Konder

14h15 às 15h

Mesa Redonda

Educar numa Perspectiva Complexa e Transdisciplinar: Reflexões para um Olhar Sensível

Palestrantes: Profa. Dra. Maria José de Pinho (UFTO), Profa. Ma. Maria Eduarda Gasperi (UNIVALI)

Moderadora: Profa. Dra. Vanderléa Ana Meller (UNIVALI)

Local: Teatro Adelaide Konder

15h às 16h30

Mesa Redonda

Patrimônio Histórico Cultural: Memórias, Preservação e Educação

Palestrantes: Prof. Dr. Francisco Humberto Cunha Filho (UNIFOR), Profa.

Dra. Marta Rosa Borin (UFSM), Me. Eliezer Patissi (Conservatório de Música de Itajaí)

Moderador: Prof. Dr. Rafael Burlani (UNIVALI)

Local: Teatro Adelaide Konder



16h30 às 17h30

Mesa Redonda e Cerimônia de Encerramento
Políticas Públicas e Inclusão Digital

Palestrantes: Prof. Dr. Vinícius Almada Mozetič (UNOESC), Prof. Dr. Ricardo Stanzola Vieira (UNIVALI)

Moderador: Prof. Dra. Graziela Liebel (UNIVALI)

Local: Teatro Adelaide Konder

EXPOSIÇÕES DURANTE OS DIAS DO EVENTO

Exposição Artística: obras de Vera Regina Bedim

Período: 04 a 08 de novembro de 2024

Horário: 9h às 21h

Local: Hall da Biblioteca Comunitária da UNIVALI

Exposição Fotográfica Artística e Científica: o Brasil na Antártica, por Prof. Dr. Joaquim Olinto Branco (UNIVALI)

Período: 04 a 08 de novembro de 2024

Horário: 8h às 17h

Local: Galeria de Artes

Exposição Fotográfica Artística e Científica: a cultura da pesca artesanal nas Colônias de Pescadores de Armação de Itapocory de Penha, de Navegantes e da Barra de Balneário Camboriú

Período: 06 a 08 de novembro de 2024

Horário: 8h às 17h

Local: Tenda azul, ao lado do Teatro Adelaide Konder



realização



apoio



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina